UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA FÍSICA

PAISAGEM CULTURAL DO RIO DE JANEIRO

O PATRIMÔNIO NA VALORIZAÇÃO, GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

KELLY CRISTINA DE MELO

Panorama da cidade do Rio de Janeiro. Cesar Barreto, 2001

SÃO PAULO
2015

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA FÍSICA

PAISAGEM CULTURAL DO RIO DE JANEIRO

O PATRIMÔNIO NA VALORIZAÇÃO, GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

KELLY CRISTINA DE MELO

Tese apresentada ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Doutora em Geografia.

Área de concentração: Geografia Física – Paisagem e Planejamento
Orientadora: Profa. Dra. Sueli Angelo Furlan

SÃO PAULO
2015

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catalogação na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

M528p

Melo, Kelly Cristina
Paisagem Cultural do Rio De Janeiro: o patrimônio na valorização, gestão e ordenamento do território / Kelly Cristina Melo ; orientador Sueli Angelo Furlan. - São Paulo, 2015.
310 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Geografia. Área de concentração: Geografia Física.

1. Geografia. 2. Paisagem. 3. Paisagem Cultural. 4. Rio de Janeiro. 5. Planejamento. I. Furlan, Sueli Angelo, orient. II. Título.

Dedico este trabalho e todo seu significado às duas estrelas de minha vida, minha mãe D. Nãna e minha filha Luísa, ao meu início e a minha permanência.

Gracias a la vida que me ha dado tanto

Gracias a la vida que me ha dado tanto
Me dio dos luceros que cuandolos abro
Perfecto distingo lo negro del blanco
Y en el alto cielo su fondo estrellado
Y en las multitudes el hombre que yo amo

Gracias a la vida que me ha dado tanto
Me ha dado el oído que en todo su ancho
Graba noche y díagrillos y canarios
Martillos, turbinas, ladridos, chubascos
Y la voz tan tierna de mi bien amado

Gracias a la vida que me ha dado tanto
Me ha dado el sonido y el abecedario
Com él, las palabras que pienso y declaro
Madre, amigo, hermano
Y luz alumbrando la ruta del alma del que estoy amando

Gracias a la vida que me ha dado tanto
Me ha dado la marcha de mis pies cansados
Com ellos anduve ciudades y charcos
Playas y desiertos, montañas y llanos
Y la casa tuya, tu calle y tu patio

Gracias a la vida que me ha dado tanto
Me dio el corazón que agita su marco
Cuando miro el fruto del cerebro humano
Cuando miro el bueno tan lejos del malo
Cuando miro el fondo de tu sojos claros

Gracias a la vida que me ha dado tanto
Me ha dado larisa y me ha dado el llanto
Así yo distingo dicha de quebranto
Los dos materiales que forman mi canto
Y el canto de ustedes que es el mismo canto
Y el canto de todos que es mi propio canto
Gracias a la vida, gracias a la vida

(Violeta Parra, 1966)

AGRADECIMENTOS

A pesquisa é uma caminhada solitária, um caminho que se percorre sozinho e talvez por isso ele gere tantas angústias, tanta insegurança. Aquela convivência diária e agitada da graduação vai se perdendo e de repente estamos ali, sozinhos...mas nem por isso deixa de ser necessário agradecer a algumas pessoas, presentes em nossa vida, que nos motivam, ajudam, torcem e, mesmo que de modo indireto, são também autores deste trabalho.

Buscando esta lista, escrevendo e reescrevendo nomes, verifiquei que nesta minha jornada tive o privilégio de conviver e aprender com pessoas incríveis, que me fizeram, cada uma a seu modo, ser quem eu sou...assim, como deixar de agradecer à Profa Dra. Erika Marion Robrahn Gonzalez, com quem tive o privilégio de trabalhar e com quem dei os primeiros passos no patrimônio.

Agradeço à minha querida Profa Dra. Sueli Angelo Furlan, minha sempre orientadora, só tenho a agradecer pela confiança em mim depositada e por ter me ensinado tanto, sobretudo por sua generosidade.

Agradeço à Profa Dra. Simone Scifoni, por suas valiosas contribuições no decorrer desta pesquisa e principalmente no exame de qualificação, sua serenidade nos acolhe e seus apontamentos são sempre muito significativos, agradeço por fortalecer a abordagem do patrimônio nas pesquisas do Departamento de Geografia.

Agradeço ao Prof. Dr. Adilson Avansi pela contribuição dada no exame de qualificação e na disciplina cursada em 2011.

Agradeço muito aos queridos amigos que estiveram na torcida durante todo este tempo, Ana Lucia, Luciano e toda a família Santos; Nádia, Nara, Arlindo e toda a família Lima; ao amigo Rogério Rozolen; às minhas queridas Marisa Zuccas e Adriana Minhoto, aos meus queridos Geise Almeida e Zé Luiz Magalhães. Aos meus sogros, Ricardo e Gicélia, por sempre perguntarem “*como está o doutorado?*”, agradeço a família Alvarenga pela torcida.

Agradeço também a um grupo muito especial de mulheres, que tive o prazer de conhecer durante o curso de coordenação pedagógica, em especial a Lourdes Atié e Renata Americano, vocês, mesmo sem saber, me ajudaram muito, sobretudo ao mostrar que mesmo não vestindo a “capa da super mulher” eu poderia fazer muito mais e também por me tranquilizar em relação a minha

“horizontalidade”, foi um alívio perceber que ela não é uma doença, é só uma maneira de ser e talvez uma das minhas maiores virtudes.

Agradeço à minha família, ao meu querido pai Antônio, meus irmãos Paulo, Luís e Marcos, cunhadas, Elenice, Gildete e Tatiana e, aos meus sobrinhos, em especial a Paulinha, a pequena Mariana e ao meu amado João Marcos.

Agradeço e, como agradeço, a minha querida mãe, que cuidou da minha filha com tanto carinho para que eu pudesse trabalhar e me dedicar à pesquisa com mais tranquilidade.

Agradeço ao meu querido Vinícius, por seu amor, seu companheirismo, por sua paciência, por sempre me apoiar em minhas decisões.

Agradeço à minha estrelinha, a dona do meu coração, minha pequena Luísa, que chegou no meio dessa confusão e já me ensinou tanta coisa, seu sorriso é meu antídoto para todo e qualquer mal.

Agradeço a arquiteta Isabelle Cury, da superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro, por me atender, esclarecer uma serie de dúvidas e por ceder material sobre o processo da candidatura do Rio de Janeiro com a UNESCO, fundamental na construção desta pesquisa.

Agradeço ao Instituto Rio Patrimônio da Humanidade, por meio de Andrea Almeida, pela cessão do material produzido pelo instituto, muito úteis para esta pesquisa.

Agradeço à Universidade de São Paulo, a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas e ao Departamento de Geografia, são quase 15 anos, em que sonhos se realizaram, desde o dia 09 de fevereiro de 2001, quando encontrei meu nome naquela lista de aprovados no vestibular.

Agradeço aos funcionários da secretaria de pós-graduação, pelos esclarecimentos, pela solicitude, em especial a Cida, sempre pronta a ajudar e a responder tantas e tantas perguntas.

E, por fim, agradeço a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa de pesquisa concedida a partir de fevereiro de 2015.

“Gracias a la vida que me ha dado tanto”

À minha professora Sueli,

Qualidades de Professor

Se há uma criatura que tenha necessidade de formar e manter constantemente firme uma personalidade segura e complexa, essa é o professor.

Destinado a pôr-se em contato com a infância e a adolescência, nas suas mais várias e incoerentes modalidades, tendo de compreender as inquietações da criança e do jovem, para bem os orientar e satisfazer sua vida deve ter também um contínuo aperfeiçoamento, uma concentração permanente de energias que sirvam de base e assegurem a sua possibilidade, variando sobre si mesmo, chegar a apreender cada fenômeno circunstante, conciliando todos os desacordos aparentes, todas as variações humanas nessa visão total indispensável aos educadores.

É, certamente, uma grande obra chegar a consolidar-se numa personalidade assim. Ser ao mesmo tempo um resultado — como todos somos — da época, do meio, da família, com características próprias, enérgicas, pessoais, e poder ser o que é cada aluno, descer à sua alma, feita de mil complexidades, também, para se poder pôr em contato com ela, e estimular-lhe o poder vital e a capacidade de evolução.

E ter o coração para se emocionar diante de cada temperamento.

E ter imaginação para sugerir.

E ter conhecimentos para enriquecer os caminhos transitados.

E saber ir e vir em redor desse mistério que existe em cada criatura, fornecendo-lhe cores luminosas para se definir, vibratilidades ardentes para se manifestar, força profunda para se erguer até o máximo, sem vacilações nem perigos. Saber ser poeta para inspirar. Quando a mocidade procura um rumo para a sua vida, leva consigo, no mais íntimo do peito, um exemplo guardado, que lhe serve de ideal.

Quantas vezes, entre esse ideal e o professor, se abrem enormes precipícios, de onde se originam os mais tristes desenganos e as dúvidas mais dolorosas!

Como seria admirável se o professor pudesse ser tão perfeito que constituísse, ele mesmo, o exemplo amado de seus alunos!

E, depois de ter vivido diante dos seus olhos, dirigindo uma classe, pudesse morar para sempre na sua vida, orientando-a e fortalecendo-a com a inesgotável fecundidade da sua recordação.

Cecília Meireles
Crônicas da educação volume 3[1].

[1] Meireles, Cecília. Crônicas da educação, volume 3. Ed Nova Fronteira, 262p. 2001.

Enquanto humanos somos incompletude, convivemos permanentemente com a falta. Sempre falta. É da falta que nasce o desejo. Porque somos seres incompletos, no convívio permanente com a falta, somos sujeitos desejantes.

(Madalena Freire, *Educador, educa a dor*. 2008, p.24)

O recado é: leveza!

Nada de agressão ao próprio ritmo e limite!

Leveza.

Simplicidade na essência, sem pesos.

Nada vai acabar

Tudo continua, sempre.

Concentração. Foco. Determinação.

Devagar, no próprio ritmo,

mas mantendo a constância

sem desfocar,

sem desconcentrar e

tudo na leveza.

(Madalena Freire, *Educador, educa a dor.*2008, p.30)

RESUMO

Paisagem Cultural do Rio De Janeiro: o patrimônio na valorização, gestão e ordenamento do território

Na geografia, a paisagem é analisada como produto de interações entre elementos naturais e sociais que, por ocuparem um determinado espaço, pode ser cartografada em diferentes escalas e classificada de acordo com um método ou elementos que a compõem. A abordagem da paisagem adjetivada de cultural foi evidenciada no final do século XX sob diversas concepções teórico-metodológicas, ultrapassando o campo disciplinar da geografia, abrangendo as artes, a arqueologia, a ecologia, o paisagismo e o urbanismo. Neste contexto, podem ser apresentados múltiplos olhares e por vezes redundâncias em suas definições e dificuldades na consolidação de um método de análise mais amplo e assertivo que ultrapasse o simples reconhecimento de um sítio como cultural ou natural, mas que ofereça instrumentos para sua gestão e valorização. O trabalho aqui apresentado tem como objetivo discutir o conceito de paisagem cultural e sua utilização como uma categoria de preservação patrimonial. Para tanto, traz uma análise da Paisagem Cultural do Rio de Janeiro, uma vez que um setor da cidade fluminense foi assim declarado pela UNESCO em 2012. É apresentado também um panorama das discussões mais recentes sobre estas paisagens como patrimônio e num aspecto mais amplo como espaços adequados à gestão e ao ordenamento territorial. O patrimônio abordado como herança e permanência, como lócus de identificação individual e coletivo e por isso, instituído de valor àqueles que na paisagem produzem seus espaços de vida e convivência. A paisagem cultural passa a ser reconhecida como categoria de preservação patrimonial por meio de uma avaliação institucional, a partir de 1992, pela UNESCO, entretanto, muito pode ser questionado em relação aos critérios utilizados e, ao observar quais são e onde estão estas paisagens constata-se certa disparidade em termos de representatividade e consideração de elementos reconhecidos localmente como herança e identidade da coletividade ou determinado grupo social. Entre 1993 e 2015 a lista da UNESCO totalizou 95 paisagens culturais em todo o mundo. No Brasil, em 2009 foi publicada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) a Portaria nº 127, estabelecendo a Chancela da Paisagem Cultural, instrumento que busca definir setores do território brasileiro que assim possam ser considerados, implicando em reconhecimento e gestão compartilhada. Diante dos resultados alcançados pela pesquisa, entende-se que a aplicação do conceito a partir do reconhecimento da sua complexidade pode funcionar como instrumento fundamental para o planejamento, a gestão e o ordenamento do território, além da simples manutenção de um símbolo construído desvinculado de seu contexto identitário e social. A pesquisa foi desenvolvida com base em levantamentos bibliográficos, análises de cartas patrimoniais, resoluções e recomendações nacionais e internacionais, sob uma abordagem descritiva e analítica, visando identificar a evolução da discussão da paisagem e como esta passou a ser uma categoria de preservação patrimonial. A paisagem ultrapassa o mero papel de categoria de preservação, permite a percepção da grandeza dos territórios em sua unidade e pluralidade, sua valorização e adequada gestão podem tornar-se importantes ferramentas na formação de seres contemporâneos, atuantes e participativos, inseridos no presente e aptos a construir um futuro muito além de um projeto congelado de símbolos destituídos de significados.

Palavras-chave: paisagem, paisagem cultural, Rio de Janeiro, ordenamento territorial, planejamento.

ABSTRACT

Rio de Janeiro's Cultural landscape: the heritage in valuation, management and territory planning.

In geography, the landscape is analyzed as the product of interactions between natural and social elements that, by occupying a given space, can be charted in to different scales and classified according to a method or elements that compose it. The approach of the landscape qualified as cultural was evidenced in the late twentieth century under various theoretical-methodological conceptions, overcoming the disciplinary field of geography, covering the arts, archaeology, ecology, landscaping and urbanism. In this context, many multiple viewings could be presented and sometimes redundancies in their definitions and difficulties in the consolidation of a broader and more assertive analysis method which goes beyond the simple recognition of a site as cultural or natural, but that offers tools for their management and valuation. The work presented here aims to discuss the concept of cultural landscape and its use as a category of heritage preservation. Therefore, it brings an analysis on the Cultural Landscape of Rio de Janeiro, once a sector of the Rio de Janeiro city was so declared by United Nations Educational Scientific and Cultural Organization (UNESCO) in 2012. It also presents an overview of the most recent discussions about these landscapes as heritage and, in a broader aspect, as spaces adequate to the management and to the territorial planning. The assets approached as heritage and permanence addressed as locus of individual and collective identification and therefore, instituted value to those in the landscape who make in their living spaces and coexistence. The cultural landscape comes to be a category of heritage preservation through an institutional assessment, from 1992, by UNESCO. However, much can be questioned in relation to the criteria used and, by observing what and where are those landscapes certain disparity is noted in terms of representativeness and consideration of elements locally recognized as heritage and identity of the collective or a determined social group. Between 1993 and 2015 the UNESCO list totaled 95 cultural landscapes worldwide. In Brazil, in 2009 was published by National Institute of Historic and Artistic Heritage of Brazil (IPHAN) the Ordinance No. 127, establishing the Cultural Landscape Chancelade, an instrument that seeks to define sectors of Brazilian territory that they may be considered, implying recognition and shared management. On the results achieved by research, it is understandable that the concept of the application from the recognition of their complexity can work as a key tool for planning, management and territory planning, beyond simply maintaining a constructed symbol disconnected from their identity and social context. The research was developed based on literature surveys, analysis of heritage letters, national and international resolutions and recommendations, under a descriptive and analytical approach, aiming to identify the evolution of the landscape discussion and how this has become a category of heritage preservation. The landscape goes beyond the mere role of a category of preservation, allows the perception of greatness of the territories in its unity and plurality. Its valuation and appropriate management can become important tools in the formation of contemporary beings, active and participative, inserted in the present and apt to build a future far beyond a frozen project of symbols devoid of meaning.

Keywords: landscape. cultural landscape. Rio de Janeiro. Territory planning. planning.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 Fluxograma das etapas da pesquisa pag. 36
Figura 02 Imagens em comemoração aos 450 anos da cidade do Rio de Janeiro pag. 37
Figura 03 Rio de Janeiro, bens inseridos na paisagem cultural pag. 41
Figura 04 Localização da cidade do Rio de Janeiro pag. 42
Figura 05 Instrumentos de discussão patrimonial e paisagística pag. 86
Figura 06 Distribuição das paisagens culturais pelos continentes pag. 144
Figura 07 *Cultural Landscape and Archaeological Remains of the Bamiyan Valley* pag. 149
Figura 08 *Cultural Landscape of Southern Jerusalem* pag. 150
Figura 09 *Ancient Villages of Northern Syria* pag. 150
Figura 10 Paisagem cultural colombiana pag. 160
Figura 11 Paisagem cultural canadense pag. 161
Figura 12 Paisagem cultural carioca pag. 162
Figura 13 Limites da paisagem cultural portenha e sua zona de amortecimento pag. 168
Figura 14 Desmonte do Monte Castelo pag. 186
Figura 15 “Gigante deitado” pag. 199
Figura 16 “Ibis acorrentada pag. 199
Figura 17 Praia de Copacabana antes do engordamento da praia pag. 205
Figura 18 Praia de Copacabana antes do engordamento da praia pag. 206
Figura 19 Comparativo da faixa litorânea antes (direita) e depois (esquerda) do engordamento pag. 206
Figura 20 Localização das obras do Caminho Niemeyer – Niterói pag. 210
Figura 21 Corredor Cultural pag. 213
Figura 22 Resposta dada a primeira candidatura do Rio de Janeiro, de agosto de 2001 pag. 219
Figura 23 Limites da Paisagem cultural carioca – 1ª tentativa pag. 222
Figura 24 Resultado da busca pelo Google de “Rio de Janeiro pag. 224
Figura 25 Sítio Paisagem Cultural do Rio de Janeiro pag. 233
Figura 26 Delimitação da paisagem cultural, destaque para os setores A, B, C pag. 234
Figura 27 Paisagem cultural do Rio de Janeiro, setor A pag. 237
Figura 28 Paisagem cultural do Rio de Janeiro, setor B pag. 238
Figura 29 Paisagem cultural do Rio de Janeiro, setor C pag. 239
Figura 30 Critérios atendidos pela paisagem cultural do Rio de Janeiro pag. 254
Figura 31 Paisagem cultural e áreas protegidas (federal, estadual ou municipal) pag. 259
Figura 32 Antenas instaladas no Parque Nacional da Tijuca pag. 272

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 Número de países por continente pag. 145
Gráfico 02 Número de bens por continente pag. 145
Gráfico 03 Número de critérios atendidos pag. 146
Gráfico 04 Critérios atendidos pelas paisagens culturais pag. 147
Gráfico 05 Ano de reconhecimento das paisagens culturais pag. 148
Gráfico 06 Distribuição dos critérios atendidos pelas paisagens culturais africanas pag. 151
Gráfico 07 Distribuição dos critérios atendidos pelas paisagens culturais do continente americano pag. 153
Gráfico 08 Distribuição dos critérios atendidos pelas paisagens culturais na Oceania pag. 154
Gráfico 09 Distribuição dos critérios atendidos pelas paisagens culturais na Ásia pag. 155
Gráfico 10 Distribuição dos critérios atendidos pelas paisagens culturais na Europa pag. 158

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 Patrimônio cultural e patrimônio natural, segundo UNESCO pag. 65
Quadro 02 Patrimônio mundial via UNESCO pag. 69
Quadro 03 Países participantes do Conselho Europeu pag. 75
Quadro 04 Candidatos da primeira sessão do Conselho da Europa pag. 77
Quadro 05 Candidatos da segunda sessão do Conselho da Europa pag. 78
Quadro 06 Candidatos da terceira sessão do Conselho da Europa pag. 80
Quadro 07 Reuniões temáticas sobre paisagens culturais, de 1992 a 2007 pag. 87
Quadro 08 Paisagens Culturais Chanceladas ou em estudo pelo IPHANpag.112
Quadro 09 Paisagens culturais da UNESCO, 1993-2015 pag. 140
Quadro 10 Paisagens culturais reconhecidas em 2004 pag. 148
Quadro 11 Paisagens Culturais em situação de perigo pag. 149
Quadro 12 Paisagens culturais no continente africano pag. 151
Quadro 13 Paisagens culturais americanas pag. 152
Quadro 14 Paisagens culturais da Oceania pag. 153
Quadro 15 Paisagens culturais no continente asiático pag. 155
Quadro 16 Paisagens culturais no continente europeu pag. 157
Quadro 17 Paisagem cultural do Brasil, Colômbia e Canadá pag. 163
Quadro 18 Divisão dos setores da paisagem cultural de Buenos Aires pag. 167
Quadro 19 Distribuição das nacionalidades na cidade de Buenos Aires,1869-1881 pag. 169
Quadro 20 Setores da paisagem cultural do Rio de Janeiro pag. 235
Quadro 21 Os sítios da Paisagem Cultural carioca pag. 242
Quadro 22 Atributos de autenticidade e integridade da paisagem cultural pag. 246
Quadro 23 Instituições ligadas a gestão atual dos setores que compõem a paisagem cultural pag. 266

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Paisagens culturais por continente pag. 145
Tabela 2 Paisagens culturais reconhecidas em 2004 pag. 148

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

APA	Área de Proteção Ambiental
APAC	Área de Proteção do Ambiente Cultural.
APH	Área de Proteção Histórica.
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCAPA	Companhia Caminho Aéreo Pão de Açúcar
CEOT	Carta Europeia de Ordenamento do Território
CE	Conselho da Europa
CIAM	Congresso Internacional de Arquitetura Moderna.
CMPC	Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio Cultura
CNMMyLH	*Comisión Nacional de Museos y de Monumentos y Lugares Históricos*
CPPU	Comissão de Proteção da Paisagem Urbana
COGEP	Coordenação de Gestão de Planejamento
COMPRESP	Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo
CONDEPHAAT	Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico Arqueológico, Artístico e Turístico
DEPAM	Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização
DOU	Diário Oficial da União
DPH	Departamento do Patrimônio Histórico
EBTs	Escritórios Brasileiros de Turismo
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
EMBRATUR	Empresa Brasileira de Turismo
UE	União Europeia
FIFA	Federação Internacional de Futebol
ICCROM	Centro Internacional de Estudos para a Conservação e a Restauração dos Bens Culturais
ICCOM	Centro Internacional de Estudos para a Conservação e Restauração dos Bens Culturais ou Centro de Roma
ICOMOS	Conselho Internacional de Monumentos e Sítios
INEPAC	Instituto Estadual do Patrimônio Cultural

IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IRPH	Instituto Rio do Patrimônio da Humanidade
LNEC	Laboratório Nacional de Engenharia Civil de Lisboa
MES	Ministério da Educação e da Saúde
MDIC	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
MT	Mato Grosso
OMC	Organização Mundial do Comercio.
ONU	Organização das Nações Unidas
OSE	Observatorio de Sostenibilidad Español
PC	Paisagem Cultural
PCH	Pequena Central Hidrelétrica
PDBG	Plano de despoluição da Baía da Guanabara
PG	Plano de Gestão
PDM	Plano Diretor Municipal
PNT	Parque Nacional da Tijuca
PUB-RIO	Plano Urbanístico do Rio de Janeiro
RIOTUR	Empresa de Turismo do Município do Rio de Janeiro
RS	Rio Grande do Sul
SAGAS	Saúde, Gamboa e Santo Cristo
SEBRAE	Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
SPU	Secretaria do Patrimônio da União
TGI	Trabalho de Graduação Individual
UCA	Unidades de Conservação Ambiental
UICN	União Internacional para a Conservação da Natureza
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNESCO	*United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*
UPHs	Unidades de Patrimônio da Humanidade
UPP	Unidades de Polícia Pacificadora
ZEIH	Zonas Especiais de Interesse Histórico

SUMÁRIO

RESUMO ..... **I**

ABSTRACT ..... **II**

LISTA DE FIGURAS ..... ***III***

LISTA DE GRÁFICOS ..... ***IV***

LISTA DE QUADROS ..... ***IV***

LISTA DE TABELAS ..... ***V***

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS ..... ***VI***

APRESENTAÇÃO ***20***

PARTE I

NOTAS INTRODUTÓRIAS

Introdução ***25***

Objetivos e Hipótese ***33***

Desenvolvimento da pesquisa – procedimentos e métodos ***34***

Escolha da área de estudo ***37***

PARTE II

AS BASES INSTITUCIONAIS DA PAISAGEM COMO CATEGORIA DE PATRIMÔNIO

2.1 O patrimônio e a UNESCO ***45***

2.2 A cultura do patrimônio ***48***

2.3 Instrumentos da UNESCO ***56***

2.4 O patrimônio, o IPHAN e a paisagem ***90***

PARTE III

POR QUE ESTAS PAISAGENS SÃO CULTURAIS?

A COMPLEXIDADE DAS PAISAGENS E OS CRITÉRIOS DE ENQUADRAMENTO

3.1 Por que algumas paisagens são culturais, se todas as paisagens são culturais? ***114***

3.2 Significados da paisagem cultural ***117***

3.3 Paisagens valorizadas e os aspectos da preservação ***127***

3.4 Paisagens que são culturais ***134***

3.5 Brasil, Colômbia, Canadá – mesmos critérios, quais similaridades? ***159***

3.6 Paisagens que não são culturais – Buenos Aires, o que não deu certo? ***164***

PARTE IV

PAISAGEM CULTURAL DO RIO DE JANEIRO

Paisagens cariocas entre o mar e a montanha

4.1 Evolução da paisagem do Rio de Janeiro – aspectos históricos 177

4.2 Qual é a paisagem carioca?..... 197

4.2.1 Um pouco de Niterói - ou a parte que lhe cabe nesta paisagem..... 207

4.3 Antes da paisagem ser cultural – Áreas de Proteção do Ambiente Cultural..... 211

4.4 Rio Paisagem Cultural - A primeira tentativa..... 219

4.5 A segunda tentativa - As paisagens cariocas entre o mar e a montanha..... 232

4.6 Plano de Gestão da Paisagem Cultural do Rio de Janeiro..... 260

4.6.1 Fatores que pressionam a paisagem cultural..... 271

4.7 Outras paisagens, população, morros e favelas..... 274

PARTE V

GESTÃO DA PAISAGEM CULTURAL

Gestão, ordenamento e valorização 280

5.1 Gestão da paisagem cultural, aspectos do ordenamento territorial sob o viés da paisagem 281

CONSIDERAÇÕES FINAIS 289

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 297

ANEXOS..... 310

APRESENTAÇÃO

Eu gosto de histórias. Eu gosto de ouvir e de ler histórias. Eu gosto de ouvir pessoas contando suas histórias e mostrando por que elas são importantes. Eu gosto de sentir a alegria de uma pessoa simples quando se sente importante porque alguém parou para ouvir a sua história, para ver como ela faz alguma coisa. Para aprender com ela como é aquele seu lugar e o que ele significa. Dentre muitas histórias eu encontrei a paisagem e o patrimônio, a herança e a identidade.

Escolhi os caminhos da Geografia para tentar entender o mundo e durante minha formação a paisagem surgiu como uma interrogação latente. O que é paisagem? E como foi difícil compreender...e de certa forma, ainda é. Entretanto, no conceito da paisagem estavam presentes as relações do homem e seu meio, dos grupos humanos e seus modos de fazer, estavam gravadas muitas histórias.

Por que paisagem? Esta pergunta surgiu depois, quando já me debruçava na tentativa de entender a inter-relação entre os grupos humanos, seu meio e as marcas originadas a partir daí. E por que não a paisagem?

Neste momento considero prudente trazer um breve histórico desta trajetória desenvolvida junto aos estudos da paisagem e a busca em compreendê-la, como conceito, como categoria, como percepção, como relação, como mudança, como permanência.

A escolha desta temática, já no ambiente acadêmico, pode ser contada a partir da disciplina Biogeografia, cursada na graduação, no segundo semestre de 2002 e a continuidade da relação com a disciplina, posteriormente, no período de 2003 a 2006 como monitora.

O olhar sobre os diversos ambientes, a busca pela compreensão das partes que os compõem, a reconstrução dos movimentos de uso e ocupação, desde os tempos mais longínquos, as diversas formas desenvolvidas pelos grupos humanos para extrair do seu meio modos de sobreviver, as formas de adaptação das espécies vegetais e animais, enfim, a busca por entender a totalidade da paisagem sob o olhar geográfico.

Um primeiro ensaio neste estudo das paisagens ocorreu no desenvolvimento do Trabalho de Graduação Individual (TGI), quando optamos por

analisar bosques de manguezais no norte do Estado do Paraná, no município de Guaraqueçaba[2].

O TGI abordou as características daquele ecossistema buscando compreender sua relação com os fatores geomorfológicos e pedológicos que ali interagiam com a vegetação permitindo seu desenvolvimento e manutenção frente a uma série de pressões, sobretudo a expansão urbana e o uso turístico. Aquela paisagem seria então um remanescente de paisagem natural? Ou resultado da intervenção humana e, portanto, uma paisagem cultural? Como tratar do aspecto do uso e da relação da população local com aqueles bosques? Como pensar a proteção daquela paisagem, de forma completa, não apenas como um ecossistema isolado? Estas questões não puderam ser respondidas naquele momento, mas permaneceram latentes.

Finalizada a graduação, iniciando a vida profissional, participei de um grupo de trabalho que avaliou um Estudo de Impactos Ambientais (EIA) para fins de licenciamento ambiental de uma Pequena Central Hidrelétrica (PCH), no município de Paranatinga (MT), entre 2005 e 2009. Um dos principais conflitos relacionados a este licenciamento estava nos impactos ligados às comunidades indígenas (Waurá, Kalapalo e Kamayurá) e na possível destruição de lugares sagrados para estes grupos (associados ao ritual de furação de orelha e ao início do ritual do Kuarup), às margens do alto curso do rio Culuene, pertencente à bacia do rio Xingu. Após longo período de levantamentos, análises e discussões, foi desenvolvida a proposta do tombamento daquela paisagem, englobando não apenas os locais sagrados, denominados *Kamukuakuá* e *Sagihengu*, mas todo o seu entorno.

Enfim, em junho de 2010, o Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), aprovou, por unanimidade, o pedido de tombamento daquela paisagem como *Lugares Indígenas Sagrados denominados Kamukuaká e Sagihenku*[3], inscritos agora no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico.

---

[2] Melo, Kelly C. Estrutura e zonação; os manguezais da Estação ecológica de Guaraqueçaca (Paraná, BR) e sua relação com as tipologias de costa. 2005, 178f. Trabalho de Graduação Individual. FFLCH, Universidade de São Paulo. 2005.

[3] 24 de junho de 2010, na 64ª Reunião do Conselho Consultivo do IPHAN. Proc. nº 1.535-T- 06 (Proc. nº 01450.008760/2006-23). Ata disponível em <portal.iphan.gov.br/uploads/atas/2010__02__64a_reunio_ordinria__24_de_junho.pdf> acesso em 03.02.14.

O ingresso no Mestrado, cursado no Programa de Pós-Graduação em Geografia Física, da Universidade de São Paulo, ocorreu em período concomitante, entre julho de 2007 e junho de 2010, continuando a abordagem na temática da paisagem, agora desenvolvendo a Cartografia Ambiental. A dissertação foi intitulada "*Das leituras da paisagem e sua representação cartográfica - As unidades da Paisagem do município de Ubatuba-SP"*.

A opção pela análise das unidades da paisagem de Ubatuba trazia uma ambição: tratar dos aspectos de uso e ocupação em conjunto com os aspectos físicos da paisagem, buscando formas de produzir uma cartografia temática integrada que permitisse representar os aspectos dinâmicos dessa inter-relação, sobretudo, para destacar os problemas vivenciados pela população local frente às pressões sofridas por aquela paisagem, principalmente relacionadas ao turismo sazonal.

O objetivo de identificar as unidades da paisagem de Ubatuba foi cumprido, mas algumas questões, sobretudo aquelas ligadas ao melhor método para analisar a paisagem de modo integrado, não foram completamente satisfeitas. Novamente, finalizava a pesquisa com perguntas ainda sem resposta, sobretudo em relação à dificuldade de tornar a paisagem um instrumento de preservação e valorização. Se, reconhecidamente, podemos, por meio dos estudos da paisagem, não apenas na geografia, mas na arqueologia, na arquitetura, na antropologia, dentre outras, reconhecer aspectos que compõem nossa identidade, enquanto indivíduo e enquanto grupos sociais, por que os instrumentos legais de proteção e conservação não são desenvolvidos sob esta ótica, por que existe esta dificuldade tão marcada em considerar a paisagem um patrimônio? E mais perguntas surgiram...

A participação em grupos de trabalho para o desenvolvimento de estudos de licenciamento ambiental ou planos de manejo para unidades de conservação incitou a curiosidade sobre as relações que são estabelecidas entre as pessoas e seus lugares, a presença de seus bens e seus patrimônios. Onde estão identidade e memória para cada indivíduo, ainda mais em paisagens definidas como mais relevantes que outras?E mais perguntas surgiram...

O novo ingresso no Programa de Pós-Graduação em Geografia Física, em julho de 2011, agora para desenvolver a tese de doutoramento se deu sob o

anseio de dar continuidade aos estudos da paisagem e responder as perguntas que permaneciam latentes.

A linha de pesquisa permaneceria na paisagem, mas sob o enfoque da sua valorização e como instrumento de planejamento e gestão do território. A permanência e a valorização poderiam conferir à paisagem um *status* de patrimônio, entendendo que as formas de gestão e preservação podem ser muito mais efetivas quando abrangem não apenas fragmentos, mas sim uma paisagem, sob os aspectos físicos e também humanos, sobretudo de vivência e de relação cotidiana.

Várias perguntas motivaram o desenvolvimento da pesquisa, como por exemplo: as paisagens mais valorizadas são as mesmas que são mais significativas, sobretudo para a população local? E o que tornaria uma paisagem um patrimônio? Não há redundância em classificar uma paisagem como cultural?

Como objeto de análise optamos pela cidade do Rio de Janeiro, que passava na época, pelo segundo processo de avaliação com a UNESCO, para obtenção do titulo de Patrimônio da Humanidade. Tal reconhecimento foi obtido em 01 de julho de 2012, passando a ser a primeira cidade do mundo a receber o título de Patrimônio Mundial como Paisagem Cultural.

Dessa abordagem, o contexto em que se apresenta o Rio de Janeiro tornou-se um cenário propício a tal investigação, assim como outros poderiam também ser, por que não Paraty, por que não o Pantanal, o Vale do Ribeira....?, o que torna algumas paisagens elegíveis e outras não? A cidade e sua complexidade de contextos sociais e culturais, aquilo que foi considerado passível de reconhecimento e valorização é de fato o que mais representa os cariocas?

Qual o significado, portanto, de uma paisagem cultural? O que é considerado para atribuir a um sítio esta qualificação? Como se dará a gestão pública frente a este reconhecimento internacional? Enfim, estas e outras questões é o que pretendemos responder com o desenvolvimento desta pesquisa.

PARTE I

NOTAS INTRODUTÓRIAS

Cristo Redentor
Braços abertos sobre a Guanabara
Este samba é só porque
Rio, eu gosto de você
A morena vai sambar
Seu corpo todo balançar
Aperte o cinto, vamos chegar
Água brilhando, olha a pista chegando
E vamos nós
Pousar...

Samba do avião, Tom Jobim
The Wonderful World of Antonio Carlos Jobim (Warner, 1964)

Introdução

A paisagem em sua relação com o homem é marcada por transformações. De acordo com Sauer (1998) a paisagem existe enquanto fenômeno, como uma expressão cultural, como uma representação proveniente das ações e atribuições de sentidos humanos, assim, os significados atribuídos a ela revelam vínculos simbólico-afetivos que podem estar relacionados com a ordem do sagrado, da afeição, das práticas econômicas ligadas a certos arranjos técnico-culturais bem como às formas de sociabilidade e inclusive às formas de negação e repulsa.

A relação das condições naturais e o homem, dos fatores físicos relacionados aos históricos com suas estruturas econômicas e sociais permitiram a organização e utilização do espaço (BASTIÉ, 1972), desta forma, a análise integrada dos atributos da natureza e da cultura passa antes pela formulação e análise do conceito de unidade, que permite uma percepção importante de que a natureza é constituída de processos em vez de objetos e que esses processos relacionados são sempre eventos dentro da esfera da ação de um observador, por outro lado, a cultura pode ser constituída também por objetos, revelando a experiência do vivido daquele que observa e do espaço deste observador.

De acordo com Chauí (2003) a natureza seria o "*reino da necessidade* e a cultura o *reino da finalidade"* e a paisagem traria em si esta dualidade: finalidade e necessidade, a unidade, a síntese e o resultado de vários processos que concomitantemente organizam-se e reorganizam-se na composição do espaço. Desta forma, o seu estudo deve surgir como objeto de indagação entre o espaço, o tempo, a escala, a percepção e as diversas articulações que podem ser construídas.

Segundo Almeida (2007) o reconhecimento de alguns sítios como paisagens culturais surge no contexto de preservação internacional para responder à crescente complexidade da sociedade contemporânea e a velocidade cada vez maior dos processos sociais e econômicos. Essa dinâmica exige não apenas a utilização de um conjunto maior de instrumentos ambientais, sociais, urbanísticos e jurídicos para preservar bens, sítios e manifestações culturais, mas também demandaria um novo perfil de comportamento de gestores e cidadãos em relação aos mesmos. Como manter os bens numa dinâmica constante de mudanças, de renovações, de novos modos de fazer e viver?

A criação da categoria paisagem cultural dentro da Lista do Patrimônio Mundial[4], pela Organização das Nações Unidas para e Educação, Ciência e Cultura (UNESCO),em 1992,levou (ao menos teoricamente) à remoção da divisão dos critérios naturais e culturais que se referem à interação entre homem e meio ambiente, e atualmente, os critérios que devem reger a análise da inscrição dos bens na Lista figuram em uma relação única, que envolve características naturais e culturais, alegando romper com a visão bipartida de patrimônio que dominou por muito tempo as análises patrimoniais.

No Brasil, as paisagens consideradas relevantes até então tinham o instrumento da proteção vinculado ao tombamento, como dispositivo dominante praticado pelo poder público, ressaltando o viés natural ou arquitetônico, passando por um processo técnico, legal e administrativo até ser inserido em um dos livros de Tombo[5]. Em 2009, com a Portaria nº 127, publicada no Diário Oficial da União[6] em 30 de abril, foi criada a Chancela da Paisagem Cultural Brasileira pelo IPHAN e ampliou-se a possibilidade de proteção e valorização das paisagens reconhecidas por suas peculiaridades de integração entre o meio natural e cultural.

As paisagens reconhecidas como culturais pela UNESCO distribuem-se por vários países, havendo uma maior concentração na Europa, fato este que corrobora com a divulgação, em 2000, da Convenção Europeia da Paisagem[7], que considerou entre outros itens que a paisagem desempenha importantes funções de interesse público nos campos cultural, ecológico, ambiental e social, constituindo recurso favorável, dentre outras coisas, à proteção, gestão e ordenamento adequados.

A paisagem como categoria científica de caráter multidisciplinar, é concebida como um sistema espaço-temporal, complexo e aberto, que se origina e evolui justamente na interface natureza-sociedade em um constante estado de intercâmbio de energia, matéria e informação, onde sua estrutura, funcionamento, dinâmica e evolução refletem a interação entre os componentes naturais

[4]A proposta de elaboração da Lista do Patrimônio Mundial foi apresentada em 1968 durante o primeiro encontro de especialistas, com precedentes no artigo 8º da Convenção de Haia de 1954, que concedia uma espécie de proteção especial aos bens culturais inscritos no Registro Internacional de Bens Culturais sobre Proteção Especial.

[5] Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=12576&retorno=paginaIphan> Acesso em 14.jun.2013.

[6] Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 de maio de 2009. Seção 1, Nº 83.

[7]Decreto n.º 4/2005 - Convenção Europeia da Paisagem, Florença - 20 de Outubro de 2000.

(abióticos e bióticos), técnico-econômicos e socioculturais (MATEO, 1991; 2000; SALINAS, 1991; 2001), ou como o definiu a Convenção Europeia da Paisagem, em seu artigo 1º, podendo ser representada por “qualquer parte do território tal como é percebido pelas populações, cujo caráter resulta de fatores naturais e/ou humanos e de suas inter-relações” (CONSELHO DA EUROPA, 2000 p.2).

A identidade da paisagem pode ser dada não somente pela forma, mas também pela maneira como as populações a apreendem, ou seja, pela ideia de pertencimento, conforme estabelece a Convenção Europeia de Paisagem.

A paisagem não é somente o visível, ela incorpora valores humanos e pode ser interpretada a partir de seu conteúdo simbólico ou da relação íntima e afetiva que os grupos sociais estabelecem com os lugares onde a vida humana se reproduz (RIBEIRO, 2007).

Pensar a paisagem é admitir que homens e mulheres constroem suas histórias, suas narrativas de vida e a si mesmos. Assim, a abordagem proposta justifica-se pela necessidade de atuação na gestão das paisagens, implicando na necessidade de constituição de articulações em diferentes esferas do setor público e organizações da sociedade civil, fomentando ações coordenadas de proteção e valorização do patrimônio.

O impacto deste tipo de abordagem geográfica, pela paisagem, para analisar as relações entre espaço e cultura não se limita ao estudo das sociedades ditas tradicionais nem a uma geografia histórica, abrange questões contemporâneas, de uma sociedade complexa e dinâmica que ainda mantém posturas conservadoras em relação às práticas culturais e seus modos de proteção, que busca monumentalizar o patrimônio para lhe atribuir significado.

Abordar a paisagem é uma questão geográfica que envolve ao mesmo tempo as lógicas coletivas de funcionamento cultural sobre um determinado espaço e as lógicas individuais de trabalho sobre si e sobre seu meio ambiente, porque pensar a paisagem é admitir que homens e mulheres constroem suas histórias, suas narrativas de vida e a si mesmos. Sauer[8] (1941) chamou-a de parte de uma história cultural, porque a ação humana na transformação da superfície terrestre e criação de paisagens é um processo histórico.

[8] SAUER, C. *Foreword to historical geography*. 1941. Text converted in Fall 1997 by Tiffani Burns, Kristin Lanoue, Craig Primozich, Glendon Joyce, and Trey Rhodes. Disponível em < http://www.colorado.edu/geography/giw/sauer-co/1941_fhg/1941_fhg_body.html>. Acesso em 29.fev.2014.

Marx e Engels[9] (1972) esboçaram as premissas de uma concepção materialista da história, com a leitura de que se deve partir das bases naturais da vida humana, como a natureza física dos homens e as condições naturais, geológicas, vegetacionais e climáticas, nas quais se encontram e é a partir das modificações dessas condições por meio das práticas culturais ao longo do tempo que nos tornamos verdadeiramente humanos. Somos os produtores de nossos meios de subsistência e da vida material associada, de modo definido, construindo também a atividade social, marcada na paisagem.

É uma forma definida de atividades, uma forma definida de expressar sua vida, um "modo de vida", neste sentido sociedade e natureza devem ser entendidos, portanto, como uma totalidade indissociável, formando uma unidade dialética, que negam-se mas necessitam uma da outra para existir. As duas partes são mediatizadas através da produção humana que reproduz a natureza enquanto ambiente humano e os seres humanos como seres sociais enfatizam que o modo de produção é um modo de vida com base no mundo material criado por seres humanos.

La Blache estabeleceu uma relação entre vida humana e natureza muito semelhante àquela delineada por Marx e Engels. O gênero de vida é a unidade de cultura e natureza num contexto produtivo. Segundo ele, ao submeter a terra aos seus usos revela-se sua individualidade, estabelecendo as conexões entre suas características distintas, paisagem definida e diferenciada que se torna com o tempo uma medalha gravada na imagem de um povo (LA BLACHE, 1903[10] apud COSGROVE, 2003[11]).

Para La Blache a paisagem continha a evidência da mudança, assim a geografia deveria analisar e explicar as relações entre os grupos humanos e o ambiente que habitavam, sobretudo os mapas de densidade que indicavam bem essas relações. Alguns autores consideram que não era exatamente uma geografia da paisagem, mas que a descrição e análise delas era um dos meios para apreender a organização regional do espaço. Com o autor tem-se a formulação de uma teoria geral das relações humanas sobre o meio ambiente, o

[9] MARX, K., ENGELS, F. *Fewerback: opposition of the materialistic and ideological outlook*. In; The German Ideology. International Publishers, Nwe York. 1845.
[10] LA BLACHE, P. V. *Tableau de la Geographie de la France*. L. Gallois · Annales de Géographie Année 1903 Volume 12 Numéro 63 pp. 207-213
[11] Publicado originalmente como "*Towards a radical cultural geography of theory*". Publicado *em Antípode -a Radical Journal of Geography*. Worcester, 15 (1), 1983.

chamado possibilismo, visão que privilegia o poder estruturador do espírito humano e o livre arbítrio a ele associado, tal qual a epistemologia neokantiana (BERDOULAY, 2012). Este possibilismo traz a abordagem da iniciativa humana e a força dos hábitos, privilegiando os gêneros de vida e as organizações regionais.

Albert Demangeon (1872-1940), discípulo de La Blache, desenvolveu uma análise além dos mapas de densidade, com atenção à paisagem vivida numa mudança de escala de trabalho, a realidade visível na escala de vida dos indivíduos tornou-se o objeto a ser descrito, analisado e explicado (CLAVAL, 2003). Para o autor os geógrafos deveriam analisar a gênese e o papel das paisagens modificadas pela ação humana.

Outro nome importante lembrado por Claval (2003) é Eric Dardel, historiador, com sua obra publicada em 1952 e intitulada *L'Homme et La Tierre*[12], em que a ideia central era de que a geografia tinha de explorar o sentido da presença humana na superfície terrestre, o sentimento religioso e mitos, tornam-se aspectos centrais da análise geográfica.

A cultura aparece nestas abordagens como um conjunto de gestos, práticas, comportamentos, técnicas, conhecimentos, regras, normas e valores herdados e adaptados por meio da experiência e realidades que mudam, a cultura é, então, herança e experiência.

Sauer defendeu a unidade dialética entre cultura e natureza como a base do estudo da paisagem em geografia, os objetos que existem juntos na paisagem formam um todo indivisível no qual a Terra e a vida têm de ser vistas juntas, sendo a primeira um estágio sobre a qual a cultura operava um processo de transformação. Não lidamos com cultura, mas com culturas e essas são reificadas como uma força ativa na transformação ambiental, aparentemente dissociada, mas não de fato, de sua base na natureza.

Reconhecer a individualidade dos lugares produzidos e mantidos pela ação humana é o fundamento mais duradouro da geografia e na prática sua contribuição acadêmica mais significativa (COSGROVE, 2003b[13]), assim como sua configuração de símbolos e signos que leva a metodologias mais interpretativas do que morfológicas. Uma linha interpretativa da geografia cultural

[12] Dardel, Eric. L'Homme et la Tierre.Paris, PUF, 1952.
[13] Publicado originalmente como "*New directions in cultural geography*", 19(2), 1987.

mais recente desenvolve a metáfora da paisagem como um texto a ser lido e interpretado como documento social (FURLAN, 2000).

Esta abordagem da paisagem como texto nos parece valiosa, pois preserva o significado da ação humana, da criatividade, da sobreposição de camadas de significado, mas por outro lado também pode ser limitante na medida em que a paisagem é concebida como história de um modo de ver e de representar (COSGROVE, 1985[14] apud COSGROVE, 2003b).

CLAVAL[15](2002) defende que todos os fatos geográficos são de natureza cultural, assim fala-se da abordagem cultural na geografia e não de geografia cultural, podemos observar que a cultura estava presente na obra de muitos geógrafos, mas muitas vezes ocultada. Não se pode questionar o fato de que o olhar geográfico nos indica que as práticas culturais têm uma dimensão espacial extremamente relevante, que leva à necessidade de organização dos territórios e interação com o meio ambiente, transformando-o ou adaptando-se a ele.

Neste contexto, a relação entre cultura e espaço traz problemas epistemológicos e metodológicos, contudo, revela aspectos da sociedade e permite à geografia abordar esta relação de modo distinto das outras ciências humanas (BERDOULAY, 2012). A cultura modifica o ambiente e não o contrário.

É possível obter uma abordagem mais analítica concentrando-se sobre referenciais que oferecem as ideologias para a ação, quando um indivíduo precisa tomar uma decisão ele se apóia em valores disponíveis em sua cultura que ele utiliza para justificar ou guiar suas condutas, assim, mesmo parecendo o contrário, não é nada simples pensar a relação entre espaço e cultura, que se projeta sobre um espaço, incorporando-o sob a forma de uma paisagem ou de um território que lhe é próprio. Partindo da interação emergem lugares que o sujeito constrói ao mesmo tempo em que constrói a si mesmo, há seleção de diversos elementos dispersos no meio ambiente físico e cultural que são retomados e recompostos dentro de novos relatos.

Nesta construção contínua o papel ocupado pelas imagens é fundamental, são elas que midiatizam de maneira sensível a relação do sujeito com o espaço, elas têm em diversos níveis materialidades que lhes permitem funcionar como

[14]COSGROVE, Dennis. *Prospect, perspective and evolution of the landscape idea* .In: Transactions, Instituteof British Geographers, 10. 1985.
[15]Conferência proferida no 3º Simpósio Nacional sobre Espaço e Cultura, realizado na UERJ, em 2002.

veículos de símbolos e entrar nos processos complexos de simbolização de elementos do meio ambiente (BERDOULAY, 2012).

Consideramos a adoção da categoria paisagem cultural, internacionalmente em 1992 e no Brasil em 2009, como demonstração do desejo de considerar de maneira mais global estas relações. Se considerarmos ainda a Convenção Europeia da Paisagem, aprovada em 2000, que, dentre outras coisas, incita a ampla aceitação da proteção das paisagens, visando promover uma gestão flexível, sustentável, dos países europeus, nos aproximamos mais do conceito geográfico da paisagem, com uma concepção que não exatamente distingue a natureza dos bens culturais, mas tenta fortalecer esta abordagem integrada, tão falada, mas difícil de ser executada.

Dentro deste contexto, esta pesquisa foi organizada em cinco partes, buscando promover uma reflexão acerca das paisagens culturais, desde a discussão da evolução do conceito de paisagem nos instrumentos internacionais e nacionais até a compreensão sobre o que torna uma paisagem objeto de reconhecimento como patrimônio, a partir de uma categoria de preservação e também da necessidade de uma gestão compartilhada que nos leva a considerar seu potencial como indutora de modos de planejamento, gestão e ordenamento territoriais.

A primeira parte apresenta os objetivos e hipóteses construídas para o desenvolvimento da pesquisa. Também são apresentadas as etapas de desenvolvimento, explicitando métodos e procedimentos adotados.

A segunda parte da pesquisa apresenta a evolução do conceito de paisagem nos instrumentos internacionais desenvolvidos, sobretudo pela UNESCO, abordando também a aproximação com os conceitos de cultura e patrimônio, assim como a abordagem do Conselho da Europa, ao discutir a relevância da proteção às paisagens e sua abordagem como território próprio para o planejamento e ordenamento. Também são apresentados instrumentos nacionais de proteção ao patrimônio que se desdobraram em instrumentos mais recentes que abrangeram a proteção à paisagem.

A terceira parte apresenta uma discussão sobre as paisagens culturais assim reconhecidas pela UNESCO em todo o mundo, com o questionamento do porquê algumas paisagens merecem este reconhecimento e outras não, assim como é apresentado um panorama geral sobre as paisagens culturais declaradas

por todo o mundo, bem como suas particularidades e o atendimento aos critérios. As paisagens culturais são também agrupadas por continentes, na busca por similitudes entre suas características. Nesta terceira parte da pesquisa trazemos um comparativo entre três paisagens culturais, localizadas no continente americano, que atendem aos mesmos critérios, entre elas a paisagem do Rio de Janeiro, objeto de nossa análise dentro do contexto de discussão proposto.

Na quarta parte temos a inserção dos aspectos históricos de formação da cidade do Rio de Janeiro, buscando compreender como determinados símbolos foram inseridos como representativos daquela cidade. O processo de candidatura para reconhecimento como patrimônio da humanidade pela UNESCO também é apresentado, indicando inclusive os dois momentos e as duas propostas construídas para tal candidatura, até a obtenção do título na segunda tentativa, em 2012.

Nesta parte da pesquisa, também consideramos importante apresentar outras experiências de inscrição na lista do patrimônio mundial, como a candidatura de Buenos Aires (Argentina) e entender por que não obteve sucesso com a UNESCO. Por fim, são apresentadas outras paisagens na cidade carioca que foram desconsideradas no polígono definido pela paisagem cultural levando ao questionamento do quê realmente seria representativo do Rio de Janeiro e do carioca.

A quinta e última parte traz uma discussão acerca da gestão da paisagem a partir de uma abordagem focada no ordenamento do território e de como essa categoria de preservação poderia servir como subsídio a uma discussão mais consistente de proteção ao patrimônio, não como bens isolados, mas como um contínuo representativo da evolução e dinâmica dos usos que os grupos humanos fazem de suas paisagens.

A pesquisa busca assim problematizar a discussão a respeito da paisagem cultural, dentro da abordagem geográfica e mais além, como um conceito que subsidia uma categoria de preservação que possui grande potencial diante da percepção de que a paisagem encerra o que podemos observar, mas, sobretudo, avança para o que não pode ser visto, nas interações, no consumo, no comércio, na civilização, na mobilidade, no encantamento, na curiosidade. Permite o estudo dos fatos coletivos, a soma de fatos e de comportamentos coletivizados, porque ninguém vivencia a paisagem isoladamente, há uma experiência compartilhada

no cotidiano da paisagem, assim, suas representações estão na memória social, na memória coletiva, na identidade e no patrimônio dos grupos sociais (CLAVAL, 2001).

Objetivos e Hipótese

O objetivo principal desta pesquisa é discutir o conceito de paisagem cultural, seu significado e definição frente aos documentos internacionais e nacionais e os critérios de enquadramento dos sítios nesta categoria.

Como objetivos secundários, tem-se:

- avaliar o processo que gerou a declaração da paisagem cultural de um determinado setor da cidade do Rio de Janeiro pela UNESCO;
- analisar o setor definido como paisagem cultural na cidade do Rio de Janeiro avaliando os atributos utilizados e sua representatividade como patrimônios.
- discutir a possibilidade de uso da categoria paisagem cultural como instrumento de planejamento, gestão e ordenamento territorial.

Como hipótese de trabalho, tem-se que a paisagem não representa apenas os testemunhos de sistemas naturais transformados pela sociedade, na medida em que esta faz parte da memória social, incorporando, sobretudo, lugares que são objeto da ação pela qual a vida humana se produz e se reproduz.

Desta forma, seria possível diagnosticar características que permitam uma avaliação da paisagem como um patrimônio abrangendo aspectos culturais e naturais, fomentando práticas de gestão e ordenamento do território apoiados na valorização e reconhecimento pela coletividade que vivencia cotidianamente sua realidade e a transforma dando-lhe significado.

Desenvolvimento da pesquisa – procedimentos e métodos

A pesquisa aqui apresentada foi construída a partir de uma investigação analítico-descritiva, buscando compreender dentro de determinadas narrativas como a paisagem, a cultura e o patrimônio compõem juntos significados e valores diversos de passado e presente.

Considerando os recursos materiais, pessoais e tempo disponíveis para lidar com uma determinada pergunta científica coloca-se para o pesquisador a tarefa de encontrar e usar uma abordagem teórico-metodológica que permita,num determinado período de tempo, chegar a um resultado que melhor contribua para a compreensão do fenômeno e para o avanço do conhecimento sobre o mesmo, assim, o processo qualifica as técnicas e procedimentos adotados.

A primeira etapa, denominada Levantamento de Dados, abrange a parte inicial da investigação, quando um amplo levantamento bibliográfico foi realizado, sobretudo buscando resgatar significados e relações entre paisagem, patrimônio e cultura,como forma de substanciar a discussão em torno da construção da categoria paisagem cultural. Tal levantamento ultrapassou a Geografia e nos fez buscar referências na História, Antropologia, Arquitetura, Artes, Direito, dentre outras áreas, reforçando o enfoque multi e interdisciplinar das discussões acerca da paisagem.

Ainda na primeira etapa, o levantamento das cartas patrimoniais, os documentos resultantes de convenções e também portarias que trataram de alguma forma da paisagem e sua participação na proteção do patrimônio foram inventariadas. As fontes principais foram UNESCO, União Europeia e IPHAN, abrangendo o período de 1933 (Carta de Atenas - UNESCO) e finalizando em 2009 (Chancela da Paisagem Cultural – IPHAN).

Nesta etapa ainda se deu a escolha da área de estudo, uma vez que no universo das paisagens culturais já reconhecidas, tivemos em período concomitante ao desenvolvimento da pesquisa a eleição de um setor da cidade do Rio de Janeiro como paisagem cultural, única em ambiente urbano, fornecendo-nos assim, em âmbito nacional a possibilidade de verificar quais os critérios a tornaram elegível e qual foi o caminho traçado, institucionalmente, até tal reconhecimento.

Para tal verificação, trabalhos de campo foram também realizados, buscando no IPHAN e no Instituto Rio Patrimônio da Humanidade maiores informações relacionadas ao processo.

Na segunda etapa, denominada Sistematização, foi possível organizar todo o levantamento realizado na etapa anterior, de modo a iniciar as inter-relações entre os conceitos e categorias de análise e também a área objeto de estudo.

Por fim, na terceira e última etapa, "Análises e interpretações", correspondeu a um momento de suma importância sendo possível identificar o ponto de consonância entre a área de estudo e a construção da sua paisagem e seu enquadramento nos critérios institucionais, assim como a comparação desta área com outras que também buscaram o mesmo reconhecimento e de modo ainda mais importante verificar as propostas voltadas à gestão e ao ordenamento da paisagem, o que é colocado como um fundamento e ponto de sustentação da Chancela da Paisagem e que poderia servir de modo ainda mais abrangente para otimizar sua proteção e valorização.

As etapas da pesquisa, divididas em três momentos principais, podem ser verificadas no fluxograma (Figura 01) a seguir.

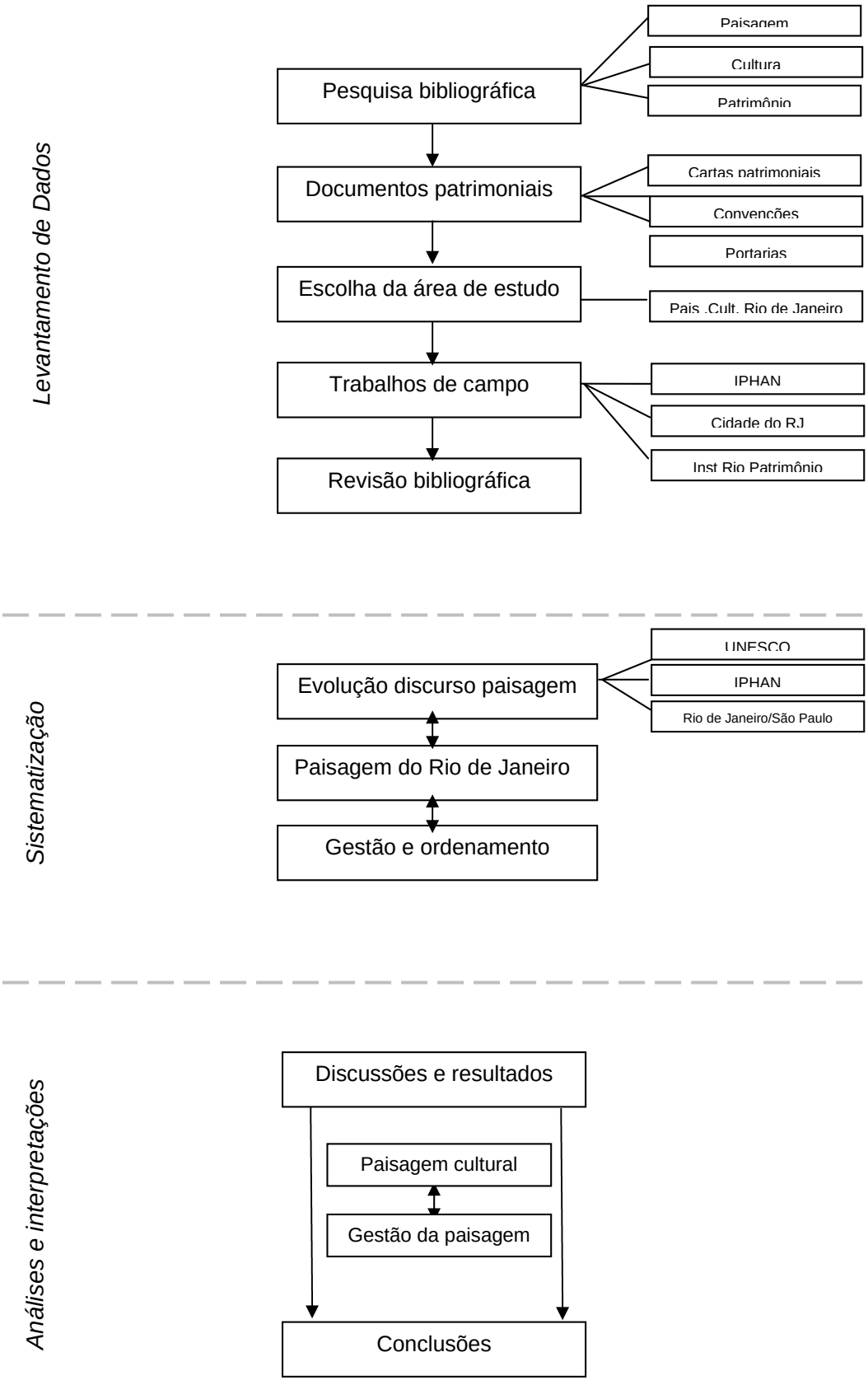


Figura 01 – Fluxograma das etapas da pesquisa. Fonte: Melo, K.C. (2015).

Escolha da área de estudo

Se a proposta é pensarmos a respeito da paisagem, sob o viés do adjetivo cultural, como conceito e categoria institucional e suas possibilidades de gestão e valorização, como não pensar na cidade do Rio de Janeiro? O Rio de Janeiro é uma paisagem símbolo nacional.

A paisagem carioca destaca-se internacionalmente e mesmo quem nunca esteve naquela cidade, reconhece sua paisagem, ao menos a paisagem eleita como representativa da brasilidade, ou melhor, da "carioquice"[16], conforme *slogan* da comemoração dos 450 anos da cidade, comemorados neste ano de 2015, com campanhas publicitárias, *outdoors*, vídeos, adesivos, etc (Figura 02).

Figura 02 – Imagens em comemoração aos 450 anos da cidade do Rio de Janeiro. Fonte: Portal Rio 450anos (2015).

Os ícones paisagísticos da cidade estão presentes em reportagens turísticas, filmes, ensaios, documentários, desenhos animados, narrativas literárias, enfim, quem pensa no Rio de Janeiro, lembra-se imediatamente da imagem do Cristo Redentor, do Morro do Corcovado, do Pão de Açúcar e seu bondinho e também da orla da zona sul (Leblon, Ipanema, Copacabana). Entretanto, a transformação da cidade em símbolo é fenômeno recente e cuidadosamente construído.

Segundo Abreu (2008) somente a partir do século XIX a cidade do Rio de Janeiro começa a transformar sua forma urbana, até então caracterizada por estreitas ruas limitadas pelos Morros do Castelo, São Bento, Santo Antônio e Conceição,além dos brejos e mangues, e, sua clara estratificação social, com uma população majoritariamente escravizada.

[16] Disponível em <http://www.rio450anos.com.br>. Acesso em 15. abr.2015.

As limitações espaciais determinadas pela natureza fizeram com que as relações entre as classes sociais existentes se dessem de maneira muito próxima, os escravos, os poucos trabalhadores livres e a reduzida elite (administrativa, militar ou mercantil) estavam todos ali, naquele ambiente habitado restrito entre a montanha e o mar (ABREU, 2008).

As modificações neste cenário iniciaram-se no século XIX impulsionadas, sobretudo, pela chegada da família real portuguesa em 1808, impondo novas necessidades materiais, seguida da independência política.

Retrocedendo um pouco mais no tempo, observa-se que a cidade do Rio de Janeiro foi fundada em 01 de março de 1565, permanecendo como capital do Brasil por um período de 197 anos, entre os anos de 1763 a 1960, segundo a história oficial assim nos conta, mas há controvérsias sobre a data. Seria1565 ou 1567? Em relação a seu fundador, Mem de Sá ou Estácio de Sá? E também sobre o local: morro Cara de Cão ou morro do Castelo? (TURAZZI, 2014).

Interessante pensar na discussão sobre a fundação da cidade, pois, mesmo este não sendo o foco direto de nosso trabalho, a questão torna-se relevante como uma das primeiras marcas da construção da história da cidade do Rio de Janeiro (Figura 3) e as inúmeras iniciativas de moldá-la de acordo com os anseios de torná-la uma referência de uma imagem para o país.

De acordo com Turazzi (2014) a centralidade do Rio de Janeiro nos destinos do país se traduziria inicialmente como uma transcrição das palavras de Estácio de Sá como sendo aquela erguida pela determinação do capitão-mor. A crônica jesuítica do século XVII da época também versava sobre os primórdios de ocupação portuguesa na cidade, o que foi sendo reelaborado no século XIX como a fundação de uma cidade concebida para ser a “rainha das províncias”, construção imaginária que foi consagrada pelas celebrações do IV Centenário da cidade. Assim, o Rio nas palavras da citada autora já seria uma cidade predestinada, desde a sua origem e por seu próprio fundador a ter uma importância simbólica engrandecida.

Para Rama (1985) as cidades do Novo Mundo, como o Rio de Janeiro, foram visualizadas como sonhos de futuro, com uma ideia de projeção do futuro tentando refletir-se no desenho urbanístico prévio, pois mesmo antes de existir na realidade essas cidades já existiam como representação simbólica.

O simbolismo, presente desde a fundação, seria uma reafirmação da historiografia baseada em heroísmos e lições de valor, a fundação da “cidade rainha” representava a legitimação do mito de origem do Rio, tradição portuguesa, filiação cristã, espírito heróico e natureza exuberante.

Ainda segundo Turazzi (2014) nada mais adequado do que omitir incertezas e desqualificar diferenças inerentes a uma narrativa histórica, o que nos leva a corroborar com Marilena Chauí, que na ocasião da comemoração dos 500 anos do país, nos fala dos mitos da fundação e do modo como se relacionavam com a formação de uma sociedade autoritária que negou suas tensões e contradições conservando-se presa a um passado repleto de figuras lendárias que obscureceram a percepção do presente, assim o mito fundador é aquele que não cessa novos meios para exprimir-se e afirma que o importante é a repetição[17].

Considerando a história da cidade, suas modificações vinculadas a projetos que foram moldando-a para torná-la detentora de ícones e símbolos, todas estas escolhas se afirmaram no momento de sua eleição como Patrimônio Mundial, sob a categoria Paisagem Cultural, fato ocorrido em 01 de julho de 2012, na 36ª sessão do Comitê do Patrimônio Mundial, reunido em São Petersburgo (Rússia), pela UNESCO, sendo inclusive a primeira área urbana a obter esse reconhecimento, dentro desta categoria.

A categoria paisagem cultural foi adotada pela UNESCO a partir de 1992 e incorporada como uma nova tipologia de reconhecimento dos bens culturais, conforme a Convenção do Patrimônio de 1972, que instituiu a Lista do Patrimônio Mundial.

O grupo de trabalho, que entregou à UNESCO o dossiê de candidatura, em sua segunda versão, justificou o valor universal, de um setor da cidade carioca, pela interação da sua beleza natural com a intervenção humana, apresentando os locais da cidade a serem valorizados com o título e que seu reconhecimento como tal fosse alvo de ações integradas do poder público, dos órgãos de proteção a natureza e do patrimônio e também de organismos internacionais voltados a preservação do patrimônio.

[17] CHAUÍ, Marilena. Brasil, mito fundador e sociedade autoritária. 1ª edição. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2000.

O sítio delimitado como paisagem cultural, abrange, dentre outras áreas, o Pão de Açúcar, o Corcovado, a Floresta da Tijuca, o Aterro do Flamengo, o Jardim Botânico, a Praia de Copacabana e a Baía de Guanabara, o Forte de Copacabana entre outros (Figura 3).

Dentro deste contexto, observa-se uma interação entre objetos do meio natural e do meio cultural, que somados compõem a chamada paisagem cultural, entretanto, a compreensão da amplitude deste título e também da percepção daqueles envolvidos diretamente com esta paisagem passa por um resgate histórico com o objetivo compreender quais os significados contidos neste patrimônio, reflexões que motivaram esta pesquisa. A localização da cidade do Rio de Janeiro pode ser observada na Figura 04.

Um aspecto importante da escolha da área de estudo é o fato da cidade constituir aderências que ligam indivíduos, famílias e grupos sociais entre si e de modo resistente suas memórias não se perdem totalmente no tempo e no espaço.

A cidade é um coletivo de vivências homogêneas, ela permite o surgimento da memória do grupo ou social, referida a algum lugar, é o fato deque aquele grupo ou classe social estabeleceu ali suas relações sociais.

Essas relações, entretanto, podem ser de dominação, de cooperação ou de conflito, e variam tanto no tempo como no espaço. A vivência na cidade origina inúmeras memórias coletivas, que podem ser distintas umas das outras, mas que têm como ponto comum a aderência à essa mesma cidade. Assim uma paisagem cultural não deve restringir-se a imagens pictóricas do ambiente rural, como vinha sendo feito, excluindo-se os ambientes urbanos desta categoria.

Os registros da paisagem podem se eternizar tornando-se registros permanentes, essas memórias urbanas não perdem seu caráter específico, sua vinculação ao grupo ou classe que as produziu, mas nem todas as memórias coletivas urbanas podem, ou conseguem, ser registradas; muitas perdem-se no tempo, o que faz com que os vestígios do passado que subsistiram na paisagem ou nas instituições de memória sejam apenas fragmentos das memórias coletivas que a cidade produziu, geralmente ligados a estruturas de poder.

Rio de Janeiro - bens inseridos na paisagem cultural

01 Pão de Açúcar
02 Corcovado - Cristo Redentor
03 Parque Nacional da Tijuca
04 Aterro do Flamengo
05 Jardim Botânico
06 Baía da Guanabara
07 Forte de Copacabana

Fonte: Projeto Rio-25. escala original 1:25.000.
IBGE, 2014.

Figura 3 – Rio de Janeiro, bens inseridos na paisagem cultural. Fonte: Projeto Rio-25, IBGE 2014. Organização Melo, K.C.(2015).

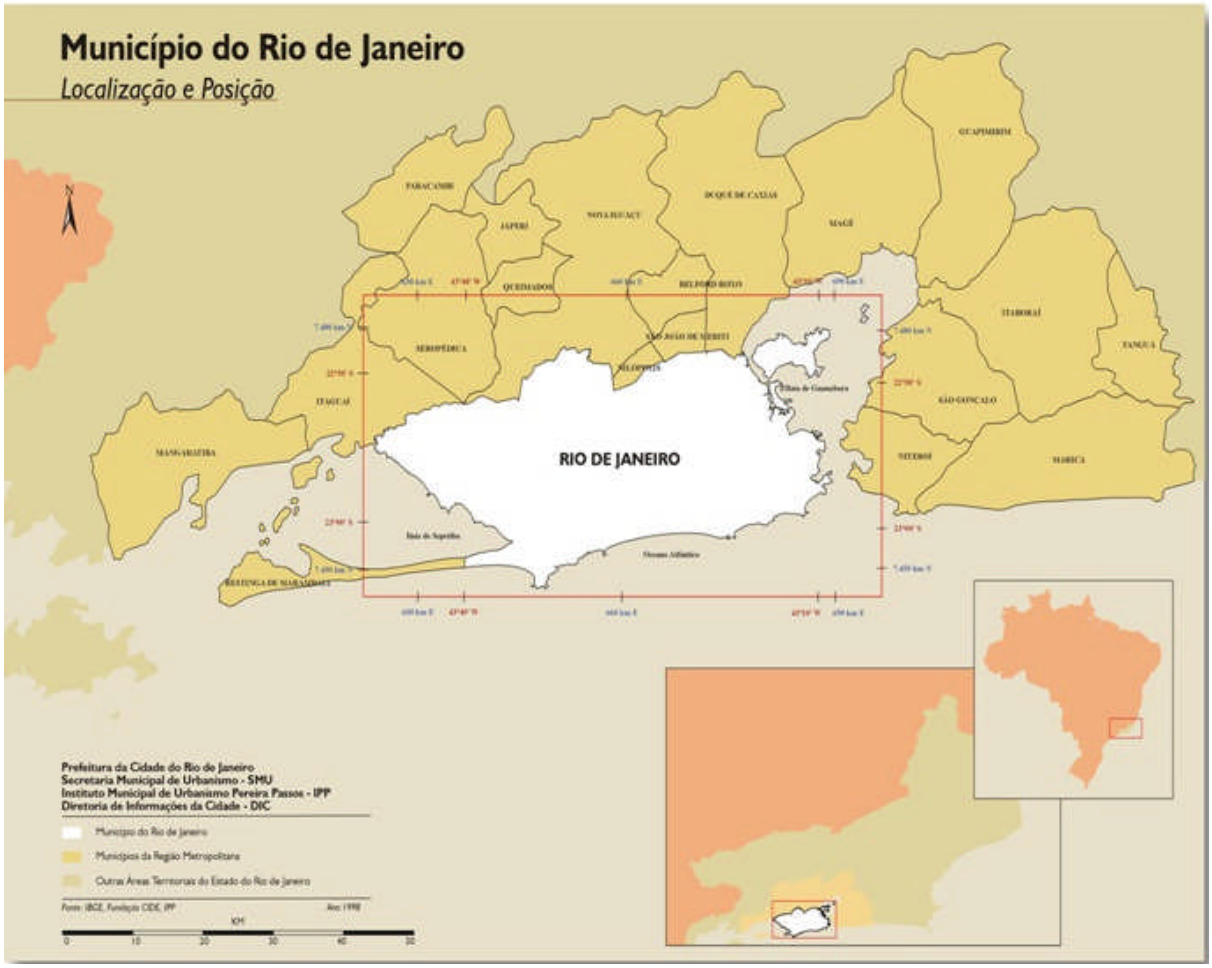


Figura 4 – Localização da cidade do Rio de Janeiro. Fonte: IRPH, 2012.

Como bem lembrou Le Goff (1990), as classes mais poderosas não apenas construíram objetos mais duráveis, como foram também as criadoras das próprias instituições de memória, não raro estabelecidas exatamente para guardar as lembranças que aqueles que as instituíram consideravam importantes. Por essa razão, os documentos que se encontram nessas instituições e que são também invariavelmente utilizados como fontes ou atestados de "memória urbana", são, eles também, expressões de poder. Como afirmou Foucault (1969), os documentos não são uma matéria-prima objetiva, eles expressam também o poder da sociedade sobre a memória e sobre o futuro.

A memória pode ser analisada como uma categoria biológica/psicológica que diz respeito à capacidade de armazenagem e conservação de informações, entretanto, não e neste sentido que pretendemos enfocá-la nesta pesquisa, o interesse na memória aqui é como um elemento essencial da identidade de um lugar.

Temos então um impasse. Será improvável recuperar a memória de uma cidade?A resposta a essa pergunta é, ao mesmo tempo, sim e não. Sim, é impossível recuperar a memória de uma cidade, se isto quer dizer a totalidade das memórias coletivas que tiveram aquela cidade como referencial. Isto não quer dizer, entretanto, que seja impossível resgatar muitas outras memórias dessa cidade.

Esta tarefa não só é viável, como necessária, uma vez que é por meio da recuperação das memórias coletivas que permanecem do passado (estejam elas materializadas no espaço ou em documentos) e da preocupação constante em registrar as memórias coletivas que ainda estão vivas no cotidiano atual da cidade (muitas das quais certamente fadadas ao desaparecimento) que poderemos revisitar muito do passado, eternizar o presente, e garantir às gerações futuras um lastro de memória importante para a sua identidade.

PARTE II

AS BASES INSTITUCIONAIS DA PAISAGEM COMO CATEGORIA DE PATRIMÔNIO

UNESCO E IPHAN - CONVENÇÕES, CARTAS, DECLARAÇÕES E CHANCELA

2.1 O patrimônio e a UNESCO

A UNESCO foi criada em 04 de Novembro de 1946, representando uma das agências especializadas que se reportam para o Conselho Social e Econômico das Nações Unidas. Criada logo após o fim da segunda Guerra Mundial seus objetivos estavam relacionados à paz e segurança por meio da educação, da ciência, da cultura e das comunicações, os mesmos objetivos do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas – ONU.

O contexto mundial existente naquele momento tinha como propósito os aspectos ideológicos representados pelo embate entre o liberalismo e o comunismo da Guerra Fria, episódio que gerou tensão e intensificou a sensação de insegurança e a expectativa de violência, fator definitivo para determinar o papel político da UNESCO na sociedade internacional (NICOLAU, 2005).

Conforme citado, a finalidade de sua criação relacionava-se com a contribuição à paz e à segurança, promovendo a colaboração entre as nações. Esta finalidade faz referência ao Artigo 1º da Carta da ONU[18] (1945) que estabelece como um de seus propósitos:

> "Conseguir uma cooperação internacional para resolver problemas internacionais de caráter econômico, social, cultural ou humanitário, e para promover e estimular o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais para todos, sem distinção de raça, sexo, língua ou religião" (ONU, 1945)

Com o fim da Guerra Fria, a atuação no âmbito da cultura da UNESCO não necessitava mais estar tão atrelada às ideologias e abertamente aos conceitos de paz e segurança, tais como eram defendidos no período de conflito, características da maior parte do século XX. Segundo Oliveira (2000) com o término do período de tensão e o início do momento conhecido como "globalização" deslocou-se o conceito norteador das discussões da ação social do campo da ideologia para o da cultura e do patrimônio, buscando um modelo mais focado na sociabilidade e na aproximação entre as nações sobretudo em virtude daqueles bens intitulados como patrimônios e que deveriam interessar a todos.

[18] A Carta das Nações Unidas foi assinada em São Francisco, a 26 de junho de 1945, após o término da Conferência das Nações Unidas sobre Organização Internacional, entrando em vigor a 24 de Outubro daquele mesmo ano. Disponível em <http://unicrio.org.br/img/CartadaONU_VersoInternet.pdf>. Acesso em 10.jan.2014.

Se a cultura passa a ser o ponto central de atuação da UNESCO e via de aproximação entre os diferentes países, qual o significado deste conceito dentro da instituição? O conceito de cultura na UNESCO tem sentido amplo, compreendendo artes, expressão cultural, conhecimento e modos de vida, de acordo com a Declaração da Cidade do México sobre Políticas Culturais[19] (1985) o conceito de cultura é definido como:

> "[...] o conjunto dos traços distintivos, espirituais e materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade ou um grupo social e que abarca, para além das artes e das letras, os modos de vida, os direitos fundamentais do ser humano, os sistemas de valores, as tradições e as crenças". (UNESCO, 1985, p.1)

A UNESCO trata a questão cultural de forma abrangente, sob vários aspectos do mesmo tema e, assim, "tornou-se um órgão com funções muito amplas, sem uma estratégia única, o que resulta em confusões de objetivos e ações cumulativas com outros órgãos" (NICOLAU, 2005, p. 136).

Suas ações, muito em razão de sua abordagem generalista, são pouco efetivas no campo da política internacional, se comparadas com as de outras agências internacionais, como é o caso, por exemplo, da Organização Mundial do Comércio (OMC) que, além de ser uma agência autônoma permite a aplicação de sanções comerciais para a imposição de suas normas e regras.

Desde 1972 a UNESCO trabalha impulsionada pela Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural, que reconhece que alguns lugares na superfície terrestre são de "valor universal excepcional"e devem, portanto, fazer parte do patrimônio comum da humanidade.

A Lista do Patrimônio Mundial atualmente inclui 1.007 sítios[20], sendo 779 culturais, 197 naturais e 31 mistos – distribuídos em 161 Estados-parte. Essa Convenção combinou os conceitos de conservação natural e de preservação de bens culturais, enfatizando o papel das comunidades locais. Segundo a própria UNESCO a Convenção funcionou como uma ferramenta eficaz para o

[19] Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Declaracao%20do%20Mexico%201985.pdf> Acesso em 10.abr.2015..

[20] Consulta ao site da UNESCO <http://www.unesco.org/new/pt/brasilia/culture/world-heritage/cultural-heritage/>. Acesso em 15.abr.2015.

monitoramento da mudança climática, da urbanização acelerada, do turismo em massa, do desenvolvimento socioeconômico e dos desastres naturais, além de outros desafios contemporâneos.

Em relação à Lista do Patrimônio Mundial, segundo Scifoni (2006) ela traz duas questões fundamentais: o crescimento do interesse pelos patrimônios acirrando a disputa por este título entre os Estados-parte e também a desigualdade na distribuição espacial dos patrimônios reconhecidos e elencados pela instituição.

Diante disto, neste capítulo busca-se apresentar as diversas maneiras pelas quais a paisagem já foi tratada nas discussões e documentos da UNESCO até atingir o patamar de uma categoria dentro da Lista do Patrimônio e trazer à reflexão de que maneira a paisagem entra neste seleto rol de patrimônios e, sobretudo, do porquê do sucesso do patrimônio nos últimos tempos.

Entre a discussão sobre a UNESCO e sua Lista, os conceitos de cultura e patrimônio também farão parte da construção deste texto, uma vez que são fundamentais para compreender como a instituição foi desenhando sua atuação desde sua criação até os dias atuais. Mais ao final insere-se o papel do IPHAN dentro desta leitura de evolução da abordagem da paisagem em suas deliberações sobre o patrimônio nacional até alcançar a Chancela da Paisagem Cultural[21] em 2009. Além disso, falaremos de modo breve sobre alguns instrumentos que surgiram em São Paulo, sobretudo na capital, desde a década de 1970 e que apresentaram modos diferentes de pensar o patrimônio, assim como o papel do CONDEPHAAT em âmbito estadual.

A UNESCO, em sua Convenção para a proteção do Patrimônio Cultural e Mundial, de 1972, definiu que alguns lugares do planeta por seu elevado valor universal deveriam fazer parte de um patrimônio comum da humanidade.

Hoje já são algumas centenas de lugares considerados patrimônio da humanidade, lugares selecionados entre reservas ambientais e patrimônios construídos. No Brasil, os centros Históricos de Ouro Preto, Olinda, São Luiz, Goiás Velho, o Pelourinho de Salvador, além dos profetas de Congonhas do Campo são considerados patrimônios culturais da humanidade, enquanto que as

[21] Portaria nº 127 de 30 de abril de 2009. Disponível em <(http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=1236>. Acesso em 15.abr.2015.

reservas ambientais do Pantanal, Amazônia e Mata Atlântica são consideradas patrimônios ambientais da humanidade.

2.2 A cultura do patrimônio

Concordando com Choay (2001) entende-se a valorização do patrimônio histórico como a representação de um empreendimento considerável, representando para muitos estados ou regiões, a manutenção e o futuro econômico, quase sempre pelo viés do turismo. Bissoli (2010) ressalta ainda que entre as vantagens advindas de participar da lista de bens patrimoniais, estão o acesso ao Fundo do Patrimônio Mundial e a outros investimentos públicos ou privados, além da notoriedade e projeção em escala mundial alavancando o turismo nestas áreas, sendo assim vista como uma possibilidade de crescimento econômico.

A necessidade de salvaguardar territórios cada vez maiores, ampliando a lista dos patrimônios assim reconhecidos pela UNESCO e suas particularidades locais étnicas e culturais inseridas nestas áreas, permite também compreender uma das respostas ao que Choay (2001, p. 223) chamou de processo “planetário de banalização” e “entandartização das sociedades e seus meios”, pois se o espírito da conservação não estiver apoiado sobre valores permanentes da memória e da cultura corre-se o risco, segundo o autor, de nos depararmos com um mundo com “bolhas de preservação” em meio à massa “urbanalizada”. Trata-se então da construção de imagens para o consumo, sobretudo turístico, onde esta imagem possa ser vendida e as atividades econômicas passam a ter mais importância do que o próprio produto em si e seus habitantes cotidianos.

A noção de patrimônio evoca significados distintos relacionados à herança, à posse, pessoal ou coletiva e também ao sentimento de pertencimento. O conceito de patrimônio aparece associado à transmissão e à recepção do passado ancestral, ao cabedal individual construído, à ambivalência entre privado e público. Este conceito não se reduz ao passado, está também relacionado ao futuro, ao ato de transmitir, evocando seu sentido original do direito romano: os bens transmitidos pelo pai, à propriedade herdada dos antepassados ou aos

monumentos herdados das gerações anteriores*, ou patrimonium*[22] *(*FUNARI, 2005).

A noção de patrimônio mantém-se assim vinculada às de lembranças e de memória e em relação à última estabelece vínculos entre as gerações humanas e o tempo histórico que as acompanha.

No âmbito do patrimônio encontra-se o estabelecimento da acepção antropológica da cultura como sendo o conhecimento que uma sociedade tem de si mesma, a respeito de outras sociedades, o meio material em que vive e também sobre sua própria existência (FUNARI, 2005) ampliando, assim, o conceito que passou a abarcar também a maneira do ser humano existir, pensar e se expressar, bem como as manifestações simbólicas de seus saberes, práticas e cerimônias, sistemas de valores e tradições.

O significado de patrimônio na Declaração do México de 1982 trouxe uma caracterização ampliada e bastante genérica da cultura, em uma linha que frisou a importância da preservação de obras, materiais e não materiais, que expressassem a criatividade de um povo, salientando que a necessidade da preservação e o apreço pelo patrimônio cultural como forma de defesa de sua soberania e independência, seria a expressividade da relação entre a cultura e o patrimônio.

Segundo Laraia (2006) quando o homem tinha como limites seu próprio olhar, a distância até onde os passos poderiam levá-lo, a cultura não era discutida, a tradição ou a herança recebida dos antepassados era cultuada como um tesouro e deveria ser guardada e entregue às novas gerações.

Tylor (1871 apud LARAIA, 2006) afirmava que a cultura está relacionada com as formas de evolução, a evolução biofísica dos seres vivos até o *Homo* passa por um salto qualitativo, passando pelo aparecimento da cultura, originando-se a partir daí o *Homo sapiens.* Outra teoria considera a existência da superposição evolutiva entre o biológico e o cultural, o desenvolvimento do cérebro e os indícios de humanização, uma vez que, ao mesmo tempo em que ocorriam mudanças genéticas que conduziam a um ser anatomicamente diferenciado, foram aparecendo manifestações rudimentares do fazer, daquilo que hoje a Antropologia chama de cultura.

[22] MICOUD, André. Le bien comuns des patrimoines. In: Patrimoine culturel, patrimoine naturel. Paris. La Documentation Françoise, 1995.

O autor Roger Keesing (apud LARAIA, 2006) em seu artigo "*Theories of Culture*" classificou as tentativas modernas de conceituar a cultura e apesar de fortes divergências, as concordâncias encontradas foram:

- culturas são sistemas de padrões de comportamento socialmente transmitidos que servem para adaptar as comunidades humanas aos seus embasamentos biológicos. Esse modo de vida das comunidades inclui tecnologias e modos de organização econômica, padrões de estabelecimento, de agrupamento social e organização política, crenças e práticas religiosas.
- mudança cultural é primariamente um processo de adaptação equivalente a seleção natural.
- a tecnologia, a economia de subsistência e os elementos da organização social diretamente ligadas à produção constituem o domínio mais adaptativo da cultura, é neste domínio que começam as mudanças adaptativas que depois se ramificam.
- os componentes ideológicos dos sistemas culturais podem ter consequências adaptativas no controle da população, da subsistência, da manutenção dos ecossistemas, etc.

A compreensão da lógica de um sistema cultural depende da compreensão das categorias constituídas pelo mesmo, as categorias seriam os princípios de juízos e raciocínios constantemente presentes na linguagem, sem que estejam necessariamente explícitos, existem ordinariamente sob a forma de hábitos, diretrizes e da consciência.

O tempo constitui um elemento importante na análise de uma cultura, grande parte dos padrões culturais de um dado sistema não foi criada por um processo autóctone, mas foram copiados de outros sistemas culturais, esses empréstimos culturais na antropologia são chamados de difusão e sem ela não seria possível o desenvolvimento atual da humanidade.

Laraia (2007) por sua vez, configura um panorama marcado por dois grupos de teorias antropológicas acerca da cultura. O primeiro deles entende a cultura como um sistema adaptativo. Apesar das divergências internas, é comum aos autores pertencentes a essa linha teórica encararem a cultura como "sistemas (de padrões de comportamento socialmente transmitidos) que servem

para adaptar as comunidades humanas aos seus embasamentos biológicos", sendo que "esse modo de vida das comunidades inclui tecnologias e modos de organização econômica, padrões de estabelecimento, de agrupamento social e organização política, crenças e práticas religiosas, e assim por diante".

O segundo grupo, das teorias idealistas de cultura, possui três abordagens (PINTO, 2009):

a) Cultura como sistema cognitivo – é um sistema de conhecimento que consiste em tudo aquilo que alguém tem de conhecer ou acreditar para operar de maneira aceitável dentro da sociedade;

b) Cultura como sistemas estruturais – cultura é um sistema simbólico que é uma criação acumulativa da mente humana.

c) Cultura como sistemas simbólicos – cultura é um sistema de símbolos e significados que compreende categorias ou unidades e regras sobre relações e modos de comportamento.

De acordo com Leonhardt (2008) o homem superou em muitos sentidos, o determinismo biológico animal, tomando consciência de si mesmo e criando culturas e é isso que o diferencia. Há maneiras de distinguir os significados que assumiram historicamente as concepções de cultura, de um lado há uma concepção clássica, na qual a cultura é pensada como processo de auto aperfeiçoamento humano.

De outro lado há uma concepção moderna, que data do século XVIII fundada no pensamento do filósofo alemão Johann G. Herder (1744-1803) e segundo o qual as culturas seriam expressões orgânicas da identidade dos diversos agrupamentos humanos. No primeiro caso a ideia de cultura está associada a ideia de trabalho, de esforço constante e consciente no sentido de formar e aperfeiçoar os seres humanos; no segundo, ela é pensada fundamentalmente como expressão da alma coletiva, assumindo o sentido relativista que veio marcar a história da antropologia ao longo do século XX (GONÇALVES, 2005).

Relacionado ao patrimônio, se por um lado este pode ser entendido como a expressão de uma nação ou de um grupo social, algo que é herdado, por outro, ele pode ser reconhecido como um trabalho consciente, deliberado e constante de reconstrução. Se os dois lados estão presentes na categoria patrimônio, este

pode funcionar como um mediador entre essas duas importantes dimensões da noção de cultura.

Somada a esta discussão, pode-se incluir outro tipo de patrimônio, o natural, tornando o debate ainda mais complexo e ampla em seus significados, sobretudo quando há a articulação com a categoria paisagem, uma vez que ela incorpora as relações do homem com o meio e ainda sugere que os modos de vida do ser humano produzem paisagens culturais; as singularidades relacionais existentes entre as culturas e o meio ambiente definem, conforme os fundamentos da Geografia Cultural, os traços da própria paisagem e a distinguem de outros espaços (BERQUE, 1998).

Um ponto comum a quase todos os autores é a relação entre o símbolo e seus significados atribuídos a compreensão do conceito de cultura, seja ela relacionada à paisagem ou ao patrimônio. Da mesma forma, podemos citar Chauí (1992), uma vez que ela coloca a cultura envolvida na criação de uma ordem simbólica estabelecida a partir da atribuição de valores às coisas, aos relacionamentos humanos aos acontecimentos e à criação de uma ordem simbólica ligada à linguagem, ao trabalho, ao tempo, ao espaço e ao sagrado, instituindo práticas, comportamentos e ações pelas quais os indivíduos estabelecem relações com a natureza modificando-a. Esta leitura aproxima-se daquela feita em relação à paisagem, visto que sua compreensão carece de significados, de usos e de relações.

Os grupos humanos manejam uma ambiguidade estrutural para construir suas identidades, suas economias e seus processos de transformação política, porque nela reside grande parte das expectativas desses grupos, numa tentativa de assegurar sua sobrevivência. Por identidade cultural - dentro desta perspectiva – entende-se, portanto, o processo configurativo de práticas e manifestações culturais, presentes nos grupos humanos, que procuram uma cristalização de transcendência ligada à sua permanência e reprodução e é na paisagem que estes aspectos encontram sua materialidade.

Conforme tratado nas linhas anteriores e posto que o significado do patrimônio esteja relacionado à herança de bens, tem-se que o patrimônio histórico, seja na esfera cultural ou natural, ou paisagístico, de uma dada região apresenta-se originalmente como expressão concreta e espacial dos ecossistemas que o compunham e se modificaram. Entretanto, a paisagem

herdada, apesar de incorporar a história da sociedade que a transformou, encontra-se alterada nas suas características originais, situação que reforça a necessidade de utilizar o conceito de paisagem como forma de buscar sua preservação e valorização dentro de um espaço contínuo e detentor de símbolos e significados próprios.

Pensando nesta amplitude de significados e relações possíveis, a proteção do patrimônio, sob qualquer esfera, passa, conforme nos traz Canclini (1994) pela existência de quatro paradigmas das políticas culturais que determinam os objetivos da preservação do patrimônio, o primeiro ligado ao valor do bem e os outros três correspondendo ao privilégio outorgado aos diferentes agentes sociais:

- tradicionalismo substancialista, julga os bens históricos unicamente pelo valor que tem em si mesmos, concebendo uma conservação independente de um possível uso atual;
- àqueles que vêem nas questões relativas ao patrimônio uma oportunidade para valorização mercantil do espaço social, geralmente ligada às atividades do mercado imobiliário e turístico.
- postura estatal, empenhada na consolidação de uma identidade nacional, no ufanismo, considerando os bens patrimoniais basicamente como monumentos a um passado glorioso a ser eternizado.
- concebe a preservação do patrimônio em função das necessidades sociais atuais.

Neste sentido, Canclini (1994) propõe como critérios gerais que a preservação dos bens culturais não possa ser mais importante que a vida das pessoas que necessitem deles para viver; é primordial buscar uma situação de equilíbrio entre as tradições responsáveis pela construção de identidades e as mudanças inevitáveis e requeridas pela modernização, levando à percepção de que estas políticas que preservam devam adotar processos participativos.

Por outro lado, segundo Pelegrini (2006) desde o Renascimento, as filosofias humanistas procuraram proclamar a “superioridade humana” em relação ao “reino da natureza”; nos tempos atuais essa interpretação adquiriu maior complexidade a medida que a condição biológica humana foi sendo admitida e que a própria natureza passou a ser concebida como um fenômeno em

permanente transformação. Essa abordagem reforça a discussão sobre a relação entre natureza e cultura e como isso tem se manifestado nas concepções do patrimônio.

De acordo com Fonseca (1997) é prática comum dos estados modernos a constituição de patrimônios históricos e artísticos nacionais, por meio de agentes recrutados entre os intelectuais com base em instrumentos jurídicos específicos, delimitando assim um conjunto de bens no espaço público, que teoricamente são merecedores de proteção e reconhecimento enquanto manifestações culturais ou símbolos de nacionalidade, visando sua transmissão às gerações futuras.

As políticas patrimoniais se propõem a atuar no sentido de preservação de determinados bens, materiais ou imateriais, portadores de certos valores simbólicos atribuídos, cujo objetivo é o da consolidação de determinada identidade coletiva, nacional. De acordo com Fonseca (1997) a partir do século XIX se consolidaram dois modelos de políticas de preservação do patrimônio:

- o modelo anglo-saxão, baseado em organizações civis, ligando o culto do passado com a valorização estética e,
- o modelo francês, de caráter estatizante e centralizador, voltado mais diretamente à consolidação do caráter nacional e aos interesses políticos.

Em ambos os casos o conceito de monumento passa a ser admitido enquanto testemunho do passado e documento histórico, desempenhando o papel que seria da paisagem.

Ruskin (apud Fonseca, 1997) aperfeiçoou a evolução dos conceitos ligados à preservação, ligando a vida cotidiana aos valores históricos por meio da arquitetura, importante elemento da conservação do passado, não apenas em relação a sua materialidade, mas como portadora de princípios e virtudes representativas das práticas sociais e da história da nação.

Tudo o que é manifestação do esforço humano deve ser objeto de reverência, daí seu intuito de preservar não apenas os monumentos excepcionais, como também o mundo doméstico e do trabalho, aquilo que mesmo não sendo considerado excepcional, representa as práticas e os saberes de um determinado grupo em determinada época.

Segundo Hugues de Varine-Boham[23] (apud LEMOS, 2006) o patrimônio cultural pode ser dividido em três categorias de elementos:

1. Elementos pertencentes à natureza, que correspondem aos recursos naturais e tornam o sitio habitável (rios, águas, animais, vegetação etc) tudo aquilo que transformamos em força motriz, em alimento, em abrigo, etc, o clima que condiciona os hábitos, a presença de uma serra que isola uma comunidade, tudo aquilo que está no meio que condiciona o comportamento das pessoas. Neste grupo ele indica o papel da Paisagem como detentora de toda a simbologia para os diversos grupos humanos;

2. Elementos relacionados ao conhecimento e às técnicas de sobrevivência, estes são os bens intangíveis, relacionados ao saber fazer; e,

3. Elementos materiais, tangíveis, englobando todas as coisas, objetos, artefatos, construções, etc,

A partir destes três enfoques podemos refletir sobre as inter-relações existentes entre o ambiente, o conhecimento e tudo aquilo que as sociedades humanas construíram e desejam proteger. Um objeto isolado de seu contexto social e natural é tão somente um fragmento dentro das possibilidades locais do grupo ao qual pertenceu, da mesma forma a paisagem vista de maneira desvinculada dos grupos que a ocuparam e a moldaram também se torna uma parte fragmentada da realidade (MENESES, 2002).

O indivíduo acumula as gradações culturais que seus antepassados alcançaram e que são passadas de geração em geração e formam as estruturas de todos os saberes alcançados, modos de vida, hierarquia, crenças, medos, cultos, desenhos executados nas primitivas moradas, cada artefato, cada marca, cada signo simboliza uma forma de pensamento tornado tangível. O conhecimento do homem é cumulativo e o indivíduo que chega sente despejado sobre si toda a carga cultural adunada pelos que a ele antecederam.

Segundo Gonçalves (2002, apud SCIFONI, 2006) os patrimônios culturais não podem ser considerados apenas coleções de objetos e estruturas materiais

[23] *A experiência internacional*; notas de aula. São Paulo, FAU, 1974. Importante ressaltar que este curso influenciou de modo direto a atuação dos técnicos envolvidos com a discussão do patrimônio em São Paulo, entre as décadas de 1970 e 1980.

que existem por si mesmos, são constituídos discursivamente, expressando determinadas visões de mundo, dividindo-se por dois princípios: monumentalidade e cotidiano.

O discurso da monumentalidade fundamenta-se na historiografia oficial e na visão de um passado histórico nacional; a monumentalidade revela-se na grandiosidade e no valor estético das edificações.

Do ponto de vista do patrimônio natural a monumentalidade expressa a beleza natural espetacular, intocável e grandiosa. No discurso cotidiano outros valores são priorizados, como a experiência pessoal e coletiva dos diversos grupos sociais, constituindo o patrimônio como a representação da diversidade cultural presente em uma sociedade (SCIFONI, 2006).

O patrimônio cultural é um termo já consagrado pela sua associação aos bens tangíveis, sobretudo na proteção de grandes monumentos, sítios históricos e obras de arte. A evolução e extensão do conceito resultam na sua visão contemporânea, através da qual está associado à construção social, reunindo indivíduos e grupos em torno de um sentimento de identidade coletiva, visível pelos bens e símbolos preservados por aqueles que aí se reconhecem, incluindo-se também a natureza, pois além de provedora de recursos, se apresenta como um marco cultural, contribuindo, fundamentalmente para a definição de uma identidade.

A noção de memória e da identidade contemporânea permite incluir tanto o cultural quanto o natural na abordagem do patrimônio, visando a preservação dos símbolos, dos significados, dos monumentos e da biodiversidade.

2.3 Instrumentos da UNESCO

Uma vez que as relações entre o patrimônio, cultura, paisagem e também questões relacionadas à proteção deste patrimônio possam ser estabelecidas e lidas indissociadamente, as normas vão sendo criadas para dar força à aplicação de instrumentos na proteção do patrimônio. A Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, de 1972, ressaltou o interesse de bens do

patrimônio cultural e natural e a necessidade de sua preservação enquanto componentes do patrimônio mundial da humanidade[24].

A Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento da UNESCO, em relatório de 1996, ao distinguir a importância da cultura como instrumento do processo de desenvolvimento, privilegia a relação intrínseca cultura-natureza[25], a paisagem, após longo percurso dentro dos instrumentos da UNESCO, passa a afirmar-se dentro do discurso internacional da valorização dos patrimônios.

A interação entre o cultural e o natural apresenta importância prática e significativa na construção da valorização do patrimônio, seja da humanidade, da comunidade, seja natural, cultural ou combinado, atribuindo-lhe novo papel no cenário atual. O patrimônio é indissociável do ambiente, em sua dimensão natural; em sua dimensão cultural, o patrimônio relaciona-se ainda mais com este ambiente, base de atividades, que o influencia e o condiciona; o patrimônio requer que este ambiente tenha qualidade para poder existir e subsistir, ser valorizado e representativo dos saberes, práticas, hábitos e modos de fazer de um determinado grupo.

Por muito tempo a dualidade entre o natural e o cultural permeou as decisões da UNESCO relacionadas ao reconhecimento do patrimônio ao redor do mundo, entretanto a categoria paisagem cultural, incluída a partir de 1992, incorporou a nova tipologia de reconhecimento dos bens culturais complexos.

A inserção da paisagem na discussão do patrimônio é consignada por meio das Cartas Patrimoniais e Resoluções relativas à proteção e conservação do patrimônio cultural.

O objetivo destes instrumentos foi propor normas e condutas relacionadas à preservação e conservação do patrimônio histórico e cultural mundial (BISSOLI, 2010). Cartas, resoluções, recomendações, conferências e convenções promovidas por órgãos como UNESCO e ICOMOS, além da Comunidade Europeia permitiram que as discussões evoluíssem em relação ao reconhecimento da paisagem, de extensões territoriais não apenas como um ambiente de fundo para determinado patrimônio isolado, mas como parte indissociável dele.

[24] UNESCO**. La dimension culturelle du développement.** Paris, Ed. UNESCO, 1994.
[25] UNESCO. **Nossa diversidade criadora: relatório da Comissão Mundial da Cultura e Desenvolvimento.** Javier Perez de Cuéllar (org.). Campinas (SP). Papirus, Brasília.1997.

Uma leitura temporal dos instrumentos da UNESCO e outros grupos correlacionados, como o Conselho da Europa, que definiram e influenciaram as diretrizes para determinação dos patrimônios, nos leva a observar a evolução que a paisagem obteve nestes instrumentos e nas discussões coletivas, considerando a complexidade existente entre os ambientes e seus habitantes.

Alguns destes instrumentos são aqui elencados, analisados e parte deles também constará nos Anexos desta pesquisa, uma vez que são considerados fundamentais para a discussão aqui proposta.

O primeiro destes instrumentos a compor a evolução desta discussão foi a Carta de Atenas[26], desenvolvida em 1933, no IV Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM).

De 1928 a 1956, o congresso se reuniu por 10 vezes, tratando de temas como o habitat mínimo, o edifício racional, a cidade funcional, a habitação coletiva, os núcleos urbanos e outros temas ligados a urbanidade e formas de ocupação desta. Observa-se uma discussão ainda tímida e retraída sobre o papel do ambiente, neste período e também quanto ao ambiente urbano, na composição de áreas com relevância para preservação.

Segundo Bissoli (2010) a divulgação da Carta de Atenas repercutiu no Brasil, que desenvolvia, na época, a Constituição Federal de 1934. Havia uma preocupação com a questão do patrimônio cultural e no lançamento de símbolos que reforçassem as características nacionais.

Alguns anos depois, em 1937, o IPHAN foi criado e neste mesmo ano foi lançado o Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. O patrimônio nacional precisava ser constituído e o foco inicial foi o monumento, edificação ou bem cultural. A paisagem era considerada apenas como entorno destes bens, algo que servia para a proteção apenas enquanto pano de fundo, um cenário.

A Carta de Atenas sobre isso recomendava que na construção dos edifícios, devesse se respeitar o caráter e a fisionomia das cidades, sobretudo na vizinhança dos monumentos antigos; a cidade configuraria apenas uma parte de um conjunto maior, com aspectos econômicos, políticos e sociais que constituiriam uma região.

As condições vitais para uma cidade são determinadas por suas vias de comunicação, assegurando que as trocas sejam possíveis, ressalta também o

[26] Disponível em http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=233. Acesso em 10/fev.2014.

papel da geografia como determinante nos aspectos construtivos de uma região. A existência de divisores de água, morros, determinariam um contorno natural confirmado pelas vias de circulação, a geografia e a topografia desempenhariam assim papel fundamental no destino dos homens (CIAM, 1933).

Segundo esta carta, as planícies, colinas e montanhas contribuem também para modelar uma sensibilidade determinando uma mentalidade, no item "*g"* da sua primeira parte, diz-se que as razões que presidem o desenvolvimento das cidades estão submetidas a mudanças contínuas, no decorrer do tempo os valores inscrevem-se no patrimônio de um grupo, seja da cidade, país ou mesmo humanidade, atingindo em determinado momento todo conjunto de construções ou de caminhos.

Neste 4º Congresso da CIAM, de 1933, chegou-se ao postulado de que o sol, a vegetação e o espaço são as três matérias-primas do urbanismo, assim, a partir disto pode-se julgar as coisas existentes e apreciar as novas propostas de um ponto de vista humano, observam-se algumas colocações que remetem aos princípios do ordenamento territorial, no item *"f"* da segunda parte, fala-se sobre as ocupações de zonas favorecidas por habitações de luxo, indicando que as aspirações instintivas do homem o induzem a procurar condições de vida e uma qualidade de bem estar, desde que seu poder aquisitivo assim permita, buscando assim estar próximo da natureza.

O zoneamento seria assim, a operação feita sobre um plano de cidade com o objetivo de atribuir a cada função e a cada indivíduo seu justo lugar, cada atividade humana teria assim seu lugar, locais de habitação, centros industriais ou comerciais, salas ou terrenos para o lazer, ressalta ainda que não somente àqueles beneficiados economicamente deveriam ser dadas condições adequadas de moradia, é preciso modificar certos usos, isso já em 1933.

Toda esta reflexão levanta a necessidade que os melhores espaços na cidade devessem ser ocupados por moradias, as melhores localizações, aproveitando-se a topografia o clima, e as superfícies verdes adequadas e que de maneira tão arrojada afirmava-se que a construção de uma cidade não pode ser abandonada à iniciativa privada.

Na Carta de Atenas estende-se, de modo ainda tímido, o olhar para além da edificação histórica e passa-se a dar valor também ao seu entorno, a vida de uma cidade considerada como um acontecimento contínuo que se manifesta ao

longo dos séculos por obras materiais, traçados ou construções que lhe conferem sua personalidade própria.

Ribeiro (2007) sobre os documentos nos quais a paisagem aparece de modo mais evidenciado refere-se à Convenção de Washington, de 1940, indicando a proteção da fauna, flora e belezas panorâmicas naturais dos países americanos. Importante ressaltar que as paisagens aparecem até então como paisagens de beleza rara, restringindo a preocupação ao ambiente natural.

Em 1962 na Recomendação de Paris (**Anexo 1**), o foco da atenção para preservação é a beleza e o caráter das paisagens além do seu valor natural, questões como as interferências do homem e os valores culturais e estéticos passam a ser consideradas, além de apresentar o centro histórico como parte do meio ambiente e a indicação dessas áreas para se pensar no planejamento territorial.

O cultivo de novas terras, o crescimento dos centros urbanos, os planejamentos territoriais e instalação de indústrias e comércios aceleram estes riscos, com repercussões que vão além dos valores estéticos, alterando seu valor cultural e científico, sobretudo quando vinculados à biodiversidade, e, também se incluirmos a relação das pessoas com os lugares no sentido que ultrapassa o lugar físico e alcança questões ligadas à espiritualidade e por fim por oferecerem condições de desenvolvimento econômico e social.

Assim, em sua 12ª sessão a UNESCO apresentou a referida recomendação para que seus membros desenvolvessem leis nacionais ou instrumentos legais com as normas e princípios semelhantes.

Na recomendação a salvaguarda proposta é entendida como proteção à beleza e ao caráter das paisagens e sítios, e, a restituição do aspecto das mesmas, sejam urbanos ou rurais resultado de obras humanas ou da natureza que apresentem interesse cultural ou estético ou, ainda meios naturais característicos (UNESCO, 1962).

As medidas devem se estender por todo o território e não ficar limitado a paisagens e áreas determinadas. A salvaguarda deve ir além das áreas consideradas naturais, mas estender-se às paisagens e sítios que tenham sido construídas ou alteradas pelo homem, nota-se, portanto, a ideia que posteriormente foi desenvolvida nos critérios que podem eleger uma paisagem como cultural. Para tal proteção foram recomendadas ações de caráter preventivo

e corretivo, o que posteriormente, no caso das paisagens culturais, apareceu como plano de gestão.

A prevenção viria do controle das diversas atividades humanas como construção de estradas, construção de linhas de transmissão, instalação de publicidade, desmatamentos, poluição da água e do ar, atividades de mineração, barragens, irrigação, dentre outras, incluindo situações de geração de ruídos. Exceção se faz apenas às obras e atividades vinculadas ao interesse social ou público. As medidas corretivas referiam-se à supressão de danos causados às paisagens e sítios, assim como a exigência de sua reabilitação. Institutos de pesquisa em parceria com o poder público teriam a responsabilidade de assegurar o cumprimento da legislação.

Em relação às medidas de salvaguarda, tem-se:

a) Controle geral por parte das autoridades competentes, onde todas as atividades que possam causar danos sejam controladas em todo o território do Estado membro, assim como é preciso ter controle dos processos de planejamento urbano e rural, as restrições devem estar claras, assim como o estabelecimento de planejamentos deveria obedecer uma ordem de urgências.
b) Inserção de restrições nos planos de urbanização e no planejamento em todos os níveis: regionais, rurais ou urbanos, necessidade de um zoneamento de proteção, com controle do que pode ser desenvolvido de acordo com as características das zonas.
c) Proteção legal por zonas, das paisagens extensas.
d) Proteção legal dos sítios isolados, áreas de menor dimensão territorial deveriam ser objeto de proteção legal, sobretudo se apresentarem monumentos notáveis ou valor estético excepcional, assim, cada sitio ou imóvel deveria ser objeto de decisão administrativa especial, notificando-se o proprietário de suas responsabilidades e restrições em relação a modificações e comercialização do bem.
e) Criação e manutenção de reservas mundiais e parques nacionais, assegurar a proteção de paisagens e sítios de caráter excepcional inserindo-os em áreas legalmente protegidas, como parques ou reservas de natureza, disponibilizando-os para pesquisa e propostas de reformulação de suas características.

f) Aquisição de sítios pelas coletividades públicas, os Estados membros devem, quando possível, adquirir sítios e paisagens que requerem proteção, sendo que a forma de aquisição pode ser a expropriação.

A Recomendação reforça assim a necessidade de se criar instrumentos com força de lei e do papel dos órgãos institucionais especializados, de caráter consultivo ou executivo. Além disso, são necessárias ações educativas para informar o público sobre as paisagens e sítios e o valor que representam, criando inclusive museus especiais para divulgar tais valores.

Passados alguns anos, em 1964 tem-se a divulgação da Carta de Veneza que mesmo tendo como foco central a discussão sobre conservação e restauração de monumentos e sítios, trata do conceito de entorno ampliando-o para o de ambiência, o que permanece na Recomendação de Nairóbi de 1976 e na Carta de Washington de1986.

Com a evolução da discussão e com as cartas patrimoniais e demais instrumentos que tratavam do patrimônio observa-se uma ampliação no objeto paisagístico a ser preservado, indo do entorno dos monumentos, passando por conjuntos, sítios e chegando a cidades inteiras. Ocorre aí uma valorização estética, histórica e técnica também do caráter cultural e social, a paisagem passa a ser considerada objeto de preservação e não apenas um cenário de sustentação de bens monumentais.

Conforme ressalta Bissoli (2010) a ideia de criação de um movimento internacional de proteção do patrimônio emergiu depois da Primeira Guerra Mundial, mas se consolidou após a Segunda Guerra, quando a ideia foi concretizada e torna-se então possível a expansão das práticas patrimoniais contribuindo de maneira direta na mundialização de valores e de referências ocidentais.

Em 1972 tem-se a Convenção para a Proteção do Patrimônio Cultural e Natural organizada pela UNESCO em Paris, estabelecendo a inscrição de bens como patrimônio da humanidade, para implantar, gerir e permitir inscrições na Lista, e, assim, em 1976 foi criado o Comitê do Patrimônio Mundial[27]. Em 1978 os

[27]É um comitê intergovernamental instituído pela Convenção, composto inicialmente por representantes dos Estados signatários, cujos representantes são eleitos em assembléia geral e durante as sessões ordinárias da Conferência Geral da UNESCO.

primeiros sítios foram inscritos e o Comitê contava com a participação de 21 representantes dos estados membros da UNESCO.

Dentro dos critérios estabelecidos pela UNESCO para receber as inscrições havia uma divisão em dois grupos, o primeiro com seis critérios - patrimônio cultural e o segundo com quatro critérios - patrimônio natural, mas para a inscrição seria preciso atender a pelo menos um dos critérios de proteção do patrimônio cultural.

Critérios patrimônio cultural

i. Representar uma obra-prima do gênio criador humano;
ii. Testemunhar uma troca de influências considerável durante um dado período ou numa área cultural determinada, sobre o desenvolvimento da arquitetura ou da tecnologia das artes monumentais, da planificação das cidades ou da criação de paisagens;
iii. Fornecer um testemunho único ou excepcional sobre uma tradição cultural ou uma civilização viva ou desaparecida;
iv. Oferecer um exemplo excepcional de um tipo de construção ou de conjunto arquitetônico ou tecnológico ou de paisagem ilustrando um ou vários períodos significativos da história humana;
v. Constituir um exemplo excepcional de fixação humana ou de ocupação do território tradicional representativo de uma cultura (ou de várias culturas), sobretudo quando o mesmo se torna vulnerável sob o efeito de mutações irreversíveis;
vi. Estar direta ou materialmente associado a acontecimentos ou a tradições vivas, a ideias, a crenças, ou a obras artísticas e literárias com um significado universal excepcional;

Critérios patrimônio natural

i. Serem exemplos excepcionais representativos dos grandes estádios da história da Terra, incluindo o testemunho da vida, de processos geológicos em curso no desenvolvimento das formas terrestres ou de elementos geomórficos ou fisiográficos de grande significado;

ii. Serem exemplos excepcionais representativos de processos ecológicos e biológicos em curso na evolução e no desenvolvimento de ecossistemas e de comunidades de plantas e de animais terrestres, aquáticos, costeiros e marinhos;
iii. Representarem fenômenos naturais ou áreas de uma beleza natural e de uma importância estética excepcional;
iv. Conter os habitats naturais mais representativos e mais importantes para a conservação *in situ* da diversidade biológica, incluindo aqueles onde sobrevivem espécies ameaçadas que tenham um valor universal excepcional do ponto de vista da ciência ou da conservação.

Esta divisão entre bens culturais e naturais expôs claramente o antagonismo refletido na visão de preservacionistas, para os quais quanto menor a interferência humana maior sua importância e para arquitetos, historiadores e outros ligados aos bens edificados, quanto mais isolados do contexto natural maior seu valor patrimonial (RIBEIRO, 2007).

Diante das discussões em torno da validade ou não desta divisão, foi criado um meio termo, que tentaria dar conta daqueles bens que não se enquadrariam totalmente como natural ou cultural, foi o chamado bem misto. Posteriormente, este debate foi ampliado e a busca por formas integradoras dos patrimônios começou a ganhar destaque, e justamente nesta situação o conceito de paisagem ganharia evidência, como ente integrador dos aspectos culturais e naturais de um determinado patrimônio.

As considerações indicando a necessidade de proteção dos bens patrimoniais deveriam ser logo adotadas, com novas disposições convencionais que se estabelecesse num sistema eficaz de proteção coletiva do patrimônio cultural e natural, ressaltando sempre o valor excepcional em ambos os casos. O texto da Convenção traz considerações sobre os significados de patrimônio cultural e natural (conforme Quadro 1), a saber:

Patrimônio Cultural	Patrimônio Natural
• os monumentos: obras arquitetônicas, esculturas ou pinturas monumentais, objetos ou estruturas arqueológicas, inscrições, grutas e conjuntos de valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência, • os conjuntos: grupos de construções isoladas ou reunidas, que, por sua arquitetura, unidade ou integração à paisagem, têm valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência, • os sítios: obras do homem ou obras conjugadas do homem e da natureza, bem como áreas, que incluem os sítios arqueológicos, de valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico.	• os monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas ou por conjuntos de formações de valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico; • as formações geológicas e fisiográficas, e as zonas estritamente delimitadas que constituam habitat de espécies animais e vegetais ameaçadas de valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico, • os sítios naturais ou as áreas naturais estritamente delimitadas detentoras de valor universal excepcional do ponto de vista da ciência, da conservação ou da beleza natural.

Quadro 1 – Patrimônio cultural e patrimônio natural, segundo a UNESCO. Fonte: Convenção para o patrimônio mundial, 1972.

Na citada Convenção também fica estabelecido que cada estado membro deve ser responsável, financeiramente de modo individual ou com apoio de cooperação entre estados, pela identificação, proteção, conservação, valorização e transmissão às gerações futuras do patrimônio existente em seu território, não importando a qual grupo ele pertença (cultural ou natural).

Além disso, fica estabelecido que o patrimônio é bem universal, objeto de cooperação entre a comunidade internacional, mas respeitando-se a soberania dos Estados que abriguem em seus territórios exemplares que se enquadrem nos critérios do patrimônio, segundo a UNESCO.

A proteção internacional do patrimônio, cultural ou natural, precede de um sistema de cooperação e assistência destinado a auxiliar os estados membros para identificar e preservar esses bens, assim estabeleceu-se um Comitê Intergovernamental de Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural de Valor Excepcional, ou simplesmente, Comitê do Patrimônio Mundial, composto, a princípio, por 15 Estados membros da UNESCO, eleitos pelos mesmos Estados

membros nas assembleias gerais e sessões ordinárias. A eleição dos membros deve pressupor a representação equitativa das diversas regiões e culturas do mundo.

Em relação aos pesos e participações no Comitê instituído, assistem às sessões do Comitê, com voz consultiva:

- um representante do Centro Internacional de Estudos para a Conservação e a Restauração dos Bens Culturais (ICCROM)[28];
- um representante do Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios (ICOMOS)[29], e,
- um representante da União Internacional para a Conservação da Natureza e de seus Recursos (UICN).
- representantes de outras organizações intergovernamentais ou não-governamentais com objetivos similares (se solicitado pelos Estados membros).

A obtenção do reconhecimento de um bem, dentro dos critérios expostos pela UNESCO, inicia-se com a apresentação do bem pelo Estado-membro, de uma lista dos bens do patrimônio cultural e natural situado em seu território e detentores da excepcionalidade exigida.

A lista deve trazer a atual situação do bem. Com base nestas listas entregues o Comitê divulga sob o nome “Lista do Patrimônio Mundial” quais são os bens que considere de valor excepcional por meio de critérios definidos pelo mesmo a cada dois anos, pelo menos. Ao Comitê cabe a decisão sobre a inscrição do bem na lista. A recusa ocorre mediante consulta ao Estado-membro que abriga o bem.

De acordo com a necessidade, haverá também a divulgação de outra lista denominada “Lista do Patrimônio Mundial em Perigo”, na qual constam os bens que figuram na Lista do Patrimônio Mundial, cuja salvaguarda exige intervenções importantes e para os quais foi solicitada assistência nos termos Convenção (UNESCO, 1972).

[28] Centro Internacional de Estudos para a Conservação e Restauração dos Bens Culturais (ICCOM) ou Centro de Roma, instituído oficialmente em 1959. Organização não governamental autônoma que executa suas atividades em estreita elaboração com a UNESCO.

[29] É uma organização não governamental fundada em 1965 na Polônia, com base nas diretrizes estabelecidas pelo Congresso Internacional sobre Restauração e Conservação de Monumentos e Sítios em 1964. Compete ao ICOMOS promover a teoria, a metodologia e a tecnologia aplicada na conservação e proteção do patrimônio arquitetônico.

Mesmo com critérios definidos pelo próprio Comitê e a ele caber a aceitação ou não da inscrição do bem, a Convenção ressalta em seu artigo 12, que a não inscrição de um bem em uma das listas não significa que o mesmo não possua valor universal excepcional.

Cabe também ao Comitê avaliar os pedidos de assistência internacional proveniente dos Estados-membros e decidir sobre as prioridades de intervenções, considerando, entre outros: "os mais representativos da natureza ou do gênio e da história dos povos do mundo" (UNESCO, 1972, artigo 13º, p.7). As decisões do Comitê são tomadas por maioria de dois terços dos membros presentes e votantes.

A Convenção instituiu também a figura do Fundo para a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural de Valor Universal Excepcional, ou "Fundo do Patrimônio Mundial"[30], constituído por fundo fiduciário, compostos por contribuições dos Estados-membros, por doações de outros Estados, pela UNESCO, por organismos internacionais inseridos na ONU, por organizações públicas ou privadas ou ainda, pessoas físicas.

A assistência internacional em relação aos bens patrimoniais, culturais ou naturais, fica sob o critério do Comitê, sob os quais tenha decidido incluir em uma das duas listas do patrimônio.

Dentro deste contexto, tem-se a Declaração e Manifesto de Amsterdã, de 1975, embasada na Carta Europeia do Patrimônio Arquitetônico, reconhecendo o patrimônio europeu como pertencente a todos os povos e estabelecendo os princípios da conservação integrada, oferecendo subsídios aos gestores para promover políticas e ações de proteção ao patrimônio cultural.

Patrimônio este inserido no contexto do ambiente natural e construído das populações que lhes deram origem.

Em 1976 na cidade de Nairobi (Quênia) ocorreu a 19ª Conferência Geral da UNESCO, ocasião do lançamento da Recomendação de Nairóbi (**Anexo 2**) sobre a salvaguarda dos conjuntos históricos destacando a importância destes na cidade contemporânea, além de buscar estabelecer a definição do conjunto histórico mostrando a necessidade de preservação integral quando se formam conjuntos homogêneos, reforçou a importância da paisagem definindo a

[30]O Fundo presta assistência financeira para implementação de formas de assistência internacional deliberadas pelo Comitê do Patrimônio Mundial a cada caso.

dualidade e destacando o papel do entorno natural ou construído e, ainda, como estes influenciam na percepção dos bens ou conjuntos tombados, além dos bens estáticos, mas também sociais, econômicos ou culturais, contudo é importante ressaltar que o destaque ainda é o conjunto e não a paisagem configurada (BISSOLI, 2010).

Em 1986, ano da Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas, observa-se a mesma lógica em pensar o patrimônio dualizado.

Dentro desta leitura, mudanças mais significativas em relação à paisagem e posteriormente à paisagem cultural, aconteceram na Conferência Internacional sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 1992. Na reunião foi reafirmada a necessidade do desenvolvimento das cidades em harmonia com o ambiente natural, assim como valorizar as inter-relações sociais e culturais humanas com a natureza, se o objetivo era de atingirmos um desenvolvimento sustentável a preservação não poderia fugir a esta abordagem.

Ainda neste ano de 1992, com a Declaração de Caracas[31] também há referência da inclusão do meio ambiente natural no âmbito do patrimônio cultural, composto de expressões materiais e espirituais que lhe constituem, incluindo também o ambiente natural.

Neste mesmo ano de 1992, a reunião da ICOMOS e do Comitê do Patrimônio Mundial da UNESCO, trouxe a adoção da paisagem cultural como uma categoria patrimonial, ou seja, a paisagem torna-se o bem a ser preservado e não apenas entorno ou cenário.

As relações entre o meio ambiente e o homem passam a ser institucionalmente reconhecidas como indissociáveis. E, a partir daí esta categoria foi inserida na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO (RIBEIRO, 2007).

A leitura do patrimônio mundial via requisitos da UNESCO é apresentada segundo as categorias e valoração reconhecidas (Quadro 02):

[31] Disponível em http://www.museologia-portugal.net/index.php?option=com_content&view=article&id=4:declaracao-de-caracas-1992&catid=4:declaracao-de-caracas-1992&Itemid=3. Acesso em 08.abr.2015.

Categorias de valoração do Patrimônio Mundial	Características
Patrimônio cultural	- os monumentos: obras arquitetônicas, de escultura ou pinturas monumentais, elementos ou estruturas de caráter arqueológico, inscrições, grutas e grupos de elementos, que tenham um Valor Universal Excepcional desde o ponto de vista da história, de arte ou de ciência; - os conjuntos: grupos de construções, isoladas ou reunidas, cuja arquitetura, unidade e integração à paisagem tenham um Valor Universal Excepcional desde o ponto de vista da história, da arte ou da ciência; - os lugares: obras do homem ou obras conjuntas do homem e da natureza assim como as áreas e incluídos os lugares arqueológicos que tenham um Valor Universal Excepcional desde o ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico.
Patrimônio natural	- os monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas ou por grupos de tais formações que tenham um Valor Universal Excepcional do ponto de vista estético ou científico; - as formações geológicas e fisiográficas e as zonas estritamente delimitadas que constituem o habitat de espécies animais e vegetais ameaçadas, que tenham um Valor Universal Excepcional do ponto de vista estético ou científico; - os lugares naturais ou as zonas naturais estritamente delimitadas, que tenham um Valor Universal Excepcional desde o ponto de vista científico, da conservação ou da beleza natural.
Patrimônio misto	- os bens que respondam parcial ou totalmente às definições de patrimônio natural e cultural que figuram na Convenção.
Paisagens Culturais	- os bens culturais que representam “obras conjuntas do homem e a natureza” e ilustram a evolução da sociedade humana e seus assentamentos ao longo do tempo, condicionados pelas limitações e/ou pelas oportunidades físicas que apresenta seu entorno natural e pelas sucessivas forças sociais, econômicas e culturais, tanto externas como internas.

Quadro 2- Patrimônio mundial via UNESCO. Fonte: IPHAN, 2008.

A categoria Paisagem Cultural efetiva-se a partir de 1992, mesmo com as discussões anteriormente surgidas sobre esse tema, assim os especialistas envolvidos com o Comitê, reconheceram:

> “a necessidade do reconhecimento dos valores associativos das paisagens e dos elementos relacionados aos povos indígenas, além da importância da proteção da diversidade biológica através da diversidade cultural e das paisagens culturais”.(RÖSSLER, 2002, p. 10).

Em setembro de 1995, no 543º Encontro de Vice-Ministros do Conselho da Europa, apoiados no Estatuto do citado conselho, discutiu-se sobre a conservação associada de áreas de paisagens como integrantes das políticas

paisagísticas, publicando a chamada Recomendação da Europa (Conselho da Europa, 1995) (**Anexo 3**).

Tomando por base uma serie de outros instrumentos vinculados à proteção e salvaguarda do patrimônio cultural e natural, sobretudo a Convenção de 1972, assim como conferências e encontros com foco na biodiversidade e desenvolvimento sustentável como a Conferência das Nações Unidas em 1992, o Conselho evocou "a necessidade de se atingir um equilíbrio harmonioso de relações entre a sociedade e seu meio ambiente, com vistas a promoção do desenvolvimento econômico sustentável" (CE, 1995. p.2)

A premissa tornava-se urgente, de acordo com a Recomendação, uma vez que se constatava que práticas agrícolas, silvícolas, industriais, construção de moradias, atividades de lazer e turismo e as mudanças socioeconômicas modificam e ameaçam a permanência das paisagens europeias, com destaque ao papel das paisagens vinculadas à memória dos povos e sua identidade cultural, colocando estes fatores como forma de aprimoramento do ambiente e, portanto, importantes contribuintes para sua manutenção. Reconhece ainda as paisagens como entes dinâmicos que englobam elementos naturais e culturais em constante interação.

Os termos cultura e paisagem foram integrados considerando elementos naturais e culturais. Definindo paisagem como:

> "a expressão formal dos numerosos relacionamentos existentes em determinado período entre o indivíduo ou uma sociedade e um território topograficamente definido, cuja aparência é resultado da ação ou cuidados especiais, de fatores naturais e humanos e de uma combinação de ambos". (CE, artigo 1º, 1995. p.3).

Ao tratar da paisagem cultural, a define como:

> "partes especificas, topograficamente delimitadas da paisagem, formadas por várias combinações de agenciamentos naturais e humanos, que ilustram a evolução da sociedade humana, seu estabelecimento e seu caráter através do tempo e do espaço e quanto de valores reconhecidos tem adquirido social e culturalmente em diferentes níveis territoriais, graças à presença de remanescentes físicos que refletem o uso e as atividades desenvolvidas na terra no passado, experiências ou tradições particulares, ou representação em obras literárias ou artísticas ou pelo fato de ali haverem ocorridos fatos históricos". (CE, artigo 1º, 1995. p.3).

É curioso observar que tanto na definição de paisagem quanto de paisagem cultural existem relações entre tempo e espaço, homem e natureza, material e imaterial. Estas relações devem ser muito bem compreendidas quando se deseja propor estratégias de conservação de algo que pode ser considerado um “organismo vivo” como é a paisagem cultural.

Dentro deste contexto abordou-se a necessidade de estratégias de integração de uma evolução orientada da paisagem e sua preservação como paisagem cultural, a partir de uma política de proteção unificada que assim a considere.

O Conselho Europeu destacou a importância da cooperação entre diversas instâncias europeias para coordenação das ações de modo abrangente indo do local até as áreas interfronteiriças. Assim, cada Estado-membro deveria adaptar suas políticas para conservação e evolução orientada de áreas classificadas como paisagens culturais.

No Anexo da Recomendação, observam-se algumas definições importantes para a discussão do significado de paisagem e paisagem cultural dentro dos documentos oriundos das reuniões internacionais, tanto da UNESCO como do Conselho da Europa.

A paisagem seria uma expressão formal do relacionamento entre um indivíduo ou uma sociedade e um território, a partir da percepção que se tem dela por estes grupos, exercendo papel importante como herança, como memória e como identidade (CONSELHO DA EUROPA, 1995).

A paisagem cultural, por sua vez, surgia ali formada por combinações do agenciamento humano e natural que servem para ilustrar a evolução da sociedade, numa perspectiva histórica em diferentes níveis territoriais. A política paisagística pode ser definida, de acordo com o Conselho, como as estruturas concorrentes definidas pelas autoridades competentes e relativas a diferentes atividades do poder público, proprietários de terra e demais interessados na evolução da paisagem e sua valorização.

Os princípios da Recomendação referem-se às áreas suscetíveis de destruição e transformações que possam ser prejudiciais ao seu equilíbrio e devem estar focados na conservação das áreas de paisagem cultural.

Em relação à gestão, indicam-se políticas abrangentes para as paisagens, com uma conexão com todos os interesses relacionados ao uso do território

(culturais, históricos, ecológicos, econômicos, etc). Os meios de identificação, avaliação e intervenção considerando os componentes culturais e naturais da paisagem europeia, devem apoiar medidas de gestão desta.

A Recomendação traz dois objetivos principais versando sobre propostas de meios teóricos e operacionais para conservação e evolução controladas das áreas de paisagem cultural, bem como à harmonia necessária à política de paisagens, integrando seus componentes.

O primeiro objetivo estabelece linhas de orientação às políticas de paisagem, valorizando as identidades européias, assim como propõe medidas para a conservação e a evolução controlada das áreas de paisagem cultural.

No artigo 1º há recomendação de medidas específicas de preservação para as paisagens culturais. O item 4 do artigo 3º, evidencia que as áreas de paisagem cultural não se constituem necessariamente de bens culturais, mas de valores paisagísticos que podem prescindir de uma proteção legal mais ampla e interdisciplinar, e, destaca que características como excepcional valor ecológico ou natural necessitam de proteção específicas.

No artigo 4º, são dadas algumas instruções referentes à identificação e avaliação das áreas de paisagem natural, iniciando com uma abordagem multidisciplinar, com cada Estado determinando o nível de escala a ser adotado, apoiadas em atuação de especialistas de diversas áreas e autoridades competentes, com a participação pública local, setores de serviços que atuam nas paisagens e grupos que representem ligações de herança cultural e natural a determinada paisagem.

Ainda, no mesmo artigo são citadas como propícias a criação de zonas autorizadas para a implementação da conservação legal ou procedimentos de controle do solo nas áreas de paisagens culturais.

No artigo 6º, de Princípios Gerais, é destacada a importância das políticas de paisagem se inspirarem nos princípios do desenvolvimento sustentável, enquanto meta (CONSELHO DA EUROPA, 1995).

O foco das políticas e atuação sobre as paisagens deveria ser o controle de sua evolução com base na identificação, conservação e valorização das estruturas paisagísticas, assim como as medidas de controle deveriam ser incorporadas às políticas de planejamento territorial de cada Estado-membro, incluindo permissões para construções, demolições, estudos de impacto

ambiental, etc. O 2º e o 3º item do artigo 6º trazem a ideia de valor vinculado às paisagens culturais protegidas e sua supervisão por uma autoridade responsável no território, e vinculado também á abordagem das paisagens culturais como recursos socioeconômicos que podem ser empregadas no desenvolvimento local.

As práticas de divulgação e educação também são também tratadas nesta Recomendação de 1995, recomendando aos membros campanhas de informação e incremento da conscientização às autoridades pertinentes e aos diferentes setores do público envolvido (CONSELHO DA EUROPA, 1995). E, por fim, a necessidade de esforços conjuntos numa cooperação multilateral na Europa em prol da proteção das paisagens culturais.

A Convenção Europeia da Paisagem (**Anexo 4**), realizada em Florença (Itália) em outubro de 2000, teve como objetivo promover a proteção, gestão e ordenamento da paisagem, por meio da organização e cooperação europeia. A Convenção aplica-se ao território da União Europeia e abrange:

> "áreas naturais, rurais, urbanas e periurbanas. Abrange as áreas terrestres, as águas interiores e as águas marinhas. Aplica-se tanto a paisagens que possam ser consideradas excepcionais como a paisagens da vida cotidiana e a paisagens degradadas".*(CE, artigo 2º, p.3)

As considerações expostas pela Convenção versam sobre a busca por uma unidade entre os membros com objetivo de salvaguardar ideais e princípios constituintes do patrimônio comum, compactuando com o conceito do desenvolvimento sustentável. Há ainda o reconhecimento de que a paisagem contribui para a formação de culturas locais, representando componente fundamental do patrimônio cultural e natural da Europa, consolidando assim sua identidade.

A convenção trata a paisagem como um elemento importante da qualidade de vida dos grupos humanos, incluindo assim aquelas relacionadas à vida cotidiana, além de levantar a ameaça sofrida pelas paisagens com as alterações econômicas e sociais que as transformam de maneira acelerada.

De acordo com a convenção é preciso ressaltar que a paisagem se constitui como elemento-chave do bem-estar individual e social, sendo que cada

cidadão deve ser responsável pela sua proteção, gestão e ordenamento, na mesma medida em que podem usufruir das paisagens de qualidade.

A Convenção foi criada visando estabelecer um instrumento dedicado à proteção, gestão e ordenamento de todas as paisagens europeias. Como definição de alguns termos, tem-se:

a) Paisagem: designa uma parte do território, tal como é apreendida pelas populações, cujo caráter resulta da ação e da interação de fatores naturais e ou humanos;

b) Política da paisagem: designa a formulação pelas autoridades públicas competentes de princípios gerais, estratégias e linhas orientadoras que permitam a adoção de medidas específicas tendo em vista a proteção, a gestão e o ordenamento da paisagem;

c) Objetivo de qualidade paisagística: designa a formulação pelas autoridades públicas competentes, de uma paisagem específica, das aspirações das populações relativamente às características paisagísticas do seu quadro de vida;

d) Proteção da paisagem designa as ações de conservação ou manutenção dos traços significativos ou característicos de uma paisagem, justificadas pelo seu valor patrimonial resultante da sua configuração natural e ou da intervenção humana;

e) Gestão da paisagem: designa a ação visando assegurar a manutenção de uma paisagem, numa perspectiva de desenvolvimento sustentável, no sentido de orientar e harmonizar as alterações resultantes dos processos sociais, econômicos e ambientais;

f) Ordenamento da paisagem: designa as ações com forte caráter prospectivo visando a valorização, a recuperação ou a criação de paisagens.

Cada parte da Convenção fica comprometida a reconhecer juridicamente a paisagem como um componente essencial do ambiente humano, como uma base da identidade dos cidadãos e como um patrimônio cultural e natural comum, além disso, é preciso estabelecer procedimentos de proteção e participação pública, autoridades locais e regionais, integrando a paisagem em suas políticas de ordenamento e urbanismo. Os participantes do Conselho Europeu podem ser verificados no Quadro 03.

Member States of the Council of Europe			
	Signature	Ratification	Entry into force
Andorra	23/03/2011	07/03/2012	01/07/2012
Armenia	14/05/2003	23/03/2004	01/07/2004
Azerbaijan	22/10/2003	30/08/2011	01/12/2011
Belgium	20/10/2000	28/10/2004	01/02/2005
Bosnia and Herzegovina	09/04/2010	31/01/2012	01/05/2012
Bulgaria	20/10/2000	24/11/2004	01/03/2005
Croatia	20/10/2000	15/01/2003	01/03/2004
Cyprus	21/11/2001	21/06/2006	01/10/2006
Czech Republic	28/11/2002	03/06/2004	01/10/2004
Denmark	20/10/2000	20/03/2003	01/03/2004
Finland	20/10/2000	16/12/2005	01/04/2006
France	20/10/2000	17/03/2006	01/07/2006
Georgia	11/05/2010	15/09/2010	01/01/2011
Greece	13/12/2000	17/05/2010	01/09/2010
Hungary	28/09/2005	26/10/2007	01/02/2008
Iceland	29/06/2012		
Ireland	22/03/2002	22/03/2002	01/03/2004
Italy	20/10/2000	04/05/2006	01/09/2006
Latvia	29/11/2006	05/06/2007	01/10/2007
Lithuania	20/10/2000	13/11/2002	01/03/2004
Luxembourg	20/10/2000	20/09/2006	01/01/2007
Malta	20/10/2000		
Moldova	20/10/2000	14/03/2002	01/03/2004
Montenegro	08/12/2008	22/01/2009	01/05/2009
Netherlands	27/07/2005	27/07/2005	01/11/2005
Norway	20/10/2000	23/10/2001	01/03/2004
Poland	21/12/2001	27/09/2004	01/01/2005
Portugal	20/10/2000	29/03/2005	01/07/2005
Romania	20/10/2000	07/11/2002	01/03/2004
San Marino	20/10/2000	26/11/2003	01/03/2004
Serbia	21/09/2007	28/06/2011	01/10/2011
Slovakia	30/05/2005	09/08/2005	01/12/2005
Slovenia	07/03/2001	25/09/2003	01/03/2004
Spain	20/10/2000	26/11/2007	01/03/2008
Sweden	22/02/2001	05/01/2011	01/05/2011
Switzerland	20/10/2000	22/02/2013	01/06/2013
Yugoslav Republic of Macedonia	15/01/2003	18/11/2003	01/03/2004
Turkey	20/10/2000	13/10/2003	01/03/2004
Ukraine	17/06/2004	10/03/2006	01/07/2006
United Kingdom	21/02/2006	21/11/2006	01/03/2007

Quadro 03: Países participantes do Conselho Europeu. Fonte: Conselho da Europa[32], 2014)

Pontos como a educação patrimonial, a formação de corpo técnico e especialistas em paisagem e nas intervenções da paisagem também são colocados na convenção. A ideia é resgatar uma atitude coletiva e comum de valorização e proteção das paisagens, reconhecendo nelas elementos imprescindíveis de identidade, memória e pertencimento. Para tal atuação, os membros da convenção comprometem-se a:

[32] Disponível em <ttp://conventions.coe.int/Treaty/Commun/ChercheSig.asp?NT=176&CM=8&DF=&CL=ENG>. Acesso em 28.out.2014.

i) Identificar as paisagens no conjunto do seu território;

ii) Analisar as suas características bem como as dinâmicas e as pressões que as modificam;

iii) Acompanhar as suas transformações.

Estes compromissos buscam aplicar políticas que assegurem a proteção, a gestão e o ordenamento da paisagem, no âmbito dos participantes da convenção. Ainda em seu artigo 10º há menção sobre o “Prêmio da Paisagem do Conselho da Europa”, que pode ser atribuído às autoridades locais e regionais por estabelecerem políticas e medidas de proteção, gestão e ordenamento e demonstrar assim eficácia na aplicação do conceito de sustentabilidade (CONVENÇÃO EUROPEIA DA PAISAGEM, 2000).

O prêmio da paisagem do Conselho da Europa já foi concedido nos períodos de 2008-2009, 2010-2011 e 2012-2013, em suas 1ª, 2ª e 3ª sessões, respectivamente.

De acordo com o Conselho da Europa, a entrega do prêmio busca a sensibilização da sociedadecivil em relação ao valor das paisagens, do seu papel no desenvolvimento econômico e cultural e os processos de alteração que vem ocorrendo, assim, iniciativas concretas que sirvam de exemplo de proteção e gestão devem ser reconhecidas e incentivadas.

O prêmio é conferido há cada dois anos e os arquivos que apresentam candidaturas devem ser submetidos ao Conselho da Secretaria Geral através das representações permanentes das Partes da Convenção.

A primeira sessão, que ocorreu entre 2008-2009, teve como candidatos República Tcheca, Finlândia, França, Hungria, Itália, Eslovênia, Espanha e Turquia, conforme pode ser observado no Quadro 04 a seguir:

States	Candidates	Project title	Language*
Czech Republic	Tourist Club	Marking system of the tourist trails	E
Finland	Hämeenkyrö	Landscape Management of Hämeenkyrö National Landscape Area	E
France	Lille Métropole	Parc de la Deûle + Powerpoint by Mr Slimane TIR, President of the Natural Space Lille Métropole, Vice-President of Lille- Métropole, Council of Europe Landscape Award 2009 Park of "la Deûle"	E/F
Hungary	Public Foundation for Nature Conservation Pro Vértes	n of the Complex Nature Conservation and Landscape Management Programme in the	E
Italy	Val di Cornia	The Val di Cornia Parc System	E
Slovenia	University of Ljubljana	Regional Distribution of Landscape Types	E
Spain	San Sebastián City Council	Parque de Christina Enea	E/S
Turkey	Association for Nature Conservation	Biodiversity and Natural Resources Management Project	E

Quadro 04: Candidatos da primeira sessão do Conselho da Europa,2009. Fonte: Conselho da Europa[33]. * File language: E = English; F = French; S = Spanish

A Convenção Europeia se deteve numa escala regional e teve como objeto de estudo todo o território dos seus Estados membros, independente da excepcionalidade ou não (VASCONCELOS, 2012). A convenção tem assim o objetivo de acompanhar a evolução das paisagens sem perder os seus registros históricos, e não impedir que mudanças aconteçam.

Na reunião de 23 de setembrode 2009, a Comissão de Delegados dos Ministros decidiu por conferir o prêmio da paisagem, no âmbito da Convenção Europeia da Paisagem, ao "*Parc de la Deûle*", Lille Métropole (França), assim como reconheceu a importância dos demais candidatos.

A paisagem francesa abrange uma rede de parques em que as várias unidades de paisagem com características distintas se interligam, sendo um importante elemento da estrutura ecológica regional, um relevante espaço de recreação numa região densamente urbanizada. Os principais desafios colocados na gestão desta paisagem foram proteção dos recursos hídricos, proteção e estrutura dos ecossitemas, coerência territorial, entre outros.

No período de 2010-2011, 13 aplicações foram submetidas na segunda sessãodo Prêmioda Paisagem do Conselhoda Europa através das Representações Permanentes dos seguintes membros da Convenção: Bélgica, Chipre, República Tcheca, Finlândia, França, Hungria, Itália ,Holanda, Noruega, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Reino Unido e, como um Estado signatário, a Sérvia apresentou um pedido, conforme Quadro 05.

[33] Disponível em <http://www.coe.int/t/dg4/cultureheritage/heritage/landscape/Prix/Session2009_en.asp>, Acesso em 28.out.2014.

States and national Awards	Candidates	Project title	Language*
Belgium	Parc naturel des Plaines de l'Escaut	"Route paysagère réalisée par le Parc naturel des Plaines de l'Escaut" (+ video)	F
Cyprus	Polystypos Community Council	"Hazel orchards located within the CY2000009 Natura 2000 site"	E
Czech Republic	Regional Land Office Prostejov	"Regional territorial system of ecological stability in the land registry unit of Cehovice village" (+ videos in Czech | in English)	E
Finland	Finnish Association for Nature Conservation	"Management of endangered traditional biotopes and the preservation of the traditional Finnish rural landscape" (+ video)	E
France	Syndicat mixte d'étude d'aménagement et de gestion de la base régionale de plein air et de loisirs du Port aux Cerises	"Le Port aux Cerises" (+ brochure)	F/E
Hungary	Kaptárkő Természetvédelmi és Kulturális Egyesület (*Beehive rock Nature Conservation and Cultural Association*)	"Maintaining landscape heritage of Bükkalja Region" (+ video)	E
Italy	City of Carbonia	"Project Carbonia: Landscape Machine" (+ video)	E
Netherlands	Foundation Landscape manifesto	"Stichting Landschapsmanifest"	E
Norway	County of Hordaland	"Herand Landscape Park" (+ brochure + video)	E
Serbia (*Signatory State*)	"Podunav" Backi Monostor	"Backi Monostor" (+ video 1 + video 2)	E
Slovakia	Ekopolis Foundation	"The Grant Programs of Ekopolis Foundation" (+ video)	E
Slovenia	Slovenian Association of Landscape Architects	"We are Making our Landscape"	E
Spain	Government of Catalonia's Ministry of Education and Ministry of Town, Country Planning and Public Works (DPTOP), Landscape Observatory of Catalonia (OPC)	"City, territory, landscape: A project to educate and raise awareness about landscape"	E
United Kingdom	Durham Heritage Coast Partnership	"Durham Heritage Coast" (+ video)	E

Quadro 05: Candidatos da segunda sessão do Conselho da Europa. 2011.
Fonte: Conselho da Europa[34]. * *File language : E = English; F = French*

A comissão julgaldora se reuniu em março de 2011 e o resultado foi oficialmente apresentado pelo representante do Conselho por ocasião da 10ª Reunião do Conselho da Europa – *Workshops para a implementação da Convenção Europeia da Paisagem*, ocorrido em Évora (Portugal) em outubro de 2011.

O projeto vencedor foi "*The Carbonia project: the landscape machine*" da Câmara Municipal de Carbonia (Itália). No âmbito da Convenção de Paisagem, três menções especiais foram dadas: Fundação Ekopolis (Eslováquia),

[34] Disponível em <http://www.coe.int/t/dg4/cultureheritage/heritage/landscape/Prix/Session2010_en.asp>. Acesso em 28.out.2014.

Generalitat da Catalunha (Espanha) e Durham Heritage Coast Partnership (Reino Unido).

A paisagem vencedora, da Itália, foi uma cidade mineira, em meados da década de 1930, configurou uma metrópole industrial, de desenho racionalista, marcada pela presença das maiores minas de Itália, Nos anos de 1970, com o encerramento das minas, a cidade sofreu um grande declínio. Em 2001, Carbonia foi, porém reconhecida como um importante exemplo de urbanismo racionalista, cujo interesse do ponto de vista histórico e patrimonial, deveria ser aproveitado, servindo de impulsionador ao desenvolvimento da cidade. Como principais desafios apresentam a necessidade de recuperar a herança modernista, a criação de um museu vivo, a continuidade física dos espaços, entre outros.

Para a 3ª sessão, no período de 2012-2013, os projetos apresentados pelas Representações Permanentes do Conselho da Europa seguem expostos no Quadro 06. Foram 18 projetos apresentados pelos Estados-Partes da Convenção Europeia. Em 12 de dezembro de 2013, o Comitê de Ministros do Conselho da Europa decidiu, de acordo com a Resolução do Conselho de Ministros sobre as regras que regem o Prêmio Paisagem do Conselho da Europa e sobre as recomendações do júri, a conferir o prêmio para o projeto "*Preserving ecological value in the landscape of the Szprotawa river valley, Lower Silesian Association of Landscape Parks*", da Polônia, o projeto trata da preservação do valor ecológico da paisagem do vale do rio Szprotawa.

Na área foi desenvolvido programa que promoveu a recuperação e conservação dos valores naturais em consonância com o desenvolvimento de atividades que visassem o seu desenvolvimento econômico (turismo, agricultura, educação ambiental e produção de energia), o objetivo foi integrar as políticas agrícolas com as políticas de conservação da natureza e da paisagem.

De acordo com as regras pré-estabelecidas para o julgamento, o projeto reúne os quatro critérios sobre o Prêmio Paisagem, apresentando uma abordagem integrada da biodiversidade e da natureza associados com a cultura e a população, oferecendo um modelo de participação das partes em causa, tanto na tomada de decisões e gestão das terras, envolvendo agricultores e apicultores.

States and national Awards	Candidates	Project title	Language*
Belgium	Regionaal Landschap Kempen en Maasland vzw	Hoge Kempen National Park (photos + poster + video)	E
Czech Republic	Municipality of Strakonice	Environmental education in the town of Strakonice year by year or "Pilgrimage through the Contemplative Landscape" (photos + video)	E
Finland	City of Kauhajoki, Hyyppä village association, The Finnish Forestry Centre/Public Services/The Unit of South and Central Ostrobothnia	The Landscape Projects of the Hyyppä Valley (photos + brochure + video)	E
France	Ville de Langueux	Parc du Grand Pré (photos + video 1 + video 2 + video 3)	F
Hungary	The Association for the Restoration and Development of the Általal Creek Valley (Tata)	Complex landscape rehabilitation and development program in the Gerecse Mountains and the Általal Creek Valley (video)	E
Ireland	The Heritage Council and the Bere Island Project Group	Bere Island Conservation Plan (photos + plan)	E
Italy	LIBERA Associazioni Nomi e Numeri contro le mafie	The rebirth of Alto Belice Corleonese from the recovery of land confiscated from the mafia organisations (photos + poster + video 1 + video 2)	E
Latvia	Jurmala City Council	Dzintari forest park (photos)	E
Lithuania	Utena district Municipality	U-parks. U-turn we love. (photos + video)	E
Netherlands	Stichting Nationale Landschappen (NGO)	Planning policy for conservation and sustainable development of 20 National Landscapes in the Netherlands (photos + brochure)	E
Poland	Lower Silesian Association of Landscape Parks	Preserving ecological value in the landscape of the Szprotawa river valley (photos + poster)	E
Portugal	Azores Regional Directorate of the Environment (Direção Regional do Ambiente)	Furnas Landscape Laboratory (Furnas LandLab) (photos + video + posters)	E
Romania	ADEPT Foundation, NGO	ADEPT – Agricultural Development & Environmental Protection in Transylvania (poster)	E
Serbia	NGO "Podunav" Backi Monostor	The Gate of Gornje Podunavlje (photos + video)	E
Slovak Republic	Ciernohronska zeleznica NGO	Salvage, Revival, and Operation of the Forest Railway in Landscape of Cierny Balog (photos + poster + video)	E
Slovenia	DOPPS – BirdLife Slovenia (Društvo za opazovanje in proučevanje ptic Slovenije)	Landscape and water-management restoration of Škocjanski Zatok nature reserve (photos + video)	E
Spain	Consortium pour la Défense et la Promotion de l'espace de la Geria	Revitalisation durable du Paysage Protégé de la Geria (photos + poster + video)	F
United Kingdom	Pennine Prospects	South Pennines Watershed Landscape Project (photos + banner + video 1 + video 2)	E

Quadro 06: Candidatos da terceira sessão do Conselho da Europa.2013.
Fonte: Conselho da Europa[35] * *File language : E = English; F = French*

[35] http://www.coe.int/t/dg4/cultureheritage/heritage/landscape/Prix/Session2013_en.asp, acesso em 28.10.14.

Nas três sessões apresentadas para julgamento de propostas de projetos com vistas à premiação do conselho, houve um aumento das paisagens submetidas ao júri. No primeiro período foram oito propostas, no segundo período foram 14 propostas e no último, foram 18.

A Convenção Europeia da Paisagem completou em 2015 seus 14 anos, constituída atualmente por 39 membros, atuando na valorização, proteção e gestão das paisagens europeias. Sob auspícios do Conselho existe o Observatório da Paisagem que congrega os órgãos ligados ao patrimônio e à cultura dos estados componentes do conselho, por meio de um compêndio de dados nacionais, incluindo políticas, projetos de proteção e gestão das paisagens.

Dos países membros, 17 possuem paisagens culturais declaradas pelas UNESCO. São eles:

- Andorra
- Azerbaijão
- Croácia
- República Tcheca
- França
- Hungria
- Islândia
- Itália
- Lituânia
- Noruega
- Polônia
- Portugal
- Espanha
- Suécia
- Suíça
- Ucrânia
- Reino Unido

Ainda sobre o Conselho da Europa, há uma ampla discussão sobre o ordenamento do território. A Carta Europeia de Ordenamento Territorial ou Carta de Torremolinos (**Anexo 5**), aprovada em 20 de maio de 1983 durante a 6ª sessão da Conferência Europeia de Ministros Responsáveis pelo Ordenamento do Território, buscou esclarecer algumas indefinições existentes, focando no ordenamento do território como tradução espacial das políticas econômica, social, cultural e ecológica da sociedade.

Sendo, portanto, uma área de investigação científica, uma técnica administrativa e uma política que se desenvolve numa perspectiva interdisciplinar e integrada tendente ao desenvolvimento equilibrado das regiões e à organização física do espaço segundo uma estratégia de conjunto (CE, 1988).

A referida carta descreve os principais elementos que o ordenamento, enquanto conceito deverá reconhecer no seu *modus operandi*, e integra ainda a consciência relativa à existência de diferentes níveis e poderes de decisão, independentemente destes serem individuais e institucionais, os quais têm uma influência direta na organização territorial, nos estudos prospectivos previstos para a sua planificação, no próprio mercado em si, nos diferentes sistemas administrativos e nas condições socioeconômicas e ambientais.

Assim, e como principal objetivo para o ordenamento do território, o CE destaca a conciliação de todo este universo de fatores, como forma de promover um relacionamento harmonioso entre eles (CE 1988).

Segundo o CE (1998) a realização dos objetivos do ordenamento apóia em decisões políticas, desta forma, é preciso coordenar os diferentes setores da sociedade para contribuírem com os mecanismos formais de proteção, incluindo a proteção do ambiente e do patrimônio natural, histórico e cultural, os princípios presentes devem abranger regiões rurais, urbanas, fronteiriças, de montanhas, costeiras e insulares, além de ressaltar a necessidade de proteção do patrimônio arquitetônico, dos monumentos e dos sítios, como parte de uma política geral para o ordenamento do território (C.E. 1988).

A abordagem acerca do ordenamento do território permaneceu em discussão na Comunidade Europeia, em junho 1985, durante uma Reunião do Conselho, foram discutidas questões relacionadas à avaliação dos efeitos negativos de projetos públicos e privados no meio ambiente.

No documento publicado observa-se uma série de instruções relacionadas ao trato da avaliação de impactos ambientais no território europeu em relação a diversos empreendimentos. Em seu 3º artigo, sobre a avaliação dos efeitos danosos no ambiente é apresentada a necessidade de identificação, descrição e avaliação dos efeitos negativos dos projetos, nos seguintes elementos:

- homem, fauna e flora;
- o solo, a água, o ar, o clima e a paisagem;
- interações entre os elementos anteriores citados;
- os bens materiais e o patrimônio cultural.

Em 2005 foi implementada a revisão nas Orientações para Guiar a Implementação da Convenção do Patrimônio Cultural, onde a junção dos seis critérios do patrimônio cultural e os quatro critérios do patrimônio natural foi

proposta, transformando-os assim em 10 os critérios únicos destinados ao patrimônio cultural (lista pode ser visualizada nas páginas 64 e 65).

De acordo com as Orientações, para um determinado bem ter valor universal excepcional deve preencher ao menos a um dos critérios, além de condições de integridade e autenticidade e evidencia a importância de um sistema de proteção e gestão adequados para assegurar a sua salvaguarda, da mesma forma estimula a integração em programas de planejamento regional, conforme a Convenção Europeia da Paisagem, de 2000, onde deve haver estímulo à pesquisa científica e técnicas voltadas para a conservação e a adoção de medidas que propiciem a participação da comunidade.

Como benefícios para os sítios inscritos está a possibilidade de acesso ao Fundo do Patrimônio Mundial, além do suporte nos mecanismos de monitoramento e treinamento e apoio de especialistas e, ainda, do incremento e crescimento das atividades turísticas no sítio.

Por fim, na 36ª reunião do Comitê, ocorrida em São Petersburgo (Rússia) entre 24 de junho de 6 de julho de 2012, a cidade do Rio de Janeiro recebeu o título de Patrimônio Mundial da UNESCO, na categoria paisagem cultural urbana, com a denominação “Paisagem carioca entre a montanha e o mar”[36] (**Anexo 6**).

Nesta mesma reunião, a Comissão acrescentou 26 novos locais de Patrimônio Mundial na lista da UNESCO, incluindo cinco sítios naturais, 20 culturais e um misto. A Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO passou a abranger um total, naquele momento, de 962 bens (UNESCO, 2012).

O número de países com sítios na lista cresceu para 157, com a inscrição de sítios no Chade, Congo, Palau e na Palestina, e, foram comemorados os 40 anos da Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural.

Em relação aos patrimônios ameaçados, foram removidos desta lista o Forte e Jardins de Shalimar, em Lahore (Paquistão) e os Arrozais em Terraços das Cordilheiras das Filipinas, em contrapartida, o Comitê acrescentou cinco sítios à Lista de Perigo devido às preocupações com a conservação de Tombuctu e o Túmulo dos Askia (Mali), a Igreja da Natividade e a rota de peregrinação, Belém (Palestina), Fortificações do lado Caribenho do Panamá: Portobelo-San

[36] Decisions report – 36th session of the World Heritage Committee (Saint-Petersburg, 2012).WHC-12/36.COM/19.Decision: 36 COM 8B.42, página 211 a 214 (Ver trecho no **Anexo 1**). Disponível em <http://whc.unesco.org/en/sessions/36COM/>. Acesso em 13.jan.2014.

Lorenzo (Panamá) e a Cidade Marítima Mercantil de Liverpool (Reino Unido) (UNESCO, 2012).

Observando sítios isolados da UNESCO, listados nesta categoria, verificam-se certos tipos de preferência na escolha de específicos modelos de paisagens modificadas pelo homem. O que predomina são aqueles sítios com a presença do natural como agricultura, jardins históricos, florestas sagradas, não havia até então nenhuma paisagem urbana considerada como paisagem cultural.

As cidades poderiam ser abrangidas por outras categorias até então utilizadas, como “cidades e centros históricos” e “rotas do patrimônio” (GIANNECCHINI, 2010), e para centros urbanos recentes, o documento faz a recomendação ao considerar difícil julgar a qualidade das cidades atuais devido à proximidade temporal, e a proposta é de que as candidaturas se estendam apenas às pequenas ou médias cidades e que seja mantido o caráter excepcional à inscrição de tais bens, visando, sobretudo, a repercussão no futuro dessas cidades.

Outras duas categorias estendem-se às vias navegáveis construídas pelo homem que possam ter um valor universal ou excepcional do ponto de vista da história e da tecnologia e às rotas culturais tal como Santiago de Compostela, onde se observam movimentos culturais, econômicos ou sociais que extrapolam fronteiras.

De acordo com Rössler (2002) a aplicação do conceito de paisagem cultural trouxe mudanças à aplicação da convenção e das orientações para a sua aplicação com o reconhecimento da diversidade da interação do homem com a natureza, de formas tradicionais de exploração do solo e da necessidade de sua transmissão às futuras gerações com a introdução do termo sustentabilidade como recomendação fundamental para uso e gestão do território.

Ao observar a lista de bens incluídos pode-se perceber que o Comitê do Patrimônio Mundial parece recorrer ao termo “paisagem cultural” em atendimento de uma demanda de proteção de grandes conjuntos paisagísticos, quase sempre vinculados às situações europeias, como grandes cultivos de uva e produção de vinho, cultivo de olivas e paisagens ligadas a rios. Uma realidade bastante própria dos países europeus.

Em outras localidades e outros continentes as intervenções na paisagem ocorreram de modo diferente, muitas vezes caracterizada por uma urbanização

pouco ou nada planejada e os critérios da UNESCO são difíceis de serem enquadrados.

Giannecchini (2010) inclui ainda que a grande relevância do instrumento é a transferência da ideia do patrimônio de um campo estático para um campo dinâmico. Por se mostrar como flexível, adaptável e manipulável, assumindo o dinamismo das paisagens e suas representações culturais, materiais e imateriais, reinsere os bens patrimoniais em um contexto de construção ativa da cultura do território.

É preciso estabelecer uma definição oficial que delimite a aplicação do conceito e identifique as competências, os direitos e as obrigações, pois, somente desta forma, duas questões essenciais poderão ser resolvidas: o campo da aplicação territorial e a organização das competências (PRIEUR, 2003).

Na Figura 05 a seguir é possível observar uma linha do tempo onde os instrumentos patrimoniais colocaram a paisagem em discussão, em âmbito internacional e nacional. Os instrumentos nacionais serão apresentados no item 2.4 desta pesquisa.

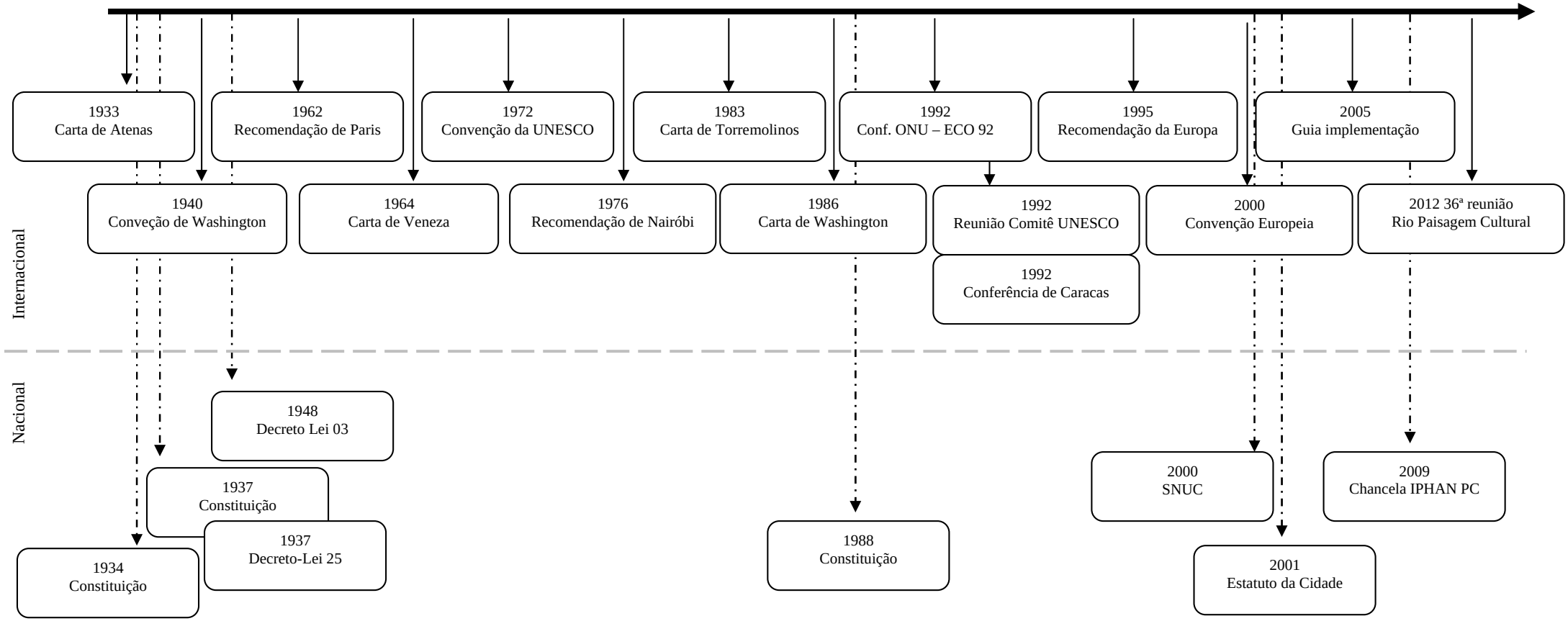


Figura 05– Instrumentos de discussão patrimonial e paisagística. Organização da autora (2015).

Cabe lembrar ainda que no âmbito da UNESCO, foram realizadas diversas reuniões temáticas sobre as paisagens culturais. Entre os anos de 1992 e 2007 foram realizados 26 desses encontros, conforme Quadro 07 a seguir:

Ano	Título da reunião
2007	Thematic meeting of experts on the agro-pastoral cultural landscapes in the Mediterranean (Meyrueis/ Lozère-France, September, 2007)
2006	Expert meeting on Management of Cultural Landscapes (Persepolis-Iran, May/June, 2006)
	Preliminary inventory of the cultural landscapes of the Qhapaq Ñan, in the framework of the process of nomination of the Main Andean Road to the World Heritage List (Buenos Aires, December 2006)
2005	Expert Meeting on Cultural Landscapes in the Caribbean (Havana, Cuba, 2005)
	Expert meeting on Cultural Landscapes in Sub-Saharan Africa (Malawi, 2005)
	International Symposium "Conserving cultural and biological diversity: The role of natural sacred sites and cultural landscapes" (Tokyo, Japan, May/ June, 2005)
2004	Expert meeting on the cultural landscapes of the Qhapaq Ñan, in the framework of the process of nomination of the Main Andean Road to the World Heritage List (La Paz, Bolivia, April, 2004).
	Expert meeting on Cultural Landscapes in the Caribbean (Martinique, September 2004).
2002	Cultural Landscapes: the challenges of conservation-worshops.
	(Ferrara, November 2002).
2001	Desert Landscapes and Oasis Systems in the Arab Region (Egypt, September 2001)
	Sacred Mountains of Asia (Japan, September 2001)
	Vineyard Cultural Landscapes (Hungary, July 2001)
	Expert Meeting on Plantation Systems in the Caribbean (Suriname, July 2001)
2000	Cultural Landscapes in Central America (Costa Rica, September 2000)
1999	Cultural Landscapes in Eastern Europe (Poland, October 1999)
	Expert Meeting on Management Guidelines for Cultural Landscapes, (Banská Stiavnica, June, 1999)
	Cultural Landscapes in Africa (Kenya, March 1999)
1998	Cultural Landscapes in the Andes (Peru, May 1998)
1997	Preliminary draft of European Landscape Convention, 1997.
1996	European Cultural Landscapes of Outstanding Universal Value (Austria, April, 1996)
1995	Asia-Pacific Workshop on Associative Cultural Landscapes (Australia, April ,1995)
	Asian Rice Culture and its Terraced Landscapes (Philippines, March/April ,1995)
1994	Routes as Part of the Cultural Heritage (Spain, November, 1994)
	Information Document on Heritage Canals (Canada, September, 1994)
1993	International Expert Meeting on "Cultural Landscapes of Outstanding Universal Value", (Templin, Germany, October, 1993).
1992	Revision of the Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention: Report of the Expert Group on Cultural Landscapes, (La Petite Pierre, France, October, 1992).

Quadro 07 – Reuniões temáticas sobre paisagens culturais, de 1992 a 2007. Fonte: UNESCO, (2009). *World Heritage Regional Thematics Meetings on Cultural Landscapes,* 1992-2007. Organização Figueiredo, 2014.

Em meio a encontros, convenções, cartas patrimoniais, grupos de estudos formados e reuniões temáticas é inegável o valor da nova categoria de patrimônio, com foco na paisagem, ampliando-se o próprio conceito de patrimônio e também as tipologias, atribuindo valor aos saberes tradicionais, às relações espirituais dos homens com suas paisagens, ao valor do sagrado personificado em determinados ambientes e construções, áreas rurais e inovadoras formas de cultivo da terra sobrepondo-se, assim, as dificuldades que o meio algumas vezes, oferece e mais recentemente às áreas urbanas.

Segundo Figueiredo (2014) a ampliação tipológica e conceitual representa importante passo ao reconhecimento da diversidade cultural mundial, mostrando-se de certa maneira na contramão do que havia até então, o reconhecimento de bens da humanidade, determinando um valor universal e também homogeneizante dos monumentos. Esta nova categoria seria a oportunidade de reconhecimento para manifestações e bens menos representados até então, como aqueles da África, da Ásia e das Américas.

Fatores importantes quanto aos requisitos para o reconhecimento como patrimônio mundial são a excepcionalidade, a integridade e a autenticidade, bastante complicados de identificação e justificativa no contexto das paisagens urbanas (FIGUEIREDO, 2014) por sua dinamicidade justapondo vários períodos da urbanização e múltiplas culturas e todos os problemas urbanos típicos dos processos de segregação espacial, especulação imobiliária e degradação ambiental.

Diante das dificuldades em considerar os ambientes urbanos como patrimônios passíveis de reconhecimento e preservação e também, da dificuldade de se determinar o que mereceria este reconhecimento, a UNESCO mais recentemente vem discutindo uma nova recomendação, afirmando o termo “paisagem histórica urbana” (FIGUEIREDO, 2014).

Na conferência internacional ocorrida em Viena, no ano de 2005[37], destacou-se a necessidade de responder à dinâmica do desenvolvimento socioeconômico, respeitando os traços históricos construídos nas áreas urbanas e suas configurações espaciais, que também constituem patrimônios, deixando

[37] *Patrimoine mondial et architecture contemporaine – Gestion du paysage urbain historique* (UNESCO, 2008). Disponível em <http://whc.unesco.org/archive/2005/whc05-15ga-inf7f.pdf>, acesso em 26.jun.2015.

clara a necessidade de políticas que abordem a gestão urbana e sua conservação, como bens que também podem conter aspectos de integridade e autenticidade.

Passados seis anos, em 2011, durante reunião intergovernamental de especialistas foi anunciado projeto final do texto da recomendação aprovado por 55 países-membro.

O documento foi ratificado na 36ª Sessão da Conferência Geral realizada no mesmo ano, mas o novo termo ainda não se constituiu como categoria, não estando previsto nas Diretrizes Operacionais da Convenção do Patrimônio Mundial em sua última versão, de julho de 2015[38].

Esta nova categoria proposta apresenta esta paisagem histórica urbana como território urbano resultado de uma estratificação de valores e atributos naturais e culturais, indo além dos conceitos de centro histórico para incluir o contexto urbano mais abrangente (topografia, hidrologia, geomorfologia, etc) assim como seu ambiente construído, histórico e contemporâneo, englobando também práticas e valores sociais e culturais.

O conceito desta paisagem histórica urbana foi criado para ampliar a compreensão do que seria este centro histórico, quase sempre visto, de acordo com a UNESCO, como imóveis ou conjuntos arquitetônicos desconectados de valor patrimonial.

O Brasil, como estado-membro, não ratificou a proposta por não considerá-la oportuna no sentido de que indica sua terminologia como menos abrangente do que cultural, já pertencente à paisagem cultural, assim, indicou revisões nas orientações metodológicas e de prática institucional, como mais efetivas à discussão.

[38] Disponível em <http://whc.unesco.org/en/guidelines/>, acesso em 02.out.2015.

2.4 O patrimônio, o IPHAN e a paisagem

Patrimônio como, já apresentado, traz a princípio a ideia do bem edificado, uma marca, quase sempre condicionada pelo poder financeiro, político, social e simbólico; grupos dominantes criam seus símbolos de acordo com aquilo que os representa.

No Brasil podemos discutir a questão dos patrimônios surgidos no país a partir de um breve recorte temporal, iniciado nos anos de 1920 com as primeiras ações de preservação do patrimônio brasileiro, e, um seguinte a partir dos anos de 1970, como um marco temporal em termos de mudança nos modos de ver e de se apoderar do patrimônio. Ambos os períodos só podem ser compreendidos a partir das relações políticas e sociais que se estabeleceram e consolidaram nos momentos distintos.

No primeiro, temos o período varguista, com a necessidade de afirmação da brasilidade, do mestiço, da mistura de diferentes raças, como negação ao que até então estava em vigor, sobretudo pela supervalorização dos costumes europeus (Witoslawski, 2005). Lembremos que nesta mesma época temos o movimento modernista das artes e seus representantes, que foram extremamente importantes neste momento de afirmação da nacionalidade no país.

De forma muita breve, pode-se retomar o período da República Velha compreendido entre os anos de 1889 e 1930, no qual não havia uma identidade nacional, assim, é somente na era varguista, a partir de 1930 que a ideia de nação começa a fazer parte do ideário do país, a nação passa a ser exaltada, o patrimônio deveria ser nacional, a ideia da unidade nacional era ressaltada pelos símbolos que foram sendo criados. Os principais símbolos identitários começam a ser evidenciados: o samba tocado na rádio nacional, a imagem do Cristo Redentor, entre outros.

A ideia do patrimônio nacional deveria servir para uniformizar o Brasil, a noção do patrimônio nacional nasce na ditadura Vargas e o IPHAN surge neste contexto. A figura do tombamento surge neste cenário de ditadura como poder coercitivo do Estado Novo, a força da intelectualidade dos modernistas sustenta este discurso do resgate da brasilidade em detrimento da figura europeizada até então dominante.

Assume-se o Brasil mestiço, pardo, negando o modelo branco europeizado. O Brasil estava alicerçado em seu povo, não mais nas oligarquias, resultado da mistura das três raças, surgia aí um brasileiro ideal. A iconografia, o cinema, a música, são produzidas para representar este brasileiro mestiço, ideal, novo, tal qual o Estado era.

Segundo Witoslawski (2005) apesar do movimento modernista ter ajudado a desconstruir a imagem europeizada, a negação plena se deu principalmente após a década de 1930. O governo remodelou a aparência nacional transformando o que era motivo de vergonha e atraso em orgulho nacional e razão para o desenvolvimento.

O que havia sido caracterizado como aspecto negativo, passaria por profundas transformações com a mistura das raças, que permitia o surgimento do povo brasileiro, com aspectos particulares, distinto de qualquer outro povo, deixando clara a distinção entre a Europa, velha civilização decadente e a América, espaço da nova civilização e do futuro.

A identificação popular com a cultura nacional em construção, que deveria representar a brasilidade foi edificada por meio da música e da dança, por exemplo, com a promoção de concursos de carnaval, incentivados pelos jornais, pelo aparecimento das marchinhas carnavalescas, além da divulgação de seus cantores e compositores.

Foi nesse período que o Rio de Janeiro tornou-se o centro da cultura nacional, com seu carnaval sendo identificado como símbolo do Brasil e o samba produzido nos morros cariocas sendo elevado à condição de gênero musical tipicamente brasileiro (WITOSLAWSKI, 2005).

O segundo período foi fortemente cunhado pelo fenômeno da globalização, no qual observamos a ruptura no que tange ao patrimônio (GUELMAN, 2009) assim, a partir da década de 1980 há o início de ruptura no que concerne ao sentido e à ação sobre o patrimônio.

O país entrava numa fase de redemocratização, uma nova Constituição e a consideração em relação ao papel dos movimentos sociais eram o grande mote, além disso, é a partir daí que a globalização ganha extensão e intensificam-se os processos de homogeneização cultural em todo o mundo.

É neste contexto que cresce e ganha destaque o interesse econômico por imóveis e sítios (lugares, bairros, distritos e cidades) de valor histórico-cultural e

se manifestam as primeiras intervenções arquitetônico-urbanísticas na lógica da indústria e do consumo culturais.

Em relação à questão institucional que envolve a discussão do patrimônio nas diversas esferas, no Brasil, a Constituição Federal traz a preocupação dos bens culturais e naturais. Kersten (2000) aponta que os primeiros esforços para institucionalizar a questão no país vieram com a Constituição de 1934, onde pela primeira vez apareceu definido o dever do Estado em relação à proteção desses bens, resultado da influência dos intelectuais oriundos do movimento modernista de 1922, preocupados com a questão do patrimônio cultural brasileiro e a exaltação daquilo que era fruto da cultura brasileira.

Com a Constituição de 1937, sob o comando de Getúlio Vargas, no Estado Novo, foi estabelecido pela primeira vez o termo monumento natural. Segundo o Artigo 134:

> "Os monumentos históricos, artísticos e naturais, assim como as paisagens ou os locais particularmente dotados pela natureza, gozam de proteção e dos cuidados especiais da nação, dos Estados e municípios. Os atentados contra eles cometidos serão equiparados aos cometidos contra o patrimônio nacional" (Brasil, 1937[39]).

Assim o patrimônio entra, ainda que timidamente, nos instrumentos legais do país, no âmbito cultural e posteriormente natural. No Brasil, conforme exposto por Scifoni (2006, 2009), o patrimônio natural sob a designação de monumento natural, sítios e paisagens naturais de feição notável, entra como uma categorização que qualificava o monumento.

Ainda em 1937, com a edição da primeira legislação federal específica para a proteção do patrimônio, o Decreto-Lei nº 25, elevou os monumentos naturais à qualidade de patrimônio nacional, em seu Artigo 1º:

> "Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional, o conjunto de bens moveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da História do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico".

[39] Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 1937. Disponível em <bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/1765/constituicao_1937_texto.pdf%3Fsequence%3D4+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=BR>. Acesso em 20.dez.2013.

> "§ 2º: Equiparam-se aos bens a que se refere o presente artigo e são também sujeitos a tombamento os monumentos naturais, bem como os sítios e as paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana" (Brasil, op.cit.).

Elemento marcante desta monumentalidade do ponto de vista da natureza é o seu atrelamento a uma condição de área inalterada, isto aparece no momento em que a noção de monumento natural torna-se oficial por meio da Convenção para a Proteção da Flora, da Fauna e das Belezas Cênicas Naturais dos Países da América, estabelecida em 1940 e referenciada no Brasil através do Decreto Legislativo nº 3 de 13 de fevereiro de 1948[40]:

> "Monumento natural – as regiões, os objetos ou as espécies vivas de animais ou plantas, de interesse estético ou valor histórico ou cientifico, aos quais é dada proteção absoluta, a fim de conservar um objeto especifico ou uma espécie determinada de flora ou fauna, declarando uma região, um objeto ou uma espécie isolada, monumento natural inviolável, exceto para a realização de investigações cientificas devidamente autorizadas ou inspeções oficiais" (Brasil, 1948).

Em âmbito nacional, além da própria Constituição Federal, houve referência ao ambiente, como paisagem, na definição de patrimônio utilizada pelo IPHAN, também criado em 1937, na qual:

> "Patrimônio Material é composto por bens culturais classificados, segundo a sua natureza, em: arqueológico, paisagístico e etnográfico, histórico, belas artes, e, das artes aplicadas. Eles estão divididos em bens imóveis (núcleos urbanos, sítios arqueológicos e paisagísticos e bens individuais) e móveis (coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos)". (IPHAN[41])

Como dito anteriormente, na era Vargas várias iniciativas ajudaram a construir a ideia de brasilidade e também os símbolos que representariam este brasileiro e os "patrimônios nacionais".

[40] Aprova a convenção para proteção da flora, da fauna e das belezas cênicas naturais dos países da América em 1940. Disponível em http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=283, acesso em 18 de novembro de 2013.
[41] IPHAN, disponível em < http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/276>. Acesso em 13.fev.2014.

Com a Constituição Federal de 1988, a definição de patrimônio vai além dos bens materiais, dos conjuntos urbanos e de sítios de valor histórico e paisagístico, conforme segue:

> "Patrimônio é constituído pelos bens materiais e imateriais que se referem à nossa identidade, nossas ações, costumes, crenças e memórias. Integram o Patrimônio Cultural as formas de expressão; os modos de criar, fazer, viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico" (Brasil, 1988[42]).

Nesta nova Constituição observa-se um avanço, mesmo que ainda não exista relação clara entre paisagem e cultura, apesar de destacar as manifestações culturais, o patrimônio imaterial e os modos de criar, fazer e viver, então a paisagem é tratada em vários dispositivos constitucionais, pois encontram-se expressões como "paisagens naturais notáveis (art. 23, III), "patrimônio paisagístico" (art. 24, VII), "bens de valor paisagístico" (art. 24, VIII), e ainda "sítio de valor paisagístico" (art. 216, V) (CAPUTE, 2010).

A paisagem é tratada no artigo 216, inciso V, como bem incluído no campo específico do patrimônio cultural brasileiro, no artigo 225, III, trata a paisagem na sua inserção no campo do meio ambiente por meio da expressão "espaços territoriais e seus componentes" (CAPUTE, op.cit.). A paisagem cultural não é assim expressa na constituição, mas encontra neste âmbito seu fundamento jurídico, essencial para os desdobramentos futuros.

Na Constituição há uma ampla concepção de patrimônio cultural destacando-se a relação de bens materiais e imateriais e o estabelecimento de um conjunto de instrumentos não taxativos que têm como finalidade assegurar a proteção cultural a uma ampla gama de bens.

No artigo 225 fica estabelecido que todos tenham direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e à qualidade de vida, artigo que veio a ser

[42] Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, Sessão II, artigo 125; Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 12.mai.2013.

regulamentado pela Lei Federal 9985[43] (SNUC) e corroborou com os instrumentos de proteção ao patrimônio, sobretudo aqueles ligados às formações naturais.

Outra lei federal regulamentou os artigos 182 e 183 da Constituição de 1988, estabelecendo diretrizes gerais da política urbana, trata-se do Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001), segundo o qual a política urbana tem como objetivos a proteção, a preservação e a recuperação do meio ambiente natural e construído, do patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico.

Como forma de viabilizar os objetivos da política urbana a lei estabelece instrumentos jurídicos e políticos que protejam as áreas de interesse histórico, cultural, natural ou paisagístico (CAPUTE, 2010).

No Brasil, conforme se observa na leitura de alguns instrumentos legais e concordando com Lanna (2003), a temática do ambiente natural está presente desde as primeiras discussões acerca do patrimônio cultural, realizadas na década de 1930 e que levaram, inclusive, à criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), atual IPHAN.

Nos anos 1960 ações estaduais e municipais de preservação começam a se manifestar, ocorrendo intensa migração, desconstrução para o rodoviarismo e a industrialização. Tem-se algumas revisões conceituais do IPHAN e nos anos de 1980 apresenta-se um movimento dentro dos municípios, implicando em um olhar mais próximo das pessoas, com a ideia de que o patrimônio deveria espelhar o cidadão e ser ponto de equilíbrio das diferenças entre as pessoas. Uma vez que o IPHAN não dava mais conta das localidades, ocupado com os grandes monumentos, os órgãos locais começaram a fazer isso.

A partir da década de 1970 verificam-se certas inflexões nas acepções do patrimônio, sobretudo em escalas locais, dos municípios e dos estados. Mesmo não sendo São Paulo, nosso objeto de interesse direto, torna-se importante trazer brevemente o posicionamento da capital paulista com sua abordagem em relação ao patrimônio e à preservação em relação ao planejamento e ordenamento do território, com as figuras do Departamento do Patrimônio Histórico (DPH) criado em 1975, seguido do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (CONPRESP) criado em 1985.

[43] Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000.. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.

Na cidade de São Paulo, a partir da década de 1970 um novo conceito se consolida no que Meneses (2006) chamou de patrimônio ambiental urbano. Segundo ele, toda a cidade deveria ser vista e entendida como um fato social ou bem cultural, o patrimônio edificado é um bem socialmente produzido e, portanto integrante de um meio ambiente urbano.

> "...o patrimônio ambiental urbano tem matrizes na dimensão física da cidade, pois é por meio de elementos empíricos do ambiente urbano que os significados são instituídos, criados, circulam, produzem efeitos, reciclam-se e se descartam [...] não são as coisas selecionadas elas próprias que devemos buscar critérios conclusivos para identificar o que compõe esse sistema de referências e guias. [...] sem as práticas sociais, não há significados sociais. Mas também não há significados sociais sem vetores materiais."[44] (Meneses, 2006, p.36)

De acordo com Andrade (2012) em São Paulo a afirmação e oficialização da prática preservacionista do patrimônio da cidade esteve desde o início atrelado ao instrumento de planejamento urbano, o patrimônio foi considerado dentro dos projetos de expansão da cidade, fugindo da figura do tombamento de imóveis isolados e de períodos históricos determinados, mas configurando zonas de preservação integradas ao ordenamento do uso do solo na cidade.

O primeiro inventário de patrimônio realizado na cidade data de 1977, e tem suas origens na listagem realizada em 1975, por Benedito Lima de Toledo e Carlos A. C. Lemos e contava com a identificação e breve caracterização de imóveis e suas zonas de preservação.

A demanda por este trabalho foi dada pela Coordenadoria Geral de Planejamento – COGEP, criado em 1972 e que detinha a responsabilidade na definição dos estudos e projetos de reurbanização a serem realizados na cidade, revisando e regulamentando as especificidades da Lei de Uso e Ocupação do Solo[45] (ANDRADE, 2012).

Neste contexto de ordenar o uso e a ocupação da cidade, foram criadas as chamadas "zonas especiais", denominadas de Z8, que passaram a ser alvo de

[44]Meneses, Ulpiano Toledo Bezerra de. A cidade como bem cultural: áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcance de preservação do patrimônio ambiental urbano. In: Andrade, Antônio L.D. et al. Patrimônio: atualizando o debate. São Paulo: 9ª SR/IPHAN, 2006.

[45]Lei nº 7.805 de 01 de novembro de 1972, guiada pelas determinações do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (Lei nº 7.688 de 30 de dezembro de 1979.

estudos para regulamentação, considerando o tema de preservação do patrimônio como um item relevante.

Em 1975 foi publicada lei que regulou as zonas especiais, momento de definição das áreas alvo e projetos especiais (ANDRADE, 2012), como exemplo de primeiras decisões, os bairros da Luz e da Bela Vista foram definidos como zonas especiais (Z8) passando a ser objeto de estudo[46].

A lista foi publicada em dezembro de 1975 sob forma de Lei nº 8.328, nela foram enquadrados tanto imóveis isolados quanto conjuntos arquitetônicos como Z8-200, uma zona especial definida por "imóveis de caráter histórico ou de excepcional valor artístico, cultural ou paisagístico, destinados a preservação".

Importante frisar que o enquadramento não configurava o tombamento do bem, mas a obrigação da submissão de projetos de intervenção para análise e a decisão final de enquadramento a partir daí, seria tomada pela Câmara Municipal sob análise e indicação da COGEP (ANDRADE, 2012).

Assim, em São Paulo, segundo Andrade (2012) pode-se dizer que o primeiro inventário do patrimônio foi "COGEP Z8 200 – Programa de preservação de bens culturais arquitetônicos da área central de São Paulo".

No Decreto nº 19.835 de 1984 se estabeleceu os níveis de proteção dos imóveis da Z8-200. Mesmo não tendo efeitos imediatos, este trabalho é uma referência neste tipo de inventário e caracterização.

A criação do DPH, em São Paulo, traz o olhar municipal para além do bem tombado, pois seu olhar está no bem arquitetônico, museológico e arquivístico e não apenas no bem edificado. O olhar para o patrimônio e preservação em São Paulo surge com o foco do planejamento e não apenas do bem arquitetônico ou do tombamento isolado.

As discussões dentro DPH sobre política e legislação de preservação surgiram desde a criação da Z8-200, entretanto, sua efetivação ocorreu apenas em 1985 com a criação do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (CONPRESP). A primeira convocação ocorreu em 1988 e sua atuação aconteceu com 1989, e apenas em 1992 aconteceu a abertura do processo de tombamento dos imóveis Z8-200[47].

[46] Bairro da Bela Vista: Projeto de Reabilitação Urbana Grota da Bela Vista" de 1974; bairro da Luz: Área da Luz: renovação urbana em São Paulo", de 1977.
[47] Resolução CONPRESP 44/92.

Em 1972 temos a lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo no município, primeiro documento que prevê Zonas de Especial Interesse Histórico, registro do entendimento e ordenamento mais complexos não pelo monumento, mas a partir de uma plataforma fundamental de compreensão na cidade e não como um monumento isolado; uma concepção integral do patrimônio da cidade.

Em 1984 há a definição dos níveis de proteção na listagem Z8-200[48], que abrangeu todo tipo de bem, de prédios residenciais, prédios de escritórios, bancos, cemitérios, vilas populares, etc, inclusive um patrimônio recente, se completam na percepção da cidade.

Do monumento ao patrimônio ambiental urbano o foco está não no patrimônio estadual, mas sim na dimensão urbana, do bem isolado à mancha urbana, aos conjuntos, e como reflexo da Carta de Veneza falando da ambiência e o bem patrimonial não podendo ser uma coisa isolada, o bem tem que representar um conjunto.

A história local é a norteadora para o reconhecimento do bem e do conjunto urbano, em sua representação simbólica na história da sociedade (ANDRADE, 2012), verificam-se bens inventariados que dificilmente entrariam numa lista realizada pelo IPHAN, por exemplo, por serem simples, vinculadas a história da imigração, por trazerem o ecletismo como inspiração principal ou mesma uma arquitetura modesta, popular.

O olhar de convivência e significados a partir da cidade, do patrimônio ambiental urbano, da flexibilização na preservação, o que seria de fato preservado e não o bem integralmente, da visibilidade à mancha urbana mostrando a relação dos bens entre si, assim, o que se observa é o patrimônio como uma questão de planejamento urbano e não de preservação da cultura apenas.

No âmbito do Estado de São Paulo, não há, dentro da discussão do patrimônio, como não trazer a contribuição do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (CONDEPHAAT), sobretudo em relação ao papel do tombamento de áreas naturais nas décadas de 1970 e 1980.

Na década de 1980 o CONDEPHAAT participou ativamente das alterações dos critérios de valorização dos bens culturais e alguns pedidos de tombamento

[48] Atualmente configuradas como ZEPEC, Lei nº 13.885 de 25 de agosto de 2004.

começavam a apresentar argumentos referentes à memória de um grupo social ou à memória local e por extensão do patrimônio cultural associado.

A relação entre patrimônio cultural e ambiental apontava para as alterações dos conteúdos da noção de bem cultural e afirmava que a defesa do patrimônio, sua proteção e preservação tem na essência um só e mesmo ponto de partida, dependendo da relação que a sociedade com ele estabelece e quais são os seus significados.

A reflexão sobre o patrimônio, sob o enfoque ambiental, implica a incorporação da dimensão da cultura entendida como duplo registro de invenção coletiva e temporal de práticas, símbolos e ideias que marcam a ruptura do humano em face das coisas naturais e do trabalho como o movimento pelo qual os humanos são capazes de criar o novo (SCIFONI, 2006).

A compreensão da natureza como parte do legado cultural a ser deixado às futuras gerações foi produto da evolução do próprio conceito de patrimônio cultural. O patrimônio natural não representa, assim, apenas os testemunhos de uma vegetação nativa, intocada ou ecossistemas pouco transformados pelo homem; na medida em que faz parte da memória social, ele incorpora paisagens que são objeto de uma ação cultural pela qual a vida humana se produz e se reproduz e principalmente por isto, por destacar uma paisagem que sofreu intensas modificações, lhe atribui um significado de sociabilidade e pertencimento àqueles que a modificaram.

A concepção de natureza não nega a contradição central existente no fato de que mesmo sendo objeto de transformações efetuadas pelo trabalho humano (ARENDT, 2003), não pode ser retirada de sua dimensão de natureza, pois a natureza de que se trata hoje é histórica e social, uma vez que as transformações que o homem lhe impõe se inscrevem no curso de um processo histórico de constituição da sua humanidade, mas ela guarda uma dimensão natural, pois os mecanismos que regulam sua dinâmica são dados por condições próprias e leis naturais.

Utilizando ainda a referência dada por Santos (1997) de que a natureza e sociedade requerem uma explicação conjunta, o que implica em novo modo de olhar a realidade, superando aquela abordagem dicotômica que os coloca como polos opostos, afirmamos o papel da paisagem como elemento estruturador e integrador na abordagem.

Em relação à figura do tombamento, preconizado pelo CONDEPHAAT, o processo mais significativo e que nos serve como ponto de referência sobre as aproximações entre o cultural e o natural como objetos de preservação, pode ser expresso pelo tombamento da Serra do Mar no Estado de São Paulo (Resolução 40 de 1985[49]) e que foi instituído na década de 1980 para fazer frente a um contexto de urbanização acelerada da faixa litorânea, provocada pela expansão do turismo assentado principalmente na constituição da segunda residência.

O tombamento como figura jurídica de proteção se desenvolveu diante das discussões sobre patrimônio, preservação e paisagem.

No caso da Serra do Mar, segundo Scifoni (2006) o processo foi marcado pela complexidade e pioneirismo que incidiu o tombamento em uma área de aproximadamente 1,3 milhão de hectares, englobando 44 municípios paulistas, uma ação sem precedentes em todo o território nacional. Tem-se assim um extenso território tombado desde 1985 e submetido a determinadas normas, o que pode ser considerado um fator de restrição à dinâmica espacial dos municípios envolvidos. Importante lembrar que os Estados do Paraná, Rio de Janeiro e Espírito Santo também tombaram a Serra do Mar, inspirados na iniciativa paulista.

O tombamento revela uma parcela das bases conceituais sobre as quais foi estabelecida uma estreita relação entre patrimônio cultural, enquanto identidade cultural e memória social, e também, paisagem, sendo encarado como um atributo que se dá ao bem cultural escolhido, separando-o dos demais, para que ele garanta a perpetuação da memória (LEMOS, 2006).

Segundo Reisewitz (2004) o tombamento é ainda a mais conhecida forma de garantir a preservação do patrimônio ambiental nacional, tendo em vista o fato de estar disciplinado de forma detalhada em lei infraconstitucional, o que facilita seu uso e as discussões em relação às consequências jurídicas incididas do ato que se institui.

Tombar é inscrever no livro do Tombo, dando cadastramento e catalogação a bens que fazem parte de determinado acervo. Nos termos do Decreto Lei 25 de 30 de novembro de 1937, quando um bem é tombado por órgão público competente, o acervo do qual ele passa a fazer parte é o do patrimônio histórico, artístico e paisagístico nacional, de acordo com o artigo 1º do referido Decreto.

[49]Disponível em <http://www.cultura.sp.gov.br/portal/>, acesso em 20.09.15.

O tombamento é o mais antigo instrumento de proteção do patrimônio cultural brasileiro e um dos primeiros das Américas, foi instituído em nível federal no mesmo ano da criação do IPHAN (1937), sua redação contou com a colaboração de diversas personalidades brasileiras que trabalharam intensamente na constituição do órgão de proteção ao patrimônio no país.

Ainda nos dias atuais, o tombamento é o principal instrumento de proteção do patrimônio cultural, estados e municípios possuem leis de tombamento próprias, o que permite a distinção entre o patrimônio tombado em nível federal (cuja preservação é atribuição do IPHAN), estadual ou municipal, contudo, as formas de abordagem e gestão apresentam-se semelhantes.

No processo de tombamento, a abordagem acerca da paisagem se dá pela análise de aspectos relacionados ao uso e ocupação da terra em três momentos distintos - antes do início do processo de tombamento, no início do processo de tombamento e no momento atual, ou posterior ao tombamento.

O processo tem por objeto a paisagem em si, considerada no tempo presente, enquanto resultado material dos processos históricos ocorridos no lugar, desta forma ela se configura enquanto artefato e expressão característica da cultura. É uma figura administrativa que impõe restrições de uso para preservação dos atributos indicados como de importância para a integridade do bem tombado.

Mais do que um simples recorte cenográfico, a paisagem constitui-se no tombamento como elo fundamental entre o espaço e a memória social, entretanto este traz ao tombamento o papel mais de “congelamento” formal, produto para apropriação turística do que um processo de real proteção, recuperação e preservação da memória social.

Ab’Saber (1987) via nas áreas destinadas à conservação, sobretudo os parques estaduais e nacionais, uma maneira de conciliar o natural e o cultural. A tomada de decisão para o tombamento deveria ser, antes de tudo, um ato de discernimento cultural, que procura atender às reclamações de muitas vozes e de muitas gerações.

O reconhecimento da excepcionalidade e da aplicabilidade do estatuto do tombamento depende sempre do consenso obtido pelo aconselhamento responsável das comunidades cientificas, técnicas e culturais. O apelo ao tombamento somente é aplicável a uma área, por razões paisagísticas,

ecológicas, hídricas ou ambientais caso seja reconhecidamente uma área necessitada de proteção integral, o uso e a função dada a um bem, por exemplo, não justificaria seu tombamento.

Em relação aos bens tombados no país, em nível federal, sob a tutela do IPHAN, no ano de 2014 atingiu-se o total de 1113 bens materiais tombados, incluindo monumentos, conjuntos urbanos e paisagísticos, coleções e objetos de arte. Nesse universo, é importante ressaltar o significativo número de conjuntos urbanos - 78 bens - que resulta em aproximadamente 70 mil imóveis tombados pelo IPHAN. Sob esta tutela estão os bens tombados que se subdividem entre bens móveis e imóveis (IPHAN, 2014[50]).

Os bens imóveis incluem, ainda, equipamentos urbanos e de infraestrutura, paisagens naturais, ruínas, jardins e parques históricos, terreiros e sítios arqueológicos. A proteção é uma das ações mais importantes referentes ao patrimônio de natureza material. Proteger um bem cultural significa impedir que ele desapareça, mantendo-o preservado para as gerações futuras.

Nesta contagem apresentada pelo IPHAN, recentemente foi incorporada a categoria da paisagem cultural, que por meio de uma Chancela passa a compor o quadro dos bens sob proteção/supervisão do Instituto.

A partir de 2007 o IPHAN promoveu encontros técnicos em parceria com instituições de ensino para debater o conceito de paisagem cultural e sua aplicação no território nacional, o que resultou, a princípio, na “Carta de Bagé”, ou “Carta da paisagem cultural” decorrência de um encontro realizado em agosto de 2007 na cidade de Bagé (RS)[51], primeiro documento a abordar especificamente a paisagem cultural brasileira, redigido em agosto de 2007.

A Carta vai além de definir a paisagem cultural, apresentando preocupações com a forma de gestão, propondo sua certificação ou chancelamento e não o tombamento, além da necessidade de compartilhamento da gestão entre diferentes instituições envolvidas. Subsequente a esta carta está a “Carta da Serra da Bodoquena” (2007) e a publicação do livro “Paisagem cultural e patrimônio” de Ribeiro (2007), além de outros textos e debates.

[50] Disponível em http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/126, acesso em 22.nov.2015.

[51] Encontro “Paisagens Culturais: novos conceitos, novos desafios” promovido pelo IPHA, Universidade Federal de Pelotas e Prefeitura de Bagé, com apoio da Universidade Regional da Campanha, Universidade Federal do Pampa e Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado.

Em 2009, dois anos depois do encontro no sul do país, a Portaria 127 do IPHAN (**Anexo 7**) traria a institucionalização da *Chancela da Paisagem Cultural*, como instrumento de preservação do patrimônio cultural, diferente do tombamento, segundo a mesma, a paisagem cultural trata-se de:

> "uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores" (Artigo 1º)(IPHAN, 2009)

A chancela parte do princípio de que o meio ambiente pode ser dotado de significados culturais, uma vez que o homem no decorrer da história manipulou o meio físico para expressar nele sua cultura (VASCONCELOS, 2012).

Em termos legais, o significado de chancela está representado pelo ato de chancelar, uma maneira de atribuir um selo, um sinal gravado que seja representativo de uma assinatura oficial de um bem com características peculiares que lhe confere o status de patrimônio.

Estabelecida a figura da chancela, cujo objetivo foi o de:

> "atender ao interesse público e contribuir para a preservação do patrimônio cultural, complementando e integrando os instrumentos da promoção e proteção existentes, nos termos preconizados na Constituição Federal" (IPHAN, 2009).

Criou-se assim um marco na institucionalização do conceito de paisagem cultural no país, o que pode ser encarado como um relevante avanço, sobretudo dentro dos órgãos responsáveis pela preservação dos bens culturais e naturais.

A finalidade da chancela é o atendimento ao interesse público na contribuição para a preservação do patrimônio cultural, de acordo com seu 2º artigo, ressalta-se o caráter dinâmico da cultura e da ação humana sobre as porções do território, bem como as transformações inerentes ao desenvolvimento econômico e social sustentável.

A chancela obriga a elaboração de um pacto para a gestão compartilhada da porção do território sob a qual recai este tipo de proteção, a necessidade do plano de gestão acordado entre as diversas entidades, órgãos e agentes públicos e privados envolvidos, o acompanhamento fica a cargo do IPHAN.

Além do aspecto da gestão, a portaria reconhece o caráter cognitivo da chancela na “motivação da ação humana que cria e expressa o patrimônio cultural” bem como na indução de uma relação mais harmônica com a natureza “estimulando a dimensão afetiva com o território e tendo como premissa a qualidade de vida da população”.

Como um procedimento administrativo, a chancela é instaurada após a verificação da pertinência exposta no requerimento, não indicando claramente os critérios para esta verificação nem os documentos que devem acompanhar este requerimento. Finalizada a etapa de instrução e a análise jurídica do procedimento pode ser expedido edital de notificação da chancela, com publicação no Diário Oficial da União, e, aberto o prazo de 30 dias para manifestações e eventuais contestações ao reconhecimento pelos interessados.

As manifestações deverão ser analisadas e as contestações julgadas pelo Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização (DEPAM) do IPHAN no prazo de 30 dias, entretanto, não fica claro quem são os “interessados” que podem apresentar contestação ao requerimento da chancela e quais são os critérios de julgamento.

Com relação à eficácia deste instrumento, o caráter valorativo vinculado à noção de “motivação responsável pela preservação do patrimônio” (artigo 3º) não gera obrigações ou deveres claros em relação ao bem a ser reconhecido como paisagem cultural, não há uma definição quanto ao conteúdo do pacto para a gestão compartilhada, limitando-se a indicar de forma facultativa a pluralidade de atores que podem participar deste processo e a possibilidade deste vir a ser integrado em um plano de gestão acordado entre as diversas entidades, órgãos e agente públicos e privados envolvidos.

Observamos nos instrumentos, tanto em âmbito nacional quanto internacional, que parte do desafio está na conceituação, limitação e identificação das paisagens culturais, bem como na criação de uma legislação que especifique com instrumentos claros de como olhar as paisagens e, portanto, torná-las patrimônios mais abrangentes e facilitadores de processos de valorização e gestão do território.

É destacado nas diretrizes operacionais da UNESCO que “a proteção de paisagens culturais pode contribuir com as técnicas modernas do uso sustentável do solo e pode manter ou realçar valores naturais na paisagem”, este instrumento

defende a proteção de paisagens culturais para que as formas tradicionais do uso do solo favoreçam a diversidade biológica nas diversas regiões do planeta.

A portaria do IPHAN considera que estas formas tradicionais do uso do solo estão ameaçadas por fenômenos contemporâneos de expansão urbana, globalização, massificação das paisagens urbanas e rurais, colocando em risco contextos de vista e tradições locais em todo o planeta e por isso estabelece a chancela, aplicável a porções do território nacional (CAPUTE, 2010), busca-se assim, fortalecer a institucionalização de uma ideia mais abrangente de patrimônio.

Estudos práticos e reflexões multidisciplinares são muito importantes para consolidar uma interpretação consistente sobre este procedimento, estas transformações consideradas pela chancela devem ser gerenciadas por uma conservação integrada merecedora do destaque dentro do dinamismo dos sistemas passíveis de mudanças.

De acordo com Vasconcelos (2012) os debates acadêmicos e institucionais a respeito deste conceito, de paisagem como objeto de proteção e gestão do território, culminaram na publicação da Portaria nº 127 de 29 de abril de 2009, com a finalidade de atrair recursos e ações de salvaguarda da região chancelada, através de parcerias entre o IPHAN, a sociedade civil, a iniciativa privada e as diferentes esferas governamentais.

Apesar do conceito de paisagem ter sido desenvolvido, sobretudo, pela Geografia entre o final do século XIX e início do século XX, no âmbito da UNESCO e do IPHAN ele veio a ser utilizado institucionalmente na valorização dos bens culturais quase um século depois. Outras iniciativas já existiam neste sentido, entre quais a *amenagement du territoire*, na França.

Desde a década de 1930, na França, há iniciativas em relação ao ordenamento do território como política pública de planejamento e coordenação do uso da terra, organização da estrutura e distribuição de equipamentos e atividades no espaço geográfico, sobretudo urbano, com uma distinção fundamental entre as zonas de construção e do resto do território (MINISTÈRE DES AFFAIRES ÉTRANGÈRES, 2006)[52].

[52]Disponível em http://www.diplomatie.gouv.fr/fr/IMG/pdf/Pubb.pdf, acesso 01.12.15.

O conceito de paisagem pode ser amplamente utilizado, mas de fato é difícil estabelecê-la como um objeto de análise e delimitação, abarcando todas as suas interfaces de criação, evolução e manutenção.

Neste contexto, cabe a percepção de Sauer (1998) na qual a paisagem natural evolui para a paisagem cultural e esta se modifica pela cultura que a envolve e pode inclusive substituí-la, a paisagem é fruto da interação do homem com a natureza e tendo isto como premissa, ela deve sim ser considerada nos processos de proteção e gestão adequados.

O conceito de paisagem cultural ganha novos aportes, como por exemplo, com a questão de que não são mais quais elementos culturais estão presentes na paisagem, mais sim, quais paisagens são dotadas de valores culturais e naturais dignos de serem reconhecidos e protegidos pelas políticas públicas, apesar de todas serem culturais, algumas merecem ser patrimonializadas.

A relação entre paisagem e patrimônio cultural é uma construção, a paisagem como os demais bens culturais, não possui um valor que lhe é inerente, mas pode ser patrimonializada a partir de uma atribuição de valor, na qual está atrelada a uma prática institucional que ao longo do tempo se transformou criando novas possibilidades (VASCONCELOS, 2012).

O Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural aprovou a primeira (e até agora a única) chancela de paisagem cultural brasileira, em 03 de maio de 2011.

A proposta de proteção encaminhou o tombamento de 61 bens referentes ao processo de imigração em Santa Catarina, que entre meados do século XIX e do século XX, trouxe imigrantes de vários países e regiões da Europa, especialmente da Alemanha, Itália, Polônia e Ucrânia, além do reconhecimento, como Paisagem Cultural Brasileira, dos núcleos rurais de Testo Alto, em Pomerode, e Rio da Luz, em Jaraguá do Sul.

A decisão de chancelar esta paisagem cultural em Santa Catarina foi vista como um marco para as políticas públicas de patrimônio cultural: desde a sua instituição foi a primeira vez que se utilizou o instrumento da chancela, mas ainda atrelada ao tombamento.

Os estudos que culminaram no chancelamento desta paisagem iniciaram em 1983 (IPHAN, 2011) a partir de inventários realizados pelo IPHAN e pela Fundação Catarinense de Cultura e algumas prefeituras locais, o interesse se deu devido à necessidade de inventariar os bens de maior relevância que

permaneceram apesar de uma intensa enchente que ocorreu no Vale do Rio Itajaí (FIGUEIREDO, 2014).

Existiam ali colônias pomeranas em áreas urbanas e rurais onde se fixaram imigrantes europeus a partir do século XIX, com paisagens bastante preservadas, e, segundo Figueiredo (2014) uma cultura viva expressa em diferentes manifestações como a língua, a culinária, as celebrações religiosas, etc. Até o ano de 2006 o inventário produzido catalogou mais de mil propriedades em 30 municípios catarinenses. Em 2007 foi lançado oficialmente o projeto Roteiros Nacionais de Imigração, numa parceria para viabilizar a preservação destes bens, entre o IPHAN/Ministério da Cultura, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério do Turismo, SEBRAE, governo estadual e os governos municipais.

Ainda em 2007 foram tombados 48 bens materiais em 11 cidades, visando a preservação integrada e o exercício das competências comuns e nas das concorrentes,com a proposta de mais de 200 reconhecimentos regionais e locais complementares via tombamentos nas três esferas de poder.

Em 2011 foi apresentada ao Conselho Consultivo do IPHAN a proposta de tombamento de mais 12 bens em sete municípios. Neste momento já havia o instrumento da chancela, assim o Conselho decidiu chancelar a paisagem cultural, representada pelos *Conjuntos Rurais de Texto Alto e Rio da Luz* (FIGUEIREDO, 2014).

Entretanto, a prática dos compromissos do termo assinado em 2007 apresenta-se difícil diante da dificuldade de estabelecer um pacto mais minucioso com a gestão municipal e estadual, da dificuldade de manutenção das estruturas de produção familiar artesanal, bem como com uma forte especulação imobiliária, partida de novas gerações para os centros urbanos, etc (WEISSEHEIMER, 2012).

Em seus artigos 4º e 5º a Chancela trata do estabelecimento de pacto que pode envolver o poder público, a sociedade civil e a iniciativa privada, visando a gestão compartilhada da porção do território nacional assim reconhecida; o pacto convencionado para proteção da Paisagem Cultural Brasileira chancelada poderá ser integrado de Plano de Gestão a ser acordado entre as diversas entidades, órgãos e agentes públicos e privados envolvidos, o qual será acompanhado pelo IPHAN, o principal articulador de ações de valorização, planejamento e gestão desse tipo de patrimônio.

A paisagem chancelada pode usufruir do título desde que mantenha as características que a fizeram merecer esta classificação, sendo, por isso necessário desenvolver um Plano de Gestão, onde devem estar planejadas todas as ações voltadas à preservação dos valores que levaram determinado lugar a ser reconhecido como uma paisagem cultural. Caso os integrantes não cumpram com as determinações, e se as características da Paisagem forem degradadas ou perdidas, o órgão responsável, no caso o IPHAN, tem a função de cancelar a chancela.

Apesar da portaria nº 127/2009 ter seis anos, o país conta com apenas um bem chancelado, vários sítios candidatos se encontram em processo de estudo (Pantanal Mato-grossense, considerado Patrimônio Nacional e Patrimônio Mundial pela UNESCO, o rio São Francisco, Vale do Ribeira, dentre outros).

Na lista de bens materiais com reconhecimento de Patrimônio Mundial sob a figura da paisagem cultural, entra também o Rio de Janeiro, reconhecido pela UNESCO, mas ainda sem a chancela nacional como tal.

Segundo o próprio IPHAN (2009) do ponto de vista prático a portaria funciona como um selo de reconhecimento, pretendendo conviver com as transformações próprias ao desenvolvimento econômico e social sustentáveis, associando a chancela a um pacto de gestão, e este pacto deve ser renovado, havendo a necessidade de revalidação da chancela em prazo máximo de 10 anos.

Giannecchini (2010) questiona o fato de que, se toda paisagem é cultural, por que a necessidade de criar um novo chapéu para antigos problemas, qual seria a necessidade de utilizar um conceito redundante acima de outros já representativos e claros como paisagem e cultura.

Para Castriota (2009), com o qual corroboramos, esta portaria inicia um processo de institucionalização de uma das ideias mais ricas que entraram no campo do patrimônio a partir da década de 1990 e tem trazido significativos avanços conceituais e metodológicas à área.

Como vimos anteriormente a Europa foi pioneira na discussão sobre paisagem cultural, entretanto países de diferentes continentes também incorporaram este conceito.

Na América, foi realizado em 2004 o Simpósio Anual do Comitê norte americano da *International Council on Monuments and Sites* (US/ICOMOS), no

qual se chegou a conclusão que para salvaguardar a paisagem, a separação conceitual entre natureza e cultura sempre foi um obstáculo.

A preservação da paisagem cultural através de um pacto de gestão se dá em decorrência de seu caráter dinâmico, de modo semelhante ao bem imaterial, está sempre se ajustando às mudanças sociais, ao contrário do bem material, não faz sentido estabelecer a permanência de suas características originais, é esta a diferença do ato administrativa de tombar e chancelar.

Cabe também lembrarmos que há semelhanças entre a portaria da paisagem cultural e o decreto nº 3551 de 4 de agosto de 2000, que cria o Programa Nacional de Patrimônio Imaterial e os livros de registro dos bens imateriais, ambos em decorrência da constante transformação dos bens culturais que protegem, preveem uma avaliação periódica dos valores atribuídos ao bem cultural protegido no prazo máximo de 10 anos. A paisagem traz uma carga relevante de aspectos imateriais em sua concepção, logo, ambos instrumentos devem ser verificados de modo muito próximo.

O pedido e o processo para o chancelamento de um território como paisagem cultural pode ser feito por qualquer órgão governamental ou associação civil, não sendo uma tarefa exclusiva do IPHAN. Ela se configura como uma forma de preservação indireta, não tem força de lei que prevê punições, trabalha com o estímulo e não com a obrigação, assemelhando-se ainda mais com o Decreto nº 3551 de 15 de fevereiro de 2001, a única punição prevista é a descaracterização do bem, com a perda do seu certificado.

Em relação à punição, Vasconcelos (2012) lembra dos artigos 62 e 63 da Lei 9.605 de 12 de fevereiro de 1998[53], onde está prevista a pena de até três anos de reclusão e/ou pagamento de multa para pessoa física ou jurídica que destruir, inutilizar, deteriorar ou alterar bem protegido por ato administrativo.

Como a portaria da paisagem cultural é um ato administrativo que atribui valor patrimonial a uma porção do território nacional, a área chancelada estaria sob a proteção da Lei nº 9.605 de 12 de fevereiro de 1998 (VASCONCELOS, 2012, p.65). Assim, é possível assegurar a proteção das paisagens chanceladas, através do pacto e também com ações punitivas, dando à portaria respaldo jurídico.

[53] Lei nº 9.605 de 12 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.

Outros fatores que tornam o instrumento frágil: falta de interesse da população, falta de interesse do poder público, pouca familiaridade dos técnicos envolvidos com o patrimônio com o instrumento jurídico e a ausência da indicação dos documentos necessários para a solicitação de chancelamento e do que deve ser abordado pelo plano de gestão.

Como certificar a paisagem, uma vez que essa está diretamente submetida à representação pessoal de seus observadores e participantes (COSTA, GASTAL, 2010)? Diante disto, não há como negar a subjetividade da paisagem, as paisagens culturais não têm um valor que lhes seja inerente, passam por um processo de atribuição de valor e significado, o que torna o processo mais complexo, mas por isso mesmo, mais consistente e representativo.

Em termos institucionais, questiona-se até que ponto o conceito de paisagem cultural, como base teórico-metodológica está sendo incorporado pelos integrantes do IPHAN, de forma a viabilizar as paisagens culturais brasileiras como bens patrimoniais?

Este embasamento teórico-metodológico poderá contribuir para a construção de um sistema de gestão das paisagens culturais brasileiras tendo em vista a implementação das ações de conservação como patrimônio natural e cultural integrado (MELO, 2010).

É preciso desenvolver instrumentos metodológicos de identificação, descrição e interpretação de paisagens como também a superação definitiva da dicotomia existente, no sentido da compreensão da paisagem de forma sistêmica em suas dimensões naturais e culturais na estrutura da gestão visando a conservação integrada.

Como a utilização do conceito enquanto método carece ainda de uma instrumentalização de ações a ser aplicável aos sistemas de gestão da proteção e conservação das paisagens (MELO, 2010).

Como ir do conceito à prática com a chancela da paisagem cultural brasileira? Pois trata-se de instrumento de preservação que busca abordar os contextos culturais de maneira mais complexa.

De acordo com Weissheimer (2012) sua consecução é difícil visto a complexidade que envolve a seleção, caracterização, delimitação e a gestão (especialmente) dessas “porções peculiares do território”.

A inovação em relação aos instrumentos já existentes reside no fato de não ser apenas um ato declaratório com atribuições de gestão recaindo apenas no órgão concedente do título, mas propõe mecanismos de preservação conjunta entre os diversos agentes que possuam algum tipo de interface com a paisagem cultural a ser chancelada.

A chancela deve ser entendida como instrumento de gestão territorial compartilhada, sua eficácia está baseada no estabelecimento de um pacto entre os principais entes, públicos e privados, que atuam sobre o território selecionado e consequentemente a efetiva preservação das paisagens culturais se dará pelo cumprimento dos compromissos assumidos por cada uma das partes no momento da pactuação. A pergunta que pode ser feita é qual o papel de cada signatário no pacto?

A partir da qualificação dada pelo adjetivo “peculiar” que se diferencia, se ressalta ou se particulariza a porção do território que será alvo da chancela, assim não se cai no generalismo de que tudo é ou pode ser compreendido como paisagem cultural, é nesse ponto que reside a necessidade de distinguir a abordagem científica do conceito de sua aplicação prática proposta pela chancela. A rigor, qualquer ambiente que possua alguma interferência humana pode ser definido como paisagem cultural, cabe à ciência estabelecer ou polemizar sobre os limites desse entendimento (WEISSHEIMER, 2012).

A chancela tem caráter complementar, se os fatores preponderantes que singularizam o sítio forem materiais é possível que o tombamento seja o instrumento mais indicado; se as manifestações imateriais sobressaírem e os elementos materiais forem secundários ou acessórios o registro será possivelmente o melhor instrumento. Nos sítios onde as manifestações culturais, materiais ou imateriais, forem indissociáveis de seu contexto natural ou geográfico, então caberá a chancela da paisagem cultural, que poderá estar ou não associada à aplicação do tombamento, do registro ou do cadastro do patrimônio arqueológico.

O mais importante para dar início a um estudo com vistas a chancela da paisagem cultural é a definição de um recorte territorial e de uma abordagem clara a ser aplicada sobre este território para fins de reconhecimento como patrimônio cultural.

A chancela vai muito além de um selo ou uma forma unilateral de reconhecimento, sendo a congregação de esforços em prol de um objetivo pretensamente comum que é a preservação do patrimônio cultural em sua máxima expressão (WEISSHEIMER, 2012).

Os estudos para a Chancela da Paisagem Cultural do Vale do Ribeira, por exemplo, já foram concluídos, mas estão, segundo Figueiredo (2014), parados na Superintendência do IPHAN de São Paulo.

As paisagens culturais da Foz do rio São Francisco, da Grota do Angico e Rota do Cangaço e do Ver-o-Peso em Belém, também estão entre os objetos de estudo do IPHAN (Quadro 08).

Nome do Bem	Estado
Paisagem Cultural do Vale do Itajaí – Roteiros Nacionais de Imigração (chancelada em 2011).	SC
Paisagem Cultural do Patrimônio Naval: Jangada de dos Mastros de Pitimbu (PB); Elesbão (AP); Camocim (CE); Valença (BA)	Nordeste
Paisagem Cultural da Foz do Rio São Francisco	AL e SE
Paisagem Cultural da Grota de Angico e Rota do Cangaço	SE
Paisagem Cultural do Ver-o-Peso	PA
Paisagem Cultural do Vale do Ribeira	SP
Paisagem Cultural do Rio de Janeiro	RJ

Quadro 08 – Paisagens Culturais Chanceladas ou em estudo pelo IPHAN. Fonte: IPHAN, Quadro elaborado por Figueiredo, 2014.

PARTE III

POR QUE ESTAS PAISAGENS SÃO CULTURAIS?

A COMPLEXIDADE DAS PAISAGENS E OS CRITÉRIOS DE ENQUADRAMENTO

3.1 Por que algumas paisagens são culturais, se todas as paisagens são culturais?

Se todas as paisagens são culturais, o que motiva a eleição de algumas como mais representativas da relação homem e ambiente?

Na Geografia, a paisagem é analisada, de modo geral, como produto de interações entre elementos naturais e humanos que, por ocupar um espaço, pode ser cartografada em diferentes escalas e classificada de acordo com um método ou elemento que a compõe.

A incorporação das relações do homem com o meio sugere que os modos de vida do ser humano produzem paisagens que são amplas em aspectos culturais e também patrimoniais e a questão relacionada ao método é o que define como estas relações serão mais ou menos consideradas.

Temos a seguir um panorama das discussões sobre as paisagens culturais, buscando encontrar pontos consonantes nas definições e nos sítios apresentados como tal, assim como apresentar quais são estas paisagens eleitas institucionalmente como culturais e a quais critérios obedecem.

A chamada paisagem cultural, como vimos, passou a ser reconhecida por meio de uma avaliação institucional e enquadramento em determinados critérios, a partir de 1992 pela UNESCO, entretanto, muito pode ser questionado em relação aos critérios utilizados e, ao observar quais são e onde estão estas paisagens observa-se certa disparidade em termos de representatividade e consideração de elementos reconhecidos localmente como herança e identidade de uma comunidade ou grupo social.

Esta abordagem traz as nuances envolvidas com os critérios de elegibilidade de uma paisagem como cultural, a partir do panorama das 95 paisagens culturais reconhecidas pela UNESCO, de 1993 até 2015, em todo o mundo e, a partir dos critérios de escolha e localização, vale lembrar que uma delas (Dresden Elbe Valley- Alemanha) foi retirada da lista em 2009.

Entende-se que a aplicação do conceito a partir do reconhecimento da sua complexidade pode funcionar como recomendação fundamental para uso e gestão do território, indo muito além da simples manutenção de um símbolo construído e desvinculado de seu contexto identitário e social.

O Regulamento Operacional da UNESCO para implementação da Convenção do Patrimônio Mundial define que as paisagens culturais são "*bens culturais que representam as obras combinadas da natureza e do homem, ilustrativas da evolução da sociedade humana ao longo do tempo*" (UNESCO, 2011, p.11).

Desta forma, um sítio para se inscrever na Lista do Patrimônio Mundial como paisagem cultural, tem que necessariamente comprovar seu valor universal excepcional, o que pode ser feito por meio de documentos que confirmem sua autenticidade e integridade, devendo possuir um adequado sistema de proteção e gerenciamento que possam garantir sua salvaguarda.

De qualquer forma, a pergunta que antecede qualquer eleição ou definição de criação é: o que é paisagem? Esta pergunta poderia sugerir a possibilidade de alguma resposta plena (SANDEVILLE Jr, et. all., 2010), entretanto o que o percurso em busca desta resposta nos traz é a indicação da possibilidade de uma definição, na qual a paisagem é um espaço de realização simbólica dos tempos, representa as transformações do mundo e carrega também uma realidade afetiva (MORIN, 2005).

Estudos da paisagem que a entendem apenas como visualidade e forma distanciam-na de sua dimensão sociocultural e também política, por resultar da atuação humana em diferentes tempos históricos, reconhecem-se na paisagem experiências conflitantes ao se explorar e investigar seus significados exigindo também atenção à dimensão multidisciplinar, uma só abordagem ou um só método não pode desvendar as nuances e sutilezas da paisagem.

A abordagem da paisagem adjetivada de cultural foi evidenciada pelos adeptos da Geografia Cultural Tradicional e no final do século XIX diversas foram as concepções teórico-metodológicas, passando pela identificação, descrição e interpretação da paisagem por meio dos artefatos materiais produzidos pelo homem, até a interpretação do seu caráter simbólico, defendida posteriormente pelos geógrafos que criaram a chamada Nova Geografia Cultural.

Sauer, dentro desta abordagem da nova geografia cultural, buscava se opor à geografia humana, nos moldes da Universidade de Chicago, cuja visão era determinista. Ele buscava uma geografia humana que não caísse no determinismo ambiental nem econômico e assim privilegiava o uso da expressão geografia cultural para designar muito mais que um ramo da geografia, mas uma

abordagem sobre o papel do homem, seus valores e atitudes na modificação do espaço terrestre (BERDOULAY, 2012). Sauer observava na paisagem as múltiplas e diversas manifestações humanas, com seus valores, percepções e criatividade.

A Escola de Berkley, que Sauer integrava, ao reconstruir os conceitos de paisagem e de cultura com novas referências conceituais, promoveu os estudos mais recentes da geografia cultural enfatizando o caráter de construção cultural sofisticada do próprio conceito de paisagem (COSGROVE, 2003), o conceito de paisagem é um modo especial de compor, estruturar e dar significado ao mundo externo cuja história tem que ser entendida em relação à apropriação material da superfície terrestre.

A partir da década de 1990, a paisagem adjetivada de cultural vem sendo estudada não apenas no campo disciplinar da geografia, mas também das artes, da arqueologia, da ecologia, do paisagismo e do urbanismo (MELO, 2010), sendo recentemente institucionalizada pelas convenções e recomendações internacionais, conforme discutido nesta pesquisa, visando a identificação e preservação dos bens naturais e culturais dos povos, atribuindo a ela não somente o valor da cultura, mas também do patrimônio.

Temos, portanto, uma quebra importante de paradigma, pois no pensamento moderno ocidental o meio natural e o artefato cultural sempre foram considerados como dois campos pertencentes a domínios distintos e as paisagens por sua crescente complexidade não podem mais ser consideradas sob esta dualidade.

Conforme questiona Figueiredo (2014) será que a abordagem da paisagem cultural se aplica a tudo? Se a concebermos como categoria de patrimônio tal como prediz a UNESCO e pratica o IPHAN até o momento, não. Mas se a concebermos como conceito, sim. A questão primordial é o que é patrimônio dentro da concepção de monumento, de cidade histórica, de patrimônio imaterial, de patrimônio natural ou de paisagem cultural? O que torna algo, de fato, um patrimônio?

A paisagem cultural se aplica a diversas escalas territoriais, como uma leitura da escala intraurbana e regional, carregando o aporte genético e noção geográfica de paisagem que está intimamente relacionada a noção de território, por isso não há como não concebê-la como um instrumento relevante no

planejamento, na gestão e no ordenamento, agregando interesses públicos e privados, e sobretudo, dos grupos sociais que a vivenciam.

3.2 Significados da paisagem cultural

A paisagem está relacionada ao tempo, decorrido e futuro, pois qualquer discussão da superfície terrestre não é construída apenas com base em sua descrição ou catalogação atual, mas a partir de discussão e compreensão da cultura e das ações sociais transformadoras no tempo.

A geografia apresenta uma ampla possibilidade de abordagens com o intuito de interpretar a paisagem cujo conceito e métodos, podem servir de base às a políticas da paisagem e à sua gestão, como bem patrimonial natural e cultural (BEZERRA e MAYRINCK, 2007).

A cultura adjetivaria a paisagem no sentido de explicar a presença da ação humana sobre ela, assim, se toda a superfície terrestre já foi objeto de atuação humana, há certa redundância na denominação de uma paisagem como cultural, mas ela é necessária pois afirma e consolida este conceito permitindo a ampliação de seu uso. Segundo Bissoli (2010) mesmo as paisagens muito pouco transformadas, assim estão por vontade humana, por questões de interesses diversos elas ainda não foram alvo de amplas transformações.

A superfície terrestre é complexa, e, assim a paisagem cultural carrega em esta complexidade e pode, portanto ser tratada sob diversos aspectos, sob diversas abordagens, sendo assim um objeto inter e multidisciplinar, de forma que o conceito fundamente a categoria utilizada pelos órgãos de preservação.

Talvez a afirmação da paisagem como um bem cultural seja o cerne de toda a questão, reconhecer sua fundamentação a partir da confirmação da relação indissociável da cultura, sobretudo pensada sob um sistema significante através do qual uma ordem social é comunicada, reproduzida, experienciada e explorada (WILLIAMS, 1982 *a*pud MITCHELL, 2003).

A abordagem da paisagem como resultado de um processo cultural demonstra como ela é simbólica, constantemente sujeita a mudanças e marcada por relações de poder. A paisagem não é uma coisa nem mesmo uma simples

localização, mas resultado de um processo identificável, uma categoria analítica, uma esfera mapeável.

Ao determinar uma paisagem como cultural, afirma-se uma relação socialmente construída e mediada por explicar ações, comportamentos, resistências ou formações sociais de modo que a economia ou a política isoladamente não podem explicar (MITCHELL, 2003). Entretanto, a própria discussão em relação ao significado de cultural, tal como de paisagem, não oferece um ganho demasiado, pois isso acaba por reduzi-la a categoria objetiva negando sua subjetividade, pois nenhum grupo humano considera seu mundo vivido como uma prática cultural, ressalva à burguesia ocidental que a faz propositadamente, pois ela mesma que cria suas categorias e valores a serem apreciados por todos (SAHLINS, 1976 apud COSGROVE, 2003).

Como forma de situar a relação da paisagem com a cultura, alguns autores, sobretudo geógrafos, são lembrados, para que a ideia desta visão totalizadora das interações da natureza com a sociedade possa ser marcada como uma evolução importante na construção social e cultural dos grupos humanos e também na própria ciência geográfica. Não é possível tratar a paisagem sem a proposta de um menor distanciamento da visão do geógrafo em relação a mesma. Citando alguns autores temos Ratzel, Schluter e Sauer, que entre os séculos XIX e XX reconheceram em seus trabalhos a fundamental vivência e a cultura no estudo da paisagem (SANDEVILLE Jr, et all, 2010).

A adoção da abordagem cultural da paisagem vem sendo apresentada por diversas áreas do conhecimento adquirindo importância crescente a partir da década de 1980, quando as questões ambientais e locais também ganham evidência nas ciências humanas.

Segundo Sandeville Jr (op.cit.) a etimologia da palavra paisagem já nos indica ação, pelo sufixo *agem*–algo processual, dinamismo que o próprio senso comum entende como uma cena, algo a ser contemplado, observado. A geografia concebeu a paisagem como um arranjo de padrões representados cartograficamente, as áreas como biogeografia, ecologia da paisagem, arquitetura e urbanismo lançam mão de procedimentos semelhantes para estabelecer tipos homogêneos de paisagem e assim classificá-las.

Este arranjo de procedimentos apresenta dificuldades no estabelecimento de um método para os estudos da paisagem. Há muito é tratado, de acordo com

Bertrand (1971), o termo paisagem é impreciso e por isto mesmo pode ser utilizado de forma equivocada, quando a questão trata da conceituação da paisagem, ainda há carência de reflexão metodológica.

Desta forma, a falta de reflexão quanto ao método acarretou, historicamente, análises fragmentadas com características analíticas que impediram a compreensão ampla e global do que de fato seja a paisagem, uma vez que, ela não é a simples adição de elementos ocorrentes em determinado espaço, mas uma combinação dinâmica de elementos físicos, biológicos e humanos reagindo dialeticamente uns sobre os outros e fazendo da paisagem um conjunto único e indissociável e em constante evolução (BERTRAND, 1971). Talvez por isso a utilização da paisagem como fator cultural seja exposto atualmente como algo novo, mesmo sabendo-se que esta abordagem não é recente, sobretudo na geografia.

Em relação aos antecedentes da abordagem da paisagem, esclarecendo sobre seus aspectos de integração que sempre estiveram presentes nos estudos geográficos, no final do século XVIII e princípios do século XIX com os trabalhos de Emmanuel Kant (1724-1804), Alexander Von Humboldt (1769-1859) e Karl Ritter (1779-1859), a análise das interações da natureza com a sociedade.

Empreendida dentro do contexto geográfico tendo como consequências o surgimento de duas formas de analisar a configuração da superfície terrestre: uma visão voltada para a natureza, com as concepções de Humboldt e posteriormente do russo V.Dokuchaev (1846-1903), firmando as bases para a Geografia Física e a Ecologia Biológica e uma visão centrada no homem e na sociedade, que foi a concepção da Geografia Humana ou a Antropogeografia de Karl Ritter (MELO, 2010b).

A observação da paisagem e a busca de uma compreensão do todo que a compõe têm em Humboldt importante referência, suas análises partiram da observação da vegetação para caracterizar um determinado espaço e das diferenças fisionômicas desta para aplicar um método, ao mesmo tempo, explicativo e comparativo.

As ideias de Humboldt e Ritter formuladas no período de 1800 a 1840 são referências à sistematização do conhecimento geográfico produzido a partir de então, e, consequentemente propiciaram a base científica para a formação do estado alemão.

Este enfoque é revelado pelo interesse na caracterização das paisagens, na busca da unidade ou constância dos fenômenos frente à sua aparente diversidade, permitindo agregá-las em categorias e na delimitação de zonas de ocorrência.

Com Ritter, que possuía formação em filosofia e história, foram delineados os fundamentos metodológicos de análise regional, concebidos a partir da análise, comparação e identificação das relações e dos arranjos, entre os diferentes objetos ou categorias presentes em uma dada área. É de sua autoria a primeira proposta de divisão continental com base na estrutura morfológica e climática, sobre as quais eram realizados estudos detalhados para caracterização regional (MELO, 2010b).

O conceito de paisagem designada com o termo alemão *Landschaft*, desenvolvida por Humboldt e Dokuchaev, entre outros, no século XIX e nos primeiros anos do século XX, apresentava-se como o conteúdo que expressava a ideia da interação entre todos os componentes naturais (rochas, relevo, clima, água, solo e vegetação) e um espaço físico integrado.

Em fins do século XIX, Ratzel (MORAES, 1995) influenciou o conhecimento das paisagens, com sua linha de pensamento sobre as relações e causas existentes na natureza; suas ideias foram assimiladas pela *Landschaftskunde*, uma ciência das paisagens considerada sob a ótica territorial, significando uma expressão espacial das estruturas do meio enfocada pela corrente naturalista.

Este discurso caracterizou-se pela ênfase dada à importância da natureza como recurso e meio de sobrevivência para a sociedade e de acordo com suas ideias, o meio era condição para o êxito da sociedade, sendo impossível concebê-la sem a natureza em seu entorno, delimitava-se aí a ideia de “espaço vital”, muito utlizada por Aziz Nacib Ab’Saber no Brasil.

Na segunda metade do século XIX, as relações conflituosas entre os governos da França e Prússia[54] despertaram forte sentimento de rivalidade entre ambos, cujos reflexos foram sentidos sobre a produção científica dos dois Estados. Neste contexto, destacaram-se as ideias de Paul Vidal de La Blache (1845-1918), geógrafo francês que formulou a vertente designada de Possibilismo

[54] A Prússia foi um reino alemão de 1701 a 1918 e, a partir de 1871, o principal Estado-membro do Império Alemão, compreendendo quase dois terços da área do Império.

geográfico, concebida como oposição às ideias de Ratzel, como uma forma de crítica e oposição ao expansionismo germânico.

Segundo Lencione (1997) cabe indicar estes autores compartilhavam a mesma visão de homem e natureza como constituintes de uma unidade, não como opostos; se para La Blache, o homem depende da natureza para sobreviver, utilizando-se de sua engenhosidade para tirar partido das possibilidades que ela oferece, para Ratzel, o homem depende da natureza para extrair os meios necessários à sua existência.

La Blache estabeleceu o conceito de “gênero de vida”, que seria o conjunto de técnicas e costumes construídos e transmitidos socialmente, exprimindo uma relação entre os grupos humanos e os recursos, uma situação de equilíbrio, construída historicamente pelas sociedades. Essa foi uma das primeiras abordagens para a compreensão da relação “sociedade x natureza”. Assim, a diversidade dos meios explicaria a diversidade dos gêneros de vida (Moraes, 1995).

Jean Brunhes (1948) foi um dos sistematizadores do conceito de “gênero de vida” criado por La Blache. Em seu trabalho buscou em diversas partes da superfície terrestre compreender as maneiras como os povos interagiam com o meio e produziam modificações na paisagem, marcadas pelas limitações e ofertas de recursos naturais no ambiente e pelas técnicas distintas construídas por cada sociedade, a natureza, o meio, de acordo com sua visão, apareciam simplesmente como palco no qual os homens produziam suas interferências.

De acordo com Ley[55] (1977 apud COSGROVE, 2003) a escola vidaliana com Brunhes produziu uma degeneração da abordagem dialética na coleta e classificação dos fatos da paisagem que foram destituídos do contexto histórico e tratados funcionalmente. O mesmo autor, na década de 198056, apontou a convergência das geografias cultural e humanista em torno da ideia da paisagem como um texto, ideia que se espalhou nas ciências humanas sobretudo naquelas de abordagem interpretativa.

Denis Cosgrove, na década de 1980, retoma o conceito de gêneros de vida, ao afirmar que os seres humanos experenciam e transformam o mundo natural em mundo humano por meio da sua realidade material e sensorial, fruto

[55] LEY, D. *Social geography adn the taken-for-granted world*.Trans.Inst.Brit.Geographers. 1977.
[56] LEY, D. *Cultural/Humanistic geography*. In: Progress in human geography, 9. 1985.

de trabalho coletivo e mediada pela consciência e pela comunicação, construindo um aparato simbólico que vai além da própria linguagem.

Esta apropriação simbólica do mundo e a produção de diversos estilos de vida é o que ele chamou de gêneros de vida, assim como as paisagens também são distintas, histórica e geograficamente. O autor afirma que seria papel da geografia cultural compreender essa dimensão da interação humana com o meio e o seu papel na ordenação do espaço.

O que se seguiu a influência La Blachiana foi a proliferação dos estudos regionais, levando ao desenvolvimento das especializações no campo geográfico, uma espécie de retorno a abordagem de Humboldt e La Blache, como geografia urbana, econômica, da indústria, da população e outras. Essas análises quase sempre eram precedidas da caracterização física da área de estudo, onde não faltavam informações sobre geologia, geomorfologia, climatologia, hidrografia, solos, seguidas de informações socioeconômicas, estudos da paisagem como texto a ser lido e interpretado mesmo que assim não fossem declarados.

Como afirmou Ab´Saber (1982) existia a necessidade de apresentar de forma integrada os principais atributos naturais que interagem no espaço, acompanhados sempre do maior número de fatores humanos que respondam pelo padrão de uso e ocupação dos espaços em estudo, mesmo que estes estudos tratem de um nível de integração preliminar, sujeitos a aperfeiçoamento e detalhamentos.

Os casos de análise da paisagem podem, portanto, ser divididos em duas unidades elementares: o suporte e suas características (forma, cor, textura, relevo) e a cobertura. O suporte está ligado às características geológicas no sentido mais amplo (orogênese, estratigrafia, litologia) climáticos, antrópicos, etc., a cobertura materializa a influência dos parâmetros climáticos, pedológicos, biológicos (florístico, faunístico) e o parâmetro antrópico (pressão humana atual ou passada, reflexo da atividade socioeconômica, industrialização, urbanização, atividades artísticas, etc.) (FELS, 1955).

A análise integrada dos atributos da natureza passaria, portanto, antes pela formulação e análise dos conceitos de unidades; o conceito de unidade torna-se uma percepção importante de que a natureza é constituída de processos em vez de objetos e que esses processos relacionados são sempre eventos dentro da esfera da ação de um observador. A paisagem cultural seria percebida, portanto,

a partir deste enfoque, processual, resultado de uma construção material e de significados.

Na década de 1980 a Geografia das Paisagens começou a ser denominada Ecogeografia ou Geoecologia (ROSS, 2006). A Ecogeografia, especificamente, foi desenvolvida principalmente pela escola francesa de Tricart (1977), com as unidades ecodinâmicas que foram consideradas por essa linha de pensamento como sistemas ambientais por excelência, fundamentados no relevo e na geomorfologia, como sendo estes os embasamentos essenciais.

Interessante ressaltar que no Brasil, os temas culturais foram introduzidos pelos ensaístas, por volta da década de 1930, sobretudo naturalistas das paisagens e do regionalismo. A reflexão sobre os aspectos da tropicalidade é ressaltados, como uma marca da limitação que o ambiente impõem à aividade humana (CLAVAL, 1999).

A Geoecologia das Paisagens tem seus antecedentes, na definição do alemão Carl Troll (1899-1975), nos anos de 1930, sendo considerada como a disciplina que analisava funcionalmente a paisagem, tratando não de estudar as propriedades dos geossistemas no estado natural, mas procurar as interações, as pontes de relacionamento com os sistemas sociais e culturais, em uma dimensão socioecológica, articulando aspectos naturais e culturais de uma mesma paisagem. Essa visão permite sua consideração como unidade do meio natural, como um dos sistemas que entram em interação com os sistemas sociais, para formar o meio ambiente global, ou, os sistemas ambientais.

Como “unidades geoecológicas” entende-se a individualização, tipologia e unidades regionais e locais de uma determinada paisagem (RODRIGUEZ et.al., 2004).Essa individualização parte de uma abordagem regional, onde se determina o sistema de divisão territorial de unidades espaciais de qualquer tipo, desde administrativos, econômicos até naturais. Trata-se da regionalização físico-geográfica ou geoecológica de paisagens (RODRIGUEZ et al,op.cit*.)* que tem suas bases na análise, classificação e cartografia dos complexos físico-geográficos individualizados, sendo que o critério de distinção dessas unidades não é apenas a semelhança, mas a inseparabilidade, as relações espaciais existentes e o desenvolvimento histórico.

E assim, os processos naturais continuam a ocorrer mesmo em espaços socialmente produzidos por processos culturais e a paisagem é a expressão

definitiva desses processos contínuos. A cultura atua como agente condicionador das modificações que vão sendo estruturadas de acordo com as necessidades e vontades dos diversos grupos humanos.

A construção do conceito de paisagem cultural, segundo Ribeiro (2007), seria fruto do agenciamento do homem sobre o seu espaço, o cultural atribuiria valor à paisagem permitindo que esta seja adotada como categoria de preservação.

Nos estudos da paisagem a dimensão cultural foi, como visto, incorporada por geógrafos como La Blache e Ratzel, de modos diferentes, mas incluindo a questão cultural como determinante, estruturando-a como um conceito geográfico.

Na esfera das instituições de preservação do patrimônio a paisagem foi tratada, quase sempre, apenas como uma categoria operacional de delimitação territorial. Portanto, ao se assumir a paisagem como uma categoria de preservação, observamos uma evolução nestas instituições, ao reconhecerem que existe a necessidade de ampliar os instrumentos de preservação sob a fundamentação da temporalidade e da espacialidade, mediadas pelos processos culturais.

A paisagem, portanto, vai além da forma material, do resultado da interferência humana, ela representa símbolos impregnados de valores, características como gênese, estrutura, organização, funcionalidade são fundamentais para a compreensão da paisagem, todavia, seus significados é que lhes dão sentido (Cassirer, 1923 apud CORRÊA, 2011), corroborando com Ruskin (apud CORRÊA, 2011) a análise da paisagem não pode basear-se apenas na ciência, mas principalmente na experiência que se pode ter a partir dela, dos significados que podem ser apreendidos.

Nesta abordagem, dá-se destaque ao geógrafo Cosgrove (1948-2008) e à discussão centrada na paisagem como símbolo, imagem, formação social, história, como uma maneira de ver o mundo. Sua proposta de integração entre o materialismo dialético e a apreensão da paisagem por meio do seu significado (COSGROVE, 1978) considerou que a paisagem deveria ser analisada como resultado da forma como a sociedade a organiza a partir do modo de produção, dotando-a de significado (MELO, 2010).

O conceito cultural de paisagem não surge da mente dos indivíduos ou grupos humanos descolado de um contexto histórico e social de relações humanas.

Em suas diversas camadas retém elementos que com o passar do tempo permanecem pelo seu caráter simbólico, seja arquitetônico, monumental, histórico, marcas na paisagem como elementos naturais ou práticas sociais, estes elementos serão herdados e constituir-se-ão como patrimônio cultural.

Como categoria patrimonial, como objeto a ser preservado, a paisagem cultural é um elemento relativamente recente, como já se afirmou, mas a paisagem, por sua vez, já era considerada desde o início do século XX como um elemento no âmbito da preservação, mesmo que configura-se o entorno de bens materiais.Em 1931, com a Carta de Atenas, inicia-se a necessidade de manutenção de visibilidade dos monumentos e sua vizinhança, assim a paisagem passa a ser considerada como parte de alguns bens.

Decorridos 61 anos, em 1992 a paisagem se insere em definitivo na discussão preservacionista patrimonial, o que representa um posicionamento relevante dos instrumentos de preservação diante da complexidade dos ambientes atuais, uma tentativa de manter a diversidade cultural e ambiental, apresentando a interação entre humanidade e meio ambiente (BISSOLI, 2010).

A distinção do significado da paisagem pode resultar em uma classificação, de acordo com o modo de vê-la e vivenciá-la, Cosgrove (apu*d* CORRÊA, 2011) propõe esta classificação em:

a. paisagem da classe dominante,
b. paisagem emergente,
c. paisagem residual,
d. paisagem excluída, paisagem do consumo, dentre outras.

Importante destacar esta classificação para nos auxiliar a compreender o arranjo de significações contido nas diversas paisagens, observando-a como um produto cultural, permeada de significados em torno da relação sociedade e natureza atuando num determinado período de tempo.

A definição adotada para a categoria paisagem cultural, de acordo com os órgãos de preservação do patrimônio, teria como característica fundamental a ocorrência em um setor do território do convívio singular entre a natureza, espaços construídos e ocupados pelos grupos humanos, os modos de produção e

as atividades culturais e sociais, numa relação complementar entre si, adequada a estabelecer uma identidade que não possa ser conferida por qualquer um deles de forma isolada (RIBEIRO, 2007), seria a mesma abordagem da paisagem analisada e discutida por Bertrand, Monteiro, Ab'Saber, Troll, Cosgrove, dentre outros, só que a adjetivação fortalece os aspectos relacionados ao homem e sua influência, em diversas escalas, na compreensão das paisagens.

Outro elemento a ser considerado como fundamental na abordagem das paisagens culturais, é o tempo, como elemento unificador, devendo ser consideradas as temporalidades na investigação da evolução das paisagens, no sentido de que os usos vão se alterando de acordo com as modificações de organização social. Meneses (1992) confirma a paisagem como um conceito-chave da geografia, em consonância à Pierre Monbeig, que já na década de 1930 (SALGUEIRO, 2000) afirmava que "*o campo de estudo do geógrafo é a paisagem*", a ela foi atribuído um papel de integração pela sua capacidade de articular sobre o saber em relação a natureza com o saber sobre o homem (CÔRREA, 1997).

Para Berque (1995) compreender a paisagem como prática cultural, passa pela busca em identificar seus efeitos e o alcance dessa prática no interior da organização dos grupos humanos, uma vez que a paisagem contém história, sendo, portanto, objeto de conhecimento histórico e que essa historia pode ser narrada a partir de seus processos evolutivos e culturalmente construídos, podemos até dizer que ela é uma narrativa.

Por fim, para sua consideração como um fato cultural (MENESES, 1996) não basta a suposição de um objeto e a ação que o transforma e a interação (material ou simbólica) que se estabelece, é preciso tratar a paisagem como um processo cultural (HIRSCH e O'HANLON, 1995), entendê-la como resultado de intervenções historicamente desenvolvidas e neste ponto, ao se observar a titulação do sítio carioca como paisagem cultural, começa-se a compreender que dentro de seu processo de evolução aquela paisagem foi alterada e reorganizada de acordo com as necessidades geradas por alguns grupos sociais a experienciaram.

3.3 Paisagens valorizadas e os aspectos da preservação

Os processos de patrimonialização ganham destaque nas práticas sociais, políticas e econômicas de apropriação do espaço, exigindo interpretações e esforço teórico que supere sua compreensão operacional, pois tratam-se de ações políticas que revelam conflitos de representação simbólica e contradições sócio espaciais no uso do território (PAES, 2010, p. 2) talvez como forma de garantir algum aspecto de sua história, de sua herança, observa-se uma tentativa de valorização de paisagens.

O grupo de pesquisa "Paisagem, Cultura e Participação Social"[57], um dos que compõe a estrutura do Laboratório Espaço Público e Direito à Cidade[58], desenvolve pesquisas com enfoque na população em áreas de exclusão e fragilidade social a partir de uma abordagem cultural da paisagem e como ponto de partida esclarece "evitamos a qualificação da paisagem como "paisagem cultural" entendendo que toda paisagem é cultural por definição" (SANDEVILLE Jr, et al, 2010, p. 2).

Tornando as reflexões sobre as paisagens culturais neste contexto da patrimonialização, em detrimento do significado e identificação social, cabe-nos perguntar qual o papel da classificação de paisagens culturais? Embora se tenha avançado no campo de tornar a paisagem cultural em ferramenta de cognição importante, ainda não há segurança sobre sua eficácia operacional e institucional no sentido de produzir metodologias que possam ser aplicadas ao planejamento territorial, sem incorrer em generalizações e fragilidade de argumentos.

A componente natureza passa a ser visto como patrimônio, sobretudo diante das rápidas transformações ligadas a sociedade urbano-industrial e vai sendo patrimonializada e ganhando materialidade na paisagem. E por essas tipologias de paisagens se classifica a superfície terrestre, inclusive para nos indicar quais são mais importantes e quais são menos.

Paes (2010) defende a ideia de que patrimônio natural, material ou imaterial, é sempre patrimônio cultural e a ação de patrimonialização da natureza é uma ação política e cultural, a natureza não se opõe a cultura nem está fora da

[57] Disponível em http://espiral.net.br. Acesso em 03.abr.2015.
[58] Lab Cidade (Disponível em http://labcidade.net.br. Acesso em 03.abr.2015. Fformado por estudantes de graduação e pesquisadores de pós graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU-USP) e do Programa de Pós Graduação em Ciência Ambiental (PROCAM-USP).

sociedade e buscar compreendê-la mediante técnicas e pelas relações simbólicas, trata-se de aceitar a interpretação da natureza como um fato cultural. Para Santos (1988, p.90) é em torno do homem que o sistema da natureza conhece uma nova valorização e, por conseguinte um novo significado.

Outrossim, a importância dos bens culturais e sua conservação têm que se ampliar e tornar-se igualmente comprometido com a preservação dos ecossistemas e do equilíbrio ecológico, uma vez que não se trata apenas da manutenção da memória e da identidade, mas de modo mais abrangente da manutenção dos próprios grupos humanos e de seus ambientes. Conforme nos diz Xavier (1987, p.235) “a importância da proteção do patrimônio não está apenas na consideração material e na valorização econômica dos recursos naturais, mas na relevância cultural dos processos adaptativos dos grupos sociais ao seu meio ambiente”.

Pensando na importância do significado dos ambientes a serem preservados e patrimonializados, pensamos também no processo de eleição desses patrimônios culturais, quem e por que se elegem determinadas paisagens naturais, bens tangíveis e intangíveis como possuidores do *status* para o tombamento ou outro instrumento de valorização. É a esfera cultural e sócio-política determinada por cada período histórico e por meio deste enlace que se imprime atualmente um novo valor às paisagens naturais tornadas de valorização culturais (PAES, 2010).

Segundo Jeudy (2005) a patrimonialização é um recurso frequente para a conservação de símbolos e signos culturais, sejam eles monumentos ou objetos aparentemente banais como cidades, sítios históricos, paisagens naturais ou culturais, festas, ritmos, crenças ou modos de fazer, assim, como apreender esse fenômeno a partir de uma abordagem geográfica preocupada com as questões do planejamento do território da valorização das paisagens e da identidade dos lugares? Assim, a paisagem não está desprovida de vida, a identificação de paisagens culturais seria uma ferramenta de diferenciação de áreas a partir de identidades particulares, naturais ou culturais.

Nessa perspectiva, Jeudy (2005) ressalta que as atuais estratégias de preservação não se restringem ao patrimônio urbano, mas se estendem às etnias e ao ambiente natural, levando a uma museificação do vivo.

A exaltação da identidade étnica, por exemplo, funda-se em uma consagração patrimonial. Tal qual um monumento histórico, a raça, o povo, a nação tornaram-se objetos patrimoniais.

E a arma da gestão dessa transmissão é a museografia do vivo, do parque natural à reserva de indígenas, o princípio permanece idêntico: as etnias, assim como as espécies em vias de extinção, devem ser protegidas, de modo que a humanidade conserve o espelho de sua própria história.

A demarcação da reserva e o museu respondem a essa mesma vontade de controle, em nome da preservação dos traços identitários. Assim, qualquer diferença cultural se tornará aceitável somente na medida em for musealizada (JEUDY, op. cit.). O autor considera ainda que a globalização e a heterogeneidade cultural não constituem caminhos contraditórios, mas fazem parte de um mesmo processo.

Segundo este autor o turismo em escala mundial procura garantir a heterogeneidade cultural através da museografia que se estende a todos os campos da vida. Sob essa ótica, o mundo é transformado em um grande *museu*. Nesse processo de *museificação*, Jeudy (op. cit.) aponta para três etapas que são empreendidas: primeiramente, a extinção das culturas vivas; em segundo lugar, a sua museificação; e finalmente, a reabilitação da heterogeneidade cultural.

Se hoje a paisagem cultural passa a fazer parte de um arsenal conceitual devemos desvendar qual é o seu papel operacional e cognitivo para este novo momento. Se a paisagem é uma herança material e simbólica ela é também nossa esperança de permanência, é neste fragmento da totalidade do espaço que o tempo ou a memória se cristalizam.

A explicação cultural da paisagem busca sua substância na relação entre objetividade e subjetividade, materialidade e representação, paisagem e imaginário coletivo: a paisagem marca, paisagem matriz (BERQUE, 1998) a paisagem do suporte e da cobertura (AB'SABER, 1987).

Como marca de uma civilização a paisagem pode ser submetida a inúmeros procedimentos analíticos (descrição, classificação, quantificação) sem elaborações subjetivas ou extrapolações filosóficas, como matriz ela é uma expressão dinâmica da cultura, portadora de significado social que além da análise estrita das formas, revela a origem de processos socioespaciais. (BERQUE; PAES, op. cit.).

O homem é produtor e consumidor de símbolos estruturadores de sua própria natureza social e cultural, o consumo de bens simbólicos é um marco de distinção de poder na estrutura social; na administração dos conflitos entre a necessidade de conservação da natureza, as possibilidades de desenvolvimento econômico e social, os interesses locais e externos, cada lugar deve encontrar sua melhor estratégia para a patrimonialização dos bens culturais ou naturais, tendo em vista que tornará o lugar em um atrativo (PAES, op. cit.).

A autora ainda ressalva a importância de não se permitir que a utilização e classificação de paisagens culturais no período contemporâneo não sirvam apenas à transformação das localidades em grifes valorizadas para um consumo dirigido, transformando-as em cenários mal acabados da vida de diferentes grupos sociais.

A construção da paisagem por fluxos de uma natureza artificializada conjugada às temporalidades humanas sociais, conforme a dualidade antagônica de Cosgrove (1998) é exposta nas discussões sobre a paisagem, colocando-a como fonte constante de beleza e feiura, acertos e erros; Sandeville Jr (2010) afirma que esta polaridade é permeada de aspectos culturais e simbólicos, a sociedade vai moldando-se pela paisagem.

O autor nos diz ainda que a paisagem torna-se subjetividade não do ponto de vista individual de cada um, enxerga-se o que quer, é mais complexo do que isso, decorre da experiência, da existência, torna-se interatividade ou conforme Berque (2000) trajetividade, tornando-se experiência de vida: experiência compartilhada, mesmo que ainda seja tratada como um simples recorte momentâneo da experiência.

De acordo com Castrogiovanni (2001, p. 132) a paisagem pode ser entendida como um “conceito que traduz o aspecto global entre o visível e o invisível, envolvendo elementos físicos e naturais, suas interações”, portanto, fazem parte da paisagem os elementos históricos e culturais que sinalizam o processo organizacional dos diversos grupos sociais, resultado do acúmulo de ações temporárias.

A discussão da paisagem a partir da perspectiva do turismo (CASTROGIOVANNI, 2001; GASTAL, 2008; PAES, 2010), passa pela oferta tendo como resultado as atividades produtivas que servem à formação dos bens e serviços necessários à satisfação da necessidade turística. Para Pite (1990, p.38)

a paisagem é “uma realidade cultural”, resultado não somente do trabalho humano, mas também objeto de observações, inclusive consumo e depende do olhar deste espectador, que seleciona e hierarquiza o que vê.

As paisagens culturais patrimonializadas seriam híbridos de natureza e cultura, a ideia de natureza perde sua centralidade, outros fatores passam a compor estas narrativas visuais na pós-modernidade (GASTAL, 2008), outras apropriações são feitas, como o exemplo da paisagem cultural utilizada pela UNESCO para responder à crescente complexidade da sociedade.

Citando Fredric Jameson (1996), Gastal (2008) nos traz a ideia de que na noção construída sobre ecossistema, sobretudo aquela generalizada pela sociedade, a natureza tenha desaparecido, ela surge na verdade nos cenários de ecoturismo, de jardins botânicos e zoológicos, de produtos orgânicos e também nas paisagens. Segundo ele a natureza tornou-se mais um produto culturalizado e dilatado como mercadoria, o cenário natural é construído e ganha cada vez mais força no turismo e na publicidade, assim, abrem-se e ampliam-se discussões do que a torna não mais resultado de processos naturais, mas um bem cultural, porque tem valores, tem significados, vinculados ao consumo e à contemplação, tem-se aí a paisagem cultural, uma paisagem que se encaixa no modelo ideal de lugar.

É preciso cuidar para que as paisagens culturais não convertam-se em imensos parques temáticos onde os moradores locais, por sua vez, converter-se-ão em atores, numa atuação contínua numa cena do que os legitimou proprietários das tradições, assim, deve haver um planejamento, baseado nestas prerrogativas, valorizando áreas, isoladas, desvinculadas do cotidiano, mas não a efetiva melhoria da qualidade de vida de sua população ou o reconhecimento de importantes aspectos da diversidade, inclusive aqueles ligados ao plano imaterial (OLIVEIRA, 2013) irão equilibrar-se sobre uma frágil base, destinada ao fracasso ou simplesmente à manutenção de um grande cenário.

A invenção de um patrimônio mundial, levada a cabo em 1972 e cujo pertencimento e identidade remontariam a todas as sociedades, funcionando dentro da lógica de transformação do patrimônio (RIBEIRO; AZEVEDO, 2010), não pode ser perpetuado e também permanecer como objeto de disputa para a inclusão. Como todo processo de patrimonialização, trata-se de um processo de seleção e, portanto também de esquecimento e de construção de imagens, a

constituição de um sítio como patrimônio mundial, seguindo os rígidos critérios requisitados demanda a seleção de imagens e construção de uma identidade que possa ser reconhecida por todos como internacional, chamado pela convenção de Valor Universal Excepcional, mas de fato, o que torna algo excepcional?

Esta seleção não é isenta de conflitos e é reveladora de estratégias de construção de identidades e de imagens num mundo no qual estes se tornam cada vez mais relevantes e o excepcional é assim construído e divulgado.

Ao longo de quase 40 anos a Convenção transformou-se em uma das mais bem sucedidas ações da UNESCO na área de cultura e meio ambiente, tornando-se objeto de disputa e de interesses internacionais para a inscrição de bens na lista, é fruto de um discurso internacionalista que busca identificar os bens cujo interesse para preservação ultrapassariam as fronteiras nacionais e remeteriam não a um só grupo mas a toda a humanidade, mesmo que isto nos pareça demasiado pretensioso.

Ser incluído na lista significa a produção de uma determinada imagem sobre o bem com alcance mundial e com a legitimação conferida por um organismo internacional, representa, assim, um forte instrumento de legitimação na construção de imagens em nível nacional, aquilo que foi uma das principais razões de construção do discurso patrimonial.

Embora nascido da ideia de proteção que transcenderia a necessidade nacional, o Patrimônio Mundial reafirma a lógica nacionalista do discurso patrimonial e de construção da nação. O patrimônio também se define em relação ao outro, aquilo que nos diferencia e representa, que nos identifica e portanto deve ser preservado. Indo mais além, cabe a reflexão sobre esta relação conflituosa, pois o que nos aproxima e o que nos diferencia? Qual é esta unidade contida nos patrimônios mundiais e seu caráter universal?

Na Lista convive o discurso internacionalista organizado a partir de declarações de valores universais e excepcionais essenciais a qualquer candidatura, com base também nacionalista. Neste sistema, a declaração de valor universal é o elemento fundamental nas justificativas para a inscrição de qualquer sítio, em qualquer categoria, seja uma cidade histórica, um parque nacional ou uma paisagem cultural.

Em estudo analisando os 10 primeiros anos da categoria paisagem cultural, Peter Fowler (2003) estudou 30 sítios inscritos dentro desta categoria. Dentre eles

65% estavam na Europa e 35% no resto do mundo, tentando refletir as mesmas concentrações de bens verificadas nas outras categorias do patrimônio mundial.

Dez entre esses bens já eram conhecidos como parques nacionais, assim, uma grande proporção das paisagens culturais reconhecidas tem importantes valores naturais e as características ligadas ao meio geográfico, tais como topografia, águas, áreas agrícolas e assentamentos habitados, incluindo pequenas cidades que, por seu significado histórico e/ou cultural de continuidade e tradição, religiosidade e estética, são assim ressaltadas.

Dentre as propostas do autor está a que deve se considerar como paisagem cultural não apenas as paisagens rurais, como tem sido a ênfase (no momento de sua análise, mas que ainda permanece), mas também devem ser identificados todos os tipos de paisagem, como as urbanas, industriais, costeira, etc.

3.4 Paisagens que são culturais

> "*Toda paisagem é um bem cultural, seja por seu valor como acervo para o conhecimento em geral, ou pelo simples fato da paisagem integrar a noção de mundo no âmbito da consciência humana*" (Goldenstein, 1982, p.1531[59]).

Todas as paisagens são espaços alterados e assim observados, humanizados (WILLIAMS, 2007), mas nem todas recebem a adjetivação de culturais, porém ao considerar o próprio conceito de cultura, evidencia-se seu valor cultural, mesmo que este não seja institucionalizado.

Os conceitos mais habitualmente empregados com a denominação de bens culturais para incorporar a Lista do Patrimônio Mundial são: núcleos, parques, centros históricos e, de modo mais amplo,surge a paisagem cultural como elemento fundamental, resultado de uma revisão de critérios institucionais, mas não se pode ignorar o fato de que esta nova orientação revela uma evolução conceitual de grande alcance.

A paisagem pressupõe a mediação do homem com seus processos culturais que transitam desde a simples observação até a intervenção de fato, transformando suas características, assim, Almeida e Teixeira (2010) afirmam que a denominação paisagem cultural mesmo soando redundante é oportuna, uma vez que reforça o sentido do bem coletivo.

O estudo do contexto paisagístico como projeção de comunidades historicamente determinadas, do acervo cultural, relações homem e natureza, afirma a identidade cultural e, assim, o conceito de paisagem cultural se relaciona com um delicado equilíbrio de fatores naturais e culturais, tangíveis e intangíveis (TOMASI, 2006).

O que é imaterial funciona como uma base de sustentação desta relação, as crenças, as necessidades e valores das comunidades se traduzem em objetos materiais, constituintes e construtores da paisagem, além disso, a relação do patrimônio cultural e patrimônio natural é resultado do amadurecimento do próprio conceito de patrimônio. Esta imaterialidade na paisagem poderia assim consubstanciar a noção de marca e matriz proposta por Berque (1998).

[59] Scifoni, S. Os diferentes significados do patrimônio natural. Diálogos - **Revista do Departamento de Historia e do Programa de Pós-Graduação em História,** Maringá, vol. 10, núm.3, 2006, pp. 55-78.

Sua função como marca a submete a inúmeros processos analíticos, sendo que alguns olhares disciplinares ainda a tornam apenas uma marca, como é o caso da descrição de vertentes em uma bacia hidrográfica, do inventário dos tipos de solos, a objetivação analítica do tipo positivista a qual a paisagem está exposta se dá pelo seu caráter concreto, ou seja, passível de ser descrita, classificada, quantificada sem elaborações subjetivas.

Como matriz ela é a expressão dinâmica da cultura, portadora de significado social e cultural que não se revela na análise estrita das formas, que transcende os aspectos fisiográficos e aproxima o olhar, a percepção, a afetividade e o uso do trabalho.

Sua interpretação a partir de uma série de paisagens que se sucedem no tempo nos revela o tempo passado, o presente e as principais determinações políticas, econômicas, religiosas, culturais, naturais, tecnológicas que azeitaram a estrutura sócio espacial de cada tempo histórico (BERQUE, 1998).

Berque (1998) ainda chama a atenção para o fato de que não seria suficiente revelar o processo de produção da paisagem, no sentido de processo histórico, é necessário que se levem em conta os princípios de percepção e atribuição de valor de caráter estético, moral ou político, tanto em relação ao seu passado quanto em relação ao presente.

Desde 1994 o Comitê do Patrimônio Mundial, da UNESCO, permite abarcar conjuntos complexos, traduzidos espacialmente como organizações sociais, os modos de vida, as crenças, os conhecimentos e as representações e distintas culturas passadas e presentes (ARECES, 2009) bem como as paisagens culturais podem ser vistas como paisagens complexas.

Segundo Chamas (2010) no Brasil, a adoção do conceito de paisagem cultural pelo IPHAN, induz a abordagens distintas das formas de proteção existentes, como o tombamento do patrimônio material e o registro do patrimônio imaterial.A aplicação do conceito compreende áreas de maior abrangência, tanto nos aspectos patrimonial, social, ambiental e físico, o próprio tombamento, até então adotado, estaria relacionado com unidades da paisagem.

A abordagem, mais estruturada, da representação do patrimônio cultural tem início no século XVIII, contudo, se institucionaliza apenas no século XIX, com

a criação das áreas de preservação. Segundo Delphim[60], tudo o que é cultural, tem como fundamento o natural, e tudo o que é natural somente pode ser percebido e reconhecido pelo homem por meio do que é classificado como cultura.

As áreas de preservação ambiental, como os parques naturais, por exemplo, são naturais porque são culturalizados, a sociedade criou estas áreas, no sentido de delimitá-las e dar-lhes este valor e a elas atribuem a adjetivação natural, passando a apartar a população em geral com a argumentação da preservação da natureza.

Esta prática cria os territórios selvagens destinados para o consumo, não como natureza, mas como cultura, algo desvinculado do cotidiano, algo como um monumento, que deve ser contemplado, cultuado, mas que não pode ser tocado.

Assim, a paisagem, além de funcionar como um delimitador do patrimônio passa a fazer parte dele, como monumento, por meio das práticas legais existentes, sobretudo nos órgãos voltados à proteção da natureza, postura assumida também pelos órgãos voltados ao patrimônio histórico e cultural.

O monumento traria como função a colonização dos espaços, com questões diretamente associadas à problemática cultural e à produção espacial, partindo de referenciais ideológicos, promovidos e legitimados por um processo histórico-geográfico repleto de heróis e fatos merecedores de importância, desvinculados da realidade ou ainda, transformando-a de acordo com a conveniência do momento.

Observando a paisagem cultural da cidade do Rio de Janeiro, ponto central desta pesquisa, verifica-se que este caráter da monumentalidade foi um dos pilares do discurso de aproximação da população local e produção de vários ícones de reconhecimento internacional para aquela paisagem, sobretudo no caso do Pão de Açúcar e do Cristo Redentor.

O monumento assume os significados dispersos no espaço do qual faz parte, no caso do Pão de Açúcar, esse processo de produção de um ícone iniciado com a fundação da cidade no século XVI e consolidado com o projeto de instalação do bondinho em 1912 surgiu com a mistura de imagens mitológicas, científicas, religiosas e históricas: o gigante deitado que se procurou associar à

[60] Carlos Fernando Moura Delphim – entrevista concedida Folha do Meio em 25/05/2009, disponível em <http://www.folhadomeio.com.br/publix/fma/folha/2009/05/entre199.html>; acesso em 02.jan.2014.

mitologia egípcia; o berço da Terra, que emergiu do magma original; o marco de fundação dos cronistas e viajantes; os vetores iconográficos e literários do imaginário e, assim por diante, até a formação montanhosa chegando a valer como símbolo pela cidade inteira (SILVA, 1999).

A cultura e os significados por ela construídos, de modo transfigurado, agem assim, de maneira seletiva sobre o meio, explorando determinadas possibilidades e limites ao desenvolvimento, para o qual as forças decisivas estão na própria cultura e na história da cultura, aliada às condições funcionais de existência dadas pela paisagem, assim, um só enfoque – monumento, e um só termo – paisagem cultural, poderiam abranger as possibilidades de realização humana.

Os ambientes nos quais se dá nossa existência não são nossos, os recebemos de passagem como é breve nossa vida diante do tempo coletivo do trabalho e do tempo geológico que formam as paisagens, diante disto, conforme questiona Sandeville Jr. (2003) como é possível transmitir as heranças coletivas consolidadas nas paisagens? Não deveria ser algo tão penoso, porque é parte de nossa história, todavia, se a paisagem é uma herança (AB'SABER, 1977; SANDEVILLE, 1993) é uma herança que não nos pertence, é um processo do qual participamos e cujo destino ajudamos a criar.

Os limites entre a paisagem natural e a paisagem resultante da ação humana tornam-se cada vez menos evidentes, paisagens tidas como produto da natureza depois de determinados estudos revelam-se consequência de ações de grupos humanos remotos. Atua como testemunho e também preserva dados de épocas passadas, sob os pontos de vista geográficos, arquitetônicos, geológicos, paleontológicos e arqueológicos.

Em algumas situações a paisagem é o único testemunho e meio de transmissão de uma cultura, trata-se de pensar na paisagem como patrimônio real, material, ao deixar uma herança mais rica às gerações seguintes, os rios, as ruas e praças, as linhas férreas, os centros comerciais e núcleos históricos, os equipamentos sociais, os bairros, as montanhas e suas encostas.

Neste sentido, corroboramos o posicionamento de Ab'Saber (2003) em relação ao papel da paisagem como uma herança em todo o sentido da palavra: herança de processos fisiográficos e biológicos e, também, patrimônio coletivo dos povos que historicamente as herdaram como território de atuação de suas

comunidades. Sob a abordagem semelhante, Luchiari (2007), afirma que a natureza, tornada patrimônio, herança e memória é materialidade que se expressa na paisagem.

Desta forma, podemos pensá-la como elemento unificador de uma herança coletiva expressa pelas formas e usos atribuídos aos lugares, sobretudo quando relacionados ao sentimento de pertencimento e afetividade daqueles que com ela se relacionam, a relação do material com o imaterial.

Na explicação cultural da paisagem busca-se seu conteúdo mais profundo na relação entre objetividade e subjetividade, materialidade e representação, paisagem e imaginário coletivo, conforme já trazido por Berque:

> "a paisagem é uma marca, pois expressa uma civilização, mas é também uma matriz porque participa dos esquemas de percepção, de concepção e de ação – ou seja, da cultura (...)". (BERQUE, 1998, p.84).

Conforme já exposto, a ideia de patrimônio comum da humanidade remete à uma herança comum das coletividades. No século XIX essa ideia funda juridicamente o livre acesso às riquezas naturais dos países mais pobres, e, a partir da segunda metade do século XX passa também a legitimar os limites do crescimento que estes países deveriam adotar (LABROT, 1996).

A introdução de variáveis como a cultura e, posteriormente, o tempo, representa avanço na compreensão da paisagem, na medida em que toda mudança reflete o momento vivenciado por um determinado grupo social, é possível investigar a composição da paisagem a partir dos marcos históricos, reconhecer a importância dos processos que a consolidaram e fazer a ligação entre o espaço e o tempo (COSGROVE, 2004).

Conforme afirma Santos (1997) a paisagem é composta por frações de formas naturais e artificiais, que se constituem num conjunto heterogêneo no qual se torna difícil distinguir o que é natural do que é artificial.

A partir desta percepção a tarefa primordial é a de ultrapassar a paisagem como aspecto, para chegar ao seu significado, e este significado só poderá ser atribuído por aqueles que nela convivem e lhe atribuem valores, há, portanto, a necessidade de uma análise da paisagem enquanto dimensão simbólica da transformação da natureza por um modo de produção específico em determinado contexto histórico, indo além do conceito de paisagem, enquanto recorte da

configuração fisiográfica territorial, mas na presente investigação, a paisagem interessa também enquanto resultado da acumulação de diferentes tempos sobre o mesmo recorte territorial.

Dentro desta abordagem, na busca de se compreender o conceito de paisagem cultural e de que maneira sua institucionalização ocorreu, pode-se, a partir das paisagens reconhecidas como tal esse encontrar algumas pistas que apoiem esta busca.

Decorridos 23 anos (desde 1992) a UNESCO conta com o reconhecimento de 95 bens definidos como paisagem cultural, espalhados em 60 países, conforme Quadro 09, apresentado a seguir:

País	Paisagem Cultural	Ano de reconhecimento	Critérios atendidos	C i	C ii	C iii	C iv	C v	C vi	C vii	C viii	C ix	C x	Total Criterios atendidos
Afeganistão	Cultural Landscape and Archaeological Remains of the Bamiyan Valley	2003	(i) (ii) (iii) (iv)	x	x	x	x							4
África do Sul	Mapungubwe Cultural Landscape	2003	(ii) (iii) (iv) (v)		x	x	x	x						4
	Richtersveld Cultural and Botanical Landscape	2007	(iv) (v)				x	x						2
Andorra	Madriu-Perafita-Claror Valley	2004	(v)					x						1
Alemanha	Garden Kingdom of Dessau-Wörlitz	2000	(ii) (iv)		x		x							2
	Upper Middle Rhine Valley	2002	(ii) (iv) (v)		x		x	x						3
	Dresden Elbe Valley (retirado)	2004	(ii) (iii) (iv) (v)		x	x	x	x						4
	Bergpark Wilhelmshöhe	2013	(iii)(iv)			x	x							2
Alemanha/Polônia	Park Muzakowski /	2004	(i) (iv)	x			x							2
Argentina	Quebrada de Humahuaca	2003	(ii) (iv) (v)		x		x	x						3
Austrália	Uluru-Kata Tjuta National Park	1997	(v) (vi) (vii) (ix)					x	x	x		x		4
Áustria	Cultural Landscape of Dachstein/Salzkammergut	1997	(iii) (iv)			x	x							2
	Wachau Cultural Landscape	1999	(ii)		x									1
Áustria/Hungria	Fertö/Neusiedlersee Cultural Landscape	2001	(v)					x						1
Azerbaijão	Gobustan Rock Art Cultural Landscape	2007	(iii)			x								1
Brasil	Rio de Janeiro: Carioca Landscapes between the Mountain and the Sea	2012	(v)(vi)					x	x					2
Canadá	Landscape of Grand Pré	2012	(v)(vi)					x	x					2
Cazaquistão	Petroglyphs within the Archaeological Landscape of Tamgaly	2004	(iii)			x								1
China	Lushan National Park	1996	(ii)(iii)(iv)(vi)		x	x	x		x					4
	Mount Wutai	2009	(ii)(iii)(iv)(vi)		x	x	x		x					4
	West Lake Cultural Landscape of Hangzhou	2011	(ii)(iii)(vi)		x	x			x					3
	Cultural Landscape of Honghe Hani Rice Terraces	2013	(iii)(v)			x		x						2
Colombia	Coffee Cultural Landscape of Colombia	2011	(v)(vi)					x	x					2
Cuba	Viñales Valley	1999	(iv)				x							1
	Archaeological Landscape of the First Coffee Plantations in the South-East of Cuba	2000	(iii) (iv)			x	x							2
Dinamarca	The par force hunting landscape in North Zealand	2015	(ii) (iv)		x		x							2
Espanha	Aranjuez Cultural Landscape	2001	(ii) (iv)		x		x							2
	Cultural Landscape of the Serra de Tramuntana	2011	(ii)(iv)(v)		x		x	x						3
Estados Unidos da América	Papahānaumokuākea	2010	(iii)(vi)(viii)(ix)(x)			x			x		x	x	x	5
Etiopia	Konso Cultural Landscape	2011	(iii)(v)			x		x						2
França	Jurisdiction of Saint-Emillon	1999	(iii) (iv)			x	x							2
	The Loire Valley between Sully-sur-Loire and Chalonnes	1999	(i) (ii) (iv)	x	x		x							3
	The Causses and the Cévennes, Mediterranean agro-pastoral Cultural Landscape	2011	(iii)(v)			x		x						2
	Champagne Hillsides, Houses and Cellars	2015	(iii)(iv)(vi)			x	x		x					3
	Climats, terroirs of Burgundy	2015	(iii)(v)			x		x						2
	Nord-Pas de Calais Mining Basin	2012	(ii)(iv)(vi)		x		x		x					3
França/Espanha	Pyrénées-Mont Perdu	1997/1999	(iii) (iv) (v) (vii) (viii)			x	x	x		x	x			5
Filipinas	Rice Terraces of the Philippine Cordilleras	2005	(iii) (iv) (v)			x	x	x						3
Gabão	Ecosystem and Relict Cultural Landscape of Lopé-Okanda	2007	(iii) (iv) (ix) (x)			x	x					x	x	4
Hungria	Hortobágy National Park- the Puszta	1999	(iv) (v)				x	x						2
	Tokaj Wine Region Historic Cultural Landscape	2002	(iii) (v)			x		x						2
Irã	Bam and its Cultural Landscape	2004	(ii) (iii) (iv) (v)		x	x	x	x						4
	The Persian Garden	2011	(i)(ii)(iii)(iv)(vi)	x	x	x	x		x					5
	Cultural Landscape of Maymand	2015	(v)					x						1
Índia	Rock Shelters of Bhimbetka	2003	(iii) (v)			x		x						2
Indonésia	Cultural Landscape of Bali Province: the Subak System as a Manifestation of the Tri Hita Karana Philosophy	2012	(ii)(iii)(v)(vi)		x	x		x	x					4
Ilhas Mauricio	Le Morne Cultural Landscape	2008	(iii)(vi)			x			x					2
Islândia	Þingvellir (Thingvellir) National Park	2004	(iii) (vi)			x			x					2
Israel	Incense Route - Desert Cities in the Negev	2005	(iii) (v)			x		x						2

Quadro 9 - Paisagens culturais, UNESCO, 1993-2015

Fonte: http://whc.unesco.org/en/culturallandscape/ acesso em 27.08.15. Organização do autor, 2015

Itália	Portovenere, Cinque Terre, and the Islands (Palmaria, Tino and Tinetto)	1997	(ii) (iv) (v)		x		x	x						3
	Costiera Amalfitana	1997	(ii) (iv) (v)		x		x	x						3
	Cilento and Vallo di Diano National Park with the Archeological sites of	1998	(iii) (iv)			x	x							2
	Sacri Monti of Piedmont and Lombardy	2003	(ii) (iv)		x		x							2
	Val d'Orcia	2004	(iv) (vi)				x		x					2
	Medici Villas and Gardens in Tuscany	2013	(ii)(iv)(vi)		x		x		x					3
	Vineyard Landscape of Piedmont: Langhe-Roero and Monferrato	2014	(iii)(v)			x		x						2
Japão	Sacred Sites and Pilgrimage Routes in the Kii Mountain Range	2004	(ii) (iii) (iv) (vi)		x	x	x		x					4
	Iwami Ginzan Silver Mine and its Cultural Landscape	2007	(ii) (iii) (v)		x	x		x						3
Kenia	Sacred Mijikenda Kaya Forests	2008	(iii)(v)(vi)			x		x	x					3
Kirguistão	Sulaiman-Too Sacred Mountain	2009	(iii)(vi)			x			x					2
Laos	Vat Phou and Associated Ancient Settlements within the Champasak	2001	(iii) (iv) (vi)			x	x		x					3
Líbano	Ouadi Qadisha (the Holy Valley) and the Forest of the Cedars of God (Horsh Arz el-Rab)	1999	(iii) (iv)			x	x							2
Lituânia	Kernave Archaeological Site	2004	(iii) (iv)			x	x							2
Lituania/Rússia	Curonian Spit	2000	(v)					x						1
Madagascar	Royal Hill of Ambohimanga	2001	(iii) (iv) (vi)			x	x		x					3
México	Agave Landscape and Ancient Industrial Facilities of Tequila-Volcano	2006	(ii) (iv) (v) (vi)		x		x	x	x					4
	Prehistoric Caves of Yagul and Mitla in the Central Valley of Oaxaca	2010	(iii)			x								1
Mongolia	Orkhon Valley Cultural Landscape	2004	(ii) (iii) (iv)		x	x	x							3
Nigéria	Sukur cultural landscape	1999	(iii) (v) (vi)			x		x	x					3
	Osun-Osogbo Sacred Grove	2005	(ii) (iii) (vi)		x	x			x					3
Nova Zelândia	Tongariro National Park	1993	(vi) (vii) (viii)						x	x	x			3
Noruega	Vegaøyan -- The Vega Archipelago	2004	(v)					x						1
Palestina	Palestine: Land of Olives and Vines – Cultural Landscape of Southern Jerusalem, Battir	2014	(iv)(v)				x	x						2
Papua Nova Guiné	Early Agricultural Site	2008	(iii) (iv)			x	x							2
Polônia	Kalwaria Zebrzydowska: the Mannerist Architectural and Park Landscape Complex and Pilgrimage Park	1999	(ii) (iv)		x		x							2
Portugal	Cultural Landscape of Sintra	1995	(ii) (iv) (v)		x		x	x						3
	Alto Douro Wine Region	2000	(iii) (iv) (v)			x	x	x						3
	Landscape of the Pico Island Vineyard Culture	2004	(iii) (v)			x		x						2
Reino Unido	Blaenavon Industrial Landscape	2000	(iii) (iv)			x	x							2
	Royal Botanic Gardens, Kew	2003	(ii)(iii)(iv)		x	x	x							3
	St. Kilda	2005	(iii) (v) (vii) (ix) (x)			x		x		x		x	x	5
	Cornwall and West Devon Mining Landscape	2006	(ii) (iii) (iv)		x	x	x							3
República Árabe Síria	Ancient Villages of Northern Syria	2011	(iii)(iv)(v)			x	x	x						3
República Tcheca	Lednice-Valtice Cultural Landscape	1996	(i) (ii) (iv)	x	x		x							3
Senegal	Saloum Delta	2011	(iii)(iv)(v)			x	x	x						3
	Bassari Country: Bassari, Fula and Bedik Cultural Landscapes	2012	(iii)(v)(vi)			x		x	x					3
Singapura	Singapore Botanical Gardens	2015	(ii)(iv)		x		x							2
Suécia	Agricultural Landscape of Southern Öland	2000	(iv) (v)				x	x						2
Suiça	Lavaux, Vineyard Terraces	2007	(iii) (iv) (v)			x	x	x						3
Togo	Koutammakou, the Land of the Batammariba	2004	(v) (vi)					x	x					2
Turquia	Diyarbakır Fortress and Hevsel Gardens Cultural Landscape	2015	(iv)				x							1
Ucrânia	Ancient City of Tauric Chersonese and its Chora	2013	(ii)(v)		x			x						2
Uruguai	Fray Bentos Cultural-Industrial Landscape	2015	(ii) (iv)		x		x							2
Vanuatu	Chief Roi Mata's Domain	2008	(iii)(v)(vi)		x			x	x					3
Vietnã	Trang An Landscape Complex	2014	(v)(vii)(viii)					x		x	x			3
Zimbabue	Matobo Hills	2003	(iii) (v) (vi)			x		x	x					3

Quadro 9 - Paisagens culturais, UNESCO, 1993-2015

Fonte: http://whc.unesco.org/en/culturallandscape/ acesso em 27.08.15. Organização do autor, 2015

Neste universo de 60 países e 95 bens, observa-se que algumas destas paisagens refletem técnicas de uso da terra, que foram fundamentais para manutenção da diversidade biológica, outras possuem, de acordo com descrição oficial, significado para as comunidades e estão relacionadas a crenças, costumes e saberes tradicionais, algumas, em zona fronteiriça ilustram como determinados valores podem ultrapassar limites territoriais e personificam uma relação espiritual das comunidades humanas com seu lugar.

Compondo este cenário de paisagens culturais têm-se quatro bens transfronteiriços, sete bens mistos e 88 bens classificados como culturais. Nenhuma destas paisagens culturais foi declarada exclusivamente com base em critérios naturais.

Em 1992 na Convenção do Patrimônio Mundial, em sua 16ª sessão, pela primeira vez foram incluídas as paisagens culturais na Lista do Patrimônio Mundial, reconhecendo que alguns sítios espalhados pelo mundo representariam obras conjugadas do homem e da natureza, ilustrando a evolução da sociedade humana, sob a influência das limitações físicas e também das oportunidades apresentadas pelo seu ambiente natural e das forças sociais, econômicas e culturais sucessivas, tanto externas como internas (UNESCO, 2015).

Um dos aspectos mais marcantes destas paisagens seriam as associações, pois além dos atributos físicos ou das modificações humanas, os valores mais significativos e ressaltados estão ligados às associações que puderam transformar o ambiente.

Em relação aos critérios para a inscrição dos bens na Lista, criados e revistos pelo Comitê, estes refletem a evolução do conceito de patrimônio, desde 2004, os bens são selecionados a partir dos 10 critérios, unindo características culturais (seis critérios) e características naturais (quatro critérios).

A inclusão das paisagens culturais na Lista se justifica, na maioria dos casos devido a fortes associações religiosas, artísticas ou culturais do elemento natural. Tais paisagens, de acordo com a UNESCO, se dividem em três categorias principais (UNESCO, 2008), a saber:

- **paisagem claramente definida, projetada e criada intencionalmente pelo homem,** engloba jardins e parques paisagens construídas por razões estéticas, que são muitas vezes (mas nem sempre) associadas a edifícios e conjuntos monumentais religiosos ou outras.

- **paisagem organicamente evoluída**, resultado de um imperativo social, econômica, administrativa e/ou religioso inicial e desenvolveu sua forma atual por associação com e em resposta ao seu ambiente natural; tais paisagens refletem esse processo de evolução em sua forma e características do componente. Dividem-se em duas subcategorias:
    - uma paisagem relíquia (ou fóssil) é aquela em que um processo evolutivo chegou ao fim em algum momento no passado, seja de forma abrupta ou ao longo de um período. Suas características distintivas são significativas, no entanto, ainda visível na forma material.
    - paisagem contínua é aquela que conserva um papel social ativo na sociedade contemporânea intimamente associada com o modo de vida tradicional, e em que o processo evolutivo ainda está em andamento. Ao mesmo tempo, mostra provas manifestas da sua evolução ao longo do tempo.
- **paisagem cultural associativa**, se justifica pela força da associação a fenômenos religiosos, artísticos ou culturais do elemento natural, mas que por ausência de vestígios culturais materiais, podem ser insignificantes ou inexistentes.

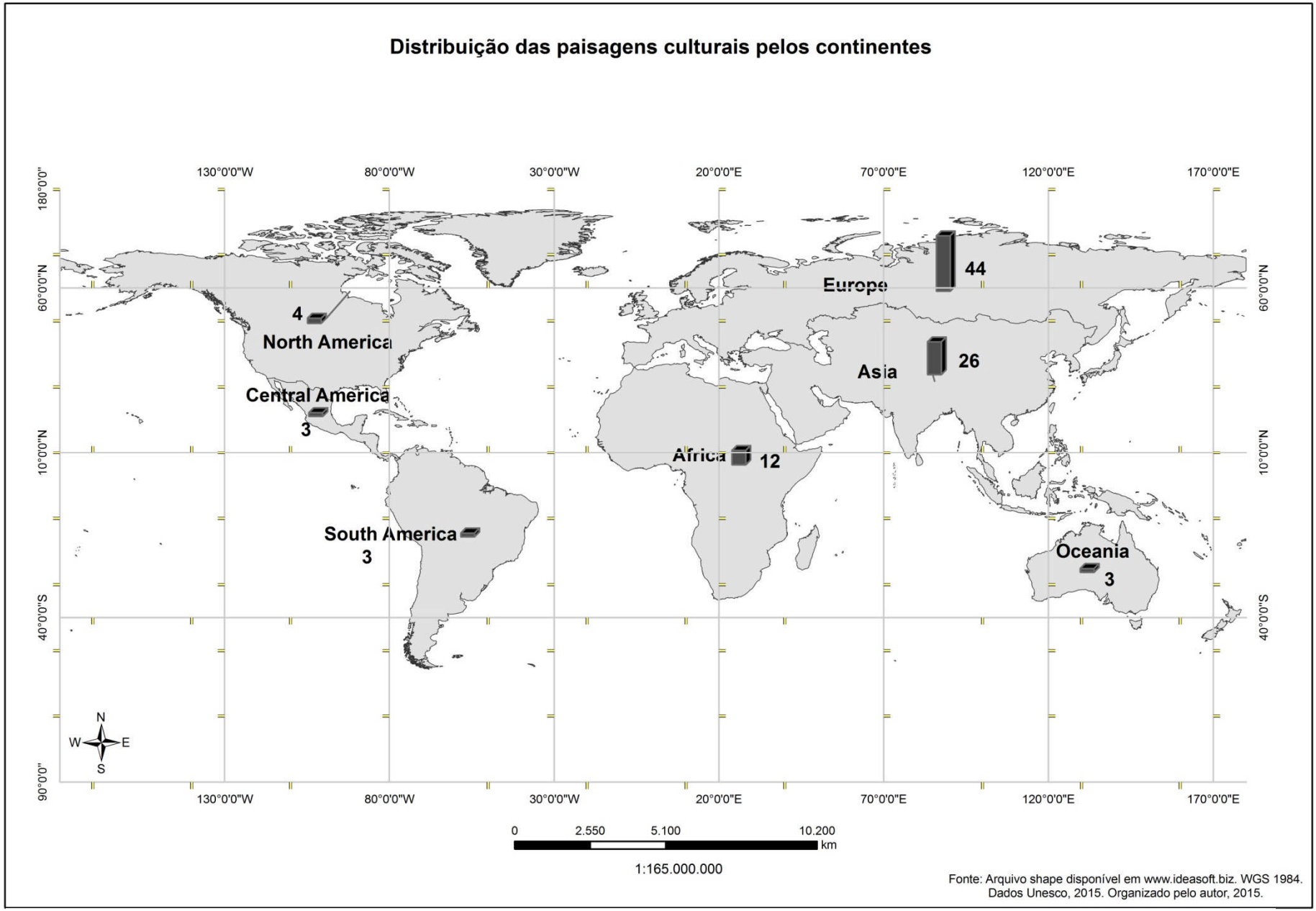


Figura 6 – Distribuição das paisagens culturais pelos continentes. Fonte; UNESCO, 2015. Organizado pelo autor (2015).

Em relação a distribuição dessas paisagens por continentes, observa-se, de acordo com a Tabela 1 e gráficos 01 e 02 a seguinte organização:

CONTINENTE	Nº países	Nº DE BENS
ÁFRICA	09	12
AMÉRICA	08	10
ÁSIA	20	26
EUROPA	20	44
OCEANIA	03	03

Tabela 1 – Paisagens culturais por continente. Fonte: UNESCO, 2015[61]. Organização: Kelly C Melo, 2015.

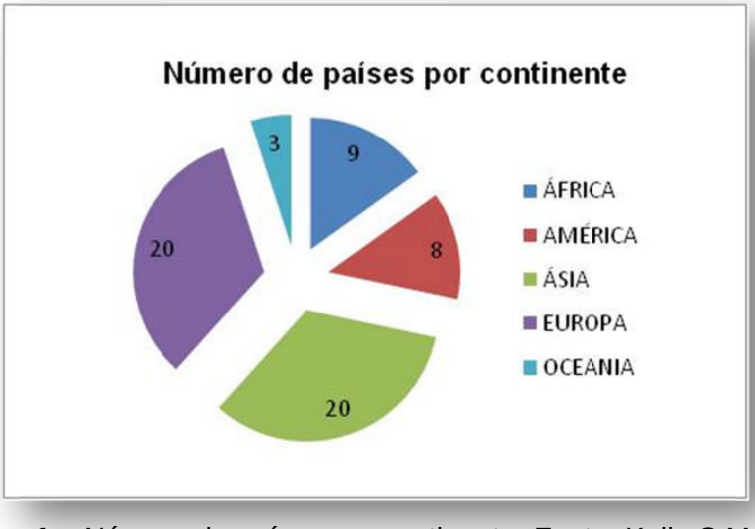


Gráfico 1 – Número de países por continente. Fonte: Kelly C Melo, 2015.

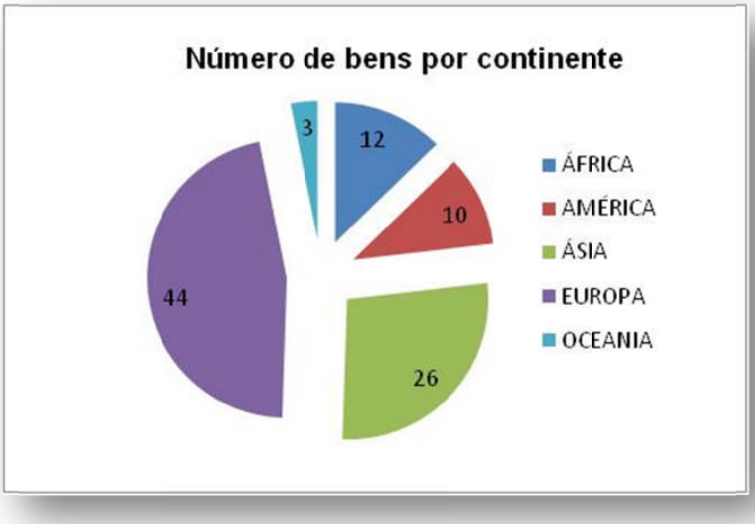


Gráfico 2– Número de bens por continente. Fonte: Kelly C Melo, 2015.

[61] Dados disponíveis em < ttp://whc.unesco.org/en/culturallandscape/>. Acesso em 27. jul.15.

Em relação aos critérios, ao verificar o atendimento a eles, observa-se que alguns são mais frequentes, enquanto outros mais raros. O máximo de critérios atendidos por uma paisagem cultural, nesta lista, é de cinco, com quatro bens atendendo a cinco critérios, concomitantemente. Em seguida, o atendimento a quatro critérios é cumprido por 11 bens.

O atendimento a três critérios é cumprido por 30 bens. O atendimento a dois critérios é cumprido por 39 bens e o atendimento a um critério apenas é cumprida por 11 bens.

O gráfico 03 a seguir permite uma melhor observação desta distribuição. Os bens foram divididos em cinco grupos, de acordo com o cumprimento dos critérios.

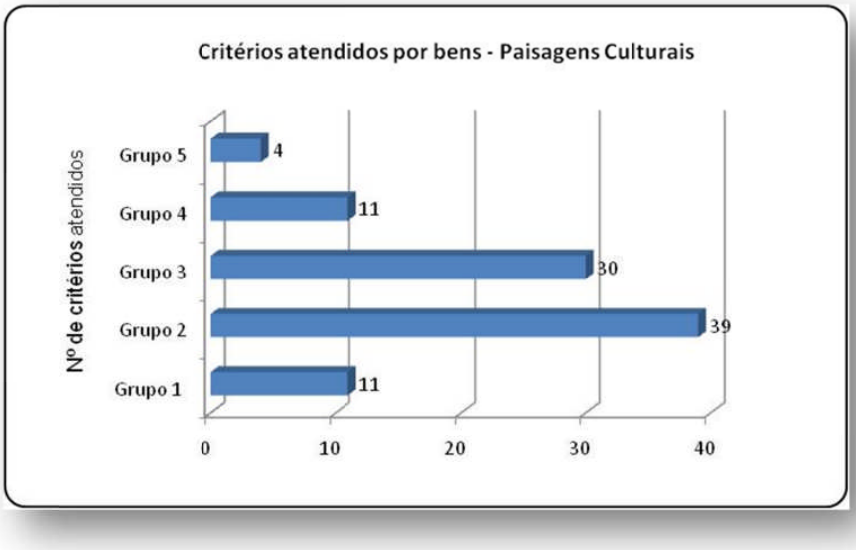


Gráfico 3– Número de critérios atendidos. Fonte: Kelly C Melo, 2015.

Em relação a cada um dos dez critérios organizados pelo Comitê da UNESCO, pode-se visualizar a frequência de cada um deles em relação aos bens presentes na Lista. Lembramos que os critérios de i a vi representam características do patrimônio cultural e os seguintes, de vii a x representam o patrimônio natural.

O critério iii, que trata de um *testemunho único ou excepcional sobre uma tradição cultural ou uma civilização viva ou desaparecida* se destaca, junto com o critério iv que nos diz sobre um *exemplo excepcional de um tipo de construção ou de conjunto arquitetônico ou tecnológico ou de paisagem ilustrando um ou vários períodos significativos da história humana*, com 23% e 22%, respectivamente.

Em seguida, abrangendo 20% dos bens, tem-se o critério v que trata de bens que sirvam de *exemplo excepcional de fixação humana ou de ocupação de territórios tradicionais representativos de uma cultura (ou de várias culturas), sobretudo quando o mesmo se torna vulnerável sob o efeito de mutações irreversíveis*.

Os critérios ii e vi, vêm logo em seguida, com 15 e 12%, respectivamente.

O gráfico 04 a seguir permite uma melhor observação desta distribuição, apresentando o número absoluto seguido da porcentagem.

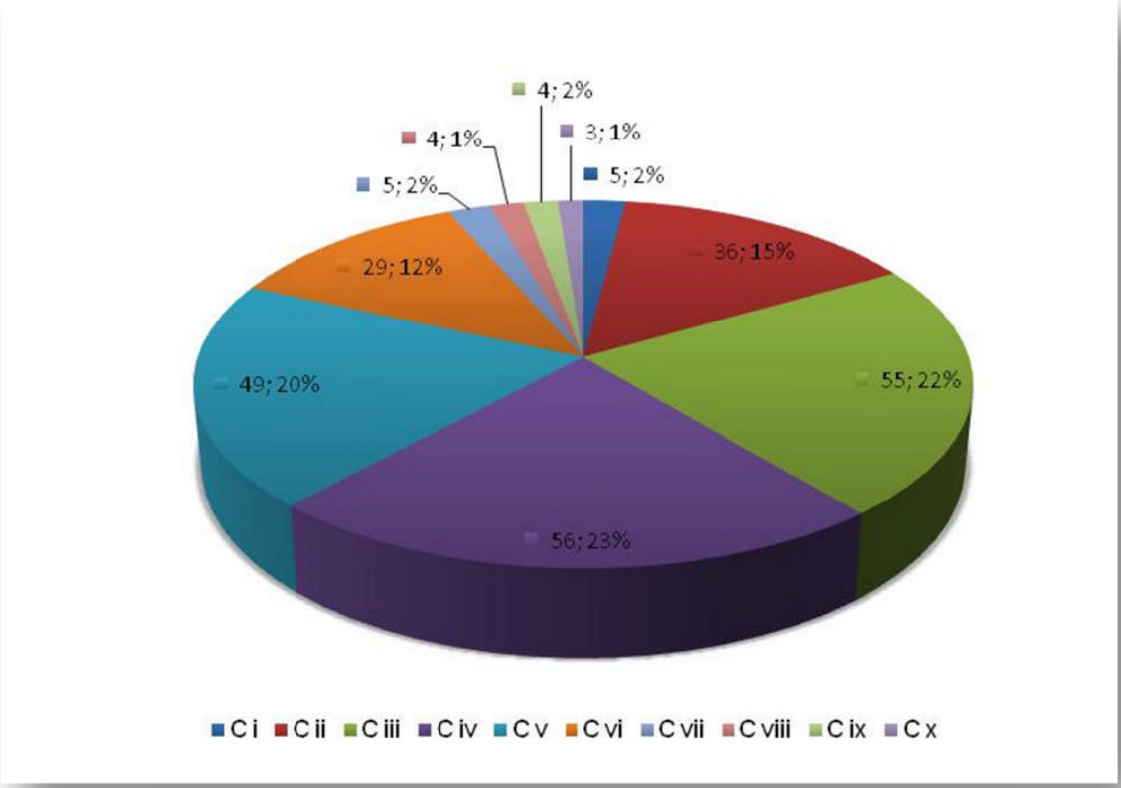


Gráfico 04– Critérios atendidos por Paisagens Culturais[62]. Fonte: UNESCO, 2015. Organização Kelly C Melo, 2015.

O critério menos atendido é o x, que trata de *habitats naturais mais representativos e mais importantes para a conservação in situ da diversidade biológica, incluindo aqueles onde sobrevivem espécies ameaçadas que tenham um valor universal excepcional do ponto de vista da ciência ou da conservação*, presente em apenas três paisagens culturais da lista.

[62] Disponível em http://whc.unesco.org/en/culturallandscape/. Acesso em 27.mai.15.

Sobre as datas de reconhecimento das paisagens culturais que compõem a lista da UNESCO, dá-se destaque ao ano de 2004, quando 13 bens foram inseridos, seguidos de 1999 e 2011, com nove e oito, respectivamente. O gráfico 05 a seguir apresenta de modo mais claro esta distribuição das paisagens nos últimos 23 anos.

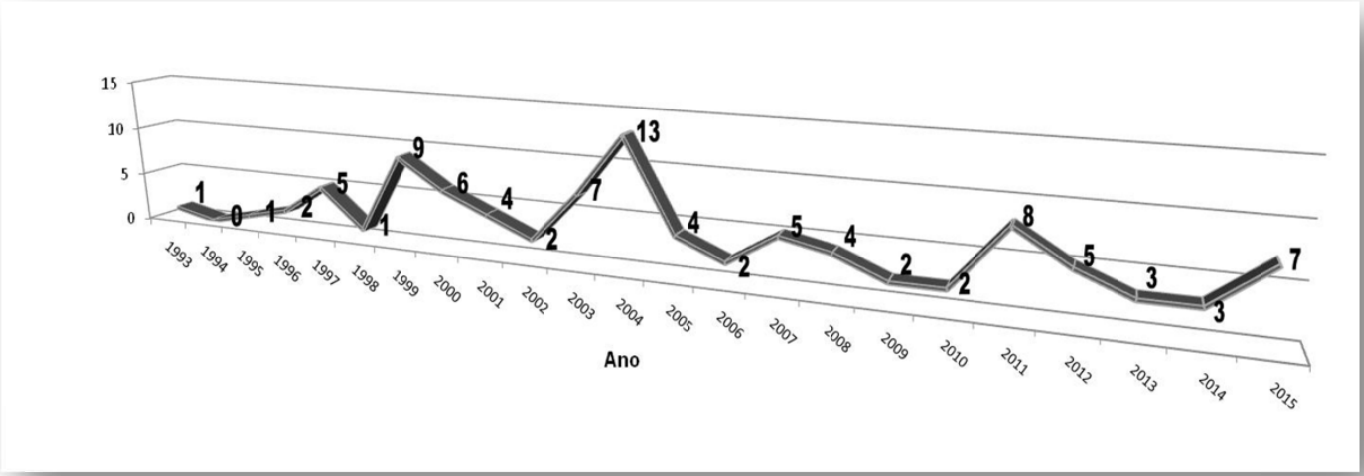


Gráfico 05 – Ano de reconhecimento das paisagens culturais. Fonte: UNESCO, 2015. Organização Kelly C Melo, 2015.

As paisagens reconhecidas como culturais em 2004, 13 ao todo, são listadas no Quadro 10 a seguir:

Paisagem Cultural	País	Critérios atendidos
Madriu-Perafita-Claror Valley	Andorra	1
Dresden Elbe Valley (retirado)	Alemanha	4
Park Muzakowski	Alemanha/Polônia	2
Þingvellir (Thingvellir) National Park	Islândia	2
Bam and its Cultural Landscape	Irã	4
Val d'Orcia	Itália	2
Sacred Sites and Pilgrimage Routes in the Kii Mountain Range	Japão	4
Petroglyphs within the Archaeological Landscape of Tamgaly	Cazaquistão	1
Kernave Archaeological Site	Lituânia	2
Orkhon Valley Cultural Landscape	Mongólia	3
Vegaøyan -- The Vega Archipelago	Noruega	1
Landscape of the Pico Island Vineyard Culture	Portugal	2
Koutammakou, the Land of the Batammariba	Togo	2

Quadro 10 – Paisagens culturais reconhecidas em 2004. UNESCO, 2015. Organização Kelly C. Melo, 2015.

A paisagem cultural alemã, Dresden Elbe Valley, foi retirada da Lista do Patrimônio Mundial, em junho 2009, quando houve votação para decidir sobre a manutenção ou não do bem na lista devido a construção de uma ponte na área da paisagem. A retirada da lista foi precedida por uma longa luta entre as autoridades locais em favor da ponte e seus oponentes (UNESCO, 2009).

Sobre os critérios atendidos pelas paisagens culturais reconhecidas neste ano de 2004, não se observa um padrão, indo de um a quatro critérios. Sendo os critérios iii e iv, os mais frequentes, vinculados a sete e seis paisagens, respectivamente, entretanto, estes dois são os mais atendidos por toda a lista.

Na lista, encontram-se três bens classificados em situação de perigo, conforme Quadro 11 e figuras 07, 08 e 09, a seguir:

País	Paisagem Cultural
Afeganistão	Cultural Landscape and Archaeological Remains of the Bamiyan Valley
Palestina	Palestine: Land of Olives and Vines – Cultural Landscape of Southern Jerusalem, Battir
República Árabe Síria	Ancient Villages of Northern Syria

Quadro 11 – Paisagens Culturais em situação de perigo. UNESCO, 2015. Organização Kelly C Melo, 2015.

Figura 07 - *Cultural Landscape and Archaeological Remains of the Bamiyan Valley*, Afeganistão. Fonte: Simone Ricca.

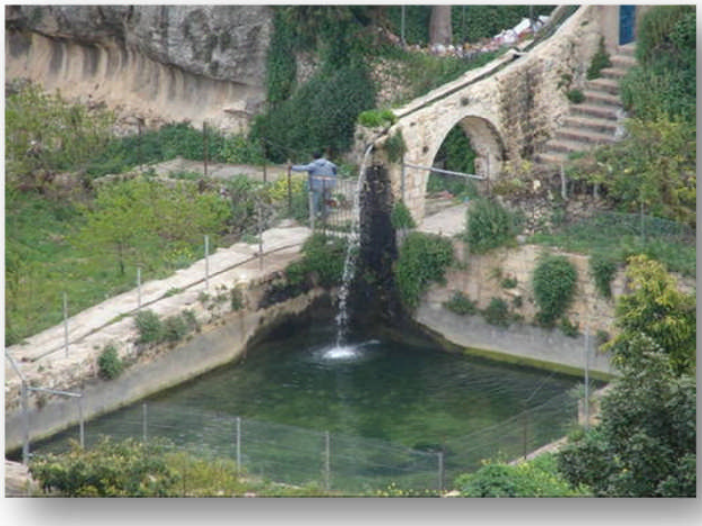


Figura 08- *Cultural Landscape of Southern* Jerusalem, Battir. Fonte: Graciela Gonzalez Brigas

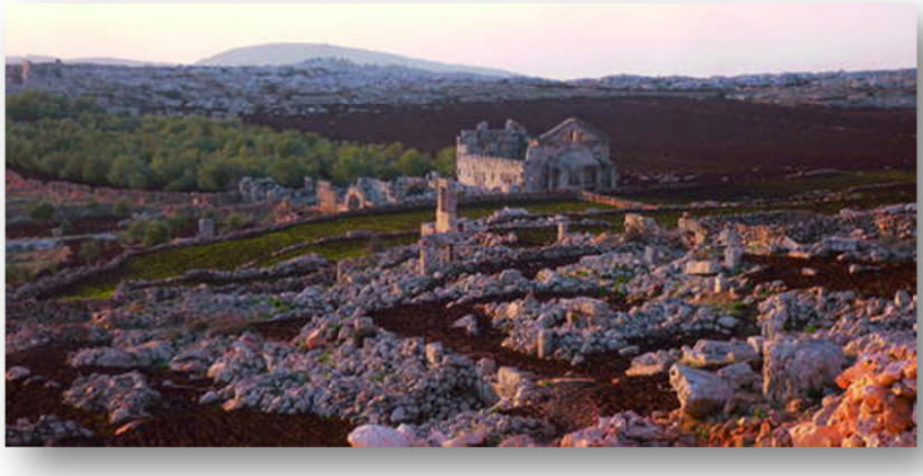


Figura 09 - *Ancient Villages of Northern* Syria. Fonte: Jasmine Salacha.

Nos três casos, temos países em grave situação de conflitos armados, desencadeados por intervenções externas, grupos religiosos extremistas, governos autoritários, guerras civis, gerando situações de perigo extremo às suas populações e em decorrência aos bens patrimoniais que ali existem.

Na distribuição pelos continentes, podemos buscar compreender melhor as consonâncias existentes, se elas existirem, ao verificar como a eleição dos bens nos diversos continentes se deu, em relação ao ano, critérios atendidos e características gerais, conforme veremos a seguir, além disso, no **Anexo 8** há uma breve caracterização das paisagens culturais declaradas pela UNESCO.

Ao observar as paisagens declaradas como culturais no continente africano, temos o critério iii destacando-se, sendo atendido por 10 bens, seguido dos critérios v e vi, atendidos por nove e sete bens, respectivamente. Em relação ao ano de reconhecimento, a primeira paisagem cultural na África foi reconhecida em 1999 na Nigéria, os anos de 2003, 2007 e 2011 contaram com a declaração de duas paisagens culturais cada. O quadro 12 a seguir traz a listagem dos bens africanos e o gráfico 06 nos mostra a distribuição dos critérios atendidos neste universo de 12 paisagens culturais.

	PAÍS	Paisagem Cultural	Ano de reconhecimento	Critérios atendidos
ÁFRICA	África do Sul	Mapungubwe Cultural Landscape	2003	(ii) (iii) (iv) (v)
		Richtersveld Cultural and Botanical Landscape	2007	(iv) (v)
	Etiopia	Konso Cultural Landscape	2011	(iii)(v)
	Gabão	Ecosystem and Relict Cultural Landscape of Lopé-Okanda	2007	(iii) (iv) (ix) (x)
	Kenia	Sacred Mijikenda Kaya Forests	2008	(iii)(v)(vi)
	Madagascar	Royal Hill of Ambohimanga	2001	(iii) (iv) (vi)
	Nigéria	Sukur cultural landscape	1999	(iii) (v) (vi)
		Osun-Osogbo Sacred Grove	2005	(ii) (iii) (vi)
	Senegal	Saloum Delta	2011	(iii)(iv)(v)
		Bassari Country: Bassari, Fula and Bedik Cultural Landscapes	2012	(iii)(v)(vi)
	Togo	Koutammakou, the Land of the Batammariba	2004	(v) (vi)
	Zimbabue	Matobo Hills	2003	(iii) (v) (vi)

Quadro 12– Paisagens culturais no continente africano. Fonte: UNESCO, 2015. Organização Kelly C Melo, 2015.

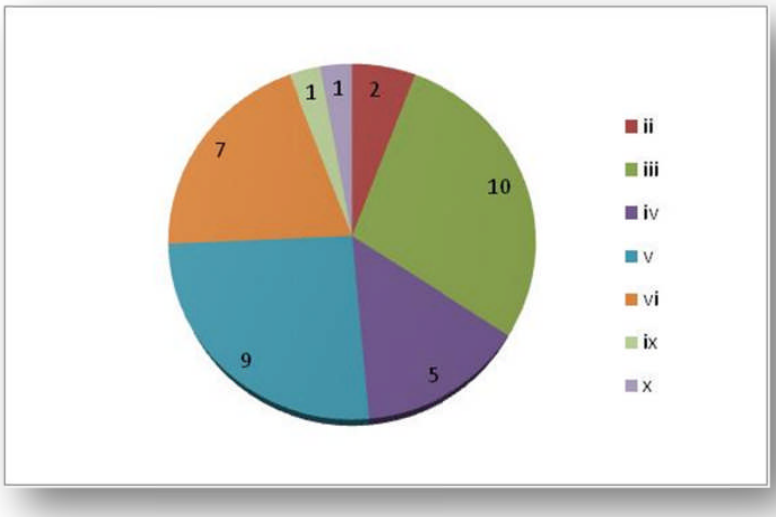


Gráfico 06 - Distribuição dos critérios atendidos pelas paisagens culturais africanas. Fonte: UNESCO, 2015. Organização Kelly C Melo, 2015.

Entre as paisagens do continente africano observa-se a predominância dos critérios que abrangem o patrimônio cultural. Os critérios ix e x, por exemplo, aparecem apenas, relacionados à paisagem *Ecosystem and Relict Cultural Landscape of Lopé-Okanda* no Gabão.

As descrições oficiais destas paisagens culturais, expostas pela UNESCO, mostram um padrão evidenciando aspectos ligados a culturas tradicionais e seus rituais e divindades, assim como destaque para as adaptações realizadas para sobrevivência em ambientes hostis, de condição árida ou semi-árida, por exemplo. Não há nas paisagens culturais africanas, menção a construções históricas ou áreas urbanizadas. A savana e a floresta tropical aparecem eventualmente como destaque. A cultural imaterial seria um ponto de destaque, de modo geral, nos atributos destas paisagens africanas.

No continente americano, observamos que o atendimento aos critérios iv, v e vi é o que mais se destaca, cinco vezes, cada um. Todos, portanto, vinculados ao patrimônio cultural.

Em relação ao ano de reconhecimento, a primeira paisagem cultural americana é de 1999, em Cuba. Duas foram reconhecidas em 2010 e duas em 2012.

O quadro 13 a seguir traz a listagem dos bens americanos e o gráfico 07 nos mostra a distribuição dos critérios atendidos neste universo de 10 paisagens culturais.

	PAÍS	Paisagem Cultural	Ano de reconhecimento	Critérios atendidos
AMÉRICA	Argentina	Quebrada de Humahuaca	2003	(ii) (iv) (v)
	Brasil	Rio de Janeiro: Carioca Landscapes between the Mountain and the Sea	2012	(v)(vi)
	Canadá	Landscape of Grand Pré	2012	(v)(vi)
	Colombia	Coffee Cultural Landscape of Colombia	2011	(v)(vi)
	Cuba	Viñales Valley	1999	(iv)
		Archaeological Landscape of the First Coffee Plantations in the South-East of Cuba	2000	(iii) (iv)
	Estados Unidos da América	Papahānaumokuākea	2010	(iii)(vi)(viii)(ix)(x)
	México	Agave Landscape and Ancient Industrial Facilities of Tequila-Volcano	2006	(ii) (iv) (v) (vi)
		Prehistoric Caves of Yagul and Mitla in the Central Valley of Oaxaca	2010	(iii)
	Uruguai	Fray Bentos Cultural-Industrial Landscape	2015	(ii) (iv)

Quadro 13– Paisagens culturais americanas.Fonte: UNESCO, 2015. Organização Kelly C Melo, 2015.

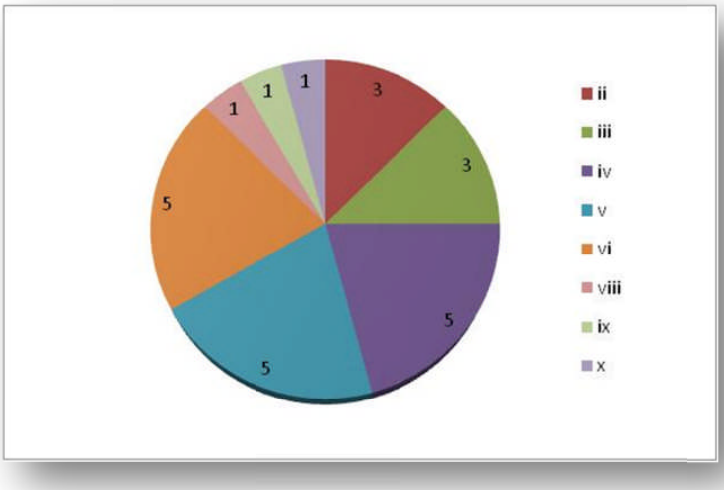


Gráfico 07 -Distribuição dos critérios atendidos pelas paisagens culturais do continente americano. Fonte: UNESCO, 2015. Organização Kelly C Melo, 2015.

A descrição das paisagens culturais americanas traz características distintas das africanas, por exemplo. Observam-se em algumas dessas paisagens características vinculadas a práticas agrícolas e estratégias tecnológicas de aproveitamento como diques, ao cultivo de café e tabaco, da produção de tequila, do processamento de carne, além de incluir uma única área urbana. Outra característica de destaque no continente americano são paisagens relacionadas a construções históricas de tradição europeia. Em menor escala observamos características ligadas ao patrimônio imaterial, a tradições e práticas religiosas.

Na Oceania temos apenas três paisagens culturais declaradas, envolvendo também três países. Os reconhecimentos deram-se em 1993, 1997 e 2008. Em relação ao atendimento aos critérios, observamos que os critérios vi e vii destacam-se, sendo atendidos por dois dos bens patrimoniais. No Quadro 14 e Gráfico 08 a seguir podemos visualizar a situação na Oceania.

OCEANIA	Austrália	Uluru-Kata Tjuta National Park	1997	(v) (vi) (vii) (ix)
	Nova Zelândia	Tongariro National Park	1993	(vi) (vii) (viii)
	Papua Nova Guiné	Early Agricultural Site	2008	(iii) (iv)

Quadro 14– Paisagens culturais da Oceania.Fonte: UNESCO, 2015.Organização Kelly C Melo, 2015.

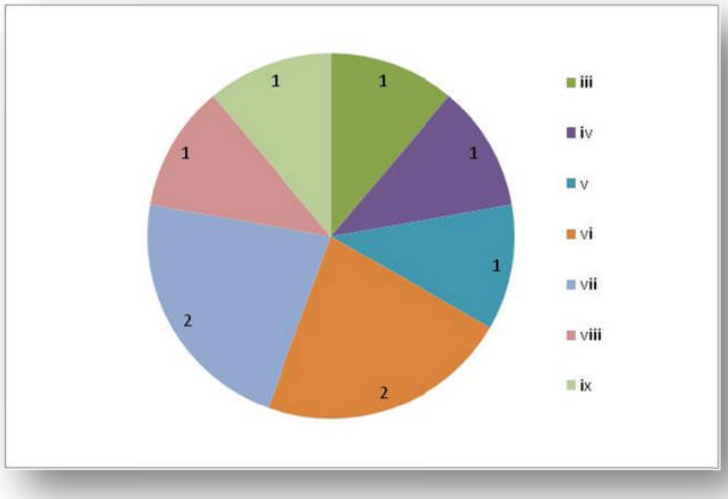


Gráfico 08 - Distribuição dos critérios atendidos pelas paisagens culturais na Oceania. Fonte: UNESCO, 2015. Organização Kelly C Melo, 2015.

Nas paisagens culturais da Oceania observa-se a predominância da relação dos povos aborígenes e seu ambiente, considerado algo sagrado. Duas das paisagens abrangem critérios relacionados ao patrimônio natural. Práticas agrícolas e de habitação também são evidenciadas nas modificações do ambiente por meio de técnicas desenvolvidas por antigos grupos que ocuparam a área.

Na Ásia, assim como na Europa, têm-se 20 países envolvidos, com 26 e 44 bens declarados como paisagens culturais, respectivamente.

Em relação aos critérios atendidos, no continente asiático, os que mais se destacam são iii, iv e v, sendo atendidos por 20, 14 e 13 bens, respectivamente.

Os anos em que mais bens foram reconhecidos foi 2004, com quatro bens e, 2015 com três. A primeira paisagem cultural asiática data de 1996. O Quadro 15 e Gráfico 09, a seguir, apresentam esta distribuição.

	PAÍS	Paisagem Cultural	Ano de reconhecimento	Critérios atendidos
ÁSIA	Afeganistão	Cultural Landscape and Archaeological Remains of the Bamiyan Valley	2003	(i) (ii) (iii) (iv)
	Azerbaijão	Gobustan Rock Art Cultural Landscape	2007	(iii)
	Cazaquistão	Petroglyphs within the Archaeological Landscape of Tamgaly	2004	(iii)
	China	Lushan National Park	1996	(ii)(iii)(iv)(vi)
		Mount Wutai	2009	(ii)(iii)(iv)(vi)
		West Lake Cultural Landscape of Hangzhou	2011	(ii)(iii)(vi)
		Cultural Landscape of Honghe Hani Rice Terraces	2013	(iii)(v)
	Filipinas	Rice Terraces of the Philippine Cordilleras	2005	(iii) (iv) (v)
	Irã	Bam and its Cultural Landscape	2004	(ii) (iii) (iv) (v)
		The Persian Garden	2011	(i)(ii)(iii)(iv)(vi)
		Cultural Landscape of Maymand	2015	(v)
	Índia	Rock Shelters of Bhimbetka	2003	(iii) (v)
	Indonésia	Cultural Landscape of Bali Province: the Subak System as a Manifestation of the Tri Hita Karana Philosophy	2012	(ii)(iii)(v)(vi)
	Israel	Incense Route - Desert Cities in the Negev	2005	(iii) (v)
	Japão	Sacred Sites and Pilgrimage Routes in the Kii Mountain Range	2004	(ii) (iii) (iv) (vi)
		Iwami Ginzan Silver Mine and its Cultural Landscape	2007	(ii) (iii) (v)
	Kirguistão	Sulaiman-Too Sacred Mountain	2009	(iii)(vi)
	Laos	Vat Phou and Associated Ancient Settlements within the Champasak	2001	(iii) (iv) (vi)
	Líbano	Ouadi Qadisha (the Holy Valley) and the Forest of the Cedars of God (Horsh Arz el-Rab)	1999	(iii) (iv)
	Rússia	Curonian Spit	2000	(v)
	Mongolia	Orkhon Valley Cultural Landscape	2004	(ii) (iii) (iv)
	Palestina	Palestine: Land of Olives and Vines – Cultural Landscape of Southern Jerusalem, Battir	2014	(iv)(v)
	República Árabe Síria	Ancient Villages of Northern Syria	2011	(iii)(iv)(v)
	Singapura	Singapore Botanical Gardens	2015	(ii)(iv)
	Turquia	Diyarbakır Fortress and Hevsel Gardens Cultural Landscape	2015	(iv)
	Vietnã	Trang An Landscape Complex	2014	(v)(vii)(viii)

Quadro 15 – Paisagens culturais no continente asiático .Fonte: UNESCO, 2015. Organização Kelly C Melo, 2015.

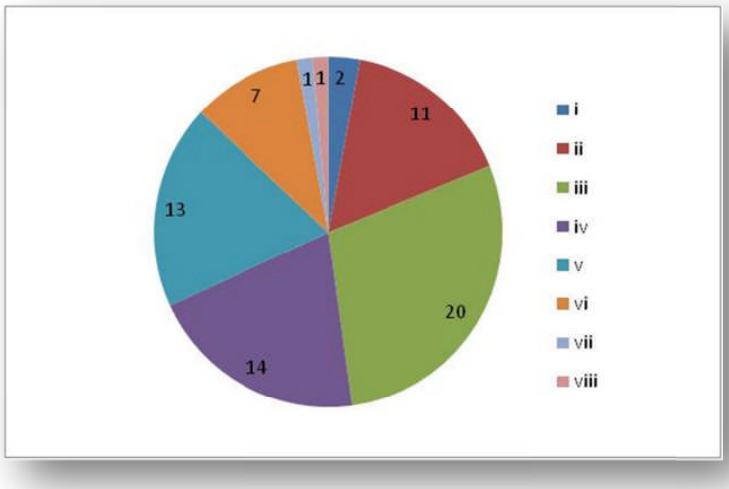


Gráfico 09 - Distribuição dos critérios atendidos pelas paisagens culturais na Ásia. Fonte: UNESCO, 2015. Organização Kelly C Melo, 2015.

Na Ásia observamos a predominância de características culturais vinculadas a ocupações antigas, datando de períodos antes de Cristo, dinastias chinesas, japonesas muito antigas que deixaram suas marcas na paisagem. Também há vários exemplos de sítios que abrigam templos religiosos e a manutenção das práticas religiosas nestas localidades e na maioria dos casos a estreita relação dessas práticas e os componentes naturais, como rios, montanhas, florestas e cavernas.

A adaptação para habitação e cultivos agrícolas, sobretudo arroz, também se destaca nas paisagens culturais asiáticas, assim como o desenvolvimento de tecnologias para suprir a necessidade de água em determinadas áreas desérticas. A exaltação de grupos guerreiros que transitaram por estas áreas também é lembrada em algumas paisagens, assim como há destaque para formações de jardins e construções que evidenciam a relação entre as divindades e antepassados com elementos da natureza.

O patrimônio cultural se destaca nos critérios atendidos, mesmo que a descrição da grande maioria das paisagens evidencie a relação entre as práticas materiais e os elementos da natureza.

Na Europa, continente com maior quantidade de paisagens culturais assim declaradas, tem-se também os critérios iii, iv e v em destaque, atendidos por 22, 31 e 21 bens, respectivamente. A primeira paisagem cultural europeia foi reconhecida em 1995, em Portugal. Nos anos de 1997, 1999, 2000 e 2004, foram os anos com mais bens declarados no continente, com quatro, cinco, quatro e oito, respectivamente. O quadro 16 e gráfico 10 a seguir apresentam esta distribuição.

EUROPA	Andorra	Madriu-Perafita-Claror Valley	2004	(v)
	Alemanha	Garden Kingdom of Dessau-Wörlitz	2000	(ii) (iv)
		Upper Middle Rhine Valley	2002	(ii) (iv) (v)
		Dresden Elbe Valley (retirado)	2004	(ii) (iii) (iv) (v)
		Bergpark Wilhelmshöhe	2013	(iii)(iv)
		Park Muzakowski /	2004	(i) (iv)
	Áustria	Cultural Landscape of Dachstein/Salzkammergut	1997	(iii) (iv)
		Wachau Cultural Landscape	1999	(ii)
	Dinamarca	The par force hunting landscape in North Zealand	2015	(ii) (iv)
	Espanha	Aranjuez Cultural Landscape	2001	(ii) (iv)
		Cultural Landscape of the Serra de Tramuntana	2011	(ii)(iv)(v)
	França	Jurisdiction of Saint-Emillon	1999	(iii) (iv)
		The Loire Valley between Sully-sur-Loire and Chalonnes	1999	(i) (ii) (iv)
		The Causses and the Cévennes, Mediterranean agro-pastoral Cultural Landscape	2011	(iii)(v)
		Champagne Hillsides, Houses and Cellars	2015	(iii)(iv)(vi)
		Climats, terroirs of Burgundy	2015	(iii)(v)
		Nord-Pas de Calais Mining Basin	2012	(ii)(iv)(vi)
		Pyrénées-Mont Perdu	1997/1999	(iii) (iv) (v) (vii) (viii)
	Hungria	Hortobágy National Park- the Puszta	1999	(iv) (v)
		Tokaj Wine Region Historic Cultural Landscape	2002	(iii) (v)
	Ilhas Mauricio	Le Morne Cultural Landscape	2008	(iii)(vi)
	Islândia	Þingvellir (Thingvellir) National Park	2004	(iii) (vi)
	Itália	Portovenere, Cinque Terre, and the Islands (Palmaria, Tino and Tinetto)	1997	(ii) (iv) (v)
		Costiera Amalfitana	1997	(ii) (iv) (v)
		Cilento and Vallo di Diano National Park with the Archeological sites of	1998	(iii) (iv)
		Sacri Monti of Piedmont and Lombardy	2003	(ii) (iv)
		Val d'Orcia	2004	(iv) (vi)
		Medici Villas and Gardens in Tuscany	2013	(ii)(iv)(vi)
		Vineyard Landscape of Piedmont: Langhe-Roero and Monferrato	2014	(iii)(v)
	Lituânia	Kernave Archaeological Site	2004	(iii) (iv)
	Noruega	Vegaøyan -- The Vega Archipelago	2004	(v)
	Polônia	Kalwaria Zebrzydowska: the Mannerist Architectural and Park Landscape Complex and Pilgrimage Park	1999	(ii) (iv)
	Portugal	Cultural Landscape of Sintra	1995	(ii) (iv) (v)
		Alto Douro Wine Region	2000	(iii) (iv) (v)
		Landscape of the Pico Island Vineyard Culture	2004	(iii) (v)
	Reino Unido	Blaenavon Industrial Landscape	2000	(iii) (iv)
		Royal Botanic Gardens, Kew	2003	(ii)(iii)(iv)
		St. Kilda	2005	(iii) (v) (vii) (ix) (x)
		Cornwall and West Devon Mining Landscape	2006	(ii) (iii) (iv)
	República Tcheca	Lednice-Valtice Cultural Landscape	1996	(i) (ii) (iv)
	Suécia	Agricultural Landscape of Southern Öland	2000	(iv) (v)
	Suiça	Lavaux, Vineyard Terraces	2007	(iii) (iv) (v)
	Ucrânia	Ancient City of Tauric Chersonese and its Chora	2013	(ii)(v)
	Vanuatu	Chief Roi Mata's Domain	2008	(iii)(v)(vi)

Quadro 14 – Paisagens culturais no continente europeu. Fonte: UNESCO, 2015. Organização Kelly C Melo, 2015.

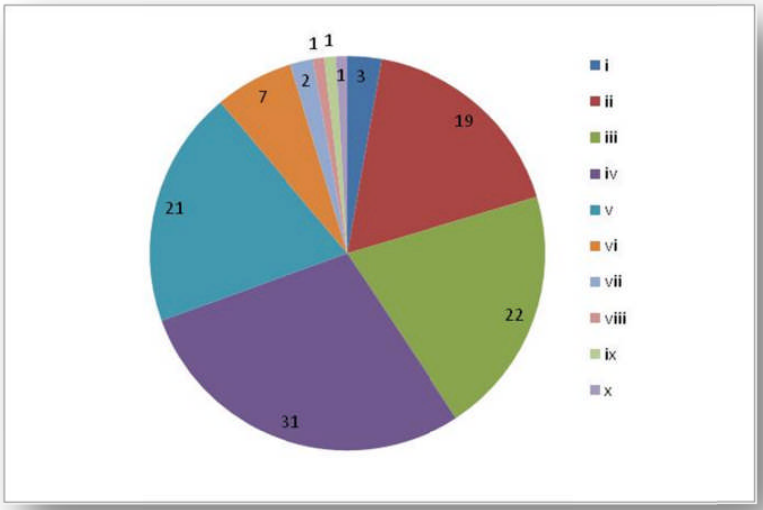


Gráfico 10 - Distribuição dos critérios atendidos pelas paisagens culturais na Europa. Fonte: UNESCO, 2015. Organização Kelly C Melo, 2015.

No caso da Europa, observamos que características ligadas a bens edificados, jardins em estilo inglês ou francês, castelos, parques, mosteiros, ruínas, são a tônica das escolhas. Até mesmo um antigo parque de caça monárquico é incluído nesta lista, o que nos parece bastante discutível.

A associação destas paisagens com escritores e poetas, algumas vezes ligados ao Iluminismo, também é constantemente ressaltada, evidenciando o aspecto da civilidade.

Construções modernas, baseadas no uso do aço, também são exaltadas como exemplos de bens que justificam a inclusão de alguns sítios como paisagens culturais. Aspectos da Europa industrial, com fábricas e vilas de operários também aparecem contempladas nas paisagens culturais.

Alguns aspectos religiosos também surgem, na maior parte das vezes ligados ao cristianismo, com templos cristãos e lugares de passagens bíblicas. O cultivo de uvas também é um ponto comum a várias paisagens culturais europeias, seja ressaltando a beleza cênica dessas áreas até a adaptação dos lugares para permitir esse tipo de cultivo.

Os critérios baseados em características naturais só são atendidos por duas paisagens culturais: no Reino Unido (St Kilda) e na França (Pyrénées–Mont Perdu), de modo diferente dos outros continentes, sobretudo o africano e o asiático, os aspectos naturais e de patrimônio imaterial não se destacam no continente europeu.

3.5 Brasil, Colômbia, Canadá – mesmos critérios, quais similaridades?

Na lista da UNESCO, as paisagens culturais assim declaradas no Brasil, Colômbia e Canadá, são as únicas que atendem exclusivamente aos critérios v e vi[63], portanto, acreditamos que cabe um olhar comparativo buscando compreender, se existirem, suas similaridades.

Além do fato das três estarem no continente americano, todas são recentes, pertencendo a um grupo mais novo de paisagens culturais, Canadá e Brasil em 2012 e Colômbia em 2011.

A paisagem colombiana, *Café Cultural Landscape* (Figura 10), segundo a UNESCO, caracteriza-se por uma paisagem cultural sustentável e produtiva, abrangendo seis paisagens agrícolas, que incluem 18 pequenas áreas urbanas no sopé das faixas ocidentais e centrais da Cordilheira dos Andes no oeste do país, refletindo uma tradição centenária da cafeicultura em pequenos lotes na floresta tropical, ressaltando a forma como os agricultores se adaptaram às condições de cultivo em montanhas íngremes, acima de 55º.

A arquitetura típica nos assentamentos desta paisagem cultural é uma fusão entre os padrões culturais da Espanha e da cultura indígena da região, bem adaptada ao processo de cultivo do café. A área envolve uma série de complexidades e a necessidade de desenvolver consenso entre os vários atores, com destaque para os produtores de café que são os habitantes com maior destaque na região.

Esta paisagem cultural se fortaleceu a partir de uma rede institucional criada há mais de oito décadas pela Federação Colombiana de Cafeicultores (UNESCO, 2011), responsável por fornecer bens e serviços públicos para a maioria dos produtores de café na Colômbia.

Uma das práticas de gestão está ligada ao acesso à investigação, desenvolvimento e transferência de conhecimento, controle de qualidade, investimento social nas comunidades produtoras de café, marca e estratégias de

[63](v) Constituir um exemplo excepcional de fixação humana ou de ocupação do território tradicionais representativos de uma cultura (ou de várias culturas), sobretudo quando o mesmo se torna vulnerável sob o efeito de mutações irreversíveis.
(vi) Estar direta ou materialmente associado a acontecimentos ou a tradições vivas, a ideias, a crenças, ou a obras artísticas e literárias com um significado universal excepcional.

vendas para agregar valor ao produto, à política de garantia de compra, empréstimos a baixos juros e outros serviços financeiros, dentre outros.

Figura 10– Paisagem cultural colombiana. Fonte: UNESCO, 2015.

.

Um plano de gestão detalhado com indicadores bem definidos de progresso é uma estratégia de gestão para medir a eficácia das iniciativas empreendidas. A inclusão da paisagem na lista do Patrimônio Mundial em 2011, respondeu às necessidades identificadas de um público diversificado e crescente para as atividades de conservação e gestão do patrimônio mundial.

No Canadá, a Paisagem do *Grand Pré* (Figura 11), situa-se ao sul da Nova Escócia, abrangendo sítios arqueológicos que constituem uma paisagem cultural que apresenta o testemunho de desenvolvimento da agricultura utilizando-se de diques e sistema de eclusas de madeira, iniciada pelos agricultores no século XVII e melhor desenvolvido por agricultores e habitantes atuais.

Com mais de 13 mil m², a paisagem cultural abrange extensão de terras baixas e elementos arqueológicos das cidades de Grand Pré e Hortonville. A paisagem é um exemplo de adaptação dos primeiros colonos europeus para as condições da costa americana do Atlântico Norte.

O Grand Pré e os vestígios das antigas aldeias constituem um testemunho de um esforço notável, ao longo de muitos séculos, com a utilização de técnica de plantio em terras baixas em uma localização marítima com marés extremas. Em particular, demonstra a permanência do seu sistema de drenagem hidráulica

utilizando diques e seu uso agrícola através de um sistema de gestão de base comunitária.

Figura 11– Paisagem cultural canadense. Fonte: UNESCO, 2015.

Ainda em relação à gestão, há um sistema de propriedade local que envolve uma série de entidades especializadas, públicas, como o *Federal Parks Canadá* ou organismos tradicionais, como o *Grand Pré Marsh,* que com a coordenação de diversas partes interessadas foi confirmado pela implementação de um Conselho de Manejo, responsável por um calendário de ações programadas para a gestão.

A paisagem cultural brasileira, na cidade do Rio de Janeiro, intitulada *Paisagens cariocas entre a montanha e o mar*, e objeto de análise desta pesquisa, é o único exemplar em área urbana (Figura 12).

Os principais pontos turísticos são destacados, a partir dos setores mais elevados das montanhas do Parque Nacional da Tijuca até o mar, incluindo o Jardim Botânico, o Corcovado com a estátua do Cristo Redentor e as colinas ao redor da Baía de Guanabara e extensas paisagens ao longo da orla de Copacabana, contribuem para estabelecer a forma de ocupação e uso da cidade, segundo descrição da UNESCO, desenvolvida ao ar livre, representada sobretudo pela música (bossa nova) e a convivência na praia e nos bares da cidade.

Em relação à gestão, destaca-se que os elementos constituintes desta paisagem não estão, de acordo com descrição da UNESCO, sob ameaça, embora a interface entre esses elementos naturais e da cidade construída seja

vulnerável às pressões urbanas, como por exemplo, os picos mais altos estão marcados por uma profusão de antenas de comunicação e a Lagoa Rodrigo de Freitas (na zona de amortecimento) e do mar estão sujeitos a um elevado grau de poluição das águas.

Figura 12– Paisagem cultural carioca. Fonte: UNESCO, 2015.

O Plano Diretor da cidade entrou em vigor em fevereiro de 2011, e nele se estabelece que a paisagem do Rio de Janeiro representa o ativo mais valioso da cidade e inclui princípios e diretrizes para agenciar o desenvolvimento sustentável como um meio para promover o desenvolvimento econômico, equidade social e preservação do meio ambiente e da paisagem; uso sustentável do meio ambiente, da paisagem e do patrimônio natural, cultural, histórico e arqueológico no desenvolvimento e gestão da cidade; e condicionamento da ocupação urbana para a preservação da identidade da cidade e paisagens culturais.

Foi criada uma comissão de gestão para coordenar o gerenciamento do sítio para desenvolver e entregar um Plano de Gestão para a paisagem cultural, maiores detalhes deste plano poderão ser verificados na Parte IV desta pesquisa.

A seguir tem-se o Quadro 17, comparativo dos critérios atendidos por estas três paisagens culturais, assim como dados referentes às zonas abrangidas e à área do sítio e zonas de amortecimento.

Paisagem Cultural	Critério V	Critério VI	Área/Zonas
Paisagem Cultural de Café da Colômbia	O CCLC é um exemplo de uso da terra, em que o esforço coletivo de várias gerações de famílias camponesas gerou práticas inovadoras de gestão de recursos naturais em condições geográficas difíceis. O foco na comunidade é forte na produção de café em todos os aspectos, produzindo uma identidade cultural importante, que encontra a sua expressão física nos padrões culturais e materiais utilizados para o cultivo de café, bem como os assentamentos urbanos.	A tradição do café é o símbolo mais representativo da cultura nacional na Colômbia, para o qual ganhou reconhecimento mundial. No CCLC esta cultura do café levou a ricas manifestações tangíveis e intangíveis no território, com um legado único, mas não se limitando, a integração harmoniosa do processo produtivo na organização social e tipologia de habitação, associado a tradições e costumes locais, tais como o *aguadeñosombrero* - um tipo tradicional de chapéu.	Total de 06 zonas Sítio 1.411,200m² Zona de amortecimento: 20.700,000 m²
Paisagem do Grand Pré	A paisagem cultural do Grand Pré é um testemunho de uma agricultura tradicional criada no século 17 pelos acadianos, numa zona costeira com marés que estão entre as mais altas do mundo. O uso das terras baixas utilizando técnicas tradicionais de diques e uma rede de drenagem, bem como um sistema de gestão com base na comunidade ainda em uso hoje. O rico solo aluvial permitiu o desenvolvimento agrícola contínuo e sustentável.	Grand Pré é o lugar emblemático da lembrança da diáspora Acadian, dispersos pela região na segunda metade do século 18. Sua paisagem de terras baixas e vestígios arqueológicos são testemunho de valores de uma cultura de pioneiros capazes de criar seu próprio território, e, da harmonia com os povos nativos Mi'kmaq.	Sítio 13.230m² Zona de amortecimento:58.650m²
Rio de Janeiro: Paisagens cariocas entre a montanha eo mar	O desenvolvimento da cidade do Rio de Janeiro foi moldado por uma criativa fusão entre natureza e cultura. Esse intercâmbio não é o resultado de processos tradicionais persistentes, mas sim reflete um intercâmbio baseado em ideias científicas, ambientais e de design que constituíram uma paisagem com criações inovadoras em grande escala. Estes processos criaram uma paisagem urbana de grande beleza, descrita por muitos escritores e viajantes e que moldou a cultura da cidade.	A paisagem do Rio de Janeiro forneceu a inspiração para muitas formas de arte, literatura, poesia e música. Imagens do Rio, que mostram a baía, Pão de Açúcar e estátua do Cristo Redentor são reconhecidas no mundo inteiro.	Total de 04 zonas Sítio: 72.490m² Zona de amortecimento:86.210m²

Quadro 17– Paisagens cultural do Brasil, Colômbia e Canadá. Fonte: UNESCO, 2015. Organização Kelly C. Melo, 2015.

3.6 Paisagens que não são culturais – Buenos Aires, o que não deu certo?

Em relação a Buenos Aires, cidade que também candidatou-se ao título de paisagem cultural em 2004, consideramos relevante abordar alguns aspectos dessa candidatura, comparativamente com o caso do Rio de Janeiro, conhecer o documento apresentado e compreender o por que da negativa do comitê avaliador da UNESCO.

A cidade argentina foi a primeira grande metrópole sul-americana, tendo ultrapassado em 1940 o número de dois milhões e meio de habitantes, contra 1,8 milhão do Rio de Janeiro e 1,3 milhão de São Paulo, na mesma época (COGGIOLA, 1997), sua fundação se deu pela primeira vez em 1536 e pela segunda e definitiva vez em 1580.

A Argentina é um país de múltiplas e variadas paisagens, formando um patrimônio que nem sempre é reconhecido por sua população (SKYVARCA; SCHILLER, 2010).

Institucionalmente reconhecida pela UNESCO, apenas a Quebrada de Humahuaca faz parte da Lista do Patrimônio Mundial sob o título de paisagem cultural desde 2003. Sendo uma das mais importantes rotas culturais do caminho inca e durante os últimos 10.000 anos foi utilizada para o transporte de pessoas desde os Andes até o norte da América do Sul. Possui vestígios de ocupações pré-históricas de caçadores-coletores da época do império Inca, séculos XV a XVI e das lutas de independência dos séculos XIX e XX (UNESCO, 2003).

O vale da Quebrada de Humahuaca reflete a forma em que sua posição estratégica tem colocado em perigo os assentamentos, a agricultura e o comércio (SKYVARCA; SCHILLER, 2010).

Uma cidade como paisagem cultural não havia ainda sido representada, no momento da candidatura de Buenos Aires (VIÑUALES, 2007), além disso, a América Latina não estava bem representada, com apenas três reconhecimentos até então, diante de um universo de 45 declarações de reconhecimento. Neste mesmo momento, tivemos a candidatura da cidade carioca e na ocasião foi recomendado pela UNESCO que a candidatura do Rio de Janeiro fosse reformulada, adotando-se a categoria de paisagem cultural.

A UNESCO não havia considerado nenhuma cidade como paisagem cultural, foi a partir de novos critérios que surgiram na valorização do patrimônio, um novo ponto de vista, que permitiu alterar a perspectiva de valorar o patrimônio urbano.

Segundo Coelho (2011) a paisagem em suas múltiplas possibilidades de enfoque permite um olhar para a cidade que integra diversos aspectos sobre a relação entre a sociedade e a natureza, expressando momentos diferentes de interação entre cultura e espaço, é um fenômeno visível que está no centro de um conflito entre o objetivo e subjetivo.

O que Tuan (1980) coloca como uma imagem integrada, constituída pela mente e pelos sentidos, é, assim, o lugar que o sujeito vive ou frequenta e, portanto, pode ser muito significativo para ele, mas para outras pessoas pode não ter importância alguma. A cidade se apresenta muito desta forma, como algo que desperta paixões ou repulsas muito intensas, assim, tanto em um quanto em outro caso, é interessante verificar quais são os símbolos e elementos que, inseridos no contexto urbano, têm significados que identifiquem aquelas pessoas e componham em sua memória parte de sua própria historia e seus valores.

O dossiê apresentado à UNESCO pleiteando a declaração da cidade portenha como patrimônio sob a categoria paisagem cultural comparou, conforme instruções da instituição, Buenos Aires a Liverpool (Inglaterra), Budapeste (Hungria), Paris (França) e Sydney (Austrália), afirmando que a cidade, assim como TelAviv (Israel) inclusive, apresentava concentração urbana do estilo internacional contemporâneo.

O ICOMOS levantou que a comparação demonstrava dificuldade em determinar exatamente como Buenos Aires demonstrava um valor universal especial como paisagem cultural, incluindo queixas sobre a demolição dos edifícios de valor histórico na cidade e, portanto, a dificuldade do poder público em proteger estes bens, entendendo que não havia garantias que prédios dos séculos XIX e XX seriam preservados. Além disso, diante da proposta o ICOMOS considerou em seus apontamentos não uma paisagem com valor universal, mas locais pontuais, edifícios individuais.

De acordo com o documento apresentado, a proposta da paisagem cultural portenha formava um polígono que abrange desde o bairro de La Boca a Palermo (Figura 12), totalizando 5126 ha.

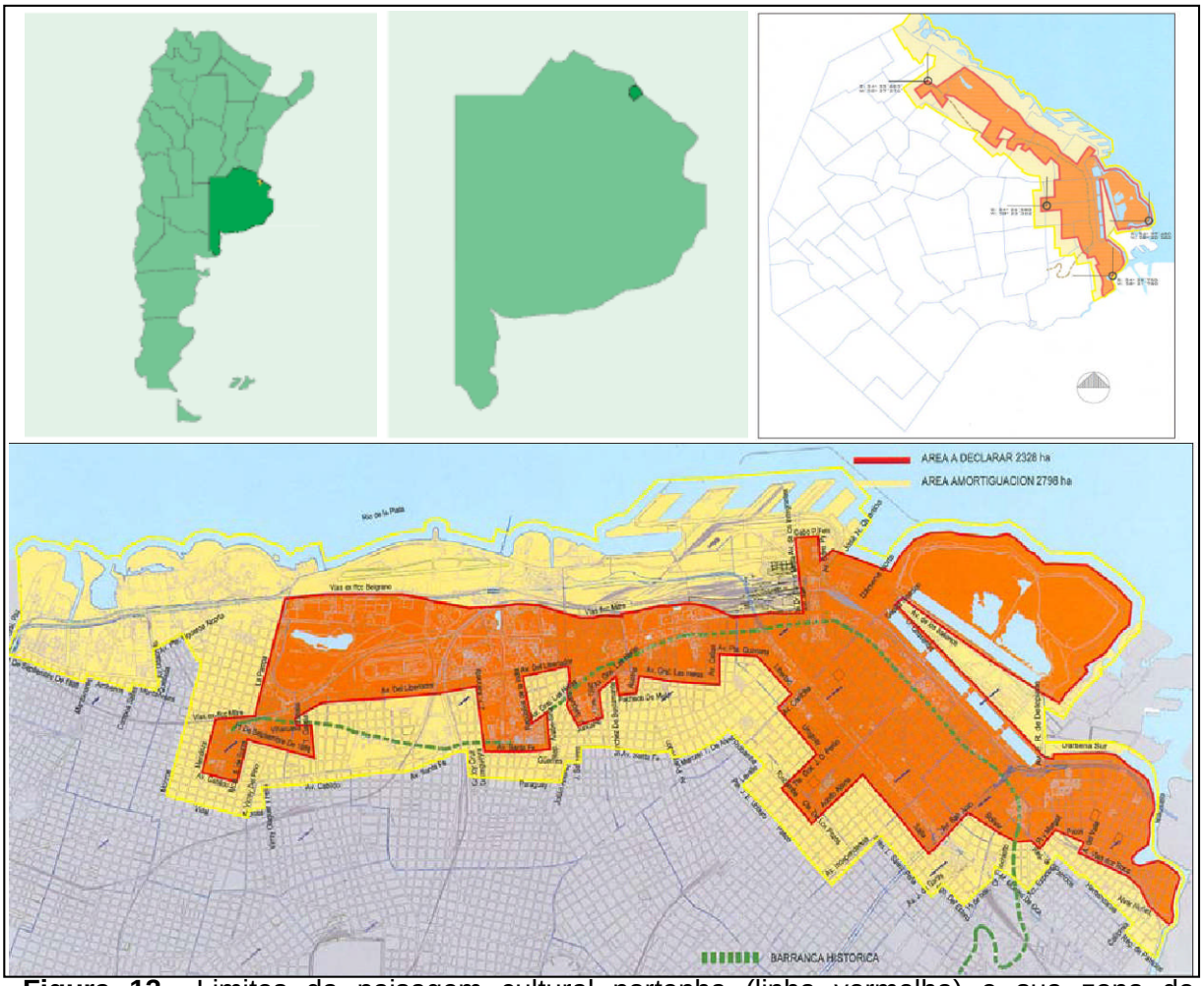


Figura 13– Limites da paisagem cultural portenha (linha vermelha) e sua zona de amortecimento (*buffer* amarelo). Fonte: Buenos Aires, 2005.

Em 2004 o governo portenho incentivou estudos para desenvolver a proposta de inclusão de Buenos Aires como Patrimônio da Humanidade; por considerá-la fora dos padrões presentes no que até então era reconhecido por este título da UNESCO, decidiu-se pela ideia de candidatar-se sob a designação de paisagem cultural, uma vez que a própria UNESCO propõe esta categoria de patrimônio em casos de paisagens e sítios de maior complexidade, mesmo que a princípio voltado a áreas rurais e não a centros urbanos, assim como em áreas com interesse arqueológico, ambiental e/ou natural.

A paisagem da cidade foi setorizada em nove áreas, inseridas na integração entre a parte terrestre e parte fluvial, indispensáveis para a leitura da paisagem ali configurada, conforme apresentadas a seguir (Quadro 18):

Setor	Características principais
La Boca	Área sul da cidade, com forte presença italiana, formado a partir do porto natural existente. Trabalhadores ligados a atividade portuária foram os primeiros a ocupar a área, com suas práticas construtivas e modos de se prevenir das frequentes inundações. Nas últimas décadas, o bairro se transformou em centro turístico, atraindo grande parte dos visitantes de Buenos Aires.
San Telmo	Um pouco mais a norte de La Boca. Tradicional bairro com construções históricas, áreas verdes. Outrora fora ocupada por população de alta classe, até final do século XIX. O Museu Histórico Nacional está neste setor, assim como a Igreja Ortodoxa Russa, igrejas dinamarquesa e sueca, determinando deu caráter de diversidade cultural.
Eje Cívico Plaza de Mayo-Congreso y AreasAledañas deImportancia	O centro deste setor se dá pela Plaza delMayo, Este setor foi palco de manifestações importantes para o país, como a declaração da independência. Ainda hoje a praça está cercada por sedes do poder público, igrejas e instituições financeiras.
Puerto Madero y CostaneraSur	A construção do Puerto Madero transformou a área costeira em uma paisagem definida como cultural, com diques, gruas, barcos, sítios, ferrovias, etc, Tem-se ainda a proximidade com a Reserva Ecológica e os parques costeiros da Costanera Sur, permitindo a contemplação do rio e sua integração com a cidade.
Reserva Ecologica	La Reserva Ecológica Costanera Sur apresenta-se como espaço verde de intersecção do meio urbano, a planície e o rio. O uso público da área e facilidade de acessos a partir dela também são pontos de destaque deste setor.
Zona Plaza San Martín	Este setor, composto também pela estão Retiro configura-se como uma área distinta das demais, há ali uma ruptura do traçado devido a configuração do terreno, que eleva parte da barranca em sentido norte.
Recoleta y Avenida Alvear	Este setor apresenta mansões que se estendem ao norte da Plaza San Martin até a Avenida Alvear. Originalmente uma área de sítios e chácaras, ali implantaram-se mansões de famílias abastadas. Construções de destaque arquitetônico e paisagístico mantém boa parte das construções preservadas. O bairro La Recoleta, antiga parada de viajantes, se configura hoje em um centro cultural e turístico importante na cidade de Buenos Aires.
Parques de Palermo	Este setor compõe-se de espaços verdes, com praças e parques comparados a áreas como o High Park de Londres ou Bois de Boulogne, em Paris.
Belgrano	Belgrano é um enclave que delimita a parte norte da paisagem cultural proposta. Antes de ser um bairro, era uma cidade independente de Buenos Aires. Com muitas construções importantes e praças. Área de concentração de imigrantes europeus, atualmente concentra a imigração chinesa e coreana, como é o caso do bairro chino de Belgrano.
Zona de amortiguación	Este setor possui também itens de importância natural e cultural, entretanto, de modo disperso, por isso mesmo, convertida em zona de amortecimento.

Quadro 18– Divisão dos setores da paisagem cultural de Buenos Aires. Fonte: Buenos Aires, 2005. Fonte: Buenos Aires, 2005.

De acordo com o documento, a cidade mantém uma relação particular com o Rio da Prata desde a sua fundação, o que permite uma especificidade cultural que a distingue de outras cidades costeiras, assim como apresenta uma relação entre a natureza e a cultura o que fundamenta a proposta de reconhecimento.

Segundo as recomendações para candidatura designadas pela UNESCO, no artigo 36 há a indicação da necessidade da paisagem em questão ser uma obra conjunta do homem e da natureza, assim, o documento portenho apresenta o Rio da Prata como definidor de parte da ocupação, da vocação portuária da cidade e importante condicionante da economia, chegada de imigrantes; outro elemento natural, a planície pampeana permitiu a ocupação e concentração de construções históricas na cidade.

A localização da cidade partiu da junção, na linha costeira, de um porto natural, uma barranca elevada, protegendo-a de inundações e ao mesmo tempo permitindo o acesso à água, assim como esta mesma localização protegia os barcos frágeis que se movimentavam no porto que se formava.

Buenos Aires apresenta ainda em seu dossiê a evolução da sociedade ao longo dos anos, outra característica presente nas recomendações da UNESCO, incluindo as vantagens e desvantagens do uso do sítio natural para esta evolução (VIÑUALES, 2007).

Parte desta evolução deve-se à imigração massiva entre os séculos XIX e XX, configurando uma sociedade integradora de toda a diversidade existente. As desvantagens seriam apresentadas como fator motivacional para requalificar o espaço moldando-o para a ocupação, mesmo que lidando com inundações do Rio da Prata e os fenômenos climáticos ali atuantes, assim a obra humana se apresenta permitindo a ocupação de áreas como o bairro de La Boca del Riachuelo.

A imigração se apresenta como um fenômeno de fundamental importância para definir o caráter portenho e sua diversidade cultural e urbana. De acordo com censos nacionais, em 1869 a população total era de 1.830.214 habitantes, já em 1895 a população era de 3.956.060 habitantes, mostrando que o ingresso de habitantes por ano era na ordem de 81.000. Entre o período de 1914 e 1930 a média anual foi de 223.000, até alcançar um total de 11.452.374 habitantes (BUENOS AIRES, 2005).

A população em crescimento no centro urbano costeiro determinou seu cosmopolitismo e também o rápido crescimento da capital, a população se configurou a partir desta entrada massiva de imigrantes nas últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX, dando caráter heterogêneo e integrador da diversidade cultural portenha. No Quadro 19 a seguir, pode-se observar a distribuição das nacionalidades dos imigrantes que chegaram à Argentina, nos anos de 1869 e 1881.

AÑO	1869	1881
Italianos	18.729	57.128
Españoles	14.636	33.692
Franceses	13.739	20.738
Ingleses	5.971	9.089
Alemanes	1.153	1.479
Suizos	989	1.696
Otras nacionalidades	7.778	9.571
ARGENTINOS	254.205	393.482
TOTAL	317.200	526.875

Quadro 19 – Distribuição das nacionalidades na cidade de Buenos Aires, 1869-1881. Buenos Aires, 2005.

Também como prerrogativa da UNESCO existe a necessidade de existir um valor universal excepcional, que em Buenos Aires, segundo documento da candidatura, se manifestou pela articulação das manifestações da natureza como o rio e sua planície, o traçado da ocupação a partir das possibilidades do sítio, a centralidade das funções da cidade a partir da Plaza Mayor. Assim, os processos de integração arquitetônica carregaram os traços das construções europeias, sobretudo do século XIX, com a formação de grandes avenidas, de uma grande reserva ambiental próxima ao centro da cidade, esta combinação já garantiria o caráter de excepcionalidade, outra exigência das recomendações da UNESCO.

Ainda atendendo às recomendações, tentou-se mostrar como a cidade tem seu valor universal relacionado com a capacidade de integrar diversidades culturais, articulando formas de expressão cultural reconhecidas universalmente, tal como o tango, a literatura, a densidade de atividades culturais e modos de vida

variados e expressivos resultado das diferentes vertentes étnicas que ali se encontraram.

De acordo com Viñuales (2007) a UNESCO não valoriza as cidades latino-americanas do século XIX, e Buenos Aires seria um testemunho de uma cidade consolidada no período de formação das nacionalidades sul-americanas.

No documento de candidatura, apresenta-se como destaque, o fato da cidade ser a capital do país, seu valor desde o século XIX como expressão da cultura e do progresso, reconhecida universalmente por sua singularidade na conexão entre a cidade, sua paisagem natural e suas manifestações culturais.

Buenos Aires apareceria, portanto, como a melhor expressão do desenvolvimento de uma cidade americana, com seus elementos patrimoniais da arquitetura e do urbanismo, que se evidenciam pelas relações entre a natureza, sobretudo a planície e os pampas e a construção da cidade neste ambiente.

Em relação ao artigo 37 referente às recomendações da UNESCO e que diz sobre a necessidade da paisagem cultural conter uma grande quantidade de manifestações de interação entre homem e seu entorno natural, o documento de candidatura evidenciou o fato de que a cidade se configura como manifestação urbana, sem características rurais, mas que durante vários séculos sua economia se baseou na articulação entre os modos de produção agrícola e pecuário.

Esta visão da paisagem cultural a partir de um centro urbano e não um sítio rural é uma das possibilidades que a UNESCO exploraria para casos em que a atividade do patrimônio cultural tangível e intangível serve de elemento de conexão entre a natureza e a obra humana.

No artigo 38, que versa sobre a importância das paisagens refletirem técnicas concretas de utilização das terras, aproveitando suas características e os limites do entorno natural, tem-se, no caso de Buenos Aires, que desde a primeira metade do século XX a cidade foi sendo construída aproveitando as condições naturais do Rio da Prata, a formação da Costanera Sur como balneário e a Costanera Norte como lugar de recreação, gerando assim diversas formas de valorização destes espaços naturais.

Neste contexto a Reserva Ecológica ali criada confere um aporte singular, que junto com programas municipais da cidade e do rio e obras de recuperação da Costanera Sur marcam o avançado nas melhorias e também ações ligadas ao saneamento.

De acordo com o documento de candidatura, Buenos Aires atende às categorias apresentadas pela UNESCO como necessárias ao reconhecimento da paisagem cultural, a cidade seria uma construção cultural com uma paisagem natural moldada pelo homem, a linha de costa e a organização de grandes espaços verdes. Levantou-se ainda como destaque a semelhança do parque de Palermo com o Central Park de Nova York, com traços do paisagista francês Carlos Thays.

A cidade, de acordo com o governo portenho que é responsável pelo dossiê apresentado, apresenta mais de 50% da área urbana como merecedora do reconhecimento de paisagem cultural composta por espaços verdes de uso público.

Sobre o artigo 40 do instrumento da UNESCO, que fala da extensão da paisagem cultural que se inscreva na lista do Patrimônio Mundial delimitada por sua funcionalidade e intangibilidade foi exposto que a área apresentada contempla o rio e os processos de urbanização que evoluíram historicamente. Assim como elementos do patrimônio urbano e arquitetônico que estão tutelados pelo poder público local, como Áreas de Proteção Histórica (APH), os Monumentos Históricos Nacionais e os edifícios catalogados pelo governo municipal. Incluindo centros de atividade cultural e social que intermediariam a integração entre o meio natural e cultural.

Foram adotados critérios de continuidade geográfica e de formação de um espaço que testemunharia um conjunto de valores e potencializaria a criação de outros itinerários, permitindo diversas leituras da paisagem cultural de Buenos Aires.

Uma das contrapartidas exigidas pela UNESCO no processo de reconhecimento são os critérios gerais para conservação e gestão, expostos no artigo 41, apresentadas em relação às aplicações específicas de proteção ao patrimônio cultural e natural (APH, Área de Centro Histórico, Legislação Ambiental), instrumentos já em uso na cidade portenha.

Segundo Viñuales (2007) Buenos Aires se diferencia de outras cidades do continente americano, por mostrar uma arquitetura de qualidade correspondente às últimas décadas do século XIX e início do século XX, a cidade seria um exemplo de cidade cosmopolita, por seu intercâmbio de influências,sobretudo com cidades europeias como Paris e Londres.

Algumas obras arquitetônicas como o Palácio de las Aguas Corrientes ou o primeiro trem subterrâneo, de 1913, constituem exemplos de uma paisagem que ilustra períodos significativos da história humana, agregando conjunto arquitetônico e tecnológico da paisagem e isto poderia ser caracterizado, segundo o documento de candidatura, como universal.

A proposta elaborada pelo grupo de consultores contratados pelo governo da cidade e que por este foi corroborada, se concentrou na necessidade de ter uma visão abrangente sobre o conceito patrimonial de Buenos Aires, ponderando a valorização atual da cidade em termos de aceitar os processos históricos com pontos positivos e negativos, a construção de uma sociedade heterogênea, o traçado urbano como um elemento importante de integração dos contextos naturais e de construção humana, as transformações e os modos de vida, perfazendo um ambiente dinâmico.

Outros aspectos da cidade foram colocados em evidência, a vida urbana, a capacidade de inovação, a oferta cultural, a dinâmica cultural, assim, a identificação com o patrimônio intangível como a música e a literatura daria destaque à cidade.

De acordo com o dossiê, o grande protagonista cultural da vida da cidade e talvez a maior contribuição de Buenos Aires à cultura popular universal foi o tango; nascido na década de 1880, caracterizado como música de prostíbulos (chamados de quilombos em Buenos Aires), traduziria "*o sentimento triste que se dança*", sobretudo tristeza urbana da perspectiva perdida no meio da opulente cidade criada pelo porto, o mesmo em torno do qual florescia a miséria, dos bairros periféricos como Boca, Corrales Velhos, Miserere, Baixo Belgrano e Palermo.

A interação da paisagem natural e cultural nem sempre foi algo fundamental no processo histórico e a cidade urbanizou o rio criando seu meio urbano, entretanto, gerou uma reserva ecológica que testemunha hoje uma paisagem próxima do que foi um dia o ecossistema no qual se fundou a cidade, seria este um claro processo de culturalização da paisagem (VIÑUALES, 2007).

Outro ponto de destaque pode ser dado ao porto, que hoje apresenta 140 mil m², arquitetura inglesa, quatro barragens enfileiradas, silos e guindastes originais do século passado, uma das maiores construções deste tipo no mundo e símbolo da fase agroexportadora da Argentina (JURADO, 2014).

O porto data de 1882, construído para dar conta de receber navios de grande calado no Rio da Prata, a construção iniciou em 1887 e ainda em 1900 construíam-se depósitos. Na primeira década de 1900, o porto tornou-se obsoleto devido ao aumento do tamanho dos navios e novamente iniciaram-se construções da área portuária. O novo porto foi inaugurado em 1919 e ainda hoje está ativo.

Sem uso o antigo Puerto Madero entrou em declínio e tornou-se uma área deteriorada, com terrenos baldios com instalações abandonadas que bloquearam o relacionamento de Buenos Aires com o Rio da Prata (JURADO, 2014). Sua nova história iniciou-se em 1989 quando foi assinado um ato de constituição entre o governo da cidade e uma sociedade anônima chamada Corporação Antigo Puerto Madero Sociedade Anônima, cujo objetivo era a urbanização da área.

Segundo Jurado (2014) a localização da área foi a chave para o sucesso do empreendimento, muito próximo do chamado micro centro de Buenos Aires, a conversão do antigo porto estenderia um efeito positivo aos setores marginais do bairro que concentra o maior poder comercial, administrativo e simbólico do país.

A população pedia que o porto gerasse áreas verdes, não que a cidade não as tenha, mas são mal distribuídas e a ideia era também ampliar o espaço público. Em relação às áreas verdes o projeto estabelecia que o passeio marítimo do sul poderia ser ampliado em até 160 metros, que seriam restaurados e seria formado um canal entre ele e a Reserva Ecológica, o projeto recebeu inúmeras críticas, mas após muita discussão e estratégias de valorização das imediações, como a venda de galpões próximos aos diques e a realização de eventos que atraíssem público para a área, ela foi concluída.

No início da década de 1990 poucos confiavam no sucesso imobiliário de Puerto Madero e além do mercado imobiliário a área se tornou centro de atração de investimentos e turismo (JURADO, 2014).

Entretanto, existe uma fraca ligação com o resto da cidade, conexão feita por quatro pontes viárias e uma de pedestre, enfatizou seu isolamento social e simbólico e é um exemplo extremo de segregação cultural e socioeconômica. Segundo Jurado (2014) Puerto Madero oferece um retrato fascinante, uma solução ilusória que exclui os conflitos urbanos para se oferecer como utopia, mas o perigo é supor que a área vá resolver os desafios da cidade nos dias atuais.

A experiência do porto argentino demonstra a conveniência de se levar em conta o valor dos terrenos públicos o que aumenta a capacidade de ação do

Estado para desencadear um processo de transformação de maior profundidade, a ideia de que um projeto pode ser o detonador de outros processos está, nesse caso, confirmada, a valorização excessiva dos terrenos é capaz de induzir a processos de exclusão ou substituição da população, distorcendo o cotidiano de uma cidade democrática (GARAY, 2014).

A UNESCO recomenda ainda que sejam feitas análises com outras candidaturas, servindo como parâmetro para a avaliação do Valor Universal Excepcional. Buenos Aires foi a primeira metrópole que se candidatou a Patrimônio Mundial como paisagem cultural.

Além do atendimento às orientações do guia de UNESCO, de acordo com os autores, a paisagem cultural de Buenos Aires se enquadraria nos critérios ii, iv e vi.

> De acordo com o critério ii, há no sítio proposto o valor universal excepcional, próprio de monumentos, diferenciando a cidade portenha das demais do continente sul-americano. Em relação ao critério iv, este seria atendido em decorrência da cidade possuir através de sua implantação o desenho decorrente dos materiais e tecnologias usadas ao longo do tempo, respondendo em cada momento as necessidades materiais e simbólicas da sociedade portenha, indicativas de vários períodos históricos. Por fim, o critério vi seria atendido por ser a cidade centro cultural, com manifestações e tradições que mantém vivas a cultura local de significativo universal excepcional.

A área apresentada como paisagem cultural, com seus setores e zona de amortecimento, pode ser fragmentada em referências patrimoniais distintas e em diferentes escalas: os sítios, os monumentos e as unidades paisagísticas.

Os monumentos históricos e arquitetônicos estão sob a tutela da *Comisión Nacional de Museos y de Monumentos y Lugares Históricos* (CNMMyLH). Ainda em relação à proteção e preservação, reconhece-se no dossiê certa dificuldade em gerenciar tais instrumentos e ações, porque, dentre outras causas, o patrimônio ainda é visto de modo fragmentado, em cultural e natural, dificultando uma gestão mais integrada e abrangente.

O crescimento urbano também é colocado como um entrave às iniciativas de proteção e preservação dos bens patrimoniais, assim como os problemas decorrentes do contexto econômico desfavorável que assola a Argentina há mais de uma década. A especulação imobiliária também é citada como dificultadora do

processo de gestão das áreas inseridas no perímetro da paisagem cultural portenha, além de processos de poluição e contaminação do ambiente natural, que comprometem a qualidade do ambiente e também a atividade turística é apontada como atividade geradora de risco a área.

Na justificativa que compõe o documento, diz-se que a declaração da paisagem cultural tornará possível conservar o passado evidenciado em diversos setores da cidade e que caracterizam de modo importante os valores e significados da cidade portenha, assim como permitirá o desenvolvimento projetado para o futuro, por meio de uma conservação integrada, articulando mecanismos de gestão institucional com todos os atores envolvidos e vinculados ao patrimônio.

Em relação à gestão da paisagem cultural proposta, o dossiê apresentou inúmeros instrumentos de iniciativa pública, nacionais e municipais já existentes, assim como iniciativas público-privadas que atuam sobre os bens patrimoniais inseridos na paisagem cultural, e que buscam resguardar os bens materiais e também imateriais, que compõem o sítio.

Ribeiro e Azevedo (2010) alegam que devido a essas dificuldades e restrições de paisagem cultural e associadas a populações tradicionais é que sítios urbanos têm encontrado dificuldade de inscrição nessa categoria, como pode ser verificado com a negativa da solicitação de inscrição de Buenos Aires.

PARTE IV

PAISAGEM CULTURAL DO RIO DE JANEIRO

Paisagens cariocas entre o mar e a montanha

“Estranho o teu Cristo, Rio
Que olha tão longe, além
Com os braços sempre abertos
Mas sem proteger ninguém”

Um trem para as estrelas, Cazuza/Gilberto Gil, 1988

4.1 Evolução da paisagem do Rio de Janeiro – aspectos históricos

Nas partes iniciais desta pesquisa, fala-se um pouco sobre a polêmica em torno da data da criação da cidade do Rio de Janeiro e a percepção de que aí já é possível observar uma necessidade de dar *status* de solenidade à data e local de fundação da cidade, se 1565 ou 1567, se Mem de Sá ou Estácio de Sá e ainda, se morro Cara de Cão ou morro do Castelo. Efetivamente, pouca importância há nesta discussão, a não ser pelas inúmeras iniciativas de moldá-la de acordo com os anseios de torná-la uma referência para o país.

Antes da chegada da corte portuguesa a cidade estava limitada por quatro morros: Santo Antônio, Castelo, São Bento e Conceição, todos na região do centro da cidade, margeados pela Baía da Guanabara (COSTA, 2015), a chegada da Família Real, em 1808, e a posterior Independência do país, em 1822, permitiram um maior dinamismo à cidade, assim como o posterior ciclo do café. Em relação à sua população, até meados de 1870 era representada por escravos, trabalhadores livres de baixa renda, imigrantes, uma aristocracia dirigente e fazendeiros do café (ABREU, 2010).

Neste momento, após 1808, a cidade teve suas funções ampliadas, passou a abrigar antigas e novas dimensões socioculturais, que resultaram em traços bastante marcantes e que construíram as bases de sua referência cultural. Antes mesmo de sua função de capital, a cidade já desempenhava papel de centro mercantil com um espaço urbano com circulação não só de mercadorias, Aleixo e Batholo (2015) falam da existência de duas cidades que ocupavam o mesmo espaço, sendo uma que recepcionou o europeu e seus valores e outra que incorporou as tradições da cidade desde sua fundação e combinou as culturas africanas e indígenas, mesmo que esta tenha permanecido por muito tempo à margem do circuito europeu.

Em relação à sua ocupação e o modo pelo qual a população pôde se organizar, desde a fundação até meados do século XX, a presença de moradias precárias destacou-se, com vias estreitas, mal iluminadas, sujas e a grande quantidade de cortiços foi uma realidade, incluindo a proliferação de doenças como malária, peste bubônica e varíola (MOLINA, 2013); mas como a capital do país poderia caracterizar-se por elementos tão negativos?

Por desempenhar a função de capital, deveria exercer sobre o restante do território uma força simbólica e estética que além de um papel moral e civilizador, teria que desempenhar um papel de difusão de condutas e modos de agir (RODRIGUES, 2015), assim, mudanças eram urgentes e necessárias na cidade “rainha das províncias”.

Outro fator importante dentro deste contexto de ocupação e organização do espaço na cidade do Rio de Janeiro no século XIX é a abolição, em 1888, que trouxe aspectos interessantes no cotidiano da cidade, que assume-se como exemplo para os hábitos civilizatórios que penetram no interior, buscando levar a “modernidade” para todos os cantos do país.

De 1821 a 1838 a população do Rio de Janeiro aumentou em 22% (ABREU, 1987). O recenseamento de 1849, por sua vez, revelou que as freguesias centrais já somavam 205.906 habitantes, sendo 116.319 pessoas livres, 10.732 libertas, e 78.855 escravas. Embora úteis para ilustrar a expressividade do crescimento demográfico, esses dados não conseguem revelar toda a complexidade que revestiu o processo de transformação da cidade nesse período. Isto porque o crescimento da população foi acompanhado da transformação da paisagem urbana, rapidamente alterada pela mobilidade das classes mais abastadas e pela materialização, na Corte, de grande parte da riqueza que tinha origem no campo.

As transformações tiveram início ainda no segundo quartel do século XIX. A expansão da malha urbana, por exemplo, acelerou-se pela ação de uma pequena, mas abastada parcela da população que, desejosa de abandonar um centro urbano cada vez mais denso, começou a se transferir para chácaras e sítios localizados na periferia imediata da cidade, especialmente no Catete, em Laranjeiras em Botafogo, em São Cristóvão e no Engenho Velho (ABREU, 1987).

Seguindo seus passos, surgiram, logo a seguir, as primeiras empresas de transporte coletivo urbano que, a partir de 1839, passaram a ligar regularmente essas cercanias à área central. Companhias de navegação a vapor foram também organizadas, e estabeleceram, a partir de 1843, linhas regulares de transporte entre Botafogo e São Cristóvão e o centro da cidade. Para os que não tinham a opção de residir nesses novos subúrbios, restou a opção de permanecer na densa área central (ABREU, 1987).

Segundo Machado (2002) entre as primeiras intervenções urbanísticas visando melhorias paisagísticas no Rio está a construção do Passeio Público, no século XVIII que determinou ações de modernização da cidade e a construção dos jardins seguindo o padrão europeu na segunda metade do século XIX.

A expansão urbana do Rio de Janeiro inicia-se em meados do século XIX com a inauguração, em 1858, do primeiro trecho da Estrada de Ferro Dom Pedro II, hoje Central do Brasil e com a implantação, em 1868, das primeiras linhas de bonde de tração animal, fazendo com que áreas suburbanas na zona norte, em direção a Baixada Fluminense e a zona sul fossem ocupadas, a primeira por população de baixa renda seguindo o eixo da ferrovia e a segunda por classes de maior renda que deslocaram-se do centro em direção à orla marítima, para o Catete, Botafogo, Glória e Copacabana, este seria o início de uma clara separação entre os grupos sociais e o crescimento físico de expansão dos limites da cidade.

Neste movimento de expansão da ocupação e arranjo dos grupos sociais, havia algumas barreiras físicas como os morros, que não podiam, a princípio, ser vencidos, então o crescimento seguiu o rumo da orla na estreita faixa entre os maciços rochosos e a baía da Guanabara. Entretanto, logo o desmonte dos morros foi iniciado e a criação de túneis para ligar setores da cidade teve início, as barreiras naturais foram sendo vencidas em prol da expansão e do crescimento da cidade.

Esse processo de abertura de túneis e a instalação de novas linhas de bondes nos bairros atlânticos (COSTA, 2015), tornavam-se alvo de interesses do mercado imobiliário, incentivados pelo poder público, respaldados pelo discurso higienista e civilizatório (O'DONNELl, 2013) que buscava afastar as classes mais abastadas do cenário desprestigiado do centro.

Além das linhas de bondes e abertura de túneis, muitos incentivos foram dados como estímulo à ocupação da cidade, como os bairros da zona sul banhados pela baía: Gloria, Flamengo, Botafogo e a expansão da cidade e sua ocupação dependiam das relações tensas entre os projetos de cidade ideal civilizada, nos padrões europeus aqui idealizados e aqueles da natureza primitiva e selvagem (COSTA, 2015).

A industrialização começa a surgir na cidade na área central ao final do século XIX e logo é transferida para os subúrbios, no século XX. O bairro de São

Cristóvão, por exemplo, sofreu modificações neste período, deixando de ser o cenário que abrigou a família real para abrigar as indústrias que interessavam-se pela localização próxima aos eixos ferroviários, ao porto e ao centro da cidade (ABREU, 2010).

As indústrias eram, sobretudo, aquelas ligadas ao ramo têxtil, de calçados, bebidas e mobiliários. Importante ressaltar que o declínio da economia cafeeira também ocorreu no final do século XIX, impulsionando o adensamento populacional em função das instalações das indústrias. Abreu (2010) afirmou que se construía aí uma clara contraposição entre o trem/ subúrbios/ população de baixa renda e bonde/ zona sul/ estilo de vida moderno, fortalecendo a divisão social e territorial na cidade fluminense.

As iniciativas visando melhorias paisagísticas na cidade passaram a ocorrer no início do século XX, com planos urbanísticos, seguindo padrões europeus, sobretudo o francês, com a reforma urbana de Paris na década de 1860, realizada pelo Barão de Haussmann, como modelo a ser seguido, em busca da construção da “Paris dos Trópicos” (MOLINA, 2013), o Rio de Janeiro passa então a seguir o padrão de modernidade associado ao modelo europeu de civilização e desta forma tem-se nas reformas urbanas a prerrogativa de conhecer e ressaltar as qualidades singulares da cidade, o que é necessário porque boa parte das ideias de reformas deveria dialogar com a história, positiva ou negativamente e assim reconhecemos o desenrolar da história do Rio.

Em fins do século XIX intensificam-se as proibições de hortas e capinzais no centro urbano e produzem-se a ampliação das construções urbanas (RODRIGUES, 2015), buscando renegar as irregularidades arquitetônicas (BROCA, 1975 apud RODRIGUES, 2015) provocada pelos cortiços, estabelecendo-se, portanto, a sua proibição entre as “praças D. Pedro II e Onze de Junho, inclusive entre as ruas Riachuelo e Livramento”.

A cidade, diante desta necessidade de mudanças rumo a sua modernização, carecia de autonomia, necessária para dar andamento às modernizações da capital e em agosto de 1892 tal autonomia é definida e Barata Ribeiro é indicado como prefeito, dando início a mudanças na tentativa de estabelecer a vocação da moderna cidade (RODRIGUES, 2015). Neste momento ocorre a reforma da Praça XV, intensificando-se a vigilância sobre a higiene e o saneamento e, sobretudo, à repressão aos cortiços, um marco da sua

administração, cujo objetivo primordial era limpar a cidade dos vestígios do tempo colonial, afastando os pobres do centro.

A longa batalha da administração pública contra os cortiços do Rio é algo que se destaca em sua história e reconhece-se nela duas motivações principais: a cidade deveria ser gerida por critérios técnicos e científicos e também o processo de transformação aos olhos da elite local, das classes pobres em classes perigosas, associação que resultou no surgimento de uma “ideologia da higiene” segundo a qual as classes pobres teriam feroz elemento de contágio moral, pela proliferação de vícios e ociosidade e também físico pelo diagnóstico de que as moradias coletivas seriam focos de irradiação de epidemias (O’DONNELL, 2013).

Havia ainda muita resistência, como por exemplo nos transportes, onde certos setores da elite, como grupo de senhoras, que condenavam a inevitável mistura de “gente do povo” com “pessoas de hábitos educados” nos diminutos espaços dos bondes (O’DONNELL, op. cit.).

A atuação direta dos meios de transporte coletivos sobre a ampliação da cidade veio inevitavelmente acompanhada de um processo de redefinição dos padrões de acumulação do capital imobiliário, amparados pelo discurso higienista contra a insalubridade da região central, numerosos grupos empresariais buscavam por oportunidades de investimentos em novas regiões da cidade, assim, mais que reinventar a cartografia física e simbólica da cidade, os trilhos dos bondes acabaram por atuar na cristalização da dicotomia entre centro e periferia, no momento que em pleno crescimento urbano os espaços se convertiam também em mercadorias (O’DONNELL, op. cit.). os grupos sociais diferenciavam-se também espacialmente.

Em relação aos problemas de saúde pública e saneamento, em 1903 o presidente nomeou o médico sanitarista Oswaldo Cruz como chefe da Diretoria de Saúde Pública do Rio de Janeiro, com o objetivo de atuar frente às doenças que assolavam a cidade, destacando a febre amarela cuja contenção ganhou destaque internacional (MOLINA, 2013).

A ideia de ordem também estava vinculada ao embelezamento da cidade, demarcando com clareza os interesses políticos e econômicos, a tendência higienizadora dessas comunidades retrata bem a penetração do mundo civilizado e estabelece a unidade familiar como o instrumento de controle e de asseio (RODRIGUES, 2015).

Atentar para estes movimentos de ocupação e alteração da cidade, quer seja pelos planos de investimento, quer seja pelas disputas políticas dos traçados urbanos, colocou o litoral sul da cidade no mapa da capital permitindo compreender uma complexa rede de entrelaçamentos que nos evidencia a desconstrução da causalidade com que certos elementos são interligados.

Como símbolo primordial deste movimento que determinou características de ocupação do Rio, Copacabana se mostra como melhor exemplo. Em 1905 Copacabana entrava oficialmente no roteiro turístico do Rio de Janeiro, em guia da época constava: “bairro novo, contando já com considerável número de boas e bem construídas casas, sendo digno de visitas pelas belezas naturais que oferece”[64].

A introdução de inovações datando da primeira metade do século XX representa um período marcado por um processo de modernização atrelado a um movimento de europeização do espaço urbano carioca, por meio de intervenções urbanas de embelezamento da cidade, melhorias no sistema viário, expansão urbana, produção dos principais ícones da cidade com destaque para o Pão de Açúcar (1912), Cristo Redentor (1931) e Estádio do Maracanã (1950), o cenário do turismo e sua simbologia começavam a ser construídos (MACHADO, 2002).

A modernização, segundo Santos (2008), seria uma prática legitimada pela ideologia do crescimento, apoiada na produção de uma tecnoesfera, explicitada pela materialidade inscrita no território e de uma psicoesfera, atrelada ao plano das ideias, valores, discursos, imagens, com esta última atuando na criação de consensos visando à aceitação das mudanças, consideradas como “sinais da modernidade“.

Durante toda a primeira metade do século XX a cidade passou por intervenções urbanas, iniciadas com a operação “Bota-Abaixo” realizada pelo prefeito Francisco Pereira Passos, engenheiro nomeado pelo presidente Rodrigues Alves em 1902 (MOLINA, 2013). Este mesmo engenheiro foi o que conduziu, um pouco antes, em 1884, a construção da Estrada de Ferro do Corcovado.

A operação “Bota-Abaixo” ou ainda “Reforma de Pereira Passos”, com a motivação de tornar a cidade semelhante a uma capital europeia, realiza uma modificação radical no centro da cidade (NÓBREGA et al*,* 2010). A tal reforma,

[64] PESSOA, P. apud O’DONNELl, 2013. **Guia da cidade do Rio de Janeiro**. 1905.

consistia em grande parte, na demolição da área central, jardins foram construídos, ruas alargadas, avenidas no centro e na orla construídas, acessos para as zonas oeste e norte facilitados com a reestruturação do sistema viário, construção de túneis sob morros. Melhorias que também facilitaram o acesso para as áreas da zona sul, iniciando a estruturação dos bairros como Copacabana, Ipanema e Leblon. Tem-se neste momento a figura do automóvel que aliado ao rápido crescimento da cidade em direção a zona sul e ao uso dos bondes elétricos concentrou a população de renda mais elevada (ABREU, 2010).

Com esta mesma operação, tem-se a construção da Avenida Beira Mar e da Avenida Central, inauguradas em 1905. A primeira facilitou o acesso da zona sul ao centro da cidade e a segunda concentrou a instalação de edifícios como o Teatro Municipal, a Biblioteca Nacional, a Escola de Belas Artes, o Supremo Tribunal Federal e o Palácio Monroe.

No ano seguinte, 1906, tem-se a inauguração do Túnel do Leme e a construção da Avenida Atlântica, integrando Copacabana ao espaço urbano carioca, ainda neste ano foi inaugurado o novo Porto, após obras de modernização.

O poder público destacou-se neste contexto, produzindo um novo espaço carioca, ampliando as condições de reprodução do capital (MOLINA, op.cit.), garantindo o deslocamento da população pobre para áreas distantes do centro, zonas oeste e norte, e ampliando o cenário turístico e assim, novamente lembramos de Santos (2008) e da legitimidade da modernização.

Rodrigues (2015) nos diz que este período de reformas de Pereira Passos, demonstra uma luta entre tendências e interesses diferentes, sabendo de antemão que seus conteúdos já estavam presentes em ações e atitudes que remontam a década de 1870 quando os temas da abolição e da República se desenham com anseios civilizatórios mais concretos.

A cidade que abrigou a capital do Império e da República, sofreu muitas e contínuas interferências por ter sido utilizada como uma vitrine para o modelo de civilização desejada. Buscar estas referências no Rio, seria o que o Marquês dos Santos (SCHIAVO, 1997) classificou como uma tentativa de adentrar a história política e cultural do país e além disso a memória construída pelos agentes mais diversos.

As modificações inseridas no espaço urbano expandem a cidade e atendem a demanda dos setores dominantes da sociedade carioca, por outro lado não configuram nada que se pode denominar de plano organizado de reformas (RODRIGUES, 2015).

Segundo Abreu (2010) alguns aspectos importantes podem ser verificados nestas reformas ocorridas no início do século XX, dentre as quais as novas funções sociais que foram estabelecidas na cidade, eliminando-se antigas formas de convivência, a intervenção maciça do estado sobre o espaço urbano e as contradições reforçadas, na tentativa de eliminar as moradias populares, sobretudo os cortiços. Estas mesmas reformas urbanas, levaram a ocupação dos morros e encostas das áreas centrais, originando as favelas.

Para confirmar sua entrada na modernidade o país empreendeu em 1861 sua primeira Exposição Nacional e participou das seguintes Exposições Universais: Londres (1862), Paris (1867 e 1889), Viena (1873), Filadélfia (1876), Buenos Aires (1882), Chicago (1893) e Louisiana (1904). A seguinte Exposição Nacional ocorrida em 1908 no Rio de Janeiro levou a novas construções e relacionava-se com a produção do solo urbano na cidade (MOLINA, 2013).

Esta segunda exposição organizada pelo governo brasileiro, apoiado por associações comerciais, agrícolas e industriais, tinha como objetivo mostrar ao país e ao mundo a modernidade da cidade logo após as reformas empreendidas, a nova cidade Rio de Janeiro foi apresentada ao mundo como a “Paris dos Trópicos”.

A exposição durou três meses, de agosto a novembro e organizou-se em quatro seções: Agricultura, Indústria Pastoril, Indústrias e Artes Liberais. Utilizou-se espaço no bairro da Urca, abrangendo a antiga Praia da Saudade até a Praia Vermelha (área de cerca de 182.000 m²); esta escolha permitiu que o bairro da Urca, até então com baixa ocupação pudesse ser incluído no contexto da urbanização e de ligação entre os bairros da zona sul.

Neste contexto foi também dado incentivo à construção de hospedagens na cidade, por meio do decreto 1160 de 23 de dezembro de 1907 o então prefeito Sousa Aguiar isentou de todos os emolumentos e impostos municipais, por sete anos, os primeiros cinco hotéis que se instalassem na cidade (MACHADO, 2005).

Em 1909, com o fim da exposição foi concedido ao engenheiro Augusto Ferreira Ramos o direito para construção e exploração de um caminho aéreo da

Praia Vermelha até o Morro da Urca e, desse, até o Pão de Açúcar. Em 1912 inaugura-se o bonde suspenso por cabos aéreos.

Em 14 de junho de 1911 foi fundada a Companhia Caminho Aéreo do Pão de Açúcar (CCAPA) e a construção do teleférico urbano teve início. O trecho inicial do projeto, entre a praia da Vermelha e o morro da Urca, foi oficialmente inaugurado em 27 de outubro de 1912; a segunda parte do Caminho Aéreo, do Morro da Urca até o Pão de Açúcar foi inaugurada menos de um ano depois, em 18 de janeiro de 1913.

O trabalho de divulgação nacional e internacional da Exposição Internacional contribuiu para projetar a nova imagem da cidade, estampas e cartões-postais passaram a circular o mundo divulgando imagens do Rio de Janeiro, definindo a imagem também do país, as belezas naturais que já eram reconhecidas, ganharam os atrativos da modernidade (MACHADO, 2005).

Entre os anos de 1919 e 1922 o prefeito Carlos Sampaio dá continuidade às intervenções urbanas: o Passeio Público foi afastado da orla marítima, a Avenida Beira-Mar foi alargada, abriu-se a interligação do Flamengo à Botafogo, grandes obras foram feitas na área central e portuária da cidade, destaca-se o arrasamento do Morro do Castelo (MOLINA, 2013), situado junto à Avenida Rio Branco (antiga Central) que era habitado por população pobre, removida sob um discurso higienista e em nome do embelezamento da cidade (Figura 14). Esta foi a área escolhida para sediar a Exposição Internacional de 1922 na cidade, que marcaria também o centenário da Independência.

De acordo com Molina (op.cit.) as intervenções realizadas remetem a uma imagem hegemônica do espaço urbano, onde o belo e o geométrico se apresentavam como padrão estético dominante. Segundo Sant'Ana (2008) a cidade possuía em 1920, 1.157.873 habitantes e de cada 100 habitantes, 31 habitavam os subúrbios e 69 o centro da cidade.

Figura 14 – Desmonte do Monte Castelo. Fonte: Site Crônicas do Cotidiano[65].

O material retirado do Morro do Castelo foi utilizado para aterro das Praias de Santa Luzia e da Lapa, ampliando o espaço conquistado na região central, o avanço sob o mar na forma de aterro. Segundo Martins (1998, apud MOLINA, 2013) este aterro provocou a conquista de uma área útil de 384.424 m², área de baixo custo de urbanização por sua topografia plana, que depois da exposição foi valorizada dando à prefeitura uma grande área vendável com altos lucros, contudo a justificativa para as intervenções era a de preparação para a exposição de comemoração ao centenário.

Interessante ressaltar que o corpo de Estácio de Sá estava sepultado no túmulo-monumento da capela-mor da igreja de São Sebastião no morro do Castelo, seu corpo ficou por quase três séculos, de onde foi transladado para o Convento dos Capuchinhos na Tijuca às vésperas do desmonte do morro, em 1922, esta seria a destruição do berço da cidade e o desrespeito à figura de seu fundador (TURAZZI, 2014), mas valeria a pena pela modernidade.

Já na segunda parte do século XX, durante o governo de Carlos Lacerda, entre 1960 e 1965, houve incentivo à promoção do conhecimento e valorização da história da cidade pelas crianças, com a exposição itinerante “Rio antigo ao novo Rio” que percorreu cerca de 20 regiões administrativas da Guanabara entre agosto e novembro de 1965.

A literatura infantil revisitando a história da cidade ensinada pelos livros didáticos ajudaria moldar a imaginação infantil sobre o tema, o local e a data de

[65] Disponível em: < http://osvaldojob.blogspot.com.br>. Acesso em 10.ago.2015.

nascimento da cidade começaram a ser “corrigidos”, se antes se pensava ser o morro do Castelo em 20 de janeiro de 1567, o livro “*Como nasceu a cidade maravilhosa*” trouxe uma narrativa que buscava transformar as incertezas e divergências sobre o tema.

O correto seria então a entrada da figura de Estácio de Sá na baía de Guanabara em 01 de março de 1565 (TURAZZI, 2014). O mesmo Lacerda criou o Departamento de Patrimônio Histórico do Rio de Janeiro com o intuito de preservar os quatro séculos da cidade em 1963.

Sevcenko (1983) enumera quatro princípios fundamentais normatizadores das mudanças que ocorriam na cidade no início do século XX:

> 1ª condenação dos hábitos e costumes ligados pela memoria à sociedade tradicional;
> 2ª negação de todo e qualquer elemento de cultura popular que pudesse macular a imagem civilizada da sociedade dominante;
> 3ª uma política rigorosa de expulsão dos grupos populares da área central da cidade, que será praticamente isolada para o desfrute exclusivo das camadas aburguesadas;
> 4ª um cosmopolitismo agressivo, profundamente identificado com a vida parisiense. (SEVCENKO, 1983, p.10).

O que se observa na cidade do Rio de Janeiro, nos idos de 1930, foi um aumento demográfico e a expansão urbana, assim, morros e terrenos disponíveis nas áreas mais centrais e na zona sul foram ocupados, originando novas favelas (MOLINA, 2013).

Em 1937 o poder público municipal publica o Decreto 6000, de 1 de julho de 1937 que definiu .pela primeira vez uma zona industrial, excluindo da mesma os bairros da zona norte e sul, fazendo com que as indústrias passassem definitivamente a se localizar nas áreas suburbanas, principalmente no eixo compreendido pela Avenida Brasil, inaugurada em 1946 (MOLINA, op.cit).

Nos bairros da zona sul, entre as décadas de 1930 a 1950 ocorre intenso processo de verticalização e a expansão urbana com a ocupação dos bairros da Gloria, Catete, Flamengo, Botafogo e Urca, os transportes também são aprimorados entre Copacabana, Ipanema e Leblon. Fica evidente que na primeira

metade do século XX tem-se um período marcado pela profusão de obras pontuais, buscando o embelezamento da cidade, sua europeização, e, as transformações urbanísticas, sobretudo na área central expandindo-se à zona sul (MOLINA, 2013).

Neste mesmo período alguns ícones foram criados na cidade, destacando-se o Teatro Municipal (1909), o bonde suspenso por cabos aéreos ligando o Morro da Urca ao Pão de Açúcar (1912), a Estátua do Cristo Redentor no Morro do Corcovado (1931), muito impulsionado pela realização da Copa de 1950, além disso, há a valorização do bairro-ícone (MOLINA, op.cit.): Copacabana e o hotel de luxo Copacabana Palace inaugurado em 1923.

Outra forma de valorização da zona sul e sua ocupação por uma classe social mais favorecida economicamente, foi a difusão do banho de mar, do uso da praia, impulsionando inclusive a ocupação da orla e atraindo comércio e serviços.

Neste período há a atuação de Alfred Agache[66] que se encarregou do segundo plano diretor da cidade, entre 1926 e 1930, enfatizando a remodelação da cidade, embelezamento, revitalização e desenvolvimento de um sentimento nacional que aumentaria a legitimidade do estado, sua base era a renovação da dimensão físico-territorial e não a preparação da cidade para o desenvolvimento, o foco era o centro da cidade, a adequação do academicismo e funcionalidade e objetividade modernista (RODRIGUES, 2015).

Neste contexto de criação de símbolos que representassem a cidade do Rio de Janeiro, nacional e internacionalmente, o Cristo Redentor é aquele que, entre todos os outros símbolos, apresenta-se como o principal ícone. Segundo Lessa (2005) compõe uma referência visual, sendo a silhueta visível e dominante mais conhecida da cidade, é o olhar do mundo que mais sinaliza o país.

Em 1882 o governo imperial concedeu aos engenheiros Francisco Pereira Passos e João Teixeira dos Santos a permissão para construir uma estrada de ferro entre a rua Cosme Velho e o alto do Corcovado. Em 1884 foi inaugurado o primeiro trecho entre Cosme Velho e as Paineiras e em seguida o trecho Paineiras-Corcovado, incluindo um hotel, restaurante e mirante (GRINBERG, 1999).

[66]Alfred Agache (1875- Paris, 1959), arquiteto francês, responsável por transformações urbanas no Brasil, como as da cidade de Curitiba e Rio de Janeiro.

A ideia da estátua veio depois, partiu de um padre jesuíta francês, Padre Bos, na década de 1920 no Círculo Católico do Rio de Janeiro (GRINBERG, 1999), que entre outras atribuições tinha a de promover no mundo católico manifestações de devoção ao papa Leão XII.

Suas ações tiveram que ser fortalecidas com a proclamação da República, momento em que o Estado e a Igreja Católica se separam e esta perde seu estatuto oficial e a construção da imagem do Cristo no alto do Corcovado fez parte desta busca por ocupar espaço nos novos tempos da política, a Igreja precisava reinventar seu lugar na vida republicana.

A publicação “A Ordem” do Círculo Católico em 1921 analisa o projeto da construção da imagem do Cristo, buscando associar o empreendimento ao ano do centenário da Independência (1922), criando neste momento uma disputa por símbolos, tanto que o então presidente Epitácio Pessoa negou a licença para a construção.

Após sete anos, em 1929 o projeto de construção da estátua é retomado com o aval do então presidente Arthur Bernardes. É criada uma Comissão Arquidiocesana do Monumento do Cristo Redentor, à obra é dado um caráter “eminentemente nacional” (GRINBERG, op.cit.) e para tanto deveria ser paga por todos e a obra passa a ser “nacional”.

Grinberg (op.cit.) nos fala de que os termos “católicos” e “brasileiros” alternavam-se nos discursos como sinônimos, entoadas como a “maioria” do povo brasileiro. Busca-se referência na estátua norte-americana, a Estátua da Liberdade em Nova York e no caso brasileiro, a imagem do Cristo estaria sobre uma montanha que domina a baía do Rio de Janeiro. Neste momento os valores cívicos republicanos contrapõem-se aos valores religiosos, que aglutinam as massas ao poder republicano.

Nas comemorações dos 400 anos da cidade, em 1965, o próprio Papa Paulo VI diretamente do Vaticano acionou a nova iluminação da estátua do Cristo Redentor, enviando uma mensagem de rádio os brasileiros (TURAZZI, 2014)

O investimento na imagem do Rio como capital cultural do país como “terra de todos os brasileiros” ou “uma região sem regionalismos” representou uma estratégia de compensação pela perda do estatuto político administrativo de capital federal. A memória da cidade, com seus mitos de origem, fatos, personagens, foi reinterpretada exaustivamente, fazendo da história do Rio uma

saga de conquistas e ameaças no cumprimento de sua “natureza mítica de zelar pelo Brasil” (TURAZZI, 2014).

A natureza épica da cidade, a posição geográfica e o caráter litorâneo, seu passado de grandes feitos se uniam à modernidade, inaugurando de acordo com a propaganda oficial “uma nova era” graças à “uma administração empreendedora e inovadora”, neste momento a inauguração do Aterro do Flamengo foi tratada como um dos principais eventos comemorativos do IV Centenário (TURAZZI, op.cit.).

A imagem da cidade, segundo Castells (2009), é um produto social que representa a realidade e a irrealidade, pois se consideram as práticas sociais e o efeito social das formas do espaço, sendo uma expressão formal da ideologia do urbano. Assim, as formas espaciais compõem um simbólico urbano sendo utilizadas como “emissores, transmissores e receptores de práticas ideológicas gerais” uma vez que toda ideologia racionaliza interesses precisos mostrando sua dominação sob o pretexto do interesse geral.

Analisar uma cidade permite uma ampla gama de avaliações conceituais e teóricas. As cidades em seu dinamismo provocam necessidade de mudanças e posteriormente a associação a essas necessidades de comandos técnicos, políticos e ideológicos modificam o dinamismo inicial na medida em que estão por cima daquilo que são os desejos e as vontades das sociedades que habitam essas cidades (RODRIGUES, 2015).

O espírito da cidade do Rio de Janeiro nos primeiros anos da República relacionava-se, sobretudo, às letras, havia na cidade a reunião de importantes nomes da literatura brasileira que inclusive trabalhavam nos jornais e folhetins da época. Antes do apelo às praias e montanhas, a cidade era o espaço dos cafés, das confeitarias, bares, cabarés (COSTA, 2015). Assim, a “cidade das letras” antecipou-se à “cidade maravilhosa”.

Por meio da literatura do escritor Coelho Neto usou-se o adjetivo da cidade maravilhosa. Em seu livro de contos “*A cidade maravilhosa*” de 1928, a expressão surgiu em uma ambiência carioca que valorizava sobremaneira as diversões, lazeres e sociabilidades associadas a uma cultura urbana sediada no centro da cidade, mais recentemente, esta ambiência se alterou às belezas da paisagem natural que são quase que automaticamente associadas às praias da zona sul carioca (COSTA, 2015).

No início do século XX a vida burguesa estava associada aos hábitos noturnos, boêmios e aos poucos ele vai dando lugar em meados da década de 1930 a um novo padrão de vida burguesa dedicada à saúde, em espaços amplos e ao ar livre, em muito incentivado por empreendimentos hoteleiros recentemente instalados, principalmente em Copacabana.

Neste momento havia um fenômeno do turismo destinado à cura (COSTA, 2015) impulsionado pela medicina que indicava o ambiente serrano e banhos de águas frias como importantes tratamentos de saúde (URRY, 2001, apud COSTA, 2015), observamos a associação do balneário com um novo padrão de vida saudável.

O traço do cosmopolitismo se reforça pela possibilidade da circulação permitida após as diversas reformulações da cidade, túneis, avenidas, empreendimentos imobiliários, os usos vão se diversificando, sobretudo nas áreas do Atlântico ou da baía da Guanabara. A imagem da cidade e seus hábitos vão se alterando e também seus significados (RODRIGUES, 2015; COSTA, 2015).

Após as modificações da cidade para a Copa de 1950, nenhum outro grande evento ocorreu por mais de quatro décadas (MOLINA, 2013) e, neste período, a capital foi transferida para Brasília em 1961.

O Rio de Janeiro, após 1960 enfrenta certa declínio econômico em relação a outros centros urbanos, como São Paulo, neste período, as transformações deixam de ser intensas e, segundo Fernandes (2012) a mais notável foi a ocupação da Barra da Tijuca, a partir de fins da década de 1970. Grandes condomínios foram construídos para classes média e alta e a estrutura necessária para recebê-la, sobretudo *shopping centers*. Da mesma forma, nota-se um adensamento nas ilhas oceânicas de Niterói, ao leste da região metropolitana.

Desde a década de 1970, com mudanças conceituais em relação ao patrimônio urbano, Choay (2001) observa mudanças na realidade do centro carioca com início de projetos de revitalização, que segundo Fernandes (2012) são cheios de conflitos, contradições e descontinuidades. O instrumento do tombamento é o utilizado: Morro da Conceição, áreas de preservação, Corredor Cultural, projetos de revitalização do bairro da Lapa e do Porto.

Em relação ao Porto, sua renovação foi lançada com um compromissado tácito de salvaguarda e conservação de um conjunto significativo de patrimônio tombado nessa área (SHLUGER, 2014).

A área portuária demonstra uma relativa resiliência econômica com pequeno comércio varejista e indústria e uma resistência sociocultural com associações de bairro, agremiações culturais e escolas de samba, sua permanência é um desafio, diante de novos investimentos em infraestrutura, indutores atuais e futuros lançamentos imobiliários, sobretudo torres corporativas e hotéis, mesmo que na área exista um conjunto de casario tradicional, com estilos variados – desde o neocolonial, vernacular e eclético (SHLUGER, op.cit.).

O início da década de 1990 marca o retorno das eleições diretas no país e neste contexto a cidade fluminense sedia, em 1992, outro grande evento: a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a chamada Rio-92 ou Eco-92, assim, a cidade entra no grupo dos centros urbanos que tem como instrumento a elaboração de Planos Estratégicos, evidenciando seu papel de mercadoria.

O poder público municipal passa então a empenhar esforços na concepção do primeiro Plano Estratégico da Cidade do Rio com o Projeto Rio-Orla, de 1990, um projeto de requalificação da orla marítima da cidade, englobando cerca de 31 km, estendendo-se da Praia do Leme até o Recreio dos Bandeirantes, buscando acabar com a poluição visual e física da orla.

As praias foram destacadas e era preciso ordenar o aumento pelo uso das mesmas (MOLINA, 2013). O produto “orla” em toda a extensão teve seu valor e significado (paisagístico, simbólico, mercadológico, imobiliário) reforçado com projeto desta natureza, assegurando à orla marítima lugar de destaque na hierarquia dos lugares existentes no espaço urbano carioca.

Segundo Molina (op.cit.) o papel simbólico que o solo à beira mar exerce na produção do espaço urbano carioca, com a determinação da imagem que deve ser divulgada, faz a cidade configurar-se como metrópole litorânea cujo uso turístico ainda se relaciona mais fortemente às praias, é o cenário pronto para o consumo, ao menos visual.

Em relação aos Planos Estratégicos, seriam formas novas de governança urbana que se relacionam com a questão da imagem da cidade, produzindo cidades-espetáculo, fetichizadas, os problemas sociais são escondidos atrás de um cenário de urbe bem sucedida, ordenada (SILVA, 2012), o planejamento estratégico teve o seu uso generalizado para a administração pública quando Margareth Thatcher esteve no comando do Reino Unido, a partir de 1979.

A partir da década de 1990, a ideia dos planos estratégicos se fortaleceu na América Latina, com o ideário da cidade como um ator político e econômico, contudo,

> A consolidação deste novo papel dependerá da possibilidade de estímulo de grandes projetos de cidade que contem com uma participação ativa dos principais agente públicos e privados e conquistem um amplo consenso público (CASTELLSE BORJA, 1996, p.154).

Segundo Sánchez (2010) a cidade-espetáculo refere-se a espetacularização das intervenções, embutidas numa lógica contemporânea de modernização urbanística atrelada a produção de imagens urbanas e discursos políticos e da mídia convincentes (MOLINA, 2013).

A produção da cidade-espetáculo seria então uma urbanização empresarial, focada na estratégia, cada vez mais atrelada ao ramo cultural, explorando o capital simbólico da cidade, sob apoio do poder público por meio da fabricação de consensos e mobilização da opinião pública pelos planejadores urbanos, intermediários culturais e pelo próprio mercado. Desta maneira, as cidades são orientadas pela visão de Planos Estratégicos que se traduzem em intervenções urbanísticas que apresentam discursos relacionados à dimensão cultural, é a cultura transformada e utilizada como estratégia (ARANTES, 2002).

Sob o viés do empreendedorismo urbano, a prefeitura do Rio de Janeiro privilegiou a elaboração destes planos em detrimento da execução do Plano Diretor Decenal de 1992 (MOLINA, op.cit.), neste início dos anos 1990 a cidade começou a buscar mecanismos de integração ao mapa do mundo, utilizando como tática principal a construção de uma imagem atrativa como forte apelo a captação de megaeventos, sobretudo esportivos e internacionais.

A produção da cidade-mercadoria acarreta na criação de “identidades” atreladas à morfologia urbana (BERIATOS e GOSPODINI, 2004) e a produção de imagens através da recuperação do patrimônio construído e a produção de novos edifícios com *design* inovador.

Para Waitt (1999) cinco elementos principais envolvem a produção da cidade-mercadoria:

1. As cidades reconfiguradas como centros de consumo, não de produção;
2. A importância da imagem na diferenciação dos lugares;
3. Aumento na competição entre os lugares;
4. O espetáculo como meio de atração de consumidores; e,
5. Empreendedorismo urbano.

No caso carioca, o empreendedorismo urbano se realizou através da elaboração em 1993 do seu primeiro Plano Estratégico (“Rio sempre Rio”), publicado em janeiro de 1996 (MOLINA, 2013), concebido por uma empresa catalã, que se apoiou fortemente na promoção e venda da imagem da cidade através de ações pontuais de requalificação urbana ressaltando as potencialidades da cidade para a atração de investimentos.

O segundo Plano Estratégico (2001-2004) denominado “As cidades da cidade” dividiu o território municipal em 12 regiões, privilegiando a diversidade da cidade e as diferentes identidades e potencialidades. Segundo Ribeiro (2009) este instrumento traz, expresso nas transformações socioespaciais presentes na conformação, um novo ordenamento territorial com vistas ao reforço de centralidades antigas, à criação de novas centralidades e à produção de espaços voltados ao consumo elitilizado.

O Plano Estratégico de 2009-2012 chamado “Pós-2016 – O Rio mais integrado e competitivo” situa-se no contexto dos megaeventos esportivos a serem realizados na cidade, destacando as Olimpíadas de 2016.

Molina (op.cit.) produziu uma síntese da espacialização dos megaeventos no Rio de Janeiro desde a Exposição Nacional de 1908 até o contexto atual da cidade olímpica de 2016, destacam-se áreas abrangidas pelos mesmos, especialmente as principais intervenções urbanas e os novos objetos ligados aos megaeventos no espaço intra-urbano. O que pode se verificar nesta espacialização, além do histórico de reformas e alterações no ambiente urbano é uma seletividade espacial nos investimentos realizados na cidade nas duas primeiras décadas do século XX, investimentos direcionados aos lugares onde se apresentavam as melhores possibilidades de lucro através de parcelas do solo urbano especialmente situadas em áreas à beira-mar, na direção do centro à zona sul.

A cidade maravilhosa com sua imagem vinculada e veiculada aos aspectos positivos da vida, ativa e contemplativa, principalmente com a imagem da orla atlântica, trouxe o modo de vida carioca, vinculado à natureza, à saúde. Modo de vida este devidamente ensinado ao carioca, as idas às praias foram ensinadas, por exemplo, através da coluna *Iracema* na *Revista da Semana*, entre os anos 1914 e 1917 (O'DONNELL, 2013), a sociabilidade das praias foi construída a exemplo dos balneários europeus, associando a valorização dos atributos naturais dos bairros atlânticos cariocas a uma elegante ocupação.

A imagem que se fixou do Rio de Janeiro, em fins do século XX é da cidade que se destaca pela beleza da sua paisagem urbana, de acordo com Freire-Medeiros e Castro (2013, p. 34) "o que hoje é percebido como uma natureza turística da cidade é, portanto, apenas um momento de um longo processo de construção cultural, sempre inacabado".

Antes disso a imagem da cidade era a visão que se tem a partir da entrada da baía da Guanabara de onde se avistava o desenho das montanhas que limitavam a área urbana central, ao longo dos anos com a expansão urbana em direção aos bairros atlânticos bem como a evolução tecnológica que passou a introduzir as viagens aéreas o ponto de vista pelo qual se torna o panorama da cidade se desloca para o Atlântico, conforme análise de guias e mapas turísticos da cidade das primeiras décadas do século XX feita por Costa (2015).

Segundo a autora os guias e mapas turísticos ajudam a acompanhar a transformação da cidade e sua apresentação aos visitantes ao longo do último século. Além dos argumentos higienistas sempre presentes nos guias, e indicações de melhor horário para tomar banho de mar e os cuidados com a exposição ao sol, a cidade era considerada ainda pestilenta e havia muitas críticas às ruas estreitas e mal pavimentadas. Havia ainda críticas à abundância de morros na cidade porque eles contribuiriam para a demora no deslocamento. Importante salientar que a baía da Guanabara e o Pão-de-Açúcar eram as primeiras imagens nestes guias, a visão da cidade espraiada entre o mar e as montanhas (COSTA, 2015).

Conforme ressalta a autora, os bairros atlânticos sequer apareciam no mapa turístico da cidade anexado a guias datados do início do século passado[67] a atenção ainda era do centro da cidade.

A imagem da cidade mudou em decorrência de todo tipo de transformações, a mudança da imagem para os cariocas e turistas alterou o próprio modo de vida. Enquanto nas primeiras décadas do século XX os guias destacavam a vista da baía da Guanabara e a visita ao centro e os monumentos e edifícios, nas últimas décadas desse século se observa que o destaque passa ser as praias da zona sul e os mirantes do Pão de Açúcar e do Corcovado (COSTA, 2015).

Imagens da cidade do Rio de Janeiro permeiam um jogo de oposição entre elementos identitários tais como o samba, o futebol, a praia, a presença de estrangeiros e imigrantes, desenho entre a favela e alguns ícones urbano da cidade, vulgarmente referidos como “cartões postais” (PINTO, 2015).

O Rio de Janeiro como todas as cidades é dotado de um sentido arqueológico, uma vez que se constitui de camadas, de significados que se sobrepõem, fazendo existir muitas cidades dentro de uma cidade, muitas cidades invisíveis, nas palavras de Ítalo Calvino[68] “sinais de mundos já desaparecidos” ou para Walter Benjamin em suas reflexões sobre o espaço urbano na modernidade, as cidades sobrevivem apenas como ruínas, assim o Rio seria composto por muitos fragmentos de modelos de cidades entre os quais o que pretendia fazer do Rio o centro irradiador da civilização, da moral e da ordem republicanas.

O Rio de Janeiro foi um projeto moldado nos parâmetros positivistas de ordem e progresso, que pretendeu construir uma capital europeia, apagando as marcas de sua história negra, colonial e popular (TURAZZI, 2014).

[67] A autora analisou o guia de Charles e Henrique Morel: *Guide d l’Etoile du Sud: La Ville de Rio de Janeiro. Edición L’Etoile du Sud*. 1905.
[68] CALVINO, Ítalo, As cidades invisíveis. São Paulo. Companhia das Letras, 1990.

4.2 Qual é a paisagem carioca?

O autor Stefan Zweig[69] afirmou que o Rio de Janeiro é uma natureza que se tornou cidade e também é uma cidade em que se dá a impressão de natureza, demonstrando seu encantamento pelos contornos da cidade, seus maciços e ilhas dando a dimensão do vasto legado natural desta metrópole e o encanto que sua beleza natural apresenta.

Barreto (2014) ainda citando Zweig, utiliza a afirmação para explorar a dimensão simbólica dos novos empreendimentos culturais e urbanos que o Rio de Janeiro vem ganhando e que pretendem transformar seus contornos sociais e econômicos pelas próximas décadas. Algum tempo antes, Ribeiro e Azevedo (2010) já discutiam a construção da imagem do Rio, a partir da construção de sua candidatura para a inscrição na Lista de Patrimônio Mundial, como expressar (e convencer) pelo Valor Universal Excepcional a paisagem da cidade, quais as opções para a construção da imagem da cidade e a forma como ela seria inserida como patrimônio mundial a partir de suas características. Estas foram questões a serem respondidas e base da elaboração dos documentos entregues à UNESCO.

Antes de tudo, sabemos que uma cidade é um espaço multifacetado formado por um processo temporal complexo e que está mudando a cada instante, nela, fragmentos de espaços e hábitos convivem, carregados de mensagens, de memórias, de texturas, de sabores, símbolos e signos que mostram reflexos sobre a cidade que a criou, a cidade não pode ser pensada apenas pelos elementos visíveis como prédios, ruas e avenidas, mas principalmente a partir das questões referentes as atividades humanas, sua interação, sua diversidade e complexidade (BARRETO, 2014).

Na busca por seu reconhecimento como patrimônio mundial, alguns elementos foram ressaltados e outros deliberadamente esquecidos, processo pelo qual Ribeiro e Azevedo (op.cit.) chamaram de dinâmica própria do processo de patrimonialização em qualquer escala para adequar o sítio da cidade às normas e à forma como a ideia de patrimônio mundial foi construída.

A paisagem do Rio de Janeiro reflete diferentes momentos de sua história, desde elementos de defesa e porto de comunicação com a metrópole portuguesa

[69] ZWEIG, Stefan. **Brasil, um país do futuro. Rio de Janeiro**: Nova Fronteira, 1990 *apud* SHLUGER, 2014.

passando pela posição de porto de exportação de ouro e diamantes das Minas Gerais, até se transformar em capital do Império, com suas novas funções.

Os primeiros espaços públicos criados na cidade – o Largo do Carmo, Passeio Público, Jardim Botânico, Campo de Santana, distinguiram-se por seu traçado e uso, adotando tipologia de jardins que influenciou vários outros estados do país, impulsionados pelo modelo corrente na Europa, sobretudo na França. Os processos socioculturais deram origem à forma daquela paisagem, com os usos sociais das ruas, os espaços à beira mar, os parques, a convivência nos espaços públicos de encontro (SILVA, 1999; FENIANOS, 2009).

O Passeio Público, por exemplo, é obra do vice-rei Luís de Vasconcelos, sendo o primeiro jardim público do país (FERNANDES, 2012) e teve a finalidade de saneamento, embelezamento e o desenvolvimento de uma sensibilidade paisagística, foi erguido entre 1779 e 1783 por Mestre Valentim[70] após a demolição de um pequeno morrote.

Sobre o aterro foi implantado um jardim murado, alamedas arborizadas, alguns consideram este o primeiro mirante carioca e segundo o autor, com ele inaugurou-se a relação da cidade com a paisagem.

Em relação ao aspecto da valorização da paisagem, sobretudo pelas classes dominantes, com o objetivo de construir um ícone que representasse a cidade, temos uma ampla valorização do cenário ligado ao mar e às formações montanhosas. O conjunto de montanhas que compõe a geografia da cidade sugere a silhueta de um gigante deitado e, segundo esta observação, algumas das formações rochosas permitem identificar com mais nitidez os traços do gigante.

O queixo seria representado pela Pedra da Gávea, o abdômen pelo maciço da Tijuca e o pé é representado pelo Pão de Açúcar, este “gigante deitado” (Figura 15) é semelhante àquele da mitologia egípcia em que a humanidade é representada por um gigante também deitado e aos seus pés está a Íbis acorrentada (SILVA, 1999).

No dorso do Pão de Açúcar, voltada para a Baía da Guanabara existe uma grande concavidade com cerca de 120 metros de altura que ao ser iluminada pela

[70]Valentim da Fonseca e Silva, mais conhecido como Mestre Valentim (1745-1813), foi um dos principais artistas do Brasil colonial, tendo atuado como escultor, entalhador e urbanista no Rio de Janeiro.

luz solar projeta uma sombra, muito parecida com o pássaro da mitologia egípcia (Figura 16).

Figura 15– "Gigante deitado". Fonte: Portal CDZ, 2015[71]

Figura 16– A "Ibis acorrentada". Fonte: Site Mistérios da Antiguidade, 2015[72]

Este discurso reforçado pelo viés mitológico é um dos muitos que de alguma forma legitimam a formação rochosa como marco e monumento da cidade, em vários registros documentais produzidos pela Companhia Caminho

[71] Disponível em: <www.cdz.com.br>. Acesso em: 23.out.2015.
[72] Disponível em: <www.misteriosantiguidade.blogspot.com>. Acesso em: 23.out.2015.

Aéreo Pão de Açúcar, percebe-se a busca de associação a imagens mitológicas, cientificas, religiosas e históricas (SILVA, 1999).

A construção dessas imagens e a produção desses discursos contribuíram diretamente para a monumentalização do Pão de Açúcar. Ainda como resultado da documentação ligada à fundação da cidade, Silva (op.cit.) verificou que a forma cônica do Pão de Açúcar com silhueta parecida com uma ogiva, ou seja, duas mãos voltadas para o céu numa posição de oração, comparada a imagem percebida de um anjo, o formato e o contorno da pedra dão esta impressão construindo também uma referência religiosa.

Outro aspecto de destaque é, sem dúvida, sobre as formações rochosas, cientificamente caracterizadas como rocha ígnea que emergiu do magma, fruto da primeira formação da crosta terrestre. Busca-se a ligação entre mitologia, ciência e religião, que se encontram neste jogo de significação, a inserção do Pão de Açúcar na história e a abordagem científica que torna a formação um marco espacial.

Além de sua representação como marco de formação da superfície terrestre, o Pão de Açúcar assumiu outra significação, a de marco de fundação da cidade. Na maioria dos registros documentais a ideia de “marco natural da cidade” está presente, buscando referência em documentação da época, como é o caso da citação das cartas de Padre José de Anchieta de 1565 (apud SILVA, op.cit.): “[...] junto a um pico de pedra muito alto, de feição de um pão de açúcar que domina a floresta virgem e o capoeirão onde Estácio de Sá assentou seu arraial [...]”. E ainda: “[...] de qualquer maneira, o que é indiscutível, é que o Pão de Açúcar é marco inicial da cidade, pela sua forma, evidentemente, mas pela sua situação, pelo seu posicionamento [...]”.

Com este discurso percebe-se a apropriação da imagem da formação montanhosa como aquele ligado à fundação da cidade, a primeira referência para o estrangeiro que aqui chegava no processo colonizador.

Esta representação, somada às outras presentes na documentação, demonstram como uma determinada realidade social foi construída, pensada e apresentada como forma de atribuir significados que deveriam ser assumidos em relação àquela paisagem, um processo de construção de representações que estão sempre relacionados com o interesse do grupo que constrói ou se apropria delas, em determinado contexto histórico.

As representações construídas sobre o Pão de Açúcar compõem o campo de significação simbólica em torno dele, a obra deixa de pertencer à natureza e passa a pertencer as pessoas que ali estão, se constitui, portanto, como uma imagem da cidade, uma obra, neste sentido, natural, social e histórica.

Os discursos sobre o Pão de Açúcar tiveram os mais diferentes matizes e contribuíram diretamente para a monumentalização desse objeto da natureza e do espaço urbano do Rio de Janeiro, a intenção de monumentalizar se refere à preocupação em fazer recordar alguma coisa ao longo do tempo, transformando-o em elemento da memória social, de construir um patrimônio.

O monumento, por sua proximidade e relação com a cidade é entendido como um fenômeno urbano, resultado da construção humana, de um investimento de sentido externo a sua natureza física, constitui-se de um fato histórico compondo uma memória social da cidade. Ao determinar o que deve ser perpetuado na lembrança da sociedade, sob o cunho do monumento, faz-se uma seleção do que deve ou não ser lembrado e ainda como deve ser perpetuado na lembrança.

Outro fato importante ligado a este processo de monumentalização e valorização deste setor da paisagem carioca, foi a construção do caminho aéreo que viabilizou a contemplação da formação rochosa, passando a lhe conferir um sentido diferente, criando e/ou ampliando significados, colocando-a em evidência, o binômio Pão de Açúcar/Caminho Aéreo configura-se como um duplo monumento e estabelece-se uma relação entre a cidade e o monumento.

A inauguração e a modernidade, as várias possibilidades de construção e reordenamento do espaço são acompanhadas do alto do elemento natural incorporado à urbanidade (SILVA, 1999).

Além da imagem dos morros, sua relação com aspectos naturais, segundo GRINBERG (1999), a função religiosa também se associa a outro monumento, com a construção do Cristo Redentor limitando o território da cidade ou até mesmo do país, como território católico.

A imagem da estátua representa a figura divina, a partir da qual aos seus pés está a paisagem natural. Ferreira (2000) nos diz que se o Rio historicamente pode ser pensado como promessa de um paraíso, com a construção da estátua, tem-se a imagem de um deus que contempla sua criação. A apreensão da natureza como paraíso nos trópicos remonta ao século XVI e após muitos

processos de ressignificação está presente ainda hoje nos discursos sobre a cidade (PINTO, 2015).

A imagem do Cristo representa a cidade, é uma referência para quem se desloca pelo cenário urbano. A estátua circula nas agências de turismo e cartões postais vendendo uma imagem do Rio de Janeiro. Ela é tão representativa que muitas vezes é utilizada para representar a própria cidade (GRINBERG, 1999), mas nem sempre ela esteve lá, antes da estátua era só o Corcovado, um dos vários morros que delineavam o horizonte carioca.

Mesmo sendo o Cristo Redentor uma imagem religiosa, suas características o diferenciam de uma obra sacra comum, pois foi concebida em um espaço aberto e sua dimensão pretende incluir a estátua na escala da cidade (GRINBERG, op.cit.), sendo assim inserida à sua paisagem, atinge e sensibiliza todos os cidadãos.

A imagem traz os braços abertos, trazendo a imagem bíblica do “Senhor erguendo sua destra” representando a benção, além disso, uma outra cena buscava ser recriada “O sermão da montanha”, sendo o Corcovado a referida montanha, os braços abertos formam uma cruz, símbolo importante para os católicos e a Serra do Mar passa a ser uma continuação das montanhas da Judeia e o Rio de Janeiro é transformado, assim, em terra santa (GRINBERG, op.cit.).

Segundo Rosendahl (2012) o sagrado salta em determinados espaços e os qualifica com outra dimensão, a religiosa, que vai além da política, econômica e social e assim uma nova ordem é impressa, deixando claro que os lugares não são somente uma série de dados acumulados, mais que isso, envolvem intenções humanas.

Fato que corrobora isto é a data de sua inauguração, que se deu em 12 de outubro de 1931, dia de Nossa Senhora Aparecida e também do descobrimento da América, e foi aclamada pela imprensa da época, imbuída de espírito cristão, com muitas manchetes, fotos panorâmicas e publicação de artigos (GRINBERG, op.cit.). Esta territorialidade religiosa carrega um caráter cultural muito forte criando seus símbolos e delimitando seus espaços. Lembremos também do governo vigente no país à época.

O Cristo foi um marco na história da cidade e a relação recíproca de monumentalidade é verificada com a benção que toda a cidade recebe da imagem e esta está inserida no contexto geomorfológico e natural de destaque.

A obra da natureza em conjunto com a obra do homem compondo espaço de contemplação da cidade, fruto da construção humana, compondo ainda, o processo de como o homem se adaptou de forma imponente, transformou-a, nesta simbiose, entre o morro e a paisagem urbana, percebe-se a construção de um terceiro monumento que seria a própria cidade, fator este ressaltado na titulação deste setor urbano como patrimônio mundial.

Analisar a forma urbana, dos elementos morfológicos da estrutura física de parte da cidade do Rio de Janeiro, que contribuem para configuração de uma cidade sustentável é objetivada como fundamental a preservação e das significativas relações entre homem, cidade e meio ambiente natural (VITAL 2010), assim, a evolução histórica daquela paisagem é revisitada mediante seu reconhecimento como uma cidade que surgiu e cresceu no meio das montanhas, limitando-se ao oceano e estreitando-se à floresta tropical, assim como foi tecendo espaços naturais construídos que hoje se misturam ao cotidiano dos diversos grupos que formam aquela sociedade.

A floresta tropical, também presente naquela paisagem, compreende o domínio das Matas Atlânticas, nas proximidades do mar formam-se baías, praias e lagoas, com desenvolvimento de ecossistemas associados, como as restingas e os manguezais.

A evolução do quadro urbano da cidade foi alterando a cobertura florestal, inserindo as obras de paisagismo, criação do Jardim Botânico e da Floresta da Tijuca, as construções do século XIX possuíam seus jardins particulares, com a introdução de muitas espécies europeias em terras brasileiras (MONGELLI, 2010).

Ao longo da faixa costeira, extensos aterros foram criados, de maneira a permitir que a área fosse ocupada, com a abertura de novas vias, construções de prédios e crescimento de bairros, entretanto muitos destes espaços foram criados levando-se em consideração a relação da população com a paisagem, como o Parque do Flamengo, que permite o uso dos seus espaços pela população (MONGELLI, op.cit.).

A cidade passou por diversas alterações e readequações, sobretudo para receber mais turistas ao longo do século XX, a imagem foi assim sendo construída e reconstruída. A imagem turística de um lugar é uma construção subjetiva que coloca em diálogos os imaginários do lugar a ser visitado e dos seus visitantes (COSTA, 2015).

A importância política da cidade pode ser observada nas características urbanas e na sua arquitetura, moldadas a partir das possibilidades oferecidas pelos aspectos naturais. Construções de influência latina e árabe, dos séculos XIV ao XVIII até monumentos de expressão universal, datando dos séculos XVI e XIX (MONGELLI, op.cit.), o que torna difícil definir o que merece ou não ser patrimônio “oficial”.

A permanência da Família Real na cidade permitiu que obras e serviços fossem realizados, tais como a criação do Jardim Botânico, o replantio da Floresta da Tijuca e alterações no Convento do Carmo, logo após, com os governos republicanos, a construção dos palácios como Itamaraty e do Catete, o Teatro Municipal, o Museu Nacional de Belas Artes são testemunhos da exuberância urbanística; por fim, o Parque Guinle e o Aterro do Flamengo apresentam a expressão de nomes importantes da arquitetura como Oscar Niemeyer, Roberto Burle Marx e Portinari.

A paisagem do Rio de Janeiro firmou-se paulatinamente no imaginário nacional e estrangeiro, revelando uma relação dinâmica entre seus habitantes e os aspectos de sua vegetação, seu clima e sua topografia.

A partir da apropriação singular dos elementos naturais, do processo de ocupação do espaço, das edificações nos contornos dos morros e na beira do mar, repercutindo nos modos de morar, de viver o dia a dia e de socializar no meio urbano, a paisagem vai se delineando.

Segundo o IPHAN (2002) acompanhar a construção da paisagem do Rio de Janeiro significa compreender suas etapas como um território em permanente relação com seus contornos internos e externos e seus elementos estruturadores ao longo do tempo: a cidade e a defesa externa, a cidade produtiva e a agricultura, a sua relação social com os jardins, as florestas e o mar.

A paisagem que mais atrai o turista para o Rio de Janeiro é sua paisagem urbana, sobretudo aquela entre o mar e as montanhas (COSTA, 2015) as

relações de apreciação e fruição dessa paisagem urbana mudaram com as transformações que se passaram na cultura urbana da cidade fluminense.

Sobre a mais emblemática das praias cariocas, tem-se um cenário que aos poucos foi sendo criado e ensinado aos cariocas e aos brasileiros, como sendo o ideal de ambiente litorâneo e símbolo de cosmopolitismo e culturalidade carioca. Julia O'Donnell, em sua obra "A invenção de Copacabana" nos traz um interessante relato desta construção, que se inicia com o suposto "cacife" da área da zona sul carioca diante das demais áreas da cidade e seu papel na cartografia simbólica da cidade e ressalta portanto que os símbolos são portadores de significados múltiplos, por isso são interpretados de maneiras diversas por diferentes pessoas (O'DONNELI, 2013).

Ainda sobre Copacabana, a praia foi local de um projeto de alimentação artificial entre os anos de 1969 e 1970, para viabilizar a duplicação da Avenida Atlântica, desenvolvido pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil de Lisboa (LNEC) em parceria com a Superintendência de Urbanização de Saneamento do Estado da Guanabara. Este engordamento levou a um aumento de cerca de 100 metros da faixa de areia (Figuras 17, 18 e 19).

Figura 17: Praia de Copacabana antes do engordamento da praia. Fonte: Site Divinéia Surf Clube, 2015[73]

[73] Disponível em: <http://divineiasurfclube.blogspot.com.br>. Acesso em 07.ago.2015.

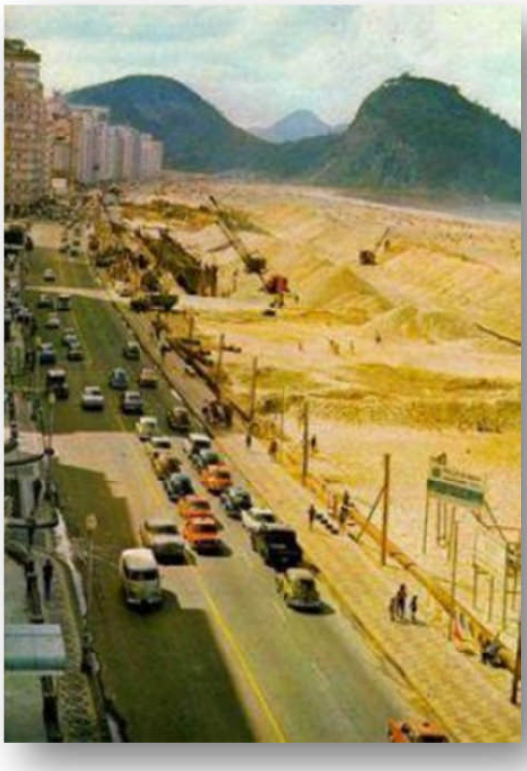


Figura 18: Praia de Copacabana antes do engordamento da praia. Fonte: Site Divinéia Surf Clube, 2015[74]

Figura 19: Comparativo da faixa litorânea antes (direita) e depois (esquerda) do engordamento. Fonte: Site Copacabana.com, 2015[75]

[74] Disponível em: <http://divineiasurfclube.blogspot.com.br>. Acesso em 07.ago.2015.
[75] Disponível em: < http://copacabana.com/>. Acesso em 07.1go.2015.

4.2.1 Um pouco de Niterói - ou a parte que lhe cabe nesta paisagem

Trazer Niterói à discussão se faz necessário uma vez que um pequeno setor de seu território compõe a paisagem cultural carioca e, ainda, como forma de entender esta inserção e sua representatividade, além de talvez, reconhecer na própria história do município fluminense um pouco da construção de alguns símbolos que à maneira da capital, foram criados para dar-lhe a identidade adequada.

Niterói localiza-se a leste da Baia da Guanabara (ver figura 04), foi fundada por volta de 1573 e durante o período colonial sofreu processo de decadência e a ocupação efetiva deu-se na baixada compreendida entre o Morro de São Lourenço e o atual bairro de Icaraí (MONGELLI, 2010). Em 1819 foi elevada à categoria de Vila Real da Praia Grande e adquiriu autonomia em relação à cidade do Rio de Janeiro.

O município de Niterói, com 131,8 km² e 487.562 habitantes (IBGE, 2010[76]) localiza-se na porção oriental da Baía de Guanabara e integra a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, juntamente com os municípios vizinhos de Maricá, São Gonçalo e Itaboraí,

A origem de Niterói está ligada à invasão francesa na Baía de Guanabara no século XVI e à fundação da cidade do Rio (OLIVEIRA, 2012). Como poder político o município só foi reconhecido em 1835, quando se decide desvincular da capital da sede da província, posição que Niterói passou a ocupar.

Ao longo de sua história, sempre esteve vinculada ao Rio de Janeiro, sua identidade e simbologia trazem a imagem da cidade complementar, com funções de defesa, com sistema de fortes ainda presentes em sua paisagem (OLIVEIRA, 2012) o que a incluiu no setor definido como paisagem cultural.

Em 1974 com a inauguração da ponte Rio-Niterói observa-se uma expansão da urbanização e consequente deterioração, como uma extensão dos próprios subúrbios da capital.

Em fins da década de 1980 vários projetos foram implantados: Programa Vida Nova no Morro, de urbanização de favelas; Programa Médico da Família; projetos de construção de equipamentos e mobiliário urbano adequado a

[76] IBGE Cidades, disponível http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=330330&search=rio-de-janeiro|niteroi, acesso em 10.jan.2014.

deficientes físicos, restauração de monumentos e prédios históricos, como o Teatro Municipal da Cidade (OLIVEIRA, op.cit.).

A cidade conta atualmente com cinco regiões de planejamento e 48 bairros. O setor central abriga construções de ocupação mais antiga, conservando edificações do início do século XIX, mesmo que a maior parte esteja degradada.

O principal símbolo da modernização de Niterói e sua propaganda é o Museu de Arte Contemporânea, finalizado em 1996. O poder público municipal empenha-se em tornar o museu o principal elemento de identificação da cidade. A construção dessa imagem busca atrair investimentos, principalmente do turismo. Segundo Copan (2005[77]apud OLIVEIRA, 2012) a venda da cidade envolveu a manipulação simbólica na construção de uma "imagem marca", a imagem do modernismo passou então a ser explorada, sobretudo pelo citado museu.

O Museu de Arte contemporânea surgiu quando um mecenas –João Sattamini – decidiu doar sua coleção de arte contemporânea ao município (PEREIRA, 2006). Em 1991 a prefeitura encarregou Niemeyer do projeto, este selecionou o mirante da praia da Boa Viagem, ponto estratégico na costa da baía, para instalar o novo museu, desta forma, entre 1993 e 1996, o governo do arquiteto João Sampaio marcou a continuidade aos programas anteriormente implantados, e teve como ponto maior a inauguração do Museu de Arte Contemporânea em 2 de Setembro de 1996, no final da sua administração.

Niterói sofreu recentemente intervenção urbana denominada "Caminho de Niemeyer", programa articulado com a revitalização "Viva Centro", localizados ao longo da orla da Baía de Guanabara, junto ao antigo núcleo central da cidade (OLIVEIRA, 2012) cujo intuito primordial era valorizar os aspectos culturais da cidade potencializando novos ícones espaciais na paisagem urbana e seu carro chefe foi a construção do MAC em meados da década de 1990, associando estes aspectos a qualidade de vida que a cidade poderia proporcionar além do incentivo ao turismo.

Após conclusão do MAC, a prefeitura encomendou a Niemeyer uma ampliação do projeto, denominada "Caminho Niemeyer"[78], cujo objetivo era

[77] COPANS, R. **Empreendedorismo urbano: entre o discurso e a prática.** São Paulo. Editora UNESP, 2005.

[78] Disponível em <http://mapadecultura.rj.gov.br/manchete/caminho-niemeyer>, acesso em 24 de maio de 2015. O projeto inicial incluía: MAC, Praça Juscelino Kubitschek, Centro Petrobras de Cinema, Teatro Polular, Fundação Niemeyer, Memorial Roberto Silveira, Igreja Batista, Catedral

ampliar o caráter cultural da cidade, concebido como área de preservação histórica. Englobava uma série de construções e deveria se integrar ao circuito cultural do Estado do Rio de Janeiro e do Brasil (Figura 20).

Do projeto original foram concluídos a Praça Juscelino Kubitschek, Memorial Roberto Silveira, Teatro Popular, Museu Petrobras de Cinema, Fundação Niemeyer, Memorial Roberto Silveira e o estacionamento para integração da estação das barcas e o terminal rodoviário João Goulart ao Caminho Niemeyer. Outras construções como a Igreja Batista e a Capela Flutuante foram retirados do projeto, não excluídas, mas não há data prevista para sua entrega (OLIVEIRA, 2012).

Este caminho foi instituído em 1997, pela Lei nº 1.604 de 30 de outubro de 1997 como Área de Especial Interesse Urbanístico, Paisagístico e Turístico em área de antigo aterro sobre a orla da Baía de Guanabara. As obras projetadas formam um conjunto arquitetônico em si, mas voltadas para uma integração com o terminal de barcas do Rio de Janeiro, mas com pouco ou mesmo nenhuma integração com as demais áreas da cidade e sua população.

Ao investigar a intencionalidade de construção do empreendimento urbano Caminho Niemeyer, percebemos que a administração local espelhou-se em modelos internacionais, com o uso da marca de um grande arquiteto assinando, não só o desenho de seus edifícios, mas também o nome do empreendimento. Assim, o Caminho Niemeyer vem ao encontro de uma fórmula já conhecida, com a utilização de grandes projetos nas ações vinculadas ao empresariamento urbano (PEREIRA, 2006).

Dessa maneira, os gestores de Niterói deixaram de lado a abordagem “administrativa”, e tomaram uma postura “empreendedora”, investindo em parcerias público-privadas, de forma que a iniciativa local tem interagido com os poderes governamentais, buscando e atraindo fontes externas de financiamento e novos investimentos diretos. Este tem sido o papel da autoridade local, como facilitador com respeito aos interesses estratégicos do desenvolvimento, criando uma imagem urbana atraente para os negócios (PEREIRA, op.cit.).

Metropolitana, Capela Flutuante e estacionamento para integração da estação das barcas e o terminal rodoviário João Goulart ao Caminho Niemeyer.

Figura 20 - Localização das obras do Caminho Niemeyer. Fonte: Pereira, 2006.

O pequeno trecho de Niterói, inserido na Paisagem Cultural do Rio de Janeiro, não considerou estes itens criados sob as obras do Caminho Niemeyer ou dos seus atrativos litorâneos. O pequeno setor foi incluído devido à existência de dois fortes, Pico e Santa Cruz da Barra. Os dois fortes citados fazem parte de um complexo maior, contínuo, que abrange também os fortes de São Luiz, Barão do Rio Branco e Imbuí.

Interessante observar que, mesmo após amplo investimento na construção de equipamentos e bens voltados, sobretudo ao turismo local, eles não foram considerados nos limites da área reconhecida como patrimônio mundial.

4.3 Antes da paisagem ser cultural – Áreas de Proteção do Ambiente Cultural

As iniciativas municipais cariocas em relação a preservação do patrimônio remontam a década de 1970, reforçando-se a partir de 1980. Desde 1984, período de redemocratização do país, observamos nas políticas públicas do município olhar local, para o patrimônio local, numa escala em que o IPHAN não alcançava da mesma forma que ocorreu em São Paulo, conforme citado em capítulo anterior.

A destruição da memória da cidade ocorria de modo indiscriminado, industrialização, expansão urbana, rodoviarismo, levando à modificação de bairros e monumentos importantes para a cidade, assim, o tema da conservação do patrimônio cultural encontrou, pouco a pouco, espaço em debates e discussões no âmbito da sociedade carioca.

Esse quadro refletiu-se, inicialmente em 1977 (CARLOS, 2008), com a elaboração do Plano Urbanístico do Rio de Janeiro (Pub-Rio) que recomendou a proteção e a conservação do Centro da cidade.

Em 1979, a iniciativa proposta pelo Pub-Rio materializou-se, no âmbito do poder público municipal, no Projeto Corredor Cultural[79] que buscou conservar partes remanescentes do conjunto arquitetônico do centro (Figura 21).

Na década de 1980, concomitantemente à iniciativa Projeto Corredor Cultural, ocorreram diversos movimentos sociais urbanos organizados na cidade, liderados por associações de moradores que buscaram a melhoria da qualidade de vida em seus bairros (CARLOS, op.cit.).

As iniciativas de mobilização, segundo o autor, foram realizadas diante da necessidade de proteção legal dos suportes físicos das comunidades, de tal modo que o reconhecimento do poder público por meio da proteção legal, da importância cultural de alguns bairros, mesmo degradados, fosse capaz de acarretar iniciativas de conservação urbana, como por exemplo, atualização da

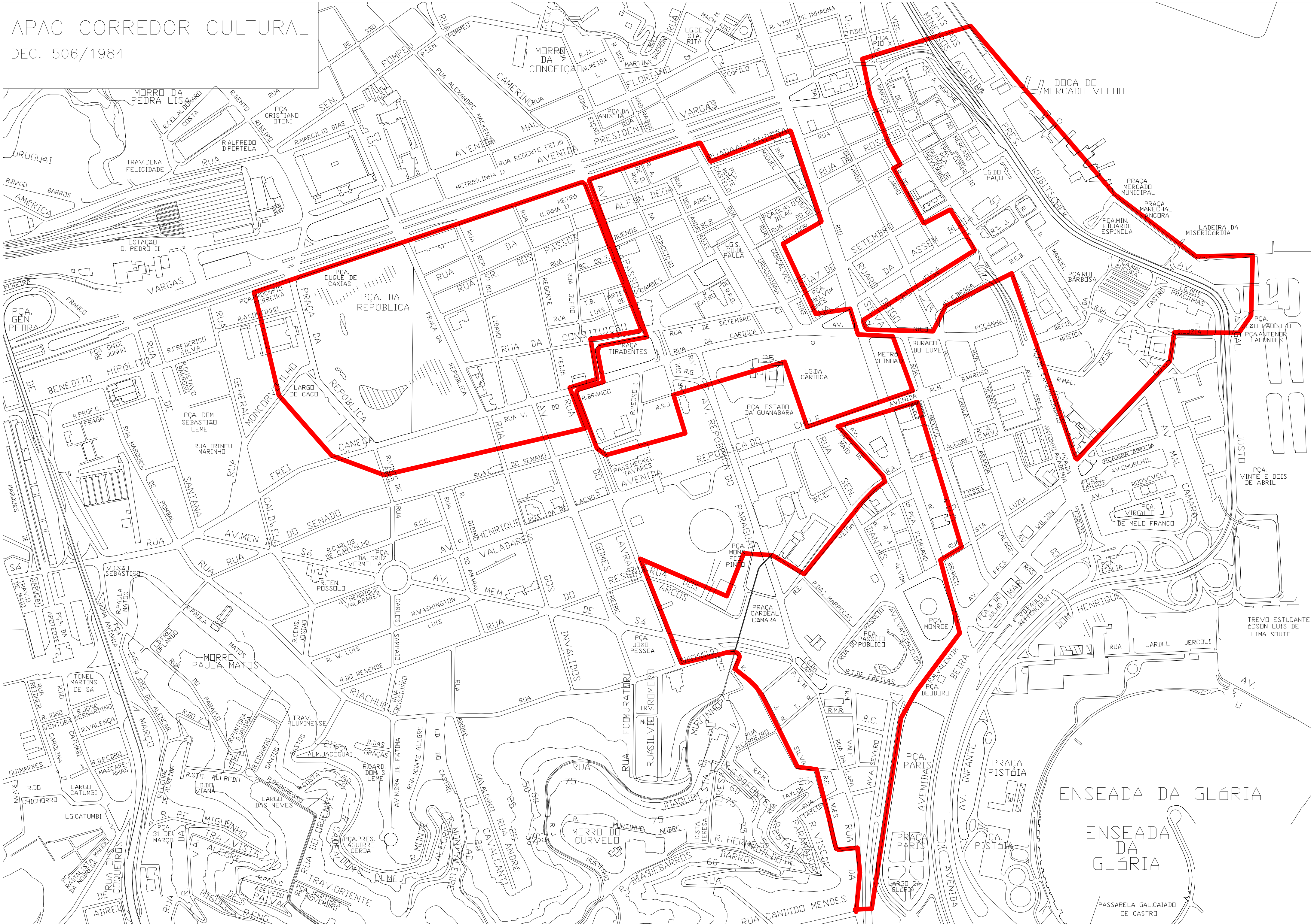
[79] Nesse contexto, a partir de 1979, o Projeto Corredor Cultural, de iniciativa do poder público municipal, propôs a reestruturação de espaços públicos e a recaracterização de fachadas e coberturas das edificações classificadas como relevantes para a memória urbana local e da cidade, localizadas no Centro. Assim como ocorreu no processo de formação da cidade, a proteção de áreas urbanas iniciou-se pelo Centro, irradiando-se a partir da década de 1980, por diversos bairros da cidade.Em 1984, os parâmetros resultantes dos estudos realizados foram consolidados em lei municipal nº 506 que reconheceu o “Corredor Cultural como Zona Especial do centro histórico do Rio de Janeiro”.

infraestrutura e a melhoria dos serviços públicos, além de tentar afastar os problemas gerados pelo aumento da ocupação, sobretudo das áreas irregulares.

Contudo, ainda segundo Carlos (2008) as intervenções foram sendo realizadas oferecendo a proteção legal a bens localizados nestes bairros, sobretudo aqueles mais próximos à área central, sendo que na maior parte dos casos esses espaços tornaram-se opções de alojamento mais barato próximo ao centro e também a zona sul, onde havia opções de trabalho, para as classes pobres, além de manterem um pequeno comércio e pequenas indústrias, que ainda eram também opções de trabalho.São os casos da Saúde, Gamboa, Santo Cristo, Santa Teresa, Cidade Nova, entorno da Praça da Cruz Vermelha, dentre outras áreas (CARLOS, op.cit.)

Como forma de contextualização, importante lembrar que o tema da conservação de áreas urbanas assumiu relevância em nível global a partir da década de 1960, devido ao modelo urbano racionalista e funcionalista empregado na reconstrução de cidades europeias no período pós-guerra.

Os resultados geraram reflexões e críticas sobre suas consequências, reforçando uma postura preservacionista, voltada a considerar tecidos urbanos consolidados como componentes do desenvolvimento das cidades. A partir desse período, a conservação urbana passou a oferecer novos parâmetros teórico-metodológicos para o processo de gestão do solo urbano das cidades ocidentais, cujas bases foram estabelecidas em encontros e congressos que produziram documentos e recomendações internacionais (CARLOS, op.cit.) conforme abordados na Parte II desta pesquisa.


APAC CORREDOR CULTURAL
DEC. 506/1984
PÇA. DA REPÚBLICA
PRAÇA TIRADENTES
LG. DA CARIOCA
PÇA. ESTADO DA GUANABARA
PRAÇA CARDEAL CÂMARA
PÇA. PASSEIO PÚBLICO
PÇA. MONROE
PRAÇA PARIS
PRAÇA PISTÓIA
ENSEADA DA GLÓRIA
MORRO PAULA MATOS
MORRO DO CURVELO
MORRO DA CONCEIÇÃO
MORRO DA PEDRA LISA
ESTAÇÃO D. PEDRO II
DOCA DO MERCADO VELHO
PRAÇA MERCADO MUNICIPAL
PRAÇA MARECHAL ÂNCORA
LADEIRA DA MISERICÓRDIA
PÇA. VINTE E DOIS DE ABRIL
TREVO ESTUDANTE ÉDSON LUIS DE LIMA SOUTO
PASSARELA GAL.CAIADO DE CASTRO
AVENIDA PRESIDENTE VARGAS
AVENIDA RIO BRANCO
AV. REPÚBLICA DO PARAGUAI
AV. REPÚBLICA DO CHILE
AV. MEN DE SÁ
RUA DO RIACHUELO
RUA DA CARIOCA
RUA DA CONSTITUIÇÃO
RUA DO SENADO
RUA FREI CANECA
RUA VISCONDE DO RIO BRANCO
RUA SETE DE SETEMBRO
RUA DO OUVIDOR
RUA DO ROSÁRIO
RUA PRIMEIRO DE MARÇO
RUA DA ASSEMBLÉIA
RUA SÃO JOSÉ
RUA DA QUITANDA
RUA URUGUAIANA
RUA GONÇALVES DIAS
RUA DO LAVRADIO
RUA DOS INVÁLIDOS
RUA DOS ARCOS
RUA DA LAPA
AVENIDA PRESIDENTE KUBITSCHECK
AV. INFANTE DOM HENRIQUE
AV. AUGUSTO SEVERO
RUA CANDIDO MENDES

No Rio de Janeiro, o sonho da modernidade alimentado pelas elites ao longo de décadas, desde a primeira República, tentou a todo custo apagar vestígios urbanos relacionados ao indesejável passado colonial. Essa postura condicionou o surgimento de radicais e profundas transformações na sua paisagem urbana, materializadas a partir do século XX, principalmente no centro histórico.

De uma forma ou de outra, nota-se que as inúmeras tentativas de "higienizar" as áreas centrais da cidade, com as reformas políticas e seus planos estratégicos, quase um século depois do seu início não afastaram totalmente a população pobre carioca de sua cidade, ao contrário, fazia-os ainda mais pertencentes a ela, sobretudo quando buscavam pelo reconhecimento do seu patrimônio.

Nesse contexto, foram criados os instrumentos de proteção dos bairros de Santa Teresa, em 1984, da Saúde, Gamboa, Santo Cristo e parte do Centro, eixo conhecido como SAGAS, em 1985. Por meio da legislação municipal, materializava-se uma espécie de reação das comunidades urbanas do Rio de Janeiro aos processos de degradação e constante renovação urbana, tendo sempre como foco central a proteção de seus ambientes característicos.

Os instrumentos de proteção desenvolvidos pensavam as áreas urbanas, evidenciando a inadequação do instrumento do tombamento como único meio de proteção do patrimônio cultural na escala urbana, face às experiências de proteção das áreas do Corredor Cultural e dos bairros da Saúde, Gamboa e Santo Cristo (CARLOS, 2008).

O caminho seguido, considerando-se o contexto social e urbanístico da cidade viabilizou o surgimento de instrumentos de proteção específicos, voltados às demandas da população carioca, de modo diferente do que ocorreu em São Paulo, cujos desdobramentos voltavam-se mais ao planejamento e zoneamento do território urbano do que à preservação por si só, mas dentro do mesmo contexto de participação popular e olhar voltado aos lugares e não aos monumentos.

Em 1984, foi estabelecida, a partir da Secretaria Executiva do CMPC, a Diretoria de Patrimônio Cultural e Artístico do Departamento Geral de Cultura, órgão da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, órgão que recebeu como

primeira atribuição, a tutela da Área de Proteção Ambiental/APA de Santa Teresa instituída pela Lei Municipal nº 495 de 09 de janeiro de 1984.

Em 1986, a criação da Secretaria Municipal de Cultura/SMC originou o Departamento Geral de Cultura que passou a abrigar a Diretoria de Patrimônio Artístico e Cultural e neste mesmo ano o Decreto Municipal 6.024 de 30 de outubro de 1986, transformou a Diretoria de Patrimônio Cultural e Artístico em Departamento Geral de Patrimônio Cultural/DGPC.

Em 1988, com a publicação do Decreto Municipal 7.612, definiu-se a regulamentação do primeiro instrumento urbanístico de proteção de áreas urbanas da cidade: a Área de Proteção Ambiental (APA), cujos critérios de proteção e conservação estabelecidos foram os mesmos do Decreto nº 5.459, de de 03 de outubro de 1985, que protegeu o conjunto SAGAS.

O eixo SAGAS surge neste contexto como importante e fundamental setor da área portuária, com uma clara memória da resistência escrava, assim como também traz a marca dos estivadores que ali desempenharam (e desempenham) seu ofício. Local de desembarque dos escravos e também se tem o Cemitério dos Pretos Novos (criado em 1769 e extinto em 1830), hoje sítio arqueológico reconhecido. Esse cemitério seria utilizado majoritariamente para abrigar os corpos de africanos que morriam antes de serem vendidos.

Na mesma área há também a Pedra do Sal, área de desembarque de sal e das rodas de samba, configurando-se em importante local de sociabilidade negra. E não por coincidência, neste setor da cidade, temos o local de fundação de algumas escolas de samba.

Abriga também a favela mais antiga do Rio de Janeiro, localizada próximo a Central do Brasil, área ocupada no final do século XIX por soldados que retornaram da Guerra de Canudos (1895 – 1896).

A intensificação da ocupação se deu no início do século XX, durante a gestão do prefeito Francisco Pereira Passos, com o “Bota Abaixo”, assim, população pobre que morava nos velhos casarões demolidos foi deslocada à força e se fixou nos morros próximos, iniciando a ocupação dos morros da cidade e aumentando o contingente populacional do antigo Morro da Favela, hoje conhecido como da Providência.

Passados quatro anos desde 1988, o Plano Diretor da Cidade do Rio de Janeiro foi apresentado em 1992, sendo o primeiro da história da cidade a

considerar objetivamente em seu texto diretrizes de uma política que demonstrava alguma preocupação com a proteção de áreas urbanas e naturais, viabilizadas através do uso de oito instrumentos, que foram denominados Unidades de Conservação Ambiental (UCA).

A regulamentação do uso do instrumento urbanístico denominado Área de Proteção do Ambiente Cultural (APAC) incorporou integralmente o texto do Decreto nº 7.612, de 1988, já citado. A nova denominação do instrumento proporcionou um avanço conceitual à questão da proteção de áreas urbanas na cidade, sinalizando na direção da consideração dos aspectos imateriais existentes na APAC, através da terminologia "ambiente cultural" (CARLOS, 2008).

O que pode ser observado em relação às APACs é sua intenção de não "engessar" uma área urbana, mas pelo contrário, flexibilizar e disciplinar eventuais processos de renovação e adaptação de novos usos, sem prejuízo da paisagem urbana considerada culturalmente relevante para a cidade, o instrumento buscou o equilíbrio entre as ações de renovação e de proteção.

Logo em seguida verifica-se a criação de mais duas categorias de proteção de edificações históricas, além do tombamento, denominadas "bem preservado"[80] e "bem tutelado"[81.]

A iniciativa permitiu maior abrangência e flexibilização dos processos de classificação e formulação de critérios de conservação de bens edificados, presentes em áreas urbanas relevantes culturalmente para a cidade, diante das demandas de renovação e mudanças de uso.

O posicionamento diante da organização dos setores públicos envolvidos na questão do patrimônio cultural na cidade do Rio de Janeiro se faz necessário, assim, tem-se na década de 1980 o Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio Cultura (CMPC)[82] constituindo-se em órgão assessor do prefeito da

[80] Bem Preservado: Um bem é indicado para preservação quando pertence a um conjunto arquitetônico cujas características representem a identidade cultural de um bairro, localidade ou entorno de um bem tombado. Neste caso, são mantidas fachadas, telhados e volumetria. São permitidas modificações internas, desde que se integrem aos elementos arquitetônicos preservados. O objetivo é preservar a ambiência urbana.

[81] Bem Tutelado: É o imóvel renovado, situado no entorno dos bens preservados ou tombados. Ele pode ser substituído ou modificado, após análise e aprovação do órgão de tutela. Não possuem valor de conjunto, mas estão sujeitos à restrições para não descaracterizar o conjunto protegido.

[82] É o Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural do Rio de Janeiro, de acordo com as prerrogativas previstas na Lei nº 166 de 27 de maio de 1980, o

cidade nas questões relativas à política de proteção do patrimônio cultural carioca, cujo principal instrumento era até então o tombamento, instituído pela Lei Municipal nº 166 de 27 de maio de 1980.

A lei do tombamento também definiu como integrantes obrigatórios do CMCP, um representante da Secretaria Municipal de Educação e Cultura e outro da Fundação Rio, aos cidadãos e associações de moradores também era possível pleitear audiências com o presidente do CMPC, bem como com o representante do órgão executivo de patrimônio da cidade, desde que respeitada fila de espera determinada por prioridades e interesses políticos do poder executivo.

Ocorre que essa postura, nos últimos anos, foi tornando-se cada vez mais rígida contribuindo, segundo Carlos (2008) de modo determinante no distanciamento do CMPC da população carioca em geral, construindo uma imagem de órgão público inacessível e, por isso, autoritário.

Em relação às iniciativas municipais de proteção ao patrimônio cultural, o governo carioca tombou de modo inovador (MARINS, 2015[83]), conjuntos industriais, inaugurando uma prática de preservação inédita no Brasil, como por exemplo, o Conjunto de Bangu, Vila Isabel, São Salvador, além de algumas vilas e moradias populares, com um olhar muito voltado às especificidades dos diversos setores da cidade em relação ao seu histórico de ocupação.

Importante destacar neste reconhecimento setores com a presença de imigrantes, conforme o tombamento da Igreja Ortodoxa Santa Zinaida (Figura 22), da comunidade russa da cidade e o Grande Templo Israelita do Rio de Janeiro

---

responsável por orientar o Prefeito nas decisões relativas aos atos de tombamento e destombamento. Quando decretado o tombamento, também compete ao CMPC, em relação aos bens tombados municipais, pronunciar-se quanto à demolição, no caso de ruína iminente; modificação; transformação; restauração; pintura ou remoção da mesma; expedição ou renovação de licença para obra, para afixação de anúncios, cartazes ou letreiros; para instalação de atividade comercial ou industrial e ainda quanto à prática de qualquer ato que de alguma forma altere a aparência, a integridade estética, a segurança ou a visibilidade de bem tombado pelo Município. Texto disponível no site http://www0.rio.rj.gov.br/patrimonio/cmpc.shtm, acesso em 07.ago.2015.

83 Paulo César Garcez Marins. Aula proferida em Encontros SESC Memórias sobre temas das áreas de Arquivo e Patrimônio, História e Memória. *Outras escalas, outras memórias*. São Paulo. Outubro 2015.

(Figura 23), no bairro da Cruz Vermelha, reconhecendo a comunidade judaica ali presente.

Outros itens, ainda mais localizados como o piso pé-de-moleque (Figura 24), presente em algumas vilas da região central ou mesmo a Calçada 28 de Setembro em Vila Isabel (Figura 25), representam de modo determinante alguns aspectos do patrimônio carioca, reivindicados por sua população e ao menos em âmbito municipal assim reconhecidos.

O diferencial destas iniciativas residiu na valorização de ambiências de significativo valor cultural, e não na uniformidade estilística dos conjuntos arquitetônicos completamente íntegros ou na submissão de recortes territoriais a um determinado bem de valor excepcional, como se fazia até então (SCHLEE, 2015).

A conservação da memória urbana proporcionou à população da cidade um novo elemento de reflexão, a ser considerado no processo da sua evolução. A alternativa de se conservar conjuntos arquitetônicos históricos possibilitou, em algumas áreas, a sua reinclusão no cotidiano da população através de adaptações às solicitações da vida atual, transformando-se assim, em contraponto aos recorrentes e radicais processos de renovação urbana.

A cidade do Rio de Janeiro conta atualmente com 141 bens protegidos, distinguindo-se em bens preservados e bens tutelados.

No Rio de Janeiro, são inegáveis os avanços obtidos com a implantação do projeto Corredor Cultural, a partir de 1979, e as APACs a partir de 1984, cujas delimitações também se apoiaram em critérios históricos e arquitetônicos, mas que inovaram ao atribuir qualidade ao espaço urbano pelo ritmo e pelo valor ambiental que as edificações lhe proporcionavam.

No entanto, a insistência dos órgãos de preservação, tanto no Rio de Janeiro, como nas demais cidades brasileiras, em considerar patrimônio apenas as áreas que ainda mantém um alto grau de integridade morfológica no espaço urbano fizeram com que as cidades fossem recortadas para a delimitação de áreas de preservação formando polígonos para incluir o que se considera “conjuntos edificados de relevante interesse cultural”, sem considerar contextos locais e características que diferenciam processos, traçados e formas de ocupação (SCHLEE *et al,* 2009)

4.4 Rio Paisagem Cultural - A primeira tentativa

O Rio de Janeiro foi incluído na chamada Lista Tentativa para reconhecimento como patrimônio mundial sob o título *Rio de Janeiro Cultural Landscape* em agosto de 2001 e posteriormente, a primeira candidatura foi oficializada, como sítio misto, em 2002.

Em 2003 a IUCN e o ICOMOS não acataram a inscrição e sugeriram um novo enquadramento à candidatura (Figura 22). A avaliação foi, portanto, seguida da recomendação de continuidade do processo, mas sob nova categoria: paisagem cultural.

Na recomendação dada nota-se que sob os critérios naturais, não há retorno positivo, mas há indicação da possibilidade sob critérios culturais, porém em um momento futuro.

A delimitação da área proposta também deveria ser alterada, de modo a estabelecer meios de proteção mais eficazes. A questão da gestão torna-se também destaque, com indicação de uma gestão integrada.

27 COM 8C.12 The World Heritage Committee,

1. Decides not to inscribe Rio de Janeiro: Sugar Loaf, Tijuca Forest and the Botanical Gardens, Brazil, on the World Heritage List on the basis of natural criteria;

2. Defers consideration of the cultural criteria of Rio de Janeiro: Sugar Loaf, Tijuca Forest and the Botanical Gardens, Brazil, encouraging the State Party to:

a. undertake an appraisal of the cultural values of Rio's setting in order to inform a re-definition of the boundaries of the proposed World Heritage property, so as to protect the overall back-drop of the city more effectively; and,

b. put in place an integrated management plan, including revisions to the legislative protection and boundaries of the proposed property, as recommended by IUCN and ICOMOS;

3. Further encourages the State Party to renominate the property as a cultural landscape, subject to the caveats outlined above.

WORLD HERITAGE COMMITTEE
Twenty-seventh session
Paris, UNESCO Headquarters, Room XII
30 June - 5 July 2003

Figura 22 – Resposta dada à primeira candidatura do *Rio de Janeiro, de ago*sto de 2001. Fonte: The World Heritage Committee, 2003.

Seguindo a recomendação dada, a proposta seguinte, de 2004, trouxe o território “Rio Paisagem Cultural” abrangendo sítios de valor cultural como o centro histórico da cidade e adjacências – Lapa e Glória, paisagens naturais como as orlas litorâneas com praias e afloramentos rochosos – junto aos quais a cidade se expandiu nos séculos XIX e XX, o Parque Nacional da Tijuca e o Jardim Botânico, ambos referências do século XIX, além da lagoa Rodrigo de Freitas e do mar territorial com as ilhas costeiras.

O sítio apresentado abrangia uma superfície de 9.695,70 hectares, dos quais cerca de 5.050 ha localizados no continente. Nele estão incluídas áreas urbanas edificadas e ambientes naturais - parques urbanos, praias, lagoa e montanha.

Grande parte da área abrangida pelo “Rio Paisagem Cultural” estava destinada ao uso público e encontrava-se protegida por legislação de proteção do patrimônio natural e cultural, sob tutelas federal, estadual ou municipal. O restante do território abrangia parte das águas da baía de Guanabara e de mar territorial, no qual se encontram ilhas costeiras e oceânicas (Figura 23).

Foram considerados compartimentos do “Rio Paisagem Cultural”:

a. Centro, Lapa e Glória, além as ilhas localizadas junto à costa, como Ilha de Villegaignon, Ilha das Cobras e Ilha Fiscal;
b. Parque do Flamengo e Praia de Botafogo;
c. Bairro da Urca, incluídos os morros da Urca, Pão de Açúcar e Cara de Cão e as praias existentes no bairro;
d. Leme e Copacabana, incluídos os morros do Leme, a ponta de Copacabana e respectivas praias;
e. Arpoador, Ipanema e Leblon, incluídas a ponta do Arpoador, o morro Dois Irmãos e respectivas praias;
f. Lagoa Rodrigo de Freitas, incluídos seu espelho d’água, o canal do Jardim de Alah, o parque que a circunda e a área do Jóquei Clube Brasileiro;
g. Jardim Botânico do Rio de Janeiro;
h. Parque Nacional da Tijuca, incluído o Parque Lage; e
i. Mar territorial e ilhas oceânicas.

A Zona de Amortecimento do “Rio Paisagem Cultural” compreendia ambientes urbanos, com áreas e edificações sob proteção ambiental ou tutela cultural e áreas florestadas protegidas por legislação federal, estadual e municipal, abrangendo 8.796,40 hectares.

O grupo de trabalho formado para conduzir este processo, elaborou a nova proposta buscando representar valores, influências e lugares de significado universal (ALMEIDA, 2011).

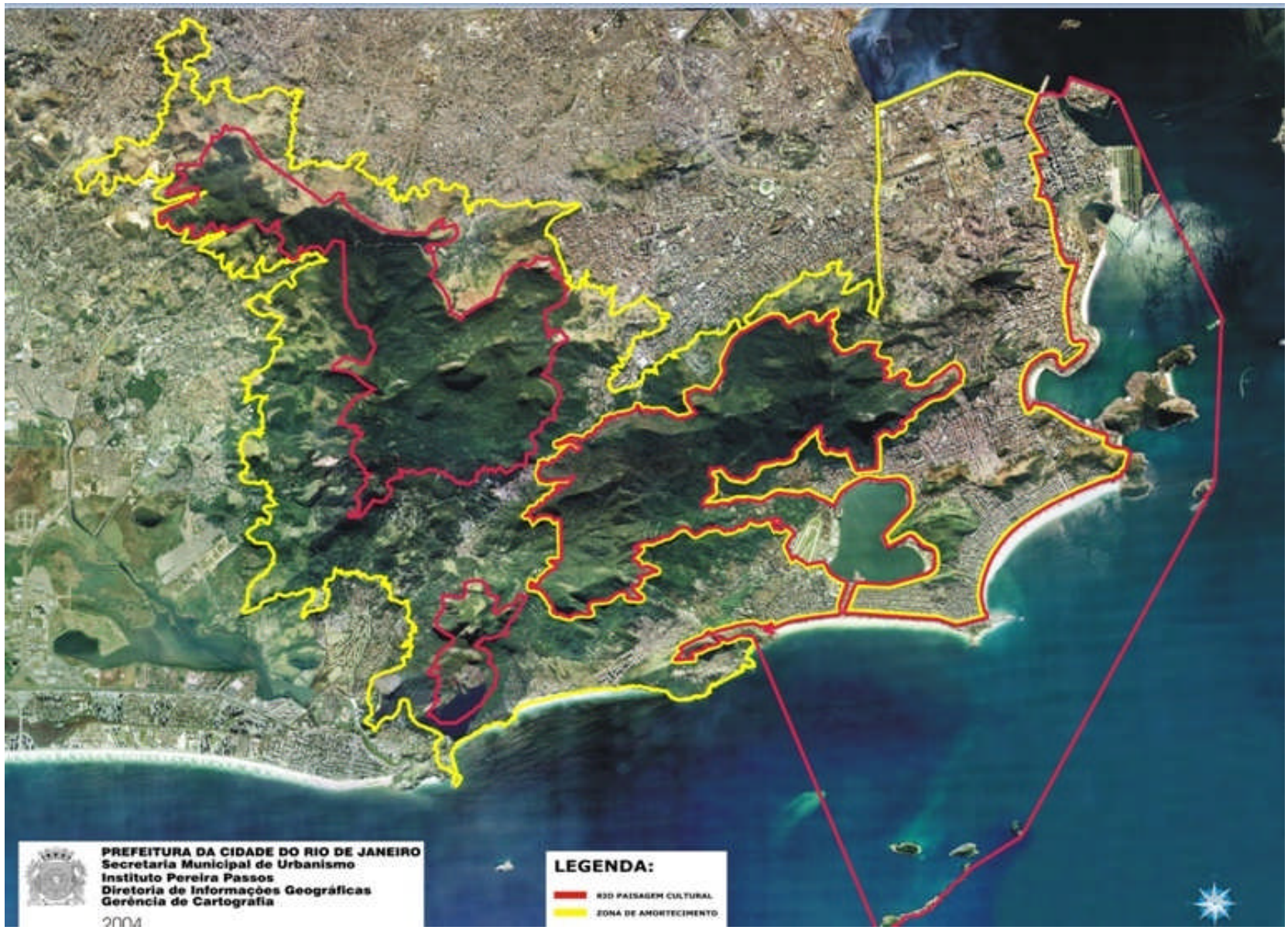


Figura 23– Limites da Paisagem cultural carioca – 1ª tentativa. Fonte: Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, 2004.

O critério baseado no valor universal excepcional foi um dos mais destacados nesta versão da candidatura apresentada à UNESCO, ressaltando que a cidade, ou parte dela, é “fruto da sensibilidade do homem carioca quando se deparou com uma natureza absolutamente singular e estonteante, o que o fez construir uma cidade que parece uma segunda natureza” (ALMEIDA, 2011).

O relatório do ICOMOS relativo à primeira candidatura havia identificado valores universais na paisagem do Rio, com a identificação das zonas propostas para inscrição devido à importância imaterial, relacionada à sua associação aos moradores da cidade, evidenciando que os mesmos apreciavam as qualidades culturais do lugar, sua beleza, o lazer que oferecia e a imagem com que eles se identificavam e que serviu de inspiração para muitas formas de arte (literatura, poesia, música), da mesma forma, a monumentalidade reconhecida internacionalmente, com as imagens da Baía de Guanabara, o Pão de Açúcar e a estátua do Cristo Redentor como um fator de reconhecimento mundial.

Uma busca simples por “Rio de Janeiro” no acervo de imagens do Google[84] nos traz um exemplo desta imagem carioca divulgada e consolidada no imaginário global (Figura 24), as vinte primeiras imagens trazem: Cristo Redentor, Morro do Pão-de-Açúcar (com ou sem o bondinho), Baía da Guanabara e orla de Copacabana.

O processo de candidatura da cidade do Rio de Janeiro resultou da colaboração do IPHAN, Ministério do Meio Ambiente - por meio do Instituto Chico Mendes para a Biodiversidade, Governo do Estado do Rio de Janeiro e Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, foi inclusive criado um comitê técnico com a função de criar as bases e tomar decisões relativas à inscrição do Rio de Janeiro como Patrimônio Mundial[85].

[84] Disponível em <https://www.google.com.br/search>, acesso em 25.set.2015.
[85] Grupo de Trabalho instituído pela Portaria MMA nº 450, de 20 de novembro de 2003, e que integram GT criado pelo Decreto Municipal nº 24.677, de 28 de setembro de 2004.

Figura 24– Resultado da busca pelo *Google* Imagens de "Rio de Janeiro".
Fonte: google.com.br/search, 2015.

Na comparação com outras cidades, prerrogativa da candidatura, verifica-se o objetivo de ressaltar as diferenças e a originalidade da paisagem cultural carioca. A comparação se deu com Sintra, em Portugal, Buenos Aires na Argentina, Cidade do Cabo na África do Sul, Nápoles na Itália, Nova York e São Francisco nos EUA, e, Hong Kong na China.

Segundo os autores, essas áreas teriam aspectos em comum com a paisagem cultural do Rio de Janeiro por serem exemplos de desafios bem sucedidos da implantação humana e sua adaptação a partir de matrizes culturais bastante distintas, com sítios naturais de grande diversidade morfológica e biológica.

Alguns aspectos que deram origem a esses sítios podem ser confrontados em termos de processos sociais, econômicos e culturais, como é o caso de Rio de Janeiro e Buenos Aires, e, outros similares na forma de implantação, como é o caso do Rio e Cidade do Cabo; entre Rio e Sintra tem-se a questão da similaridade em relação a implantação de um mesmo modelo paisagístico.

Rio de Janeiro e Buenos Aires, por exemplo, são duas cidades que ao longo de seu desenvolvimento, apresentaram identidades e divergências sendo motivo para aproximação e competição: ambas originaram-se da colonização ibérica, cresceram como importantes cidades portuárias exercendo controle e influência sobre uma grande hinterlândia consolidaram-se no período colonial

como polos de contato e de controle de zonas mineradoras e no século XIX como capitais e centros de poder dos dois maiores países da América do Sul, além disso, possuem população superior a 10 milhões de habitantes e passaram por reformas modernizantes no início do século XX, fatos que lhes proporcionam características muito marcantes sobretudo em relação ao modo como se formataram diante das limitações do território.

As duas cidades constituem polos de diversidade cultural por terem recebido influência de diferentes países a partir da colonização, Buenos Aires com predominância europeia e o Rio de Janeiro com a matriz africana. No Rio, as praias e a rua correspondem ao lócus de sociabilidade, em Buenos Aires são os parques e os cafés que desempenham este papel.

Em relação à gestão, ponto de destaque nas recomendações do comitê, o plano carioca buscou envolver agentes públicos e privados, com articulação entre o Estado, os agentes privados e a comunidade local em prol da preservação do patrimônio natural e cultural. Os objetivos gerais do Plano de Gestão de Conservação Integrada são:

- Integrar as ações com vistas a alcançar um processo de preservação sustentável do território “Rio Paisagem Cultural”, garantindo o desenvolvimento territorial e socioeconômico ecologicamente equilibrado e culturalmente diversificado;
- Estabelecer diretrizes e medidas para orientação, planejamento e fomento das ações de conservação e valorização do “Rio Paisagem Cultural”, considerando os aspectos estratégicos, normativos e operacionais necessários à sua consecução.
- Promover o compartilhamento de responsabilidades entre os diversos agentes públicos envolvidos, bem como a sua aplicação comum.

Dentre os objetivos específicos, destacavam-se:

- Garantir a preservação sustentável do “Rio Paisagem Cultural” em sua integralidade e de forma homogênea, respeitadas as características peculiares de cada compartimento, mediante instrumentos e ações voltadas à:

- proteção;
- recuperação e conservação;
- fruição pública;
- promoção e divulgação dos bens naturais e culturais.

Em relação à Zona de Amortecimento da primeira proposta os objetivos apresentados foram:

- Promover o controle da expansão e da ocupação dos sítios urbanos e a conservação e valorização dos naturais e culturais.

De acordo com o documento apresentado a avaliação do estado de conservação foi abordada sob a ótica da conservação da integridade do patrimônio protegido, bem como dos principais serviços públicos relacionados à sua manutenção, apresentada segundo tipologias de paisagens que compõem o território objeto de avaliação, denominadas como:

(i) paisagens naturais, que incluem morros, matas, mar e ilhas oceânicas;
(ii) paisagens agenciadas, que compreendem os jardins e parques públicos, as praias e a lagoa Rodrigo de Freitas, com as respectivas orlas; e
(iii) paisagens urbanas ou edificadas, localizados no Centro e nos bairros da Glória e da Urca.

Em relação às condições dos bens relacionados, de modo geral, o documento narra situação adequada de proteção e gestão. Em relação à proteção, o destaque se dá para a Floresta da Tijuca e os investimentos em melhorias feitos ali ao longo dos anos, ressaltando o fato de que as paisagens naturais localizadas em uma metrópole com as características do Rio de Janeiro, a conservação desses ambientes tem requerido, além das ações cotidianas, atenções especiais que dizem respeito à adoção de medidas preventivas e corretivas por parte dos gestores públicos.

Sobre as paisagens agenciadas, diz o documento, que seu estado de conservação é satisfatório, são responsáveis pela conservação dessas áreas os órgãos que integram a prefeitura da cidade.

O estado de conservação da maioria das praias oceânicas, das areias e da água, foi considerado satisfatório, principalmente aquelas localizadas na orla do Leme ao Leblon.

Sobre as áreas urbanas, foram apresentadas sob bom estado de conservação, com instituições responsáveis pela proteção do patrimônio cultural urbano (IPHAN, INEPAC, DGPC) desempenhando papel fundamental na conservação e recuperação dos bens tombados e da manutenção das ambiências das áreas de entorno dos mesmos.

Ainda segundo o documento apresentado, a identidade comum aos vários tipos de paisagens cariocas reside na vocação e no reconhecimento delas como espaços de lazer e de turismo. Com este enfoque, observa-se grande esforço em promover a cidade como destino turístico, também pelo Ministério do Turismo, EMBRATUR e RIOTUR, em âmbito local, que apresentaram e promoveram os compartimentos que compõem o sítio “Rio Paisagem Cultural” segundo tipos de passeios e de entretenimentos.

As políticas e programas abrangem, ainda, iniciativas específicas direcionadas para a apresentação e promoção dos valores ambientais e culturais dessa paisagem, através de ações de educação ambiental e patrimonial.

Como pressões sofridas pelo sítio, delimitado como paisagem cultural, são apresentadas o aumento da demografia, as demandas geradas pelo uso e ocupação do solo como o aumento de ocupação de encostas, ressalta-se que a pressão do uso e ocupação do solo se manifesta no estado da qualidade do ar, das águas, do solo, da biodiversidade e do ambiente construído.

Como estratégias de gestão destaca-se o fato de que a quase totalidade da área proposta ser formada por imóveis de domínio da União Federal, administrados pela Secretaria do Patrimônio da União - SPU do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

O patrimônio, de natureza diversificada, é composto, entre outros, por imóveis próprios nacionais, mar territorial, terrenos de marinha e seus acrescidos, praias marítimas, ilhas oceânicas e costeiras, florestas nacionais e bens de uso comum.

Para o cumprimento dos objetivos do Plano de Gestão da Conservação Integrada, apresentado na ocasião da candidatura de 2004 foram estabelecidas as seguintes Estratégias de Sustentabilidade Ambiental e Cultural:

- Estratégia 1: Promover a sensibilização da sociedade para a importância da proteção e da conservação do patrimônio natural e cultural da cidade, como memória de nossa história e identidade da sociedade carioca, garantindo a fruição de todos os usuários e a sua preservação para as gerações futuras.
- Estratégia 2: Promover o desenvolvimento institucional e o aperfeiçoamento e integração dos instrumentos de planejamento e da gestão urbana democrática, garantindo a efetiva participação da sociedade e incorporando no processo a dimensão ambiental-cultural.
- Estratégia 3: Aperfeiçoar a regulamentação do uso e da ocupação do solo, assim como as normas e os instrumentos de proteção e conservação do patrimônio ambiental urbano, com vistas à promoção da equidade, à eficiência e à qualidade ambiental.
- Estratégia 4: Desenvolver e estimular a aplicação de instrumentos econômicos no gerenciamento e aproveitamento dos recursos naturais e culturais visando a sustentabilidade ambiental.

Sobre o turismo, item destacado no documento apresentado em 2004, cabe-nos uma breve reflexão sobre esta imagem que favorece a comercialização da cidade carioca, e também do Brasil, sob os olhares estrangeiros.

A imagem associada ao Brasil e da cidade carioca da alegria, do sol, das mulheres, do carnaval e do futebol vem tentando ser mudada, sobretudo se verificarmos o último grande evento realizado, Copa do Mundo da FIFA em 2014 e também o próximo evento, Olimpíadas em 2016.

Segundo Michel Nicolau Netto[86] o que se quer agregar à "marca Brasil" é algo que foge a imagem anteriormente citada: "*ao contrário, essa é a imagem velha, que apenas permanece se ressignificada. A imagem que se quer agregar é a do megaevento, dos grandes negócios, da excelência, do consumo do alto padrão etc*."

A nova postura de administração do Instituto Brasileiro de Turismo, antiga Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR) e Ministério do Turismo, desde

[86]Professor do Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Campinas (IFCH-UNICAMP). **Revista Pesquisa FAPESP**, Reportagem de MÁRCIO FERRARI. Edição 227, janeiro de 2015. Disponível em http://revistapesquisa.fapesp.br/2015/01/19/turismo-como-estrategia/. Acesso em 02.fev.2015.

2003, é usar uma nova estratégia de marketing para a imagem do país, sobretudo no exterior, com vistas a uma recolocação do país no mercado global de turismo.

Ainda segundo Nicolau Netto, em pesquisa desenvolvida desde 2012, é possível observar que a EMBRATUR passou, desde 2002, a atuar como um agente global, adotando uma série de discursos para reconstruir a imagem do país com utilização de imagens centrais relacionadas às categorias modernidade e diversidade. O pano de fundo desta alteração de imagem, é marcado pela ideia de um plano estratégico para atrair atenção internacional ao Brasil como destino turístico.

Conforme verificado pela pesquisa sobre a imagem do Rio de Janeiro associada a "praia, sol e povo alegre" que tem algo em torno de 50 anos, realizada no início do século XX, o Rio era "vendido" como uma Paris brasileira, com ênfase no centro da cidade.

Somente o apelo das paisagens naturais não mais atende aos anseios dos setores ligados ao turismo, portanto, o que se busca acrescentar é a ideia de um país de múltiplas possibilidades culturais e serviços de padrão internacional.

Foi sob este argumento que a EMBRATUR contratou a empresa catalã Chias Marketing para desenvolver o "Plano Aquarela: marketing turístico internacional do Brasil'[87], lançado em 2005 e revisado em 2007 e 2010. O documento se baseou numa extensa pesquisa entre entidades do setor no Brasil e no exterior e uma base empírica de 6.000 turistas brasileiros e estrangeiros.

A chamada marca Brasil passa a representar a imagem do turismo brasileiro no mundo inteiro, assim como a imagem de seus principais atributos de exportação. Resultado direto do "Plano Aquarela", o primeiro na história do país, a nova marca será aplicada em todo o programa de promoção, divulgação e apoio à comercialização dos produtos, serviços e destinos turísticos brasileiros no exterior.

O plano estabeleceu, em pesquisas em 19 mercados com mais de seis mil pessoas, as bases para todas as futuras ações brasileiras de marketing no exterior. Todo o processo contou com envolvimento do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC).

[87] *Plano Aquarela 2020 – Marketing Turístico Internacional do Brasil.* EMBRATUR, 2009. O Plano Aquarela 2020, traça metas e objetivos para que o Brasil consiga antes, durante e depois dos grandes eventos esportivos se projetar como destino turístico no exterior e, além de aumentar o fluxo de turistas estrangeiros, incentivar que suas viagens ao país durem mais tempo, visitem novos destinos que vão despontar com a grande exposição que teremos na mídia internacional.

A nova imagem fundamenta-se em três pilares: a ênfase em negócios e eventos, a promoção da produção cultural brasileira (na qual entram novos setores como o ecoturismo, os eventos e os negócios) e a adoção dos *Conventions Bureaus*, que são órgãos regionais que congregam os agentes privados do turismo, na sustentação da atuação da EMBRATUR.

Segundo Nicolau Netto "*os elementos prioritários a serem relacionados à marca-lugar são aqueles relativos à identidade, que precisa ser ressignificada a partir de valores que ao mesmo tempo marquem a singularidade e sejam globalmente compartilhados*".

A divulgação do Brasil no exterior foi ampliada em 2003, com a criação do Ministério do Turismo, que direcionou o foco da EMBRATUR exclusivamente para a promoção internacional. O país passou a ter maior presença em feiras, a realizar mais workshops e ações de marketing. Esses programas foram intensificados desde 2004, ano marcado pelo início da política de abertura de Escritórios Brasileiros de Turismo (EBTs) no exterior.

Em 2005, ganham o reforço de um plano de marketing turístico internacional, por meio da Marca Brasil e de uma matriz gerencial de ações estratégicas e competitivas específicas para cada mercado. Com custo de R$ 4 milhões, o "Plano Aquarela" tem como um de seus principais objetivos inserir o Brasil entre os 20 maiores destinos de turismo do mundo.

Como atrativos e diferenciais do Brasil em relação a outros destinos, destacam-se a natureza, a cultura brasileira, a variedade de cenários e as praias. Outros pontos destacados são: alegria do povo e patrimônio natural.

As principais conclusões demonstram que o trade internacional tem um alto desconhecimento do produto Brasil em geral. O conhecimento específico de produtos consolidados se destaca como Rio de Janeiro, Carnaval e Foz do Iguaçu.

A proposta da Marca Brasil foi construída em cima desses pontos:

- Alegria;
- Sinuosidade/ curva (da natureza, do caráter do povo);
- Luminosidade/ brilho/ exuberância;
- Híbrido / encontro de culturas/ raças;
- Moderno/ competente.

O desenho do “Plano Aquarela” teve três fases: diagnóstico, formulação da estratégia de marketing e plano operacional.

A formulação da estratégia de marketing aconteceu a partir das respostas a duas perguntas básicas: o que queremos ter? e, o que vamos promover?

O Plano avançou no sentido de traçar objetivos e metas para os países prioritários para a promoção internacional do Brasil, com possibilidades de ajustes em função de mudança do orçamento disponível, da evolução do turismo e do cenário econômico mundial.

Em seu desafio de instituir uma identidade ao Brasil turístico, o plano traçou objetivos para a geração de uma imagem nova e moderna do país. Além disso, a partir do crescimento dos fluxos turísticos internacionais, provocou o aumento da oferta, estimulando os investimentos internos e externos no turismo e impulsionando a melhoria do padrão da oferta atual, até que se igualasse aos patamares das cidades mais importantes do Brasil e de referências do turismo mundial.

No que diz respeito ao conteúdo da comunicação, foi estabelecida uma mensagem global para todos os mercados, que integraria todas as ações de comunicação e promoção turística internacional, feitas pela EMBRATUR , estados, cidades e setor privado brasileiro.

4.5 A segunda tentativa - As paisagens cariocas entre o mar e a montanha

O segundo documento elaborado para apresentação da candidatura do Rio de Janeiro à Patrimônio da Humanidade, traz em sua apresentação a seguinte afirmação:

> "Nada representa mais o estágio civilizatório, a genialidade, os desafios, as contradições, a singularidade cultural da sociedade brasileira do que a Paisagem Cultural da Cidade do Rio de Janeiro". (Almeida, 2011, p.05)

E com base nisto a segunda candidatura, renomeada de "Paisagens Cariocas entre a Montanha e o Mar" buscou conciliar concepções mais tradicionais da paisagem para análise da forma com a construção de valor universal excepcional, segundo os responsáveis, dentre eles Ribeiro e Azevedo, (2010), tudo em busca da adequação em relação aos critérios da UNESCO.

As "Paisagens Cariocas entre a Montanha e o Mar", trazem em sua delimitação os elementos que estruturam a paisagem cultural da cidade do Rio de Janeiro, de acordo com as recomendações da UNESCO, agrupados, agora, em três setores, identificados por A, B e C, conforme Quadro 20.

A primeira candidatura apresentava uma área total de 9.695,70 ha, a segunda versão trouxe um sítio com 7.248,78 ha. Em relação à zona de amortecimento, o primeiro documento apresentava 8.796,40 ha, em sua segunda versão, a citada zona apresentava 8.621,38 ha (Figura 25).

Houve uma redução de 2.446,92 ha na área total do sítio e de 175,02 ha na zona de amortecimento. Este novo sítio localiza-se, sobretudo, na zona sul do município e numa pequena ponta oeste de Niterói, subdividido por setores. (Figura 26).

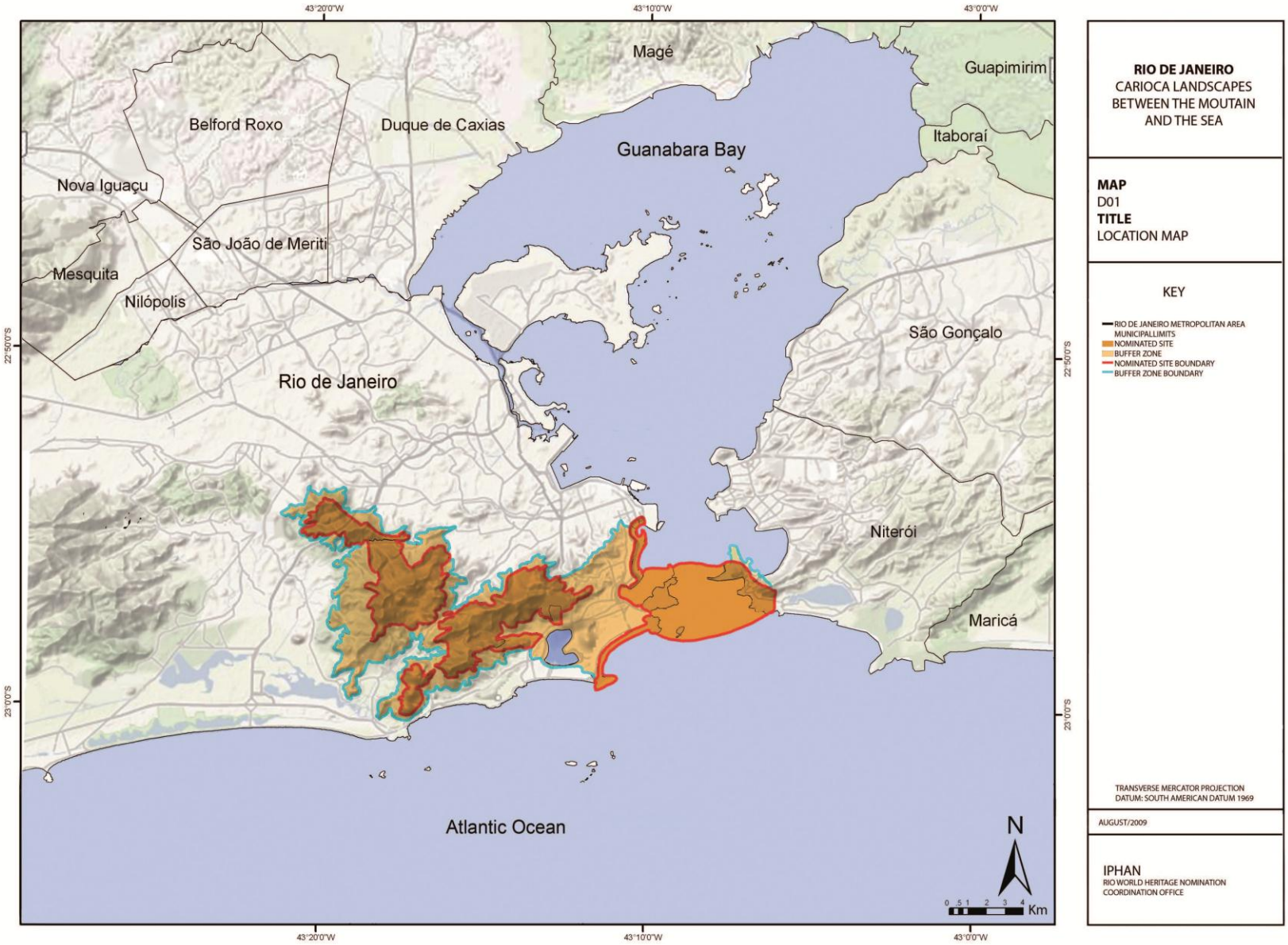


Figura 25 – Paisagem cultural do Rio de Janeiro, segunda proposta. Fonte: IPHAN, 2011.

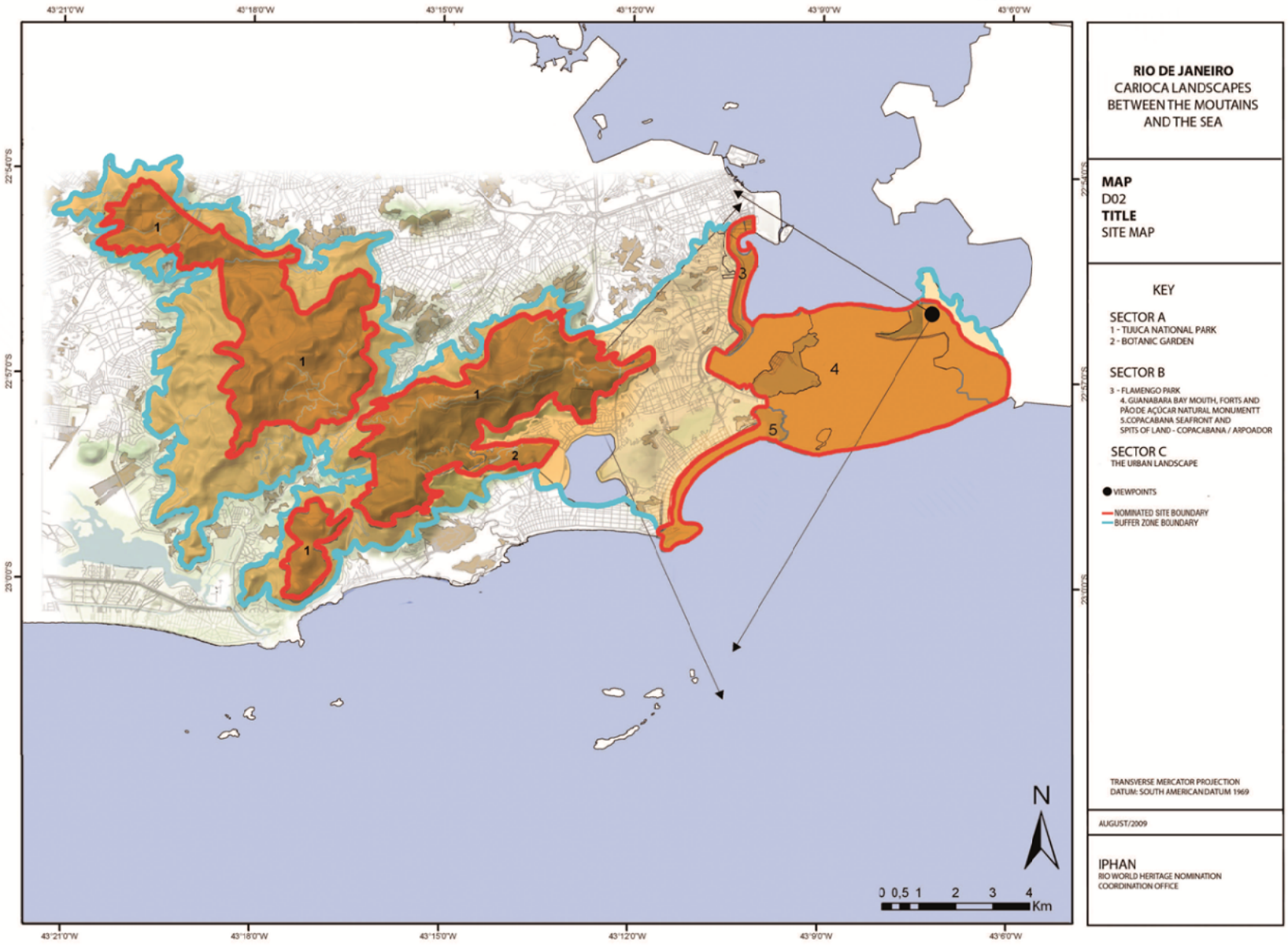


Figura 26 – Paisagem cultural do Rio de Janeiro, setores A, B e C. Fonte: IPHAN, 2011.

Superfície do Sítio Rio Paisagem Cultural	
SETOR A	Parque Nacional da Tijuca: 39,583 km²
	Jardim Botânico: 1,370 km² (0,530 de arboreto + 0,840 de reserva florestal)
SETOR B	Parque do Flamengo: 1,360 km²
	Entrada da Baía de Guanabara: 19,671 km²
	Praia de Copacabana e pontões: 2,134 km²
SETOR C	Área urbana + zona de amortecimento: 22,920 km²

Quadro 20 – Setores da paisagem cultural do Rio de Janeiro**.** IPHAN, 2011

- **Setor A - A montanha, a floresta e o jardim**: delimitado pelas quatro áreas do Parque Nacional da Tijuca e pelo Jardim Botânico do Rio de Janeiro, tendo como zona de amortecimento a área especificada no plano de manejo do parque e o entorno do Jardim Botânico, formando um corredor ecológico, com a função de proteger a biodiversidade da flora e a mobilidade da fauna (Figura 27).

- **Setor B - A entrada da Baía de Guanabara e as bordas d'água**: composto pelo Parque do Flamengo, pela área de proteção paisagística dos fortes na entrada da Baía de Guanabara e pela Orla de Copacabana com seus pontões rochosos (Morro do Leme, Forte de Copacabana e Ponta do Arpoador), considerando como zona de amortecimento o espaço compreendido entre o mirante do Corcovado, a 704 metros de altitude, e o mirante do Morro do Pico, na região das fortalezas de Niterói (Figura 28).

- **Setor C - A paisagem urbana**: definido como zona de amortecimento, marcado pelos elementos naturais do entorno do Sítio. Destaca-se como

importante elemento de interligação e proteção dos demais setores, além de contribuir para a sustentabilidade e promoção dos valores excepcionais do Sítio como um todo. Engloba os morros da Babilônia, São João, Catacumba, Cabritos, Saudade, que delimitam os bairros de Copacabana, Botafogo e Lagoa, o Morro da Viúva no Flamengo, o vale do Cosme Velho e Laranjeiras e a encosta sul do Morro de Santa Teresa até encontrar a borda do Parque do Flamengo, no centro da cidade (Figura 29).

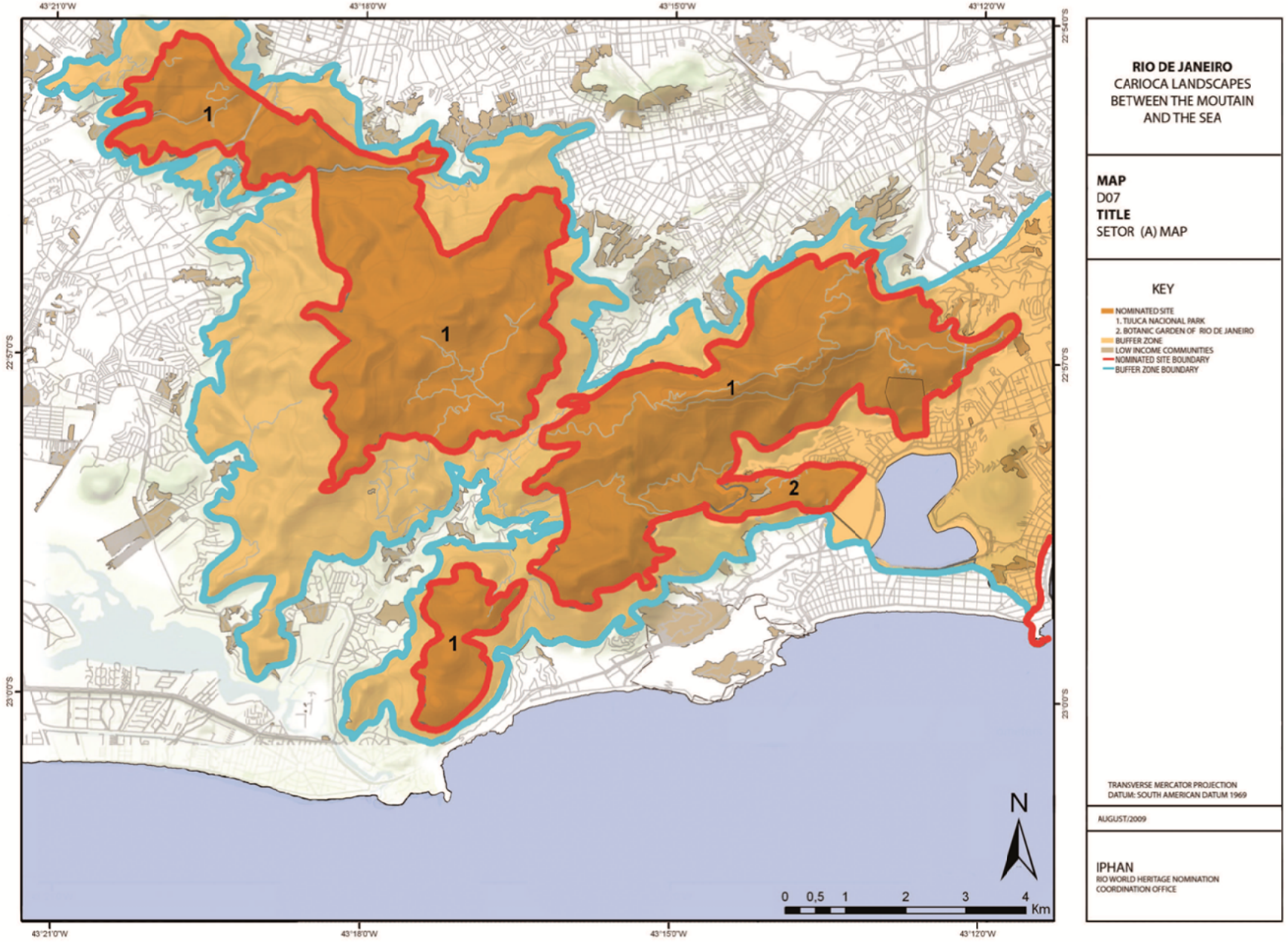


Figura 29 – Paisagem cultural do Rio de Janeiro,setor A . Fonte: IPHAN, 2011.

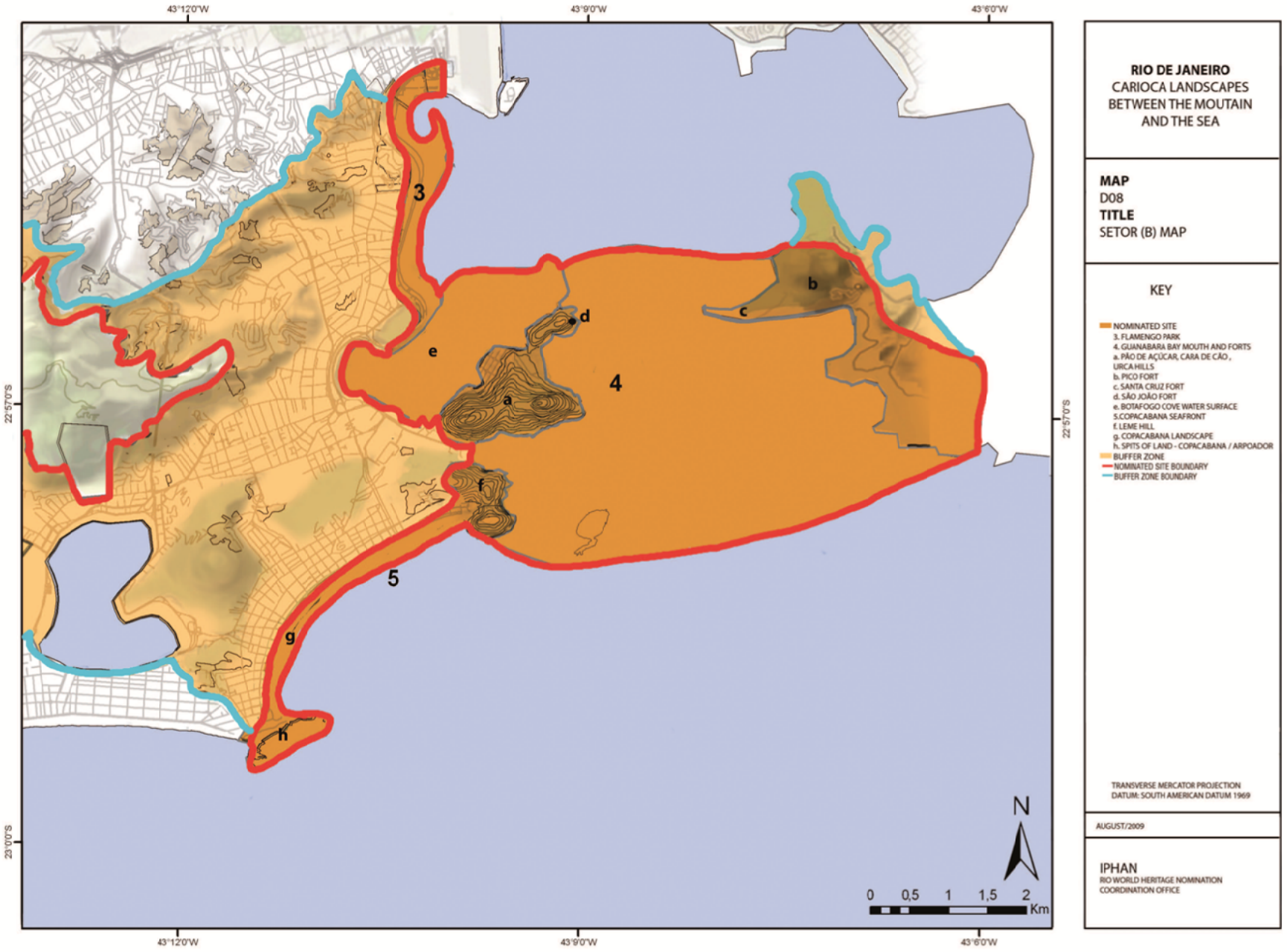


Figura 30– Paisagem cultural do Rio de Janeiro, setor B. Fonte: IPHAN, 2011.

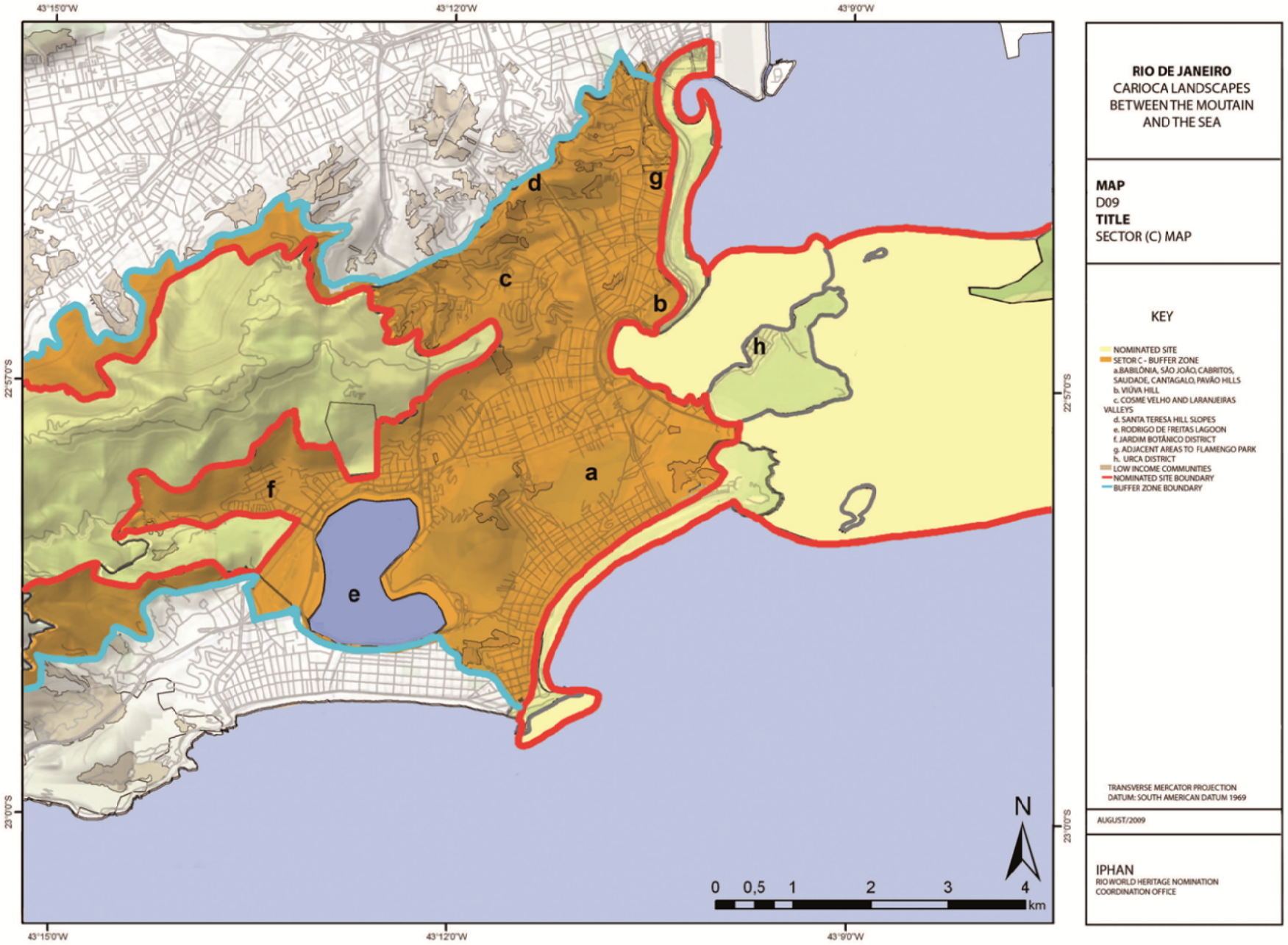


Figura 31 – Paisagem cultural do Rio de Janeiro, setor C. Fonte: IPHAN, 2011.

No documento aprovado, o centro histórico foi retirado e os elementos da paisagem carioca, valorados e nomeados contemplam elementos naturais de grande expressão formal (FIGUEIREDO, 2014) aliado a monumentos e paisagens criados intencionalmente pelo homem.

Em termos de categorias de bens culturais, tal como definidas no Artigo 1º da Convenção do Patrimônio Mundial de 1972, trata-se de um sítio e também de uma paisagem cultural, segundo o parágrafo 39 das orientações para a aplicação da Convenção. De acordo com o parágrafo 10 do Anexo 3, que trata das orientações para inscrição de tipos específicos de sítios na Lista do Patrimônio Mundial, o sítio carioca pode ser incluído nas seguintes categorias:

a. **Paisagem desenhada intencionalmente** - representada pelo Jardim Botânico, Passeio Público, Parque do Flamengo e Orla de Copacabana.

b. **Paisagem organicamente em evolução, na subcategoria paisagem contínua –** representada pelos elementos naturais, principalmente o Parque Nacional da Tijuca e suas florestas replantadas (nas serras da Carioca e da Tijuca), que se regeneram ao longo dos anos.

c. **Paisagem Associativa –** representada pelos diversos elementos que receberam a mão do homem e cujas imagens, retratadas desde os primeiros anos da colonização, projetam a cidade e a cultura do Rio de Janeiro no Brasil e no mundo. Fazem parte do imaginário social sobre a paisagem da cidade e representações literárias e pictóricas realizadas por brasileiros e estrangeiros que valorizaram a relação entre as curvas das montanhas, a borda do mar e as populações que ali se estabeleceram. Destacam-se as escarpas do Corcovado e do Pão de Açúcar, que receberam respectivamente a estátua do Cristo Redentor e o bondinho; a entrada da Baía de Guanabara, com as fortalezas projetadas para a defesa da cidade no passado; e no período moderno, o paisagismo excepcional do Parque do Flamengo e da Praia de Copacabana, obras do consagrado artista brasileiro Roberto Burle Marx.

Em relação ao valor universal que deve ser destacado e justificado na candidatura, tem-se, em relação a paisagem cultural carioca:

- **O uso científico intencional da natureza local**, que se iniciou no período colonial com a pesquisa de espécies nativas para favorecer o extrativismo e a troca de sementes entre as colônias e intensificou-se a partir da vinda da corte portuguesa para o Rio de Janeiro e com a abertura dos portos em 1808, que propiciou importantes expedições científicas e a criação do Jardim Botânico. O conhecimento científico da flora nativa, aliado aos ideais românticos da segunda metade do século XIX, trouxe a preocupação com a preservação ambiental, cuja consequência direta foi a desapropriação de terras no Maciço da Tijuca para seu reflorestamento. No período moderno, esta bagagem científica embasou os trabalhos de Burle Marx, que se notabilizou em todo o mundo por conciliar seu talento artístico com um profundo conhecimento da flora de seu país, acrescido em suas permanentes expedições de coleta e pesquisa nos diversos ecossistemas brasileiros.

- **A presença de paisagens desenhadas intencionalmente,** que ganha sua representatividade máxima no período moderno, quando se aliam arquitetura, urbanismo e paisagismo, com obras primas construídas na cidade do Rio de Janeiro, em perfeita harmonia com a paisagem sinuosa dos morros cariocas, como o Museu de Arte Moderna e o Parque do Flamengo de Afonso Eduardo Reidy e Burle Marx. Os painéis de pedra portuguesa que ornamentam a Praia de Copacabana também foram projetados por Burle Marx.

- **A presença de paisagens que são refletidas para o mundo através dos valores simbólicos e imagens associadas,** que projetam a cidade do Rio de Janeiro internacionalmente e servem de tema e inspiração para as artes, literatura, arquitetura, urbanismo e paisagismo ao longo do tempo. Inúmeras são as representações das escarpas do Corcovado e do Pão de Açúcar, que receberam a estátua do Cristo Redentor e o bondinho; da entrada da Baía de Guanabara, com as fortalezas projetadas para a defesa da cidade no passado; e no período moderno, destaca-se o paisagismo excepcional do Parque do Flamengo e da Praia de Copacabana.

No Rio de Janeiro, esta autenticidade foi exposta na relação entre os elementos estruturadores da paisagem cultural: a montanha, a floresta, o mar e a cidade com suas expressões culturais. Segundo ICOMOS, o Rio apresenta uma combinação única de fatores naturais e humanos que conferem à cidade sua originalidade. O Quadro 21 apresenta uma síntese dos bens que compõe o sítio definido como Paisagem Cultural e sua importância dentro do processo de reconhecimento.

	Bem	Delimitação	Importância, destaque
Paisagens claramente definidas	Museus de Arte Moderna	Em conjunto com seus jardins, juntamente com o Parque do Flamengo.	Importantes testemunhos do movimento moderno no Rio de Janeiro
	Praia de Copacabana	Calçadão, modelo de paisagismo	Modelo de paisagismo no trato do espaço linear.
	Parque Lage e Museu da República	Jardins	Exemplos de jardins projetados no século XIX
	Passeio Público	Área adjacente ao Pq do Flamengo	Retrata momentos distintos do paisagismo no Brasil
	Parque Nacional da TIjuca	Paisagismo, usos diversos	Associação do paisagismo ao reflorestamento, compatibilizando os usos.
Paisagens contínuas	**Bem**	**Delimitação**	**Importância, destaque**
	Floresta da Tijuca, Parque Lage, Jardim Botânico.	Área protegida e suas áreas adjacentes compostas pelo parque e pelo jardim.	Reflorestamento, recuperação de mata nativa.
Paisagens associativas	**Bem**	**Delimitação**	**Importância, destaque**
	Cristo Redentor e caminho aéreo do Pão de Açúcar.	Imagem do Cristo no Corcovado.	Ícones de reconhecimento internacional.
	Parque Nacional da Tijuca	Área protegida.	Elemento de equilíbrio ambiental na cidade, centro de recreação e lazer.
	Igreja de Nossa Senhora da Glória.	No alto do Outeiro da Glória.	Marca, desde o inicio do século XVIII, a iconografia carioca.
	Morros – Cara-de-Cão, Pão-de-Açúcar, Urca, Leme, Urubu, Babilônia.	Conjuntos formados pelos morros.	Fortes marcos da Paisagem carioca.
	Parque do Flamengo	Limites do parque.	Solução viária, paisagismo, lazer.
	Copacabana e Arpoador	As pontas de ambas localidades	Elementos de alta significância na Paisagem e uso associado.
	Praia de Copacabana	Praia	Importante papel no inicio do século XX, desencadeou a cultura da praia, área de concentração turística.

Quadro 21 - Os sítios da Paisagem Cultural carioca. Fonte: IPHAN, 2011. Organizado por Melo, presente trabalho, 2015.

A autenticidade da paisagem cultural está diretamente relacionada à identidade cultural da cidade e ao grau de originalidade dos diferentes elementos que a compõem, segundo os responsáveis pela candidatura.

Do ponto de vista geográfico e geomorfológico, o sítio está situado em área complexa e diversificada, um dos motivos de sua originalidade. Entre a montanha e o mar, entre a baía, a lagoa e o oceano, suas formações geomorfológicas foram sendo ocupadas pelo homem. Esses contrastes constituem características fundamentais do sítio, o que nos faz relembrar o discurso do mito fundador (SILVA, 1999).

De acordo com os técnicos envolvidos na candidatura, os elementos constituintes dialogam com as duas tradições de paisagem encontradas na Lista, aquela associada ao paisagismo e aquela associada à geografia (RIBEIRO; AZEVEDO, 2010), mas pelo que observamos até então, restam dúvidas sobre esta afirmação.

Na sustentação da argumentação do valor universal excepcional, muito significativa diante da UNESCO, destaca-se o uso científico intencional da natureza local, a presença de paisagens desenhadas intencionalmente e a presença de paisagens que são refletidas para o mundo através de valores simbólicos e imagens associativas.

O documento apresenta também a população carioca como resultado da mistura de culturas e por estar ambientada nessa paisagem tem sabido transformar influências e modelos externos em modos de vida próprio, garantindo uma produção intelectual e artística mundialmente reconhecida (RIBEIRO; AZEVEDO, op.cit.).

Além dos aspectos que destacam a universalidade e a autenticidade do sítio, o documento traz aspectos da integridade da área escolhidos como forma de representação de forma, concepção, uso e função. Sobretudo em relação aos dois últimos, em que

> “justificam-se em todos os elementos do sítio pela manutenção do uso público, social e de lazer a partir da apropriação das áreas por órgãos federais como o IPHAN e também pelo Instituto de Patrimônio Artístico e Cultural (INEPAC)”,

Assim, nos atributos de forma e concepção relacionam-se as paisagens desenhadas intencionalmente e assim conservadas, como o Jardim Botânico, Parque do Flamengo, entrada da Baía de Guanabara e a Praia de Copacabana.

Os atributos de forma e concepção relacionam-se às paisagens desenhadas intencionalmente e assim conservadas, como nos elementos:

a. Jardim Botânico, que desde a sua origem mantém a escala neoclássica com suas aléias geométricas, onde palmeiras centenárias conferem espacialidade ao local, sendo sua marca ao longo dos dois séculos de existência
b. Parque do Flamengo, que:

> ”como uma das mais bem sucedidas realizações do urbanismo e paisagismo moderno, emoldura com verde a grande paisagem azul da baía de Guanabara, para aqueles que passam em suas pistas de alta velocidade, assim como oferece adoráveis recantos para aqueles que nele circulam a pé” [88];

c. Entrada da Baía, nos desenhos dos militares nos fortes históricos, que ainda preservam a arquitetura e os principais elementos de estratégia da defesa, servindo como ponto de interesse cultural e turístico na cidade;
d. Praia de Copacabana, no paisagismo onde os painéis preservados de Burle Marx, construídos com técnica tradicional portuguesa de mosaicos de pedra, oferecem uma visão como em uma pintura povoada por banhistas e pedestres. O padrão do mosaico ondulado da praia foi mantido no novo paisagismo, girado 90º e ampliado para dar a sensação das ondas que quebram na praia mais adiante.

O atributo de significado se expressa nos elementos:

a. Entrada da Baía - com o Morro do Pão de Açúcar e outros picos de observação, imagens associadas às representações da cidade do Rio de Janeiro desde os primeiros tempos da colonização.
b. Praia de Copacabana - o padrão em ondas do mosaico de pedra portuguesa identifica internacionalmente a cidade do Rio de Janeiro como modelo de cidade balneário nos trópicos. A cultura da praia que ali se desenvolveu, desde a década de 1920, quando surgiu seu primeiro hotel,

[88]Cavalcanti, Lauro & El-Dahdah, Farès, org. **Roberto Burle Marx 100 anos: A Permanência do Instável**, Rio de Janeiro: Rocco Editora, pag. 57. 2009,

tornou-se o grande motivador para a ocupação do bairro, estabelecendo um padrão de comportamento que foi copiado em todo território nacional.

c. Parque Nacional da Tijuca, Jardim Botânico e Parque do Flamengo - por sua importância para o equilíbrio ambiental da cidade, destacando-se em um exemplo de regeneração natural de floresta, considerado um dos mais bem sucedidos do mundo, tornando o Parque Nacional da Tijuca o único parque brasileiro totalmente situado em área urbana. Alia-se ao parque a importância e suporte do Jardim Botânico do Rio de Janeiro no reflorestamento e nos estudos para a preservação da biodiversidade local, bem como no estabelecimento de um modelo de cidade onde a natureza mantém-se presente no seio urbano, criando inter-relações entre natureza-cidade-homem, que contribuem para a melhoria da qualidade de vida. O projeto do Parque do Flamengo é um exemplo desse modelo, em que a integração entre a nova paisagem criada, a paisagem existente na cidade e o uso público foi o pilar central do projeto modernista implantado.

A integridade das áreas do sítio é observada a partir da importância e da função que exercem na vida da cidade. Diversas medidas de proteção ambiental e do patrimônio cultural foram implementadas desde o século XIX, com a desapropriação das fazendas localizadas nas serras da Carioca e da Tijuca e o reflorestamento, que trouxeram benefícios ambientais à cidade e interferiram na forma de agenciamento dos diversos elementos de paisagem inseridos no sítio.

As transformações ocorridas foram pautadas na permanência dos fatores essenciais para a sua conservação, função, estrutura material, visão estética ou significados a elas atribuídos.

Em relação à autenticidade e integridade, classificadas em cinco elementos da paisagem, as áreas selecionadas expressam os atributos de autenticidade e integridade, conforme o Quadro 22 a seguir:

ELEMENTOS		1. Parque Nacional da Tijuca	2. Jardim Botânico	3. Parque do Flamengo	4. Entrada da Baía: Fortes históricos, Pão de Açúcar e Enseada de Botafogo	5. Praia de Copacabana
AUTENTICIDADE		Uso e Funções preservados: ambiental, social, lazer, turística e científica	Forma, uso e funções preservados: científica, social, lazer	Forma, concepção, uso e funções preservados: social, lazer e turística	Localidade, uso, significado e funções turísticas preservadas	Forma, concepção, uso, significado e funções preservados: turística e de lazer
INTEGRIDADE	**FUNCIONAL SOCIAL**	Uso público garantido	Uso público garantido	Uso público garantido	Uso público garantido	Uso público garantido
	MATERIAL ESTRUTURAL	Observar reorganização de antenas de TV no Plano de Gestão	Observar limites de suporte de carga do arboreto no Plano de Gestão	Observar organização dos fluxos, relação da marina com o parque e restauração de áreas verdes no Plano de Gestão	Observar Plano de Despoluição da Baía de Guanabara e Revitalização dos Fortes no Plano de Gestão	Observar controle de usos dos espaços públicos e restauração dos mosaicos de pedra no Plano de Gestão
	ESTÉTICA VISUAL	Conjunto Florestal impõe-se na paisagem	Elementos marcantes originais na escala neoclássica preservados	Plano urbanístico e paisagístico preservado	Evolução urbana não afetou elementos naturais marcantes	Urbanização e paisagismo agregaram valor à paisagem
	SIGNIFICADO	Presença da floresta na área urbana garantiu significado ambiental	Significado científico e social preservado ao longo do tempo	Significado da paisagem preservado	Imagens icônicas da cidade preservadas ao longo do tempo	Paisagismo agregou valor simbólico à paisagem

Quadro 22- Atributos de autenticidade e integridade da paisagem cultural. Fonte: IPHAN, 2011

Entre os três critérios atendidos, o que trata da integridade, foi o que mais preocupou a equipe envolvida, segundo nos diz Ribeiro e Azevedo (2010), uma vez que ela prevê:

> “integridade é uma apreciação de conjunto e do caráter intacto do patrimônio cultural e\ou natural e dos seus atributos”, como foi colocado no dossiê, alguns elementos necessitam de aprimoramentos na conservação dos elementos materiais ou de revitalização dos usos originais ou ainda de ajustes na legislação de proteção, mas mantém o estado geral de integridades necessário à sua caracterização como Patrimônio Mundial”. (RIBEIRO; AZEVEDO, 2010 p. 17)

Foi em função da declaração de valor universal, de autenticidade e integridade que o sítio proposto foi delimitado (RIBEIRO; AZEVEDO, op.cit.), seguindo o que diz a UNESCO sobre a necessidade de ser capaz de abarcar os elementos representativos perante a declaração de valor universal e aos critérios adotados e ao mesmo tempo garantir a autenticidade e a integridade do bem.

Determinados elementos que também poderiam ter recebido atribuição de valor mundial ficaram de fora porque, segundo percepção da equipe envolvida com o trabalho, não se encaixavam nos padrões da UNESCO.

O que significa dizer que outras candidaturas, dentro de outros discursos não puderam ser elaboradas para esses bens, isso fica evidente com a exclusão de alguns bens que apareciam nas indicações populares do que consideram ser patrimônio mundial na cidade como o estádio do Maracanã e o Sambódromo, por exemplo.

A opção pela candidatura como paisagem cultural, seguindo a recomendação internacional e a atribuição de valor elaborada requeria que os elementos escolhidos e o sítio delimitado fossem condizentes com essa declaração, uma vez que a opção foi a de relacionar elementos naturais e culturais, presentes na relação com a montanha, o mar e a floresta que constitui inclusive o título proposto para o sítio, assim “os elementos que não acrescentam grande valor a esse tipo de narrativa ficam de fora” (RIBEIRO; AZEVEDO, 2010 p. 18).

Se os mesmos autores dos documentos afirmavam a ampla aderência ao conceito da paisagem, como conciliá-la então, com esta visão conservadora e monumentalista claramente exposta?

Áreas como a Praia de Ipanema, o morro Dois Irmãos, a Pedra da Gávea, o estádio do Maracanã ficaram fora dessa delimitação, fazendo parte apenas da zona de amortecimento.

Como já visto, a área delimitada abrange uma pequena parte da cidade, menor que a primeira proposta, com ênfase na zona sul, agregando também parte referente à entrada da Baía da Guanabara no município de Niterói, com o forte do Pico e Santa Cruz.

Segundo Ribeiro e Azevedo (2010) a candidatura proposta pela segunda vez tratou diferentes elementos da imagem da cidade. Se de um lado reforçou elementos associados às imagens clássicas da cidade, por outro, ressaltou elementos que não fazem parte das imagens clichês mais comumente encontradas nas mídias nacional e internacional. Entretanto, observa-se na paisagem delimitada, os bens que sempre foram utilizados como representação da paisagem carioca, sobretudo em apelos turísticos internacionais.

Segundo estes mesmos autores, a proposta carioca

> "alterna doses de inovação e ousadia com um atendimento a maneira mais conservadoras da leitura do patrimônio mundial, ao lutar para ser a primeira grande área urbana reconhecida pela UNESCO como paisagem cultural, incitando uma renovação de conceitos, mas por obrigação com as rígidas normas deixa de fora áreas que no entendimento de setores mais conservadores dos órgãos consultivos e da própria UNESCO, poderiam prejudicar as declarações de autenticidade e integridade e sobretudo de gestão" (RIBEIRO; AZEVEDO, 2010, p. 19).

E ainda,

> "Todos esses desafios são colocados a uma cidade que vive um momento importante na sua reinvenção em diferentes aspectos, com o início dos preparativos para a realização da Copa do Mundo em 2014 e das Olimpíadas em 2016, provocando novas formas de apropriação da imagem da cidade com fortes repercussões no seu planejamento e gestão" (RIBEIRO; AZEVEDO, 2010, p. 19).

A nova candidatura, coordenada pelo IPHAN, inseriu-se numa estrutura organizacional constituída de um Comitê Institucional, com representação política nas três instâncias governamentais e na sociedade civil, responsável pela articulação política, estabelecimento de parcerias, legitimação de ações e apoio institucional.

Um Comitê Executivo, com representação similar, fazendo a ponte entre o Comitê Institucional e o Comitê Técnico, estabelecendo diretrizes gerais, estratégias de execução e o cronograma de ações; e, um Comitê Técnico, composto por representantes técnicos das três instâncias, com atribuições de definição de diretrizes técnicas para elaboração de dossiê e fixação de diretrizes para a gestão compartilhada do sítio Rio Paisagem Cultural.

Segundo o Regulamento Operacional da UNESCO (UNESCO, 2005)[89] para implementação da Convenção do Patrimônio Mundial, o campo para a inscrição da Paisagem Cultural na Lista do Patrimônio Mundial deve ser delimitado por aspectos ligados à funcionalidade e inteligibilidade, estabelecendo as principais definições aplicadas às paisagens culturais, a saber:

- São bens culturais e representam as obras combinadas do homem e da natureza;
- São ilustrativas da evolução da sociedade humana ao longo do tempo, sob a influência das limitações físicas e/ou oportunidades apresentadas pelo seu ambiente natural e das sucessivas forças sociais, econômicas e culturais, externas e internas;
- Refletem comumente as técnicas viáveis de utilização das terras, tomando em consideração as características e limites do ambiente natural no qual estão inseridas, assim como uma relação espiritual específica com a natureza;
- Devem ser escolhidas com base em seu valor universal excepcional e em sua representatividade na região geocultural a que pertencem, tendo em sua vista sua capacidade de ilustrar os elementos culturais essenciais e distintos dessa região;
- Recobrem uma grande variedade de manifestações interativas entre o homem e seu ambiente natural.

A Convenção do Patrimônio Mundial estabeleceu a relação entre o sítio e a sua zona de amortecimento, definindo que o sítio deveria conter os elementos de Valor Universal Excepcional enquanto que a zona de amortecimento deve garantir proteção adicional para este Valor.

[89]Orientações Técnicas Para Aplicação da Convenção do Patrimônio Mundial, Disponível em <unesco.org/archive/opguide11-pt.doc>, acesso em 29.jan. 2014.

O novo sítio se caracteriza, segundo descrição oficial, por conter significativos pontos de visualização: a partir de dois pontos destacados entre os elementos do sítio (Corcovado e mirante do Forte, em Niterói) foram traçados eixos que delimitam a zona de amortecimento correspondendo à área urbana situada entre seus dois setores.

A Convenção do Patrimônio, como já visto, traz dez critérios de avaliação para inscrição de um sítio na Lista do Patrimônio Mundial, o Comitê condiciona o reconhecimento de Valor Universal Excepcional ao atendimento a alguns desses critérios, no caso do Rio de Janeiro foram selecionados três deles: Critério ii; Critério iv; e, Critério vi (Figura 30).

(i) Representar uma obra prima de um gênio criativo humano

Entre os anos de 1930 e 1940, um grupo de arquitetos, sendo os principais, Lúcio Costa, Oscar Niemeyer e Affonso Eduardo Reidy, exerceu um papel fundamental no cenário brasileiro, ao projetar, com consultoria de Le Corbusier o edifício do Ministério da Educação e Saúde (MES), ícone da arquitetura modernista no Brasil e no mundo. Integrando-se à equipe, Roberto Burle Marx aplicou ao paisagismo os novos princípios do modernismo, trazendo para o Rio de Janeiro uma contribuição das mais significativas e que lhe conferiu renome internacional.

A partir desta experiência Burle Marx passou a trabalhar com uma linguagem orgânica e evolutiva, identificando-a, através da sua prática como pintor, escultor, com vanguardas artísticas da arte abstrata, do concretismo e do construtivismo, dentre outras[90].

Dentre seus principais trabalhos destacam-se: o Parque do Flamengo e o paisagismo nas calçadas da Praia de Copacabana. Burle Marx, criou esse ícone do paisagismo modernista brasileiro, reverenciado em todo o mundo por sua contribuição conceitual e pelo resultado obtido na composição final, com integração do parque às autopistas e à paisagem do entorno.

No paisagismo da Praia de Copacabana, executado em 1970, predomina o desenho das pedras portuguesas, organizadas em painéis que se espalham por cerca de 5 km, com plantios de árvores esparsas.

[90] ZEVUI, Bruno. **L'Express.** Roma, 1957.

(ii) Ser a manifestação de intercâmbio considerável de valores humanos durante um determinado período ou em uma área cultural específica, no desenvolvimento da arquitetura, das artes monumentais, de planejamento urbano ou paisagismo e da história da tecnologia.

O Rio de Janeiro é exemplo de cidade latino-americana, de colonização portuguesa, caracterizada por uma das mais complexas paisagens culturais, produzida pela troca entre diferentes culturas, associadas a um sítio natural marcado pela sua originalidade. A utilização intencional da natureza, inicialmente por interesse econômico dos colonizadores portugueses, formou, ao longo dos anos, a paisagem carioca. Mais tarde, os limites da natureza tropical e do relevo acidentado, aliado aos traços culturais do homem que lá se estabeleceu, fizeram com que os elementos naturais se tornassem soberanos na paisagem da cidade, garantindo em grande parte a manutenção da biodiversidade local.

No século XVIII foram organizados no Brasil hortos e jardins botânicos, com o objetivo de apoiar a investigação científica e o desenvolvimento botânico. O conhecimento da natureza local pelos estrangeiros intensificou-se a partir da vinda da corte portuguesa para o Rio de Janeiro e abertura dos portos em 1808, que permitiu a execução de importantes expedições na cidade e a criação do Real Horto, depois Jardim de Aclimatação, hoje Jardim Botânico do Rio de Janeiro.

Como um dos legados das expedições temos a *Flora Brasiliensis* que começa a ser preparada com a chegada de Carl Friedrich Philipp von Martius ao Rio de Janeiro no dia 15 de julho de 1817, junto com um grupo de naturalistas e cientistas que acompanhavam a arquiduquesa Leopoldina como parte da Missão Austríaca.

Na segunda metade do século XIX os desastres ambientais relacionados à cafeicultura e à expansão da cidade trouxeram preocupação com a preservação ambiental, tendo como consequência direta o reflorestamento dessas enormes áreas antes utilizadas para agricultura e a criação do Parque Nacional da Tijuca.

O modelo de paisagismo implantado no parque foi pioneiro na América Latina, por atender a uma demanda ambiental ainda pouco amadurecida na consciência da população na época e por oferecer os atrativos à visitação nos novos moldes dos parques europeus. Suas ideias foram logo disseminadas em diversas cidades brasileiras e americanas.

Já no século XX, os conhecimentos históricos acerca da flora tropical, reelaborados no período moderno, ressaltaram as obras do paisagista Burle Marx, que, considerado um naturalista extemporâneo pelos seus colegas brasileiros, utiliza em seus jardins elementos da flora nativa, coletados em suas expedições pelas matas brasileiras.

(vi) Estar associado diretamente ou tangivelmente a acontecimentos ou tradições vivas, com ideias ou crenças, ou com obras artísticas ou literárias de significado universal excepcional.

O imaginário social brasileiro teve sempre no Rio de Janeiro seu principal ponto de referência. Contribuiu para o desempenho social e cultural da cidade, além de seu papel como capital do reino, do império e da república, sua implantação numa paisagem excepcional.

Na cidade do Rio de Janeiro a diversidade cultural se expressa na relação da urbe com o mar, a floresta e as montanhas e a contribuição do homem a essa paisagem. Mais do que usos, há na cidade uma singularidade dos processos sociais que deram origem à forma e vice e versa.

Segundo o documento de candidatura, os usos sociais das ruas, os espaços à beira mar, a orla da lagoa, os parques e as praças promovem encontros entre mar, floresta e cidade, entre morro e asfalto, moldando a paisagem cultural, assim como, desde o início da formação da cidade a ocupação do território levou à criação de uma arquitetura, urbanismo e paisagismo em que o homem demonstrou sua capacidade de adaptação, sobretudo do modelo português aos trópicos, tendo sempre como referencial a paisagem.

As medidas de proteção adotadas ainda no século XIX como o reflorestamento do Maciço da Tijuca e a posterior criação do Parque Nacional da Tijuca, assim como de outras áreas verdes significativas para o equilíbrio ambiental da cidade vieram reforçar a manutenção da relação entre a cidade construída, a natureza e a sociedade; inclui-se também no primeiro critério a implantação do Museu de Arte Moderna e do Parque do Flamengo, ressaltando a arquitetura moderna brasileira e o paisagismo de Burle Marx.

Dentre as expressões artísticas cultivadas no sitio Rio Paisagem Cultural destacam-se símbolos do imaginário mundial como a imagem do Cristo Redentor no alto do Corcovado, o conjunto de morros Pão-de-Açúcar/ Cara-de-cão/ Urca,

na entrada da baía ou visto desde a enseada de Botafogo, o desenho da pedra portuguesa aplicada na Praia de Copacabana.

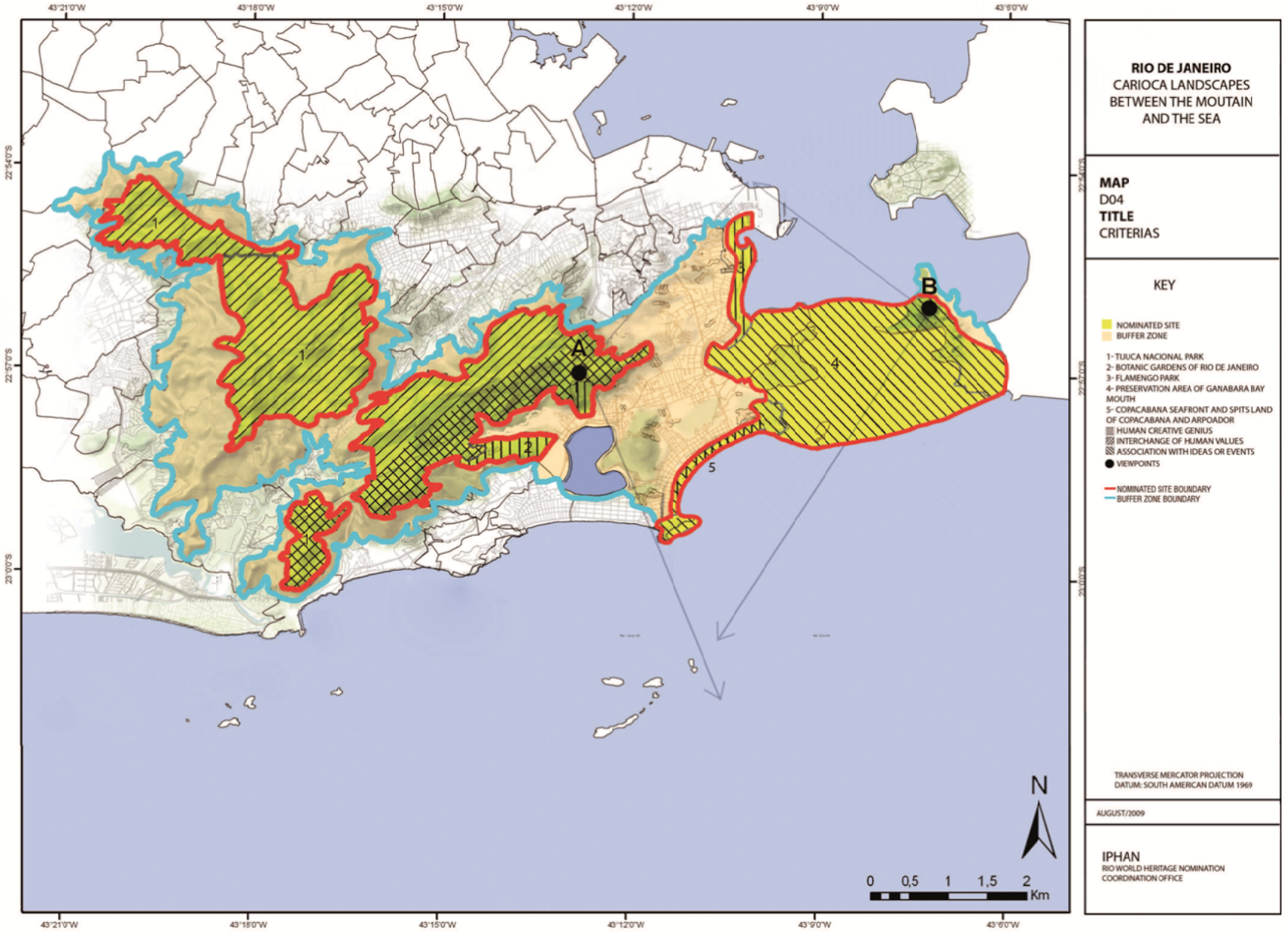


Figura 30 – Paisagem cultural do Rio de Janeiro, atendimento aos critérios da UNESCO. Fonte: IPHAN, 2011.

Como já exposto, outro item de destaque na candidatura é a comparação entre sítios, as cidades desenvolvidas a partir da existência de baías e montanhas que se tornaram marcos da paisagem foram comparadas ao Rio de Janeiro. Destacando que o principal diferencial da cidade carioca seria a diversidade que marca a paisagem e a grande área ocupada pela floresta tropical em pleno coração da cidade, fato considerado singular.

Na Cidade do Cabo, o elemento marcante é a Montanha da Mesa (*Table Mountain*), cujo pico, assim como o da Tijuca, excede os mil metros de altitude (1.086m e 1.024m, respectivamente).

Nela, assim como no Maciço da Tijuca, localiza-se um parque nacional bastante visitado e de grande diversidade biológica, já reconhecido como patrimônio mundial. Do ponto de vista do sítio, a Cidade do Cabo também foi implantada numa faixa de terra entre o mar e montanha, porém com traçado bastante regular, herança da colonização holandesa e posteriormente inglesa.

Em Nápoles, o elemento marcante é o Vesúvio, cujo cume chega a alcançar 1281 metros, não incluído na área do sítio classificado como Patrimônio Mundial, que engloba somente o centro histórico da cidade. Há também um jardim botânico inteiramente envolto pela malha urbana, diferente do existente no Rio de Janeiro, cuja borda oeste tem continuidade com a Floresta da Tijuca, o que confere especial interesse para as pesquisas científicas da flora da Mata Atlântica.

As cidades de Hong Kong e São Francisco, assim como Buenos Aires, são também exemplos de ocupação à beira de baías, onde a malha urbana, diferentemente do Rio de Janeiro, segue padrão regular, com a massa construída suplantando o relevo pouco acidentado. Em Hong Kong ainda tem-se a presença de parques no alto dos morros, que alcançam cerca de 400 metros de altitude (IPHAN, 2011).

Quanto às duas cidades sul-americanas, Rio de Janeiro e Buenos Aires, alguns aspectos são comparáveis em termos de processos sociais, econômicos e culturais. Criadas por colonização ibérica, ambas cresceram como importantes cidades portuárias, exercendo influência sobre uma grande hinterlândia*, como* pontas de controle do processo civilizador no Novo Mundo.

No início do século XX, passaram por reformas modernizantes, de inspiração europeia, prevalecendo o modelo Haussmaniano, com forte influência

do paisagismo de Alphand - no Rio de Janeiro com Glaziou e em Buenos Aires com C. Thays – que marcaram significativamente a paisagem dessas cidades.

As duas cidades hoje constituem polos de diversidade cultural por terem recebido influência de diferentes países a partir da colonização, que em Buenos Aires foi predominantemente europeia e no Rio contou também com a matriz africana. Enquanto no Rio de Janeiro as praias desempenham o lócus de sociabilidade e de encontros, em Buenos Aires são os parques e cafés que cumprem essa função.

Do ponto de vista do agenciamento do sítio, as características tropicais do Rio de Janeiro, seu relevo e a presença da floresta no meio da cidade deixam pouco espaço para semelhanças. O valor universal do Rio de Janeiro advém da conformação do sítio, com a presença de diversos elementos naturais e sua relação com o homem, bem mais marcantes do que em Buenos Aires, segundo o documento da candidatura (IPHAN, 2011).

Segundo o dossiê da candidatura (IPHAN, 2011) Rio de Janeiro e Nova York também apresentam similaridades, como a designação de cidades *meltingpots*, onde a vitalidade da cultura urbana revela o caráter das mesmas, analogias também foram identificadas entre o Parque do Flamengo e o Riverside Park- após a sua extensão por Robert Moses, quando foram criadas as áreas destinadas à contemplação e recreação na borda d'água, surgindo o novo parque, que em 1980 se tornou patrimônio cênico da cidade de Nova York - onde o caráter recreacional, a localização na borda d'água e a existência de vias expressas têm origem na mobilidade e velocidade que dominaram o urbanismo moderno.

O diferencial do urbanismo e paisagismo do Parque do Flamengo está na sua inspiração moderna, na sua integração à paisagem da cidade e na organicidade do traçado que reflete as curvas e reentrâncias do litoral carioca, o que não ocorre no desenho do Riverside Park.

Entre Rio e Sintra, a conjuntura social e política em Portugal e no Brasil, no período do Segundo Reinado, favoreceram a implantação de um mesmo modelo de paisagismo com inspiração romântica e reflorestamentos. Considerada a terceira maior floresta urbana do mundo, a Floresta da Tijuca partilha características semelhantes às da paisagem cultural de Sintra, a oeste de Lisboa, devido à ação do reflorestamento ocorrido em ambas as localidades.

O reflorestamento no Rio aconteceu por ordem de D. Pedro II, em 1861, quando, em Sintra, seu cunhado, D, Ferdinando II, transformava as ruínas do Convento de Nossa Senhora da Pena no Palácio da Pena, criando o parque ao seu redor. Considera-se hoje que o paisagismo implantado no parque de Sintra e na Floresta da Tijuca são obras contemporâneas e de mesmas inspirações e formatos, que provavelmente influenciaram o desenvolvimento da arquitetura da paisagem na Europa.

Em relação à existência de áreas de proteção, temos superposição dessas áreas em âmbitos federal, estadual e municipal, evidenciando que cerca de 85% do sítio paisagem cultural está protegida por algum instrumento legal (Figura 31). Ainda, de acordo com o dossiê (2011) para se garantir que a proteção legal seja realmente efetiva, foram incorporadas ao Plano Diretor todas as áreas protegidas, seja pelo tombamento ou como unidade de conservação.

Conhecida a paisagem cultural eleita e partes do documento que a designou como tal, torna-se fundamental problematizar esta paisagem diante do que já foi apresentado em relação ao conceito de paisagem e sua importância como lócus de construção de identidades, de sociabilidade, de relações humanas, de herança.

Para perceber a paisagem do Rio de Janeiro nos parece necessário ir além da “cidade maravilhosa cheia de encantos mil”, ir além dos seus símbolos, sobretudo os naturais, ícones de representação de um cenário, configurado social e culturalmente pelo homem e que deixou de ser natural, para compor algo intencionalmente desenhado.

Retomando a marca e a matriz de Berque (1998) observamos que apesar das transformações transcorridas ao longo de séculos, da sequência de projetos de construção e reconstrução a natureza permanece como matriz, não do ambiente natural, mas dos símbolos criados (BARBOSA, 2012).

Parte da natureza torna-se também eleita, pois apenas parte dela compõe o sítio delimitado como patrimônio, sobretudo associado aos bens de significância primordial ao eixo da Zona Sul da cidade, a paisagem natural passa a existir a partir dos símbolos a ela associados.

Barbosa (2012) nos fala sobre uma geografia das paisagens naturais, quando os ícones são obras da natureza que se concentram em determinada localização na cidade, atribuindo-se aí valores simbólicos aos lugares.

Lembremos que a natureza sempre foi um obstáculo a ser transposto pelo modelo de urbanização adotado na cidade.

A paisagem eleita mascara diferenças que servem de recorte de valores sociais e culturais. Entretanto, quando apenas uma parte da cidade se transforma em algo representativo do todo e se denomina como "a" paisagem carioca, transparece uma geografia particular idealizada nos valores hegemônicos.

As demais zonas da cidade não possuem também uma paisagem? As zonas norte, oeste, central, não oferecem valores e significados culturais ou os símbolos naturais tão comumente associados ao Rio de Janeiro?

Os morros, as planícies, os manguezais não são natureza, não fazem parte da paisagem natural? As manifestações populares não têm valor cultural? As intervenções na paisagem realizadas pela população cotidianamente não têm valor universal?

Se "*do Leme ao Pontal, não há nada igual no mundo*"[91], por que de São Conrado à Central do Brasil também não há nada igual? Os lugares e as paisagens são diversos e não há nada igual no mundo, de fato, mas isso se estende a todas as paisagens.

A cidade que não integra a paisagem cultural eleita, destituída de valores universais, integridades e autenticidade, coloca em risco a cidade eleita, pois como nos diz Barbosa (2012) representa uma paisagem a ser negada, algo que macula a cidade maravilhosa.

[91] *Do Leme ao Pontal*, Tim Maia, 1986, álbum "Tim Maia".

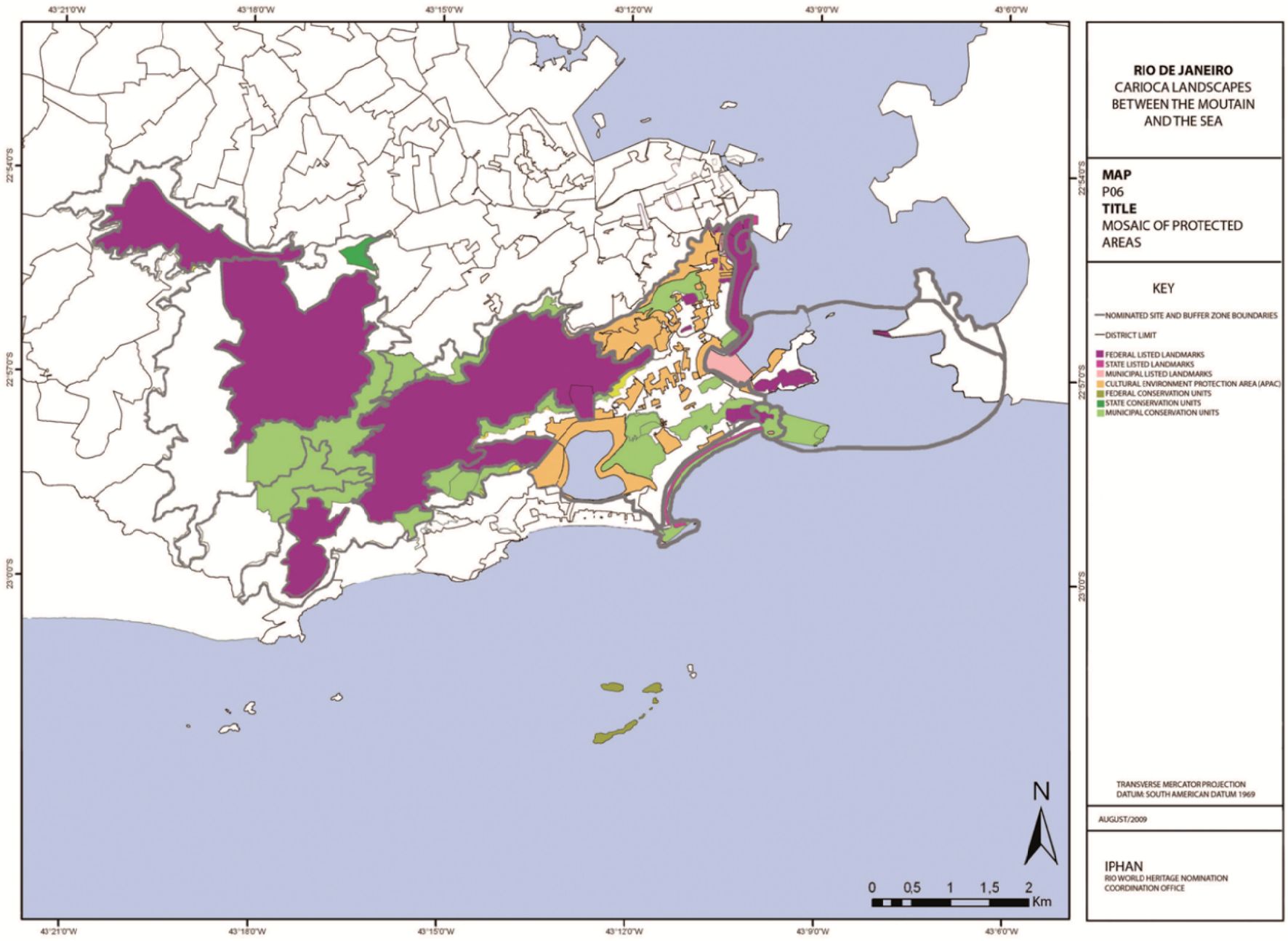


Figura 31 – Paisagem cultural do Rio de Janeiro,sobreposição de áreas protegidas. Fonte: IPHAN, 2011.

4.6 Plano de Gestão da Paisagem Cultural do Rio de Janeiro

De acordo com os critérios da UNESCO, para que um sítio tenha seu valor universal reconhecido, todos os seus elementos, além de atender às condições de integridade e autenticidade requeridas, devem possuir um adequado Sistema de Proteção e Gerenciamento que garanta sua salvaguarda.

Neste sentido, foi desenvolvido um Plano de Gestão (PG) para a paisagem cultural do Rio de Janeiro, assegurando ao organismo internacional a capacidade de proteção daquela paisagem.

Cabe ressaltar que, com base nas definições e recomendações da Declaração de Xi'an (ICOMOS, 2005) (Anexo 9), no Relatório de Al Ain (UNESCO, Al Ain, Emirados Árabes Unidos, 2012[92]) e no Relatório de Agra (UNESCO, Agra, Índia, 2013), o plano de gestão do sítio declarado como Patrimônio Mundial e de sua zona de amortecimento deve procurar avalizar a vitalidade, questões ligadas à habitação e à inclusão social, à conectividade e à interface entre formas sociais e culturais no ambiente urbano com vistas à mudança de ênfase no desenvolvimento simplesmente econômico em direção ao desenvolvimento sustentável.

Após o reconhecimento da cidade do Rio de Janeiro como patrimônio mundial os compromissos assumidos pelo governo brasileiro, em suas três instâncias foram:

- Obrigação de assegurar a proteção, conservação, valorização da área identificada como patrimônio mundial, para garantia das características e condições identificadas, visando sua transmissão às gerações futuras;
- Gestão compartilhada entre as instituições das três instâncias governamentais responsáveis pelo sitio Rio Paisagem Cultural, criação do Conselho Gestor, do Fundo de Conservação e do Plano de Gestão da Paisagem Cultural;
- Acompanhamento da gestão pelo Comitê do Patrimônio Mundial;
- Assistência internacional com recursos do Fundo para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, para estudos e projetos de conservação da paisagem cultural e de educação patrimonial;

[92] Disponível em <http://whc.unesco.org/uploads/events/documents/event-833-10.pdf>, acesso em 02.nov.2015.

- Incremento do turismo cultural, da economia da cultura e do turismo;
- Contribuição para a manutenção do posicionamento da cidade no cenário internacional.

Em relação aos instrumentos de proteção já existentes no Rio de Janeiro, relacionados aos sítios que compõe a paisagem cultural, o Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC) e a subsecretaria de Patrimônio Cultural desenvolvem trabalhos no sentido de adotar medidas de proteção à paisagem, utilizando, além do tombamento, outros instrumentos de preservação paisagística e cultural, exemplo são as APACs que visam a proteção de conjuntos urbanos de edificações de interesse cultural ou que contém edificações representativas de fazer da formação do bairro, sendo responsáveis por sua memória e identidade (IPHAN, 2014).

Importante ressaltar que um dos critérios determinantes, segundo o IPHAN, para a delimitação do sítio reconhecido como paisagem cultural foi a existência de bens já protegidos pelas instâncias governamentais.

No documento organizado para a candidatura, elaborou-se mapeamento contendo as áreas protegidas pela legislação federal, as áreas de proteção estaduais e as de proteção municipal, inclusive APACs, e, uma vez que a paisagem cultural corresponde a um bem cultural que representa as obras conjugadas do homem e da natureza, inclui-se também, as áreas de proteção ambiental definidas como Unidades de Conservação ou como parques urbanos pelos órgãos de meio ambiente das três instâncias públicas.

Nesta leitura das proteções já existentes incluiu-se o Decreto Estadual nº 3.800 de 20 de abril 1970, que definiu Zonas Especiais, estabelecendo na legislação urbanística da cidade um limite de ocupação das encostas, ficando definida a cota 60 para o Pão de Açúcar, Urca e Telegrafo e a cota 100 para os demais morros da cidade.

Como reforço às práticas de gestão, por meio do Decreto nº 35.879 de 5 de julho de 2012, o poder público municipal do Rio de Janeiro criou o Instituto Rio do Patrimônio da Humanidade (IRPH), considerando, dentre outras coisas, a declaração da cidade como patrimônio mundial como paisagem cultural urbana.

No referido decreto, é legitimado o compromisso assumido de gerenciar o sítio reconhecido pela UNESCO, além do repasse da responsabilidade sobre os

recursos previstos para a planejamento e execução dos programas e projetos relativos à política cultural na cidade, estes recursos estão previstos no Fundo Municipal de Conservação do Patrimônio Cultural (Artigo 2º) e serão arrecadados por meio de dotação orçamentária própria e contrapartidas de eventos realizados na área do sítio reconhecido.

Ainda por meio deste Decreto, no seu artigo 3º, foram criadas as Unidades de Patrimônio da Humanidade (UPHs), como núcleos de função especializada buscando monitorar o ordenamento urbano e a paisagem, sendo elas:

a. Parque do Flamengo;
b. Floresta da Tijuca/ Jardim Botânico;
c. Floresta da Tijuca/ Corcovado;
d. Orla de Copacabana;
e. Pão de Açúcar.

Foi também criado um núcleo para monitoramento das UPHs, no Centro Integrado de Controle Operacional, com apoio de câmeras específicas e base de dados georreferenciados sob o sítio protegido.

O Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural do Rio de Janeiro (GP/CMPC) e a Comissão de Proteção da Paisagem Urbana (GP/CPPU) passam a ficar sob a gestão do referido Instituto, assim como suas secretarias executivas.

No artigo 10º se institui o Programa PRÓ-APAC, que consiste na concessão de apoio financeiro a projetos voltados à conservação ou restauração de imóveis, preservados ou tombados, que integrem o patrimônio cultural, histórico, artístico ou arquitetônico da capital fluminense.

No Decreto também se estabelecem critérios para a proteção da zona de amortecimento, com um prazo de 180 dias para inventário e determinação dos parâmetros para a constituição de novas APACs, na Zona de Amortecimento do sítio reconhecido pela UNESCO.

O Capítulo IV do decreto traz ainda um prazo máximo de 30 dias para encaminhamento de projeto de lei, voltado a promover melhor tratamento paisagístico e edilício para a cobertura de novas edificações a serem construídas na cidade.

Foi previsto ainda, Plano Diretor para aperfeiçoar a gestão do Parque do Flamengo, propostas de medidas de combate à degradação da paisagem carioca, causadas por agentes variados como antenas de celular, fiação aérea, publicidade.

No Artigo 16º o Decreto trata da adoção de medidas de ampliação e fortalecimento da proteção da paisagem carioca, valorizando inclusive novas áreas, tais como:

- ampliação do Parque Madureira Rio+20 com a criação do Jardim Botânico;
- criação do Parque Nise da Silveira no bairro de Engenho de Dentro;
- criação do Parque Fazenda da Baronesa no bairro da Taquara.

Por fim, no Capítulo VII, ficou instituído o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas da cidade, tais como: 1º de julho como Dia do Rio Patrimônio da Humanidade e 04 de agosto como Dia de Burle Marx, homenageando o arquiteto e paisagista. Importante ressaltar que as citadas datas não foram criadas oficialmente.

Ainda sobre os bens culturais da cidade do Rio de Janeiro, Nóbrega (et al 2010) realizaram trabalho em guias de arquitetura da cidade e buscaram exemplares arquitetônicos construídos durante o século XIX e que receberam algum tipo de proteção por parte das instâncias públicas nos três níveis de governo. Esta investigação revelou a existência de 204 exemplares oitocentistas protegidos em sítio carioca.

Estes exemplares do patrimônio construído revelam o que segundo Argan (2005) é o resultado da história, que se constrói a partir dos fenômenos que continuam. Numa visão mais ampla, aderente a discussão sobre a paisagem cultural do sítio carioca, pode-se pensar que esses exemplares inseridos no contexto de evolução da cidade pertencem àquela paisagem dando-lhe, portanto, a continuidade necessária a esta herança construída.

O século XXI trouxe mudanças consideráveis à vida dos cariocas: a realização de grandes eventos internacionais na cidade como uma das cidades-sede da Copa do Mundo da FIFA de 2014 e sede dos Jogos Olímpicos de 2016, a implantação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) em diversas comunidades, a reorganização do sistema de transporte público, incluindo os teleféricos do Complexo do Alemão, dentre outras mudanças. Dos museus ao

desenho de toda a zona portuária, tudo na cidade parece estar sempre sendo reconstruído (TURAZZI, 2014).

O PG apresentado à UNESCO para a Paisagem Cultural do Rio de Janeiro teve como diretrizes principais:

> “a integração de planos e projetos propostos dentro de um processo de preservação sustentável, garantindo o desenvolvimento territorial socioeconômico e ecologicamente equilibrado e culturalmente diversificado” (IPHAN, 2014).

O documento apresentado procurou estabelecer diretrizes e medidas de planejamento e fomento das ações de conservação e valorização do sítio, considerando os aspectos estratégicos, normativos e operacionais necessários à sua consecução, assim como a promover o compartilhamento de responsabilidades entre os diversos agentes públicos envolvidos, e sua aplicação comum (IPHAN, op.cit.).

Foram apresentados planos de ação voltados a questões como revitalização da orla de Copacabana, inclusão de ciclovias, projetos paisagísticos, restauração de calçamentos, regulamentação de feiras artísticas, etc. O mesmo documento apresentou uma sequência de 12 ações ligadas ao Programa de Conservação do Patrimônio Natural, dentre as quais:

- Reflorestamento e recomposição florestal do Parque Nacional da Tijuca, nas zonas definidas no Plano de Manejo como de recuperação;
- Revegetação da área de Mata Atlântica do Jardim Botânico, com objetivo de salvaguardar as florestas em regeneração nas encostas, nos topos de morro e a restauração das áreas de preservação permanente;
- Restauração dos elementos arquitetônicos e paisagísticos originais do Parque do Flamengo; e,
- Manejo do Monumento Natural do Pão de Açúcar, especialmente da zona de conservação, estabelecendo a diferenciação do uso, mediante zoneamento, implementando a efetiva gradação de uso, objetivando a proteção de seus recursos.

O plano de gestão compartilhado para o sítio apresentou, segundo seus autores, estratégias de sustentabilidade cultural e ambiental da paisagem, promovendo:

- a sensibilização da sociedade para importância da conservação do patrimônio como memória da cultura e da identidade carioca,
- o aperfeiçoamento dos instrumentos de planejamento e gestão dos elementos do sítio,
- a aplicação desses instrumentos na gestão integrada do sítio, envolvendo as três esferas governamentais , os parceiros privados e a sociedade.

As medidas da gestão compartilhada estariam estruturadas em quatro dimensões: institucional, normativa, técnico-operacional e econômico-financeira (IPHAN, 2014). Sendo definida a unidade territorial que inclui os elementos propostos e estabelecida a estrutura de gestão compartilhada, como organismo de apoio às tarefas da comissão gestora, constituída por um conselho consultivo e comitê técnico.

Nas dimensões normativas e técnicas-operacionais, a gestão compartilhada deveria instituir as novas normas para a proteção e gestão do sítio, compatibilizando-as com a legislação existente. Na dimensão econômico-financeira, dever-se-ia criar o Fundo de Conservação do Sítio Rio Patrimônio Mundial.

Dentre os critérios nos quais se enquadrou a paisagem cultural carioca, no PG apresentado destaca-se o quinto, que traz a ideia da busca de proteger as paisagens humanizadas, onde vivem as pessoas, trabalham e exploram recursos naturais, assim, agrupam-se a conservação de paisagens terrestres/ marinhas protegidas e sua função de proteger a mantê-las e a conservação da natureza associada a valores criados pelas interações com os seres humanos, mediante práticas de manejo tradicionais (SKYVARCA; SCHILLER, 2010).

A área em série que constitui o Sítio Rio Patrimônio Mundial é composta de quatro componentes; a gestão atual destas áreas encontra-se a cargo das instituições descritas no Quadro 23 a seguir.

COMPONENTE Nº	TITULO DO COMPONENTE E SUBCOMPONENTE	DESCRIÇÃO	ENTIDADE RESPONSÁVEL PELA GESTÃO
1	Floresta da Tijuca, Pretos Forros e Covanca	Engloba os setores Floresta da Tijuca, Pretos Forros e Covanca do Parque Nacional da Tijuca	Ministério do Meio Ambiente - Instituto Chico Mendes Bio – Direção do Parque Nacional da Tijuca
2	Pedra Bonita e Pedra da Gávea	Engloba o setor Pedra Bonita e Pedra da Gávea do Parque Nacional da Tijuca	Ministério do Meio Ambiente - Instituto Chico Mendes Bio – Direção do Parque Nacional da Tijuca
3	Serra da Carioca	Engloba o setor Serra da Carioca do Parque Nacional da Tijuca	Ministério do Meio Ambiente - Instituto Chico Mendes Bio – Direção do Parque Nacional da Tijuca
	Jardim Botânico do Rio de Janeiro	Engloba a área delimitada do Jardim Botânico do Rio de Janeiro	Ministério da Ciência e Tecnologia – Instituto de Pesquisa do Jardim Botânico do Rio de Janeiro
4	Entrada da Baia de Guanabara e suas bordas d'água desenhadas		
	Parque do Flamengo e adjacências	Engloba a área delimitada na proteção federal do Parque do Flamengo, do Outeiro da Glória e do Passeio Público e suas áreas de entorno	Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro – Administração Regional
	Monumento Natural do Pão de Açúcar	Engloba a área delimitada na proteção federal e municipal do Monumento Natural do pão de Açúcar e seu entorno	Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro – Secretaria Municipal de Meio Ambiente
	Praia de Copacabana e seus pontões do Leme e Arpoador	Engloba a área delimitada no tombamento municipal da Praia de Copacabana e dos tombamentos federais do pontão do Leme e Arpoador	Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro – Secretaria Municipal de Conservação e Secretaria de Meio Ambiente / Comitê Gestor da Orla
	Fortes Históricos da entrada da baía de Guanabara	Engloba a área delimitada na proteção federal dos fortes históricos e suas áreas de entorno	Ministério da Defesa / Exército Brasileiro /Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército

Quadro 23 – Instituições ligadas a gestão atual dos setores que compõem a paisagem cultural. Fonte: IPHAN, 2014.

A estrutura de gestão compartilhada tem como órgão coordenador o IPHAN, vinculado ao Ministério da Cultura, cuja função de estado é proteger, fiscalizar e acompanhar a gestão dos sítios histórico-culturais brasileiros protegidos por lei federal. Como grande parte da área do sítio é tombada pelo IPHAN e está sob sua proteção legal, fica justificada sua atribuição de coordenar a gestão.

A principal base de gestão, além dos bens já tombados em nível federal, são os planos diretores ou de manejo dos elementos componentes do sítio, que já prevêem projetos e ações, constituindo muitas vezes programas inerentes ao órgão de gestão e em geral, pensados inicialmente sem a proposta integradora da interpretação do sítio como paisagem cultural.

Esses programas visam incrementar uma gestão integrada e não compartimentada da área inscrita como paisagem cultural, devem incentivar ações integradas e fomentar nos gestores dos diferentes elementos que compõem o sítio, conceitos e propostas que resultem em políticas públicas conjuntas e orquestradas.

Estes programas foram classificados de acordo com os temas relacionados à conservação e preservação da paisagem cultural, atendendo a todos os setores do sítio e à zona de amortecimento. São eles:

a. Programa de Conservação do Patrimônio Cultural (Natural e Cultural);
b. Programa de Salvaguarda do Patrimônio Imaterial;
c. Programa de Infraestrutura;
d. Programa Institucional;
e. Programa de Educação Patrimonial;
f. Programa de Capacitação;
g. Programa de Promoção do Turismo Sustentável;
h. Programa de Fomento e Financiamento.

Por fim, como resultados esperados, da gestão proposta, tem-se:

a. Paisagens Culturais recuperadas e conservadas de forma sustentável e geridas de forma compartilhada;
b. Projetos propostos executados ou em implantação;
c. Comitê Gestor do sítio Rio Patrimônio Mundial funcionando com a participação das instituições envolvidas;

d. Sistema de Monitoramento implantado e alimentado, gerando informações necessárias à conservação dos elementos do sítio e sua Zona de Amortecimento;
e. População informada e envolvida na proteção e conservação da paisagem cultural da cidade do Rio de Janeiro.

Através do Decreto nº 35879 de 05 de julho de 2012, que dispõe sobre o Rio como Patrimônio da Humanidade foi criado o Instituto Rio Patrimônio da Humanidade (IRPH), ratificado pela Lei nº 5.547 de 27 de dezembro de 2012.

O órgão municipal tornou-se responsável por cuidar dos aspectos culturais, históricos e urbanos do patrimônio da cidade, incluindo sua paisagem cultural urbana. Segundo informações disponibilizadas pelo site do instituto, a cidade carioca conta com 50 áreas de proteção ambiental cultural[93].

Como órgão estruturado no Gabinete do Prefeito, tem como atribuições:

a. Gerir o sítio reconhecido pela UNESCO como Patrimônio Mundial da Humanidade;
b. participar do processo de formulação das Políticas Públicas e diretrizes do Gabinete do Prefeito, em articulação com os demais Órgãos;
c. assessorar o Titular da Pasta na direção, coordenação e gestão estratégica do Gabinete do Prefeito no que tange a promoções culturais;
d. proteger e promover o Patrimônio Cultural do Município do Rio de Janeiro;
e. fiscalizar e autorizar o licenciamento de obras relativas ao Patrimônio Cultural do Município do Rio de Janeiro e sua ambiência;
f. planejar, coordenar, desenvolver e supervisionar programas, projetos e demais ações técnicas necessárias para a proteção, a conservação e a preservação dos bens tangíveis e intangíveis que integram o Patrimônio Cultural do Município do Rio de Janeiro, respeitada a legislação em vigor;
g. promover iniciativas com outros níveis de governo para realização dos objetivos da política do patrimônio e para a integração das ações de proteção e de conservação entre órgãos e entidades municipais, estaduais e federais;

[93] Disponível em <http://www.rio.rj.gov.br/web/irph/principal>, acesso em 23.mar.2015.

h. tratar, gerar e manter atualizado o banco de dados sobre o Patrimônio Cultural do Município do Rio de Janeiro e proporcionar os meios de acesso às informações;

i. promover ações que vissem a impedir a evasão, a destruição e descaracterização de bens e documentos de valor cultural do Município do Rio de Janeiro;

j. manter intercâmbio com os órgãos públicos, privados ou pessoas físicas e jurídicas, visando a preservação da memória e a proteção do Patrimônio Cultural do Município do Rio de Janeiro;

k. participar da elaboração da proposta orçamentária do Gabinete do Prefeito relativamente à aplicação dos recursos financeiros destinados a sua programação específica.

Segundo descrição do próprio IRPH, o instituto integra o patrimônio cultural às áreas de intervenção urbana, arquitetura, design e paisagem cultural, fazendo uma gestão holística das áreas de ambiente cultural, requalificando o espaço público, como na Lapa e na Praça Tiradentes, ou conectando-se a temas contemporâneos e prementes, como a economia criativa e o *design*, através do Centro Carioca de Design.

Logo após o reconhecimento do sítio carioca como paisagem cultural, o IRPH publicou dois volumes de uma revista intitulada “Rio Patrimônio”. O primeiro volume foi lançado em agosto de 2012, o segundo volume em dezembro de 2012.

Na primeira edição fala-se de modo muito breve, logo no início, da atribuição do título à paisagem cultural carioca, em seguida há um artigo de três páginas de Fernando Fernandes de Mello com enfoque à paisagem cultural, observam-se também artigos voltados ao patrimônio edificado da cidade, reformas urbanas voltadas ao patrimônio existente, ações de valorização, sobre as intervenções urbanas no patrimônio. Prevalece o aspecto descritivo e pontual, focado no patrimônio material edificado.

No segundo número da revista, quatro páginas são destinadas à paisagem cultural, dando um breve resumo dos seus limites, assim como das atribuições do IRPH diante do sítio.

Estando em âmbito municipal, torna-se pertinente trazer brevemente aspectos do de Desenvolvimento Urbano Sustentável do Município do Rio de

Janeiro (Lei Complementar nº 111 de 01 de fevereiro de 2011), que trata a figura da paisagem:

> Artigo 2º:§ 3º Entende-se por paisagem, a interação entre o ambiente natural e a cultura expressa na configuração espacial resultante da relação entre elementos naturais, sociais e culturais, e nas marcas das ações, manifestações e formas de expressão humanas.
> § 4º A paisagem da cidade do Rio de Janeiro representa o mais valioso bem da cidade, responsável pela sua consagração como um ícone mundial e por sua inserção na economia turística do país, gerando emprego e renda.
> § 5º Integram o patrimônio paisagístico da Cidade do Rio de Janeiro tanto as paisagens com atributos excepcionais, como as paisagens decorrentes das manifestações e expressões populares. (BRASIL, 2011).

Em relação aos compromissos assumidos com o Plano de Gestão apresentado, durante a 39° Sessão do Comitê da UNESCO em julho deste ano, 2015, houve aprovação com a notificação de que as solicitações feitas pelo órgão foram plenamente atendidas pelo Brasil com respeito ao sítio carioca[94].

Com esta aprovação, a cidade não precisará mais passar pelo monitoramento que é feito pela UNESCO regularmente, de acordo com as regras estabelecidas. Para a aprovação, os consultores avaliam o andamento de projetos pendentes e verificam condições que possam ameaçar o valor universal excepcional, a integridade e a autenticidade do sítio

Foi estabelecido contato com a representante do IRPH para sanar dúvidas em relação ao andamento das propostas do plano de gestão apresentado, entretanto, os pedidos de entrevista ou envio de questionário por e-mail não foram atendidos, sob a justificativa de falta de tempo ou da falta de outra pessoa competente para nos atender.

De qualquer forma, com a decisão favorável e anuência da UNESCO ao que foi apresentado, o Rio de Janeiro assume o compromisso de apresentar periodicamente relatório detalhado de progresso do estado de conservação e um breve sumário do progresso obtido na proteção do sitio.

[94] Notícias em destaque, Ministério da Cultural. Disponível em < http://www.cultura.gov.br/noticias-destaques/-/asset_publisher/OiKX3xlR9iTn/content/id/1274822>. Acesso em 21.set.2015.

4.6.1 Fatores que pressionam a paisagem cultural

No PG apresentado, são indicados alguns fatores considerados como vetores de pressão ao sítio paisagem cultural. Eles dividem-se em fatores relacionados à expansão urbana, fatores ambientais, desastres naturais e atividades turísticas.

No primeiro grupo, de expansão urbana, é indicado o desmatamento e a ocupação dos morros no Maciço da Tijuca e demais morros contidos na área de amortecimento do sítio, formando grande número de favelas na área.

Segundo o PG (2014) a Prefeitura vem implantando desde o início dos anos 1990 o Programa Favela Bairro, com objetivo de integração destas comunidades ao tecido urbano dotando-as de novos espaços de convivência, redes de infraestrutura e mobilização comunitária. A principal medida descrita é a permanente fiscalização na zona de amortecimento do Parque Nacional da Tijuca (PNT).

Além disso, há o efeito de borda que o parque sofre decorrente não apenas das ocupações irregulares, mas também de sua excessiva fragmentação, cujas causas são: a escala, a inserção em área urbana e as vias com alta circulação de veículos que cortam os diversos fragmentos que compõem o parque. Outra situação frequente no PNT é a presença de grande número de antenas (Figura 32), trazendo prejuízos, não só por sua intervenção na paisagem como pela destruição da vegetação.

Segundo o IRPH as providências tomadas pela atual administração do parque, além das incluídas no Plano de Manejo, são, dentre outras:

- Recadastramento de todas as empresas responsáveis pelas antenas;
- Discussão com empresas de radio difusão para criação de um Termo de Cooperação que estabelecerá critérios e metodologias para autorização de atividades, prevendo medidas compensatórias e mitigadoras;
- A implantação de guaritas e fiscalização sistemática;
- cobrança de compensação ambiental, levando em conta a área/altura ocupada, com vistas ao estímulo direto à diminuição de estrutura e condensamento de várias empresas em uma única antena.

Figura 32– Antenas instaladas no Parque Nacional da Tijuca. Fonte: Site Panoramio, 2015[95]

Em relação aos fatores ambientais, destaca-se o fato da orla da cidade sofrer impacto da poluição da água, estando a poluição da Baía de Guanabara, que recebe esgoto de boa parte da região metropolitana, como o mais grave, o Programa de Despoluição da Baía de Guanabara (PDBG) possui estratégia em médio prazo para a limpeza da baía. Segundo notícias divulgadas em razão dos treinos e preparativos para as Olimpíadas de 2016, em cerca de 20 anos do programa, mais de R$ 10 bilhões já foram gastos, mas os resultados ainda são bastante modestos[96].

O despejo de esgoto *in natura*, segundo informações da prefeitura, já está sendo reduzido. Nas praias oceânicas, a existência do emissário submarino que leva o esgoto para alto-mar garante bons índices de balneabilidade na maior parte do ano. Entretanto, o despejo ilegal de esgoto nas galerias de águas pluviais provoca a ocorrência de línguas negras na areia após episódios de chuvas.

Sobre os desastres ambientais, a cidade do Rio de Janeiro, em função de seu clima, está sujeita a eventos de chuvas fortes, especialmente no verão, que provocam alagamentos em alguns pontos e, por vezes, deslizamentos.

[95] Disponível em: < www.panoramio.com>. Acesso em: dia 12.nov.2015

[96] Disponível em <http://www.estadao.com.br/noticias/geral,em-20-anos-despoluicao-da-baia-de-guanabara-vira-esgoto-imp-,851258>, acesso em 03.set.15.

A cidade possui um “Sistema de Alerta de Chuvas Intensas e de Deslizamentos em Encostas”, que utiliza informações, em tempo real, de 32 estações pluviométricas automáticas, imagens de radares meteorológicos, detector de raios, dados climáticos de duas estações meteorológicas, imagens de satélite e informações disponíveis na *internet*.

Os incêndios na Floresta da Tijuca, sobretudo em sua vertente norte, mais seca e com áreas ocupadas por capim colonião, são monitorados. Outro problema que o parque enfrenta é a caça a animais silvestres, controlada com ações de fiscalização e atividades de educação ambiental. O abandono de animais domésticos, sobretudo gatos, também exerce pressão sob a floresta, assim como o extrativismo vegetal.

Ainda neste item, na orla da praia de Copacabana, há o estacionamento irregular das calçadas, danificando as pedras portuguesas e prejudicando a passagem de pedestres, assim como o uso indevido dos espaços públicos por ambulantes, feiras, bares e restaurantes. Medidas de controle foram indicadas, no sentido de organizar o estacionamento local e monitorar a área contra ações indevidas de comércio e degradação.

Além disso, tem-se o Decreto Municipal n°30.542, de 18 de março de 2009[97], que cria o Comitê de Qualificação Ambiental da Orla Marítima, já em execução e tem como objetivos: melhorar a qualidade ambiental e urbanística, determinar os indicadores de qualidade ambiental, supervisionar o monitoramento e organizar e controlar as atividades econômicas, desportivas, turísticas e de lazer realizadas na orla.

Diante das ameaças identificadas, também foram propostas ações de monitoramento que seria realizado por meio de indicadores, determinados pelos entes responsáveis pela candidatura, presente no plano de gestão.

Estes indicadores são basicamente aqueles estabelecidos no Plano de Manejo do Parque Nacional da Tijuca, no Plano Diretor do Jardim Botânico dentre outros, necessários para o monitoramento da gestão e promoção do sitio. A tabela completa proposta para o monitoramento do sítio paisagem cultural pode ser consultada no Anexo 10.

[97] Disponível em <http://doweb.rio.rj.gov.br/ler_pdf.php?edi_id=572&page=3>, acesso em 10.dez.2015.

4.7 Outras paisagens, população, morros e favelas

Paganelli (1998) em seu trabalho de doutorado, sobre a percepção da paisagem carioca por alunos do ensino fundamental[98] e alunos do curso de licenciatura em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Universidade Federal Fluminense (UFF), nos traz à reflexão a dificuldade de pensar o todo social na relação entre o vivido, concebido e percebido, em relação a visibilidade do espaço que se apresenta na realidade das grandes cidades mitificadas por imagens, símbolos e representações da modernidade.

O espaço visível está totalmente capturado pela indústria cultural e pelas imagens da mídia? Que noções, conceitos e categorias da Geografia encaminham uma análise crítica sobre uma visibilidade super exposta e fetichizada dos espaços?

Após análise dos desenhos produzidos pelos alunos, a autora pôs-se a analisar, buscando compreender qual era a paisagem daqueles estudantes. A paisagem para um grupo dos alunos foi um recanto da natureza, sem a presença indicativa do homem. Estes foram agrupados por estas características do imaginário, com quedas d'água, a natureza intacta, um paraíso perdido.

Num outro grupo se observou uma memória visual de lugares identificados como o Leblon, Copacabana, Ipanema, Arpoador ou Ilhas Cagarras (visualizadas da janela de uma das escolas). Isso demonstra a carga simbólica que algumas paisagens carregam, pois mesmo não estando nestas áreas da cidade, são elas que ficam no imaginário da maioria das pessoas.

Na produção do espaço desde o início do século XIX, os bairros marcaram uma divisão que se estendeu no interior deles próprios, divisão física e social entre os morros e as planícies e esta contradição é visível e vivida pela população em seu cotidiano (PAGANELLI, 1998).

Segundo Costa (2004), há uma estreita relação entre a identidade pessoal e o local em que o ser habita. Sabemos que é latente a precariedade das construções em vilas, favelas e subúrbios onde há falta de saneamento básico, de coleta de lixo, problemas de ventilação, iluminação, infiltração de águas pluviais e outros de ordem técnica, que se somam a uma rede muito grande de problemas.

[98] Centro Educacional Anísio Teixeira, no morro de Santa Tereza e Centro Educacional Municipal João Goulart, no morro do Cantagalo. Totalizando 186 alunos.

O lugar de moradia, de habitação representa o homem no mundo e é através do seu endereço fixo que ele confirma este lugar no espaço urbano e na hierarquia social, da mesma maneira que as condições de vida se refletem na qualidade da sua habitação. Assim, a relação da sua habitação com o resto da cidade reflete a própria relação social entre o indivíduo e sua sociedade (COSTA, 2004).

Desde fins do século XIX, os morros e subúrbios cariocas começaram a ser ocupados por população de baixa renda. Ao longo do século XX, com o agravamento da questão habitacional, acentuou-se a ocupação desordenada e precedida por desmatamento, que, além de interferir na paisagem urbana, trouxe graves consequências ambientais sobre os cursos d'água e contribuiu para a erosão das encostas.

Em relação às favelas, por estarem inseridas nas áreas mais centralizadas da cidade, simbolizam os espaços contidos no tecido urbano, entretanto, nunca como parte integrante e sempre distante das políticas urbanas gerais adotadas.

Instituições governamentais e religiosas intervêm constantemente reforçando racionalidades antagônicas, reforçando a ausência de uma unidade política urbana e regional. A favela sempre assumiu um importante papel de elemento estruturante e estruturador desse processo, inserindo-se no processo de descontinuidade das políticas intervencionistas sem o aporte de um sistema de planejamento minimamente integrado.

Na colônia era crescente o número de escravos retirados do meio rural para atender ás demandas de serviços, entre 1799 e 1821 a porcentagem de cativos no município saltou de 34,6% para 45,6%, o censo de 1849 mostrava que de cada três habitantes do município carioca, um havia nascido na África; viviam na corte 74 mil africanos escravos ou livres, fazendo do espaço urbano do Rio de Janeiro uma cidade negra (KARASCH, 2000 apud ALEIXO e BARTHOLO, 2015).

A moradia do escravo era provida pelo patrão (e dono), com o fim da escravidão, o trabalhador livre não tinha mais a habitação. Essa mudança se caracteriza como um marco na formação do mercado de moradias, como ocorreu nos países capitalistas centrais.

O trabalhador livre não se integrou ao mercado de trabalho formal e concomitantemente sua moradia não foi obtida pela via do mercado formal, se integrando a informalidade até mesmo por falta de políticas de barateamento de

terrenos e moradias. Esse grupo buscou formas alternativas de moradia, morando de forma diferente (COSTA SILVA, 2010).

Diversas são as situações de conflito entre a malha urbana convencional e as áreas protegidas ou com potencial para proteção, tanto no Rio de Janeiro como em outras cidades brasileiras. No caso do Rio, uma das fontes mais polêmicas de conflitos é a presença de favelas dentro dos limites da zona de amortecimento do sítio paisagem cultural e se elas fazem ou não parte dos valores e da paisagem cultural carioca.

A paisagem das favelas é resultado de ocupação espontânea em terrenos, a princípio não parceláveis sob o ponto de vista formal e legal, mas carregados da soma de construções individuais com as marcas de sua manifestação própria, que apesar da informalidade da produção do espaço, percebe-se nele o desejo de reproduzir a cidade formal em sua diversidade e estrutura, mas com espírito próprio (COSTA SILVA, 2010).

O eixo paradigmático da representação dos espaços populares é a noção da ausência e a favela é definida pelo que ela não é ou pelo que não tem (SILVA, 2012) assim como sua suposta homogeneização.

Segundo a ONU, favela caracteriza-se pelo excesso de população, por habitantes pobres ou informais, por acesso inadequado à água potável, falta de condições sanitárias adequadas e insegurança na posse da moradia, mas o conceito de favela é mais complexo.

A consulta às fontes históricas do século XIX revela o caráter mais do que secular da pobreza urbana concentrada e não nos resta dúvida de que ela sofreu uma explosão a partir da década de 1980, sobretudo pelos processos de industrialização e crescimento das áreas urbanas.

A favela não pode ser considerada apenas como um subproduto fortuito e descolado do processo de urbanização brasileiro, mas um fenômeno intrínseco à produção do espaço urbano brasileiro, reproduzindo suas externalidades em uma pluralidade de escalas e âmbitos na nossa sociedade e no mundo (COSTA SILVA, o.cit.).

Enquanto em alguns países, em seus centros urbanos, como Londres e Paris, os indivíduos mais pobres vivem nas periferias ou camuflados em grandes conjuntos habitacionais afastados da vista dos moradores formais, as favelas no Brasil ocupam espaços muito visíveis nas grandes cidades, sobretudo pela

proximidade com a oferta de trabalho, facilidade de acesso ao transporte e aos serviços essenciais.

Sob a perspectiva da ocupação, observa-se uma ocupação horizontalizada que acompanha as curvas de nível do terreno, formando uma grande massa uniforme e rica de cores que contrastam com as ocupações da cidade formal.

Há uma dinâmica própria construída com as condicionantes do ambiente. E é nessa dinâmica e na exiguidade do espaço que podem ser identificados os valores do lugar, as relações culturais associadas e uma riqueza e diversidade espaciais construídas espontaneamente pelas comunidades que formam os tecidos informais da cidade, tais como as favelas (COSTA SILVA, op.cit.).

Em 2010, 22,16% da população carioca vivia em favelas, ou seja, quase 1,4 milhões de pessoas morando em 763 aglomerados subnormais, de acordo com o IBGE. As intervenções públicas, nas últimas décadas, refletiram o desejo de erradicar esse espaço repleto de valores e significados, sem considerar modos de intervir no espaço informal sem romper com sua riqueza preexistente, como lugar e, portanto o espaço vivido carregado de símbolos.

Nos preparativos para a comemoração dos 450 anos da cidade do Rio de Janeiro, muito se falou sobre as maravilhas cariocas e em texto de Eduardo Paes e Marcelo Calero, prefeito da cidade e presidente do Comitê Rio450, respectivamente, observa-se a exaltação não apenas da trajetória histórica desde a fundação da cidade. Como disseram os autores, da experiência civilizatória desenvolvida, do arcabouço cultural construído e os personagens que surgiram entre florestas, morros, alagadiços e forjaram assim um estilo de vida próprio "admirado e reverenciado" em todo o mundo, assim como a mobilização necessária para que o carioca se reconhecesse na celebração dos 450 anos por ter o privilégio de viver na "*mais especial de todas as cidades do mundo*"[99].

Observamos que, diante do discurso criado sob a justificativa da paisagem cultural, outras zonas da cidade, além da sul, parecem não possuir paisagens, naturais ou culturais, que possam reafirmar o significado de grandeza, de beleza e sucesso para seus moradores, não há para estas, maravilhas a serem admiradas e cantadas, fotografadas, valorizadas. Seriam assim, os anti-símbolos de uma paisagem esquecida que poderia colocar em risco a paisagem eleita e

[99]Eduardo Paes e Marcelo Calero, Prefácio, páginas 06 e 07, in: TURAZZI, Maria Inez (org.) Rio 400+50, comemorações e percursos de uma cidade. Rio de Janeiro. Edições de Janeiro. 2014.

causam desconforto diante da "*mais especial de todas as cidades do mundo*" (PAES e CALERO, 2014).

Ao hierarquizar determinadas dimensões de uma realidade como aquelas de expressão nacional em detrimento de outras, classificadas como de menor expressividade ou até mesmo inexpressivas, revela-se e denuncia-se aquilo que tentamos esconder, porque as outras paisagens estão lá, ocultadas pelas desigualdades na ausência da estrutura básica de atendimento pelo poder público. Segundo Barbosa (2012) a cidade visível, cultuada por seus símbolos é ameaçada pela presença das favelas ou por qualquer outra forma de existir que não esteja adequada aos valores simbólicos da paisagem eleita.

As favelas e as comunidades populares de uma maneira geral são o outro lado da moeda do modelo brasileiro de produzir cidades, são produtos materializados da sobrevivência dos pobres e marginalizados e dos seus valores no contexto urbano, personificam o que se quer esquecer: a insalubridade, a pobreza, o barulho, o lixo, o que é feio, a violência, a ilegalidade, mas também a resistência, a vitalidade, a adaptabilidade, o convívio de diferenças.

Os lugares carregam estigmas, assim como as imagens criadas e as pessoas (BARBOSA, 2012), onde distinções arbitrárias e autoritárias fortalecem as restrições ao uso pleno da cidade e sua paisagem, como espaço de realização da sociedade, como território.

A discriminação se revela nesta diferenciação de símbolos e de pertencimentos, pois o "favelado" tem momento certo para descer ao "asfalto", talvez no Carnaval, para divertir toda multidão. Entretanto, quando ele tenta adentrar à paisagem eleita, que não é sua, como ocorreu recentemente, mesmo que não tenha sido a primeira vez, assistimos a proibição do acesso às praias da zona sul, orquestrada pelo poder de policiamento do estado[100].

Costa Silva (2010) nos coloca diante da questão das favelas como ícones da paisagem cultural e podemos assim avançar para o fato de que elas têm também o direito de ser uma paisagem, a cultura não está somente no "asfalto", mas também (e principalmente) no "morro".

[100] *PM do Rio impede adolescentes da periferia de ir às praias da zona sul*. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/vice/2015/08/1673548-pm-do-rio-impede-adolescentes-da-periferia-de-ir-as-praias-da-zona-sul.shtml>, acesso em 03.nov.15; *PM impede jovens negros de ir as praias da Zona Sul. D*isponível em <*https://www.brasil247.com/pt/247/favela247/194134/PM-impede-jovens-negros-de-ir-a-praias-da-Zona-Sul.htm*>, *acesso em 03.nov.15.*

Não se pode manter o discurso que qualifica uma e desqualifica a outra, ampliando os conflitos sociais que parecem pautar-se na civilidade versus a barbárie, no desenvolvimento versus o atraso.

PARTE V

GESTÃO DA PAISAGEM CULTURAL

Gestão, ordenamento e valorização

"E a cidade, que tem braços abertos no cartão-postal, com os punhos fechados na vida real, se nega [a dar] oportunidades; mostra a face dura do mal"

(Hebert Vianna, "Alagados", 1986)

5.1 Gestão da paisagem cultural, aspectos do ordenamento territorial sob o viés da paisagem

As primeiras concepções do ordenamento territorial surgiram no contexto estratégico geopolítico pós Segunda Guerra Mundial, seu ideário nasceu em contraponto aos ditames da expansão das relações capitalistas no mundo, seria uma alternativa às relações capitalistas, buscando a funcionalidade do território e o bem estar dos habitantes, organizando-o a partir do conhecimento dos seus recursos, suas potencialidades e fragilidades, direcionando, assim, sua melhor utilização.

O ordenamento é uma função pública e política que lança mão de variáveis que visam contribuir para maior amplitude conceitual, apoiando-se sobre o quadro natural que constitui o espaço geográfico em escala local, em relação aos processos sociais, culturais, ambientais e econômicos que produzem formas concretas de ocupação e utilização desse espaço, na leitura e interpretação das camadas que se superpõem ao longo dos tempos.

Da mesma forma, sobre as análises e interpretação de informações estatísticas locais, relação do comportamento humano com as potencialidades naturais e suas repercussões, a integração das manifestações ou fenômenos locais em cenários naturais, sociais e econômicos de maior escala, os instrumentos jurídicos intervenientes que condicionam a dinâmica territorial e sobre práticas administrativas e princípios consolidados.

Se é no território que podemos ser sujeitos da política, da convivência e portadores de projetos de sociedade, há uma dimensão fundamental entre a política cidadã e o uso do território como condição básica da democracia e da igualdade (BARBOSA, 2012), assim, o ordenamento pode ser entendido, como um ato pautado no planejamento e na gestão dos diferentes modos de uso e ocupação, potencializando o aproveitamento das infraestruturas existentes e assegurando a prevenção de recursos limitados.

Uma gestão voltada à interação do homem com o espaço natural, envolvendo diferentes escalas de convivência e permanência. Sob esta perspectiva, como não associar o conceito de paisagem, com seu arcabouço teórico e metodológico, as implicações relacionadas a um possível ordenamento e gestão territoriais.

Ao passo dos novos arranjos territoriais com base nos avanços tecnológicos e científicos, novos atores e interesses em questão vão sendo inseridos na concepção do ordenamento e da gestão.

Ordenar pode ser visto como um processo social global, com início no estabelecimento de uma normatividade jurídica necessária para a definição de finalidades, para o estabelecimento de uma tipologia de instrumentos a utilizar e nos diferentes tipos de intervenção, sobretudo pública.

Os instrumentos de discussão do ordenamento territorial da Comunidade Europeia, por exemplo, como a Carta Europeia de Ordenamento do Território (CEOT) de 1983, ou Carta de Torremolinos, conforme já citada em capitulo anterior.

A CEOT surgiu como um marco fundamental desta temática, buscando esclarecer a maioria das indefinições existentes diante das iniciativas em curso no continente, que desde a década de 1950 vinham sendo realizadas, mas ainda sem grandes resultados.

O ordenamento é apresentado como uma tradução espacial das políticas econômica, social, cultural e ecológica da sociedade, simultaneamente uma disciplina científica, uma prática administrativa e uma política que se desenvolveria numa perspectiva interdisciplinar e integrada com tendência ao desenvolvimento equilibrado das regiões e à organização física do espaço segundo uma estratégia de conjunto (CE 1988).

O ordenamento do território, com base nas paisagens deve compreender uma competência muito importante que é a de harmonizar e coordenar as várias atividades existentes num determinado território. Esta acepção é, igualmente, partilhada por Orea (2001), o qual admite que, do ponto de vista administrativo, o ordenamento deve ter uma função pública porque só assim é possível controlar, de uma forma equilibrada, o crescimento espontâneo das atividades humanas, públicas ou privadas.

Existem várias linhas de pensamento para definir e conceituar o ordenamento do território, assim como sabemos não ser simples a aplicação do conceito dentro de um modelo teórico e metodológico que atenda às exigências de planejamento e gestão, entretanto, ainda de acordo com Orea (op.cit.), um ponto de partida seria admitir três elementos fundamentais: as atividades humanas, o espaço no qual elas se inserem e o sistema que ambos integram.

O ordenamento territorial tem por objetivo incluir todas as relações que ocorrem sobre determinado espaço na perspectiva de conciliar os conflitos (AMÊNDOLA, 2011).

A análise do ordenamento territorial urbano no Rio de Janeiro, uma metrópole, torna-se relevante uma vez que se trata de uma realidade complexa, de difícil manejo para estabelecer políticas de ordenamento, desde o início de sua ocupação, apropriação, expropriação e expansão, a cidade apresentou dificuldades em transpor os obstáculos naturais a fim de criar condições habitáveis e susceptíveis à instalação da infraestrutura urbana.

Entretanto, a ausência de estrutura de planejamento urbano e regional e as intervenções localizadas de elevado custo resultaram num espaço bastante segmentado e fragmentado de bairros com infraestrutura e serviços de custos elevados próximos de outros sem qualquer investimento, deficientemente articulados entre si o que permitiu uma justaposição social determinante dos conflitos sociais e territoriais de difícil elaboração de políticas de ordenamento e gestão.

Segundo Mata Olso (2006) o maior potencial para a gestão sustentável do território é a abordagem pela paisagem de modo integrador, dinâmico e participativo, a preservação da paisagem e sua totalidade, vem da consideração da paisagem como patrimônio e, por conseguinte do território como patrimônio.

As paisagens culturais possuem fortes vinculações com a sustentabilidade, esta relação se cria a partir do mecanismo de gerenciar racionalmente a riqueza patrimonial, o acervo natural e cultural locais com o intuito de permitir que cada comunidade e cada lugar possam aproveitar os recursos e capacidades próprias, preservando sua identidade, reforçando a visão de que as paisagens culturais constituem também a expressão da memória e a identidade de uma região (SKYVARCA; SCHILLER, 2010).

Em agosto de 2012 a lista de paisagens culturais foi atualizada no site incluindo bens inscritos em 2010 e 2011, além dos novos bens aceitos, foram migrados 15 bens listados em outras categorias, nos anos de 1980 e 1990 (FIGUEIREDO, 2014). Entretanto, em 2013 já não constavam 14[101] deles, restando apenas o Parque Nacional de Lushan (China), os demais solicitaram o retorno a antigas categorias por não concordarem com a mudança.

[101] Oito bens no México, dois em Mali, um em Malta, um na Mauritania e um na Noruega.

A transferência destes sítios para paisagens culturais aponta relevante ampliação de valores e bens a serem preservados, entretanto, implica em novas formas de gestão participativa, integradas e muito mais complexas, exigindo mais dos Estados-parte (FIGUEIREDO, 2014) o que talvez tenha sido o motivo dos pedidos de retornar as categorias antigas.

Sensibilizar-se com paisagens que homens de diferentes culturas modelaram ressalta a importância dos estudos das paisagens culturais como modelos vivos e ativos de transferência de boas práticas e sua preservação deve estar orientada em atribuir valor às relações com a natureza, à promoção da coexistência harmônica e possível dos homens com o ambiente, de modo a garantir sua valorização e preservação.

Castelly e Spallasso[102] (2007) sustentam que as paisagens podem servir como uma figura jurídica que contribua para a conservação física e social da natureza e da cultura dos residentes e visitantes da área, sendo uma importante ferramenta para o desenvolvimento econômico local e das comunidades a elas associadas.

Por gestão da paisagem, portanto, se entende um conjunto de ações encaminhadas a partir de uma perspectiva de desenvolvimento sustentável (SKYVARCA; SCHILLER, 2010) garantindo sua manutenção com o fim de guiar e adaptar as transformações incluídas pelos processos sociais, econômicos e ambientais.

A paisagem é um importante elemento de qualidade de vida das populações, sua proteção, gestão e ordenamento implicam em direitos e responsabilidades para todos.

Reforçando ainda o papel da gestão da e pela paisagem, o "*Observatório de Sostenibilidad Español*" (OSE), publicou "*Património natural, cultural y paisajistico, claves de la sostenabilidad territorial*", documento que traz ênfase na incorporação da paisagem como elemento patrimonial indiscutível, manifestando a necessidade de novas perspectivas para este grupo de bens patrimoniais.

Segundo Mata Olmo (2006) a razão de o território ter penetrado também na política de defesa de patrimônio que tem evoluído paulatinamente da tutela dos

[102]CASTELLI, Luis; SPALLASSO, Valeria. **Planificacion y conservacion del paisaje: herramientas para laproteccion del património natural y cultural,** 1ª ed. Buenos Aires; Fundacion Naturaleza para el Futuro. Conservacion del património. 2007.

monumentos e de bens culturais singulares para a leitura da paisagem traz um amplo repertório de símbolos e significados da história territorial.

A lógica da política com base na paisagem se afirma também na política ambiental e na conservação da biodiversidade, superando-se objetos isolados de conservação e proteção, avançando para processos sociais e econômicos e culturais que interajam nas condições ambientais e funcionamento dos ecossistemas. Se a busca é pela integração, temos aqui uma interessante oportunidade de fazê-lo.

Pensar nas possibilidades do ordenamento territorial com base numa proposta de proteção e valorização das paisagens é o mesmo que lançar uma maneira de pensar e outro modo de atuar na realidade, com foco na estruturação e consolidação das cidades, principalmente em relação àquelas de provável concepção regional, inter-regional e até nacional, buscando como base a relação direta dos habitantes com os recursos naturais e com a acessibilidade à infraestrutura em geral, valorizando assim seu patrimônio.

No caso do Rio de Janeiro, são muitas as dificuldades de compreender o ordenamento territorial no processo de planejamento governamental na realidade das metrópoles brasileiras e no caso fluminense não é diferente (AMÊNDOLA, 2011), sobretudo se incluirmos em todo o processo de construção da cidade a tentativa de criar símbolos a ela associados.

A configuração territorial da metrópole carioca pode ser caracterizada como núcleo hiperatrofiado, concentrador da maioria da renda e dos recursos urbanísticos disponíveis, cercado por estratos urbanos periféricos cada vez mais carentes de serviços e de infraestrutura à medida que se afastam do núcleo.

No caso do Rio, Amêndola (op.cit.) nos fala sobre a avaliação do ordenamento territorial no planejamento governamental e sua base nas condições físicas, constitutivas, administrativas, jurídicas, políticas, além dos planos, programas e instrumentos urbanísticos que se tornaram frágeis diante das grandes mudanças das relações políticas, de governos e sociedades.

O Rio de Janeiro inseriu-se no processo de ordenamento territorial urbano de modo tardio e sem avanços institucionais e estruturais de planejamento mais efetivos, resultando nos mais sérios impactos socioeconômicos gerados por este processo.

O território do Rio de Janeiro consolidou-se num dos espaços mais segregados e desarticulados, inclusive com a área de influência direta composta por municípios limítrofes que compõem sua respectiva região metropolitana no contexto de ausência de uma autêntica estrutura de planejamento urbano e regional e reforçada pelo déficit institucional.

Os interesses especulativos que direcionaram o crescimento da cidade e o tratamento inconsistente e casuístico dos fatos urbanos foram gerando inúmeros e cada vez maiores problemas urbanos, sociais e ambientais, como degradação ambiental, formação de bolsões de miséria, ocupações inadequadas do solo, inadequação e insuficiência dos equipamentos coletivos, produção de espaços ilegais, favelização, verticalização, vazios urbanos que foram se agravando pela ausência de uma estrutura de planejamento e de recursos a fim de atender a crescente demanda por habitação, saúde, educação, serviços básicos como abastecimento de água e coleta de esgotos, transportes, etc.

O sítio do Rio de Janeiro desde sua ocupação tem sido constantemente remodelado com aterro de várzeas, arrasamento de morros, abertura de túneis, saneamento de certos bairros, mas, nada poderia alterar o fato de achar-se à beira mar, de ter a uma pequena distância a barreira montanhosa da Serra do Mar, de possuir uma *hinterland* de determinadas características geográficas.

Muitas mudanças e intervenções urbanísticas foram realizadas devido aos obstáculos naturais do próprio sítio original. A cidade em formação, confirmada entre o brejo, o mar e a montanha foi alvo de intervenções pelo governo de modo a conquistar a planície, as colinas e os vales avançando sobre as regiões ribeirinhas alagadiças e montanhas com o intuito de ampliar o espaço em ocupação. Desmontes, aterros, terraplanagens, abertura de túneis dentre outras técnicas foram fundamentais no processo de expansão do perímetro urbano.

Neste contexto de pensar o território sob o viés da paisagem, como oportunidade de adequar seu modo de ocupação, de valorização e gestão, tem-se no conceito de paisagem cultural algo inovador que engloba discussões paralelas relevantes, como a gestão do patrimônio e o tema do desenvolvimento sustentável, contudo, há ainda a necessidade de desenvolver instrumentos legais de proteção efetiva das paisagens culturais, assim como novas abordagens para formas de gestão mais integradas respondendo aos desafios dos tempos atuais e a complexidade das mesmas.

A paisagem, efetivamente, de modo prático, não tem sido considerada nos processos de ordenamento do território, por meio da proteção e da conservação, ou, só é encarada como mero cenário sem implicações significativas em termos de sua própria gestão ou como monumentalidade.

A gestão pública pode ser reforçada com uma abordagem de proteção, não de fragmentos, mas de paisagens, considerar a territorialidade dos processos de evolução sociocultural e de identificação com a paisagem.

A paisagem desde suas propriedades “como uma unidade de síntese” tem sido vista como unidade de planejamento. Diakonov (2008) define o planejamento da paisagem como um componente da política regional, no que se refere à organização espaço-temporal das atividades vitais da sociedade, conservando ou multiplicando as suas propriedades úteis, é a melhor adaptação das zonas funcionais à estrutura paisagística e na geração de novas estruturas antropo-naturais.

A adoção da paisagem como unidade de ordenamento ambiental implicaria observar diversas tarefas no processo de planejamento, reconhecendo-a como um sistema integral dinâmico, compreensão dos seus valores cênicos, identificação e caracterização da sua resiliência, assim como a definição de critérios de qualidade, de requerimentos ambientais e medidas de manutenção da qualidade da paisagem, promovendo reconciliação entre estes requerimentos e as demandas de desenvolvimento regional e local (ANTIPOV, 2006 apud VICENS, 2012).

O ordenamento seria o instrumento estratégico na utilização da paisagem pela sociedade. A diferenciação das unidades da paisagem, por exemplo, seria importante uma vez que suas propriedades e características resultam da atuação dos fatores formadores que lhes deram origem.

A paisagem como sistema possui uma estrutura fundamentada na inter-relação de diferentes componentes (litologia, solos, clima, biota) e no arranjo espacial de unidades de diferentes níveis hierárquicos, funcionando por meio dos ciclos biogeoquímicos e sua trajetória evolutiva e um histórico de transformação pela mão do homem.

A paisagem cultural não deve ser encarada como uma categoria de patrimônio somente, mas como um conceito, que deve ser praticado e ampliado.

A preservação do patrimônio, entre eles a paisagem, deve partir de motivação construída sobre bases culturais significativas e historicamente elaboradas, uma vez que as transformações ocorridas nas paisagens do século XVIII e XIX levaram a processos de perdas irreparáveis, sobretudo se considerarmos os saberes e as referências construídas por diversos grupos em relação aos lugares e suas bases culturais, fatores identitários e de preservação da memória. De acordo com Almeida e Teixeira (2010) existe a necessidade da reconstrução da identidade do individuo e todo o conteúdo simbólico relacionado, e, portanto, há uma relação bastante próxima entre a estrutura espacial e as relações de convivência.

É necessário repensar as bases conceituais e práticas sobre as paisagens e sua gestão (SANDEVILLE JR., 2003), a gestão patrimonialista não cabe num modelo que deve abranger a qualidade espacial e os valores sociais e humanos, obras de visibilidade política, de valorização de setores da classe média e alta, privilegiando-os no mercado imobiliário não caracterizam uma paisagem que é uma dimensão de síntese (AB'SABER, 1977) e qualquer ação fragmentada e desarticulada, não dará certo.

Sandeville Jr. (2003) propõe que cada cidade busque novos símbolos além daqueles já consagrados, símbolos que sejam inquietantes, um antisímbolo que provoque à ação e à reflexão.

Desta forma, os antisímbolos, uma vez transformados, poderão permitir retorno de benefícios para a população, substituindo símbolos de modernidade, de desenvolvimento econômico, de heróis históricos ou coletivos genéricos, por aqueles que revelem seu sentido pelos usos que as pessoas fazem deles enquanto espaços de sociabilidade, integração social e ambiental, cooperação e solidariedade.

Considerando a paisagem como um todo e complexo sistema, compreendendo a dinâmica de suas transformações ao longo do tempo, tem-se um grande desafio para o planejamento e gestão territoriais, uma vez que o enfoque integrado se torna significativo para a proteção e gestão da paisagem, acrescida ou não do adjetivo cultural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na geografia a função social da organização das paisagens faz parte das abordagens desenvolvidas, mesmo aquelas descrições relacionadas a uma morfologia descritiva da paisagem e à fisiologia dos aspectos naturais ou ecológicos, consideram em maior ou menos grau a influência humana. Existe sim uma dificuldade de método em incorporar esta participação humana, por sua dinamicidade assim como em relação às diversas escalas de observação e cartografação, da paisagem e seus fenômenos relacionados, tal como já foi outrora discutido, Bertrand (1971), Monteiro (2000), dentre outros.

De acordo com os objetivos propostos para o desenvolvimento desta pesquisa, onde a discussão do conceito de paisagem cultural foi a questão central, observamos que a cultura não é, de forma alguma, antagônica à natureza, mas sim seu derivado; ela produz a cultura que irá transformá-la. A cultura é, por assim dizer, o meio da auto-renovação constante do meio natural.

Os contornos da paisagem carioca orientam a delimitação de um sítio, mas de um sítio maior do que aquele eleito como patrimônio mundial, onde a inter-relação entre a cidade edificada e a natureza pode ser retratada por meio dos aspectos históricos, funcionais, sociais e urbanísticos, tal como discutido na pesquisa.

Compreender a forma pela qual a construção da paisagem carioca se deu, significa compreender várias etapas de constituição de um cenário intencional, que buscava ser uma referência da imagem do país, tropical, extravagante, alegre. O que observamos, de fato, é que os modos de construir e de viver na cidade consolidaram indiscutível união entre natureza e espaço urbano, mas de modo muito mais abrangente e significativo do que aqueles abordados e representados pela paisagem eleita.

A paisagem do Rio de Janeiro é sim cultural, tal como são todas as paisagens, entretanto, seu patrimônio vai além daquele construído ou classificado como natural, os mesmos apresentados ao imaginário nacional e estrangeiro, como símbolos ou monumentos. Sua paisagem estabelece uma relação dinâmica entre os habitantes e seu ambiente, a partir da apropriação dos elementos naturais, do processo de ocupação do espaço, das edificações nos contornos dos

morros, no cotidiano das relações sociais e, sobretudo pela consolidação das desigualdades.

De forma mais ampla, buscou-se também compreender a evolução da discussão da paisagem, como categoria institucional. As cartas e resoluções elaboradas pela UNESCO trazem referências a paisagem, desde meados do século XX, mesmo que não de modo direto, considerando inicialmente o entorno dos bens e monumentos. Até chegarmos a declaração da paisagem como uma categoria de patrimônio, percorreu-se mais de três décadas.

O conceito de paisagem foi sendo utilizado, inicialmente apenas como entorno ou suporte para bens isolados e como isso foi sendo expandido para setores maiores, mais abrangentes, até chegar-se no atual instrumento de reconhecimento das paisagens culturais.

Importante fórum de discussão em relação a abordagem da paisagem como norteadora de instrumentos de preservação e valorização se deu no âmbito do Conselho da Europa. A Convenção Europeia da Paisagem, de 2000, representa um importante instrumento de discussão e balizamento para estabelecimento de políticas públicas.

Há a indicação de que os países membros devem criar figuras jurídicas da paisagem como uma componente essencial do ambiente humano ressaltando sua expressão em relação a diversidade do seu patrimônio comum, cultural e natural, como base de sua identidade. E ainda, estabelecer e aplicar políticas da paisagem visando sua proteção, com desdobramento à gestão e ao ordenamento territorial, retomando inclusive parte do que havia sido estabelecido pela Carta de Torremolinos, de 1983.

A percepção desta abordagem nos remete a uma forma muito mais sofisticada e assertiva de considerar a paisagem muito além de uma categoria de preservação, mas apropriar-se de todo o repertório desenvolvido acerca de seus métodos de estudo e aplicações como forma de subsidiar uma maneira mais adequada e democrática de formas de uso e ocupação das regiões.

No Brasil, a Chancela da Paisagem Cultural representou também uma evolução em relação aos instrumentos de proteção e valorização, considerar a paisagem como um patrimônio e estabelecer diretrizes para sua preservação são medidas relevantes, entretanto, a falta do instrumental jurídico que de fato estabeleça políticas públicas para tal fim, fragiliza a abordagem e seu avanço.

Além disso, observa-se, no país, uma sobreposição constante de medidas de preservação e conservação, ora sob o ambiente considerado natural, ora sob os bens culturais, que ao invés de permitir a evolução em relação às formas adequadas de manutenção do patrimônio, sob seus diversos aspectos, congela determinados bens, estabelece de maneira autoritária o que é passível de valorização, exclui aquilo que não se enquadra em determinados padrões e destitui de significado o que poderia ser utilizado como forma de ampliar a relação da população com seus lugares.

Confirmando nossa hipótese de trabalho, avaliamos que a paisagem não representa apenas os testemunhos dos ambientes naturais que foram transformados pela sociedade. Ela faz parte da memória social do individuo e da coletividade, a partir dela, vivenciada cotidianamente há o estabelecimento de vínculos e significados. A sociedade produz e reproduz as paisagens, assim, como somos resultado das paisagens que vivenciamos, a forma de olhar, de perceber, de valorizar, trazem embutidas as relações nela estabelecidas.

Também vamos aprendendo o quê nesta paisagem merece ser valorizado, o quê deve ser nosso patrimônio. A visão conservadora e monumentalista adotada pelos órgãos patrimoniais, em âmbito internacional e nacional, acentuam as diferenças sociais, determinando o que vale mais e o que vale menos. Mesmo que o discurso seja do patrimônio como valor universal, daquilo que seja autêntico e pertença a todos os grupos, a própria distribuição dos bens pelo mundo, nos mostra uma realidade diferente. E o mesmo se repete em relação a categoria de paisagens culturais.

O caso do Rio de Janeiro e seu reconhecimento como Patrimônio Mundial, sob a categoria de paisagem cultural, é bastante representativo, por incluir uma área urbana como patrimônio e por abordá-la como paisagem. A lista da UNESCO para esta categoria tem um caráter muito mais limitado, no sentido de incluir em sua maioria paisagens rurais ou semi-rurais, que tenham remanescentes de cultivos agrícolas ou que sirvam a manifestações religiosas ou mesmo áreas de contemplação da natureza, ou então, como é mais comum nas paisagens europeias, antigos castelos, jardins imperais, etc.

Observamos que o passado é uma das dimensões mais importantes naquilo que se considera patrimônio, na busca pela singularidade ou autenticidade. Há uma busca pela materialização deste passado na paisagem

institucionalmente cultural, para que ele possa ser preservado, determinando-se inclusive qual é o passado que nos representa.

O apelo à busca da identidade, da memória, bastante comum atualmente, é bastante relevante, em termos da preservação das tradições vitais de uma sociedade, entretanto ela pode ser perigosa quando levada a extremos, conforme expõe Lowenthal (1996), as sociedades podem acabar sendo "possuídas pelo passado" o que pode resultar na distorção da história e em conflitos sociais.

O olhar, portanto, deve ir do cortiço ao palacete, do universal ao local, este deve ser o papel da preservação patrimonial e para tanto temos que politizar a discussão, ampliando o debate e democratizando os referenciais para a determinação do que merece ou não ser valorizado. Incluindo também a necessidade de discutir o papel da preservação do patrimônio muito além da monumentalização ou musealização dos lugares.

A experiência da capital paulista foi aqui brevemente retratada como forma de demonstrar como a discussão do patrimônio, sobretudo em ambiente urbano, pode ser desenvolvida com vistas ao planejamento da cidade. Dentro do contexto nacional e internacional, isto não pode deixar de ser nunca considerado, tivemos em São Paulo o estabelecimento de zoneamentos considerando bens reconhecidos como patrimônios municipais e que, portanto, deveriam funcionar também como norteadores do modo de uso e ocupação urbana.

O exemplo paulistano nos traz também a reflexão de que o olhar institucional pode ser mais abrangente e democrático, muito além da visão conservadora vigente. Na historia do Rio de Janeiro, experiência não muito diferente ocorreu, entre as décadas de 1970 e 1990 com a valorização de bens populares, reconhecidos pelas comunidades e que entraram para a lista de patrimônios municipais. Em ambos os casos as experiências inovadoras não são mais uma realidade.

Por tratar-se se ambientes urbanos, as duas experiências, de acordo com o que vemos atualmente, demonstram que a ideologia da modernização serve para dissimular as aparências e esconder as contradições, mascarando o essencial do processo histórico da produção social do espaço.

Em relação a capital fluminense, conforme já citado, ela abre o precedente da abordagem da paisagem cultural também a ambientes urbanos de grande escala, apesar de todos os cortes impostos pela UNESCO para o

enquadramento. Diante disso, como não pensar no caso de Buenos Aires, que de forma semelhante candidatou-se a paisagem cultural, apresentando e justificando, de acordo com os critérios impostos pela UNESCO, seu valor universal, sua autenticidade, dentre outros atributos.

A cidade portenha não foi eleita, uma vez que não atendeu ao que a instituição internacional considera como relevante em termos representativos do patrimônio. E, de modo diferente ao que ocorreu com o Rio de Janeiro, não houve apresentação de uma nova candidatura, atendendo ao que a UNESCO julgou ser mais adequado e representativo em relação a paisagem portenha.

Setores populares de Buenos Aires foram incluídos nos limites propostos como paisagem cultural, indo além dos prédios históricos, jardins e monumentos, os bairros localizados nos setores mais marginais da cidade, de maioria imigrante, como La Boca, localizados em área portuária, nas planícies da cidade, foram incluídos, sustentando justamente sua autenticidade em termos de apropriação daquelas áreas, de terem criado uma cultura própria, diversificada e representativa para a cidade e sua imagem, inclusive internacional.

O cenário, talvez a cenarização seja um ponto fundamental a se considerar na eleição dos patrimônios, entre eles a paisagem cultural. Essa cenarização constitui uma apropriação de um sítio, um bairro, uma cidade, que vai aos poucos rompendo com a dinâmica própria do lugar e, em contrapartida, cria-se um ambiente cenográfico, dissimulado, disfarçado, predominantemente para o consumo e o turismo.

A redução da paisagem a um aglomerado de coisas, de cenários, ou a redução da geografia a abstração da paisagem depaupera a trajetória histórica da relação entre o homem e o seu ambiente e o significado desta relação.

No caso do Rio de Janeiro tem-se uma imagem icônica, tal como outras cidades e até países e na composição desta imagem, figuram alguns elementos naturais do sítio, o mar e as montanhas, com destaque para o Pão de Açúcar. Assim, a paisagem ou este fragmento da cidade que inspira a imagem icônica do Rio de Janeiro é o resultado de um longo processo, que teve início logo no início da formação da cidade, mas que se consolidou quando a mancha urbana se estendeu em direção à zona sul, adensando a orla sul da baía de Guanabara, principalmente a partir do século XIX.

Tendo sido, portanto, construída por diversas gerações humanas, é de se perguntar como foi possível que adquirisse uma forma a tal ponto poderosa e singular, que se configure como inspiração para a própria “marca registrada” da cidade.

A natureza que compõe a paisagem referencial para a imagem do Rio de Janeiro é uma natureza artificializada, por ser uma construção deliberada e intencional daqueles que tiveram como função desenhar a paisagem. Isto apenas confirma o fato de que a natureza tornada patrimônio não se opõe á cultura nem está fora da sociedade, nada mais é do que aceitar a interpretação da natureza como um fato cultural.

Por sua importância política, histórica, econômica e cultural, o Rio de Janeiro tornou-se, em grande medida, a imagem do país. A “moça do corpo dourado”, o Cristo Redentor e o samba estão entre os elementos mais conhecidos no exterior, sendo essencialmente cariocas. Outrossim, mesmo pela imagem negativa o Rio de Janeiro também representa o país: a violência urbana e a insegurança na cidade se tornou ícone dos problemas sociais brasileiros.

O Rio de Janeiro é o resultado de um modelo de cidade que ainda reproduz a divisão entre a casa grande e a senzala, com diferentes paisagens que separam diferentes categorias de seres humanos: a horizontal, que divide a cidade entre os bairros "nobres" do sul, da Barra da Tijuca e do Recreio dos Bandeirantes e as periferias esquecidas do oeste e norte suburbanos, entregue às milícias, e a vertical, que separa o morro do asfalto.

Nessa cidade, ou fragmentos da cidade que convivem numa só, as pessoas continuam sendo distinguidas em categorias, por classe social e cor da pele. As políticas públicas, inclusive, e, principalmente a política de segurança, estão marcadas por essa distinção.

Se esta fragmentação da cidade e a disparidade na concentração de renda favorecem o surgimento de bairros nobres e exclusivos, também gera a necessidade de empregados, na construção civil, na prestação de serviços, no trabalho doméstico, etc, e a busca dessas oportunidades de trabalho, aliada à eterna falta de uma política urbana adequado de transportes de massa impele os pobres, de modo muito semelhante ao passado, a tentar morar próximo do emprego. E assim, aquilo que historicamente, o poder público e a sociedade abastada economicamente tentam extinguir da paisagem carioca, se prolifera,

inicialmente com os cortiços, atualmente em relação às favelas e aos loteamentos irregulares, que não só se mantém como também crescem década após década.

Qual é a paisagem carioca? Por que a paisagem eleita representa um fragmento tão restrito e elitilizado da realidade carioca? Por que uns e não outros? Pode-se dizer que enquanto uns fazem da paisagem seu patrimônio outros fazem do seu patrimônio a única paisagem possível.

Esta visão reduzida acerca do que deve ser considerado patrimônio, tão bem representada no caso da paisagem cultural do Rio de Janeiro, nos apresenta uma progressiva perda do sentido da vida coletiva, com efeito contrário ao que é apresentado nas diretrizes que norteiam as candidaturas sob o discurso do coletivo, do interesse de todos, da universalidade. Ao contrário, reforça a dificuldade de incorporar uma ética de responsabilidade em relação ao espaço público.

Há que se abordar a paisagem como patrimônio integralmente e integradamente, para além da noção ocidental da paisagem pictórica ou mesmo pitoresca. A abordagem da paisagem cultural deve avançar ao debate do planejamento e da gestão do território que deve ser incorporado pelas instituições, sobretudo públicas, como sua principal atribuição, seu papel coordenador e articulador são imprescindíveis, no sentido de desenvolver instrumentos jurídicos e políticas públicas, para além de uma carta de intenções, tal qual a Chancela da Paisagem Cultural no Brasil. Trata-se de discutir o patrimônio como uma questão de planejamento e não apenas de cultura.

O desafio talvez seja permitir que as pessoas percebam a riqueza de seus territórios em sua unidade e pluralidade. Na cidade fluminense significa buscar as possibilidades da cidade, suas riquezas não apenas ambientais, mas humanas, levando-se em conta suas expressões culturais, as formas abrangentes e criativas de seus cidadãos reinventarem o cotidiano.

Corroborando Berque (1995) a paisagem responde ao imperativo da territorialidade e do pertencimento, às necessidades de inserção de nossa trajetória biográfica não apenas num eixo temporal, mas também espacial, muito além dos aspectos cênicos.

A percepção da paisagem e a sua compreensão devem permitir o exercício de um projeto educativo, formando seres contemporâneos, vivendo a utopia do

presente estendido numa permanência coletiva e não como um projeto congelado de futuro, carregado de símbolos que não representam a diversidade.

A paisagem cultural do Rio de Janeiro, tal como está instituída oficialmente, é a negação do reconhecimento do patrimônio carioca, da sua população. O IPHAN, com o documento produzido para a candidatura, reduziu a paisagem do Rio de Janeiro àquilo que fosse mais aceitável ao olhar eurocêntrico, que ainda determina o que merece destaque e valorização.

Aprendemos a negar nossa história por que não teria lugar dentro da historia européia, ou de modo mais recente norte americana, e por isto aprendemos a depreciar todas as manifestações próprias e reconstruir nossas sociedades por princípios que não deveriam ser os nossos (CORVALÁN, 1999 apud GARCÍA, 2003).

Pensar na valorização e preservação do patrimônio, de forma mais abrangente, com foco nas paisagens envolve saberes, interesses e valores advindos das esferas políticas, econômicas e socioculturais dos diversos grupos humanos, de outra forma, como resultado mais recente teremos o que buscou ser discutido nesta pesquisa, descaracterizamos nossas paisagens e perdemos a oportunidade de inspiração em nosso próprio patrimônio.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Mauricio de A. Evolução Urbana do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, IPLANRIO/Jorge Zahar Editor, 1987.

AB'SABER, A.N. Mesa redonda - Patrimônio Natural. In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Nº 22, 1987.

AB'SABER, A.N. Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas. São Paulo. Ateliê Editora. 2003.

ACSELRAD, Henri (org). Conflito social e meio ambiente no estado do Rio de Janeiro. Relume Dará. 2004.

ALEIXO, Mariana O., BARTHOLO, Roberto. Tradições culturais e gastronomia carioca. Acervo, Rio de Janeiro. V 28, n. 1, F. 67-85, jan-jun, 2015.

ALMEIDA, Eneida de; TEIXEIRA, Kátia A. Patrimônio e paisagem: conceitos e métodos. Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto - Desafios e perspectivas. 1º Coloquio Ibero Americano. Minas Gerais, 2010.

AMÊNDOLA, Mônica. Uma avaliaçao do ordenamento territorial no processo de planejamento governamental: estudo do Rio de Janeiro. São Paulo, Universidade de São Paulo, FFLCH, Depto de Geografia. Tese de Doutorado. 2011.

AMORIM FILHO, Oswaldo B. Topofilia, Topofobia e Topocídio em Minas Gerais. In: Del Rio, V.; Oliveira, L. (org.) Percepção ambiental: a experiência brasileira. 2ª edição, São Paulo, Studio Nobel. p. 139-152t. 1999.

ANDRADE, Paula Rodrigues. O patrimônio da cidade: arquitetura e ambiente urbano nos inventários de São Paulo da década de 1970. Dissertação de mestrado. FAU-USP. 2012.

ANDREATTA, V.; CHIAVARI, M. P.; REGO, H. O Rio de Janeiro e a sua orla: historia, projetos e identidade carioca. (Coleção Estudos Cariocas) Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro/ Secretaria Estraordinária de Desenvolvimento/Instituto Pereira Passos, 2009.

ARAGÃO, Solange. Paisagem cultural: repensando o conceito de uma perspectiva interdisciplinar. Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto - Desafios e perspectivas. 1º Coloquio Ibero Americano. Minas Gerais, 2010.

ARANTES, O. Uma estratégia fatal. In: ARANTES, O. ; VAINER, C.; MARICATO, E. A cidade do pensamento único; 3º ed. Petrópolis, Vozes, 2002.

ARAÚJO, Guilherme M. Paisagem cultural: um conceito inovador. In: Castriota, Leonardo Barci. Paisagem Cultural e Sustentabilidade. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

ARECES, Miguel A. A. Patrimonio, cultural y paysaje, recursos para uma economia sostenible. Revista Ambienta, Madrid, Espanha. 2009 Disponível em <http://www.revistaambienta.es/>

ARENDT, Hanna. A condição humana. Rio de Janeiro Forense-Universitária. 2003.

ARGAN, Giulio C. Historia da arte como historia da cidade. 4 ed. São Paulo, Martins Fontes. 1998.

AZEVEDO, Andre Nunes. A capitalidade do Rio de Janeiro: um exercício de reflexão histórica. In: AZEVEDO, A. N. (org) Anais do Seminário Rio de Janeiro: capital e capitalidade. Rio de Janeiro: Departamento Cultural/NAPE/DEPEXT/SR-3/UERJ. 2002.

BARBOSA, Jorge L.; LIMONAD, Ester (org) Ordenamento territorial e ambiental. Niterói, Editora da UFF. 2012.

BARRETO, Hugo. Patrimônio cultural como indutor da renovação do centro do Rio. In: SHLUGER, Ephim (org.) Cidades em transformação: Rio de Janeiro, BUENOS AIRES, Cidade do Cabo, Nova York, Havana. Rio de Janeiro. Edições de Janeiro, 2014.

BATISTA, Márcia Aguiar Nogueira. Candidatura do Rio de Janeiro a patrimônio mundial categoria Paisagem Cultural. Disponível em http://www.docomomo.org.br/seminario%208%20pdfs/067.pdf S/d

BERDOULAY, Vincent. Espaço e cultura. In: CASTRO, Iná E. et all (org). Olhares geográficos: modos de ver e viver o espaço. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil. 2012.

BERIATOS, E; GOSPODINI, A. "Glocalizing" urban landscapes: Athens and the 2004 Olympics. Cities, v. 21, n 3, p. 187-204, 2004.

BERQUE, Augustin. Paysage, milieu, histoire. In: Berque, A. Cinq propositions pour une théorie du paysage. Seyssel: Champ Vallon, p. 11-30. 1994.

BERQUE, A. Paisagem-marca, Paisagem-matriz. Elementos da problemática para uma geografia cultural. In: Paisagem, Tempo e Cultura. Org. Corrêa, R.L., Rosendhal, Z. Rio de Janeiro. Ed. UERJ, 1998.

BERQUE, Augustin. La trajectivité des formes urbaines. In Salgueiro, Heliana Angotti. Paisagem e arte: a invenção da natureza, a evolução do olhar. São Paulo, I Coloquio Internacional de histpria da Arte, 2000.

BERTRAND, G. *Paisagem e geografia física global, esboço metodológico*. Caderno de Ciências da Terra, São Paulo, Universidade de São Paulo, Instituto de Geografia, Trad. Olga Cruz. 1971. 14p.

BESSE, Jean-Marc. Ver a Terra: seis ensaios sobre a paisagem e a geografia. São Paulo, Perspectiva. 2008.

BEZERRA, Onilda; MELO, Vera Mayrinck.The contribtion of the concept of cultural landscape to the management of the cultural and natural heritage. In: 5th International Seminar on Urban conservation; changung role and relevance of urban conservation charters. Recife/PE. 2007.

BICALHO, Maria Fernanda et PESSOA, José. A Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. Dossiê Candidatura Rio de Janeiro, 2001.

BISSOLI, Daniela C. A paisagem cultural em tres categorias: geografica, patrimonial e produto de consumo. Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto - Desafios e perspectivas. 1º Coloquio Ibero Americano. Minas Gerais, 2010.

BLEY, Lineu. Morretes, um estudo de paisagem valorizada. In: Del Rio, V.; Oliveira, L. (org.) Percepção ambiental: a experiência brasileira. 2ª edição, São Paulo, Studio Nobel. p. 121-138. 1999.

BONNEMAISON, Joel. Voyage autor du territoire. L'espace Geographique, nº 4, p.249-262. 1981

BORGES, M.V. O zoneamento na cidade do Rio de Janeiro: gênese, evolução e aplicação. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, UFRJ/IPPUR, 2007

BOURDIN, Alain. A questão local. Rio de Janeiro. DP&A, 2001.

BRASIL, Decreto Lei nº 25, 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: <http://iphan.gov.br/legislac/decretolei25.htm>

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Constituição da República Federativa do Brasil, Distrito Federal, Senado, 1988.

BRASIL, Estatuto da Cidade: Lei 10257, Legislação Federal Brasileira. Brasília. 2007.

BROCA, Jose B. A vida literária no Brasil em 1900. Rio de Janeiro. José Olympio. 1975.

BUENOS AIRES, Gobierno de la Ciudad Autónoma. *Buenos Aires Paisaje Cultural:El Rio, La Pampa, La Barranca Históricay La Inmigración*. 2005.

CANCLINI, N.G. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Nº 23, Rio de Janeiro. IPHAN-MINC, 1994.

CANCLINI, N.G. Culturas híbridas. São Paulo; EDUSP. 1997.

CANCLINI, Néstor García. A sociedade sem relato. Antropologia e estética da iminência. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo. 2012.

CAPDEVILA, M. B. Problemática actual de los estudios de paisaje integrado. Revista de geografia. Vol. 15 Núm.: 1-2. 1981. Disponível em <http://www.raco.cat/index.php/RevistaGeografia/article/view/45940/56766>

CAPUTE, Bernardo N.; PEREIRA, Helena D.L. Paisagem cultural e legislação brasileira. Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto - Desafios e perspectivas. 1º Colóquio Ibero Americano. Minas Gerais, 2010.

CARLOS, Claudio Antonio Santos Lima. Áreas de Proteção do Ambiente Cultural (APAC):da idealização à banalização do patrimônio cultural carioca. Tese de doutoramento. PROURB – Programa de Pós-Graduação em Urbanismo. UFRJ. 2008.

CARVALHO, Aline Vieira de. Entre Ilhas e correntes - A criação do ambiente em Angra dos Reis e Paraty, Brasil. São Paulo. Annablume. 2010.

CASTELLO, L. A percepção em análises ambientais. In: Del Rio, V.; Oliveira, L. (org.) Percepção ambiental: a experiência brasileira. 2ª edição, São Paulo, Studio Nobel. p. 23-38. 1999.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. Patrimônio cultural: conceitos, políticas, instrumentos. São Paulo, Annablume. 2009.

CASTRO, Celso. Narrativas e imagens do turismo no Rio de Janeiro. In: VELHO, Gilberto (org) Antropologia urbana: cultura e sociedade no Brasil e em Portugal. Rio de Janeiro, Zahar, 1999.

CASTROGIOVANNI, A.C. Por que a geografia do turismo? In Gastal, S. (org). Turismo; 9 propostas pra um saber fazer. Porto Alegre. EDIPUC. 2001.

CAUQUELIN, Anne. A invenção da paisagem. São Paulo. Martins Fontes, Tradução de Marcos Marcionilo. 2007.

CHAMAS, Cintia C. A gestão de um patrimônio arqueológico e paisagístico: Ilha do Campeche/SC. Dissertação de Mestrado - UFSC- Florianópolis 2008.

CHAMAS, Cintia C. Tombamento e paisagem cultural. Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto - Desafios e perspectivas. 1º Colóquio Ibero Americano. Minas Gerais, 2010.

CHAUÍ, M. Política Cultural, Cultura Política e Patrimônio Histórico. In: O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania. São Paulo, DPH. 1992.

CHOAY, Françoise. A alegoria do patrimônio. São Paulo, Ed. UNESP, 2001.

CHUVA, Márcia R. R. Os arquitetos da memória: a construção do patrimônio histórico e artístico nacional no Brasil (anos 30 e 40). Tese (Doutorado) Departamento de História, Universidade Federal Fluminense (UFF). Niterói. 1998.

CLAVAL, P. As abordagens da Geografia Cultural. In: Explorações geográficas. Org: Castro, et ali, Rio de Janeiro; Bertrand do Brasil, 1997.

CLAVAL, Paul. A paisagem dos geógrafos. In: CORRÊA, R. L. e ROSENDAHL, Z. (org) Paisagem, tempo e cultura. Editora EDUERJ, Rio de Janeiro, 1998.

CLAVAL, Paul. A geografia cultural. São Paulo. Ed UNESP, 1999.

CLAVAL, Paul. Reflexões sobre a geografia cultural no Brasil. Espaço e Cultura, UERJ, Rio de Janeiro, n 8, p. 7-29. 1999.

CLAVAL, P. A contribuição francesa ao desenvolvimento da abordagem cultural na geografia. In: CORRÊA, Roberto L., ROSENDAHL, Zeny. Introdução à geografia cultural. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil. 2003.

COARACY, Vivaldo. Memórias da cidade do Rio de Janeiro. 3 ed. São Paulo, USP, 1998.

COELHO, L.C. Revelando a paisagem através da fotografia, construção e aplicação de um método. Porto Alegre vista do Guaiba. Rio de Janeiro. Ed. UERJ, 1999.

COGGIOLA, Osvaldo. Buenos Aires, cidade, política, cultura. Revista Brasileira de Historia. Vol 17, nº 34, São Paulo, 1997.

COLLOT, Michel. Points de vue sur la perception des paysages.In: L'Espace Geographique 3, 1986.

CONSELHO DA EUROPA. Recomendação da Europa sobre a conservação integrada das áreas de paisagens culturais como integrantes das políticas paisagísticas. Setembro de 1995. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=266>

CONZEN, Michael R. Thinking about urban form: papers on urban morphology (1932-1998) Switzerland. Peter Lang, 2004.

CÔRREA, Roberto L. Trajetórias geográficas. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil. 1997.

COSGROVE, Denis E. Em direção a uma geografia cultural radical: problemas da teoria. In: CORRÊA, Roberto L., ROSENDAHL, Zeny. Introdução à geografia cultural. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil. 2003.

COSGROVE, Denis, JACKSON, P. Novos rumos da geografia cultural. In: CORRÊA, Roberto L., ROSENDAHL, Zeny. Introdução à geografia cultural. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil. 2003b.

COSGROVE, D. A geografia está em toda parte. In: Paisagem, Tempo e Cultura. Org. Corrêa, R.L., Rosendhal, Z. Rio de Janeiro. Ed. UERJ, 2004.

COSGROVE, Denis. Place, landscape and the dialetcs of cultural geography.The Canadien Geographer, XXII (1), 1978.

COSTA, Amanda D. A cidade do Rio de Janeiro, Cultura urbana e imagem turística. Acervo, Rio de Janeiro. V 28, n. 1, F. 186-195, jan-jun, 2015.

COSTA, Érico. Favela: retrato da exclusão social. 2004. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/esp215.asp.> Acesso em 17.dez.2014.

COSTA, Luciana de C. N.; GASTAL, Susana de A. A Paisagem cultural: possibilidades e limites conceituais. In: Colóquio Ibero-Americano Paisagem Cultural, patrimônio e projeto - Desafios e perspectivas, 1, 2010. Belo Horizonte, MG. Escola de Arquitetura da UFMG, 2010.

COSTA SILVA, Amélia M. A erradicação das favelas por meio de intervenções públicas: uma ameaça à paisagem cultural das cidades brasileiras. Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto - Desafios e perspectivas. 1º Colóquio Ibero Americano. Minas Gerais, 2010.

CUNHA, Manuela Carneiro da Cultura com aspas e outros ensaios. Cosac Naify, 2009. 440 p.

CURY, Isabelle (org) Cartas Patrimoniais. Rio de Janeiro. IPHAN, 2009.

DARDEL, Eric. L'homme et la Terre: Nature de la realité geographique. Paris: Presses Universitaires de France, 1952.

DAVIS, Mike. Planeta favela. São Paulo. Boitempo, 2006.

DEL RIO, Vicente. Cidade da Mente, Cidade Real. Percepção e revitalização da área portuária do RJ. In: Del Rio, V.; Oliveira, L. (org.) Percepção ambiental: a experiência brasileira. 2ª edição, São Paulo, Studio Nobel. p. 3 - 22. 1999.

DEMO, P. Metodologia cientifica em ciências sociais. São Paulo: Editora Atlas, 1987.

DEPREST, F. Inquérito sobre o turismo de massa. Lisboa, Instituto Piaget, 1997.

DIEGUES, Antônio C. O mito moderno da natureza intocada, Hucitec. 1996.

DIEGUES, Antônio C. Etnoconservação da natureza: enfoques alternativos. In: Diegues, A.C. (org) Etnoconservação - novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. Editora Hucitec, São Paulo, SP. 2000.

DURHAM, E. Cultura, Patrimônio e Preservação. In: Produzindo o passado. Org. Arantes, A. São Paulo, Brasiliense, 1984.

EMBRATUR.Plano Aquarela 2020 - Marketing Turístico Internacional do Brasil. 2009.

FENIANOS, Fernando E. Expedições Urbenauta: Rio de Janeiro. UniverCidade, 176 p. 2009.

FERNANDES, Nelson N. Capitalismo e morfologia urbana na longa duração: Rio de Janeiro (séculos XVIII-XXI). In: BARBOSA, Jorge L.; LIMONAD, Ester (org). Ordenamento territorial e ambiental. Niterói, Editora da UFF. 2012.

FERREIRA, Marieta de Moraes;DANTAS, Camila G. Os apaziguados anseios da terra carioca: lutas autonomistas no processo de redemocratização pós-1945. In: FERREIRA, M. M (org) Rio de Janeiro: uma cidade na historia. Rio de Janeiro. FGV, 2000.

FISKE, Susan; Taylor, Shelley. Social Cognition. Nova Iorque: Mc Graw Hill, 1991.

FONSECA, M.C. O patrimônio em processo. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ-IPHAN, 1997.

FOWLER, Peter. World Heritage Cultural Landscapes 1992-2002. Paris, UNESCO, 2003

FREIRE-MEDEIROS, Bianca; CASTRO, Celso. Destino: cidade maravilhosa. In: CASTRO, Celso; GUIMARÃES, Valéria L.; MAGALHÃES, Aline M. (org). Historia do turismo no Brasil. Rio de Janeiro, FGV, 2013.

FUNARI, Pedro Paulo;Pinsky, Jaime (orgs.). Turismo e patrimônio cultural. São Paulo Contexto 2005. 130p.

FURLAN, Sueli Angelo. Lugar e cidadania: implicações sócio-ambientais das políticas de conservação ambiental (situação do Parque Estadual de Ilhabela na Ilha de São Sebastião - SP). Tese de doutorado. FFLCH-USP. São Paulo, 2000

GARAY, Alfredo. Lições aprendidas com a implantação do Puerto Madero. In: SHLUGER, Ephim (org.) Cidades em transformação: Rio de Janeiro, Buenos Aires, Cidade do Cabo, Nova York, Havana. Rio de Janeiro. Edições de Janeiro, 2014.

GARCÍA, Gloria A. Paisaje y identidad cultural. Tábula Rasa, Bogotá, Colombia. Nº 1, 153-164. 2003.

GASTAL, Susana. Da paisagem natural à paisagem cultural, um percurso de presença-ausência da natureza. Intercom - Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Natal, RN, 2008.

GERALDES, Eduardo A. Simões. Paisagem, identidade e memória: Vila de Picinguaba - contribuição para a discussão do conceito de paisagem enquanto patrimônio cultural. Dissertação Mestrado, São Paulo, FFLCH-USP, 2001. 129 p.

GIBSON, James. The senses considered as perceptual systems. Boston: Houghton Mifflin, 1966.

GOLDENSTEIN, L. Subsídios para um plano sistematizador de proteção das paisagens do Estado de São Paulo. Silvicultura em São Paulo. Revista do Instituto Florestal, São Paulo, vol.16A, parte 3, p.1530-1533.

GOMES, A.M.C. Historia e historiadores. Rio de Janeiro. Fundação Getúlio Vargas, 1996.

GONÇALVES, José R. S. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. Rio de Janeiro. UFRJ. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 11, nº 23, p. 15-36. 2005.

GRINBERG, Leila. República católica: Cristo Redentor. In: KNAUSS, Paulo (org). Cidade Vaidosa: imagens urbanas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Sette Letras, 1999.

GUELMAN, Regina Prado Lima de Souza. *A reificação do patrimônio: a reapropriação de sítios históricos reconhecidos como patrimônio na lógica da industria cultural*. Tese doutoramento. Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, 2009.

IPHAN. Patrimônio mundial: fundamentos para seu reconhecimento – A convenção sobre proteção do patrimônio mundial, cultural e natural, de 1972: para saber o essencial. Brasília, DF: IPHAN, 2008.

IPHAN. Paisagens cariocas entre a montanha e o mar. Dossiê de candidatura de paisagem cultural. Rio de Janeiro. 2011.

IPHAN, Plano de Gestão do Sítio Rio de Janeiro: Paisagens Cariocas entre a Montanha e o Mar. Rio de Janeiro. 2014.

JAMESON, F. Pós-modernidade: a lógica do capitalismo tardio. São Paulo, Ática, 1996.

JEUDY, Henry-Pierre. Espelho das cidades. Casa da Palavra, Rio de Janeiro, 2005.

JURADO, Miguel. Puerto Madero: as razões do sucesso e os riscos da segmentação urbana. In: SHLUGER, Ephim (org.) Cidades em transformação: Rio de Janeiro, Buenos Aires, Cidade do Cabo, Nova York, Havana. Rio de Janeiro. Edições de Janeiro, 2014.

KARASCH, E.M. A vida dos escravos no Brasil São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

KIRK, William. Historical geography and the concept ot the behavior environment. In: Indian Geographical Journal, 25. 1951.

KOHLSDORF, Maria E. Brasília em três escalas de percepção. In: Del Rio, V.; Oliveira, L. (org.) Percepção ambiental: a experiência brasileira. 2ª edição, São Paulo, Studio Nobel. p. 39-60. 1999.

LABROT, V. L'apport du droit international: patrimoine commun de l'humanité et patrimonie naturel. In: Lamy, Y. (org) L'alchimie du patrimoine - Discours et Politiques. Editions de La Maison de Sciences de L'Homme D'Aquitaine, Talence, France. 1996.

LANNA, Ana Lúcia Duarte. Os desafios do patrimônio ambiental como bem cultural no âmbito da USP. In: Meio Ambiente: Patrimônio Cultural da USP. São Paulo, EDUSP/Imprensa Oficial. 2003.

LARAIA, Roque de Barros. Cultura, um conceito antropológico. 19ed. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2006. 117 p.

LEONHARDT, Ruth Rieth. Percursos da leitura entre homem e cultura. Guarapuava: Unicentro, 2008.

LESSA, C. O Rio de todos os Brasis: uma reflexão em busca de auto-estima. 3º ed. Rio de Janeiro, Ed Record, 2005.

LOWENTHAL, David. Geography, experience and imagination: Towards and geographical epistemology. In Annals os the association of American geographers 51, 1961.

LYNCH, Kevin. A imagem da cidade. Trad. Jefferson Luiz Camargo, São Paulo, Ed Martins Fontes, 1999.

MACHADO, Marcello B. T. A modernidade no Rio de Janeiro - construção de um cenário para o turismo. Dissertação de Mestrado. São Paulo, FFLCH, USP. 2002.

MAIA, Tatyana de Amaral. O patrimônio como expressão da nacionalidade: a função do Estado no setor cultural. Políticas Culturais em Revista. 1(1), p. 88-103. 2008. Disponível em www.politicasculturaisemrevista.ufba.br

MARQUES, Maria Eduarda C. M. A historia da construção da capita. Brasília. IPHAN. LODI, C.; BATISTA, M. e RIBEIRO, R. (coord). Dossiê de candidatura. *Rio de Janeiro: Carioca* Landscapes between the Mountain and the Sea. 2011. Disponível em http://whc.unesco.org/en/culturallandscape/

MATA OLSO, Rafael. Um concepto del paisaje para la gestion sostenible del territorio. Barcelona. Diputacio de Barcelona-universidad Internacional Menéndez Pelayo. 2006.

McDOWELL, L. A transformação da geografia cultural. In: Gregory et all. Geografia humana, sociedade, espaço e ciência social. Rio de Janeiro; Jorge Zahar, 1996.

MELO, Kelly C. Das leituras da paisagem e sua representação cartográfica - As unidades da Paisagem do município de Ubatuba-SP. Dissertação de Mestrado. FFLCH-USP. São Paulo. 2010.

MELO, Vera Lúcia M.O. A contribuição da categoria de paisagem cultural à preservação do patrimônio no Brasil e os seus desafios. Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto - Desafios e perspectivas. 1º Coloquio Ibero Americano. Minas Gerais, 2010b.

MENESES, U.B. O patrimônio cultural entre o público e o privado. In: O direito à memória. São Paulo: DPH/Sec. Municipal da Cultura de São Paulo, 1992.

MENESES,U.B.Os usos culturais da cultura. In: Turismo: espaço, paisagem e cultura. Org. Yazigi, E. São Paulo, Hucitec, 1996.

MENESES, U.B. A paisagem como fato cultural. In: Yazigi, E. (org). Turismo e paisagem. São Paulo. Contexto. 2002.

MICELI, S. Estado e cultura no Brasil. São Paulo, DIFEL. 1984.

MINISTÈRE DES AFFAIRES ÉTRANGÈRES. *Étude comparée des politiques d'aménagement du territoire et de développement régional dans les pays du sud.* 2006. Disponível em <http://www.diplomatie.gouv.fr/fr/IMG/pdf/Pubb.pdf>

MITCHELL, Don. Não existe aquilo que chamamos de cultural: para uma reconceitualização da ideia de cultura em geografia. Espaço e Cultura, UERJ, Rio de Janeiro, n 16, p. 13-34 2003.

MOLINA, Fabio Silveira. Mega-eventos e produção do espaço urbano no Rio de Janeiro: da "Paris dos trópicos" à "Cidade Olímpica". São Paulo. Universidade de São Paulo, FFLCH, Depto de Geografia. Tese de Doutorado. 2013.

MONGELLI, Mônica de Medeiros. Rio de Janeiro, Paisagem Cultural Brasileira. 1º Coloquio Ibero-Americano - Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto. Minas Gerais, 2010.

MONTEIRO, C.A.F. Geossistema: a história de uma procura. São Paulo. Ed. Contexto. 127p. 2000.

MONTEIRO, C.A.F. A geografia no Brasil (1934-1977): avaliação e tendências. São Paulo, Universidade de São Paulo, Instituto de Geografia, 1980.

MORAES, Paulo Jardim de. O Rio e o mar na orla sul da baía. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro. PROARQ-FAU-UFRJ. 2014.

MORRIESEN. Stefanie Christine. Estruturas de defesa para conter o processo erosivo de praias: estudo de caso na praia de balneário Piçarras – SC. Trabalho de graduação. Departamento de Engenharia Civil da Universidade do Estado de Santa Catarina. SC, 2012.

MUÑOZ, Francesc. Urbanalizacion: paisages comunes, lugares globais. Ed Gustavo Gilli, Barcelona, 2008.

NAVEH, Zev; Lieberman, Arthur S. Landscape ecology: theory and application. New York: Springer-Verlag, 1984.

NICOLAU, Michel. Diversidade cultural e sistema ONU: um lugar para a cultura. In: BRANT, Leonardo, Org. Diversidade cultural, globalização e culturas locais: dimensões, efeitos e perspectivas. São Paulo: Escrituras, 2005. p.131- 147.

NOBRE, Paulo José L. Patrimônio-paisagem: função social da cidade. Estudos e pesquisas em psicologia, Rio de Janeiro. UERJ, RJ, Ano 7, nº 2. 2007.

NÓBREGA, Cláudia C. L.; SOBRAL FILHA, Doralice D.; RODRIGUES, Ana R. D. Roteiros da paisagem construída do século XIX no Rio de Janeiro. Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto - Desafios e perspectivas. 1º Coloquio Ibero Americano. Minas Gerais, 2010.

NUÑEZ, Teresita. Entre cultura y território. Nuevas miradas del ordenamento territorial desde los paisajes culturales. FADU, UBA.

O'DONNEL, Júlia. A invenção de Copacabana: culturas urbanas e estilos de vida no Rio de Janeiro (1890-1940). Rio de Janeiro, Zahar, 2013.

OLIVEIRA, Márcio P. Política urbana e cidadania na metrópole Rio: o Caminho de Niemeyer em Niterói como estratégia de revitalização. In: BARBOSA, Jorge L.; LIMONAD, Ester (org). Ordenamento territorial e ambiental. Niterói, Editora da UFF. 2012.

OLIVEIRA, Rafael Fabrício de. Contradições na normatização da paisagem urbana como patrimônio histórico e cultural. ENANPEGE - Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia. 2013.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso. O trabalho do antropólogo. 2 ed. Brasília. Paralelo 15; São Paulo, Editora UINESP, 2000. 220 p.

PAES-LUCHIARI, M.T.D. Turismo e patrimônio natural no uso do território. In: Paes-Luchiari, Bruhns e Serrano (org). Patrimônio, Natureza e Cultural. Editora Papirus, Campinas, São Paulo. 2007.

PAES, Maria Tereza Duarte. Paisagem cultural e patrimonialização contemporânea da cultura - apontamentos geográficos. Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto - Desafios e perspectivas. 1º Colóquio Ibero Americano. Minas Gerais, 2010.

PAGANELLI, Tomoko Iyda. Paisagem, uma decifração do espaço-tempo social. As representações da paisagem da cidade do Rio de Janeiro. Tese de doutoramento. FFLCH, USP. 1998.

PASSARINHO, J. Discurso do ministro Jarbas Passarinho, transcrito por Cultura. In: Cultura. Rio de Janeiro, MEC, Ano IV, nº 3, março, 1970.

PELEGRINI, Sandra C. A. Cultura e natureza: os desafios das práticas preservacionistas na esfera do patrimônio cultural e ambiental. Revista Brasileira de Historia. V 26, nº 51. São Paulo. 2006.

PINTO, Carlos Eduardo. Rio 40 graus: A disputa pela imagem da capital do Brasil nos anos dourados. Acervo, Rio de Janeiro. V 28, n. 1, F. 120-131, jan-jun, 2015.

PINTO, Gustavo Lorena. A Economia da Cultura: Reflexões sobre o seu papel econômico na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado. COPPE, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009.

PRIEUR, Michel. Legal provisions for cultural landscape protection in Europe. In: Cultural Landscapes: the challenges of conservation. Paris, UNESCO World Heritage Centre, 2003.

RAMA, Angel. A cidade das letras. São Paulo, Brasiliense. 1985.

RAMALHO FILHO, Rodrigo. Patrimônio Cultural e Natural: Dimensão da Sustentabilidade. In: Bastos Filho, Jenner B., Amorim, Nádia F. M., Lages, Vinicius N. (org.). Cultura e Desenvolvimento - A sustentabilidade cultural em questão. Maceió: PRODEMA/UFAL, 1999.

REISEWITZ, Lúcia; Direito ambiental e patrimônio cultural: direito à preservação da memória, ação e identidade do povo brasileiro. 1ª edição. São Paulo, Editora Juarez de Oliveira, 2004.

RIBEIRO, Rafael W. Paisagem cultural e patrimônio. Brasília, IPHAN, 2007.

RIBEIRO, Rafael W.; AZEVEDO, Daniel Abreu de. Paisagem cultural e patrimônio mundial no Rio de Janeiro: caminhos e desafios para o reconhecimento. Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto - Desafios e perspectivas. 1º Coloquio Ibero Americano. Minas Gerais, 2010.

RIBEIRO, V. M. F. A (des)construção do espaço carioca na "Era Cesar Maia" (1993-2008) reflexões sobre o modelo de planejamento urbano estratégico e o conjunto de objetos arquitetônicos denominados "Pentágono do Milênio". Tese de Doutorado. Rio de Janeiro. IPPUR/UFRJ, 2009.

RODRIGUES, Antonio E. M. As reformas urbanas na cidade do Rio de Janeiro: uma história de contrastes. Acervo, Rio de Janeiro. V 28, n. 1, F. 19-53, jan-jun, 2015.

RODRIGUEZ, J.M.; IÑIGUEZ, L.; SALINAS, E.; CLARO, A.; BOLLO, M. Mapa de paiajes de Cuba a escala 1:1.000.000. Nuevo Atlas Nacional de Cuba. De Init. Geográfico Nacional de España, Madrid. 1989.

RODRIGUEZ, J.M.M., SILVA, E.V. A classificação das paisagens a partir de uma visão geossistêmica. Texto 30, Mercator, Revista de Geografia da Universidade Federal do Ceará, ano 01, número 01. 95-112. 2002.

ROSENDAHL, Zeny. O sagrado e sua dimensão espacial. In: CASTRO, Iná E. et all (org). Olhares geográficos: modos de ver e viver o espaço. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil. 2012.

ROUGERIE, Gabriel. Geografia da Paisagem. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1971.

SALGUEIRO, Herliana A. Pierre Monbeig: a paisagem na óptica geográfica. In: Salgueiro, H.A. (org) Paisagem e Arte. A invenção da natureza, a evolução do olhar. São Paulo, CBHA/CNPq/FAPESP. P.163-70. 2000.

SÁNCHEZ, F. A reinvenção das cidades para um mercado mundial. 2 ed. Chapecó, SC. Argos, 2010.

SANDEVILLE Jr, Euler. A herança da paisagem. São Paulo, Dissertação de Mestrado, FAU-USP. 1993.

SANDEVILLE Jr., Euler. Gestão de paisagens? A natureza das dificuldades. São Paulo, Paisagens em Debate, Revista eletrônica, Paisagem e Ambiente, FAUUSP, nº 1. 2003.

SANDEVILLE Jr, Euler. ; BROERING, Andreia; ANGILELI, Cecília M. Paisagem, cultura e participação social. Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto - Desafios e perspectivas. 1º Colóquio Ibero Americano. Minas Gerais, 2010.

SANTOS, M.Metamorfoses do espaço habitado. São Paulo. 4ª Ed.Hucitec, 1996.

SANTOS, M. Pensando o espaço do homem. São Paulo. 4ª Ed.Hucitec, 1997.

SANTOS, M. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. 5ª. Ed. São Paulo; Hucitec, 2002.

SAUER, C. A morfologia da paisagem. In: Paisagem, Tempo e Cultura. Org. Corrêa, R.L., Rosendhal, Z. Rio de Janeiro. Ed. UERJ, 1998.

SCARPACIi Jr., Joseph L. La transformación de los centros históricos latinoamericanos y el proceso de globalización. Revista de geografia. Vol. 1 Núm.: 1. 2001. Disponível em <http://www.raco.cat/index.php/RevistaGeografia/article/view/46116>

SCHAFF, Thomas. Sítios sagrados - Integridad cultural y diversidad biologica. Un nuevo proyeto de la UNESCO. CODESAN, Consorcio para el desarollo sostenible de la ecorregión andina. 2000.

SCHIAVO, Cleia; ZETTEL, Jaime (coord). Memória, Cidade e Cultura. Rio de Janeiro. Ed UERJ, 1997.

SCHLEE, M. B.; MAGINA, J.; FONSECA, H.; SANTOS, M. A.; PEREIRA, M. C. e PAULA, H. C. Proteção de Paisagens Culturais no Rio de Janeiro: novas estratégias e experimentações: O caso da região de São Cristovão. *Revista Oculum Ensaios*. Vol. nº 9. Campinas: PUC Campinas. 2009.

SCHLEE, M. B. *A* Ocupação das Encostas do Rio de Janeiro: Morfologia, Legislação e Processos Sócio-Ambientais; Tese de Doutorado, Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2011.

SCIFONI, Simone. A construção do patrimônio natural. São Paulo, FFLCH-USP, Tese de Doutorado. 2006.

SCIFONI, Simone; NASCIMENTO, Flávia B. A paisagem cultural como novo paradigma para a proteção: a experiência do Vale do Ribeira, SP. Revista CPC,São Paulo, n.10, p 29-48,maio/out 2010.

SEVCENKO, Nicolau. Literatura como missão. São Paulo. Brasiliense, 1983.

SHLUGER, Ephim (org.) Cidades em transformação: Rio de Janeiro, Buenos Aires, Cidade do Cabo, Nova York, Havana. Rio de Janeiro. Edições de Janeiro, 2014.

SILVA, Armando. Imaginários - estranhamentos urbanos. São Paulo. Edições SESC. 2014.

SILVA, Fernando F. As cidades brasileiras e o patrimônio cultural da humanidade. 2ª ed. São Paulo. Peirópolis. Editora da USP. 2012.

SILVA, Jailson S.; BARBOSA, Jorge L.; FAUSTINI, Marcus V. O novo carioca. Rio de Janeiro. Mórula Editorial, 2012.

SILVA, Jailson de Souza e. Por uma pedagogia da convivência na cidade. In: SILVA, Jailson S.; BARBOSA, Jorge L.; FAUSTINI, Marcus V. O novo carioca. Rio de Janeiro. Mórula Editorial, p. 211-217. 2012.

SILVA, Renata Augusta S. O gigante e a máquina: Pão de Açúcar. In: Knauss, Paulo (org.) Cidade vaidosa: imagens urbanas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Sette Letras, 1999.

STEIN, Achva B. Ecologia e paisagem cultural: a eficacia dos serviços ecossistêmicos. In: SHLUGER, Ephim (org.) Cidades em transformação: Rio de Janeiro, Buenos Aires, Cidade do Cabo, Nova York, Havana. Rio de Janeiro. Edições de Janeiro, 2014.

SKYVARCA, Verónica; SCHILLER, Silvia. Paisajes culturales y sustentabilidad. Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto - Desafios e perspectivas. 1º Coloquio Ibero Americano. Minas Gerais, 2010.

TOMASI, Jorge. La sustentabilidad social como base para la conservacion de los paisajes culturales. Forum UNESCO University and Heritage. 10º International Seminar "Cultural Landscapes in the 21st Century" Newcastle-upon-Tyne, 11-16 April, 2005.

TUAN, Yu-Fu. Espaço e lugar: a perspectiva de experiência. São Paulo, DIFEL. 1983.

TUAN, Yu-Fu. Topofilia. Um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo. Difel, 1980.

TURAZZI, Maria Inez (org.) Rio 400+50, comemorações e percursos de uma cidade. Rio de Janeiro. Edições de Janeiro. 2014.

TYLOR, Edward. Primitive Culture: Researches Into the Development of Mythology, Philosophy and Religion, Art and Custom (2 vol.), 1871.

UNESCO. Sociedade das Nações, Recomendações da Conferência Geral das Organizações das Nações Unidas pra a Educação, a Ciência e a Cultura. Recomendação de Paris - Paisagens e Sítios. Dezembro de 1962. Disponível em <http://www.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=4675>

UNESCO. Orientações Técnicas para Aplicação da Convenção do Patrimônio Mundial. Centro do Patrimônio Mundial. 2011.

UNESCO. Ecole doctorale Milieux, cultures et sociétés du passé et du présent (Nanterre). 2013.

VASCONCELOS, Marcela C. A. As fragilidades e potencialidades da chancela da paisagem cultural brasileira. Revista CPC, São Paulo, n. 13, p. 51-73, nov. 2011/abr.2012.

VICENS, Raúl Sánchez. Geografia da paisagem e ordenamento ambiental. In: BARBOSA, Jorge L.; LIMONAD, Ester (org). Ordenamento territorial e ambiental. Niterói, Editora da UFF. 2012.

VIÑUALES, Graciela Maria. Nuevas perspectivas para el patrimonio. Buenos Aires como paisage cultural. Instituto Americano de Arte e e investigaciones Esteticas. Seminário de Crítica, nº 156, 2007.

VITAL, Giovanna T. D. Paisagem cultural; elo da memória coletiva. Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto - Desafios e perspectivas. 1º Colóquio Ibero Americano. Minas Gerais, 2010.

WAITT, G. "Playubg Games with Sydney: Marketing Sydney for the 2000 Olympics". Urban Studies, 36. 1999.

WEISSHEIMER, Maria Regina. Paisagem cultural brasileira: do conceito à prática. Forum Patrimônio, v. 5, nº 2, 2012.

WHYTE, Anne. Guidelines for field studies in environmental perception.Technical Notes 5, Paris.UNESCO, 1977.

WHYTE, William. The last landscape.Nova Iorque: Doubleday/Anchor Books. 1970.

WILHEIM, Jorge. Cidade, patrimônio e legado. In: SHLUGER, Ephim (org.) Cidades em transformação: Rio de Janeiro, Buenos Aires, Cidade do Cabo, Nova York, Havana. Rio de Janeiro. Edições de Janeiro, 2014.

XAVIER, C.A.R. A natureza no patrimônio cultural do Brasil. In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Nº 22, 1987.

ZAMANT, Véronique. Hors-champ patrimonial. La construction du paysage culturel de Rio de Janeiro entre transformations urbaines et labellisaton

ZANIRATO, Silvia H.; Ribeiro, Wagner C. Patrimônio cultural: a percepção da natureza como um bem não renovável. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 26, nº 51, p. 251-262. 2006.

ANEXOS

Anexo 1 **Recomendação de Paris Paisagens e Sítios – Dezembro de 1972**

Anexo 2 **Recomendação de Nairóbi – Novembro de 1976**

Anexo 3 **Recomendação da Europa – Setembro 1995**

Anexo 4 **Convenção Europeia da Paisagem - Florença - Outubro de 2000**

Anexo 5 **Carta Europea de Ordenación del Territorio – Torremolinos – 1983**

Anexo 6 **Decisão de eleição do Rio de Janeiro como Paisagem Cultural – trecho do documento da 36ª reunião da UNESCO**

Anexo 7 **Portaria nº 127, de 30 de abril de 2009 - Chancela da Paisagem Cultural Brasileira**

Anexo 8 **Paisagens Culturais – UNESCO – Breve descrição**

Anexo 9 **Declaração de Xi'an, China - Outubro de 2005**

Anexo 10 **Monitoramento proposto no Plano de Gestão da Paisagem Cultural do Rio de Janeiro**

Anexo 1

Recomendação de Paris Paisagens e Sítios – 12 de dezembro de 1972

Recomendação Paris Paisagens e Sítios

DE 12 DE DEZEMBRO DE 1962

Escritório Internacional dos Museus

Sociedade das Nações - Recomendação da Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

Relativa a proteção da beleza e do caráter das paisagens e sítios

A Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, reunida em Paris, de 9 de novembro a 12 de dezembro de 1962, em sua décima segunda sessão,

Considerando que em todas as épocas o homem algumas vezes submeteu a beleza e o caráter das paisagens e dos sítios que fazem parte do quadro natural de sua vida a atentados que empobreceram o patrimônio cultural, estético e até mesmo vital de regiões inteiras, em todas as partes do mundo,

Considerando que, ao cultivar novas terras, desenvolver por vezes desordenadamente os centros urbanos, executar grandes obras e realizar vastos planejamentos físicos territoriais e instalações de equipamento industrial e comercial, as civilizações modernas aceleraram esse fenômeno que, até o século passado, havia sido relativamente lento,

Considerando que esse fenômeno tem repercussão não apenas no valor estético das paisagens e dos sítios naturais ou criados pelo homem, mas também no interesse cultural e científico oferecido pela vida selvagem,

Considerando que, por sua beleza e caráter, a salvaguarda das paisagens e dos sítios definidos pela presente recomendação é necessária à vida do homem, para quem são um poderoso regenerador físico, moral e espiritual e por contribuírem para a vida artística e cultural dos povos, como o demonstram inúmeros exemplos universalmente conhecidos,

Considerando, ainda mais, que as paisagens e sítios constituem um fator importante da vida econômica e social de um grande número de países, assim como um elemento importante das condições de higiene de seus habitantes,

Reconhecendo, entretanto, que é preciso levar em conta as necessidades da vida coletiva, sua evolução e o rápido desenvolvimento do progresso técnico,

Considerando, em conseqüência, que é altamente desejável e urgente estudar e adotar as medidas necessárias para salvaguardar a beleza e o caráter das paisagens e dos sítios em toda parte e sempre que possível,

Havendo-se-lhe apresentadas propostas relativas à salvaguarda da beleza e do caráter das paisagens e dos sítios, questão que constitui o ponto 17.4.2 da ordem do dia da sessão,

Depois de haver decidido, em sua décima primeira sessão, que propostas relativas a esse ponto seriam objeto de uma regulamentação internacional através de uma recomendação aos Estados Membros.

Adota, hoje, onze de dezembro de 1962, a presente recomendação.

A Conferência Geral recomenda aos Estados Membros que apliquem as disposições seguintes e adotem, sob a forma de lei nacional ou de alguma outra maneira, medidas que ponham em efeito, nos territórios sob sua jurisdição, as normas e princípios formulados na presente recomendação.

A Conferência Geral recomenda aos Estados Membros que levem a presente recomendação ao conhecimento das autoridades e organismos envolvidos com a proteção das paisagens e dos sítios e com o planejamento territorial, aos organismos encarregados da proteção da natureza, do fomento ao turismo e às organizações da juventude.

A Conferência Geral recomenda aos Estados Membros que lhe apresentem, nas datas e sob a forma que ela determinará, relatórios concernentes à implementação desta recomendação.

I - Definição

Para os efeitos da presente recomendação, entende-se por salvaguarda da beleza e do caráter das paisagens e sítios a preservação e, quando possível, a restituição do aspecto das paisagens e sítios, naturais, rurais ou urbanos, devidos à natureza ou obra do homem, que apresentam um interesse cultural ou estético, ou que constituem meios naturais característicos.

As disposições da presente recomendação visam também a complementar as medidas de salvaguarda da natureza.

II – Princípios Gerais

Os estudos e as medidas a serem adotadas para a salvaguarda das paisagens e dos sítios dever-se-iam se estender a todo o território do Estado e não se limitar a algumas paisagens ou sítios determinados.

Convém levar em conta, na escolha das medidas aplicáveis, o interesse relativo das paisagens e dos sítios em consideração. Essas medidas poderiam variar, especialmente segundo o caráter e as dimensões das paisagens e sítios, sua localização, e a natureza dos perigos de que estejam ameaçados.

A salvaguarda não deveria limitar-se às paisagens e aos sítios naturais, mas estender-se também às paisagens e sítios cuja formação se deve, no todo ou em parte, à obra do homem. Assim, disposições especiais deveriam ser tomadas para assegurar a salvaguarda de algumas paisagens e de determinados sítios, tais como as paisagens e sítios urbanos, que são, geralmente, os mais ameaçados, especialmente pelas obras de construção e pela especulação imobiliária. Uma proteção especial deveria ser assegurada às proximidades dos monumentos.

As medidas a serem adotadas para a salvaguarda das paisagens e dos sítios deveriam ter caráter preventivo e corretivo.

As medidas preventivas para a salvaguarda das paisagens e dos sítios deveriam visar a protegê-los dos perigos que os ameaçam. Essas medidas deveriam consistir essencialmente no controle dos trabalhos e atividades susceptíveis de causar dano às paisagens e aos sítios e, especialmente, de:

a) Construção de edifícios públicos e privados de qualquer natureza. Seus projetos deveriam ser concebidos de modo a respeitar determinadas exigências estéticas relativas ao próprio edifício e, evitando cair na imitação gratuita de certas formas tradicionais e pinturescas, deveriam estar em harmonia com a ambiência que se deseja salvaguardar.

b) Construção de estradas.

c) Linhas de eletricidade de alta ou baixa tensão, instalações de produção e de transporte de energia, aeródromos, estações de rádio, de televisão, etc.

d) Construção de auto-serviços para distribuição dos combustíveis.

e) Cartazes publicitários e anúncios luminosos.

f) Desmatamento, inclusive destruição de árvores que contribuem para a estética da paisagem, particularmente as que margeiam as vias de comunicação ou as avenidas.

g) Poluição do ar e da água.

h) Exploração de minas e pedreiras e evacuação de seus resíduos.

i) Captação de nascentes, trabalhos de irrigação, barragens, canais, aquedutos, regularização dos cursos de água, etc.

j) Campismo.

k) Depósitos de material e de matérias usadas, assim como detritos e dejetos domésticos, comerciais ou industriais.

A salvaguarda da beleza e do caráter das paisagens e dos sítios deveria também levar em conta os perigos decorrentes de certas atividades de trabalho, ou de determinadas formas de vida da sociedade contemporânea, por causa do barulho que provocam.

As atividades que possam levar a uma deterioração das paisagens e dos sítios em zonas protegidas por lei, ou de alguma forma protegidas, só poderiam ser admitidas no caso de exigência imperiosa de um interesse público ou social.

Medidas corretivas deveriam ser destinadas a suprimir o "dano" causados às paisagens e aos sítios e, na medida do possível, a reabilitá-los.

Para facilitar o trabalho dos diversos serviços públicos encarregados da salvaguarda da paisagem e dos sítios em cada país, deveriam ser criados institutos de pesquisa científica para colaborar com as autoridades competentes a fim de assegurar a harmonização e a codificação das disposições legislativas e regulamentares aplicáveis à matéria. Essas disposições e os resultados dos trabalhos dos institutos de pesquisa deveriam ser reunidos em uma só publicação administrativa periódica, atualizada.

III – Medidas de Salvaguarda

A salvaguarda da paisagem e dos sítios deveria ser assegurada com o auxílio dos seguintes métodos:

a) Controle geral por parte das autoridades competentes.

b) Inserção de restrições nos planos de urbanização e no planejamento em todos os níveis: regionais, rurais ou urbanos.

c) Proteção legal por zonas, das paisagens extensas.

d) Proteção legal dos sítios isolados.

e) Criação a manutenção de reservas naturais e parques nacionais.

f) Aquisição de sítios pelas coletividades públicas.

Controle Geral

Um controle geral deveria ser exercido sobre os trabalhos e as atividades susceptíveis de causar danos às paisagens e aos sítios, em toda a extensão do território do país.

Planejamento Urbano e Planejamento territorial das áreas Rurais

O planejamento urbano ou o planejamento territorial das áreas rurais deveriam conter disposições relativas às restrições a serem impostas para a salvaguarda das paisagens e dos sítios

– inclusive os que não possuem proteção legal – que se encontrem no território abrangido por esses planos.

O planejamento urbano ou o planejamento territorial das áreas rurais deveriam ser estabelecidos em função de sua ordem de urgência, especialmente para as cidades ou regiões em vias de desenvolvimento rápido, nas quais a salvaguarda do caráter estético ou pinturesco dos lugares justifique o estabelecimento de tais planos.

Proteção Legal "por zonas" das paisagens extensas

As paisagens extensas deveriam ser objeto de proteção legal "por zonas".

Quando, numa zona protegida por lei, o caráter estético é de interesse primordial, a proteção legal "por zonas" deveria abranger o controle dos loteamentos e a observação de algumas prescrições gerais de caráter estético referentes à utilização dos materiais e sua cor, às normas relativas à altura, às precauções a serem tomadas para dissimular as escavações resultantes da construção de barragens, ou da exploração de pedreiras, à regulamentação de derrubada das árvores, etc.

A proteção legal "por zonas" deveria ser divulgada publicamente e as regras gerais a serem observadas para a salvaguarda das paisagens integrantes de tal proteção deveriam ser editadas e difundidas.

A proteção legal "por zonas" não deveria, em regra geral, possibilitar direito a indenização.

Proteção legal de sítios isolados

Os sítios isolados e de pequenas dimensões, naturais ou urbanos, assim como porções de paisagem que ofereçam um interesse excepcional, deveriam ser protegidos por lei. Deveriam ser igualmente protegidos por lei os terrenos de onde se aprecie uma vista excepcional e os terrenos e imóveis que envolvam um monumento notável. Cada sítio, terreno ou imóvel assim protegido deveria ser objeto de uma decisão administrativa especial, devidamente notificada ao proprietário.

Essa proteção legal deveria acarretar para o proprietário a proibição de destruir o sítio ou alterar seu estado ou aspecto sem a autorização das autoridades encarregadas da salvaguarda.

A autorização eventualmente concedida deveria ser acompanhada de todas as condições necessárias à salvaguarda do sítio. Não será necessário, entretanto, requisitar qualquer autorização para os trabalhos de exploração usual das terras rurais, nem para os trabalhos regulares de manutenção das construções.

A expropriação pelos poderes públicos, assim como a execução de quaisquer obras públicas em sítio protegido por lei deveriam estar subordinadas ao prévio consentimento das autoridades

encarregadas da salvaguarda. Ninguém deveria poder adquirir, por prescrição, em um sítio protegido por lei, direitos que permitam modificar o caráter ou o aspecto do sítio. Nenhuma servidão convencional deveria ser consentida pelo proprietário sem a concordância das autoridades encarregadas da salvaguarda.

A proteção legal deveria implicar na proibição de contaminar os terrenos, o ar e as águas seja de que maneira for, ao passo que a extração de minerais estaria sujeita a uma autorização especial.

Qualquer publicidade deveria ser proibida nos sítios protegidos por lei e em suas imediações, ou limitada a determinada localização fixada pelas autoridades encarregadas da salvaguarda.

A permissão de acampar em um sítio protegido por lei deveria, em princípio, ser proibida e concedida, apenas, em terrenos delimitados pelas autoridades encarregadas da salvaguarda e submetidos a sua inspeção.

A proteção legal de um sítio deveria poder proporcionar ao proprietário o direito à indenização, no caso de ocorrer prejuízo certo e direto, devido à proteção por lei.

Reservas Naturais e Parques Nacionais

Quando for possível, os Estados Membros deveriam incorporar às zonas e sítios cuja salvaguarda convém assegurar, parques nacionais destinados à educação e ao lazer do público, ou reservas naturais, parciais ou integrais. Esses parques nacionais e reservas naturais deveriam formar um conjunto de zonas experimentais destinadas também às pesquisas sobre a formação e a restauração da paisagem e à proteção da natureza.

Aquisição dos sítios pelas coletividades públicas

Os Estados Membros deveriam encorajar as coletividades públicas a adquirirem terrenos que façam parte de uma paisagem ou de um sítio que convenha salvaguardar. Quando necessário, essa aquisição deveria poder se realizar através de expropriação.

IV - Aplicação das Medidas de Salvaguarda

As normas e princípios fundamentais que regulam, em cada Estado Membro, a salvaguarda das paisagens e dos sítios deveriam ter força de lei e as medidas necessárias a sua aplicação, deveriam ser confiadas às autoridades responsáveis, dentro das atribuições que lhes são conferidas pela lei.

Os Estados Membros deveriam criar órgãos especializados, de caráter executivo ou consultivo.

Os órgãos de caráter executivo deveriam ser serviços especializados, centrais e regionais, encarregados de aplicar as medidas de salvaguarda. Para isso, esses serviços deveriam ter a possibilidade de estudar os problemas relativos à salvaguarda e à proteção legal, efetuar pesquisas de campo, preparar as decisões a serem tomadas e controlar sua execução. Caber-lhes-ia, também, propor as medidas destinadas a reduzir os perigos que possa apresentar a execução de determinados trabalhos, ou a reparar os danos por eles causados.

Os órgãos de caráter consultivo deveriam ser comissões de caráter nacional, regional e local, encarregadas de estudar as questões relativas à salvaguarda e de manifestar seu parecer sobre essas questões às autoridades centrais ou regionais, ou às coletividades locais interessadas. O parecer dessas comissões deveria ser solicitado em todos os casos e em tempo útil, particularmente na fase dos anteprojetos, nos casos de obras de interesse geral e de grande envergadura, como a construção de rodovias, ordenação espacial de instalações hidrotécnicas, criação de novas instalações industriais, etc.

Os Estados Membros deveriam facilitar a criação e o funcionamento de órgãos não governamentais - nacionais ou locais - cujas tarefas consistiram, entre outras, em colaborar com os órgãos mencionados nos parágrafos 31, 32 e 33, especialmente informando a opinião pública e alertando os serviços responsáveis pelos perigos que ameacem as paisagens e os sítios.

A violação das normas de salvaguarda das paisagens e dos sítios devria redundar em perdas e danos e ou na obrigação de repor os sítios em seu estado primitivo, na medida do possível.

Sanções administrativas ou penais deveriam ser previstas no caso de danos causados voluntariamente às paisagens e aos sítios protegidos.

V – Educação do Público

Uma ação educativa deveria ser empreendida dentro e fora das escolas para despertar e desenvolver o respeito público pelas paisagens e sítios e para tornar mais conhecidas as normas editadas para garantir sua salvaguarda.

Os professores encarregados dessa tarefa educativa na escola deveriam receber uma preparação especial, na forma de estágios especializados de estudos em estabelecimentos de ensino secundário e superior.

Os Estados Membros deveriam também facilitar a tarefa dos museus existentes, com o objetivo de intensificar a ação educativa já empreendida nesse sentido e considerar a possibilidade de criar museus especiais, ou seções especializadas nos museus existentes, para o estudo e a apresentação dos aspectos naturais e culturais característicos de determinadas regiões.

A educação do público fora da escola deveria ser tarefa da imprensa, das associações privadas de proteção das paisagens e dos sítios ou de proteção da natureza, dos órgãos encarregados do turismo e das organizações de juventude e de educação popular.

Os Estados Membros deveriam facilitar a educação do público e estimular a ação das associações, e de órgãos dedicados a essa tarefa, prestando-lhes uma ajuda material e colocando a sua disposição e à dos educadores em geral os meios apropriados de publicidade, tais como filmes, emissões radiofônicas ou de televisão, material para exposições permanentes, temporárias ou itinerantes, folhetos e livros capazes de obter uma grande difusão e idealizados com um espírito didático. Uma ampla publicidade poderia ser obtida através dos jornais, das revistas e das publicações periódicas regionais.

Jornadas nacionais e internacionais, concursos e outras manifestações similares deveriam ser consagrados e ressaltar o valor das paisagens e dos sítios naturais ou criados pelo homem, para chamar a atenção do grande público sobre a importância da salvaguarda da sua beleza e de seu caráter, problema primordial para a coletividade.

Anexo 2

Recomendação de Nairóbi – Novembro de 1976

Recomendação de Nairóbi

UNESCO, NOVEMBRO DE 1976

19ª Sessão UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura Recomendação relativa à salvaguarda dos conjuntos históricos e sua função na vida contemporânea.

A Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, reunida em Nairóbi, de 26 de outubro a 30 de novembro de 1976, em sua décima nona sessão,

Considerando que os conjuntos históricos ou tradicionais fazem parte do ambiente cotidiano dos seres humanos em todos os países, constituem a presença viva do passado que lhes deu forma, asseguram ao quadro da vida a variedade necessária para responder à diversidade da sociedade e, por isso, adquirem um valor e uma dimensão humana suplementares,

Considerando que os conjuntos históricos ou tradicionais constituem através das idades os testemunhos mais tangíveis da riqueza e da diversidade das criações culturais, religiosas e sociais da humanidade e que sua salvaguarda e integração na vida contemporânea são elementos fundamentais na planificação das áreas urbanas e do planejamento físico-territorial,

Considerando que, diante dos perigos da uniformização e da despersonalização que se manifestam constantemente em nossa época, esses testemunhos vivos de épocas anteriores adquirem uma importância vital para cada ser humano e para as nações que neles encontram a expressão de sua cultura e, ao mesmo tempo, um dos fundamentos de sua identidade,

Considerando que, no mundo inteiro, sob pretexto de expansão ou de modernização, destruições que ignoram o que destroem e reconstruções irracionais e inadequadas ocasionam grave prejuízo a esse patrimônio histórico,

Considerando que os conjuntos históricos ou tradicionais constituem um patrimônio imobiliário cuja destruição provoca muitas vezes perturbações sociais, mesmo quando não resulte em perdas econômicas,

Considerando que essa situação implica a responsabilidade de cada cidadão e impõe aos poderes públicos obrigações que só eles podem assumir,

Considerando que, diante de tais perigos de deterioração e até de desaparecimento total, todos os Estados devem agir para salvar esses valores insubstituíveis, adotando urgentemente uma política global e ativa de proteção e de revitalização dos conjuntos históricos ou tradicionais e de sua ambiência, como parte do planejamento nacional, regional ou local,

Constatando que em muitos países falta uma legislação suficientemente eficaz e flexível que diga respeito ao patrimônio arquitetônico e a suas relações com o planejamento físico-territorial,

Observando que a Conferência Geral já adotou instrumentos internacionais para a proteção do patrimônio cultural e natural, tais como a Recomendação que Define os Princípios Internacionais a serem Aplicados em Relação às Escavações Arqueológicas (1956), a Recomendação Relativa à Salvaguarda da Beleza e do Caráter dos Sítios e Paisagens (1962), a Recomendação sobre a Preservação dos Bens Culturais Ameaçados pela Realização de Obras Públicas ou Privadas (1968) e a Recomendação sobre a Proteção, no Plano Nacional, do Patrimônio Cultural e Natural (1972).

Desejando complementar e ampliar o alcance das normas e dos princípios formulados nesses instrumentos internacionais,

Tendo-lhe sido apresentadas propostas relativas à salvaguarda dos conjuntos históricos ou tradicionais e sua função na vida contemporânea, questão que constitui o ponto 27 da ordem do dia da sessão,

Tendo decidido, em sua décima oitava sessão, que esse assunto seria objeto de uma recomendação aos Estados Membros,

Adota, em 26 de novembro de 1976, a presente recomendação.

A Conferência Geral recomenda aos Estados Membros que apliquem as disposições seguintes, adotando medidas sob a forma de lei nacional ou de outra forma, destinadas a efetivar, nos territórios sob sua jurisdição, os princípios e as normas formuladas nesta recomendação.

A Conferência Geral recomenda aos Estados Membros que levem esta recomendação ao conhecimento das autoridades nacionais, regionais e locais, assim como às instituições, serviços ou órgãos e associações interessados na salvaguarda dos conjuntos históricos ou tradicionais e seu entorno.

A Conferência Geral recomenda aos Estados Membros que lhe apresentem, nas datas e na forma que ela determinar, relatórios sobre a maneira como aplicaram a presente recomendação.

I - Definições

Para os efeitos da presente recomendação:

Considera-se conjunto histórico ou tradicional todo agrupamento de construções e de espaços, inclusive os sítios arqueológicos e paleontológicos, que constituam um assentamento humano, tanto no meio urbano quanto no rural e cuja coesão e valor são reconhecidos do ponto de vista arqueológico, arquitetônico, pré-histórico, histórico, estético ou sócio-cultural. Entre esses "conjuntos", que são muito variados, podem-se distinguir especialmente os sítios pré-históricos, as cidades históricas, os bairros urbanos antigos, as aldeias e lugarejos, assim como os conjuntos monumentais homogêneos, ficando entendido que estes últimos deverão, em regra, ser conservados em sua integridade.

Entende-se por "ambiência" dos conjuntos históricos ou tradicionais, o quadro natural ou construído que influi na percepção estática ou dinâmica desses conjuntos, ou a eles se vincula de maneira imediata no espaço, ou por laços sociais, econômicos ou culturais.

Entende-se por "salvaguarda" a identificação, a proteção, a conservação, a restauração, a reabilitação, a manutenção e a revitalização dos conjuntos históricos ou tradicionais e de seu entorno.

II - Princípios Gerais:

Dever-se-ia considerar que os conjuntos históricos ou tradicionais e sua ambiência constituem um patrimônio universal insubstituível. Sua salvaguarda e integração na vida coletiva de nossa época deveriam ser uma obrigação para os governos e para os cidadão dos Estados em cujo território se encontram. Deveriam ser responsáveis por isso, no interesse de todos os cidadãos e da comunidade internacional, as autoridades nacionais, regionais ou locais, segundo as condições próprias de cada Estado Membro em matéria de distribuição de poderes.

Cada conjunto histórico ou tradicional e sua ambiência deveria ser considerado em sua globalidade, como um todo coerente cujo equilíbrio e caráter específico dependem da síntese dos elementos que o compõem e que compreendem tanto as atividades humanas como as construções, a estrutura espacial e as zonas circundantes. Dessa maneira, todos os elementos válidos, incluídas as atividades humanas, desde as mais modestas, têm, em relação ao conjunto, uma significação que é preciso respeitar.

Os conjuntos históricos ou tradicionais e sua ambiência deveriam ser protegidos ativamente contra quaisquer deteriorações, particularmente as que resultam de uma utilização imprópria, de acréscimos supérfluos e de transformações abusivas ou desprovidas de sensibilidade que atentam contra sua autenticidade, assim como as provocadas por qualquer forma de poluição. Todos os

trabalhos de restauração a serem empreendidos deveriam basear-se em princípios científicos. Do mesmo modo, uma grande atenção deveria ser dispensada à harmonia e à emoção estética que resultam da conexão ou do contraste dos diferentes elementos que compõem os conjuntos e que dão a cada um deles seu caráter particular.

Nas condições da urbanização moderna, que produz um aumento considerável na escala e na densidade das construções, ao perigo da destruição direta dos conjuntos históricos ou tradicionais se agrega o perigo real de que os novos conjuntos destruam indiretamente a ambiência e o caráter dos conjuntos históricos adjacentes. Os arquitetos e urbanistas deveriam empenhar-se para que a visão dos monumentos e conjuntos históricos, ou a visão que a partir deles se obtém, não se deteriore e para que esses conjuntos se integrem harmoniosamente na vida contemporânea.

Numa época em que a crescente universalidade das técnicas construtivas e das formas arquitetônicas apresentam o risco de provocar uma uniformização dos assentamentos humanos no mundo inteiro, a salvaguarda dos conjuntos históricos ou tradicionais pode contribuir extraordinariamente para a manutenção e o desenvolvimento dos valores culturais e sociais peculiares de cada nação e para o enriquecimento arquitetônico do patrimônio cultural mundial.

III - Política Nacional, Regional e Local

Em cada Estado Membro deveria se formular, nas condições peculiares a cada um em matéria de distribuição de poderes, uma política nacional, regional e local a fim de que sejam adotadas medidas jurídicas, técnicas, econômicas e sociais pelas autoridades nacionais, regionais e locais para salvaguardar os conjuntos históricos ou tradicionais e sua ambiência e adaptá-los às exigências da vida contemporânea. Essa política deveria influenciar o planejamento nacional, regional e local e orientar a ordenação urbana urbano e rural e o planejamento físico-territorial em todos os níveis. As ações resultantes desse planejamento deveriam se integrar à formulação dos objetivos e programas, à distribuição das funções e à execução das operações. Dever-se-ia buscar a colaboração dos indivíduos e das associações privadas para a aplicação da política de salvaguarda.

IV - Medidas de Salvaguarda

A salvaguarda dos conjuntos históricos ou tradicionais e de sua ambiência deveria se ajustar aos princípios anteriormente enunciados e aos métodos expostos a seguir, determinando-se as medidas concretas de acordo com as competências legislativas e constitucionais e com a organização social e econômica de cada Estado.

Medidas Jurídicas e administrativas

A aplicação de uma política global de salvaguarda dos conjuntos históricos e tradicionais e de sua ambiência deveria basear-se em princípios válidos para cada país em sua totalidade. Os Estados Membros deveriam adaptar as disposições existentes ou, se necessário, promulgar novos textos legislativos e regulamentares para assegurar a salvaguarda dos conjuntos históricos e tradicionais e de sua ambiência, levando em conta as disposições contidas neste capítulo e nos seguintes. Conviria revisar as leis relativas ao planejamento físico territorial, ao urbanismo e à política habitacional de modo a coordenar e harmonizar suas disposições com as das leis relativas à salvaguarda do patrimônio arquitetônico. Essas legislações deveriam encorajar a adaptação ou a adoção de disposições, nos planos urbanos, regional ou local, para assegurar tal salvaguarda.

As disposições que estabeleçam um sistema de salvaguarda dos conjuntos históricos ou tradicionais deveriam enunciar os princípios gerais relativos ao estabelecimento e à adoção dos planos e documentos necessários e, particularmente:

a) as condições e restrições gerais aplicáveis às zonas protegidas por lei e a suas imediações;

b) a indicação dos programas e operações previstas em matéria de conservação e de infra-estrutura de serviços;

c) as funções de manutenção e a designação dos encarregados de desempenhá-las;

d) os campos a que se poderão aplicar as intervenções de urbanismo, de reestruturação e de ordenação do espaço rural;

e) a designação do órgão encarregado de autorizar qualquer restauração, modificação, nova construção ou demolição no perímetro protegido;

f) as modalidades de financiamento e de execução dos programas de salvaguarda.

g) Os planos e documentos de salvaguarda deveriam definir especialmente:

h) as zonas e os elementos a serem protegidos;

i) as condições e restrições específicas que lhes dizem respeito;

j) as normas que regulam os trabalhos de manutenção, restauração e transformação;

k) as condições gerais de instalação das redes de suprimento e dos serviços necessários à vida urbana ou rural;

l) as condições que regerão a implantação de novas construções.

A legislação de salvaguarda deveria ser, em princípio, acompanhada de disposições preventivas contra as infrações à regulamentação de salvaguarda e contra qualquer alta

especulativa dos valores imobiliários nas zonas protegidas, que possa comprometer uma proteção e uma restauração concebidas em função do interesse coletivo. Essas disposições poderiam envolver medidas de planejamento urbano que influam no preço dos terrenos por construir - tais como o estabelecimento de planos de ordenação distritais ou de extensão mais reduzida, a concessão do direito de preempção e a um órgão público, a expropriação no interesse da salvaguarda, ou a intervenção compulsória em caso de incapacidade ou descumprimento por parte dos proprietários - e instituir sanções efetivas como a suspensão das obras, a obrigação de reconstituir e/ou multa apropriada.

O respeito às medidas de salvaguarda deveria ser imposto tanto às coletividades públicas quanto às particulares. Dever-se-ia estabelecer, todavia, um mecanismo de recurso contra as decisões ilegais, arbitrárias ou injustas.

As disposições referentes à construção de edifícios para órgãos públicos e privados e a obras públicas e privadas deveriam adaptar-se à regulamentação da salvaguarda dos conjuntos históricos e de sua ambiência.

Em particular, as disposições relativas aos imóveis e quarteirões insalubres, assim como à construção de habitações sociais deveriam ser concebidas ou reformuladas de modo que não apenas se ajustem à política de salvaguarda, mas que para ela contribuam. O regime de eventuais subvenções deveria ser, conseqüentemente, estabelecido e modulado sobretudo para facilitar o desenvolvimento de habitação subsidiadas e de edifícios públicos através da reabilitação de construções antigas. Só deveriam ser permitidas as demolições de edificações sem valor histórico ou arquitetônico e as subvenções ocasionalmente resultantes deveriam ser estritamente controladas. Além disso, uma parte suficiente dos créditos previstos para a construção de habitações sociais deveria ser destinada à reabilitação de edificações antigas.

Os efeitos legais das medidas de proteção a edificações e terrenos deveriam ser levadas ao conhecimento público e registradas em um órgão oficial competente.

Respeitadas as condições próprias a cada país e a distribuição de poderes das diversas administrações nacionais, regionais e locais, a execução de obras de salvaguarda deveria se inspirar nos seguintes princípios:

a) uma autoridade responsável deveria encarregar-se da coordenação permanente de todos os intervenientes: serviços públicos nacionais, regionais e locais ou grupos de particulares;

b) os planos e documentos de salvaguarda deveriam ser elaborados depois que todos os estudos científicos necessários houverem sido efetuados por equipes multidisciplinares compostas, principalmente, de:

- especialistas em conservação e restauração, incluídos os historiadores da arte;
- arquitetos e urbanistas;
- sociólogos e economistas;
- ecólogos e arquitetos paisagistas;
- especialistas em saúde pública e assistência social;

c) e, em geral, especialistas em todas as matérias relativas à proteção e revitalização dos conjuntos históricos e tradicionais;

d) as autoridades deveriam tomar a iniciativa de organizar a consulta e a participação da população interessada;

e) os planos de salvaguarda deveriam ser aprovados pelo órgão designado por lei;

f) os serviços públicos encarregados de aplicar as disposições de salvaguarda em qualquer nível - nacional, regional e local - deveriam contar com pessoal necessário e com meios técnicos, administrativos e financeiros adequados.

Medidas Técnicas, Econômicas e Sociais

Dever-ser-ia estabelecer, nos níveis nacional, regional ou local, uma relação dos conjuntos históricos ou tradicionais e sua ambiência a serem salvaguardados. Essa relação deveria indicar prioridades para facilitar uma alocação racional dos limitados recursos disponíveis para fins de salvaguarda. As medidas de proteção, de qualquer tipo, que tiverem caráter urgente, deveriam ser tomadas sem esperar que se estabeleçam planos e documentos de salvaguarda.

Deveria ser feita uma análise de todo o conjunto, inclusive de sua evolução espacial, que contivesse os dados arqueológicos, históricos, arquitetônicos, técnicos e econômicos. Deveria ser produzido um documento analítico destinado a determinar os imóveis ou os grupos de imóveis a serem rigorosamente protegidos, conservados sob certas condições, ou, em circunstâncias absolutamente excepcionais e escrupulosamente documentadas, destruídos, o que permitiria às autoridades suspender qualquer obra incompatível com esta recomendação. Além disso, deveria ser realizado, com a mesma finalidade, um inventário dos espaços abertos, públicos e privados, assim como de sua vegetação.

Além dessa investigação arquitetônica, são necessários estudos pormenorizados dos dados e das estruturas sociais, econômicas, culturais e técnicas, assim como do contexto urbano ou regional mais amplo. Esses estudos deveriam abranger, se possível, dados demográficos e uma análise das atividades econômicas, sociais e culturais, os modos de vida e as relações sociais, os problemas fundiários, infraestrutura urbana, o estado do sistema viário, as redes de comunicação

e as inter-relações recíprocas da zona protegida com as zonas circundadas. As autoridades competentes deveriam atribuir suma importância a esses estudos e compreender que, sem eles, não seria possível estabelecer planos eficazes de salvaguarda.

Antes da formulação de planos e normas de salvaguarda e depois da análise acima descrita, conviria, em princípio, estabelecer uma programação que leva-se igualmente em consideração o respeito aos dados urbanísticos, arquitetônicos, econômicos e sociais, e a capacidade de o tecido urbano e rural acolher funções compatíveis com seu caráter específico. A programação deveria visar à adaptação das densidades de ocupação e a prever o escalonamento das operações, assim como a necessária acomodação temporária durante as obras e os locais para realojamento permanente dos habitantes que não puderem regressar a sua morada anterior. Essa programação deveria ser elaborada com a maior participação possível das coletividades e populações interessadas. Uma vez que o contexto social, econômico e físico dos conjuntos históricos e de sua ambiência está em constante evolução, os estudos e investigações deveriam ser regularmente atualizados. Seria essencial, portanto, que a elaboração dos planos de salvaguarda e sua execução se baseassem nos estudos disponíveis, em vez de serem retardadas indefinidamente enquanto se aprimora o processo de planejamento.

Uma vez estabelecidos e aprovados os planos e normas de salvaguarda pela autoridade pública competente, seria conveniente que seus autores fossem encarregados de sua execução ou direção.

Nos conjuntos históricos ou tradicionais que possuírem elementos de vários períodos diferentes, a ação de salvaguarda deveria levar em consideração as manifestações de todos esses períodos.

Quando existirem planos de salvaguarda, os programas de saneamento urbano ou de beneficiamento que consistirem na demolição de imóveis desprovidos de interesse arquitetônico ou histórico ou arruinados demais para serem conservados, na supressão de acréscimos e construções superpostas sem valor e, até mesmo, na demolição de edificações recentes que rompam a unidade do conjunto só poderão ser autorizados nos termos do plano de salvaguarda.

Os programas de saneamento urbano ou de beneficiamento aplicáveis a zonas que não estão incluídas nos planos de salvaguarda deveriam respeitar os edifícios e outros elementos que possuam um valor arquitetônico ou histórico e seus acessórios. Se tais elementos estivessem arriscados de sofrer danos com esses programas deveriam ser elaborados, necessária e previamente, os planos de salvaguarda pertinentes.

É necessária uma vigilância permanente para evitar que essas operações beneficiem apenas a especulação ou sejam utilizadas com finalidades contrárias aos objetivos do plano.

Em qualquer operação de saneamento urbano ou de beneficiamento que afete um conjunto histórico deveriam ser observadas as normas gerais de segurança relativas a incêndios e catástrofes naturais, desde que sejam compatíveis com os critérios de salvaguarda do patrimônio cultural. Em caso contrário, devem ser buscadas soluções particulares em colaboração com todos os serviços interessados, a fim de garantir o máximo de segurança, sem ameaça alguma ao patrimônio cultural.

Um cuidado especial deveria ser adotado na regulamentação e no controle das novas construções para assegurar que sua arquitetura se enquadre harmoniosamente nas estruturas espaciais e na ambiência dos conjuntos históricos. Para isso, uma análise do contexto urbano deveria preceder qualquer construção nova, não só para definir o caráter geral do conjunto, como para analisar suas dominantes: harmonia das alturas, cores, materiais e formas, elementos constitutivos do agenciamento das fachadas e dos telhados, relações dos volumes construídos e dos espaços, assim como suas proporções médias e a implantação dos edifícios. Uma atenção especial deveria ser prestada à dimensão dos lotes, pois qualquer modificação poderia resultar em um efeito de massa, prejudicial à harmonia do conjunto.

Não se deveria autorizar o isolamento de um monumento através da supressão de seu entorno; do mesmo modo, seu deslocamento só deveria ser decidido excepcionalmente e por razões de força maior.

Os conjuntos históricos ou tradicionais e sua ambiência deveriam ser protegidos contra a desfiguração resultante da instalação de suportes, cabos elétricos ou telefônicos, antenas de televisão ou painéis publicitários de grande escala. Se já existirem, deverão ser adotadas medidas adequadas para suprimi-los. Os cartazes, a publicidade luminosa ou não, os letreiros comerciais, a sinalização das ruas, o mobiliário urbano e o revestimento do solo deveriam ser estudados e controlados com o maior cuidado, para que se integrem harmoniosamente ao conjunto. Deveria ser feito um esforço especial para evitar qualquer forma de vandalismo.

Os Estados Membros e as instituições interessadas deveriam proteger os conjuntos históricos ou tradicionais e sua ambiência contra os danos cada vez mais graves causados por determinados avanços tecnológicos, tais como quaisquer formas de poluição, através da proibição de se implantarem indústrias nocivas em sua proximidade e da adoção de medidas preventivas contra os efeitos destrutivos dos ruídos, dos choques e das vibrações produzidas contra as deteriorações provenientes de uma excessiva exploração turística.

Dado o conflito existente na maior parte dos conjuntos históricos ou tradicionais entre o trânsito automobilístico, por um lado e a densidade do tecido urbano e as características arquitetônicas por outro, os Estados Membros deveriam estimular e ajudar as autoridades locais a

encontrar soluções para esse problema. Para consegui-lo e para favorecer o trânsito de pedestres, conviria estudar com extremo cuidado a localização e o acesso dos parques de estacionamento não só dos periféricos como dos centrais, e estabelecer redes de transporte que facilitem ao mesmo tempo a circulação dos pedestres, o acesso aos serviços e o transporte público. Numerosas operações de reabilitação, tais como, entre outras, a instalação subterrânea de redes elétricas e de outros cabos, que seriam demasiadamente onerosas se fossem feitas separadamente, poderiam ser, então, coordenadas fácil e economicamente com o desenvolvimento da rede viária.

A proteção e a restauração deveriam ser acompanhadas de atividades de revitalização. Seria, portanto, essencial manter as funções apropriadas existentes e, em particular, o comércio e o artesanato e criar outras novas que, para serem viáveis a longo prazo, deveriam ser compatíveis com o contexto econômico e social, urbano, regional ou nacional em que se inserem. O custo das operações de salvaguarda não deveria ser avaliado apenas em função do valor cultural das construções, mas também do valor derivado da utilização que delas se possa fazer. Os problemas sociais decorrentes da salvaguarda só podem ser colocados corretamente se houver referência a essas duas escalas de valor. Essas funções teriam que se adaptar às necessidades sociais, culturais e econômicos dos habitantes, sem contrariar o caráter específico do conjunto em questão. Uma política de revitalização cultural deveria converter os conjuntos históricos em pólos de atividades culturais e atribuir-lhes um papel essencial no desenvolvimento cultural das comunidades circundantes.

Nas zonas rurais todos os trabalhos que implicarem uma degradação da paisagem, assim como quaisquer mudanças nas estruturas econômicas e sociais deveriam ser cuidadosamente controlados para preservar a integridade das comunidades rurais históricas em seu ambiente natural.

A ação de salvaguarda deveria associar a contribuição da autoridade pública à dos proprietários particulares ou coletivos e à dos habitantes e usuários, isoladamente ou em grupo, cujas iniciativas e participação ativa deveriam ser estimuladas. Uma cooperação constante em todos os níveis deveria, portanto, ser estabelecida entre as coletividades e os particulares, especialmente através dos seguintes meios: informações adaptadas aos tipos de pessoas atinentes; pesquisas preparadas com a participação das pessoas interrogadas; criação de grupos consultivos nos órgãos de planejamento; representação dos proprietários, dos habitantes e dos usuários, a título consultivo, nos órgãos de decisão, de gestão e de revitalização das operações relacionadas com os planos de salvaguarda, ou criação de órgãos de economia mista que participem da execução.

Deveriam ser estimuladas a fundação de grupos voluntários de salvaguarda e de associações de caráter não lucrativo e a instituição de recompensas honoríficas ou pecuniárias para que sejam reconhecidas as realizações exemplares em todos os campos da salvaguarda.

Os investimentos públicos previstos pelos planos de salvaguarda dos conjuntos históricos e de sua ambiência deveriam ser avalizados pela consignação de créditos adequados nos orçamentos das autoridades centrais, regionais e locais. O conjunto desses créditos deveria ser administrado de forma centralizada pelos órgãos de direito público, privado ou mistos encarregados de coordenar nos níveis nacional, regional ou local todas as formas de ajuda financeira e de orientá-las a uma aplicação global.

A ajuda pública, em qualquer das formas descritas nos parágrafos seguintes, deveria pressupor as intervenções da coletividade, onde for necessário e conveniente, e levar em consideração o custo adicional da restauração, ou seja, o custo suplementar imposto ao proprietário em relação ao novo valor venal ou locativo do edifício.

Em geral, esses investimentos públicos deveriam servir, antes de mais nada, para conservar os edifícios existentes, particularmente as habitações de baixa renda e somente aplicar-se a novas construções na medida em que elas não constituírem uma ameaça à utilização e às funções dos edifícios existentes.

Dever-se-iam conceder doações, incentivos fiscais, subsídios ou empréstimos em condições favoráveis aos proprietários particulares e usuários que houverem realizado as obras estabelecidas pelos planos de salvaguarda e de acordo com as normas fixadas por esses planos. Esses incentivos fiscais, doações, subsídios e empréstimos poderiam ser concedidos, em caráter prioritário, a grupamentos de proprietários ou de usuários de habitações e estabelecimentos comerciais, pois as operações agrupadas se tornam economicamente mais vantajosas que as ações individuais. As vantagens financeiras a serem concedidas aos proprietários particulares e aos usuários deveriam estar, eventualmente, subordinadas ao acatamento de determinadas condições impostas no interesse do público, tais como garantia da integridade dos imóveis, possibilidade de visitação aos edifícios, acesso aos parques, jardins ou sítios, realização de fotografias, etc.

Dotações especiais deveriam ser previstas nos orçamentos dos órgãos públicos ou privados para a proteção dos conjuntos históricos ou tradicionais ameaçados por grandes obras públicas ou privadas e pela poluição. As autoridades públicas deveriam prever igualmente dotações especiais para a reparação dos danos causados pelos desastres naturais.

Todos os serviços e administrações que atuam na construção pública deveriam, ainda, agenciar seus programas e orçamentos de maneira a contribuir para a reabilitação dos conjuntos

históricos ou tradicionais, através do financiamento a obras que correspondam simultaneamente a seus próprios objetivos e aos dos planos de salvaguarda.

Para aumentar os recursos financeiros disponíveis os Estados Membros deveriam incrementar a criação de estabelecimentos financeiros públicos ou privados para a salvaguarda dos conjuntos históricos e tradicionais e de sua ambiência, dotados de personalidade jurídica e que pudessem receber doações de particulares, de fundações e de empresas industriais e comerciais. Os doadores poderiam desfrutar de isenções fiscais.

As instituições públicas e os estabelecimentos de crédito privados poderiam facilitar o financiamento a obras de qualquer gênero destinadas a proteger os conjuntos históricos ou tradicionais e sua ambiência, através da criação de um órgão que se encarregasse da concessão de empréstimos aos proprietários, com taxas reduzidas e longos prazos de reembolso.

Os Estados Membros e as autoridades interessadas em todos os níveis poderiam facilitar a criação de associações sem fins lucrativos que se encarregassem da aquisição e, se for o caso, depois de restaurá-los, da venda dos imóveis mediante a utilização de fundos de operações especialmente destinados a manter nos conjuntos históricos ou tradicionais os proprietários que desejarem protegê-los e preservar suas características.

É essencial evitar que as medidas de salvaguarda acarretem uma ruptura da trama social. Para evitar, nos imóveis ou nos conjuntos a serem restaurados, o traslado dos habitantes, com prejuízo dos menos favorecidos, poderiam ser concedidas indenizações que compensassem a alta do aluguel, para que os ocupantes pudessem conservar suas habitações e seus pontos de comércio e produção assim como seus modos de vida e suas ocupações tradicionais, especialmente o artesanato rural, a agricultura em pequena escala, a pesca etc. Essas indenizações, determinadas em função dos rendimentos, ajudariam os interessados a fazer frente ao aumento dos encargos provocados pelas obras realizadas.

V - Pesquisa, Ensino e Informação

Para aperfeiçoar a competência dos especialistas e dos artesãos necessários e para fomentar o interesse e a participação de toda a população no trabalho de salvaguarda, os Estados Membros deveriam adotar as medidas que se seguem, de acordo com sua competência legislativa e constitucional.

Os Estados Membros e as coletividades interessadas deveriam encorajar as pesquisas e os estudos sistemáticos sobre:

- aspectos urbanísticos dos conjuntos históricos ou tradicionais e de sua ambiência;
- as interconexões entre salvaguarda, urbanismo urbano e planejamento físico-territorial;

- os métodos de conservação aplicáveis aos conjuntos históricos;
- a alteração dos materiais;
- a aplicação das técnicas modernas aos trabalhos de conservação;
- as técnicas artesanais indispensáveis à salvaguarda.

Deveriam ser instaurados e desenvolvidos ensinamentos específicos sobre os temas acima e que compreendessem estágios de formação prática. Além disso, é indispensável estimular a formação de técnicos e de artesãos especializados na salvaguarda dos conjuntos e de quaisquer espaços abertos que os circundam. O desenvolvimento das técnicas artesanais, ameaçadas pelo processo de industrialização, também deveria ser estimulado. Seria de desejar que as instituições interessadas cooperassem nessa esfera com os organismos internacionais especializados no assunto, tais como o Centro de Estudos para a Conservação e a Restauração dos Bens Culturais, de Roma, o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS) e o Conselho Internacional de Museus (ICOM).

A formação do pessoal administrativo encarregado das operações locais e salvaguarda dos setores históricos deveria, onde for adequado e necessário, ser financiada e dirigida pelas autoridades competentes, de acordo com um programa a longo prazo.

A tomada de consciência em relação à necessidade da salvaguarda deveria ser estimulada pela educação escolar, pós-escolar e universitária e pelo recurso aos meios de informação tais como os livros, a imprensa, a televisão, o rádio e o cinema e as exposições itinerantes. As vantagens, não apenas estéticas e culturais, mas também sociais e econômicas que pode oferecer uma política bem conduzida de salvaguarda dos conjuntos históricos ou tradicionais e sua ambiência deveriam ser objeto de uma informação clara e completa. Essa informação deveria ser amplamente difundida entre os organismos especializados, tanto privados como públicos, nacionais, regionais e locais e entre a população, para que saiba porque e como seu padrão de vida pode ser melhorado.

O estudo dos conjuntos históricos deveria ser incluído no ensino em todos os níveis e, particularmente, no de história, para inculcar no espírito dos jovens a compreensão e o respeito às obras do passado e para mostrar o papel desse patrimônio na vida contemporânea. Esse ensino deveria utilizar amplamente os meios audiovisuais e as visitas aos conjuntos históricos ou tradicionais.

Conviria facilitar o acesso a cursos de aperfeiçoamento e reciclagem para pessoal docente e para guias, bem como a formação de instrutores para ajudar os grupos de jovens e de adultos desejosos de se iniciar no conhecimento dos conjuntos históricos ou tradicionais.

VI - Cooperação Internacional

Os Estados Membros deveriam colaborar, no que se refere à salvaguarda dos conjuntos históricos ou tradicionais e de sua ambiência, recorrendo, se for necessário, à ajuda de organizações internacionais, intergovernamentais e não governamentais, principalmente ao Centro de Documentação UNESCO - ICOM - ICOMOS. Essa cooperação multilateral ou bilateral deveria ser judiciosamente coordenada e concretizar-se através de medidas com as seguintes:

a) intercâmbio de informações de todos os gêneros e de publicações científicas e técnicas;

b) organização de seminários e de grupos de trabalho sobre temas específicos;

c) concessão de bolsas de estudos e de viagem, envio de pessoal científico, técnico e administrativo e fornecimento de material;

d) luta contra todas as formas de poluição;

e) execução de grandes projetos de salvaguarda de conjuntos históricos ou tradicionais e de sua ambiência e difusão da experiência adquirida. Nas regiões situadas de um lado e de outro de uma fronteira onde ocorrerem problemas comuns de planejamento e salvaguarda de conjuntos históricos ou tradicionais e sua ambiência, os Estados Membros deveriam coordenar suas políticas e ações para conseguir a melhor utilização e proteção desse patrimônio;

f) assistência mútua entre países vizinhos para a salvaguarda de conjuntos de interesse comum, característicos do desenvolvimento histórico e cultural de região.

De acordo com o espírito e com os princípios da presente recomendação, nenhum Estado Membro deveria tomar qualquer medida para demolir ou alterar as características dos bairros, cidades e sítios históricos situados nos territórios ocupados por esse Estado.

Anexo 3

Recomendação da Europa – 11 de setembro 1995

Recomendação Europa

11 DE SETEMBRO DE 1995

Sobre a conservação integrada das áreas de paisagens culturais como integrantes das políticas paisagísticas, adotada pelo Comitê de Ministros em 11 de setembro de 1995, por ocasião do 543º encontro de vice-ministros.

Conselho da Europa – Comitê de Ministros

O comitê de Ministros, nos termos do artigo 15b. do Estatuto do Conselho da Europa

Considerando que o objetivo da organização é estreitar a unidade entre seus membros para facilitar especialmente seu progresso econômico e social;

Tendo em vista a Convenção referente à Proteção da Herança Cultural e Natural Mundial, adotada em Paris, em 16 de novembro de 1972;

Tendo em vista o sumário da Convenção Européia sobre Cooperação além-fronteiras entre Comunidades ou Autoridades Territoriais, aberto a assinaturas em Madri, em 21 de maio de 1980;

Tendo em vista a Recomendação n.º R (80) 16 sobre o treinamento especializado de arquitetos, urbanistas, engenheiros civis e paisagistas;

Tendo em vista a Carta Regional Européia sobre Planejamento Espacial, adotada em Torrimolinos, em 20 de maio de 1983, pela Conferência Européia de Ministros Responsáveis pelo Planejamento Regional;

Tendo em vista a Convenção para a Proteção da Herança Arquitetural na Europa, aberta a assinaturas em Granada, a 3 de outubro de 1985;

Evocando a campanha pelas zonas rurais empreendida pelo Conselho da Europa, em 1987 e 1998;

Tendo em mente a Diretiva n.º 337 das Comunidades Européias a respeito da avaliação dos efeitos de alguns projetos públicos e privados sobre o meio ambiente, adota em 27 de junho de 1985;

Tendo em vista a Convenção Européia para a Proteção de Herança Arqueológica, aberta a assinaturas em Malta, em 16 de janeiro de 1992;

Tendo em mente a Diretiva n.º 43 das Comunidades Européias sobre a conservação de habitats naturais e seminaturais, adotada em 21 de maio de 1992;

Tendo em vista as conclusões da Conferência para as Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, de 3 a 14 de junho de 1992;

Tendo em mente a Regulamentação n.º 2078 das Comunidades Européias, que trat de métodos de produção agrícola compatíveis com as exigências de proteção do meio ambiente e de manutenção das zonas rurais, adotada em 30 de junho de 1992;

Evocando a necessidade de se atingir um equilíbrio harmonioso de relações entre a sociedade e seu meio ambiente, com vistas à promoção do desenvolvimento econômico sustentável;

Constatando que técnicas e práticas de produção agrícola, silvícola e industrial referentes a construção de moradias, revalorização, turismo e lazer, assim como a mudanças sócio-econômicas, têm o efeito de modificar a paisagem e ameaçam a existência de áreas da paisagem cultural européia;

Observando que a proteção e o realce das áreas de paisagem cultural e a assistência às paisagens para preservar a memória do povo e a identidade cultural das comunidades humanas são fatores de aperfeiçoamento de seu meio ambiente;

Reconhecendo que o meio ambiente é um sistema dinâmico que engloba elementos naturais e culturais interagindo num determinado tempo e espaço e passível de ter efeitos diretos ou indiretos, imediatos ou a longo prazo, sobre os seres vivos, as comunidades humanas e sua descendência, em geral;

Considerando a necessidade de serem desenvolvidas estratégias para integrar a evolução orientada da paisagem e a preservação das áreas de paisagem cultural como parte de uma política que abranja a totalidade da paisagem e que estabeleça a proteção unificada dos interesses culturais, estéticos, ecológicos e sociais do respectivo território;

Considerando a necessidade de aproximar pesquisa e cooperação entre as diversas instituições européias atinentes e de coordenar a política local, nacional e interfronteiriça sobre paisagens de maneira mais ligada ao planejamento regional, à política agrícola e silvícola e à conservação da herança cultural e natural no contexto mais amplo de uma política de meio ambiente;

Recomenda que os governos dos Estados-membros adaptem suas políticas para conservação e evolução orientada de áreas de paisagem cultural ao contexto de uma política geral relativa a paisagens, de acordo com os princípios expostos no anexo a esta recomendação.

ANEXO À RECOMENDAÇÃO N.º r (95) 9

Definições

Artigo 1

Para os fins desta recomendação, os termos abaixo são empregados nas seguintes acepções:

Paisagem - expressão formal dos numerosos relacionados existentes em determinado período entre o indivíduo ou uma sociedade e um território topograficamente definido, cuja aparência é resultado de ação ou cuidados especiais, de fatores naturais e humanos e de uma combinação de ambos.

Paisagem é considerada em um triplo significado cultural, porquanto, é definida e caracterizada da maneira pela qual determinado território é percebido por um indivíduo ou por uma comunidade; dá testemunho ao passado e ao presente do relacionamento existente entre os indivíduos e seu meio ambiente; ajuda a especificar culturas e locais, sensibilidades, práticas, crenças e tradições.

Áreas de paisagem cultural - partes específicas, topograficamente delimitadas da paisagem, formadas por várias combinações de agenciamentos naturais e humanos, que ilustram a evolução da sociedade humana, seu estabelecimento e seu caráter através do tempo e do espaço e quanto de valores reconhecidos têm adquirido social e culturalmente em diferentes níveis territoriais, graças à presença de remanescentes físicos que refletem o uso e as atividades desenvolvidas na terra no passado, experiências ou tradições particulares, ou representação em obras literárias ou artísticas, ou pelo fato de ali haverem ocorrido fatos históricos.

Conservação - a aplicação dinâmica das medidas apropriadas, dos pontos de vista legal, econômico e operacional, para preservar determinados espólios da destruição ou deterioração e salvaguardar seu futuro.

Política paisagística - todas as estruturas concorrentes definidas pelas autoridades competentes e relativas a diferentes atividades do poder público, de proprietários de terras e de outros interessados na evolução orientada de uma paisagem e em sua valorização, de acordo com os desejos da sociedade como um todo.

Poluição visual - degradação ofensiva à visualidade resultante ou de acúmulo de instalações ou equipamento técnico (torres, cartazes de propaganda, anúncios ou qualquer outro material

publicitário) ou da presença de plantação de árvores, zona florestal ou projetos construtivos inadequados ou mal localizados.

Campo de aplicação da Recomendação

Artigo 2

Os princípios expostos nesta recomendação referem-se particularmente à áreas suscetíveis de avaria, destruição e transformação prejudiciais ao equilíbrio do meio ambiente, e dizem respeito especialmente à conservação das áreas de paisagem cultural.

Muitos fenômenos, que têm um impacto nos complexos vínculos existentes entre os indivíduos e seu meio ambiente, promovem degradação física e poluição visual muitas vezes irreversíveis. As causas podem estar em:

- uso insustentável de recursos naturais do solo, subsolo, água e atmosfera;
- desenvolvimento descontrolado dos setores da indústria, energia, turismo e lazer;
- intensificação exagerada e altamente especializada da agricultura e as silvicultura, acompanhada de objetivos que não levam em conta a terra e o despovoamento rural;
- desenvolvimento urbano insuficientemente planejado e executado, sobretudo nas zonas suburbanas;
  instalação de grandes construções ou de infra-estrutura de transportes sem a necessária
- avaliação a respeito do caráter e da qualidade das áreas em que estão situadas; negligência ou inadvertência sobre o valor das paisagens culturais, devidas à falta de informação e educação;

Graças à natureza multidisciplinar dos pontos em comum ao estudo de paisagens, a aplicação de medidas para a conservação e a evolução controlada de paisagem cultural sugeridas nesta recomendação deveria ser planejada em conexão com políticas mais abrangentes para as áreas de paisagem, contemplando todos os interesses do respectivo território: culturais, históricos, arqueológicos, etnológicos, ecológicos, estéticos, econômicos e sociais.

Medidas para reparar danos cometidos contra paisagens revelam-se freqüentemente como inadequadas por causa da gravidade dos efeitos prejudiciais e da impropriedade do diagnóstico, da informação, do treinamento e das estratégias de intervenção. Por isso, os procedimentos relativos à identificação e à avaliação, e os meios de intervenção devem permitir uma ação flexível e de larga extensão.

Tendo isso em mente, dada a inseparável natureza dos componentes cultural e natural da paisagem européia, é necessário providenciar meios de identificação, avaliação e intervenção

capazes de abarcar todos os aspectos das áreas de paisagem cultural e da paisagem cultural e da paisagem como um todo.

Objetivo da Recomendação

Artigo 3

1. Esta recomendação propõe meios teóricos e operacionais para conservação e evolução controladas das áreas de paisagem cultural em cuja estrutura se incluam as políticas se uso da terra e da paisagem como um todo.

Essas políticas expressam determinado número de princípios derivados da tradição dos Estados-membros do conselho da Europa na esfera da proteção ambiental

- a finalidade do desenvolvimento econômico sustentável implicando uma relação harmoniosa entre as necessidades da população, o uso dos recursos naturais e a organização das atividades humanas em determinada área;
- a busca de um meio ambiente que contemple tanto a herança cultural quanto a natural e que leve a natureza evolucionária da paisagem como um todo;
- a necessária adaptação do desenvolvimento econômico às necessidades de uma sociedade que dê a devida consideração à qualidade das relações humanas e à solidariedade entre os setores da população.

2. A política de paisagens considera e harmoniza os interesses culturais, estéticos, ecológicos, econômicos e sociais. Uma nação concertada das partes envolvidas deveria ser garantida no estágio da identificação do legado transmitido pela paisagem e no planejamento e na implementação de políticas de paisagem. Em virtude da natureza multidisciplinar das políticas de paisagem, a responsabilidade por elas não pode ser imputada apenas aos funcionários encarregados do planejamento urbano ou regional e da política de silvicultura, que são responsáveis pelo controle do território em muitos países. Outros interesses devem também ser incluídos.

3. Esta Recomendação tem dois objetivos:

- estabelecer as linhas de orientação das políticas de paisagem, respeitando e valorizando as identidades européias;
- propor medidas para a conservação e a evolução controlada das áreas de paisagem cultural. As políticas de sua conservação e valorização devem ser partes integrante do planejamento regional e espacial e das políticas de agricultura e silvicultura e adaptar-se à política geral de paisagens em um sentido geral, dais quais é aspecto determinado.

4. As áreas de paisagem cultural nem sempre se constituem apenas de bens culturais, mas de valores paisagísticos que podem necessitar de uma particular proteção legal. Outras categorias de bens paisagísticos merecem proteção específica devido a seu excepcional valor ecológico ou natural.

O Processo de Identificação e a Avaliação das Áreas de Paisagem Natural

Artigo 4

1. Uma abordagem multidisciplinar deveria ser adotada, tanto no estágio de identificação das paisagens e de seus componentes quanto no da sua avaliação, o que requer a montagem de documentação capaz de objetivar as medidas a serem tomadas.

Com relação aos procedimentos de identificação de uma paisagem:

- cabe a cada Estado determinar o nível (local, regional, nacional ou transnacional) em que o processo de identificação deva ser executado;
- as operações deveriam ser conduzidas por autoridades competentes e designadas com a assistência de adequados especialistas em diferentes matérias, de acordo com os programas de ação de cada país.

Esses procedimentos de identificação deveriam ser conduzidos:

- sob a responsabilidade das autoridades competentes, no nível territorial apropriado;
- por especialistas independentes designados em vista dos aspectos de que se vai tratar (nos setores de arquitetura, paisagismo, arqueologia, geografia, planejamento urbano, história, etnologia, antropologia, geologia, agronomia, economia, sociologia, ecologia, ciências naturais e direito, por exemplo);
- com a participação da comunidade local:
- membros eleitos e representantes das autoridades envolvidas;
- representantes das principais categorias profissionais ligadas às atividades sócio-econômicas na área pertinente: fazendeiros, guardas florestais, artífices, industriais e agentes de turismo;
- representantes dos moradores, de associações capacitadas à proteção da herança cultural e natural e outras associações.

2. O emprego de métodos coordenados de identificação entre as diferentes regiões de cada país é desejável para o intercâmbio de informações e para facilitar a implementação de consistentes políticas nacionais de paisagem. Coordenação e provisão de aconselhamento e assistência são incumbências de uma autoridade nacional adequada.

3. Procedimentos de identificação de categorias de paisagens empregados por diferentes países europeus poderiam ser freqüentemente aplicados no contexto de uma cooperação além-fronteiras.

Os procedimentos de avaliação de uma paisagem deveriam:

- ser baseados em uma abordagem ampla e analítica, que leve em conta o papel das diferentes disciplinas envolvidas. Essa avaliação pode ser levada a efeito em nível local, regional, nacional ou internacional;
- visar à divulgação dos valores culturais, históricos, arqueológicos, estéticos, simbólicos, etnológicos, ecológicos, econômicos e sociais que as sociedades atribuem às paisagens em vários níveis territoriais;
- considerar as condições históricas em que a paisagem foi configurada e incluir um estudo detalhado dos atributos culturais e naturais de cada unidade da paisagem, examinada nos termos de um método interdisciplinar de trabalho, que utilize equipamento técnico e científico apropriado;
- ser capazes de delimitar zonas autorizadas para a implementação da conservação legal e/ou procedimentos de controle do solo, por serem "áreas de paisagem cultural", ou no interesse de valores naturais ou ecológicos protegidos por leis específicas;

  ser facilmente compreensíveis e aplicáveis por um grande número de usuários;
- constituir-se em um instrumento fácil de ser utilizado em diferentes situações culturais ou geográficas;
- representar um referencial comum para todas as modalidades de intervenção que possam vir a ser empregadas;
- assegurar a participação efetiva da população nos processos de avaliação e de manejo da paisagem.

Níveis de Competência e Estratégia de Ação

Artigo 5 - O contexto das políticas de paisagem

As estratégias de ação deveriam refletir a mesma abordagem multidisciplinar da identificação da avaliação de paisagens, áreas de paisagem cultural e sus componentes.

Essas estratégias deveriam ser adaptadas dentro da mesma estrutura escolhida para os procedimentos de identificação e da avaliação de paisagens, áreas de paisagem cultural e seus componentes.

Essas estratégias deveriam ser adaptadas dentro da mesma estrutura escolhida para os procedimentos de identificação e da avaliação de paisagens, sujeitas ao direito de intervenção do Estado, sob regras de ação definidas por regulamentos ou decisões administrativas.

Estrutura Legal ou Reguladora

I. Cabe aos governos nacionais, ou às autoridades responsáveis em Estados com estrutura federal, realizar a necessária provisão institucional (exercendo, por exemplo, a coordenação de um conselho ou câmara multidisciplinar) para a introdução de procedimentos relativos à paisagem e medidas específicas referentes às áreas de paisagem cultural.

II. Convém impedir a proliferação de uma legislação setorial descoordenada e algumas vezes contraditória, que realmente não leva ao estabelecimento de políticas abrangentes de conservação e controle de paisagens. Dependendo da situação em cada Estado:

III. Estados com legislação insuficientemente coordenada de veriam empenhar-se em simplifica-la ou em torná-la coerente;

IV. Um sistema legislativo unificado, que incorpore os variados aspectos das políticas de paisagem, deveria ser objetivado onde houver lacunas ou quando as circunstâncias justificarem a revisão das leis pertinentes.

Implementação de Políticas de Paisagem

Artigo 6

Princípios Gerais

É importante que as políticas de paisagem se inspirem nos princípios do desenvolvimento sustentável enquanto meta, com a adoção de medidas apropriadas para compatibilizar a evolução controlada da paisagem e as mudanças sócio-econômicas que tendem a alterar o meio ambiente.

Tais políticas deveriam corporificar os dados obtidos através da identificação e da avaliação de paisagens em instrumentos legais ou em estratégias oficiais. A propósito, quaisquer políticas formuladas em nível regional, nacional ou internacional que se relacionem a matérias como agricultura, indústria, diversões pública, turismo e lazer deveriam ser consonantes com as políticas de paisagem formuladas nos mesmos níveis.

Estratégias para controlar a evolução da paisagem

I. Tais estratégias deveriam ser delineadas em nível administrativo, ser conseqüentes aos procedimentos de identificação e avaliação de paisagens e redigidas com a

colaboração dos mesmos organismos, sob a supervis/ao das autoridades responsáveis pelo governo local ou regional da área em questão. Deverão autorizar qualquer desenvolvimento proposto ou previsível e esquemas de exploração e intervenção a serem harmonizados com os interesses da paisagem.

II. Para isso, o alvo das estratégias de evolução controlada das paisagens consiste em identificar, conservar e valorizar as estruturas paisagísticas.

III. As modalidades de procedimentos de intervenção podem variar bastante, dependendo das diferentes características da paisagem em questão.

IV. As estratégias de intervenção podem ser implementadas através de planos paisagísticos formulados para a decisão das associações de operadores econômicos e de residentes, para que se levem em conta tanto os interesses das paisagens locais quanto as medidas de natureza econômica e fiscal.

V. A realimentação advinda das revisões das estratégias de evolução controlada da paisagem e as medidas que elas necessariamente acarretam deveriam ser incorporadas ao planejamento urbano e às regulamentações estabelecidas para o desenvolvimento regional, de acordo com as posturas da lei municipal e do sistema administrativo de cada país. A experiência obtida pode ser também aplicada à formulação de estratégias subseqüentes ou à revisão das que já existem.

VI. As indicações derivadas da avaliação da paisagem deveriam ser levadas em consideração, de forma apropriada, na implementação de medidas legais relativas ao uso da terra e ao planejamento territorial (permissão para construir ou demolir, autorização de trabalho que mude a natureza do território ou altere o meio ambiente) e nos estudos de impacto exigidos pela legislação ou por atos administrativos regionais ou nacionais.

VII. Penalidades civis, administrativas ou criminais podem ser introduzidas em cada sistema legal nacional.

VIII. Quando grandes construções ou projetos de desenvolvimento estiverem sendo planejados, é aconselhável proceder a um estudo do impacto para avaliar para seus efeitos nas paisagens afetadas.

Proteção Legal e Conservação das Áreas de Paisagem Cultural como Parte de Políticas de Paisagem

Artigo 7

1. Procedimentos Específicos de Proteção

Assim como se justifica atribuir proteção legal a locais de particular valor ecológico ou natural, as paisagens culturais, tal como definidas no artigo 1 desta recomendação, deveriam ser objeto de medidas específicas de preservação.

Á áreas de paisagem cultural que tenham sido catalogadas e selecionadas durante a identificação e avaliação de uma determinada paisagem deveriam ser objeto de medidas específicas de proteção e conservação, baseadas tanto nos procedimentos gerais de uso da terra e de planejamento territorial quanto nas normas setoriais relacionadas à herança cultural. Essas normas serviriam para identificar os sítios a serem protegidos, seja pela definição de zonas adequadas, seja pelo registro desses sítios em listagens especiais. Todas as áreas especificamente protegidas que existam devem ser mencionadas nos documentos de planejamento urbano.

2. Aplicação de Medidas Específicas de Proteção

I. Dependendo do valor das áreas de paisagem cultural protegidas, o projeto de proteção deveria estabelecer a supervisão de uma autoridade responsável no território no que diz respeito à concessão de autorização para construções, demolições ou realização de obras (incluídos projetos de silvicultura, agrícola ou de infra-estruturas) que resultem na transformação das paisagens. Em algumas áreas ou em partes de áreas a proteção pode acarretar a proibição de construir.

II. A gerência exercida em regiões delimitadas pode ser um elemento de política de paisagem implementada em bases multidisciplinares em nível regional ou local. A autoridade central responsável pelas áreas de paisagem cultural em nível nacional pode, no entanto, reservar-se o direito de alterar decisões das autoridades locais nas áreas nas áreas de paisagens culturais de valor nacional ou internacional, para assegurar que o desenvolvimento seja compatível com a preservação da integridade da área de paisagem cultural e de seu caráter distinto.

3. Medidas Específicas para Conservação e Evolução Controlada

I. As áreas de paisagem cultural consistem em recursos sócio-econômicos que podem ser empregados no desenvolvimento local. Trata-se, contudo, de recursos não renováveis e seu uso deve ser planejado no sentido de reservar sua integridade e seu caráter peculiar.

II. O emprego das áreas de paisagem cultural para estimular o desenvolvimento local é mais eficientemente planejado no interior de uma estratégia regional, para evitar a repetição de tipos de desenvolvimento dentro de uma única área. As autoridades

locais deveriam trabalhar conjuntamente, nos termos de programas estabelecidos em acordo.

III. Incentivos podem encorajar os usos apropriados de áreas de paisagem cultura, incluído, quando for conveniente, um aumento de investimento público para apoiar a economia local e a criação de empregos, através, por exemplo, de:

a) subsídios ou empréstimos a juros baixos para a manutenção, conservação e valorização da área de paisagem cultural em questão;

b) subsídios para várias iniciativas que encorajem a manutenção de atividades existentes, incluídas as que ajudem a conservar as áreas de paisagem cultural;

c) delineação e criação de comodidades e infra-estrutura, principalmente nos setores de novas tecnologias, telecomunicações e transportes, compatíveis com a manutenção da integridade da feição da área de paisagem cultural;

d) introdução de medidas a serem tomadas pelos Estados-membros para encorajar as iniciativas das associações privadas no sentido de proteger as áreas de paisagem cultural;

e) esquemas de incentivo no interior de áreas de paisagem cultural que promovam boa conservação e adequadas práticas de manejo em agricultura e silvicultura.

IV. É importante incentivar o acesso público a áreas de paisagem cultural, embora o fluxo de visitantes e turistas deva ser mantido sob controle. As autoridades deveriam promover uma apresentação clara e apropriada da história e da importância de cada local, através de:

a) promoção de projetos de pesquisa e de programas de estudos centrados nos diferentes aspectos do local;

b) cooperação dos departamentos adequados das universidades locais ou dos institutos de pesquisas e das autoridades ligadas à conservação e administração;

c) administração controlada da visitação, que encoraje o acesso a locais situados fora das maiores rotas turísticas e que restrinja o número de visitantes a locais que os estejam recebendo número muito elevado;

d) viabilidade do fornecimento de informação adequada e de publicações destinadas aos visitantes.

Informação e Incremento da Conscientização

Artigo 8

É recomendável que os Estados-membros empreendam campanhas de informação e incremento da conscientização às autoridades pertinentes e aos diferentes setores do público envolvidos.

1. Nessa perspectiva, as campanhas podem variar de acordo com as categorias sociais e profissionais a serem atingidas:

I. público em geral;

II. usuários diretos dos recursos naturais do território (fazendeiros, proprietários de terras, industriais, turistas, esportistas, por exemplo);

III. representantes eleitos e autoridades públicas que exerçam responsabilidade local e nacional quanto ao uso da terra, ao planejamento espacial, ou ao desenvolvimento econômico e social;

IV. profissionais e técnicos envolvidos em diferentes campos de atividades que digam respeito à aparência física do meio ambiente.

Os Estados-membros deveriam desenvolver ou ampliar ações que introduzam temas relacionados à dimensão cultural é um aspecto importante do meio ambiente e deveria, sempre que possível, ser integrada ao campo mais amplo da educação ambiental.

2. Os métodos escolhidos para a informação e o incremento da conscientização das partes envolvidas variam de acordo com as características sociais ou profissionais de cada grupo alvo. Nessa perspectiva, os Estados-membros podem escolher o mais apropriado entre os seguintes meios:

I. material de ampla circulação (cartões postais e folhetos ilustrados que forneçam informação geral sobre os conceitos básicos, as instituições responsáveis e os fenômenos que mais freqüentemente afetem ou ameacem a paisagem);

II. vídeos e material de propaganda;

III. trabalhos diversos destinados aos leigos;

IV. projeções, seminários e conferências;

V. novas técnicas de informação e comunicação;

VI. manuais técnicos em geral (pesquisa e estudos aprofundados sobre todos os aspectos da paisagem);

VII. manuais técnicos especializados (monografias sobre itens específicos da paisagem).

Treinamento e Pesquisa

Artigo 9

1. A introdução de programas de treinamento e pesquisa deve ser u objetivo fundamental dos Estados-membros. É necessário a graduados pelas universidades ou por outras instituições especializadas, pessoal e profissionais envolvidos no planejamento espacial e do uso da terra, planejamento físico-territorial e uso controlado da terra, para que adquiram o conhecimento e a prática necessários para elaborar projetos de uso da terra e de planejamento territorial ou para executar projetos que atendam às necessidades de mudanças econômicas, sociais e culturais de modo compatível com as políticas de paisagem.

Programas específicos deveriam ser proporcionados a estudantes que desejem trabalhar, e a profissionais já engajados, na conservação de áreas de paisagem cultural e em políticas gerais de paisagem.

Esses programas de treinamento deveriam:

I. referir-se especificamente às disciplinas relacionadas ao planejamento espacial do uso da terra;

II. abranger as disciplinas necessárias para a conservação do patrimônio cultural e natural e o controle do desenvolvimento que o afete;

III. reunir estudantes e professores de diferentes áreas geográficas e disciplinas, respeitando, assim, o princípio interdisciplinar vital para a estruturação de políticas de conservação e controle de paisagem;

IV. culminar na criação, na Europa, de uma cadeia inter-regional de centros especializados para capacitar estudantes e estagiários ao trabalho, e professores e especialistas que atuem como instrutores para a realização de visitas de intercâmbio.

V. Cada curso de treinamento deverá compreender uma parte teórica, que consista de aulas ou palestras, e de uma parte prática, na forma de oficinas de trabalho ou de estudos de casos.

2. os programas poderiam adotar o seguinte padrão;

I - Teoria

a) conhecimento e compreensão de conceitos básicos e de reconhecimento da diversidade de abordagens nas diferentes disciplinas;

b) história da formação da paisagem e dos fatores que lhe provocam mudanças;

c) compreensão de como a paisagem tem sido apreendida historicamente e de seu reflexo na sociedade;

d) história das políticas e da legislação relativa a paisagem nos países da Europa;

e) informação sobre as fontes e as referências;

f) coleção de referências e sistemas de processamento; sistemas informativos cartográficos, fotográficos ou iconográficos.

II - Prática

a) técnicas para a análise de paisagens e para a identificação de elementos causais;

b) sistemas para avaliação da importância da paisagem de um território: técnicas operatórias;

c) identificação de instrumentos para a proteção, conservação e evolução controlada das áreas de paisagem cultural e para a implementação de políticas de paisagem, tais como planejamento ou controle e da paisagem;

d) concepção e aplicação de projetos para valorização, manutenção, conservação e restauração de áreas de paisagem cultural e de paisagismo em geral;

e) programas e seminários de treinamento específico para fornecer aos estudantes alguma experiência de trabalho efetiva nas esferas do uso da terra e do planejamento territorial.

3. Programas de pesquisas deveriam ser organizados e encorajados nas universidades e nas instituições públicas e privadas, para fornecer o conhecimento necessário ao treinamento básico e adicional no campo do patrimônio cultural e natural.

Cooperação Internacional

Artigo 10

Os Estados-membros do Conselho da Europa deveriam incubir-se de desenvolver a cooperação internacional com o objetivo de progredir em suas políticas de paisagem, através de um maior intercâmbio de informações e de experiências.

Essa colaboração tanto pode ser:

I. bilateral, através de projetos pilotos transfronteiriços para identificar e controlar a evolução da paisagem, assim como para promover a conservação e a evolução controlada das áreas de paisagem cultural e de seus componentes; ou

II. multilateral, no interior das estruturas dos programas de trabalho intergovernamentais mantidos pelas organizações internacionais de que façam parte.

III. Cooperação multilateral na Europa, pode adotar como propósitos específicos:

a) a discussão dos objetivos e métodos das políticas de paisagem e das estratégias para a conservação e valorização das áreas de paisagem cultural e de seus componentes;

b) a harmonização das regras relativas à conservação dos componentes da paisagem, como parte da incumbência de construir uma política abrangente de paisagem baseada no princípio do desenvolvimento econômico sustentável;

c) pode manifestar-se através de:

d) organização de grupos de trabalho multilaterais para fornecer cooperação e assistência técnicas;

e) organização de treinamento comum, de campanhas de informação e de conscientização a respeito da conservação e da evolução controladas das áreas de paisagem cultural, como parte de política geral de paisagens.

Anexo 4

Convenção Europeia da Paisagem - Florença - 20 de Outubro de 2000

Decreto n.º 4/2005
Convenção Europeia da Paisagem, feita em Florença em 20 de Outubro de 2000

Considerando fundamental, para alcançar o desenvolvimento sustentável, o estabelecimento de uma relação equilibrada e harmoniosa entre as necessidades sociais, as actividades económicas e o ambiente;
Considerando que a paisagem desempenha importantes funções de interesse público nos campos cultural, ecológico, ambiental e social e que constitui um recurso favorável à actividade económica, cuja protecção, gestão e ordenamento adequados podem contribuir para a criação de emprego;
Considerando que Portugal assinou em Florença, em 20 de Outubro de 2000, a Convenção Europeia da Paisagem:
Assim:
Nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 197.º da Constituição, o Governo aprova a Convenção Europeia da Paisagem, feita em Florença em 20 de Outubro de 2000, cujo texto, nas versões autenticadas nas línguas inglesa e francesa e respectiva tradução em língua portuguesa, se publica em anexo.
Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 15 de Dezembro de 2004. - Pedro Miguel de Santana Lopes - António José de Castro Bagão Félix - António Victor Martins Monteiro - Luís José de Mello e Castro Guedes.
Assinado em 20 de Janeiro de 2005.
Publique-se.
O Presidente da República, JORGE SAMPAIO.
Referendado em 26 de Janeiro de 2005.
O Primeiro-Ministro, Pedro Miguel de Santana Lopes.

CONVENÇÃO EUROPEIA DA PAISAGEM
Preâmbulo

Os membros do Conselho da Europa signatários da presente Convenção:

Considerando que o objectivo do Conselho da Europa é alcançar uma maior unidade entre os seus membros a fim de salvaguardar e promover os ideais e princípios que constituem o seu património comum, e que este objectivo é prosseguido em particular através da conclusão de acordos nos domínios económico e social;

Preocupados em alcançar o desenvolvimento sustentável estabelecendo uma relação equilibrada e harmoniosa entre as necessidades sociais, as actividades económicas e o ambiente;

Constatando que a paisagem desempenha importantes funções de interesse público, nos campos cultural, ecológico, ambiental e social, e constitui um recurso favorável à actividade económica, cuja protecção, gestão e ordenamento adequados podem contribuir para a criação de emprego;

Conscientes de que a paisagem contribui para a formação de culturas locais e representa uma componente fundamental do património cultural e natural europeu, contribuindo para o bem-estar humano e para a consolidação da identidade europeia;

Reconhecendo que a paisagem é em toda a parte um elemento importante da qualidade de vida das populações: nas áreas urbanas e rurais, nas áreas degradadas bem como nas de grande qualidade, em áreas consideradas notáveis, assim como nas áreas da vida quotidiana;

Constatando que as evoluções das técnicas de produção agrícola, florestal, industrial e mineira e das técnicas nos domínios do ordenamento do território, do urbanismo, dos transportes, das infra-estruturas, do turismo, do lazer e, de modo mais geral, as alterações na economia mundial estão em muitos casos a acelerar a transformação das paisagens;

Desejando responder à vontade das populações de usufruir de paisagens de grande qualidade e de desempenhar uma parte activa na sua transformação;

Persuadidos de que a paisagem constitui um elemento-chave do bem-estar individual e social e que a sua protecção, gestão e ordenamento implicam direitos e responsabilidades para cada cidadão;

Tendo presente os textos jurídicos existentes ao nível internacional nos domínios da protecção e gestão do património natural e cultural, no ordenamento do território, na autonomia local e cooperação transfronteiriça, nomeadamente a Convenção Relativa à Conservação da Vida Selvagem e dos Habitats Naturais da Europa (Berna, 19 de Setembro de 1979), a Convenção para a Salvaguarda do Património Arquitectónico da Europa (Granada, 3 de Outubro de 1985), a Convenção para a Protecção do Património Arqueológico da Europa (revista) (Valletta, 16 de Janeiro de 1992), a Convenção Quadro Europeia para a Cooperação Transfronteiriça entre Comunidades e Autoridades Territoriais (Madrid, 21 de Maio de 1980) e seus protocolos adicionais, a Carta Europeia da Autonomia Local (Estrasburgo, 15 de Outubro de 1985), a Convenção sobre Diversidade Biológica (Rio, 5 de Junho de 1992), a Convenção Relativa à Protecção do Património Mundial Cultural e Natural (Paris, 16 de Novembro de 1972), e a Convenção sobre o Acesso à Informação, Participação do Público no Processo de Tomada de Decisão e Acesso à Justiça em Matéria de Ambiente (Äarhus, 25 de Junho de 1998);

Reconhecendo que as paisagens europeias, pela sua qualidade e diversidade, constituem um recurso comum, e que é importante cooperar para a sua protecção, gestão e ordenamento;

Desejando estabelecer um novo instrumento dedicado exclusivamente à protecção, gestão e ordenamento de todas as paisagens europeias;

acordam no seguinte:

CAPÍTULO I
Disposições gerais

Artigo 1.º
Definições

Para os efeitos da presente Convenção:

a) «Paisagem» designa uma parte do território, tal como é apreendida pelas populações, cujo carácter resulta da acção e da interacção de factores naturais e ou humanos;

b) «Política da paisagem» designa a formulação pelas autoridades públicas competentes de princípios gerais, estratégias e linhas orientadoras que permitam a adopção de medidas específicas tendo em vista a protecção, a gestão e o ordenamento da paisagem;

c) «Objectivo de qualidade paisagística» designa a formulação pelas autoridades públicas competentes, para uma paisagem específica, das aspirações das populações relativamente às características paisagísticas do seu quadro de vida;

d) «Protecção da paisagem» designa as acções de conservação ou manutenção dos traços significativos ou característicos de uma paisagem, justificadas pelo seu valor patrimonial resultante da sua configuração natural e ou da intervenção humana;

e) «Gestão da paisagem» designa a acção visando assegurar a manutenção de uma paisagem, numa perspectiva de desenvolvimento sustentável, no sentido de orientar e harmonizar as alterações resultantes dos processos sociais, económicos e ambientais;

f) «Ordenamento da paisagem» designa as acções com forte carácter prospectivo visando a valorização, a recuperação ou a criação de paisagens.

Artigo 2.º
Âmbito

Sem prejuízo das disposições constantes do artigo 15.º, a presente Convenção aplica-se a todo o território das Partes e incide sobre as áreas naturais, rurais, urbanas e periurbanas. Abrange as áreas terrestres, as águas interiores e as águas marítimas. Aplica-se tanto a paisagens que possam ser consideradas excepcionais como a paisagens da vida quotidiana e a paisagens degradadas.

Artigo 3.º
Objectivos

A presente Convenção tem por objectivo promover a protecção, a gestão e o ordenamento da paisagem e organizar a cooperação europeia neste domínio.

CAPÍTULO II
Medidas nacionais

Artigo 4.º
Repartição de competências

Cada uma das Partes aplica a presente Convenção, em especial os artigos 5.º e 6.º, de acordo com a sua própria repartição de competências em conformidade com os seus princípios constitucionais e organização administrativa, respeitando o princípio da subsidiariedade, e tendo em consideração a Carta Europeia da Autonomia Local. Sem derrogar as disposições da presente Convenção, cada uma das Partes deve harmonizar a implementação da presente Convenção de acordo com as suas próprias políticas.

Artigo 5.º
Medidas gerais

Cada Parte compromete-se a:

a) Reconhecer juridicamente a paisagem como uma componente essencial do ambiente humano, uma expressão da diversidade do seu património comum cultural e natural e base da sua identidade;

b) Estabelecer e aplicar políticas da paisagem visando a protecção, a gestão e o ordenamento da paisagem através da adopção das medidas específicas estabelecidas no artigo 6.º;

c) Estabelecer procedimentos para a participação do público, das autoridades locais e das autoridades regionais e de outros intervenientes interessados na definição e implementação das políticas da paisagem mencionadas na alínea b) anterior;

d) Integrar a paisagem nas suas políticas de ordenamento do território e de urbanismo, e nas suas políticas cultural, ambiental, agrícola, social e económica, bem como em quaisquer outras políticas com eventual impacte directo ou indirecto na paisagem.

Artigo 6.º
Medidas específicas

A) Sensibilização

Cada uma das Partes compromete-se a incrementar a sensibilização da sociedade civil, das organizações privadas e das autoridades públicas para o valor da paisagem, o seu papel e as suas transformações.

B) Formação e educação

Cada uma das Partes compromete-se a promover:

a) A formação de especialistas nos domínios do conhecimento e da intervenção na paisagem;

b) Programas de formação pluridisciplinar em política, protecção, gestão e ordenamento da paisagem, destinados a profissionais dos sectores público e privado e a associações interessadas;

c) Cursos escolares e universitários que, nas áreas temáticas relevantes, abordem os valores ligados às paisagens e as questões relativas à sua protecção, gestão e ordenamento.

C) Identificação e avaliação

1 - Com a participação activa dos intervenientes, tal como estipulado no artigo 5.º, alínea c), e tendo em vista melhorar o conhecimento das paisagens, cada Parte compromete-se a:

a):

i) Identificar as paisagens no conjunto do seu território;
ii) Analisar as suas características bem como as dinâmicas e as pressões que as modificam;
iii) Acompanhar as suas transformações;

b) Avaliar as paisagens assim identificadas, tomando em consideração os valores específicos que lhes são atribuídos pelos intervenientes e pela população interessada.

2 - Os procedimentos de identificação e avaliação serão orientados por trocas de experiências e de metodologias, organizadas entre as Partes ao nível europeu, em conformidade com o artigo 8.º

D) Objectivos de qualidade paisagística

Cada uma das Partes compromete-se a definir objectivos de qualidade paisagística para as paisagens identificadas e avaliadas, após consulta pública, em conformidade com o artigo 5.º, alínea c).

E) Aplicação

Tendo em vista a aplicação das políticas da paisagem, cada Parte compromete-se a estabelecer os instrumentos que visem a protecção, a gestão e ou o ordenamento da paisagem.

CAPÍTULO III
Cooperação europeia

Artigo 7.º
Políticas e programas internacionais

As Partes comprometem-se a cooperar para que a dimensão paisagística seja tida em conta nas políticas e nos programas internacionais e a recomendar, quando relevante, que estes incluam a temática da paisagem.

Artigo 8.º
Assistência mútua e troca de informações

As Partes comprometem-se a cooperar no sentido de melhorar a eficácia das medidas tomadas ao abrigo das disposições da presente Convenção e especificamente a:

a) Prestar assistência técnica e científica mútua através da recolha e da troca de experiências e de resultados de investigação no domínio da paisagem;

b) Promover a permuta de especialistas no domínio da paisagem, em especial para fins de formação e informação;

c) Trocar informações sobre todas as matérias abrangidas pelas disposições da Convenção.

Artigo 9.º
Paisagens transfronteiriças

As Partes comprometem-se a encorajar a cooperação transfronteiriça ao nível local e regional e, sempre que necessário, a elaborar e implementar programas comuns de valorização da paisagem.

Artigo 10.º
Monitorização da aplicação da Convenção

1 - Os competentes comités de peritos existentes, estabelecidos ao abrigo do artigo 17.º do Estatuto do Conselho da Europa, são incumbidos pelo Comité de Ministros do Conselho da Europa de acompanharem a aplicação da presente Convenção.

2 - Após a realização de cada reunião dos comités de peritos, o Secretário-Geral do Conselho da Europa apresenta um relatório sobre o trabalho desenvolvido e sobre o funcionamento da Convenção ao Comité de Ministros.

3 - Os comités de peritos propõem ao Comité de Ministros os critérios de atribuição e o regulamento de um Prémio da Paisagem do Conselho da Europa.

Artigo 11.º
Prémio da Paisagem do Conselho da Europa

1 - O Prémio da Paisagem do Conselho da Europa pode ser atribuído às autoridades locais e regionais e às associações por elas constituídas que, no quadro da política da paisagem de uma Parte signatária da presente Convenção, estabeleceram uma política ou medidas de protecção, gestão e ou ordenamento das suas paisagens, demonstrando ser eficazes do ponto de vista da sustentabilidade, podendo assim constituir um exemplo para as outras autoridades territoriais europeias. A distinção também pode ser atribuída a organizações não governamentais que tenham demonstrado contribuir de forma notável para a protecção, a gestão e ou o ordenamento da paisagem.

2 - As candidaturas ao Prémio da Paisagem do Conselho da Europa devem ser submetidas pelas Partes aos comités de peritos previstos no artigo 10.º As colectividades locais e

regionais transfronteiriças e respectivas associações interessadas podem candidatar-se desde que administrem conjuntamente a paisagem em questão.

3 - Mediante proposta dos comités de peritos mencionados no artigo 10.º, o Comité de Ministros define e publica os critérios para a atribuição do Prémio da Paisagem do Conselho da Europa, adopta o seu regulamento e atribui o Prémio.

4 - A atribuição do Prémio da Paisagem do Conselho da Europa deve incentivar as entidades que dele são titulares a garantir a protecção, a gestão e ou o ordenamento sustentável das paisagens em causa.

CAPÍTULO IV
Disposições finais

Artigo 12.º
Relação com outros instrumentos

As disposições da presente Convenção não prejudicam a aplicação de disposições mais rigorosas relativas à protecção, à gestão e ou ao ordenamento da paisagem estabelecidas noutros instrumentos nacionais ou internacionais vinculativos, em vigor ou que entrem em vigor.

Artigo 13.º
Assinatura, ratificação e entrada em vigor

1 - A presente Convenção será aberta para assinatura por parte dos Estados membros do Conselho da Europa. Será submetida a ratificação, aceitação ou aprovação. Os instrumentos de ratificação, aceitação ou aprovação serão depositados junto do Secretário-Geral do Conselho da Europa.

2 - A Convenção entrará em vigor no 1.º dia do mês seguinte ao termo de um período de três meses após a data na qual 10 Estados membros do Conselho da Europa tenham expressado o seu consentimento em vincular-se à Convenção em conformidade com as disposições do parágrafo anterior.

3 - Para qualquer Estado signatário que exprima posteriormente o seu consentimento em vincular-se à Convenção, esta entrará em vigor no 1.º dia do mês seguinte ao termo de um período de três meses após a data do depósito do instrumento de ratificação, aceitação ou aprovação.

Artigo 14.º
Adesão

1 - Após a entrada em vigor da presente Convenção, o Comité de Ministros do Conselho da Europa pode convidar a Comunidade Europeia e qualquer outro Estado europeu que não seja membro do Conselho da Europa a aderir à Convenção por decisão tomada por maioria, como disposto no artigo 20.º, alínea d), do Estatuto do Conselho da Europa, e por voto unânime dos Estados Parte com assento no Comité de Ministros.

2 - Em relação a qualquer Estado aderente, ou em caso de adesão pela Comunidade Europeia, a Convenção entrará em vigor no 1.º dia do mês seguinte ao termo de um período de três meses após a data do depósito do instrumento de adesão junto do Secretário-Geral do Conselho da Europa.

Artigo 15.º
Aplicação territorial

1 - Qualquer Estado ou a Comunidade Europeia pode, no momento da assinatura ou quando do depósito do seu instrumento de ratificação, aceitação, aprovação ou adesão, designar o território ou os territórios aos quais será aplicável a presente Convenção.

2 - Qualquer Parte pode, a qualquer momento, através de declaração dirigida ao Secretário-Geral do Conselho da Europa, alargar a aplicação da presente Convenção a qualquer outro território designado na declaração. A Convenção entrará em vigor relativamente a esse território no 1.º dia do mês seguinte ao termo de um período de três meses após a data da recepção da declaração pelo Secretário-Geral.

3 - Qualquer declaração realizada ao abrigo dos dois parágrafos anteriores pode ser retirada, relativamente a qualquer território designado nesta declaração, por meio de notificação dirigida ao Secretário-Geral do Conselho da Europa. A desvinculação produz efeitos no 1.º dia do mês seguinte ao termo de um período de três meses após a data da recepção da notificação pelo Secretário-Geral.

Artigo 16.º
Denúncia

1 - Qualquer parte pode, a qualquer momento, denunciar a presente Convenção através de notificação dirigida ao Secretário-Geral do Conselho da Europa.

2 - A denúncia produz efeitos a partir do 1.º dia do mês seguinte ao termo de um período de três meses após a data da recepção da notificação pelo Secretário-Geral.

Artigo 17.º
Emendas

1 - Qualquer Parte ou os comités de peritos mencionados no artigo 10.º podem propor emendas à presente Convenção.

2 - Qualquer proposta de emenda deve ser notificada ao Secretário-Geral do Conselho da Europa, que a comunicará aos Estados membros do Conselho da Europa, às outras Partes e a cada Estado europeu não membro que tenha sido convidado a aderir à presente Convenção de acordo com o disposto no artigo 14.º

3 - Todas as propostas de emenda são examinadas pelos comités de peritos referidos no artigo 10.º, que submetem o texto adoptado por maioria de três quartos dos representantes das Partes ao Comité de Ministros para adopção. Após a sua adopção pelo Comité de Ministros pela maioria prevista no artigo 20.º, alínea d), do Estatuto do Conselho da Europa e por unanimidade dos representantes dos Estados Parte com assento no Comité de Ministros, o texto é transmitido às Partes para aceitação.

4 - Qualquer emenda entra em vigor para as Partes que a tenham aceite no 1.º dia do mês seguinte ao termo de um período de três meses após a data em que três Estados membros do Conselho da Europa tenham informado o Secretário-Geral da sua aceitação. Relativamente a qualquer Parte que a aceite posteriormente, tal emenda entra em vigor no 1.º dia do mês seguinte ao termo de um período de três meses após a data em que a referida Parte tenha informado o Secretário-Geral da sua aceitação.

Artigo 18.º
Notificações

O Secretário-Geral do Conselho da Europa notificará os Estados membros do Conselho da Europa, qualquer Estado ou a Comunidade Europeia, caso tenham aderido à presente Convenção:

a) De qualquer assinatura;
b) Do depósito de qualquer instrumento de ratificação, aceitação, aprovação ou adesão;
c) De qualquer data de entrada em vigor da presente Convenção nos termos dos artigos 13.º, 14.º e 15.º;
d) De qualquer declaração efectuada ao abrigo do artigo 15.º;
e) De qualquer denúncia efectuada ao abrigo do artigo 16.º;

f) De qualquer proposta de emenda, qualquer emenda adoptada em conformidade com o artigo 17.º e da data em que entrou em vigor;
g) De qualquer outro acto, notificação, informação ou comunicação relativos à presente Convenção.

Em fé do que os abaixo assinados, devidamente autorizados para esse fim, assinaram a presente Convenção.

Feito em Florença no dia 20 de Outubro de 2000, em francês e inglês, fazendo ambos os textos igualmente fé, num único exemplar, o qual deve ser depositado nos arquivos do Conselho da Europa. O Secretário-Geral do Conselho da Europa transmitirá cópias certificadas a cada um dos Estados membros do Conselho da Europa, bem como a qualquer Estado ou à Comunidade Europeia convidados a aderir à presente Convenção.

Anexo 5

Carta Europea de Ordenación del Territorio - 20 de mayo de 1983 - Torremolinos (Espanha)

Consejo de Europa

CARTA EUROPEA DE ORDENACIÓN DEL TERRITORIO

Aprobada el 20 de mayo de 1983 en Torremolinos (España)

Conferencia Europea de Ministros Responsables de la Ordenación del Territorio

PREÁMBULO

- Los Ministros europeos responsables de la Ordenación del Territorio, reunidos en el marco de su 6ª Sesión organizada bajo el patrocinio del Consejo de Europa, considerando que:

- La ordenación del territorio constituye un instrumento importante en la evolución de la sociedad en Europa y que la intensificación de la cooperación internacional en ese campo contribuye sustancialmente a la consolidación de la identidad europea;

- La cooperación en este campo necesita un análisis de las concepciones nacionales, regionales y locales de la ordenación del territorio para llegar a la adopción de principios comunes destinados en particular a reducir las diferencias regionales y para así lograr una mejor concepción general de la utilización y de la organización del espacio, del reparto de las actividades, de la protección del medio ambiente y de la mejora de la calidad de vida;

- Las profundas modificaciones acaecidas en las estructuras económicas y sociales de los países europeos y sus relaciones con otras partes del mundo exigen una revisión de los principios que rigen la organización del espacio con el fin de evitar que se hallen enteramente determinados en virtud de objetivos económicos a corto plazo, sin tener en cuenta de forma adecuada los aspectos sociales, culturales y los de medio ambiente;

- Los objetivos de la ordenación del territorio necesitan nuevos criterios de orientación y de utilización del progreso técnico, de acuerdo con las exigencias económicas y sociales;

- Todos los ciudadanos europeos deben tener la oportunidad de participar dentro de un marco institucional apropiado en la adopción y en la aplicación de cualquier medida de ordenación del territorio;

adoptan la presente Carta

y la presentan al pueblo así como a los responsables políticos a nivel local, regional, nacional e internacional.

EL CONCEPTO DE ORDENACIÓN DEL TERRITORIO

Es a la vez una disciplina científica, una técnica administrativa y una política concebida como un enfoque interdisciplinario y global cuyo objetivo es un desarrollo equilibrado de las regiones y la organización física del espacio según un concepto rector.

Su dimensión europea

La ordenación del territorio contribuye a una mejor organización del territorio europeo y la búsqueda de soluciones para los problemas que sobrepasan el marco nacional y trata así de crear un sentimiento de identidad común, teniendo en cuenta las relaciones Norte-Sur y Este-Oeste.

Sus características

El hombre y su bienestar, así como su interacción con el medio ambiente, constituyen el centro de toda preocupación de la ordenación del territorio, cuyo objetivo es el de ofrecerle un marco y una calidad de vida que aseguren el desarrollo de su personalidad en un entorno organizado a escala humana.

La ordenación del territorio debe ser democrática, global, funcional y prospectiva.

Democrática: debe ser realizada de forma democrática para asegurar la participación de la población afectada y de sus representantes políticos.

Global: debe tratar de asegurar la coordinación de las distintas políticas sectoriales y su integración por medio de un enfoque global.

Funcional: debe terse en cuenta la existencia de conciencias regionales basadas en unos valores, una cultura y unos intereses comunes, y estos a veces por encima d las fronteras administrativas y territoriales, teniendo en cuenta las realidades constitucionales de los distintos países.

Prospectiva: debe analizar las tendencias y el desarrollo a largo plazo de los fenómenos y actuaciones económicos, ecológicos, sociales, culturales y medioambientales y tenerlos en cuenta en su aplicación.

Su aplicación

La ordenación del territorio debe tomar en consideración la existencia de numerosos poderes de decisión individuales e institucionales que influyen en la organización del territorio, el carácter aleatorio de todo estudio prospectivo, las limitaciones del mercado, las peculiaridades de los sistemas administrativos, la diversidad de las condiciones socioeconómicas y del medio ambiente.

Debe, sin embargo, tratar de conciliar estas influencias del modo más armonioso posible.

OBJETIVOS FUNDAMENTALES

La ordenación del territorio persigue paralelamente:

El desarrollo socioeconómico equilibrado de las regiones

Teniendo en cuenta los procesos económicos que afectan a toda Europa, las peculiaridades regionales y la importancia del papel de los ejes de desarrollo y de las redes de comunicación, debe controlar el crecimiento de las regiones congestionadas o de aquellas que presenten una evolución demasiado rápida, alentar el desarrollo de las regiones que mantienen un cierto retraso, mantener o adaptar las infraestructuras indispensables para permitir un nuevo impulso de las regiones en decadencia o amenazadas por graves problemas de empleo, principalmente por las migraciones de la mano de obra a nivel europeo. Las regiones periféricas que tienen exigencias específicas y disponen de un potencial estructural de reequilibrio socio-económico deben estar mejor conectadas con los centros industriales y económicos de Europa.

La mejora de la calidad de vida

Favoreciendo la mejora del marco de vida cotidiano, ya se trate de la vivienda, el trabajo, la cultura o el ocio, e incluso de las relaciones en el seno de las comunidades humanas y el crecimiento del bienestar individual por la creación de empleos y de equipamientos económicos, sociales y culturales que respondan a las aspiraciones de las distintas capas de la población y aseguren, por la elección de su localización, una utilización óptima.

La gestión responsable de los recursos naturales y la protección del medio ambiente

Promoviendo estrategias que permitan reducir al máximo los conflictos que surgen entre las crecientes necesidades de recursos naturales y la exigencia de su conservación, trata de asegurar una administración responsable del marco natural, de los recursos del suelo y del subsuelo, del aire y del agua, de los recursos energéticos, de la fauna y de la flora, dedicando una atención especial a las bellezas naturales y al patrimonio cultural y arquitectónico.

La utilización racional del territorio

Persiguiendo los objetivos definidos anteriormente, trata en particular de controlar la implantación, la organización y el desarrollo de los grandes complejos urbanos e industriales y de las grandes infraestructuras, así como la protección de las zonas agrícolas y forestales. Esta ordenación física debe acompañarse necesariamente de una política de suelo con el fin de hacer posible la realización de objetivos de interés general.

REALIZACIÓN DE LOS OBJETIVOS DE LA ORDENACIÓN DEL TERRITORIO

La realización de los objetivos de la ordenación del territorio es esencialmente una tarea política.

Numerosos organismos privados y públicos contribuyen a desarrollar o a modificar la organización del espacio. La ordenación del territorio es el reflejo de una voluntad de integración y de coordinación de carácter interdisciplinario y de cooperación entre las autoridades afectadas.

Garantiza la coordinación entre los distintos sectores

Este esfuerzo de síntesis debe comprender esencialmente la distribución de la población, de las actividades económicas, del hábitat, de los equipamientos colectivos y de las fuentes de energía; los transportes, el abastecimiento de agua y el saneamiento de las aguas residuales; la eliminación de ruidos y de residuos, la protección del medio ambiente, de las riquezas y recursos naturales, históricos y culturales.

Organiza la coordinación y la cooperación entre los diversos niveles de decisión y la distribución equitativa de los recursos financieros

Hay que procurar que las diferentes autoridades que participan en la política de ordenación del territorio dispongan de competencias para decidir y ejecutar, así como de medio económicos suficientes. Estas autoridades deben tener presente en su actuación las medidas tomadas o previstas en los niveles inferior o superior y por consiguiente intercambiar información de manera regular, con el fin de asegurar una coordinación óptima entre el nivel local, regional, nacional y europeo, incluso en lo referente a la cooperación fronteriza.

A nivel local: coordinación de los planes de ordenación de las autoridades locales, que deben tener en cuenta los intereses de la ordenación regional y nacional.

A nivel regional: es el marco más apropiado para la puesta en práctica de una política de ordenación del territorio: coordinación entre las mismas autoridades regionales, las autoridades locales, nacionales y entre regiones de países vecinos.

A nivel nacional: coordinación de las distintas políticas de ordenación del territorio y de las ayudas a las regiones y concertación entre los objetivos nacionales y regionales.

A nivel europeo: coordinación de las políticas de ordenación del territorio a fin de realizar los objetivos de importancia europea y un desarrollo general equilibrado.

Participación de la población

Toda política de ordenación del territorio cualquiera que sea su nivel debe basarse en una participación activa del ciudadano. Es indispensable que éste sea informado de manera clara y comprensible en todas las etapas del proceso de planificación y en el marco de las estructuras y procedimientos institucionales.

LA CONSOLIDACIÓN DE LA COOPERACIÓN EUROPEA

La Conferencia Europea de los Ministros responsables de la Ordenación del Territorio (CEMAT) constituye el instrumento político privilegiado de cooperación y de iniciativa a nivel de Europa.

La CEMAT intensificará sus relaciones con los organismos del Consejo de Europa y de la Comunidad Europea, e igualmente con las organizaciones intergubernamentales interesadas. Presentará a la Asamblea Parlamentaria y a la Conferencia Permanente de los Poderes Locales y Regionales de Europa informes periódicos sobre el avance de la cooperación europea en esa materia.

Además de la organización y de la intensificación de la cooperación entre los Estados, debe promover la cooperación en los principales sectores técnicos de la ordenación del territorio, tales como la investigación prospectiva, las estadísticas regionales, la cartografía y la terminología. Deberá dotarse de los instrumentos científicos, administrativos, técnicos y financieros indispensables para acometer sus tareas y principalmente para el establecimiento de un Esquema europeo de ordenación del territorio.

Los Ministros solicitan a todas las instituciones, administraciones y organizaciones relacionadas con los problemas de ordenación del territorio, que tengan en cuenta, en el ejercicio de su labor, el contenido de la Carta.

Podrá revisarse la Carta con el fin de adaptarla a las exigencias de la sociedad europea.

Los Ministros se comprometen a recomendar a sus gobiernos que tengan en cuenta los principios y objetivos enunciados en la Carta así como a desarrollar la cooperación internacional con el fin de lograr una verdadera ordenación del territorio europeo.

LOS OBJETIVOS PARTICULARES

Todos los principios enunciados en la presente Carta han sido ya puestos de manifiesto en los trabajos de la Conferencia de los Ministros responsables de la Ordenación del Territorio sobre las regiones rurales, urbanas, fronterizas, de montaña, costeras e insulares.

1. Las regiones rurales con una función agrícola prioritaria tienen que cumplir una importante misión. Es indispensable crear condiciones de vida equivalente entre ciudad y campo tanto a nivel económico, social, cultural y ecológico como en materia de infraestructura y equipamientos, y al mismo tiempo distinguir las regiones rurales subdesarrolladas y periféricas de las que se encuentran en las proximidades de las grandes concentraciones urbanas.

En estas zonas, el desarrollo del entramado urbano, de las estructuras socio-económicas y de los transportes debe tener en cuenta sin embargo, en todos los sectores, sus funciones particulares y en especial más medidas para la conservación y ordenación del paisaje.

2. Las regiones urbanas participan de modo especial en el desarrollo de Europa y presentan generalmente el problema del control de su crecimiento.

Una estructura urbana equilibrada requiere una metódica realización de planes de ocupación del suelo así como la aplicación de medidas de orientación de desarrollo de las actividades económicas en beneficio de las condiciones de vida de los habitantes de las ciudades.

Se debe prestar una atención especial a la mejora de las condiciones de vida, a la promoción de los transportes colectivos, así como a las medidas que frenen la huida de los habitantes del centro hacia la periferia de las ciudades.

La revalorización del patrimonio arquitectónico, de los monumentos y de los parajes pintorescos debe integrarse en el marco de una política general de ordenación del territorio y urbana.

3. Las regiones fronterizas necesitan, más que todas las demás, una política de coordinación entre los Estados. Esta política debe velar por la apertura de las fronteras, por el establecimiento de procesos de consulta y de cooperación transfronteriza y por el uso común de los equipamientos de infraestructura. Los Estados deben facilitar los contactos directos entre las regiones y las colectividades locales afectadas en aplicación de la Convención-marco europea sobre la Cooperación Transfronteriza de las colectividades o autoridades territoriales con el fin de promover contactos cada vez más estrechos entre las poblaciones afectadas.

En las regiones fronterizas, no debería realizarse ningún proyecto que pudiera tener consecuencias nefastas para el medio ambiente de los Estados vecinos sin consulta previa con estos Estados.

4. Las regiones de montaña: dada la importancia de las funciones que cumplen las regiones de montaña a nivel ecológico, económico, social, cultural, agrícola y como reserva de recursos naturales, así como por las numerosas presiones que sufren en estos sectores, se debe reservar un lugar específico y adecuado en el marco de la política de ordenación del territorio a la conservación y desarrollo de estas regiones.

5. Las regiones que presentan debilidades estructurales y cuyas condiciones de vida y de trabajo han progresado poco principalmente por razones históricas o que tienen riesgo de quedar atrasadas como consecuencia de cambios en su base económica necesitan una ayuda particular que tenga en cuenta las diferencias que existen entre las condiciones de vida y de trabajo dentro de los diversos Estados.

6. Las regiones en decadencia: debe desarrollarse una política específica a favor de las regiones cuya actividad económica se encuentra fuertemente disminuida como consecuencia de la reestructuración industrial y del envejecimiento de su equipamiento, a menudo monoestructural, y de sus infraestructuras, situación agravada por la competencia mundial que resulta de la nueva división internacional del trabajo.

7. Las regiones costeras y las islas: el desarrollo en Europa del turismo de masas y de los transportes, así como de la industrialización de las zonas costeras, de las islas y del mar, necesitan una política específica para estas regiones que les asegure un desarrollo equilibrado y una urbanización coordinada que tenga en cuenta las condiciones exigidas por la protección del medio ambiente y las características regionales. Hay que tener presente el papel y las funciones particulares que llevan a cabo estas regiones en la relación mar-tierra, así como el potencial de enlace que representa el transporte marítimo.

Anexo 6

Decisão de eleição do Rio de Janeiro como Paisagem Cultural
Parte do documento da 36ª reunião da UNESCO

g) Implement a unified Management Plan for the properties, buffer zones, and landscape protection of the Orthodox Metropolate of Kiev,

h) Stop the project to rebuild a bell tower at Saint Cyril's Church,

i) Implement forthwith a moratorium on the restructuring of Andreevsky Spusk street, alongside Saint Andrew's Church, in order to manage better the visual impacts on the site;

3. Considers that any revised nomination should be examined by a mission to the site;

4. Recommends the State Party give consideration to the following:

a) Continuing the research and monitoring efforts for the unstable subsoil at both churches,

b) Confirming the possibility for rapid intervention of emergency services in the event of a fire at Saint Cyril's Church,

c) Settling the issue of the abundant use of tapers and candles that are blackening and damaging the already fragile painted and decorative schemes,

d) Regulating automobile traffic and parking within the perimeter of Saint Andrew's Church,

e) Improving tourist facilities outside these two churches, especially Saint Andrew's, where the environmental quality of the church is threatened (booths, parking, etc.),

f) Ensuring the property's overarching authority, the Saint Sophia National Protection Area, involves the other parties in the property's management, notably the Orthodox Churches and the municipality of Kiev, as well as the local population.

Decision: 36 COM 8B.42

The World Heritage Committee,

1. Having examined Documents WHC-12/36.COM/8B and WHC-12/36.COM/INF.8B1,

2. Inscribes **Rio de Janeiro, Carioca Landscapes between the Mountain and the Sea**, **Brazil**, on the World Heritage List on the basis of **criteria (v)** and **(vi)**;

3. Adopts the following provisional Statement of Outstanding Universal Value:

Brief Synthesis

The city of Rio de Janeiro, shaped by interaction with mountains and sea, lies in the narrow strip of alluvial plain between Guanabara Bay and the Atlantic Ocean. Its exceptionally dramatic landscape is punctuated by a series of forested mountains that tower over the city, rising to the uppermost peak of the Tijuca massif at 1,021 m high, and cascading down to the coast where the steep cone shapes of Sugar Loaf (Pão de Açúcar), Urca, Cara de Cão and Corcovado frame the wide sweeps of Guanabara Bay that shelters Rio de Janeiro from the Atlantic Ocean.

Cradled between these mountains and Guanabara Bay, the urban landscape of the city has been shaped by significant historical events, influenced by a diversity of cultures, is perceived to be of great beauty, and is celebrated in the arts, through painting and poetry in particular.

The property encompasses all the key natural, structural elements that have constrained and inspired the development of the city. These stretch from the highest points of the mountains of the Tijuca National Park with its restored Atlantic forest, down to the sea, and include the Botanical Gardens established in 1808, Corcovado mountain, with its statue of Christ, and the chain of dramatic steep green hills, Sugar Loaf, Pico, Leme and Glória, around Guanabara Bay, as well as the extensive designed landscapes on reclaimed land along Copacabana Bay which, together with Flamengo and other parks, have contributed to the outdoor living culture of the city.

The boundary includes all the best view points to appreciate the way nature has been shaped to become a significant cultural part of the city as well as the Guanabara Bay system of historic fortifications that gave Rio de Janeiro the character of a fortified city.

The city's densest buildings sit on the narrow strips of alluvial land between the mountains and the sea laid out in irregular clusters of tall white blocks which contrast vividly with the green vegetation of the mountains and the blue of the sea. None of these buildings are included in the property, but a significant number are included in the buffer zone.

Criterion (v): The development of the city of Rio de Janeiro has been shaped by a creative fusion between nature and culture. This interchange is not the result of persistent traditional processes but rather reflects an interchange based on scientific, environmental and design ideas that led to innovative landscape creations on a major scale in the heart of the city during little more than a century. These processes have created an urban landscape perceived to be of great beauty by many writers and travellers and one that has shaped the culture of the city.

Criterion (vi): The dramatic landscape of Rio de Janeiro has provided inspiration for many forms of art, literature, poetry, and music. Images of Rio, which show the bay, Sugar Loaf and the statue of Christ the Redeemer have had a high worldwide recognition factor, since the middle of the 19th century. Such high recognition factors can be either positive or negative: in the case of Rio, the image that was projected, and still is projected, is one of a staggeringly beautiful location for one of the world's biggest cities.

Integrity

The property encompass all the key natural, structural elements that have constrained and inspired the development of the city of Rio, stretching from the highest points of the Tijuca mountains down to the sea, and including the chain of dramatic steep green hills around the Guanabara Bay, as well as the extensive designed landscapes on reclaimed land around the Bay, that have contributed to the outdoor living culture of the city.

None of these elements is under threat, although the interface between these natural elements and the built-up city is vulnerable to urban pressures, the higher peaks are marred by a profusion of antennae and the Rodrigo da Freitas Lagoon (in the buffer zone) and the sea are subject to a degree of water pollution.

Authenticity

The mountains and open green areas of the Tijuca National Park, together with Corcovado and the hills around the Guanabara Bay still retain a similar combination of forest and open observation points as at the time of colonisation and allow access to vistas of the city from many high vantage points that demonstrate very clearly the extraordinary fusion between culture and nature in the way the city has developed.

The Botanical Gardens have retained their original neoclassical design with its special alignments and the fortresses keep alive the memory of the Portuguese settlements,

engraved and described by the travellers that navigated the marine routes that focused on Rio de Janeiro.

The landscape designs of Burle Marx around almost the entire coast of Guanabara Bay, comprising Flamengo Park and the redesign of Copacabana beach conserve entirely the landscape morphology of their original designs and still confer high social benefits to the city.

However, in some instances elements of the designed landscape are vulnerable to incremental change – such as the paving and planting along Copacabana and Flamengo Park, where missing trees and mosaics need replacing, and in the Botanical Garden where the Imperial Palms along the main avenue are dead and need replacing.

Protection and Management Requirements

The Tijuca National Park was created by Federal Decrees in 1961. The Research Institute of the Botanical Garden was created by a federal autarchy under the auspices of the Ministry of Environment by a Law of 2001, which establishes its legal statutes, objectives, its structure of management and administration. The Pão de Açúcar (Sugar Loaf) and Urca were declared national monuments under the Law Nº 9.985, of June 18 of 2000.

The Institute of the National Historical and Artistic Heritage (IPHAN) and its predecessors have catalogued, since 1938, the entirety of the sites and defined individual structures for national protection. They include as well as Tijuca National Park and the Botanical Gardens, the Parque Lage mansion, Flamengo Park, Cara de Cão, Babilônia, Urca, Sugar Loaf, Dois Irmãos and Pedra da Gávea hills, São João fort, Santa Cruz fort, and the urban landscape of Leme, Copacabana, Ipanema and Leblon beaches.

The Decree of IPHAN Nº 127 of 30 April 2009 – established the designation of Brazilian Cultural Landscapes and a request has been made to designate Rio de Janeiro Landscape, as a Brazilian Cultural Landscape.

In the 20th century, high buildings were regulated through the creation of a norm establishing that it was not allowed to build more than twelve stories in height. In the 1970, planning instruments were adopted to control urban growth toward the hills in order to protect the nature conservation areas, sanctioned in 1976. This means that construction is not allowed beyond 60 meters above the sea level in the surroundings of the Pão de Açúcar (Sugar Loaf) and in Urca and the limit of no more than 100 meters above the level in the other hills of the city, considered areas of forest reserve.

A new Master Plan for Sustainable Urban Development of the City of Rio de Janeiro came into force in February 2011.The Plan establishes that the Landscape of Rio de Janeiro represents the most valuable asset of the city.

The Plan includes principles and guidelines to promote sustainable development as a means to promote economic development, social equity, and environmental and landscape preservation; sustainable use of the environment, landscape, and natural, cultural, historical, and archaeological heritage in the city's development and management; and conditioning of urban occupation to the preservation of the city's identity and cultural landscapes.

The Plan also allows for land use and occupation to be regulated by limitations of density, of economic activities, of the right to enjoy the natural landscape of the city, and of the quality of the urban environment. Heights of buildings shall be defined by the preservation and conservation of the integrity of the natural landscape.

The implementation of the Plan needs to progress through the adoption of its policies in the different areas of the city, including through specific laws.

The protection offered by the buffer zone needs strengthening with stricter guidelines on preservation, and, if found necessary by the Management Committee, more restrictive soil use and occupation parameters. The buffer zone needs to ensure the protection of views and the broad setting of the property as well as the interface with the property.

All areas of the buffer zone needs to be designated as Cultural Environment Protection Areas (APACs) and management plans for individual APACs developed accordingly further clarification is needed as to what is to be managed within the buffer zone.

A Management Committee to coordinate the management of the serial sites was established by Decree No. 464 of 29 December 2011 to develop and deliver an overall Management Plan for the property. The Management Committee, chaired by IPHAN, draws together the key stakeholders at the Federal, State and Municipal levels involved in the management of the different areas of the property. The Committee will determine the joint management structure and develop the joint management plan for the property and its buffer zone.

The Management Committee will ensure the adoption of possible additional protection measures for the sites, enforced through enhanced preservation structures.

A Management Plan needs to be finalized for the property and its buffer zone that addresses potential threats and possible remaining gaps in protection .so that preservation of the overall cultural landscape might be achieved.

As a basis for the Management Plan, there is a need to put in place a system for defining, recording and inventorying the key components of the overall cultural landscape and for defining monitoring indicators related to the attributes of Outstanding Universal Value.

The management of the property needs to address the issue of water pollution around Guanabara Bay through monitoring and positive action. In order to conserve both long views and the individual details of the property, there is a need to develop an overall Conservation Plan or Conservation approach for the property and for Conservation projects at various sites in order to conserve their important details.

4. Recommends that the State Party:

   a) Put in place an overall management framework for all the component parts of the serial property that draws together the management of the component sites and involves all key stakeholders in line with the requirements of the *Operational Guidelines*, paragraph 114,

   b) Complete the Management Plan for the property,

   c) Provide details as to how the buffer zone will be protected and managed,

   d) Put in place a system for defining, recording and inventorying the key components of the overall cultural landscape,

   e) Define monitoring indicators related to the attributes of Outstanding Universal Value,

   f) Provide more details on plans to address water pollution,

   g) Develop an overall Conservation Plan or Conservation approach for the property;

5. Requests the State Party to submit to the World Heritage Centre a report on the above recommendations, in particular with regard to the implementation of the Management Plan for the property, by **1 February 2014**, for examination at the 38th session of the World Heritage Committee in 2014.

Anexo 7

PORTARIA Nº 127, DE 30 DE ABRIL DE 2009 - Estabelece a chancela da Paisagem Cultural Brasileira

Comunidade de Passo do Lourenço, localizada no município de Canguçu/RS. Registrada no Livro de Cadastro Geral n.º 011, Registro n. 1.147 fl. 163,

Comunidade de Serra Feia, localizada no município de Cacimbas/RS. Registrada no Livro de Cadastro Geral n.º 011, Registro n. 1.148 fl. 164,

Comunidade de Torrinha, localizada no município de Barra/BA. Registrada no Livro de Cadastro Geral n.º 011, Registro n. 1.149 fl. 165,

Comunidade de Vila Santo Antônio, localizada no município de Palestina/AL. Registrada no Livro de Cadastro Geral n.º 011, Registro n. 1.150 fl. 166,

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

EDVALDO MENDES ARAÚJO

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

PORTARIA Nº 127, DE 30 DE ABRIL DE 2009

Estabelece a chancela da Paisagem Cultural Brasileira.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, e tendo em vista o que prescreve a Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, a Lei nº 8.113, de 12 de dezembro de 1990, e o inciso V do art. 21 do Anexo I do Decreto nº 5.040, de 07 de abril de 2004, que dispõe sobre a Estrutura Regimental do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, e

CONSIDERANDO, o disposto nos artigos 1º, II, 23, I e III, 24, VII, 30, IX, 215, 216 e 225 da Constituição da República Federativa do Brasil;

CONSIDERANDO, o disposto no Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, no Decreto-Lei no 3.866, de 29 de novembro de 1941, que dispõe sobre o tombamento de bens no Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, na Lei no 3.924, de 26 de julho de 1961, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos, e no Decreto n° 3.551, de 04 de agosto de 2000, que institui o registro de bens culturais de natureza imaterial;

CONSIDERANDO, a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, Estatuto da Cidade;

CONSIDERANDO, que o Brasil é autor de documentos e signatário de cartas internacionais que reconhecem a paisagem cultural e seus elementos como patrimônio cultural e preconizam sua proteção;

CONSIDERANDO, que a conceituação da Paisagem Cultural Brasileira fundamenta-se na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, segundo a qual o patrimônio cultural é formado por bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem as formas de expressão, os modos de criar, fazer e viver, as criações científicas, artísticas e tecnológicas, as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais, os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico;

CONSIDERANDO, que os fenômenos contemporâneos de expansão urbana, globalização e massificação das paisagens urbanas e rurais colocam em risco contextos de vida e tradições locais em todo o planeta;

CONSIDERANDO, a necessidade de ações e iniciativas administrativas e institucionais de preservação de contextos culturais complexos, que abranjam porções do território nacional e destaquem-se pela interação peculiar do homem com o meio natural;

CONSIDERANDO, que o reconhecimento das paisagens culturais é mundialmente praticado com a finalidade de preservação do patrimônio e que sua adoção insere o Brasil entre as nações que protegem institucionalmente o conjunto de fatores que compõem as paisagens;

CONSIDERANDO, que a chancela da Paisagem Cultural Brasileira estimula e valoriza a motivação da ação humana que cria e que expressa o patrimônio cultural;

CONSIDERANDO, que a chancela da Paisagem Cultural Brasileira valoriza a relação harmônica com a natureza, estimulando a dimensão afetiva com o território e tendo como premissa a qualidade de vida da população;

CONSIDERANDO, que os instrumentos legais vigentes que tratam do patrimônio cultural e natural, tomados individualmente, não contemplam integralmente o conjunto de fatores implícitos nas paisagens culturais; resolve:

Estabelecer a chancela da Paisagem Cultural Brasileira, aplicável a porções do território nacional.

TÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

I - DA DEFINIÇÃO

Art. 1º. Paisagem Cultural Brasileira é uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores.

Parágrafo único - A Paisagem Cultural Brasileira é declarada por chancela instituída pelo IPHAN, mediante procedimento específico.

II - DA FINALIDADE

Art. 2º. A chancela da Paisagem Cultural Brasileira tem por finalidade atender ao interesse público e contribuir para a preservação do patrimônio cultural, complementando e integrando os instrumentos de promoção e proteção existentes, nos termos preconizados na Constituição Federal.

III - DA EFICÁCIA

Art. 3º. A chancela da Paisagem Cultural Brasileira considera o caráter dinâmico da cultura e da ação humana sobre as porções do território a que se aplica, convive com as transformações inerentes ao desenvolvimento econômico e social sustentáveis e valoriza a motivação responsável pela preservação do patrimônio.

IV - DO PACTO E DA GESTÃO

Art. 4º. A chancela da Paisagem Cultural Brasileira implica no estabelecimento de pacto que pode envolver o poder público, a sociedade civil e a iniciativa privada, visando a gestão compartilhada da porção do território nacional assim reconhecida.

Art. 5º. O pacto convencionado para proteção da Paisagem Cultural Brasileira chancelada poderá ser integrado de Plano de Gestão a ser acordado entre as diversas entidades, órgãos e agentes públicos e privados envolvidos, o qual será acompanhado pelo IPHAN.

TÍTULO II

DO PROCEDIMENTO

V - DA LEGITIMIDADE

Art. 6º. Qualquer pessoa natural ou jurídica é parte legítima para requerer a instauração de processo administrativo visando a chancela de Paisagem Cultural Brasileira.

Art 7º. O requerimento para a chancela da Paisagem Cultural Brasileira, acompanhado da documentação pertinente, poderá ser dirigido:

I - às Superintendências Regionais do IPHAN, em cuja circunscrição o bem se situar;

II - ao Presidente do IPHAN; ou

III - ao Ministro de Estado da Cultura.

VI - DA INSTAURAÇÃO

Art. 8º. Verificada a pertinência do requerimento para chancela da

Paisagem Cultural Brasileira será instaurado processo administrativo.

§ 1º - O Departamento do Patrimônio Material e Fiscalização - DEPAM/IPHAN é o órgão responsável pela instauração, coordenação, instrução e análise do processo.

§ 2º - A instauração do processo será comunicada à Presidência do

IPHAN e às Superintendências Regionais em cuja circunscrição o bem se situar.

VII - DA INSTRUÇÃO

Art. 9º. Para a instrução do processo administrativo poderão ser consultados os diversos setores internos do IPHAN que detenham atribuições na área, as entidades, órgãos e agentes públicos e privados envolvidos, com vistas à celebração de um pacto para a gestão da Paisagem Cultural Brasileira a ser chancelada.

Art. 10. Finalizada a instrução, o processo administrativo será submetido para análise jurídica e expedição de edital de notificação da chancela, com publicação no Diário Oficial da União e abertura do prazo de 30 dias para manifestações ou eventuais contestações ao reconhecimento pelos interessados.

Art. 11. As manifestações serão analisadas e as contestações julgadas pelo Departamento do Patrimônio Material e Fiscalização - DEPAM/IPHAN, no prazo de 30 (trinta) dias, mediante prévia oitiva da Procuradoria Federal, remetendo-se o processo administrativo para deliberação ao Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural.

Art. 12. Aprovada a chancela da Paisagem Cultural Brasileira pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, a súmula da decisão será publicada no Diário Oficial da União, sendo o processo administrativo remetido pelo Presidente do IPHAN para homologação final do Ministro da Cultura.

Art. 13. A aprovação da chancela da Paisagem Cultural Brasileira pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural será comunicada aos Estados-membros e Municípios onde a porção territorial estiver localizada, dando-se ciência ao Ministério Público Federal e Estadual, com ampla publicidade do ato por meio da divulgação nos meios de comunicação pertinentes.

VIII - DO ACOMPANHAMENTO E DA REVALIDAÇÃO

Art. 14. O acompanhamento da Paisagem Cultural Brasileira chancelada compreende a elaboração de relatórios de monitoramento das ações previstas e de avaliação periódica das qualidades atribuídas ao bem.

Art. 15. A chancela da Paisagem Cultural Brasileira deve ser revalidada num prazo máximo de 10 anos.

Art. 16. O processo de revalidação será formalizado e instruído a partir dos relatórios de monitoramento e de avaliação, juntando-se manifestações das instâncias regional e local, para deliberação pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural.

Art. 17. A decisão do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural a propósito da perda ou manutenção da chancela da Paisagem Cultural Brasileira será publicada no Diário Oficial da União, dando-se ampla divulgação ao ato nos meios de comunicação pertinentes.

Art. 18. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ FERNANDO DE ALMEIDA

SECRETARIA DE INCENTIVO E FOMENTO À CULTURA

PORTARIA Nº 7, DE 4 DE MAIO DE 2009

A Secretária de Incentivo e Fomento à Cultura - Substituta, no uso da designação lhe conferida na Portaria SE-MinC n. 678/2004, publicada na Seção 2 do Diário Oficial da União de 7 de outubro de 2004, no uso da delegação de competência estipulada na Portaria GM-MinC n. 13/2007, constante na Seção 1 do Diário Oficial da União de 9 de abril de 2007, e na qualidade de Presidente da Comissão de Avaliação do Programa de Intercâmbio e Difusão Cultural, em observância ao subitem 4.14 do Edital de Intercâmbio n. 1/2009, delibera:

Art. 1º - Reconsiderar e acatar, em observância aos subitens 10.7 e 10.7.1 do Edital de Intercâmbio n. 1/2009 da Secretaria de Incentivo e Fomento à Cultura, o recurso interposto pela Sra. Juliana Maria Scotá Stein, atribuindo 16 pontos ao seguinte requerimento:

Processo: 01400.004071/2009-88

Evento: Encontros da Imagem

Beneficiado: Juliana Maria Scotá Stein

UF: PR

Valor da premiação: R$ 4.000,00

Art. 2º - A homologação do benefício apenas ocorrerá mediante as condições estabelecidas na Portaria Sefic-MinC n. 6/2009, publicada na Seção 1 do Diário Oficial da União de 24 de abril de 2009 e ao cumprimento das obrigatoriedades legais, fiscais e documentais incidentes.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TERESA CRISTINA ROCHA AZEVEDO DE OLIVEIRA

Ministério da Defesa

COMANDO DO EXÉRCITO
SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS

PORTARIA Nº 22-SEF, DE 28 DE ABRIL DE 2009

Concede autonomia administrativa à Base Administrativa do Centro de Comunicações e Guerra Eletrônica do Exército.

O SECRETÁRIO DE ECONOMIA E FINANÇAS, no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso IX do artigo 1o da Portaria No 727, de 08 de outubro de 2007, do Comandante do Exército, ouvido o Estado-Maior do Exército, resolve:

Art. 1o Conceder autonomia administrativa, a contar de 20 de fevereiro de 2009, à Base Administrativa do Centro de Comunicações e Guerra Eletrônica do Exército (Ba Adm C Com G E Ex), CODOM 00124-8, com sede na cidade de Brasília/DF.

Art. 2o Determinar às Organizações Militares Diretamente Subordinadas à SEF que adotem, em suas áreas de competência, as providências decorrentes.

Art. 3o Estabelecer que esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Gen Ex FERNANDO SÉRGIO GALVÃO

PORTARIA Nº 23-SEF, DE 28 DE ABRIL DE 2009

Cassa a autonomia administrativa do Centro Integrado de Guerra Eletrônica.

O SECRETÁRIO DE ECONOMIA E FINANÇAS, no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso IX do artigo 1o da Portaria No 727, de 08 de outubro de 2007, do Comandante do Exército, ouvido o Estado-Maior do Exército, resolve:

Art. 1o Cassar a autonomia administrativa, a contar de 1o de junho de 2009, do Centro Integrado de Guerra Eletrônica (CIGE), CODOM 01596-6, com sede na cidade de Brasília/DF, por motivo de sua extinção.

Art. 2o Designar, a partir de 02 de junho de 2009, como organização militar sucessora responsável pelo encerramento administrativo e contábil, pela guarda do Suporte Documental dos atos e fatos de gestão orçamentária, financeira, patrimonial e de pessoal, bem como para declarar o Imposto de Renda Retido na Fonte do CIGE, a Base Administrativa do Centro de Comunicações e Guerra Eletrônica do Exército (Ba Adm C Com G E Ex), CODOM 00124-8, com sede na cidade de Brasília/DF.

Art. 3o Determinar às Organizações Militares Diretamente Subordinadas à SEF que adotem, em suas áreas de competência, as providências decorrentes.

Art. 4o Estabelecer que esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Gen Ex FERNANDO SÉRGIO GALVÃO

Anexo 8

Paisagens Culturais – UNESCO – Breve descrição

PAISAGENS CULTURAIS – UNESCO – Breve caracterização[1]

ÁFRICA

ÁFRICA DO SUL	MAPUNGUBWE CULTURAL LANDSCAPE	A paisagem cultural representa a ascensão e queda do primeiro reino indígena na África Austral entre 900 e 1300 dC. Uma paisagem de savana aberta, na confluência dos rios Limpopo e Shashe. Mapungubwe tornou-se o maior reino no sub-continente antes de ser abandonado no século XIV.
	RICHTERSVELD CULTURAL AND BOTANICAL LANDSCAPE	Este sitio mantém a subsistência pastoral semi-nômade do povo Nama, refletindo padrões sazonais que podem ter persistido por até dois milênios na África Austral.
ETIÓPIA	PAISAGEM CULTURAL KONSO	Caracterizada por extensos terraços, de ambiente árido, mas onde se desenvolveu agricultura. Esses terraços são as principais características da paisagem de Konso e suas colinas são contornadas por muros de pedra que em alguns locais alcançam até 5 metros de altura.
GABÃO	ECOSYSTEM AND RELICT CULTURAL LANDSCAPE OF LOPÉ-OKANDA	Esta paisagem demonstra uma interface entre floresta tropical densa e bem conservada e ambientes de savana com uma grande diversidade de espécies, incluindo grandes mamíferos ameaçados e seu habitat. O sitio ilustra processos ecológicos e biológicos em termos de espécies e habitat e a adaptação às mudanças climáticas pós-glacial. Contém evidências das passagens sucessivas de diferentes povos que deixaram vestígios relativamente bem preservados de habitação em topos de morros, grutas, abrigos e uma notável coleção de cerca de 1.800 petróglifos (gravuras rupestres).
QUÊNIA	SACRED MIJIKENDA KAYA FORESTS	Composto por 11 sítios florestais separados, distribuídos por cerca de 200 km ao longo da costa que contém os restos de numerosas aldeias fortificadas, conhecidos como kayas, do povo Mijikenda. Os kayas, criados a partir do século XVI, abandonados na década de 1940, agora são considerados como as moradas dos antepassados e reverenciados como locais sagrados e, como tal, são mantidas por conselhos de anciãos.
MADAGASCAR	ROYAL HILL OF AMBOHIMANGA	Consiste de uma cidade e local de sepultamento e um conjunto de lugares sagrados, associada a sentimentos de identidade nacional. Manteve seu caráter espiritual e sagrado tanto na prática ritual e no imaginário popular ao longo dos últimos 500 anos. Ele continua a ser um lugar de culto para que os peregrinos provenientes de Madagascar e outros lugares.

[1] As descrições aqui apresentadas são sínteses do material disponível no site da UNESCO http://whc.unesco.org/en/culturallandscape/, acesso em 05.set.2015.

NIGÉRIA	SUKUR CULTURAL LANDSCAPE	Com o Palácio do Hidi em uma colina que domina as aldeias abaixo, os campos em terraços e os seus símbolos sagrados e as extensas ruínas de um antiga indústria de ferro, é uma expressão física de uma sociedade e sua cultura espiritual e material. A paisagem é caracterizada por terraços nos terrenos agrícolas e estruturas de pedra.
	OSUN-OSOGBO SACRED GROVE	A densa floresta de Osun, o Bosque Sagrado, nos arredores da cidade de Osogbo, é um dos últimos remanescentes de floresta primária no sul da Nigéria. Considerado como a morada da deusa da fertilidade Osun, a paisagem do bosque e seu rio sinuoso é marcada por santuários, esculturas e obras de arte em honra de Osun e outras divindades. O bosque sagrado, que agora é visto como um símbolo de identidade para todos os povos Yorubá.
SENEGAL	SALOUM DELTA	A região do Delta do Saloum é um notável testemunho da sinergia entre um ambiente natural com vasta biodiversidade e um estilo de desenvolvimento humano que ainda está presente. Local de coleta de mariscos e práticas de pesca em água salobra. Os sambaquis e túmulos formam esta paisagem cultural.
	BASSARI COUNTRY: BASSARI, FULA AND BEDIK CULTURAL LANDSCAPES	O local, no sudeste de Senegal, inclui três áreas: área de Bassari-Salémata, a área de Bedik-Bandafassi e a área de Fula-Dindéfello, cada uma com suas características morfológicas específicas. A paisagem é marcada por terraços e arrozais, intercalados com as vilas, aldeias e sítios arqueológicos. Expressões culturais dos seus habitantes são caracterizados por traços originais de práticas agro-pastorais, sociais, rituais e espirituais, que representam uma resposta original a restrições ambientais e pressões humanas
TOGO	KOUTAMMAKOU, THE LAND OF THE BATAMMARIBA	Nesta paisagem, a natureza é fortemente associada com os rituais e crenças. A paisagem cultural é notável devido à arquitetura de suas casas-torre, que são um reflexo da estrutura social; suas terras agrícolas e florestas e as associações entre as pessoas e paisagem.
ZIMBÁBUE	MATOBO HILLS	A área apresenta uma profusão de formações rochosas distintas acima do escudo de granito que cobre grande parte Zimbabue, a área fornece abrigos naturais abundantes associados com a ocupação humana desde o início da Idade da Pedra até o início dos tempos históricos e de forma intermitente desde então. Eles também apresentam uma notável coleção de pinturas rupestres.

AMÉRICA

ARGENTINA	Quebrada de Humahuaca	Localizada na província de Jujuy, norte-ocidental da República da Argentina, segue a linha de uma importante rota cultural, o Caminho Inca, ao longo do vale do Rio Grande, desde a sua nascente à sua confluência com o Rio León, totalizando 155 km de extensão. É um exemplo representativo dos vales ao sul dos Andes, com um sistema de vias de comunicação e coordenação econômica, social e cultural.
BRASIL	Carioca Landscapes between the Mountain and the Sea	Consiste em um cenário urbano que engloba os elementos naturais que moldaram e inspiraram o desenvolvimento da cidade: a partir dos pontos mais altos das montanhas, do Parque Nacional da Tijuca até o mar, incluindo o Jardim Botânico, Corcovado com a estátua do Cristo e as colinas ao redor da Baía de Guanabara, incluindo as extensos paisagens desenhadas ao longo da praia de Copacabana.
CANADÁ	Landscapeof Grand Pré	Sítios arqueológicos constituem esta paisagem cultural, testemunho do desenvolvimento de terras agrícolas utilizando diques e sistema de eclusas de madeira, iniciada pelos Acadians no século XVII, mantida pelos agricultores e habitantes atuais.
COLÔMBIA	Coffee Cultural Landscape of Colombia	Paisagem cultural sustentável e produtiva, representativa de uma tradição que é um símbolo para áreas de cultivo de café em todo o mundo - abrange seis paisagens agrícolas, que incluem 18 centros urbanos no sopé das faixas ocidentais e centrais da Cordilheira dos Andes no oeste do país. Reflete uma tradição centenária da cafeicultura em pequenos lotes na floresta alta e a forma como os agricultores se adaptaram às condições de cultivo de montanha. As áreas urbanas, situadas principalmente nos topos relativamente planos são caracterizados pela arquitetura da colonização espanhola.
CUBA	Viñales Vale	O vale Viñales é cercado por montanhas e sua paisagem é intercalada com afloramentos rochosos. As técnicas tradicionais ainda estão em uso para a produção agrícola, sobretudo de tabaco. A qualidade desta paisagem cultural é reforçada pela arquitetura vernacular de suas fazendas e aldeias, onde uma sociedade multi-étnica sobrevive.
	Archaeological Landscape of the First Coffee Plantations in the South-East of Cuba	Os vestígios das plantações de café do século XIX, no sopé da Serra Maestra são a prova de uma forma pioneira de agricultura em um terreno difícil. Demonstra a história econômica, social e tecnológica do Caribe e América Latina.
EUA	Papahānaumokuākea	Papahanaumokuakea é um conjunto linear isolado de pequenas e baixas ilhas, cerca de 250 quilômetros ao noroeste do principal arquipélago havaiano e que se estende por 1931 km. A área tem significado cosmológico e tradicional para cultura havaiana nativa, como um ambiente ancestral, a ligação entre as pessoas eo mundo natural e como o lugar onde acredita-se que a vida se origina e para onde o espíritos retornam após a morte. Em duas das ilhas, Nihoa e Makumanamana, há vestígios arqueológicos.

MÉXICO	Agave Landscape and Ancient Industrial Facilities of Tequila-Volcano	O sitio, com 34.658 ha, entre o sopé do vulcão Tequila eo profundo vale do Rio Grande, faz parte de uma paisagem moldada pela cultura agrícola utilizada desde o século XVI para produzir tequila de modo tradicional. Dentro da paisagem existem destilarias refletindo o crescimento do consumo internacional de tequila nos séculos XIX e XX. A propriedade é também um testemunho para as culturas Teuchitlan que moldaram a área através da criação de terraços para agricultura, habitação, templos, túmulos e cerimoniais..
	Prehistoric Caves of Yagul and Mitla in the Central Valley of Oaxaca	Esta paisagem situa-se na encosta norte do vale Tlacolula no centro de Oaxaca subtropical e consiste em dois complexos arqueológicos pré-hispânicos e uma série de cavernas pré-históricas e abrigos sob rocha. Alguns destes abrigos fornecem evidências arqueológicas de nômades caçadores e coletores para agricultores incipientes.A paisagem cultural das cavernas pré-históricas de Yagul e Mitla demonstra a ligação entre o homem e a natureza que deu origem à domesticação de plantas na América do Norte, permitindo assim o surgimento de civilizações mesoamericanas.
URUGUAI	Fray Bentos Cultural-Industrial Landscape	Localizado em terras que projetam-se para o Rio Uruguai ao oeste da cidade de Fray Bentos, o complexo industrial foi construído em 1859 para processar carne produzida nas vastas pradarias locais. O sitio ilustra todo o processo de processamento, embalagem e expedição da carne. Através da sua localização física, edifícios industriais e residenciais bem como instituições sociais, o sitio apresenta uma ilustração de todo o processo de produção de carne em uma escala global.

ÁSIA

AFEGANISTÃO	CULTURAL LANDSCAPE AND ARCHAEOLOGICAL REMAINS OF THE BAMIYAN VALLEY	A paisagem cultural do vale de Bamiyan representa o desenvolvimento artísticos e religiosos, integrando várias influências culturais na escola Gandhara da arte budista. A área contém vários conjuntos monásticos budistas e santuários, bem como edifícios fortificados do período islâmico. O sitio também é um testemunho da trágica destruição pelos talibãs das duas estátuas de Buda em pé, ocorrida em 2001. Esta paisagem está sob ameaça.
AZERBAIJÃO	GOBUSTAN ROCK ART CULTURAL LANDSCAPE	Abrange três áreas de um platô rochoso, no semi-deserto da região central do Azerbaijão, com uma coleção de mais de 6.000 gravuras rupestres, testemunho de 40.000 anos de arte rupestre. O sitio apresenta também os vestígios de habitação em cavernas, assentamentos e enterros, todos refletindo um uso intensivo humano pelos habitantes da área, a partir do Paleolítico Superior à Idade Média.
CAZAQUISTÃO	PETROGLYPHS WITHIN THE ARCHAEOLOGICAL LANDSCAPE OF TAMGALY	Concentração de cerca de 5.000 petroglifos (gravuras rupestres) que datam do segundo milênio aC. Distribuídos entre 48 complexos com assentamentos associados e cemitérios, eles são testemunhos da criação, organização social e rituais dos povos pastorais. O canyon central contém a maior concentração de gravuras e o que se acredita ser altares, o que sugere que esses lugares foram usados para ofertas de rituais.
CHINA	LUSHAN NATIONAL PARK	Templos budistas e taoístas, junto com marcos do confucionismo. Mais de 200 edifícios históricos estão localizados no Parque Nacional de Lushan, complexos de salas de oração que foram reconstruídos e ampliados muitas vezes para criar um centro permanente de estudos e de religião. Estes incluem, entre outros, o complexo budista Leste Grove Temple iniciada por Huiyuan em 386 dC; o West Grove Pagoda começado por volta de 730 dC.
	MOUNT WUTAI	Monte Wutai é uma montanha sagrada budista, a paisagem cultural abrange quarenta e um mosteiros e inclui o templo Main Hall de Foguang, o edifício mais alto de madeira sobrevivente da dinastia Tang Médio. Ele também possui a dinastia Ming Shuxiang Templo com um complexo de 500 estátuas que representam histórias budistas tecidas em imagens tridimensionais de montanhas e água.
	WEST LAKE CULTURAL LANDSCAPE OF HANGZHOU	Compreendendo o Lago Oeste e as colinas circundantes, tem inspirado poetas famosos, estudiosos e artistas desde o século IX. É composto por numerosos templos, pagodes, pavilhões, jardins e árvores ornamentais, bem como calçadas e ilhas artificiais.
	CULTURAL LANDSCAPE OF HONGHE HANI RICE TERRACES	A Paisagem Cultural de HongheHani Terraços do arroz, abrange 16.603 hectares no sul de Yunnan.. Ao longo dos últimos 1.300 anos, o povo Hani desenvolveu um complexo sistema de canais para levar água das montanhas para os terraços. Eles também criaram um sistema de agricultura integrada que envolve búfalos, gado, patos, peixes e enguias e apoia a produção de arroz vermelho, principal cultura da região. Eles vivem em 82 aldeias situadas entre as florestas, montanha e os terraços.

FILIPINAS	RICE TERRACES OF THE PHILIPPINE CORDILLERAS	Por 2.000 anos, os campos de arroz seguiram os contornos das montanhas. O fruto do conhecimento transmitido de uma geração para a seguinte e tradições sagradas, ajudaram a criar uma paisagem que expressa a harmonia entre o homem e o meio ambiente.Os terraços estão localizados em áreas remotas da cordilheira das Filipinas no norte da ilha de Luzon, arquipélago filipino.
IRÃ	BAM AND ITS CULTURAL LANDSCAPE	Situado em um ambiente de deserto na borda sul do planalto iraniano. localizado na extremidade sul do planalto iraniano, na província de Kerman, no sudeste do Irã, perto da fronteira com o Paquistão. Bam encontra-se 1060 metros acima do nível do mar, no centro do vale dominado a norte pelas montanhas Kafut e ao sul pelo Jebal-e Barez Mountains.
	THE PERSIAN GARDEN	A propriedade inclui nove jardins. Eles exemplificam a diversidade de projetos de jardins persas que evoluíram e estão adaptadas a diferentes condições climáticas, mantendo os princípios que têm suas raízes nos tempos de Ciro, o Grande, do século 6 aC. Estes jardins, remontam a períodos diferentes, também apresentam edifícios, pavilhões, bem como sistemas de irrigação sofisticados. Eles influenciaram a arte de projetos de jardinsda Índia e Espanha.
	CULTURAL LANDSCAPE OF MAYMAND	Uma área semi-árida no final de um vale na extremidade sul das montanhas centrais iranianas. Os moradores são semi-nômades de atividade agro-pastoril. Eles caminham com seus animais em pastagens de montanha, vivem em assentamentos temporários na primavera e no outono. Durante os meses de inverno fixam-se no vale em cavernas esculpidas na rocha, uma forma incomum de habitação em ambiente seco.
ÍNDIA	ROCK SHELTERS OF BHIMBETKA	Dentro de afloramentos de arenito, acima de floresta relativamente densa, são cinco clusters de abrigos de pedra naturais, exibindo pinturas do período mesolítico. As tradições culturais dos habitantes das vinte e um aldeias adjacentes ao local assemelham-se com os representados nas pinturas rupestres.
INDONÉSIA	CULTURAL LANDSCAPE OF BALI PROVINCE: THE SUBAK SYSTEM AS A MANIFESTATION OF THE TRI HITA KARANA PHILOSOPHY	A paisagem cultural de Bali é composta por cinco terraços de arroz e seus templos que cobrem 19.500 ha. Os templos são o foco de um sistema de gestão da água cooperativa de canais e açudes, conhecidos como subak, que remonta ao século IX. Incluído na paisagem, no seculo XVIII o Real Templo da Água Pura Taman Ayun, o maior e mais impressionante edifício de arquitetura do seu tipo na ilha. O subak reflete o conceito filosófico de Tri Hita Karana, que reúne os reinos do espírito, o mundo humano e natureza. Esta filosofia nasceu do intercâmbio cultural entre Bali e Índia ao longo dos últimos 2.000 anos e moldou a paisagem de Bali.
ISRAEL	INCENSE ROUTE - DESERT CITIES IN THE NEGEV	As quatro cidades Nabatean de Haluza, Mamshit, Avdat e Shivta, juntamente com fortalezas associadas e paisagens agrícolas no deserto de Negev, estão espalhados ao longo das rotas que ligam-se ao fim do percurso Mediterrâneo de incenso e especiarias. Juntos, eles refletem o comércio altamente lucrativo em incenso e mirra do sul da Arábia para o Mediterrâneo, que floresceu a partir do século III aC até o século II dC. Com os vestígios de seus sofisticados sistemas de irrigação, construções urbanas, fortalezas, eles testemunham a maneira em que o deserto inóspito foi superado para o comércio e agricultura.A Rota do Incenso era uma rede de rotas comerciais que se estendem mais de dois mil quilômetros para facilitar o transporte de incenso e mirra do Iêmen e Omã na Península Arábica para o Mediterrâneo.

JAPÃO	SACRED SITES AND PILGRIMAGE ROUTES IN THE KII MOUNTAIN RANGE	Situado nas densas florestas das montanhas de Kii com vista para o Oceano Pacífico, três locais sagrados - Yoshino e Omine, Kumano Sanzan, Koyasan - ligados por rotas de peregrinação para as cidades antiga capital de Nara e Kyoto, Refletem a fusão de Xintoísmo, enraizada na antiga tradição de adoração da natureza no Japão, e no budismo, que foi introduzido da China e da Península da Coréia. A área, com sua abundância de córregos, rios e cachoeiras, ainda é parte da cultura viva do Japão e é muito visitada para fins rituais e caminhadas, com até 15 milhões de visitantes anualmente. Cada um dos três locais contém santuários, alguns dos quais foram fundadas já no século IX.
	IWAMI GINZAN SILVER MINE AND ITS CULTURAL LANDSCAPE	O Iwami Ginzan é uma mina de prata no sul-oeste da ilha de Honshu, um conjunto de montanhas com até 600 m e intercaladas por vales profundos do rio caracterizam os restos arqueológicos de minas, locais de fundição e refino e assentamentos de mineração. O sitio também apresenta itinerários utilizados para o transporte de minério de prata para o litoral e cidades portuárias, de onde ele foi enviado para a Coréia e China. As minas contribuíram substancialmente para o desenvolvimento econômico global do Japão e sudeste da Ásia nos séculos XV e XVII o que levou a produção em massa de prata e ouro no Japão. A área de mineração está agora densamente arborizada.
KIRGUISTÃO	SULAIMAN-TOO SACRED MOUNTAIN	Sulaiman-Too Sacred Mountain Quirguistão domina o vale de Fergana e forma o pano de fundo para a cidade de Osh, no cruzamento das rotas importantes: Rotas da Seda da Ásia Central. Por milênios, Sulaiman era um farol para viajantes, seus cinco picos e pistas contêm numerosos lugares antigos de culto e cavernas com pinturas rupestres, bem como duas mesquitas em grande parte reconstruída do século XVI. Cento e um sitios com petroglifos que representam os seres humanos e animais, bem como formas geométricas foram catalogados na propriedade até o momento.O sitio é representa o exemplo mais completo de uma montanha sagrada em qualquer lugar na Ásia Central, adorado ao longo de vários milênios.
LAOS	VAT PHOU AND ASSOCIATED ANCIENT SETTLEMENTS WITHIN THE CHAMPASAK	A paisagem cultural Champasak, incluindo o complexo Vat PhouTemple, é uma paisagem bem preservada planejada há mais de 1.000 anos. Expressa a visão Hindu da relação entre a natureza ea humanidade, usando um eixo de topo da montanha a margem do rio para estabelecer um padrão geométrico de templos, santuários e distribuição de água se estende por cerca de 10 km. Duas cidades planejadas, nas margens do rio Mekong, também fazem parte do sitio, bem como a montanha PhouKao.
LÍBANO	OUADI QADISHA (THE HOLY VALLEY) AND THE FOREST OF THE CEDARS OF GOD (HORSH ARZ EL-RAB)	O Vale Qadisha é um dos mais importantes assentamentos monásticos cristãs do mundo. Seus mosteiros, muitos de idade avançada, estão posicionados em uma paisagem bastante acidentada, nas proximidades estão os restos da grande floresta de cedros do Líbano, altamente valorizada na antiguidade para a construção de grandes edifícios religiosos.
MONGÓLIA	ORKHON VALLEY CULTURAL LANDSCAPE	A Paisagem Cultural Vale de Orkhon abrange uma extensa área de pastagens em ambas as margens do rio Orkhon e inclui inúmeros vestígios arqueológicos que datam do século VI. O sitio também inclui Kharkhorum, capital de Chingis (Genghis) vasto império de Khan. A pastagem é ainda utilizada por pastores nômades mongóis.

PALESTINA	PALESTINE: LAND OF OLIVES AND VINES – CULTURAL LANDSCAPE OF SOUTHERN JERUSALEM, BATTIR	Este sitio está localizado a poucos quilômetros a sudoeste de Jerusalém, no Planalto Central entre Nablus e Hebron. O monte Battir compreende uma série de vales cultivados, conhecidos como widian, com terraços de pedra característicos, alguns dos quais irrigadas, enquanto outros mais secos são utilizados para videiras e oliveiras. O desenvolvimento de terraço agrícola numa região montanhosa é suportado por uma rede de canais de irrigação alimentados por fontes subterrâneas. Um sistema tradicional de distribuição é então usado para compartilhar a água recolhida através desta rede entre as famílias da aldeia vizinha de Battir. Esta é uma paisagem ameaça.
REPUBLICA ÁRABE SÍRIA	ANCIENT VILLAGES OF NORTHERN SYRIA	Cerca de 40 aldeias agrupadas em oito parques situados no noroeste da Síria prestam depoimento sobre a vida rural na antiguidade e durante o período bizantino. A paisagem cultural relíquia das aldeias constitui também uma ilustração importante da transição do antigo mundo pagão do Império Romano ao cristianismo bizantino. Vestígios que ilustram técnicas hidráulicas, muros de proteção e enredo agrícola planeja, além disso, oferecer testemunho ao domínio da produção agrícola dos habitantes. Esta é uma paisagem ameaça.
RÚSSIA	CURONIAN SPIT	Habitação humana desta alongada península de dunas com 98 km de comprimento, remonta aos tempos pré-históricos. Ao longo deste período, foi ameaçada pelas forças naturais de vento e ondas. Sua sobrevivência até os dias atuais tem sido possível apenas como resultado de esforços humanos incessantes para combater a erosão, ilustrada pela continuidade dos projetos de estabilização e reflorestamento.
SINGAPURA	SINGAPORE BOTANICAL GARDENS	Os Jardins Botânicos de Singapura estão situados no coração da cidade de Singapura e demonstra a evolução de um jardim botânico colonial britânico. O BotanicGardens Singapura é uma paisagem cultural bem definida que inclui uma rica variedade de características históricas da paisagem, as plantações e edifícios que demonstram claramente a evolução dos Jardins Botânicos desde a sua criação em 1859. Através de seu projeto paisagístico bem preservado e continuidade de propósitos.
TURQUIA	DIYARBAKIR FORTRESS AND HEVSEL GARDENS CULTURAL LANDSCAPE	Localizada em uma escarpa na Bacia do rio Tigre superior, a cidade fortificada com a sua paisagem associada foi um importante centro e capital regional durante o periodohelenístico, romano e bizantino, períodos islâmicos e otomanos até o presente. A propriedade inclui as muralhas da cidade de Diyarbakir com 5800 metros. Os atributos desta propriedade incluem AmidMound (também conhecido como o Ickale ou Castelo Interior), Diyarbakir City Walls (conhecido como o Dişkale ou Castelo Exterior), incluindo as suas torres, portões e inscrições. A capacidade de visualizar as paredes dentro de suas áreas urbanas e paisagem é significativo, assim como os recursos hídricos e naturais que sustentam as qualidades funcionais e estéticas do imóvel.
VIETNÃ	TRANG AN LANDSCAPE COMPLEX	Situado perto da margem sul do Delta do Rio Vermelho, o Complexo Trang é uma paisagem de picos de carste calcário permeado com vales, muitos deles parcialmente submersos e cercado por penhascos íngremes, quase verticais. A exploração de cavernas em diferentes altitudes revelou vestígios arqueológicos da atividade humana ao longo de um período contínuo de mais de 30.000 anos. Eles ilustram a ocupação destas montanhas por caçadores-coletores e como eles se adaptaram a grandes mudanças climáticas e ambientais, especialmente a inundação repetida da paisagem à beira-mar após a última idade glacial. A propriedade também contém templos, pagodes, arrozais e pequenas aldeias.

EUROPA

ANDORRA	MADRIU-PERAFITA-CLAROR VALLEY	A paisagem cultural de Madriu-Perafita-Claror oferece uma perspectiva microcósmica do modo como as pessoas têm colhido os recursos dos altos Pirinéus ao longo de milênios. Suas paisagens glaciais, escarpadas, abrangem uma área de 4.247 ha, 9% da área total do principado. O sitio apresenta casas, caminhos de pedra e evidência de fundição de ferro.
ALEMANHA	GARDEN KINGDOM OF DESSAU-WÖRLITZ	Exemplo de projeto e planejamento do Iluminismo, no século XVIII. Seus componentes, edifícios notáveis, parques paisagísticos e jardins em estilo Inglês, terras agrícolas, têm finalidades estéticas, educacionais e econômicas.
	UPPER MIDDLE RHINE VALLEY	Sítio com castelos, cidades históricas e vinhas, ilustrando longa história do envolvimento humano com uma paisagem natural, está intimamente associada à histórias e lendas e por séculos tem exercido uma poderosa influência sobre escritores, artistas e compositores.
	DRESDEN ELBE VALLEY	Dresden Elbe Valley se estende cerca de 18 km ao longo do rio a partir de Palace Übigau e Ostragehege no norte-oeste do Palácio Pillnitz ea River IslandElbeao sudeste. Apresenta baixas pradarias com inúmeros monumentos e parques. A paisagem também apresenta vilas e jardins suburbanos e recursos naturais. Algumas áreas ao longo do rio são usadas ainda para a viticultura e algumas aldeias antigas têm mantido a sua estrutura histórica e elementos da revolução industrial, ponte de aço, cabo de suspensão ferroviário e funicular. Os navios a vapor de passageiros (o mais antigo de 1879) e estaleiro (c. 1900) ainda estão em uso.
	MUSKAUER PARK / PARK MUŻAKOWSKI	Um parque paisagístico de 559,9 ha montado no rio Neisse e da fronteira entre a Polónia ea Alemanha, foi criado pelo príncipe Hermann vonPuckler-Muskau de 1815 a 1844. Esta paisagem integrada estende-se para a cidade de Muskau com passagens verdes que formaram parques urbanos. A cidade tornou-se, assim, um componente de design em uma paisagem utópico. O site também possui um castelo reconstruído, pontes e um arboreto.
	BERGPARK WILHELMSHÖHE	O grande parque e seu sistema hidráulico junto com uma estátua imponente de Hercules constituem uma expressão dos ideais da monarquia absolutista, enquanto o conjunto é um testemunho notável para a estética dos periodos Barroco e Romântico.

ÁUSTRIA	HALLSTATT-DACHSTEIN / SALZKAMMERGUT CULTURAL LANDSCAPE	A atividade humana na paisagem natural do Salzkammergut começou em épocas pré-históricas, com os depósitos de sal explorado, logo no segundo milênio aC. Este recurso formou a base da prosperidade até o meados do século XX.
	WACHAU CULTURAL LANDSCAPE	Wachau é um trecho do Vale do Danúbio entre Melk e Krems, uma paisagem que preserva visíveis muitos traços arquitetônicos (mosteiros, castelos, ruínas), design urbano, (cidades e aldeias) e uso agrícola, principalmente para o cultivo de vinhas, de sua evolução desde os tempos pré-históricos .
DINAMARCA	THE PAR FORCE HUNTING LANDSCAPE IN NORTH ZEALAND	A paisagem abrange as antigas florestas de caça reais, vestígios de estradas de ligação. Os componentes foram selecionados de acordo com sua abrangência por atributos que ilustram o desenvolvimento da caça como uma atividade emblemática. Projetado e criado intencionalmente pelo homem, a paisagem do século 18-17 foi criada para executar caças da corte. Seu layout resulta da combinação de modelos de design francês e alemão com base em um sistema de rede central, combinado com uma subdivisão malha ortogonal, que otimizou a sua função durante a caça.
ESPANHA	ARANJUEZ CULTURAL LANDSCAPE	A paisagem cultural de Aranjuez é uma entidade de complexas relações: entre a natureza e a atividade humana, entre cursos de água sinuoso e geométrico projeto da paisagem, entre o rural eo urbano, entre paisagem florestal e arquitetura modulada de seus edifícios palacianos. Expressa evolução dos conceitos do humanismo e centralização política, características tais como aquelas encontradas em seu estilo francês barroco do século XVIII ao estilo de vida urbano que se desenvolveu posteriormente.
	CULTURAL LANDSCAPE OF THE SERRA DE TRAMUNTANA	A Paisagem Cultural da Serra de Tramuntana localizada em cordilheira paralela à costa norte-ocidental da ilha de Mallorca, milênios de agricultura em um ambiente com recursos escassos transformou o terreno e exibe uma rede articulada de dispositivos para a gestão da água, giram em torno de unidades de exploração agrícola de origem feudal. A paisagem é marcada por terraços agrícolas e obras hidráulicas inter-conectadas, incluindo moinhos de água, bem como construções de fazendas.
FRANÇA	PYRÉNÉES - MONT PERDU	Essa região montanhosa atravessa as atuais fronteiras da França e da Espanha, é centrado em torno do pico do Monte Perdu, um maciço calcário de 3.352 m. O local, com uma área total de 30.639 ha, inclui dois dos mais profundos desfiladeiros da Europa no lado espanhol e três grandes encostas abruptas na França. O sitio também é uma paisagem pastoral refletindo uma forma de vida agrícola que já foi difundida nas regiões de montanha da Europa, mas agora sobrevive apenas nesta parte dos Pirinéus. Assim, ele fornece exemplos da antiga sociedade europeia através de sua paisagem de vilas, fazendas, campos, pastagens de montanha e estradas de montanha.
	JURISDICTION OF SAINT-EMILION	A viticultura foi introduzida a esta fértil região de Aquitaine pelos romanos e intensificou-se na Idade Média. A área de Saint-Emilion beneficiou-se da sua posição na rota de peregrinação a Santiago de Compostela e muitas igrejas, mosteiros e hospícios foram construídas lá desde o século XI em diante. Foi concedido o estatuto especial de jurisdição durante o período de governo Inglês no século XII. É uma paisagem dedicada inteiramente à viticultura, com muitos monumentos históricos em suas cidades e aldeias.

	THE LOIRE VALLEY BETWEEN SULLY-SUR-LOIRE AND CHALONNES	O Vale do Loire é uma paisagem cultural com vilas e aldeias históricas, grandes monumentos arquitetônicos, castelos e terras cultivadas formadas por muitos séculos de interação entre sua população e o ambiente físico, principalmente o próprio rio Loire.
	THE CAUSSES AND THE CÉVENNES, MEDITERRANEAN AGRO-PASTORAL CULTURAL LANDSCAPE	Na parte sul da França central, é uma paisagem de montanha intercalada por vales que é representativo da relação entre os sistemas agro-pastoris e seu ambiente. Vilas e fazendas em terraços refletem a organização de grandes mosteiros do século XI.
	NORD-PAS DE CALAIS MINING BASIN	O sítio é composto de 109 componentes separados em mais de 120.000 ha. Dispõe de poços de mineração (o mais antigo data de 1850) e infra-estrutura de elevação, escombreiras (alguns dos quais cobrem 90 ha e excedem 140 m de altura), infra-estrutura de transporte de carvão, estações ferroviárias, quintas dos trabalhadores e povoados mineiros, incluindo habitat sociais , escolas, edifícios religiosos, centros de saúde e comunitários, instalações da empresa, proprietários e casas dos gerentes, prefeituras e muito mais. É um testemunho para a missão de criar cidades operárias-modelo a partir de meados do século XIX até a década de 1960 e ainda ilustra um período significativo na história da Europa industrial.
HUNGRIA	HORTOBÁGY NATIONAL PARK - THE PUSZTA	A paisagem cultural do HortobágyPuszta é composto por uma vasta área de planícies e zonas úmidas no leste da Hungria. As formas tradicionais de uso da terra, como o pastoreio dos animais domésticos, têm estado presentes nesta sociedade pastoral há mais de dois milênios.
	FERTÖ / NEUSIEDLERSEE CULTURAL LANDSCAPE	A área Fertö / Neusiedler Lake tem sido o ponto de encontro de diferentes culturas por milênios. Sua paisagem variada, resultado de uma simbiose evolucionária entre a atividade humana eo ambiente físico. A arquitetura rural das aldeias ao redor do lago e vários palácios dos seculos XVIII e XIX acrescentam o interesse cultural da área.
	TOKAJ WINE REGION HISTORIC CULTURAL LANDSCAPE	A paisagem cultural de Tokaj demonstra longa tradição de produção de vinho nesta região de colinas baixas e vales fluviais. O intrincado padrão de vinhas, quintas, aldeias e pequenas cidades, com suas redes históricas de adegas profundas, ilustra todas as facetas da produção de famosos vinhos Tokaj.
ILHAS MAURÍCIO	LE MORNE CULTURAL LANDSCAPE	Uma montanha rochosa que se projeta para o Oceano Índico no sudoeste das ilhas Maurício foi usado como abrigo por escravos fugitivos, ao longo dos século XVIII e XIX. Protegido pela isolada, arborizada e quase inacessíveis penhascos da montanha, os escravos formaram pequenos assentamentos nas cavernas e sobre a cimeira de Le Morne. As tradições orais associadas com os maroons, fizeram Le Morne um símbolo da luta dos escravos pela liberdade. As Ilhas Maurício, foram importante escala no comércio de escravos, também veio a ser conhecido como a "república Maroon" por causa do grande número de escravos fugitivos que viviam em Le Morne Mountain.

ISLÂNDIA	ÞINGVELLIR NATIONAL PARK	A propriedade inclui o Parque Nacional Þingvellir e os vestígios do Althing: fragmentos de cerca de 50 estandes construídos a partir de relva e pedra. O sitio também inclui vestígios de uso agrícola dos séculos XVIII e XIX. O parque mostra a evidência da forma como a paisagem foi utilizadapor mais de 1.000 anos.
ITÁLIA	COSTIERA AMALFITANA	A Costa Amalfitana é uma área de diversidade natural. Ele tem sido intensamente povoada por comunidades humana desde o início da Idade Média. Há uma série de cidades como Amalfi e Ravello com obras arquitetônicas e artísticas de grande importância. As áreas rurais mostram a versatilidade dos habitantes para adaptar o uso da terra, que varia de vinhas e pomares nas encostas mais baixas para pastagens.
	PORTOVENERE, CINQUE TERRE, AND THE ISLANDS (PALMARIA, TINO AND TINETTO)	A costa da Ligúria entre Cinque Terre e Portovenere é uma paisagem cultural com layout e disposição das pequenas cidades e modelação da paisagem circundante, superando as desvantagens de um terreno irregular íngreme, encapsulando a história contínua de assentamento humano nesta região ao longo do milênio passado.
	CILENTO AND VALLO DI DIANO NATIONAL PARK WITH THE ARCHEOLOGICAL SITES OF PAESTUM AND VELIA, AND THE CERTOSA DI PADULA	O Cilento é uma paisagem cultural de santuários e assentamentos ao longo de seus três cumes da montanha leste-oestee retratam a evolução histórica da região: um grande percurso, não só para o comércio, mas também para a interação cultural e política durante os períodos pré-históricos e medievais. O Cilento também foi a fronteira entre as colônias gregas da Magna Grécia e dos povos e etruscas Lucanian indígenas. Os restos mortais de duas grandes cidades de tempos clássicos, Paestum e Velia, são encontrados lá.
	SACRI MONTI OF PIEDMONT AND LOMBARDY	Os nove SacriMonti (Montanhas Sagradas) do norte da Itália são grupos de capelas e outras características arquitetônicas criadas nos séculos XVI e XVII dedicados a aspectos da fé cristã. Além de seu significado espiritual simbólico, eles são de grande beleza em virtude da habilidade com que eles foram integrados na paisagem natural circundante de montanhas, florestas e lagos. Elas também abrigam material artístico na forma de pinturas murais e estátuas.
	VAL D'ORCIA	A paisagem do Val d'Orcia é parte do interior agrícola de Siena, redesenhado e desenvolvido quando foi integrado no território da cidade-estado nos séculos XIV e XV para refletir um modelo idealizado de governança. Suas imagens têm vindo a exemplificar bensde paisagens agrícolas da Renascença. A inscrição inclui: uma paisagem agrária e pastoral refletindo sistemas inovadores de manejo da terra; cidades e aldeias; quintas; e abadias associados, pousadas, santuários, pontes, etc.

	MEDICI VILLAS AND GARDENS IN TUSCANY	Doze habitações e dois jardins espalhados pela paisagem toscana compõem este sitio, que atesta a influência da família Medici exercida sobre a cultura européia moderna através do seu patrocínio das artes. Construído entre os séculos XV e XVII, que representam um inovador sistema de construção em harmonia com a natureza e dedicado ao lazer, as artes e ao conhecimento. As vilas incorporam uma forma inovadora e função, um novo tipo de residência principesca que diferiam tanto das fazendas de propriedade de ricos florentinos da época e do poder militar dos castelos baroniais. Seus jardins e integração ao ambiente natural ajudou a desenvolver a apreciação da paisagem característica do Humanismo e do Renascimento.
	VINEYARD LANDSCAPE OF PIEDMONT: LANGHE-ROERO AND MONFERRATO	Esta paisagem abrange cinco áreas vitícolas, com paisagens e Castelo de Cavour, um nome emblemático tanto no desenvolvimento de vinhas e na história italiana. Ele está localizado na parte sul do Piemonte, entre o Rio Pó e da Ligúria Apeninos, e abrange toda a gama de processos técnicos e econômicos relativos à viticultura e enologia que caracterizou a região durante séculos.
LITUÂNIA	CURONIAN SPIT	A habitação humana desta alongada península de dunas de98 km de extensão, remonta aos tempos pré-históricos. Ao longo deste período, foi ameaçada pelas forças naturais de vento e ondas. Sua sobrevivência até os dias atuais tem sido possível apenas como resultado de esforços humanos incessantes para combater a erosão, ilustrado pela continuidade dos projetos de estabilização e reflorestamento.
NORUEGA	VEGAØYAN -- THE VEGA ARCHIPELAGO	Um conjunto de dezenas de ilhas centradas em Vega, ao sul do Círculo Polar Ártico, forma uma paisagem cultural de 103.710 ha, dos quais 6.930 ha são terra. As ilhas testemunho de uma maneira distinta de vida baseada na pesca e colheita em um ambiente inóspito. Há aldeias de pesca, cais, armazéns, casas, faróis. Há evidências de ocupação humana da Idade da Pedra.
POLÔNIA	KALWARIA ZEBRZYDOWSKA: THE MANNERIST ARCHITECTURAL AND PARK LANDSCAPE COMPLEX AND PILGRIMAGE PARK	Kalwaria Zebrzydowska é uma paisagem cultural de grande significado espiritual. Seu ambiente natural - em que uma série de lugares simbólicos de culto relativa à Paixão de Jesus Cristo e da vida da Virgem Maria - manteve-se praticamente inalterada. Ainda é hoje um local de peregrinação.
	MUSKAUER PARK / PARK MUŻAKOWSKI	Um parque paisagístico de 559,9 ha montado no rio Neisse e fronteira entre a Polônia e a Alemanha, foi criado pelo príncipe Hermann Von Puckler-Muskau de 1815 a 1844. Misturando a paisagem circundante de viveiros, o parque foi pioneiro em novas abordagens para projeto da paisagem e influenciou o desenvolvimento da arquitetura da paisagem na Europa e América.

PORTUGAL	CULTURAL LANDSCAPE OF SINTRA	No século XIX Sintra tornou-se o primeiro centro de arquitetura romântica europeia. Ferdinand II virou um mosteiro em ruínas em um castelo onde se exibe testemunhos góticos, egípcios, mouros e renascentistas em seus elementos e na criação de um parque misturando espécies locais e exóticas de árvores. Outras habitações construídas ao longo das mesmas linhas na serra envolvente, criou uma combinação de parques e jardins que influenciaram o desenvolvimento da arquitetura da paisagem em toda a Europa.
	ALTO DOURO WINE REGION	O vinho foi produzido por proprietários de terras tradicionais na região do Alto Douro para cerca de 2.000 anos. Desde o século XVIII seu principal produto, vinho do porto, tem sido mundialmente famoso pela sua qualidade. Esta longa tradição de viticultura produziu uma paisagem cultural que reflete sua, evolução social, econômica e tecnológica.
	LANDSCAPE OF THE PICO ISLAND VINEYARD CULTURE	O sitio de 987 ha na ilha vulcânica do Pico, a segunda maior do arquipélago dos Açores, consiste de um padrão notável de paredes lineares e costa rochosa. As provas desta vinicultura, cujas origens remontam ao século XV, é manifestado na assembléia extraordinária dos campos, em casas e casas senhoriais do início do século XIX, em adegas, igrejas e portos.
REINO UNIDO	ST KILDA	Este arquipélago vulcânico, está situado ao largo da costa das Hébridas e compreende as ilhas de Hirta, Dun, Soay e Boreray. Ele tem algumas das mais altas falésias na Europa, que têm grandes colônias de espécies raras e ameaçadas de aves, especialmente papagaios e gansos. O arquipélago, desabitada desde 1930, tem a evidência de mais de 2.000 anos de ocupação humana nas condições extremas. Vestígios humanos incluem estruturas construídas e sistemas de campo, e as tradicionais casas de pedra das montanhas. Eles apresentam vestígios de uma economia de subsistência com base nos produtos de aves, agricultura e criação de ovinos.
	BLAENAVON INDUSTRIAL LANDSCAPE	A área em torno Blaenavon é uma prova da preeminência de Gales do Sul como maior produtor mundial de ferro e carvão no século XIX. Todos os elementos necessários ainda podem ser vistos - minas de carvão e minério, pedreiras, um sistema ferroviário primitivo, fornos, casas dos trabalhadores, bem como a infra-estrutura social de sua comunidade.
	ROYAL BOTANIC GARDENS, KEW	Este histórico jardim paisagístico apresenta elementos que ilustram períodos significativos da arte de jardins dos séculos XVIII a XX. Os jardins botânicos abrigam coleções (plantas conservadas, plantas vivas e documentos). Desde a sua criação, em 1759, os jardins têm dado uma contribuição significativa e ininterrupta para o estudo da diversidade de plantas e botânica econômica.
	CORNWALL AND WEST DEVON MINING LANDSCAPE	Grande parte da paisagem da Cornualha e West Devon foi transformado nos séculos XIX, como resultado do rápido crescimento do cobre pioneiro e de mineração de estanho. Suas minas subterrâneas profundas, casas de máquinas, fundições, novas cidades, pequenas propriedades, portos e suas indústrias auxiliares em conjunto refletem inovação que, no início do século XIX, permitiu à região produzir dois terços da oferta mundial de cobre. Os restos substanciais são um testemunho da contribuição Cornwall e West Devon feita à Revolução Industrial

REPÚBLICA TCHECA	LEDNICE-VALTICE CULTURAL LANDSCAPE	Entre os séculos XVII e XX, os duques de Liechtenstein transformaram seus domínios na Morávia do Sul em uma paisagem de arquitetura barroca (principalmente o trabalho de Johann Bernhard Fischer Von Erlach) e estilo clássico e neo-gótico dos castelos de Lednice e Valtice com campo formado de acordo com princípios românticos ingleses da arquitetura da paisagem. Com 200 km², é uma das maiores paisagens artificiais na Europa.
SUÉCIA	AGRICULTURAL LANDSCAPE OF SOUTHERN ÖLAND	A parte sul da ilha de Öland no Mar Báltico é dominada por um vasto planalto de calcário. Os grupos humanos têm vivido ali por cerca de cinco mil anos e adaptaram sua forma de vida às limitações físicas da ilha. Como consequência, a paisagem é única, com abundante evidência de ocupação humana contínua desde tempos pré-históricos até os dias atuais.
SUIÇA	LAVAUX, VINEYARD TERRACES	Vinha LavauxTerraces, que se estende por cerca de 30 km ao longo da costa norte voltados para sul do Lago de Genebra a partir do Chateau de Chillon, cobrindo encostas mais baixas da montanha entre as aldeias e para o lago. Embora haja alguma evidência de que as videiras foram cultivadas na área no tempo dos romanos, os presentes terraços de vinha remontam ao século XI, quando beneditinos controlavam a área.
UCRÂNIA	ANCIENT CITY OF TAURIC CHERSONESE AND ITS CHORA	Apresenta vestígios de uma cidade fundada por Dorian, gregos no século VaC na costa norte do Mar Negro. Ela engloba seis locais de componentes com vestígios urbanos e terras agrícolas. O sitio apresenta vários complexos de edifícios públicos e bairros residenciais, bem como monumentos cristãos permanecem ao lado de assentamentos da idade da Pedra e do Bronze;
VANUATU	CHIEF ROI MATA'S DOMAIN	Consiste em três locais nas ilhas de Efate, Lelepa e Artok associados com a vida e a morte do último chefe supremo. A propriedade inclui a residência de Roi Mata, o local de sua morte e local do enterro. Ela está intimamente associada com as tradições orais que cercam o chefe e os valores morais que ele defendia. O sitio reflete a convergência entre a tradição oral e arqueologia e testemunha a persistência de reformas sociais de Roi Mata e resolução de conflitos, ainda relevante para os povos da região

OCEANIA

AUSTRALIA	Uluru-KataTjuta National Park	Este parque possui formações geológicas que dominam a vasta planície arenosa vermelha da Austrália central. Uluru, um monolito e KataTjuta, as cúpulas de rocha localizadas a oeste de Uluru, fazem parte da crença tradicional de uma das mais antigas sociedades humanas no mundo.
NOVA ZELANDIA	TongariroNational Park	Em 1993 tornou-se a primeira propriedade a ser inscrito na Lista do Patrimônio Mundial, sob os critérios das paisagens culturais. As montanhas do parque têm um significado cultural e religioso para os povos Maori e simbolizam as ligações espirituais entre esta comunidade e seu ambiente. O parque tem vulcões ativos e extintos, uma variada gama de ecossistemas. O sitio está diretamente associado com tradições, crenças e obras artísticas do povo Maori.
PAPUA NOVA GUINE	KukEarly AgriculturalSite	Escavações arqueológicas revelam a paisagem de zonas úmidas que contém vestígios bem preservados que demonstram o salto tecnológico que transformou a exploração vegetal para a agricultura há cerca de 6.500 anos atrás. É exemplo de transformação de práticas agrícolas ao longo do tempo, de montes de cultivo para drenagem das zonas úmidas através da escavação de valas com ferramentas de madeira. Kuk é um dos poucos lugares no mundo onde a evidência arqueológica sugere o desenvolvimento agrícola independente e mudanças na prática agrícola durante um longo período de tempo.

Anexo 9

Declaração de Xi’an sobre a conservação do entorno edificado, sítios e áreas do patrimônio cultural - Xi’an, China - 21 de Outubro de 2005

DECLARAÇÃO DE XI'AN
SOBRE A CONSERVAÇÃO DO ENTORNO EDIFICADO, SÍTIOS E ÁREAS DO PATRIMÔNIO CULTURAL
Adotada em Xi'an, China
21 de Outubro de 2005

Tradução em Língua Portuguesa: ICOMOS/BRASIL – Março 2006

Preâmbulo

Reunidos, a convite do ICOMOS China, na cidade histórica de Xi'an, de 17 a 21 de outubro de 2005, por ocasião da XV Assembléia Geral do ICOMOS, e coincidindo com o quadragésimo aniversário desta entidade, que tem contribuído para a preservação e conservação do patrimônio cultural do mundo como parte do desenvolvimento sustentável e humano.

Tendo enriquecido suas perspectivas diante da grande variedade dos exemplos analisados e das reflexões compartilhadas durante o Simpósio Científico da Assembléia Geral, dedicado a *Os Monumentos e os Sítios em seu Entorno – Conservar o Patrimônio Cultural nas Cidades e as Paisagens em Processo de Mudança; e*, graças às experiências adquiridas na China, também através de autoridades, instituições e especialistas do mundo inteiro, tendo ampliado os conhecimentos sobre a adequada proteção e gestão das edificações, dos sítios e das áreas do patrimônio, como as cidades históricas, as paisagens – inclusive as marinhas – os itinerários culturais e os sítios arqueológicos, num contexto de desenvolvimento e mudanças aceleradas;

Considerando o interesse internacional e profissional existente a respeito da conservação do entorno dos monumentos e dos sítios, tal como consta na *Carta Internacional para a Conservação e Restauração dos Monumentos e dos Sítios-Carta de Veneza (1964)* – e nos numerosos textos inspirados nela, especialmente através dos Comitês Nacionais e Internacionais do ICOMOS, assim como o *Documento de Nara sobre Autenticidade (1994), Carta de Brasília sobre Autenticidade: Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai (5 de dezembro de 1995) e* as conclusões e recomendações de reuniões internacionais como a *Declaração de Hoi An sobre a Conservação de Distritos Históricos na Ásia (2003),* a *Declaração sobre a Recuperação do Patrimônio Cultural de Bam (2004),* e a *Declaração de Seul sobre o Turismo nas Cidades e Áreas Históricas da Ásia (2005);*

Considerando as referências ao conceito de entorno nas convenções e recomendações da UNESCO como a *Recomendação Referente à Proteção da Beleza e o Caráter das Paisagens e dos Sítios (1962),* a *Recomendação Referente à Conservação dos Bens Culturais Ameaçados por Obras Públicas ou Privadas (1968),* a *Recomendação Referente à Proteção e ao Papel Contemporâneo das Áreas Históricas (1976),* a *Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Intangível (2003),* e, especialmente, a *Convenção do Patrimônio Cultural (1972) e* suas Diretrizes, onde o entorno é visto como um atributo da autenticidade que demanda proteção mediante a delimitação de zonas de respeito, assim como a crescente oportunidade que o entorno oferece para a cooperação internacional e interdisciplinar entre ICOMOS, UNESCO e outras entidades, e para o desenvolvimento de temas como a autenticidade ou a conservação de paisagens urbanas históricas, como consta no *Memorando de Viena (2005);* enfatizando a necessidade de responder de forma adequada à transformação rápida ou gradual das cidades, das paisagens e dos itinerários do patrimônio cultural, produzida pelas mudanças nos modos de vida, na agricultura, no desenvolvimento, no turismo ou às grandes calamidades naturais ou provocadas pelo homem, assim como a necessidade de reconhecer, proteger e manter adequadamente a presença significativa das edificações, dos sítios e das áreas dos bens culturais em seus respectivos entornos, para diminuir a ameaça que representam estes processos de transformação contra o patrimônio cultural em toda a riqueza de sua autenticidade, seu significado, seus valores, sua integridade e sua diversidade;

Os participantes na XV Assembléia Geral do ICOMOS adotam a seguinte Declaração de Princípios e Recomendações, e a dirigem às organizações governamentais e não-governamentais, às autoridades nacionais e locais, e aos especialistas que podem contribuir por regulamentos, medidas políticas, processos de planejamento e de gestão para uma melhor proteção e conservação das edificações, dos sítios e das áreas de patrimônio cultural do mundo, em seus respectivos entornos.

Reconhecer a contribuição do entorno para o significado dos monumentos, sítios e áreas de patrimônio cultural:

1. **O entorno de uma edificação, um sítio ou uma área de patrimônio cultural se define como o meio característico seja de natureza reduzida ou extensa, que forma parte de – ou contribui para – seu significado e caráter peculiar.**

   Mas, além dos aspectos físicos e visuais, o entorno supõe uma interação com o ambiente natural; práticas sociais ou espirituais passadas ou presentes, costumes, conhecimentos tradicionais, usos ou atividades, e outros aspectos do patrimônio cultural intangível que criaram e formaram o espaço, assim como o contexto atual e dinâmico de natureza cultural, social e econômica.

2. **O significado e o caráter peculiar das edificações, dos sítios ou das áreas de patrimônio cultural com escalas diferentes, inclusive os edifícios, espaços isolados, cidades históricas, paisagens urbanas, rurais ou marinhas, os itinerários culturais ou os sítios arqueológicos advêm da percepção de seus valores sociais, espirituais, históricos, artísticos, estéticos, naturais, científicos ou de outra natureza cultural. Ainda, das relações características com seu meio cultural, físico, visual e espiritual.**

   Estas relações podem resultar de um ato criativo, consciente e planejado, de uma crença espiritual, de acontecimentos históricos, do uso, ou de um processo cumulativo e orgânico, surgido através das tradições culturais ao longo do tempo.

Compreender, documentar e interpretar os entornos em contextos diversos:

3. **Compreender, documentar e interpretar os entornos é essencial para definir e avaliar a importância como patrimônio de qualquer edificação, sítio ou área.**

   A definição do entorno requer compreender a história, a evolução e o caráter dos arredores do bem cultural. Trata-se de um processo que deve considerar múltiplos fatores, inclusive a experiência de aproximação ao sítio e ao próprio bem cultural.

4. **Incluir o entorno nesta compreensão demanda uma abordagem multidisciplinar e a utilização de diversas fontes de informação.**

   Tais fontes incluem acervos documentais e arquivos, descrições artísticas e científicas, histórias orais e conhecimentos tradicionais, as opiniões das comunidades locais e daquelas relacionadas ao bem, assim como uma análise das perspectivas visuais. As tradições culturais, os rituais, as práticas espirituais e os conceitos, assim como a historia, a topografia, os valores do meio natural, os usos e outros fatores contribuem para criar o conjunto de valores e dimensões tangíveis e intangíveis do entorno. A definição do entorno deve conjugar harmoniosamente seu caráter, seus valores e sua relação com o bem cultural.

Desenvolver instrumentos de planejamento e práticas para a conservação e a gestão do entorno.

5. **O desenvolvimento de instrumentos normativos e de planejamento eficazes, assim como de políticas, estratégias e práticas para a gestão sustentável do o entorno,**

também exigem sua aplicação coerente e continuada e sua adequação às particularidades locais e culturais.

Os instrumentos para a gestão do entorno compreendem medidas legislativas específicas, qualificação profissional, desenvolvimento de planos ou sistemas integrados de conservação e gestão e a utilização de métodos idôneos de avaliação do impacto do bem cultural.

6. **A legislação, a regulamentação e as diretrizes para a conservação, a proteção e a gestão das edificações, dos sítios e das áreas do patrimônio devem prever a delimitação de uma zona de proteção ou respeito ao seu arredor que reflita e contribua para conservar o significado e o caráter diferenciado do entorno.**

7. **Os instrumentos de planejamento devem incluir medidas efetivas de controle do impacto das mudanças rápidas ou paulatinas sobre o entorno.**

   As silhuetas, os panoramas e as distâncias adequadas, entre qualquer novo projeto público ou privado e as edificações, os sítios e as áreas do patrimônio, são fatores fundamentais a serem considerados para evitar distorções visuais e espaciais ou usos inadequados em um entorno repleto de significados.

8. **Devem ser feitas avaliações do impacto ambiental de qualquer projeto que possa comportar um impacto sobre o significado das edificações, dos sítios e das áreas do patrimônio, assim como sobre seu entorno.**

   O desenvolvimento dentro do entorno das edificações, dos sítios e das áreas do patrimônio deve contribuir para uma interpretação positiva de seu significado e de seu caráter peculiar.

O acompanhamento e a gestão das mudanças que ameacem o entorno

9. **A envergadura das mudanças e seus impactos, tanto isolados como de caráter cumulativo, assim como a transformação do entorno das edificações, sítios e áreas de valor patrimonial, são um processo contínuo que requer um acompanhamento e uma gestão.**

   A transformação rápida e progressiva das paisagens rurais e urbanas, as formas de vida, os fatores econômicos, ou o meio ambiente natural podem afetar de forma substancial ou irreversível a verdadeira contribuição do entorno para o significado de uma edificação, um sítio ou uma área de valor patrimonial.

10. **Deve-se gerir a mudança do entorno das edificações, dos sítios e das áreas de valor patrimonial de modo que seu significado cultural e seu caráter peculiar sejam mantidos.**

    Gerir a mudança do entorno das edificações, dos sítios e das áreas de valor patrimonial não significa necessariamente evitar ou impedir a mudança.

11. **A gestão deve definir as formas e as ações necessárias para avaliar, medir, evitar ou remediar a degradação, a perda de significado, ou a banalização e propor melhorias para a conservação, a gestão e as atividades de interpretação.**

    Devem ser estabelecidos alguns indicadores de natureza qualitativa e quantitativa que permitam avaliar a contribuição do entorno para o significado de uma edificação, sítio ou área caracterizada como bem cultural.

Os indicadores adequados de gestão devem contemplar aspectos materiais como a distorção visual, as silhuetas, os espaços abertos, e a contaminação ambiental e acústica, assim como outras dimensões de caráter econômico, social e cultural.

Trabalhar com as comunidades locais, interdisciplinares e internacionais para a cooperação e o fomento de uma consciência social sobre a conservação e a gestão do entorno.

12. **A cooperação e o compromisso das comunidades locais e de outras relacionadas com os bens culturais é fundamental para desenvolver estratégias sustentáveis de conservação e gestão do entorno.**

    Deve-se estimular o compromisso multidisciplinar como uma prática habitual da conservação e gestão do entorno. As disciplinas que se fazem necessárias incluem, por exemplo, a arquitetura, o planejamento urbano, regional e paisagístico, a engenharia, a antropologia, a história, a arqueologia, a etnologia, a museologia e a supervisão de arquivos.

    Também deve-se fomentar a cooperação com instituições e especialistas no campo do patrimônio natural, como parte integrante de um método válido para a identificação, proteção, apresentação e interpretação das edificações, dos sítios e das áreas do patrimônio, em seu entorno.

13. **Deve-se fomentar a capacitação profissional, a interpretação, a educação e a sensibilização da população, para sustentar a acima mencionada cooperação e compartilhar os conhecimentos, assim como para favorecer as metas da conservação e incrementar a eficácia dos instrumentos de proteção, dos planos de gestão e de outros instrumentos.**

    A experiência, o conhecimento e os instrumentos elaborados para a conservação individualizada de determinadas edificações, sítios e áreas, deveriam ser estendidos para a gestão de seu entorno.

    Devem se dedicar recursos financeiros para a investigação, a avaliação, o planejamento estratégico da conservação e a gestão do entorno das edificações, sítios e áreas de caráter patrimonial.

    A responsabilidade sobre a conscientização do significado do entorno em suas diferentes dimensões cabe aos profissionais, às instituições, às comunidades locais e a outras relacionadas com os bens patrimoniais, os quais no momento de tomar decisões deveriam sempre considerar as dimensões tangíveis e intangíveis do entorno.

Adotada em Xi'an (China) em 21 de outubro de 2005.

Anexo 10

Monitoramento proposto no Plano de Gestão da Paisagem Cultural

MONITORAMENTO PROPOSTO NO PLANO DE GESTÃO DA PAISAGEM CULTURAL (IPHAN, 2014)

OBJETIVOS	INDICADORES	FATORES DE VERIFICAÇÃO	PRESSUPOSTOS
Objetivos Gerais →Paisagens Culturais recuperadas e conservadas de forma sustentável e geridas de forma compartilhada	1. Paisagens culturais bem conservadas e;ou recuperadas no 1º até o 5° ano de execução do Plano de Gestão, utilizados com atividades ambientais, culturais, sociais e comerciais, identificadas com sinalização indicativa do seu significado histórico-cultural-ambiental em duas línguas, para garantir o pleno conhecimento da população e dos visitantes. 2. Grau de conhecimento e atitude positiva da população frente ao Patrimônio Mundial em 2011 3. Incremento do fluxo de visitantes nos 5 elementos do Sítio, tomando-se como referência a data de inscrição do Sítio na Lista do Patrimônio Mundial. 4. Comitê Gestor criado até jan-2010, com a participação dos 3 níveis de governo, os gestores atuais das áreas inseridas no Sítio e a iniciativa privada. 5. Envolvimento da comunidade através de parcerias estabelecidas entre a comunidade/ Gestores Públicos/ empresas até jan-2010. 6. Fundo de Gestão do Patrimônio Mundial. superavitário após 5 anos de sua criação, com repasse de recursos efetivos (doações, repasses de recursos públicos, receitas provenientes de aplicações financeiras, etc).	1. Relatório de Progresso anual de conservação e ações de educação e promoção elaborado pelo Comitê Gestor e previsto no Plano de Gestão. Registro fotográfico. 2. Pesquisa de percepção da população em relação ao Sítio Rio Patrimônio Mundial executada pelo Comitê Gestor em 2009-2010. 3. Listas de visitação aos centros de visitantes ou museus instalados nos 5 locais. 4. Instrumentos firmados de parcerias privadas e relatório do Projeto Educativo. 5. Balanços, balancetes e saldos do Fundo de Gestão do Patrimônio Mundial.	1) Campanha de educação e conscientização da população executada pelo Comitê Gestor Rio Patrimônio Mundial e parceiros 2) Execução do Plano de Gestão e interesse da iniciativa privada em relação às propostas do Plano. 3) Conservação do entorno dos 05 elementos do Sítio para evitar fatores de interferência.
R1) PARQUE NACIONAL DA TIJUCA, revitalizado e conservado conforme definido no Plano de Manejo nos próximos 5 (cinco) anos de gestão	a) Serviços de Atendimento ao Público adotadas e compatíveis com o padrão internacional de Turismo b) Situação Fundiária regularizada e infra-estruturas existentes adequadas às necessidades e objetivos da UC c) Padrões de conduta implementados para os usuários do PARNA	- Relatório Anual de Atividades - Documento de aprovação dos projetos e obras pelos órgãos competentes	a) Manutenção de sua condição de área ambientalmente protegida; b) Manutenção de sua condição de autarquia federal, com repasse de recursos necessários; c) Manutenção de sua condição de patrimônio ambiental e cultural

	d) Administração fortalecida e com linhas de ação priorizadas, para possibilitar melhor desempenho de suas funções	- Contagem da visitação através das listas de visitantes no Centro de Visitantes - Contagem do nº de ingressos vendidos nos centros de visitação	tombado, com interlocução adequada junto aos diversos órgãos federais envolvidos na proteção do patrimônio histórico, cultural e ambiental; d) Interesse e participação de entes privados na conservação do patrimônio ambiental e cultural
	e) Sistema de ordenamento da visitação e controle da receita estruturados		
	f) Reconhecimento do PARNA Tijuca promovido em seus valores naturais, históricos e culturais no nível local, regional, nacional e internacional		
	g) Estratégias de Controle e Proteção aos recursos naturais da UC estabelecidos		
	h) Ecossistemas naturais recuperados		
	i) Ações sistemáticas de prevenção a incêndios promovidas		
	j) Mecanismos de integração da UC com a comunidade e instituições estabelecidas para prevenção de invasões		
	k) Competências e atribuições institucionais estabelecidas nos processos de cooperação técnica		
	l) Áreas de uso público redimensionadas considerando a viabilidade técnica e operacional na UC.		
	m)Auto-sustentabilidade econômica e qualificação das atividades na UC desenvolvidas		
	n) Ações gerenciais internas e externas nas áreas de proteção e manejo, pesquisa e monitoramento, visitação, educação ambiental implementadas de acordo com o plano de manejo, nos 5 anos de gestão, a partir de sua aprovação		

R2) **JARDIM BOTÂNICO DO RIO DE JANEIRO conservado e gerido conforme seu Plano Diretor, nas quatro áreas especiais definidas para fins de planejamento:** **1 - Arboreto;** **2 - Corredor Cultural e Complexo da Administração** **3 - Complexos de Ensino e Pesquisa;** **4 - Integração e Expansão Futura**.	a) Ambiência paisagística do **Arboreto** conservada, incluindo monumentos e obras de arte, permitindo a sua visitação pelo maior número de pessoas,através das Intervenções de: • Conservação do patrimônio e valorização da visitação pública: Restauro da Estufa Mestre Valentim; Mirante do Caminho da Mata Atlântica; Torres do portão principal (lanchonete e enfermaria) • Aperfeiçoamento da infra-estrutura e serviços de apoio e suporte: rebaixamento da rede elétrica.	- Relatório Anual de Atividades - Aprovação dos projetos e obras pelo IPHAN	a) Manutenção de sua condição de área ambientalmente protegida; b) Manutenção de sua condição de autarquia federal, com repasse de recursos necessários; c) Manutenção de sua condição de patrimônio tombado, com interlocução adequada junto aos diversos órgãos federais envolvidos na proteção do patrimônio histórico, cultural e ambiental, especialmente o IPHAN. d) interesse mútuo dos partícipes na gestão futura compartilhada do Bem
	b) Visitação pública valorizada através do aperfeiçoamento dos serviços e equipamentos do **Corredor Cultural** através das intervenções priorizadas: • Integração do território com a melhorias da infra-estrutura viária. • Ampliação do Corredor Cultural - Centro de Visitantes	- Relatório Anual de Atividades - Aprovação dos projetos e obras pelo IPHAN - Contagem da visitação através das listas de visitantes no Centro de Visitantes - Contagem do nº de ingressos vendidos	

	c) **Unidades de Ensino e Pesquisa** integradas com as demais atividades que se desenvolvem no Jardim Botânico, aliadas à proteção do patrimônio, através das intervenções priorizadas: • Restauração da Escola de Botânica Tropical • Pavimentação da via de serviços para integração entre Arboreto e Escola Nacional de Botânica Tropical. • Integração entre ensino e pesquisa e ampliação dos espaços de visitação: Casa da Vegetação (abertura ao público para visitação).	- Relatório Anual de Atividades - Aprovação dos projetos e obras pelo IPHAN - Contagem de visitantes da casa da Vegetação	
	d) Condições de controle do **uso e ocupação do solo** melhoradas, através das intervenções priorizadas: • Aperfeiçoamento da infra-estrutura e de serviços de apoio e suporte: Leiras para compostagem. • Compatibilização entre usos e serviços de suporte e ampliação dos espaços de visitação:Nova sede da Compostagem e garagem de veículos institucionais.	- Relatório Anual de Atividades - Aprovação dos projetos e obras pelo IPHAN	

	e) Projetos especiais e planos complementares elaborados: • Gestão eficiente da energia; • Saneamento ambiental e gestão integrada dos resíduos sólidos; • Melhoria no sistema de abastecimento d´água e rede de coleta de esgotos • Sistema de drenagem pluvial • Sistema de irrigação e alimentação dos lagos • Plano de Manejo das Coleções Vivas; • Estudo do Perfil dos Visitantes; • Plano de Acessibilidade para o Jardim Botânico do Rio de Janeiro.	- Relatórios de Progresso de Atividades - Ofício de aprovação dos projetos e obras pelo IPHAN	
R3) Parque do Flamengo com seu Plano Diretor elaborado e o parque conservado conforme seu projeto original	a) Plano Diretor elaborado e aprovado até janeiro de 2010	Documento de aprovação pelos órgãos competentes	a) Manutenção de sua condição de área ambientalmente protegida; b) Manutenção de sua gestão municipal, com repasse de recursos necessários; c) Manutenção de sua condição de patrimônio ambiental e cultural tombado, com interlocução adequada junto aos diversos órgãos federais envolvidos na proteção do patrimônio histórico, cultural e ambiental; d) Interesse e participação de entes privados na conservação do patrimônio ambiental e cultural e) interesse mútuo dos partícipes na gestão futura compartilhada do Parque
	b) Projeto de restauração dos elementos arquitetônicos e paisagísticos originais do Parque elaborados e início da execução do projeto até julho 2010	Documento de aprovação dos projetos e obras pelos órgãos competentes	
	c) Retomada da Obra de Restauração do Monumento a Estácio de Sá em outubro de 2009 e início da visitação pública março de 2010;	- Relatório de Obras	
	d) Projeto de Revitalização da Marina da Glória detalhado até dezembro de 2009, início das obras até julho de 2010;	Documento de aprovação dos projetos e obras pelos órgãos competentes	
	e) Gestão aperfeiçoada com a criação da Fundação Parque do Flamengo até julho de 2011		
	f) Visitação ampliada e serviços de infra-estrutura turística aperfeiçoados até julho de 2010	Contagem da visitação através das listas de visitantes no Monumento aos Mortos, Marina da Glória, MAM e outros	

R4) Entrada da Baía, Monumento Natural do Pão de Açúcar com seu Plano de Maneo elaborado; Área de Interesse Paisagístico dos Fortes com seu plano de Revitalização elaborado e ambas as áreas conservadas propriamente	a) Monumento Natural do Pão de Açúcar com: • Plano de Manejo elaborado até julho de 2010 • Gestão ambiental, a conservação, a manutenção, a recuperação, a direção e o controle ambiental adequado, para o seu funcionamento eficaz, visitação adequada e o desfrute da população • espaços verdes garantidos e livres para a promoção do lazer em área natural; • Ecossistema de Mata Atlântica existente e o patrimônio paisagístico da área conservado, protegido e recuperado; • Preservação dos bens naturais tombados garantida	- Relatório Anual de Atividades - Aprovação dos projetos e obras pelo IPHAN e Prefeitura - Contagem da visitação através das listas de visitantes - Contagem do nº de ingressos vendidos	a) Manutenção de sua condição de áreas ambientalmente e culturalmente protegidas; b) Manutenção de sua gestão pública, com repasse de recursos necessários; c) Manutenção de sua condição de patrimônio ambiental e cultural tombado, com interlocução adequada junto aos diversos órgãos federais envolvidos na proteção do patrimônio histórico, cultural e ambiental; d) Interesse e participação de entes privados na conservação do patrimônio ambiental e cultural e) interesse mútuo dos partícipes na gestão futura compartilhada dos bens protegidos
	b) Plano de Revitalização e Uso Turístico- Cultural dos Fortes Históricos da Baía da Guanabara detalhado até julho 2010: • Programa de Preservação do Patrimônio Cultural preparado para as fortalezas de ao João, Duque de caxias, Santa cruz, de Copacabana, de N S da Conceição, da Laje, do Pico, São Luiz, Imbuhy e Gragoatá e Monumento aos Mortos da segunda Guerra, • Programa Histórico Cultural realizado com a realização de pesquisas históricas e arqueológicas, coleta de depoimentos e criação de banco de dados • Programa de Uso Turístico e Social preparado com a recuperação e/ou construção de 04 atracadouros para barcos de turismo, infraestrutura tirística para recepção de visitantes e projetos sociais em parceria com comunidades locais	- Relatório de Atividades da coordenação do Plano - Aprovação dos projetos e obras pelo IPHAN e demais órgãos competentes - Contagem da visitação através das listas de visitantes dos Fortes - Contagem do nº de ingressos vendidos	

	• Programa de Educação Ambiental preparado com preparação de infraestrutura para trilhas, sistema de segurança, e guias ambientais e conservação de áreas remanescentes de Mata Atlântica		
R5) **Praia de Copacabana, Pontões do Leme e do Arpoador com seu Plano de Conservação e Revitalização elaborado e as áreas conservadas propriamente**	a) Plano de Recuperação e Revitalização da Praia de Copacabana elaborado até janeiro de 2010, atendendo aos seguintes itens: • Recuperação de todos os elementos constantes do Plano original de Burle Marx, em especial os mosaicos em pedra portuguesa com técnicas de conservação compatíveis com a qualidade internacional • Reordenamento do uso dos espaços públicos de forma a não bloquear e descaracterizar os elementos tombados • Remoção de elementos descaraterizadores do projeto original como equipamentos urbanos, toldos, gradeas de ferro, etc • Revitalização dos usos dos espaços públicos com incentivos a práticas sociais e culturais adeuqdas ao espaço tombado b) Programa de Uso Turístico e Social das pontas do Leme e Arpoador: • recuperação e/ou construção de atracadouros para barcos de turismo no Forte de Copacabana, • infraestrutura tirística para recepção de visitantes e • projetos sociais em parceria com comunidades locais	Relatório de Atividades da coordenação do Plano de Recuperação - Aprovação dos projetos e obras pelo INEPAC e demais órgãos competentes - Contagem da visitação através das listas de visitantes dos Fortes Duque de Caxias e de Copacabana	a) Manutenção de sua condição de área culturalmente e ambientalmente protegida; b) Manutenção de sua gestão municipal, com repasse de recursos necessários; c) Manutenção de sua condição de patrimônio ambiental e cultural tombado, com interlocução adequada junto aos diversos órgãos federais envolvidos na proteção do patrimônio histórico, cultural e ambiental; d) Interesse e participação de entes privados na conservação do patrimônio cultural e) interesse mútuo dos partícipes na gestão futura compartilhada da orla

R6) Gestão do Sítio Rio Patrimônio Mundial compartilhada entre os 3 entes governamentais e com a participação da iniciativa privada	a) Criação do do Fundo Gestor Rio Patrimônio Mundial a partir de julho de 2011;	a) Relatório Gerencial do Fundo	a) Interesse mútuo dos partícipes na gestão futura compartilhada do Sítio
	b) Capacitação dos membros do conselho curador do Fundo a partir de out/2011;	b) Relatório de Atividades do centro de Formação e Gestão do Patrimônio	b) Interesse e participação de entes privados na conservação do patrimônio ambiental e cultural
	c) Gestão compartilhada do Sítio entre os órgãos de patrimônios municipais, estaduais e federais	c) Relatório Gerencial do Sistema de Informação	
	d) Cumprimento à legislação aplicada à preservação das 3 instâncias de governo.		
	e) Desenvolvimento do Centro de Formação e Gestão do Patrimônio pelo IPHAN em parceria com a Unesco		
	f) Inserção do Sítio Rio Patrimônio Mundial no Sistema de Informação do IPHAN		